

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
ALMACENES ÉXITO S. A.
24 DE MARÇO DE 2022
ATA Nº 78

De acordo com as disposições do Artigo 19 da Lei 222 de 1995 e do Decreto 398 de 2020, e conforme indicado no edital de convocação, em 24 de março de 2022, às 9h00, foi realizada presencialmente a Assembleia Geral Ordinária Mista da Almacenes Éxito S.A. no Município de Envigado, Departamento de Antioquia, República da Colômbia, que foi realizada presencialmente no Município de Envigado, Departamento de Antioquia, República da Colômbia, na sede da Empresa, na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, e presencialmente através de uma sala virtual disponível no site www.grupoexito.com.co, cujo acesso foi autorizado aos acionistas e ao pessoal de gestão.

CONVOCAÇÃO

A convocação para esta sessão foi organizada pelo Conselho de Administração e comunicada por meio de publicação no jornal “El Colombiano” na página 11, e no jornal “El Tiempo” na página 1.9, e nas plataformas virtuais da Primera Página e Valora Analitik, em 18 de fevereiro de 2022, de acordo com o texto transcrito abaixo:

Assembleia Geral de Acionistas
Sessão ordinária mista
Almacenes Éxito S.A.

Edital de Convocação

O Conselho de Administração da Almacenes Éxito S.A., no exercício de seus poderes e em conformidade com o artigo 18 dos Estatutos Sociais, convoca os acionistas à Assembleia Geral Ordinária mista, que se realizará na quinta-feira, 24 de março de 2022, às 9h00.

A ordem do dia proposta é a seguinte:

- 1. Verificação do quorum*
- 2. Leitura e aprovação da ordem do dia*
- 3. Eleição dos comissários para os escrutínios e para a revisão, aprovação e assinatura da ata da reunião.*
- 4. Leitura do relatório de gestão do Presidente e do Conselho de Administração.*
- 5. Leitura do relatório anual de governança corporativa*
- 6. Apresentação das demonstrações contábeis de propósito geral, separadas e consolidadas em 31 de dezembro de 2021.*
- 7. Leitura do parecer do Auditor Estatutário sobre as demonstrações contábeis separadas e consolidadas.*
- 8. Aprovação do relatório de gestão do Presidente e do Conselho de Administração e do relatório anual de governança corporativa.*
- 9. Aprovação das demonstrações contábeis no final de dezembro de 2021.*
- 10. Eleição dos membros do Conselho de Administração para o período de 2022 - 2024.*
- 11. Fixação dos honorários do Conselho de Administração para o período 2022 - 2024.*
- 12. Eleição do Auditor Estatutário para o período estatutário de 2022 - 2024*
- 13. Fixação dos honorários do Auditor Estatutário para o período estatutário de 2022 - 2024*
- 14. Propostas da administração:*
 - a. Alteração dos estatutos sociais*
 - b. Distribuição dos lucros*
 - c. Mudança no uso das reservas*
 - d. Instrução ao Conselho de Administração para regulamentar a recompra de ações*
 - e. Doações*
- 15. Atuações dos acionistas.*

A sessão será realizada de forma mista, de acordo com as disposições do artigo 19 da Lei 222 de 1995 e do Decreto 398 de 2020, presencialmente na Carrera 48 # 32 B Sur - 139, Avenida Las Vegas, quinto andar da sede administrativa da empresa, localizada no município de Envigado, Antioquia, e através de uma sala virtual disponível em nosso site www.grupoexito.com.co, cujo acesso é autorizado somente aos acionistas e ao pessoal da administração.

Para participar da assembleia, seja virtual ou presencialmente, os acionistas devem completar um processo de registro prévio. A partir de hoje, os termos e instruções para registro, acesso subsequente, como e quando os acionistas podem apresentar suas intervenções na assembleia, e o exercício do direito de voto na assembleia, podem ser consultados no site www.grupoexito.com.co. As inscrições estarão disponíveis a partir de hoje até terça-feira, 22 de março, às 23h59, horário da Colômbia, em nosso site www.grupoexito.com.co.

De acordo com as disposições do artigo 19 da Lei 222 de 1995, a assembleia será registrada, para o qual os acionistas devem conceder autorização para o processamento de seus dados pessoais no momento do registro.

Os acionistas são lembrados que a partir da data de publicação da convocação e até dez (10) dias úteis antes da reunião, podem apresentar listas de candidatos para formar o Conselho de Administração, enviando uma carta para junta.directiva@grupo-exito.com.

Os candidatos propostos serão avaliados individualmente pelo Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa e os resultados da avaliação serão publicados no site www.grupoexito.com.co cinco (5) dias úteis antes da data da reunião.

A partir de 10 de março, as listas de candidatos a serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas estarão disponíveis para os acionistas no site corporativo www.grupoexito.com.co. Da mesma forma, o mais tardar até 2 de março, a proposta de fixação das taxas estará disponível para os acionistas através dos mesmos meios.

Com o objetivo de exercer o direito de inspeção, a partir de 2 de março, todos os documentos exigidos por lei estarão à disposição dos acionistas, que poderão ser consultados através de um computador que será disponibilizado aos acionistas no primeiro andar da sede administrativa da Almacenes Éxito S.A., carrera 48 # 32 B Sur - 139, avenida Las Vegas, no município de Envigado, Antioquia. A fim de garantir medidas de biossegurança adequadas, recomenda-se que os acionistas enviem um e-mail para asambleaexito@grupo-exito.com com a data e hora em que virão exercer seu direito de inspeção.

Da mesma forma, a fim de facilitar a tomada de decisão informada pelos acionistas, todos os documentos e propostas a serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas serão disponibilizados no site corporativo www.grupoexito.com.co até 2 de março, o mais tardar.

Em relação à ordem do dia, e dentro de cinco (5) dias comuns após a publicação da convocação, os acionistas podem fazer perguntas, solicitar acréscimos ou propor fórmulas para decisões sobre os pontos nela contidos, para o que devem enviá-las para asambleaexito@grupo-exito.com.

O Conselho de Administração e os diretores deverão abster-se de submeter à consideração da Assembleia Geral de Acionistas qualquer item não incluído na ordem do dia publicada neste aviso de convocação.

Os acionistas podem escolher ser representados por uma procuração escrita, que deve cumprir com os requisitos do artigo 184 do Código Comercial. Um modelo de tal procuração está disponível aos acionistas no site corporativo www.grupoexito.com.co e deve ser enviado em tempo hábil, tanto para aqueles que comparecem virtualmente como pessoalmente, através do formulário de registro, juntamente com os outros documentos necessários.

Procurações não podem ser concedidas a funcionários da Almacenes Éxito S.A., nem a pessoas direta ou indiretamente relacionadas com sua administração.

O representante legal nomeado, sua equipe e a Fiduciaria Bancolombia S.A., como administradora do livro de registro de acionistas da Almacenes Éxito S.A., verificará:

- (i) A identidade dos participantes, validando os dados fornecidos pelos acionistas ao se registrarem para a Assembleia e as informações contidas no livro de registro de acionistas e os documentos enviados no caso de procuradores ou representantes legais.*
- (ii) Cumprimento das exigências legais em relação às procurações outorgadas pelos acionistas, revisando a conformidade de seu conteúdo com as disposições do artigo 184 do Código de Comércio e os documentos de identidade dos procuradores.*

**Conselho de Administração
Almacenes Éxito S.A.**

Para participação técnica, ligue para 3186228629 de segunda a sexta-feira das 8:00 às 17:00 horas ou envie um e-mail para o seguinte endereço asambleaexito@grupo-exito.com.

É expressamente declarado para constar que através de um equipamento informático cujo acesso foi disponibilizado aos acionistas na sala nº 1 do oitavo andar da sede administrativa da Almacenes Éxito S.A., Carrera 48 # 32 B Sur - 139, Avenida Las Vegas, no município de Envigado, Antioquia, todos os documentos, livros, projetos, relatórios, entre outros, referidos nos artigos 446 e 447 do Código de Comércio estavam à sua disposição e à Superintendência Financeira da Colômbia e, conseqüentemente, tais documentos puderam ser livremente examinados e inspecionados a partir de 2 de março de 2022, como de fato o acionista Juan Rafael Bayter Posada, identificado com o documento de identidade nº 71.598.572, fez, como de fato o acionista Juan Rafael Bayter Posada, identificado com o documento de identidade nº 71.598.577, teve acesso a eles e à Superintendência Financeira da Colômbia. 71.598.574, titular de 6.175 ações ordinárias.

A sessão foi aberta com o hino nacional.

Posteriormente, o público foi informado de que fotografias e vídeos seriam tirados durante a reunião, que foram transmitidos via streaming no site corporativo, e também foi indicado que, como se tratava de eventos noticiosos, as imagens poderiam ser comunicadas através de qualquer mídia. Finalmente, o público foi convidado a consultar a Política de Privacidade da empresa disponível no website corporativo. O público também foi convidado a entrar em contato com proteccion.datos@grupo-exito.com no caso de qualquer preocupação relativa ao tratamento de seus dados pessoais.

Foram então apresentados aos acionistas: (i) os membros do Conselho de Administração: Luis Fernando Alarcón Mantilla (Presidente), Ana María Ibáñez Londoño, Felipe Ayerbe Muñoz, Christophe Hidalgo, Philippe Alarcon e Bernard Petit, que estiveram presentes pessoalmente; e Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira e Peter Paul Estermann, que se conectaram virtualmente do Brasil, e Rafael Russowsky, que se conectou virtualmente da França; (ii) os diretores da Empresa que estão presidindo esta reunião: Carlos Mario Giraldo Moreno, Presidente da Empresa e Claudia Campillo Velásquez, Vice-Presidente de Assuntos Corporativos e Secretário Geral, e que por sua vez atua como secretário desta reunião; e (iii) os diretores da Empresa que estiveram presentes pessoalmente:

Jacky Yanovich Mizrachi, Presidente das operações de varejo na Colômbia, Dora Lopera, Auditor Interna, os Vice-Presidentes e outros membros da alta administração.

O Presidente da Empresa estendeu uma cordial saudação aos acionistas e à Diretoria, agradecendo-lhes antecipadamente por participarem da reunião, e então a reunião ordinária mista da Assembleia Geral foi formalmente convocada. Ele informou que a Empresa forneceu os mecanismos necessários para realizar a reunião ordinária da Assembleia Geral de forma mista e deu a palavra a Claudia Campillo Velásquez, Vice-presidente de Assuntos Corporativos e Secretária Geral, que a fim de promover um diálogo aberto, equitativo e significativo entre as senhoras e os homens, A fim de promover um diálogo aberto, equitativo e significativo entre os acionistas e a Empresa, ela explicou algumas das diretrizes contidas nas Instruções que foram disponibilizadas aos acionistas a partir do dia da convocação para esta reunião (18 de fevereiro de 2022), qual seja:

(i) Pessoas autorizadas e dados pessoais:

- O acesso a esta reunião é limitado aos acionistas e ao pessoal administrativo.
- De acordo com as disposições do artigo 19 da Lei 222 de 1995, a assembleia será registrada, para o qual os acionistas, no momento do registro ou ao entrar nas instalações, deram sua autorização para o processamento de seus dados pessoais. Como já mencionado, por ser um evento de notícias, a Empresa pode capturar diretamente ou através de terceiros, imagens e vídeos que poderiam ser divulgados através de qualquer mídia.
- Quorum: no início, durante e no encerramento da reunião, estaremos verificando o quorum.

(ii) Medidas de biossegurança:

- Levando em consideração que estamos em um espaço fechado e em conformidade com as recomendações emitidas pelo Governo Nacional por ocasião da COVID-19, os acionistas presentes na sala devem usar suas máscaras o tempo todo e manter uma distância social prudente.

(iii) Atuações dos acionistas e participação técnica:

Presença virtual:

- Os acionistas participantes da reunião terão virtualmente um bate-papo WhatsApp habilitado durante a reunião para intervir em tempo real, diretamente e por escrito. Este bate-papo pode ser encontrado no lado inferior esquerdo de sua tela e só estará disponível hoje durante a sessão. As atuações e perguntas dos acionistas serão tratadas sob o item 15 da ordem do dia por ordem de chegada.
- A Empresa disponibilizará na seção Assembleia Geral de Acionistas de 2022 do website corporativo todas as perguntas recebidas e suas respectivas respostas.
- Durante a sessão é possível que um único acionista apresente várias perguntas e no caso de haver várias perguntas sobre o mesmo assunto, será indicado se elas estão sendo cobertas pela mesma resposta.

- No caso dos acionistas precisarem fazer qualquer pergunta sobre o funcionamento do mecanismo virtual ou necessitarem de suporte técnico, eles podem entrar em contato conosco através do chat de suporte técnico na parte inferior direita de suas telas, que só estará disponível hoje, ou ligando para o número de telefone celular 318 622 8629.

Presença presencial:

- Os acionistas nas instalações da Empresa podem intervir na reunião, quando chegar a hora, em tempo real, levantando a mão para que um dos logísticos possa se aproximar deles e fornecer-lhes um microfone. Eles também podem fazer isso no item 15 da agenda.
- Caso os acionistas precisem fazer alguma pergunta sobre o funcionamento do mecanismo virtual ou necessitem de suporte técnico, eles podem ir até o balcão de registro localizado na entrada da sala de reuniões.

(iv) Votações:

Para cada uma das urnas, indicaremos explicitamente quando as urnas forem abertas, o tempo disponível para votar, quando as urnas estiverem prestes a fechar, para que todos os acionistas possam garantir que votaram e quando as urnas forem fechadas.

Para acessar o painel de votação, os indivíduos devem clicar na opção “**Verificar votos ativos**” no lado direito de sua tela. A cédula atualmente ativa será então exibida, com o cabeçalho da cédula e as opções de votação.

O acionista deve clicar na opção desejada (Sim, Não, Em Branco) e o sistema exibirá uma janela de confirmação na qual ele poderá confirmar seu voto ou cancelá-lo (este último caso ele deseje mudar a opção).

Uma vez confirmada sua escolha, seu voto será registrado com sucesso.

Durante cada um dos votos, os acionistas serão informados do tempo disponível para registrar seu voto, que será, nos dois primeiros votos, de 2 (dois) minutos, para que os acionistas conheçam o mecanismo e se adaptem a ele, e nos votos seguintes, de 1 (um) minuto, e nos votos seguintes, de 1 (um) minuto. Da mesma forma, eles serão informados quando os votos estiverem prestes a fechar e quando tiverem realmente fechado a fim de contar os votos.

No caso dos acionistas que compareceram pessoalmente a esta assembleia e optaram por exercer seu direito de voto por voto físico, que também lhes foi concedido no início, no momento da votação de cada uma das propostas, eles devem preencher a cédula correspondente ao item da pauta a ser votado e depois depositá-la na urna que lhes será colocada à disposição para este fim. O Secretário também lembrou à reunião que a contagem dos votos será presidida pelos comissários eleitos nesta reunião para este fim e para a revisão e aprovação da ata.

A empresa verificou previamente a capacidade do fornecedor da plataforma virtual de manter a integridade da votação e certificar os votos emitidos durante a sessão.

Se um acionista sair da sala virtual enquanto uma votação estiver em andamento, o sistema só permitirá que o acionista volte a entrar quando a votação estiver encerrada.

(v) Acionistas portadores de necessidades especiais

A Empresa forneceu os mecanismos necessários para os acionistas que no momento do registro informaram uma condição de incapacidade. Além disso, implementamos o sistema Closed Caption para a transmissão da reunião. O sistema é um software internacional que captura informações ao vivo conforme elas são geradas e as exibe por escrito na tela. É possível que neste processo possa haver algumas palavras que não correspondem exatamente, especialmente quando se trata de termos técnicos ou palavras estrangeiras, agradecemos sua compreensão.

PRESIDÊNCIA E SECRETARIA.

A sessão foi presidida pelo Presidente da Empresa, Sr. Carlos Mario Giraldo Moreno e a Vice-presidente de Assuntos Corporativos e Secretária Geral, Claudia Campillo Velásquez, atuou como Secretária.

1. VERIFICAÇÃO DO QUORUM.

O Secretário anunciou na abertura da reunião que um total de 439.544.447 ações ordinárias da Companhia estavam presentes e representadas, representando 98,19% do total de ações em circulação da Companhia, e que um quorum estava presente para deliberar e decidir validamente de acordo com o Contrato Social da Companhia e a lei.

Quorum Inicial:

Participantes	99
Acionistas representados	34
Ações em circulação	447.604.316
Ações presentes ou representadas	439.544.447
Quorum	98.19%

Seguem os detalhes sobre o número de acionistas presentes ou representados:

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID ACIONISTA	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
32449352	CC	MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	CC	MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	20
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900266293	NIT	STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	19569
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900180826	NIT	SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	8460
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900704219	NIT	ALLIANZGI FONDS DSPT	5523
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900179647	NIT	SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	3903

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID ACIONISTA	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
1053812574	CC	SERGIO LONDOÑO GONZÁLEZ	42885882	CC	LUZ MERY QUINTERO CASTANO	10
71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	9353
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VELEZ	901442854	NIT	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICA	409876436
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VELEZ	444444133	NIT	GPA2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOE	22380232
8351008	CC	FRANCISCO JAIME MEJIA GARCES	8351008	CC	FRANCISCO JAIME MEJIA GARCES	2
43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	43876166	CC	LAURA MARIA MEDINA MEJIA	132
43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	12
3383456	CC	JUAN CAMILO JIMENEZ BONILLA	900865223	NIT	FONVAL ACCIONES DINAMICO	377178
1125680334	CC	JUAN PABLO SERRANO FORERO	1125680334	CC	JUAN PABLO SERRANO FORERO	15000
17047617	CC	LUIS FERNANDO SERRANO SOTO	17047617	CC	LUIS FERNANDO SERRANO SOTO	10000
1014244711	CC	ALEJANDRA ROMERO ROMERO	901275290	NIT	INVERSIONES AF SAS	2083
19279416	CC	JOSE FRANCISCO GONZALEZ MORALES	43090582	CC	INES ROCIO TOBON HIDALGO	2
1049639576	CC	ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	CC	ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1020
71598574	CC	JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	71598574	CC	JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	6175
80028377	CC	DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	80028377	CC	DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	6095
41602046	CC	RITA YADIRA FORERO SARMIENTO	41602046	CC	RITA YADIRA FORERO SARMINETO	6000
1018415761	CC	GONZALO ANDRES TORRES PEREZ	1018415761	CC	TORRES PEREZ GONZALO ANDRES	28211
79326419	CC	WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	CC	WILSON PEREZ QUINTERO	6335
79417243	CC	ENRIQUE ESPEJO SAAVEDRA CUERVO	79417243	CC	ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	188
79884243	CC	GERMÁN DARÍO FAJARDO BARRETO	79884243	CC	GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	2696
1152694211	CC	SEBASTIAN PALACIO ROLDAN	900458971	NIT	DISTRINTEC S A S	94758
1152694211	CC	SEBASTIAN PALACIO ROLDAN	811015441	NT	SERVICIOS INTEGRALES JWV LIMITADA	10500
71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	2369
43759908	CC	YUDI ALEJANDRA MARIN SANCHEZ	21382323	CC	ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	7000
43030802	CC	MARIA PATRICIA VELASQUEZ SANDINO	43030802	CC	MARIA VELASQUEZ SANDINO	508
8319725	CC	GONZALO ALONSO RESTREPO LOPEZ	900111462	NIT	INVERSIONES SAN PETESBURGO S A S	62662
8319725	CC	GONZALO ALONSO RESTREPO LOPEZ	900312249	NIT	COURCELLES S A S	29775

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID ACIONISTA	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
75105193	CC	SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	CC	SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	5260
8304151	CC	DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	8304151	CC	DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	1000
79638485	CC	SIXTO VANNEVAR FUENTES CARVAJAL	79638485	CC	SIXTO VANNEVAR FUENTES CARVAJAL	2200
98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	53406
80084551	CC	ALEJANDRO FORERO	80084551	CC	ALEJANDRO FORERO MARULANDA	35500
22085271	CC	GABRIELA MONTOYA GOMEZ	22085271	CC	GABRIELA MONTOYA GOMEZ	17026
43085513	CC	CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	CC	CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	2825
70328719	CC	ANDRÉS JULIÁN LOPERA OSORIO	70328719	CC	ANDRES JULIAN LOPERA OSORIO	18000
1017144924	CC	JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	CC	JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	8183
32307386	CC	MARIA ROCIO SANCHEZ DE MARIN	3342371	CC	JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	7000
41442476	CC	ANGELA URIBE DE CADAVID	900524898	NIT	URIDECA S A S	185839
32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	3747
1018426612	CC	FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	1018426612	CC	FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	704
19335554	CC	HERNANDO PEREZ QUINTERO	19335554	CC	HERNANDO PEREZ QUINTERO	7241
80264007	CC	JOSÉ LIBARDO VARGAS RODRIGUEZ	80264007	CC	JOSE LIBARDO VARGAS RODRIGUEZ	25669
1016027778	CC	FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	CC	FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	353
21379004	CC	MARIA FELISA ALZATE ALZATE	21379004	CC	MARIA FELISA ALZATE ALZATE	170
80134852	CC	JOSE ROBERTO ROMERO PABA	900440283	NIT	FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	5684821
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	800253055	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS MODERADO	63539726
94370459	CC	NICOLAS BORRERO ANGEL	94370459	CC	ANGEL NICOLAS BORRERO	94370459
98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899
19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	19483455
98555650	CC	UBIER EUGENIO PEREZ TORO	31244446	CC	BEATRIZ ANGEL RAMELLI	98555650
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	900382690	NIT	OLD MUTUAL FDO DE PEN OBLIGATORIAS MAYOR RIESGO	63539726
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	900382681	NIT	OLD MUTUTAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS CONSERVADOR	63539726
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	900382695	NIT	OLD MUTUAL FDO DE PENS OBLIGATOR	63539726

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID ACIONISTA	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
					RETIRO PROGRAMADO	
98555650	CC	UBIER EUGENIO PEREZ TORO	32528840	CC	DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	98555650
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	830038085	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE PENSIONES VOLUNTARIAS	63539726
19144982	CC	LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	19144982	CC	LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	19144982
30330875	CC	DIANA PATRICIA MEJIA DUQUE	30330875	CC	DIANA PATRICIA MEJIA DUQUE	30330875
14138917	CC	FÉLIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917
22104088	CC	ROSA AMELIA HINCAPIE AGUIRRE	21269737	CC	ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	22104088
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	800184549	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE CESANTIAS LARGO PLAZO	63539726
70094702	CC	LUIS ALBERTO CARDONA DUQUE	70094702	CC	LUIS ALBERTO CARDONA DUQUE	70094702
79865527	CC	LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	CC	LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527
42879450	CC	ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	42879450	CC	ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	42879450
43540390	CC	LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	CC	LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390
1045019055	CC	MONICA MARCELA FRANCO DUQUE	1045019055	CC	FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055
1047965706	CC	JOHN JAIRO FLÓREZ ALVAREZ	22100497	CC	BERTHA NUBIA ALVAREZ ARANGO	762
71724924	CC	SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	CC	SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	704
70551987	CC	CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	CC	CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	620
71702899	CC	REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	CC	REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	500
71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	21797606	CC	MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	363
70069653	CC	DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	CC	DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	360
32439854	CC	BLANCA CECILIA VÉLEZ RESTREPO	32439854	CC	BLANCA CECILIA VELEZ RESTREPO	355
32455233	CC	MARIA HELENA OROZCOMORALES	32455233	CC	MARIA HELENA OROZCO MORALES	309
32303672	CC	MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	CC	MARTA ALICIA HERRERA MARIN	200
32433181	CC	ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	CC	ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	184
71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	156
134469	CE	ANTONINO BONFIGLIO	890307882	NIT	ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	123
32529935	CC	LUZ AMPARO ALVAREZ LOPEZ	32529935	CC	LUZ AMPARO ALVAREZ LOPEZ	109
32451938	CC	OLGA CRISTINA ARBELAEZ RESTREPO	32451938	CC	OLGA ARBELAEZ RESTREPO	53

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID ACIONISTA	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
3472217	CC	JESÚS ALFREDO VANEGAS MONTOYA	3472217	CC	JESUS ALFREDO VANEGAS MONTOYA	41
21355425	CC	ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	CC	ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	33
32342010	CC	MARÍA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	CC	MARIA LETICIA PABON GOMEZ	24
8309405	CC	JUAN GUILLERMO NOREÑA MEJIA	8309405	CC	JUAN GUILLERMO NOREÑA MEJIA	22
8278664	CC	JORGE HERNAN NOREÑA MEJIA	8278664	CC	JORGE HERNAN NOREÑA MEJIA	20
32337682	CC	SUSANA PABON GOMEZ	32337682	CC	SUSANA PABON GOMEZ	10
32342010	CC	MARÍA LETICIA PABON GOMEZ	32341844	CC	LIBIA ELENA PABON GOMEZ	10
42977239	CC	MARIA ELENA MORA ZULUAGA	1040743366	CC	JUAN DAVID VILLEGAS MORA	5
21345393	CC	ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	CC	ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	5
43360130	CC	LUZ CARMENZA LOPERA MARTINEZ	43360130	CC	LUZ CARMENZA LOPERA MARTINEZ	5
42768084	CC	DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	CC	DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	4
21327959	CC	AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	21327959	CC	AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	2
21371767	CC	EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	CC	EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	1
43360255	CC	MARGARITA MARIA LOPERA MARTINEZ	43277996	CC	LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	1
70559977	CC	LEOPOLDO ESTEBAN CASTRO BAHENA	70559977	CC	LEOPOLDO ESTEBAN CASTRO BAENA	1

A identidade daqueles que compareceram pessoalmente foi verificada pelo representante legal nomeado, sua equipe e pela Fiduciaria Bancolombia S.A., como administradora do livro de registro de acionistas da Almacenes Éxito S.A., através da validação dos dados fornecidos pelos acionistas ao se registrarem para a Assembleia e das informações contidas no livro de registro de acionistas e dos documentos enviados no caso de procuradores ou representantes legais.

De acordo com as informações fornecidas pela Fiduciaria Bancolombia S.A. e pelo fornecedor da plataforma virtual (Eventos & Sistemas S.A.S.), durante a assembleia foi alcançado o seguinte quorum máximo de acionistas presentes ou representados, incluindo aqueles que entraram uma vez iniciada a assembleia geral mista ordinária da Assembleia Geral de Acionistas:

Quorum Máximo:

Participantes	100
Acionistas representados	35
Ações em circulação	447.604.316
Ações presentes ou representadas	439.558.761
Quorum	98.20%

Os detalhes sobre o número máximo de acionistas presentes ou representados são os seguintes:

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

ALMACENES ÉXITO S.A.

ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID ACIONISTA	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
3383456	CC	JUAN CAMILO JIMENEZ BONILLA	900865223	NIT	FONVAL ACCIONES DINAMICO	377178
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VELEZ	901442854	NIT	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICA	409876436
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VELEZ	444444133	NIT	GPA2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOE	22380232
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900266293	NIT	STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	19569
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900180826	NIT	SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	8460
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900704219	NIT	ALLIANZGI FONDS DSPT	5523
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900179647	NIT	SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	3903
21355425	CC	ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	CC	ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	33
71598574	CC	JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	71598574	CC	JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	6175
19279416	CC	JOSE FRANCISCO GONZALEZ MORALES	43090582	CC	INES ROCIO TOBON HIDALGO	2
42768084	CC	DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	CC	DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	4
98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	53406
8319725	CC	GONZALO ALONSO RESTREPO LOPEZ	900111462	NIT	INVERSIONES SAN PETESBURGO S A S	62662
8319725	CC	GONZALO ALONSO RESTREPO LOPEZ	900312249	NIT	COURCELLES S A S	29775
70041567	CC	MARIO ENRIQUE SALAZAR JIMENEZ	1017185397	CC	MARISOL SALAZAR GONZALEZ	10
42977239	CC	MARIA ELENA MORA ZULUAGA	1040743366	CC	JUAN DAVID VILLEGAS MORA	5
3472217	CC	JESÚS ALFREDO VANEGAS MONTOYA	3472217	CC	JESUS ALFREDO VANEGAS MONTOYA	41
19144982	CC	LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	19144982	CC	LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	10000
80084551	CC	ALEJANDRO FORERO	80084551	CC	ALEJANDRO FORERO MARULANDA	35500
8351008	CC	FRANCISCO JAIME MEJIA GARCES	8351008	CC	FRANCISCO JAIME MEJIA GARCES	2
41602046	CC	RITA YADIRA FORERO SARMIENTO	41602046	CC	RITA YADIRA FORERO SARMINETO	6000
8304151	CC	DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	8304151	CC	DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	1000
43360130	CC	LUZ CARMENZA LOPERA MARTINEZ	43360130	CC	LUZ CARMENZA LOPERA MARTINEZ	5
71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	9353
1125680334	CC	JUAN PABLO SERRANO FORERO	1125680334	CC	JUAN PABLO SERRANO FORERO	15000
1049639576	CC	ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	CC	ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1020

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID ACIONISTA	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
70328719	CC	ANDRÉS JULIÁN LOPERA OSORIO	70328719	CC	ANDRES JULIAN LOPERA OSORIO	18000
43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	43876166	CC	LAURA MARIA MEDINA MEJIA	132
43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	12
79370035	CC	VICTOR DIAZ	79370035	CC	DIAZ MORENO VICTOR JULIO	25000
98555650	CC	UBIER EUGENIO PEREZ TORO	31244446	CC	BEATRIZ ANGEL RAMELLI	42500
98555650	CC	UBIER EUGENIO PEREZ TORO	32528840	CC	DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	20000
1152694211	CC	SEBASTIAN PALACIO ROLDAN	90045897 1	NIT	DISTRINTEC S A S	94758
1152694211	CC	SEBASTIAN PALACIO ROLDAN	81101544 1	NIT	SERVICIOS INTEGRALES JWW LIMITADA	10500
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	80025305 5	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS MODERADO	100000
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	90038269 0	NIT	OLD MUTUAL FDO DE PEN OBLIGATORIAS MAYOR RIESGO	35000
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	90038268 1	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS CONSERVADOR	25000
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	90038269 5	NIT	OLD MUTUAL FDO DE PENS OBLIGATOR RETIRO PROGRAMADO	25000
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	83003808 5	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE PENSIONES VOLUNTARIAS	11000
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	80018454 9	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE CESANTIAS LARGO PLAZO	5000
79638485	CC	SIXTO VANNEVAR FUENTES CARVAJAL	79638485	CC	SIXTO VANNEVAR FUENTES CARVAJAL	2200
71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	2369
14138917	CC	FÉLIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	6600
1014244711	CC	ALEJANDRA ROMERO ROMERO	90127529 0	NIT	INVERSIONES AF SAS	2083
80028377	CC	DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	80028377	CC	DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	6095
79417243	CC	ENRIQUE ESPEJO SAAVEDRA CUERVO	79417243	CC	ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	188
80264007	CC	JOSÉ LIBARDO VARGAS RODRIGUEZ	80264007	CC	JOSE LIBARDO VARGAS RODRIGUEZ	25669
75105193	CC	SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	CC	SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	5260
17047617	CC	LUIS FERNANDO SERRANO SOTO	17047617	CC	LUIS FERNANDO SERRANO SOTO	10000

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID ACIONISTA	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
1017144924	CC	JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	10171449 24	CC	JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	8183
32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	3747
22085271	CC	GABRIELA MONTROYA GOMEZ	22085271	CC	GABRIELA MONTROYA GOMEZ	17026
32433181	CC	ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	CC	ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	184
98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	64077
21379004	CC	MARIA FELISA ALZATE ALZATE	21379004	CC	MARIA FELISA ALZATE ALZATE	170
1018415761	CC	GONZALO ANDRES TORRES PEREZ	10184157 61	CC	TORRES PEREZ GONZALO ANDRES	28211
42879450	CC	ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	42879450	CC	ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	1734
1022359933	CC	ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	10223599 33	CC	ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	540
1047965706	CC	JOHN JAIRO FLÓREZ ALVAREZ	22100497	CC	BERTHA NUBIA ALVAREZ ARANGO	762
41442476	CC	ANGELA URIBE DE CADAVID	90052489 8	NIT	URIDECA S A S	185839
79762716	CC	JOHN ALEXANDER MONTROYA MESTIZO	79762716	CC	JOHN ALEXANDER MONTROYA MESTIZO	65
32455233	CC	MARIA HELENA OROZCOMORALES	32455233	CC	MARIA HELENA OROZCO MORALES	309
1018426612	CC	FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	10184266 12	CC	FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	704
80134852	CC	JOSE ROBERTO ROMERO PABA	90044028 3	NIT	FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	5684821
94370459	CC	NICOLAS BORRERO ANGEL	94370459	CC	ANGEL NICOLAS BORRERO	91697
19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	45184
19335554	CC	HERNANDO PEREZ QUINTERO	19335554	CC	HERNANDO PEREZ QUINTERO	7241
43759908	CC	YUDI ALEJANDRA MARIN SANCHEZ	21382323	CC	ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	7000
32307386	CC	MARIA ROCIO SANCHEZ DE MARIN	3342371	CC	JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	7000
79326419	CC	WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	CC	WILSON PEREZ QUINTERO	6335
22104088	CC	ROSA AMELIA HINCAPIE AGUIRRE	21269737	CC	ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	6000
79865527	CC	LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	CC	LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	3371
43085513	CC	CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	CC	CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	2825
79884243	CC	GERMÁN DARÍO FAJARDO BARRETO	79884243	CC	GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	2696

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID ACIONISTA	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
8357670	CC	JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	CC	JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	2020
43540390	CC	LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	CC	LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	1421
1045019055	CC	MONICA MARCELA FRANCO DUQUE	1045019055	CC	FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1180
71724924	CC	SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	CC	SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	704
3563560	CC	OSCAR E. PATIÑO PEREZ	3563560	CC	OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	671
70551987	CC	CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	CC	CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	620
43030802	CC	MARIA PATRICIA VELASQUEZ SANDINO	43030802	CC	MARIA VELASQUEZ SANDINO	508
71702899	CC	REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	CC	REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	500
71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	21797606	CC	MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	363
70069653	CC	DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	CC	DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	360
1016027778	CC	FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	CC	FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	353
32303672	CC	MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	CC	MARTA ALICIA HERRERA MARIN	200
71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	156
134469	CE	ANTONINO BONFIGLIO	890307882	NIT	ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	123
19403257	CC	ALBERTO EFREY OMAÑA DURAN	19403257	CC	ALBERTO EFREY OMANA DURAN	91
32342010	CC	MARÍA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	CC	MARIA LETICIA PABON GOMEZ	24
32449352	CC	MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	CC	MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	20
8278664	CC	JORGE HERNAN NOREÑA MEJIA	8278664	CC	JORGE HERNAN NORENA MEJIA	20
32337682	CC	SUSANA PABON GOMEZ	32337682	CC	SUSANA PABON GOMEZ	10
32342010	CC	MARÍA LETICIA PABON GOMEZ	32341844	CC	LIBIA ELENA PABON GOMEZ	10
1053812574		SERGIO LONDOÑO GONZÁLEZ	42885882		LUZ MERY QUINTERO CASTANO	10
32412091	CC	CECILIA NOREÑA MEJIA	32412091	CC	CECILIA NORENA MEJIA	7
21345393	CC	ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	CC	ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	5
21327959	CC	AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	21327959	CC	AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	2
21371767	CC	EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	CC	EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	1
43360255	CC	MARGARITA MARIA LOPERA MARTINEZ	43277996	CC	LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	1

É expressamente declarado que os diretores e funcionários da empresa não representavam ações de terceiros. Além disso, foi relatado que as disposições contidas na Resolução 0116 de 2002 da Superintendência de Valores Mobiliários (agora a Superintendência de Finanças da Colômbia) foram estritamente cumpridas.

2. LEITURA E APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA.

Tendo verificado a existência das condições de pluralidade, o Presidente declarou formalmente constituída a Assembleia.

O Secretário leu a ordem do dia:

ORDEM DO DIA

1. Verificação do quorum
2. Leitura e aprovação da ordem do dia
3. Eleição dos comissários para os escrutínios e para a revisão, aprovação e assinatura da ata da reunião.
4. Leitura do relatório de gestão do Presidente e do Conselho de Administração.
5. Leitura do relatório anual de governança corporativa
6. Apresentação das demonstrações contábeis de propósito geral, separadas e consolidadas em 31 de dezembro de 2021.
7. Leitura do parecer do Auditor Estatutário sobre as demonstrações contábeis separadas e consolidadas.
8. Aprovação do relatório de gestão do Presidente e do Conselho de Administração e do relatório anual de governança corporativa.
9. Aprovação das demonstrações contábeis no final de dezembro de 2021.
10. Eleição dos membros do Conselho de Administração para o período de 2022 - 2024.
11. Fixação dos honorários do Conselho de Administração para o período 2022 - 2024.
12. Eleição do Auditor Estatutário para o período estatutário de 2022 - 2024
13. Fixação dos honorários do Auditor Estatutário para o período estatutário de 2022 - 2024 14.
Propostas da administração:
 - a. Alteração dos estatutos sociais
 - b. Distribuição dos lucros
 - c. Mudança no uso das reservas
 - d. Instrução ao Conselho de Administração para regulamentar a recompra de ações
 - e. Doações
15. Atuações dos acionistas.

Após ler a ordem do dia, o Presidente pediu ao Secretário que verificasse o quorum e, se suficiente para deliberar e decidir, que começasse a votar para a respectiva aprovação. O Secretário informou que havia um total de 439.544.447 ações ordinárias presentes, correspondendo a 98,19% do total de ações em circulação da Empresa, e que havia quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação foi então iniciada, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (2 minutos) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 1, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a respectiva cédula foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

Finalmente, o Secretário informou que a Ordem do Dia foi aprovada por um total de 433.346.330 ações ordinárias, correspondendo a 98,58% do número total de ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente observado que não houve votos contra e que 50 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
OLD MUTUAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS MODERADO	800253055	100000
ANGEL NICOLAS BORRERO	94370459	91697
JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	64077
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
BEATRIZ ANGEL RAMELLI	31244446	42500
OLD MUTUAL FDO DE PEN OBLIGATORIAS MAYOR RIESGO	900382690	35000
OLD MUTUAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS CONSERVADOR	900382681	25000
OLD MUTUAL FDO DE PENS OBLIGATOR RETIRO PROGRAMADO	900382695	25000
DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	32528840	20000
OLD MUTUAL FONDO DE PENSIONES VOLUNTARIAS	830038085	11000
LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	19144982	10000
DIANA PATRICIA MEJIA DUQUE	30330875	10000
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
OLD MUTUAL FONDO DE CESANTIAS LARGO PLAZO	800184549	5000
LUIS ALBERTO CARDONA DUQUE	70094702	3550
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	42879450	1734
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
BERTHA NUBIA ALVAREZ ARANGO	22100497	762
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
BLANCA CECILIA VELEZ RESTREPO	32439854	355
MARIA HELENA OROZCO MORALES	32455233	309
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	184
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
LUZ AMPARO ALVAREZ LOPEZ	32529935	109
OLGA ARBELAEZ RESTREPO	32451938	53
JESUS ALFREDO VANEGAS MONTOYA	3472217	41
ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	33
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
JUAN GUILLERMO NORENA MEJIA	8309405	22
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5
LUZ CARMENZA LOPERA MARTINEZ	43360130	5
DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	4
AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	21327959	2
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1
LEOPOLDO ESTEBAN CASTRO BAENA	70559977	1

3. ELEIÇÃO DOS COMISSÁRIOS PARA ESCRUTÍNIO E PARA A REVISÃO, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DA ASSEMBLEIA.

O Presidente da Assembleia propôs a nomeação do Sr. Sergio Londoño González e do Sr. Gonzalo Orrego Vélez como comissários da Assembleia para o escrutínio, assim como para a revisão, aprovação e assinatura da ata da reunião.

Ele então pediu ao Secretário para verificar o quorum e, se houvesse quorum suficiente para deliberar e decidir, para começar a votar. O Secretário informou que havia um total de 439.534.555 ações ordinárias presentes, correspondendo a 98,19% do total de ações em circulação da Empresa, e que havia quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação foi então iniciada, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (2 minutos) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 2, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a respectiva cédula foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

Durante a contagem dos votos, o acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificado com NIT 890.000.000, tomou a palavra, identificado com o NIT 890.307.882 representado pelo Sr. Antonino Bonfiglio Salerno, identificado com o cartão de identificação estrangeiro no. 134469, titular de 123 ações, tomou a palavra. 134469, titular de 123 ações ordinárias, que solicitou que em relação à votação do ponto anterior (leitura e aprovação da pauta) fosse revisado o quorum, na medida em que inicialmente foi indicado que o quorum era de 439 milhões de ações ordinárias representando 98,2%, mas no momento da comunicação da aprovação foi indicado que era de 433 milhões de ações equivalentes a 98,58%.

Claudia Campillo Velásquez, secretária da reunião, tomou a palavra e explicou que 439.544.447 ações ordinárias estavam presentes na reunião, correspondendo a 98,19% do total de ações em circulação da Companhia, e 433.346.330 ações ordinárias votaram a favor da proposta, o que corresponde a 98,58% das 439.544.447 ações ordinárias presentes.

Uma vez concluída a contagem dos votos para o terceiro item da agenda, o Secretário informou que a proposta para a eleição dos comissários para escrutinar, rever, aprovar e assinar a ata da reunião foi aprovada por um total de 433.632.293 ações ordinárias, o que corresponde a 98,65% do número total de ações presentes e representadas na reunião.

O Sr. Sergio Londoño González e o Sr. Gonzalo Orrego Vélez, presentes nas instalações da Empresa, se levantaram para serem identificados pelos acionistas e aceitaram a nomeação.

É expressamente declarado para os registros que 3 acionistas votaram contra, 2 acionistas votaram em branco e 33 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	1018426612	704
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600
ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	1020

Segue a lista dos acionistas que votaram em branco:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	80028377	6095

Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
ANGEL NICOLAS BORRERO	94370459	91697
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
ALEJANDRO FORERO MARULANDA	80084551	35500
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	5260
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
BERTHA NUBIA ALVAREZ ARANGO	22100497	762
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
BLANCA CECILIA VELEZ RESTREPO	32439854	355
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARIA HELENA OROZCO MORALES	32455233	309
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	184
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
OLGA ARBELAEZ RESTREPO	32451938	53
JUAN GUILLERMO NORENA MEJIA	8309405	22
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	21327959	2
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

4. LEITURA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO PRESIDENTE E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

O Secretário Geral da empresa informou aos acionistas que a versão completa do Relatório da Administração foi disponibilizada aos acionistas desde o início do período de inspeção, ou seja, a partir de 21 de fevereiro, e que está publicada no website corporativo.

O Presidente fez então uma apresentação complementar ao relatório publicado, destacando alguns de seus aspectos mais importantes.

Em primeiro lugar, ele se referiu ao objetivo maior da Empresa: nutrir oportunidades na Colômbia, indicando que a Empresa está ciente de que não pode limitar-se a dar o mínimo esperado, ao contrário, deve ser capaz de alcançar o máximo possível. Ele declarou que, além de proporcionar valor a seus acionistas, a Empresa se concentrou neste objetivo, alcançando um desenvolvimento significativo, e explicou que este objetivo é composto de 3 níveis: (i) o relacionamento da Empresa com suas partes interessadas, tais como clientes, fornecedores e funcionários, (ii) a contribuição da Empresa para a comunidade, a este respeito ele destacou o trabalho da Empresa em relação à nutrição infantil através da Fundación Éxito e solidariedade em termos de alimentos durante a pandemia, por doações a bancos de alimentos e compras locais de produtores colombianos de alimentos e têxteis; e

(iii) a responsabilidade da empresa perante o planeta, destacando os esforços para reduzir a impressão ambiental e as atividades de reciclagem, o uso de energia limpa, a redução do desperdício de alimentos e o aumento do uso de alimentos para doações. O Presidente então mostrou um vídeo ilustrativo sobre as ações tomadas pela Empresa para cumprir este propósito superior e fazer uma contribuição contínua ao meio ambiente.

Em segundo lugar, ele apresentou os resultados financeiros consolidados da empresa (Colômbia, Uruguai e Argentina), que mostram que a estratégia está focada no cliente através da inovação e excelência omnichannel. Em termos de receitas consolidadas, foram obtidos 16,9 trilhões de pesos, ou 7,5% a mais do que em 2020; as vendas consolidadas cresceram 7,1% em relação a 2020, o lucro líquido da empresa foi de 475 bilhões de pesos, o que representa mais do dobro de 2020, e o omnichannel representou 9,9% das vendas anuais consolidadas.

Ele indicou que a Colômbia mostrou uma representação dos formatos de inovação, em particular: o Wow, o Fresh e o Superinter Vecinos, equivalente a 33,3% do total de vendas, o que prova que a inovação em formatos é totalmente material e que estes três formatos têm um crescimento que é vários pontos superior ao das demais marcas que ainda não experimentaram este tipo de reconversões. Ele ressaltou que isto significa que 1 em cada 3 pesos das vendas da empresa é representado por formatos inovadores.

Quanto ao Uruguai, ele destacou que continuava sendo a operação mais rentável da região. Ele destacou a participação dos formatos Disco e Devoto Fresh Market, onde todos estes exemplos de inovação que foram trazidos para a Colômbia, que representaram 45,2% do total de vendas no país.

Em relação à Argentina, ele relatou que, apesar da difícil situação macroeconômica e política, foram obtidos resultados notáveis, e deu especial ênfase ao fato de que a Libertad dobrou a margem, favorecida pela recuperação do negócio imobiliário, que fechou com níveis de ocupação de 90%, uma recuperação considerável considerando os efeitos da pandemia.

Em terceiro lugar, ele se referiu ao omnichannel, o desempenho do comércio eletrônico alavancado na tecnologia e na eficiência operacional. Ele indicou que em 2019 os canais virtuais: compra e cobrança, comércio eletrônico, mercado, aplicativos Éxito e Carulla e vendas digitais de alimentos, representavam 4,5% das vendas e hoje representam 11,9% na Colômbia. Isto é importante na medida em que esta tendência se acelerou como resultado da pandemia e da necessidade de os consumidores serem servidos em casa, uma tendência que se espera que continue, representando mais de dois dígitos das vendas e receitas da organização. Ele destacou os seguintes resultados: 1,4 milhões de pedidos foram colocados no modo de compra e coleta, o equivalente a 28% das vendas de omnichannel; 7,8 milhões de pedidos foram recebidos em casa; 155 milhões de visitas e 1 milhão de pedidos foram colocados através do canal de comércio eletrônico; 11,3% das vendas omnichannel foram obtidas através do Marketplace, dos quais 25,3% corresponderam à categoria não-alimentar; houve 1,6 milhões de downloads ativos dos aplicativos Éxito e Carulla; e as vendas digitais de alimentos representaram 10% em relação ao total de vendas. 9,1% em 2020.

Em seguida, de acordo com o omnichannel, ele se referiu ao compromisso da empresa com a hiperconveniência, ou seja, a entrega em poucos minutos. Ele informou que junto com a Rappi, como parceiro da empresa, 64 lojas escuras (armazéns independentes não abertos ao público, mas próximos aos clientes para fins de entrega ao domicílio) foram abertas para entregar pedidos com uma promessa de entrega de 10 minutos. Ele apontou que 77% das entregas foram feitas em menos de 10 minutos e 1,5 milhões de pedidos foram feitos sob esta modalidade.

Da mesma forma, ele destacou que em 2021 houve 5 milhões de downloads dos aplicativos Éxito e Carulla, houve 1,8 vezes mais pedidos em relação a 2020 e o número de clientes que agora compram nas lojas e também corresponde virtualmente a 11% dos clientes, o que é relevante na medida em que é um cliente de alta fidelidade, com uma alta frequência de compras (geralmente compra mais de 3 vezes o que um cliente compra exclusivamente dos canais físicos ou virtuais).

Em quarto lugar, ele mencionou a importância dos dias livres de IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) determinados pelo Governo Nacional. Ele ressaltou que cada dia livre de IVA a empresa teve um crescimento nas vendas em comparação com o dia anterior livre de IVA. Ele informou que no último dia livre de IVA de 2020, que coincidiu com a época de Natal, houve um crescimento de 24% em comparação com os dias livres de IVA anteriores daquele ano, e depois destacou que houve um recorde nas vendas no primeiro dia livre de IVA de 2022 (11 de março), houve um crescimento de 23% em comparação com o melhor dia sem IVA de 2021 (que foi o último dia do ano coincidindo com o Natal), o que é surpreendente considerando a sazonalidade do Natal e representou vendas para a empresa próximas a 200 bilhões de pesos em um único dia.

Ele então se referiu à inovação e à reativação econômica nas regiões. Ele disse que a inovação tem estado presente no hipermercado diante dos desafios que estão sendo enfrentados devido ao tráfego de pessoas. Quanto ao hipermercado Éxito, o formato Wow tem sido absolutamente fundamental, hoje existem 19 dos maiores hipermercados do país sob este formato, com 8 aberturas em 2021, representando 29,6% do total de vendas da marca. Ele destacou que a organização varejista America Retail concedeu o reconhecimento "Hall of fame Colombia" ao formato Wow, considerando-o o melhor varejo e o melhor omnichannel da Colômbia. Ele enfatizou a proposta de valor que o formato Wow apresenta em: produtos frescos, a cozinha do chef, a boutique Arkitect, a loja Bronzini, a seção de tecnologia, entre outros, sendo um trabalho de co-criação com fornecedores para expressar sob este formato o melhor de suas propostas, havendo sempre o desafio de que cada loja Wow é melhor que a anterior, como parte do dinamismo da inovação. Ele também informou que é esperado que no decorrer de 2022 entre 10 e 12 armazéns sejam implementados sob este formato. Para fins ilustrativos, foi exibido um vídeo de uma das lojas do Éxito Wow inaugurada em 2021.

Em seguida, ele passou a destacar alguns dos destaques do formato Carulla Fresh Market. Ele indicou que se trata do desenvolvimento da inovação para uma experiência superior, com um compromisso com a sustentabilidade e um amplo portfólio saudável. Ele informou que hoje existem 22 lojas sob este formato, tendo sido realizadas 8 aberturas durante 2021, e que se espera que até 2022 entre 10 e 12 lojas adicionais sejam implementadas sob este mesmo formato. Ele disse que é uma proposta que se destaca por questões como: qualidade, frescor, produtos saudáveis, existência de seções especializadas em portfólio gourmet e equilibrado (mercado de alimentos, reboque de alimentos e mercado verde), alto nível de serviço, e o uso de mecanismos de alta tecnologia, como evidenciado por: estações de auto-pagamento, Smile ID e Fruver Scan. Ele também informou que o Mercado de Carulla Fresh representa 45,1% das vendas totais da marca (levando em consideração as 101 lojas desta marca no país) e espera-se que represente mais de 50% este ano. Ele destacou que tem um desafio permanente de inovação e que é um formato comparável a outros formatos internacionais similares, como é o caso de: Pão de Açúcar no Brasil, tais como Wholefoods nos Estados Unidos e Waitrose na Grã-Bretanha. Ele passou a apresentar um vídeo sobre este formato, destacando que é o primeiro varejo neutro em carbono na América Latina certificado pela Icontec, o que significa que as emissões ambientais ali produzidas são compensadas entre a geração de energia solar e algumas outras contribuições que a empresa faz ao BanCO2 para a proteção das florestas tropicais na Colômbia.

Com relação aos formatos populares, ele se referiu ao progresso feito nos formatos Super Inter, Surti Max e Surti Mayorista. Quanto ao Super Inter, ele informou sobre o processo de renovação que o formato passou, mudando seu nome para Super Inter Neighbour, com 25 lojas sob este conceito até hoje, 18 sendo renovadas em 2021, e 10 lojas adicionais planejadas para 2022. Ele indicou que este é o formato de identidade que fortalece as compras locais no Valle e Eje Cafetero e que durante 2022 representou 47,7% do total de vendas da marca. Ele também destacou que este é o formato líder em vendas de alimentos em Cali. Quanto ao Surti Max, ele informou que até hoje existem 72 lojas, das quais 6 foram renovadas em 2021 e indicou que 20 conversões adicionais estão planejadas para 2022. Finalmente, em relação ao Surti Mayorista, ele destacou que é um formato de grande aceitação na Colômbia, através de um fornecimento e economia diferenciada para lojistas e clientes do negócio HORECA, e fez especial ênfase no fato de que teve o crescimento mais importante de todas as marcas do Grupo, sendo 25,2% em relação a 2020 e participando com 4,6% no total de vendas da Empresa.

Ele informou que até hoje existem 36 lojas sob este formato (com 2 aberturas em 2021), e declarou que a expansão deste formato continuará, com 10 a 15 lojas previstas para abrir até 2022. Além disso, ele se referiu à expressão digital deste formato, através do aplicativo chamado Misurtii, que é especializado para lojistas na Colômbia e atualmente conta com mais de 3.000 clientes registrados.

Em quinto lugar, ele destacou os resultados do negócio imobiliário. Ele apontou que este negócio tinha que enfrentar grandes desafios durante a pandemia, dado o fechamento total ou parcial dos centros comerciais, sendo possível apenas a comercialização de alimentos. Ele apontou que o negócio passou por um processo de recuperação gradual e em 2021 as receitas foram 54% maiores do que em 2020. Ele destacou que estes centros comerciais são diferentes dos demais por oferecerem o melhor da Organização: a possibilidade de os lojistas venderem seus produtos através da plataforma online da Empresa e a possibilidade de trabalharem com o ecossistema empresarial da Organização, especialmente com Puntos Colombia e o cartão de crédito Éxito administrado pela Tuya S.A.

Em seguida, em relação aos negócios complementares da empresa, que estão se tornando cada vez mais importantes. Em relação à Puntos Colombia, uma empresa criada em conjunto com o Bancolombia para oferecer aos clientes um programa de fidelidade, ele destacou que até o momento existem 5,5 milhões de clientes ativos, e que mais de 28,5 bilhões de pontos foram resgatados, dos quais 74% correspondem ao Grupo Éxito, 38,7 bilhões de pontos foram concedidos e há 134 marcas aliadas ao programa. Em relação à Tuya, ele informou que até o momento foram emitidos 2,8 milhões de cartões, ele destacou o lançamento da carteira digital chamada Tuya Pay, que até o momento tem 800.000 usuários, e espera-se que alcance 3 milhões de usuários em poucos anos. Em relação ao Viajes Éxito, ele destacou que houve um crescimento de 135% nas vendas em relação a 2020, que as vendas foram superiores aos níveis pré-pandêmicos e que a ativação do resgate dos Pontos Colômbia foi realizada.

Por outro lado, o Presidente referiu-se à contribuição da empresa para a reativação econômica da Valle del Cauca, através da aquisição do direito a seis espaços comerciais da empresa La 14, a fim de impulsionar as compras locais e a geração de empregos. Ele enfatizou que isto consolida a posição de liderança da empresa em Cali e outras cidades intermediárias em Valle del Cauca, e que esta operação visa gerar aproximadamente 5.250 empregos em Valle del Cauca e conseguiu a ligação de 40 fornecedores que vieram de La 14 (19 de produtos de consumo, 20 de frutas e legumes e 1 de têxteis) e espera-se conseguir isto com outros 50 ou 60 adicionais. Dada a importância desta questão, ele mostrou um vídeo sobre o assunto e concluiu que este é um exemplo claro de como um negócio lucrativo pode simultaneamente dar uma contribuição positiva para a sociedade.

Ele então se referiu às questões de sustentabilidade, destacando que a empresa continua entre as 10 varejistas de alimentos mais sustentáveis do mundo, de acordo com os resultados de 2021 do Dow Jones Sustainability Global Index. Além disso, ele aludiu a algumas das iniciativas que a empresa desenvolveu com o objetivo de reduzir o impacto da impressão ambiental: (i) carne sustentável, a empresa tem sido líder na transformação das práticas de produção animal na Colômbia, garantindo que os fornecedores de gado vivo localizados em 12 departamentos do país se comprometam com o não desmatamento, que é monitorado através de um modelo de satélite. Para este fim, a empresa firmou várias parcerias de monitoramento e conservação. Além disso, as lojas oferecem carne sustentável (marca "Pomona"); e (ii) compras locais como motor de desenvolvimento e reativação econômica, ele informou que 89,5% das frutas e vegetais comercializados pela empresa são comprados localmente, e 84% são comprados diretamente de 782 agricultores e famílias de camponeses. Ele destacou que a empresa trabalha com 24 associações e fundações camponesas em 21 departamentos do país e que mais de 25.000 unidades de frutas e verduras vêm de territórios de Programas de Desenvolvimento com Abordagem Territorial (PDET), apoiando as vítimas do conflito armado.

Ele então se referiu ao apoio à população e às famílias das pessoas privadas de liberdade ou pós-penas. Ele destacou a aliança com a Fundación Acción Interna e a coleção têxtil entre Johanna Bahamón e People. Posteriormente, foi apresentado um vídeo sobre esta aliança. Ele também informou que 93% das peças de vestuário comercializadas pela Empresa são compradas na Colômbia, 80% dos tecidos utilizados em vestuário de marca própria são nacionais e em 2021, juntamente com fornecedores têxteis, 3.000 jeans foram produzidos na prisão Yarumal em Antioquia. Em seguida, ele se referiu à Primeira Feira Nacional de Grafite cujo objetivo é cobrir 22 lojas em 11 cidades do país, através de expressões artísticas sobre murais nas lojas que ligam 74 líderes e vizinhos.

Para concluir sua apresentação, ele colocou ênfase especial no trabalho de erradicação da desnutrição infantil crônica que a Empresa vem realizando através da Fundación Éxito. Ele ressaltou que o objetivo compartilhado com o país é que até 2030 não haverá desnutrição crônica na Colômbia e informou que durante a pandemia o desafio foi muito maior na medida em que mais de 1 milhão de crianças que estavam em lares de crianças tiveram que se mudar para seus lares. Nestas circunstâncias, a Fundação fez uma contribuição significativa em 2021, entregando mais de 217.000 embalagens nutricionais, atingindo mais de 70.000 crianças em 28 departamentos e 262 municípios na Colômbia. Da mesma forma, mais de 18 bilhões de pesos foram destinados ao investimento social. Da mesma forma, a amamentação tem sido promovida como outra forma de conseguir uma nutrição infantil adequada. Durante a Lactathon, mais de 40.000 mães e famílias colombianas compartilharam seu exemplo de amor e crescimento, e a formulação do Plano Decenal de Amamentação e Alimentação Complementar 2021-2030 foi financiada.

Finalmente, ela fez uma breve referência ao projeto piloto que está sendo realizado através da Fundação para que as famílias e mães que são chefes de família possam cultivar alimentos nutritivos nos terraços comunitários dos bairros, tanto para consumo próprio quanto para venda nos armazéns da empresa. Este projeto piloto já está sendo realizado na Comuna 13 de Medellín e posteriormente será expandido para outras cidades.

Em conclusão, ele destacou que, além dos excelentes resultados financeiros, há simultaneamente uma contribuição material para a sociedade e o meio ambiente. Ele convidou os acionistas a se sentirem orgulhosos de ter um investimento em uma empresa que, além de ser lucrativa, gera uma impressão social maior e uma impressão ambiental menor.

5. LEITURA DO RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.

O Presidente da reunião deu então a palavra ao Secretário Geral para apresentar um resumo do Relatório de Governança Corporativa 2021 aos acionistas.

O Secretário informou que o relatório foi disponibilizado aos acionistas em 21 de fevereiro deste ano no website da Empresa.

Ela então leu algumas das seções mais relevantes do Relatório de Governança Corporativa:

“O mundo enfrentou mudanças como resultado da COVID-19, o que exigiu que a empresa adaptasse seus diferentes processos.

Pela primeira vez na história da empresa, a Assembleia Geral de Acionistas foi realizada em 2021 num formato não presencial, oferecendo aos acionistas a oportunidade de conhecer virtualmente os resultados e a administração da empresa, de acordo com as diretrizes exigidas por lei para proteger sua saúde. Da mesma forma, tanto o Conselho de Administração quanto seus comitês de apoio continuaram durante todo o ano com as reuniões não presenciais com bons resultados em termos de dinâmica e alta participação.

De acordo com os mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração previstos no artigo 14 do regulamento deste órgão corporativo, foi realizado o processo de avaliação interna do Conselho de Administração e de seus Comitês. O resultado da avaliação ratifica que se trata de um Conselho de Administração multidisciplinar, que traz diversos elementos de experiência e visão, e favorece a abordagem das tendências e melhores práticas nacionais e internacionais, contribuindo assim para uma melhor governança corporativa.

O processo de avaliação também identificou oportunidades de melhoria relacionadas a uma maior dedicação à deliberação de questões estratégicas, fortalecendo o conhecimento e promovendo interações sobre os assuntos atuais do país (sociais, econômicos, industriais, etc.), aspectos que foram levados em conta na preparação do plano de trabalho para 2022.

A empresa continuou trabalhando para aplicar as melhores práticas de governança corporativa e deu continuidade àquelas adotadas anteriormente, contribuindo para o cumprimento de altos padrões:

- Durante 2021, houve progresso no fortalecimento do esquema de governança corporativa das subsidiárias nacionais que compõem o Grupo Éxito, padronizando as práticas de governança corporativa, unificando os conselhos de administração em um único órgão (Subsidiary Steering Committee) como o mais alto órgão de governança das subsidiárias, no qual a empresa tem uma participação de mais de 95%.*
- A importância e o valor do gerenciamento de risco e da conformidade foram reafirmados como componentes substanciais da boa governança corporativa, pois sustentam o funcionamento e a conduta da administração e administração da empresa e, em geral, o desenvolvimento equilibrado dos negócios e atividades da empresa.*
- A empresa abordou com a resiliência que a caracteriza os eventos de risco materializados e deu uma resposta oportuna e adequada a eles, para que não interferissem na realização dos objetivos estratégicos definidos, acompanhando assim o ótimo desempenho e o alcance dos resultados organizacionais. Desta forma, sob a análise dos riscos, oportunidades e tendências e mudanças no contexto político, econômico, social, tecnológico, ambiental e legal, atualizou o perfil dos riscos estratégicos e os de seus negócios, e definiu e implementou estratégias para sua gestão para cada um deles.*
- No gerenciamento de risco no nível operacional, foram feitos progressos em maior integração e sinergia com os outros elementos de um sistema GRC - Governança, Riscos e Conformidade, alavancados pelo desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica de gerenciamento de risco e controle que visava fortalecer o ambiente de controle.*
- Os programas de compliance em termos de fraude, corrupção e gestão de risco de suborno, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, e proteção da privacidade e dos dados pessoais, foram adaptados ao cenário de recuperação econômica, e assim alavancaram estratégias organizacionais no âmbito do cumprimento das exigências legais nestas matérias, tanto a nível nacional como internacional, que são aplicadas diretamente pela matriz, bem como as boas práticas, o que permitiu a geração de valor na tomada de decisões informadas.*
- A empresa fez progressos na divulgação de seu programa de transparência, estendendo suas atividades de treinamento e conscientização ao público externo, destacando o valor da ética e sua importância no desenvolvimento de relações de confiança e valor com suas partes interessadas.*

Por seu trabalho contínuo e consistente, a empresa recebeu os seguintes prêmios nesta área:

- (i) Reconhecimento como "Empresa comprometida com a integridade 100" pelo Instituto Anticorrupção, como resultado de uma avaliação rigorosa como parte da iniciativa "Integrity Lab 100", liderada pelo Instituto de Estudos Anticorrupção.*
- (ii) Reconhecimento como um dos 10 maiores varejistas de alimentos do mundo, de acordo com o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, onde a empresa se classificou no percentil 89 e foi confirmada como uma empresa que vê a sustentabilidade como a forma de criar valor para todos os seus stakeholders. Ela se destacou entre mais de 7.500 empresas em 61 indústrias por práticas de sustentabilidade no anuário de sustentabilidade global da S&P e ficou entre os 15% melhores das empresas em desempenho de sustentabilidade.*
- (iii) Pelo nono ano consecutivo, a empresa recebeu o prêmio Emissores-IR da Bolsa de Valores da Colômbia pela adoção voluntária das melhores práticas em divulgação e relações com investidores.*

Finalmente, a empresa tem persistido em seu interesse de adotar e promover dentro de si a consolidação das melhores práticas de governança corporativa, implementando as medidas promovidas pelo Dow Jones Sustainability Index, Colegio de Estudios Superiores de Administración CESA, Código País e o Carbon Disclosure Project - CDP a fim de alinhar suas ações com os mais altos padrões internacionais em matéria social, ambiental, econômica e de governança corporativa, com o objetivo de gerar valor compartilhado para todos os stakeholders".

Antes de concluir seu discurso, o Secretário Geral da reunião convidou os acionistas a escanear o código QR projetado na tela para baixar o relatório completo.

6. APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE PROPÓSITO GERAL SEPARADAS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

O Secretário Geral informou aos acionistas que as demonstrações financeiras consolidadas e separadas com suas notas foram devidamente transmitidas à Superintendência de Finanças, publicadas através do mecanismo de informação relevante e no website corporativo. Eles também estavam disponíveis durante o período para o exercício do direito de inspeção.

Para a apresentação de um resumo das Demonstrações Financeiras, o Presidente deu a palavra ao Vice-Presidente Financeiro, Sr. Ruy Souza.

O Sr. Ruy Souza procedeu a apresentar um resumo das Demonstrações Financeiras da Empresa, alertando que ele se concentraria nas questões mais relevantes.

Primeiramente, ele destacou o sólido crescimento do lucro líquido, que foi mais de 2 vezes o lucro do ano anterior, e a evolução da margem EBITDA recorrente, que foi de 9,1% comparado a 8,1% em 2020, tudo isso alavancado em uma estratégia consistente centrada no cliente.

Receita operacional

No nível consolidado, informou que a receita líquida do Grupo cresceu 7,5% para 16,9 trilhões de pesos.

- (i) Colômbia: crescimento de 7%, impulsionado por quatro estratégias-chave (i) omnichannel, que representou 11,9% das vendas na Colômbia; (ii) formatos inovadores, que representam um terço das vendas na Colômbia; (iii) monetização do tráfego através de negócios complementares; e (iv) a recuperação econômica, principalmente durante o segundo semestre do ano. Ele destacou que as receitas das empresas auxiliares excederam os níveis de 2019, mostrando uma recuperação total do impacto que tinha sido evidente em 2020 devido à pandemia.
- (ii) Uruguai: no primeiro trimestre houve uma temporada de turismo que foi fortemente impactada pela pandemia; no entanto, o desempenho do formato Fresh Market e o fortalecimento da estratégia omnichannel contribuíram para um crescimento de 1,9% nas receitas no final do ano.
- (iii) Argentina: o crescimento no segundo semestre do ano foi acima da inflação durante o segundo semestre e positivamente, o negócio imobiliário fechou o ano com uma taxa de ocupação acima de 90%. Como resultado, o crescimento da receita para o ano foi de 46,8%.

Margem Bruta

Quanto à margem consolidada, ela relatou uma evolução positiva de 110 pontos-base, o que se deveu à melhoria nos três países. Na Colômbia, a margem comercial de varejo melhorou em 20 pontos-base e a recuperação dos negócios auxiliares contribuiu com mais 100 pontos-base, ou seja, houve uma melhoria total na margem bruta de 120 pontos-base. No Uruguai e na Argentina, a melhoria das margens brutas estava relacionada com o aumento da assertividade na atividade promocional.

Despesas de venda e administrativas

Informou que as despesas consolidadas foram estáveis em termos de taxas em 20,4%, devido a uma melhora de 30 pontos-base na Colômbia, despesas estáveis em termos de taxas na Argentina e uma deterioração de 70 pontos-base no Uruguai. Ele observou que em todos os três países, as despesas cresceram abaixo da inflação em cada país.

EBITDA recorrente

Ele indicou que o lucro EBITDA atingiu 1,5 trilhões de pesos, crescendo 20% em relação a 2020 e 20% em relação a 2019, ou seja, 20% em relação ao último ano sem efeito pandêmico.

O relatório informou que a margem EBITDA alcançou 9,1%, 100 pontos base acima de 2020, e em relação a 2019 apresentou uma evolução de 70 pontos base.

Lucro líquido consolidado

Ele ressaltou que, na demonstração de resultados, o lucro líquido do Grupo foi de 475 bilhões de pesos, crescendo mais do dobro do que no ano anterior.

Quanto aos principais elementos que alavancaram este crescimento, de 231 bilhões de pesos em 2020 para 475 bilhões de pesos em 2021, ele destacou o seguinte: (i) a contribuição positiva do resultado operacional, somando 234 bilhões de pesos; (ii) a redução das despesas não recorrentes em 52% em relação a 2020 e 27% em relação a 2019; (iii) a redução das despesas financeiras em 50 bilhões de pesos, produto de dois fatores: a renegociação dos termos da dívida da Empresa e o menor nível de endividamento diante de um fortalecimento da estrutura financeira da Empresa; e (iv) uma maior despesa de imposto de renda, devido às melhorias mencionadas anteriormente, com a aplicação da taxa estatutária neste item.

Dívida e caixa em nível de holding

Com relação à posição de endividamento e caixa no nível da holding, ele apontou que a posição de dívida financeira líquida melhorou em 224 bilhões de pesos em relação ao ano anterior, a posição de caixa aumentou em 94 bilhões de pesos e houve uma redução no nível de endividamento em 13%.

Para fins de geração de caixa aos acionistas, ele apresentou o seguinte gráfico:

em bilhões de pesos colombianos	2021	2020	Varição
EBITDA	1.034	837	23,5%
Lucro operacional antes das mudanças no capital de giro	878	637	37,9%
Amortização das obrigações de arrendamento	(340)	(331)	2,6%
Movimentos devidos a impostos	(69)	(79)	-12,2%
Mudanças no capital de giro	180	27	569,5%
Despesas de capital	(413)	(177)	133,7%
Fluxo de caixa livre antes do retorno dos investimentos	236	77	206,3%
Dividendos recebidos	169	73	131,5%
Fluxo de caixa livre	405	150	169,8%
Fluxo de caixa para os acionistas	397	100	298,3%

Indicou que a geração de caixa para os acionistas foi multiplicada por 4 vezes e atingiu quase 400 bilhões de pesos em 2021, o que vem de um crescimento do EBITDA de 23,5%, uma variação positiva no capital de giro, permitindo também ativar níveis significativos de investimento.

1

Finalmente, enfatizou que o fortalecimento da estrutura financeira da empresa é de grande relevância para os desafios macroeconômicos de 2022.

7. LEITURA DO PARECER DO AUDITOR ESTATUTÁRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SEPARADAS E CONSOLIDADAS.

Em seguida, o Presidente deu a palavra à Sra. Angela Jaimes Delgado da Ernst & Young Audit S.A.S., Revisora Oficial de Contas da Empresa, para ler o relatório sobre as demonstrações financeiras separadas e consolidadas.

A Sra. Jaimes, que esteve presente nas instalações da Empresa, procedeu à leitura do relatório sobre as demonstrações financeiras separadas e consolidadas da Empresa, que estão incluídas nas informações disponibilizadas aos acionistas no website corporativo e que estão anexadas a esta ata.

Finalmente, a Sra. Jaimes, em nome da Ernst & Young Audit S.A.S., expressou sua gratidão à Empresa e ao seu Presidente por permitir que ela e a empresa que ela representa acompanhassem a Empresa nos últimos anos, especialmente pela confiança depositada neles para o desempenho de suas funções.

A seguir, o acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificado com o NIT 890.307.882, representado pelo Sr. Antonino Bonfiglio Salerno, identificado com a carteira de identidade estrangeira no. 134469, titular de 123 ações. 134469, titular de 123 ações ordinárias, que expressou sua objeção em relação ao Relatório do Auditor Estatutário sobre as demonstrações financeiras da Empresa, documentos que foram questionados através de uma comunicação do referido acionista datada de 9 de março de 2022, enviada à Superintendência Financeira da Colômbia com cópia para a Superintendência das Empresas, e perguntou ao Auditor Estatutário se ela tinha conhecimento de alguns contratos confidenciais da Empresa.

A fim de responder à preocupação do acionista, o Auditor Estatutário pediu-lhe que fosse mais específica em relação aos contratos sobre os quais ela fez sua pergunta, sem saber a quais documentos ela se referia. O Presidente da Empresa então interveio e, para fins de total clareza e transparência para os acionistas, pediu ao acionista que explicasse especificamente a quais contratos ele se referia, a fim de lhe dar uma resposta clara e oportuna. Da mesma forma, o Presidente explicou que, de acordo com a regulamentação aplicável em vigor, existem contratos e outros documentos que são confidenciais e gozam de tratamento especial, entre outros motivos, porque contêm informações e dados confidenciais que, se divulgados, poderiam ser utilizados em detrimento da empresa. Consequentemente, eles são documentos que, por conterem tais informações, não estão sujeitos ao direito de inspeção dos acionistas. Ele também convidou o acionista a ser mais explícito em relação a sua preocupação a fim de identificar se esses documentos não contêm informações confidenciais e, em caso afirmativo, a proceder com sua divulgação.

O acionista tomou novamente a palavra e declarou que se tratava de contratos que ele havia solicitado anteriormente e declarou que esta reunião não era o local para tratar do assunto e que ele escolheria tratar destes assuntos em outro lugar.

O Presidente então interveio e indicou que faz parte da dinâmica comercial das organizações que há informações e documentação confidencial cuja não divulgação a terceiros (incluindo acionistas) é protegida por lei, e indicou que se houver algum documento que não seja confidencial e que seja solicitado por um acionista, a Empresa estará sempre totalmente preparada para permitir o acesso a ele.

O acionista Luis Alberto Cardona Duque, identificado com o documento de identidade nº 70.094.702, titular de 3.550 ações ordinárias, expressou respeitosamente sua discordância em relação à posição tomada pelo acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., que, após declarar publicamente que a Empresa não cumpriu com seu dever de entregar determinada documentação, recusa-se a explicar à administração da Empresa e a seus acionistas a que documentação ele se refere, argumentando que este não é o fórum apropriado para este fim.

O Presidente tomou a palavra e, em nome da Empresa, expressou seus sinceros agradecimentos à Ernst & Young Audit S.A.S. e à Sra. Jaimes pela forma independente, autônoma e profissional em que desempenhou suas funções durante os anos em que atuou como Auditor Estatutário. Ele também observou que nesta reunião uma mudança do Auditor Estatutário será submetida à consideração dos acionistas, como consequência natural da rotação requerida sob a perspectiva de boas práticas de governança corporativa, após vários anos nessa função por aquela firma.

O acionista Jesús Alfredo Vanegas Montoya, identificado com o documento de identidade nº 3.472.217, titular de 41 ações ordinárias, declarou que a intervenção do acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S. é desprezível para ele na medida em que é anônima e não especifica em detalhes o assunto a que se refere, o que poderia ser um assunto que gera pânico econômico. Ele expressou fortemente sua rejeição a tal intervenção.

Em vista das intervenções anteriores, o acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificado com o NIT 890.307.882 representado pelo Sr. Antonino Bonfiglio Salerno, identificado com o cartão de identificação de estrangeiro nº 134469, titular de 123 ações ordinárias, tomou novamente a palavra e declarou que, independentemente das normas mencionadas pelo Presidente que garantem a não entrega de contratos com conteúdo confidencial, ele reiterou seu apoio à Colômbia e ao mesmo tempo gostaria de ter uma clareza clara em relação a estes exercícios.

O Presidente reiterou a posição da administração de que está aberta à entrega de todos os contratos e documentos que devem ser fornecidos sob os regulamentos aplicáveis e para manter sob estrita reserva aqueles que, devido à natureza de suas informações e a fim de proteger os interesses da Empresa, não estão sujeitos ao direito de inspeção. Ele também ressaltou que sob o item 15 da agenda, o acionista pode se referir expressamente a tais contratos e seus pedidos a esse respeito.

8. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO PRESIDENTE E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.

No exercício dos poderes conferidos por lei e pelo Contrato Social, a Assembleia Geral examinou o Relatório da Administração do Presidente e do Conselho de Administração e o Relatório Anual de Governança Corporativa.

O Presidente pediu ao Secretário que verificasse o quórum e, se o quórum fosse suficiente para deliberar e decidir, para iniciar a votação correspondente. O Secretário informou que um total de 439.558.761 ações ordinárias estavam presentes, correspondendo a 98,20% do total de ações em circulação da Empresa, e que havia quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação foi então iniciada, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (1 minuto) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 3, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a respectiva cédula foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

Uma vez contados os votos, o Secretário informou que a proposta de aprovação do Relatório da Administração do Presidente e do Conselho de Administração e do Relatório Anual de Governança Corporativa foi aprovada por um total de 433.669.536 ações ordinárias, correspondendo a 98,66% do número total de ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente observado que 1 acionista votou contra, 3 acionistas emitiram votos em branco e 37 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600

Segue a lista dos acionistas que votaram em branco:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	1018426612	704

Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
ANGEL NICOLAS BORRERO	94370459	91697
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
HERNANDO PEREZ QUINTERO	19335554	7241
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	6335
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	79884243	2696
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
MARIA VELASQUEZ SANDINO	43030802	508
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
LUZ MERY QUINTERO CASTANO	42885882	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5
AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	21327959	2
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

9. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

O Presidente tomou a palavra e pediu ao Secretário para verificar o quorum e, se houvesse quorum suficiente para deliberar e decidir, para começar a votar.

O acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificado com o NIT 890.307.882 representado pelo Sr. Antonino Bonfiglio Salerno, identificado com o cartão de identificação estrangeiro nº 134469, titular de 123 ações ordinárias, tomou a palavra e, antes do início da votação, manifestou sua objeção às demonstrações financeiras de 2021. O Presidente declarou expressamente que sua intervenção seria registrada na ata, o que deveria se refletir no sentido de seu voto em relação a esta proposta.

Posteriormente, o acionista Luis Alberto Cardona Duque, identificado com o documento de identidade nº 70.094.702, titular de 3.550 ações ordinárias, tomou a palavra, que em vista das múltiplas intervenções do Sr. Antonio Bonfiglio, pediu-lhe que informasse qual acionista ele representa e o número de ações que possui, para fins de clareza para os demais acionistas. O Sr. Antonino Bonfiglio tomou a palavra e indicou que representa o acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S.

O Secretário informou então que um total de 439.558.749 ações ordinárias estavam presentes, correspondendo a 98,20% do total de ações em circulação da Empresa, e que havia um quorum para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação foi então iniciada, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (1 minuto) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 4, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a respectiva cédula foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

Uma vez contados os votos, o Secretário informou que a proposta de aprovação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 foi aprovada por um total de 433.586.183 ações ordinárias, correspondendo a 98,64% do número total de ações presentes e representadas na assembleia e pertencentes a acionistas que não apresentavam as incompatibilidades indicadas no artigo 185 do Código de Comércio para fins de votação no balanço patrimonial e contas de final de ano. Consequentemente, de acordo com as disposições do artigo 23 do Contrato Social da Empresa, a existência de uma maioria absoluta é suficiente para os fins desta aprovação.

É expressamente observado que 1 acionista votou contra, 4 acionistas emitiram votos em branco e 32 acionistas se abstiveram de votar. Abaixo está a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	1018426612	704

Fica expressamente registrado que, apesar da intervenção do acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificado com o NIT 890.307.882 representado pelo Sr. Antonino Bonfiglio Salerno, identificado com a carteira de identificação estrangeira nº 134469, titular de 123 ações ordinárias, através da qual manifestou sua objeção às demonstrações financeiras de 2021 da Companhia, no momento do exercício de seu direito de voto através da plataforma prevista para este fim, o acionista se absteve de votar.

Segue a lista dos acionistas que votaram em branco:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188

JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	1020
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671

Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
URIDECA S A S	900524898	185839
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	19144982	10000
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	6335
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	5260
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
LUZ MERY QUINTERO CASTANO	42885882	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

Fica expressamente registrado que, apesar da intervenção do acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificado com o NIT 890.307.882 representado pelo Sr. Antonino Bonfiglio Salerno, identificado com o cartão de identificação estrangeiro nº 134469, titular de 123 ações ordinárias, pelo qual ele expressou sua objeção às demonstrações financeiras da Companhia 2021, no momento do exercício de seu direito de voto através da plataforma prevista para este fim, o acionista se absteve de votar.

10. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O PERÍODO DE 2022-2024.

O Secretário da reunião tomou a palavra e prestou contas do processo seguido para a nomeação e avaliação dos candidatos a membro do Conselho de Administração, indicando que o processo foi realizado no estrito cumprimento da lei, do Contrato Social e do Código de Governança Corporativa e da Política de Eleição e Sucessão do Conselho de Administração e seu respectivo Procedimento.

Informou que, desde 15 de março deste ano, o relatório sobre a avaliação dos candidatos a formar o Conselho de Administração elaborado pelo Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa e o Conselho de Administração foi divulgado aos acionistas e ao mercado através do mecanismo de informação relevante. Além disso, este relatório foi disponibilizado no site corporativo.

Indicou que na proposta avaliada, os candidatos a Membros Independentes são indicados:

- a. **Luis Fernando Alarcón Mantilla:** Presidente e membro desde junho de 2015.
- b. **Felipe Ayerbe Muñoz:** membro desde outubro de 2010.
- c. **Ana María Ibáñez Londoño:** membro desde março de 2014.

E são nomeados como Membros Patrimoniais:

- d. **Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira:** membro desde janeiro de 2020.
- e. **Christophe José Hidalgo:** membro desde janeiro de 2020.
- f. **Susy Midori Yoshimura:** nova candidata.
- g. **Rafael Russowsky:** membro desde janeiro de 2020.
- h. **Bernard Petit:** membro desde março de 2014.
- i. **Philippe Alarcon:** membro desde março de 2012.

Em seguida, apresentou um breve resumo dos currículos dos candidatos:

Candidatos a Membros Independentes:

1. Luis Fernando Alarcón Mantilla:

Ele foi gerente geral da Interconexión Eléctrica S.A., Presidente da Asofondos, Presidente da Grancolombian Merchant Fleet, Diretor Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Ministro de Finanças. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Almacenes Éxito S.A., membro dos Conselhos de Administração da Eléctricas de Medellín Comercial, Frontera Energy Corp., Transporte y Servicios S.A. e Fundación Plan, e Membro Honorário do Conselho Superior da Universidad de los Andes. Além disso, foi membro dos Conselhos de Avianca, Banco de Bogotá, Baviera, Caracol Televisión, Bolsa de Valores de Colombia, ISA, Grupo Sura, entre outros.

2. Felipe Ayerbe Muñoz:

Atualmente é membro do Conselho de Administração da Almacenes Éxito S.A., Banco de Occidente e Fundación Carulla, e Diretor da Fundación Colgate Palmolive Colombia. Também foi membro do Conselho de Administração da Aseguradora del Valle, Productos Yupi S.A., e Presidente do Conselho de Administração do Banco Andino e Carulla Vivero, entre outros.

3. Ana María Ibáñez Londoño:

A partir de 1º de abril de 2019, ela está vinculada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento como Consultora Econômica Sênior na Vice-Presidência para Setores e Conhecimento. De 2012 a 2016 atuou como reitor da Faculdade de Economia da Universidade dos Andes e atualmente é professora titular lá. Ela foi professora visitante na Universidade de Yale, na Universidade de Princeton e no Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex.

Ela tem trabalhado como pesquisadora e consultora: Fedesarrollo, o Banco Mundial, a Universidade de Maryland no College Park, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros. Atualmente ela é membro do Conselho de Administração da Almacenes Éxito S.A. e foi membro dos Conselhos da Fundación Éxito, Fundación Saldarriaga y Concha, e do Banco BBVA, e membro do Fundo de Construção da Paz das Nações Unidas, do Conselho Acadêmico da Universidad de los Andes e do Grupo Consultivo da Comissão Global sobre Pobreza do Banco Mundial.

Candidatos a membros patrimoniais:

4. Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira:

Desde 2016, ele é membro do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar (GPA) e em 2018 foi eleito Co-Presidente do mesmo. Ele também ocupa o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Cdiscount, sediado em Amsterdã, Holanda. Ele é membro do Conselho de Administração do Grupo Casino na França, CNova no Brasil e membro do Conselho de Sustentabilidade da Suzano no Brasil.

Entre janeiro de 2014 e abril de 2018, ele foi Diretor Executivo do GPA. Atualmente é membro do Conselho de Administração de Almacenes Éxito S.A. e anteriormente foi Presidente do Conselho de Administração de Via Varejo, Lupatech, Contax e Telemar, e membro dos Conselhos de Administração da Estácio, Magnesita, Cemar, Oi/Telemar, Engenharia e Ispamar.

5. Christophe Hidalgo:

De 2012 a 2021 ele foi CFO do GPA. Entre 2010 e 2012 foi Vice-Presidente Financeiro da Almacenes Éxito S.A.

Desde 2014 é membro do Conselho de Administração de Financiera Banco Itaú, Brasil, desde 2017 é membro do Conselho de Administração de CNova, Holanda, e desde 2020 é membro do Conselho de Administração de GPA e Almacenes Éxito S.A.

6. Susy Midori Yoshimura:

Atualmente ela é Diretora de Sustentabilidade e Diversidade Latam na Wilkes Participações. Ela tem 20 anos de experiência na definição de estratégia de sustentabilidade e impacto socioambiental. Ela foi membro da Aliança Empresarial de 2013 a 2017 e atualmente é membro do Fundo Brasileiro de Direitos Humanos.

7. Rafael Russowsky:

Desde 2012 ele é Chefe de Desenvolvimento Corporativo e Investimentos no Casino Group. Foi banqueiro de investimentos especializado em fusões e aquisições e transações de mercado de capitais no Credit Suisse, Morgan Stanley e Oppenheimer & Co. Ele trabalhou no HSBC e Safra Bank, com foco em transações de crédito. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Almacenes Éxito S.A.

8. Bernard Petit:

Ele passou toda sua carreira profissional no Grupo Casino, do qual é membro desde 1983 e onde, de 2016 até 2020, ocupou o cargo de Diretor Financeiro Adjunto para a América Latina e Gerente Geral de Serviços Cassinos na França. No Cassino ele assumiu várias responsabilidades como líder das áreas de contabilidade, controle de gestão e auditoria. Ele é membro do Conselho de Administração de Almacenes Éxito S.A. desde março de 2014 e é membro dos conselhos do Grupo Disco no Uruguai, Libertad na Argentina, Codim e Casino Finance, na França, entre outros. Ele serviu anteriormente nas diretorias do Cdiscount, Green Yellow e Banque Casino na França.

9. Philippe Alarcon:

Desde 1983 ele faz parte do Grupo Cassino, onde está atualmente e desde 2011, Diretor de Coordenação Internacional. No Grupo Casino ele ocupou altos cargos no Departamento Financeiro e foi CFO em várias subsidiárias do Grupo, incluindo subsidiárias industriais, supermercados e restaurantes, e Gerente Geral do negócio imobiliário. Na Polônia ele ocupou o cargo de CFO do Cassino por oito anos, e Gerente Geral de atividades imobiliárias. Ele é membro do Conselho de Administração de Almacenes Éxito S.A. desde 2012 e do GPA desde 2019.

De acordo com o procedimento estabelecido, foi lembrado que o Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa realizou uma avaliação dos candidatos, e então o Conselho de Administração emitiu um relatório de avaliação. O Secretário da Assembleia leu um extrato do relatório:

“Relatório de Avaliação dos Candidatos a Membro do Conselho de Administração

Almacenes Éxito S.A.

“Após ter realizado uma análise rigorosa do perfil de cada um dos candidatos a membro do Conselho de Administração, sob a perspectiva da Política de Eleição e Sucessão do Conselho de Administração e levando em consideração os seguintes assuntos ali contemplados: nível de conhecimento, habilidades gerenciais e de liderança e habilidades pessoais, entre outras; concluiu-se que a composição deste órgão administrativo permitirá que a administração da empresa receba o apoio estratégico e a assessoria, a direção objetiva e as contribuições de alto valor necessárias para enfrentar os diferentes desafios do dia-a-dia de um ambiente cada vez mais dinâmico e exigente.

A adequação desta composição deve-se, entre outras razões, (i) aos diferentes níveis de exposição gerencial que os candidatos tiveram em diferentes contextos e em negócios relacionados ou complementares, tanto nacional como internacionalmente; (ii) sua experiência anterior em outros órgãos colegiados; e (iii) seu conhecimento e desempenho em múltiplos setores e áreas de especialização.

Deve-se observar que a composição proposta do Conselho de Administração contempla uma grande diversidade em termos de gênero, nacionalidade e áreas de especialização, na medida em que sugere a participação de 2 mulheres, envolve 3 nacionalidades diferentes e seus membros possuem uma vasta e valiosa experiência no setor de finalidade corporativa da empresa e em outros setores relacionados e complementares. Da mesma forma, sem que isto constitua um impedimento para ser membro do Conselho de Administração, após a revisão do perfil de cada um dos candidatos para formar tal órgão corporativo à luz do Decreto 830 de 2021, foi identificado que nenhum deles possui o status de pessoa politicamente exposta ("PEP").

Da mesma forma, enquanto a reeleição de alguns membros, que se destacaram pela qualidade de suas contribuições, seu compromisso com a Empresa e seu excelente desempenho, favorece a continuidade na abordagem de questões estratégicas de médio e longo prazo; a entrada de outros membros é prova da abertura para a incorporação de novas perspectivas, e a busca permanente de complementaridade, competitividade e concorrência, e mais ainda, diversidade.

Da mesma forma, deve-se observar que as habilidades acima mencionadas de diferentes tipos contribuem para posições mais deliberativas, ao invés de informativas, por parte dos membros e para uma maior argumentação crítica no momento de se pronunciar e tomar decisões. Além disso, o nível de experiência credenciada reflete o respeito aos princípios de comportamento ético e contribui para a geração de relações de confiança e uma transcendência coerente com o propósito organizacional”.

Uma vez concluída a apresentação dos candidatos e o extrato de seu relatório de avaliação, o Presidente da Reunião tomou a palavra para submeter à consideração da Reunião a proposta para a eleição dos membros do Conselho de Administração para o período 2022-2024.

O Secretário informou que um total de 439.552.956 ações ordinárias estavam presentes, correspondendo a 98,20% do total de ações em circulação da Empresa, havendo quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com os estatutos sociais e a lei.

Iniciou-se então a votação, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (1 minuto) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 5, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a respectiva cédula foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

Uma vez contados os votos, o Secretário informou que a proposta para a eleição do Conselho de Administração para o período 2022-2024 foi aprovada por um total de 433.576.656 ações ordinárias, correspondendo a 98,64% do número total de ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente observado que 1 acionista votou contra, 5 acionistas emitiram votos em branco e 32 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188

Segue a lista dos acionistas que votaram em branco:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
INES MEDINA MEJIA	43628467	12
LAURA MARIA MEDINA MEJIA	43876166	132
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671

Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
URIDeca S A S	900524898	185839
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	6335
JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	71598574	6175
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	3747
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	184
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

Conseqüentemente, como resultado da votação acima, é estabelecida a seguinte composição do Conselho de Administração para o período 2022-2024:

NOME DO MEMBRO	QUALIDADE
Luis Fernando Alarcón Mantilla	Independente
Felipe Ayerbe Muñoz	Independente
Ana María Ibáñez Londoño	Independente
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	Patrimonial
Christophe José Hidalgo	Patrimonial
Susy Midori Yoshimura	Patrimonial
Rafael Russowsky	Patrimonial
Bernard Petit	Patrimonial
Philippe Alarcon	Patrimonial

11. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O PERÍODO DE 2022-2024.

O Presidente deu a palavra ao Secretário Geral, que procedeu à leitura da proposta da Administração e do Conselho de Administração a este respeito:

Propõe-se estabelecer a seguinte alocação de honorários do Conselho de Administração para o período de 2022- 2024:

	Conselho de Administração	Comitês de apoio
Presidente	Alocação de \$12.866.700 (doze milhões oitocentos e sessenta e seis mil e setecentos pesos) para preparação e participação em cada reunião do Conselho de Administração.	Alocação de \$8.577.800 (oito milhões quinhentos e setenta e sete mil e oitocentos pesos) para preparação e participação em cada reunião do respectivo comitê.
Demais membros	Alocação de \$8.577.800 (oito milhões quinhentos e setenta e sete mil e oitocentos pesos) para preparação e participação em cada reunião do Conselho de Administração.	Alocação de \$4.288.900 (quatro milhões duzentos e oitenta e oito mil e novecentos pesos) para preparação e participação em cada reunião do respectivo comitê.

Antes do início da votação, o Secretário informou que havia um total de 439.552.956 ações ordinárias presentes, correspondendo a 98,20% do total de ações em circulação da Empresa, e que havia um quorum para deliberar e decidir validamente, de acordo com os estatutos sociais e a lei.

Iniciou-se então a votação, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (1 minuto) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 6, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a respectiva cédula foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

Uma vez contados os votos, o Secretário informou que a proposta de fixação dos honorários do Conselho de Administração para o período 2022-2024 foi aprovada por um total de 433.335.807 ações ordinárias, correspondendo a 98,58% do número total de ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente observado que 4 acionistas votaram contra, 5 acionistas votaram em branco e 30 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	33
TORRES PEREZ GONZALO ANDRES	1018415761	28211
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188
GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	79884243	2696

Segue a lista dos acionistas que votaram em branco:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	80028377	6095
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5
FONVAL ACCIONES DINAMICO	900865223	377178
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671

Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
ANDRES JULIAN LOPERA OSORIO	70328719	18000
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	6335
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	3747
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	8304151	1000
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

12. ELEIÇÃO DO AUDITOR ESTATUTÁRIO PARA O PERÍODO ESTATUTÁRIO 2022-2024.

O Presidente deu a palavra à Vice-Presidente para Assuntos Corporativos e Secretária Geral, Sra. Claudia Campillo Velásquez, que leu a proposta da Administração e do Conselho de Administração a este respeito:

PROPOSTA PARA A ELEIÇÃO DO AUDITOR ESTATUTÁRIO PARA O PERÍODO ESTATUTÁRIO 2022-2024

Considerando que:

- De acordo com as disposições do Contrato Social e do Código de Governança Corporativa da Empresa, o Auditor Estatutário e seu suplente serão eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas por períodos de 2 (dois) anos, simultaneamente ao mandato do Conselho de Administração, podendo ser reeleitos sucessivamente.
- Em 19 de março de 2020, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou a reeleição da Ernst & Young Audit S.A.S. para prestar serviços de auditoria para o período estatutário de 2020-2022.
- A administração realizou um processo de seleção objetivo e transparente que incluiu a avaliação de critérios econômicos e técnicos, através do qual foram recebidas propostas de empresas com histórico comprovado no mercado.
- As conclusões desta análise mostraram que a melhor alternativa a ser escolhida é a KPMG S.A.S. para auditar os períodos contábeis dos anos 2022 e 2023.
- A KPMG S.A.S. não recebeu nenhuma renda da Empresa ou de suas partes relacionadas representando vinte e cinco por cento (25%) ou mais de sua última renda anual.
- As razões que levaram a contemplar a eleição foram submetidas à consideração do Comitê de Auditoria e Risco e do Conselho de Administração.

Resolve:

Propor à Assembleia Geral de Acionistas a eleição da empresa KPMG S.A.S. para a prestação dos serviços de auditoria para o período estatutário de 2022-2024.

O Secretário também observou que, além das considerações acima, a mudança proposta do Revisor Oficial de Contas se baseia nas boas práticas de governança corporativa, a fim de manter um nível adequado de independência.

Antes de iniciar a votação, o Presidente solicitou ao Secretário que verificasse o quorum. Assim, o Secretário informou que havia um total de 439.549.406 ações ordinárias presentes, correspondendo a 98,20% do total de ações em circulação da Empresa, e que havia quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação foi então iniciada, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (1 minuto) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 7, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a respectiva cédula foi encerrada e a contagem dos votos foi iniciada.

Devido a uma falha técnica na plataforma de votação, a votação virtual atual foi cancelada e o quorum foi verificado novamente a fim de começar a votar novamente. O Secretário informou que havia um total de 439.549.406 ações ordinárias presentes, correspondendo a 98,20% do total de ações em circulação da Empresa, e que havia quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação começou então de acordo com a dinâmica usada nas votações anteriores e foi dado um aviso quando a votação estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a votação foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

Após a contagem dos votos, o Secretário informou que a proposta para a eleição do Revisor Oficial de Contas para o período estatutário 2022-2024 foi aprovada por um total de 433.219.715 ações ordinárias, correspondentes a 98,55% do número total de ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente observado que 1 acionista votou contra, 6 acionistas emitiram votos em branco e 35 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
VICTOR JULIO DIAZ MORENO	79370035	25000

Segue a lista dos acionistas que votaram em branco:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONVAL ACCIONES DINAMICO	900865223	377178
GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	79884243	2696
JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	71598574	6175
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	5260
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600

Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	64077
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
TORRES PEREZ GONZALO ANDRES	1018415761	28211
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	19569
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8460
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5523
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3903
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	3747
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	8304151	1000
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

13. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS DO AUDITOR ESTATUTÁRIO PARA O PERÍODO ESTATUTÁRIO DE 2022-2024.

O Presidente deu a palavra à Vice-Presidente para Assuntos Corporativos e Secretária Geral, Sra. Claudia Campillo Velásquez, que apresentou a proposta da Administração e do Conselho de Administração a este respeito:

Aprovar submeter à consideração da Assembleia Geral de Acionistas para sua correspondente aprovação a proposta de honorários para serviços de auditoria estatutária de \$3.460.000.000 m/l para o período contábil de 2022, e o mesmo valor, sujeito a aumento anual de acordo com o CPI, para o período contábil de 2023.

O Presidente pediu ao Secretário que verificasse o quorum. O Secretário informou que havia um total de 439.549.406 ações ordinárias presentes, correspondendo a 98,20% do total de ações em circulação da Empresa, e que havia um quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação então começou, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (1 minuto) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam votar por cédula nº 8, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza.

Posteriormente, o Presidente informou que a respectiva votação foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

O Secretário informou que a proposta de fixação dos honorários do Fiscal Único para o período estatutário 2022-2024 foi aprovada por um total de 433.276.066 ações ordinárias, correspondendo a 98,57% do número total de ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente observado que 6 acionistas votaram contra, 7 acionistas votaram em branco e 32 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5523
DIAZ MORENO VICTOR JULIO	79370035	25000
INES ROCIO TOBON HIDALGO	43090582	2
FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	1018426612	704
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188
GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	79884243	2696

Segue a lista dos acionistas que emitiram votos em branco:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONVAL ACCIONES DINAMICO	900865223	377178
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	3747
ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	1020
DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	80028377	6095
INES MEDINA MEJIA	43628467	12
LAURA MARIA MEDINA MEJIA	43876166	132

Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	64077
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	5260
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
ALEJANDRO TIRADO TORRES	71339889	2369
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	184
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	4
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

14. PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO.

Antes do processo de votação de cada uma das propostas, o Presidente apresentou o contexto e detalhou algumas considerações úteis para facilitar o processo de tomada de decisão para os acionistas.

Apontou que as primeiras quatro propostas apresentadas pela administração referem-se a: uma alteração do estatuto social, a distribuição de lucros, uma proposta de mudanças na alocação de reservas e uma proposta para instruir o Conselho de Administração a regular um processo de recompra de ações. Ele informou que as propostas são enquadradas dentro de diretrizes de governança corporativa que garantem condições iguais para todos os acionistas, independentemente de sua participação percentual.

Afirmou então que estas propostas visam proporcionar maior valor e otimizar o pagamento aos acionistas, procurando maximizar o retorno aos acionistas, pois há recursos suficientes para fazê-lo sem afetar o plano de investimento deste ano, as exigências de capital de giro ou o nível de endividamento da empresa. Ele observou que, como explicado anteriormente pelo Vice-Presidente Financeiro, os níveis de caixa e os lucros relatados para 2021 excederam as expectativas e mostraram um crescimento substancial em comparação com o ano imediatamente anterior. Portanto, é possível tomar decisões de lucro, entregando um valor superior ao lucro do ano.

Indicou que, a fim de entregar este valor maior, é proposto fazê-lo através de dois mecanismos: o primeiro consiste em distribuir dividendos com base no lucro do ano e liberar reservas de períodos anteriores; o segundo consiste em implementar uma recompra de ações da Empresa. Explicou que para implementar o primeiro mecanismo, do lucro líquido em 2021 de \$474.681.491.231 (quatrocentos e setenta e quatro bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões, quatrocentos e noventa e um mil e duzentos e trinta e um pesos), é proposta a distribuição de 50% como dividendos, totalizando \$237.677.891.796 (duzentos e trinta e sete bilhões, seiscentos e setenta e sete milhões, oitocentos e noventa e um mil e setecentos e noventa e seis pesos), o que representa um aumento de 37% no dividendo por ação do ano anterior. Em seguida, é proposto aumentar a reserva para recompra de ações em \$249.333.599.435 (duzentos e quarenta e nove bilhões, trezentos e trinta e três milhões, quinhentos e noventa e nove mil e quatrocentos e trinta e cinco pesos) e realocar a soma de \$147.108.400.565 (cento e quarenta e sete bilhões, cento e oito milhões, quatrocentos mil e quinhentos e sessenta e cinco pesos) da reserva ocasional para futuros acréscimos e melhorias na reserva para recompra de ações.

Com relação ao segundo mecanismo de recompra de ações, ele observou que a administração acredita que as condições sob as quais a transação será realizada são propícias para fornecer valor aos acionistas, pagando um preço que reconhece o valor fundamental de suas ações e também pode gerar eficiências para cada acionista em condições de mercado, através de um procedimento que implementa boas práticas de governança corporativa.

Da mesma forma, ele informou que, a fim de garantir a aplicabilidade desses mecanismos de acordo com a lei, como passo preliminar, a Assembleia é obrigada a aprovar a reforma dos estatutos a serem submetidos à consideração, a fim de adequá-los às disposições do artigo 396 do Código de Comércio, que estabelece que a corporação só pode adquirir suas próprias ações por decisão da Assembleia. Isto é apoiado pela Superintendência de Empresas, que tem sustentado que tal aprovação não pode ser delegada a outro órgão corporativo.

Com relação à proposta de aumentar e realocar reservas, ele indicou que se deve ter em mente que a recompra deve ser realizada com lucros líquidos das operações da Empresa, que são alocados para uma reserva de propósito especial. Ele informou que, por este motivo, a proposta da administração é autorizar a alocação de recursos dos lucros e outras reservas ocasionais para a reserva de recompra de ações.

Finalmente, ele explicou que, se a alocação de recursos para a reserva de recompra for aprovada, a Assembleia é obrigada a instruir o Conselho de Administração para regulamentar a operação de recompra de ações, que será submetida à Assembleia para consideração em uma reunião subsequente. Ele reiterou que o Conselho de Administração não autorizará a reavaliação; ele apenas proporá termos de reavaliação. Caberá a esta Assembleia dar a aprovação final. Ele indicou, então, como declarado nas propostas a serem submetidas a esta Assembleia para consideração, que as condições de recompra a serem submetidas a esta Assembleia para aprovação devem assegurar que os acionistas sejam tratados igualmente, que o procedimento para a operação de recompra de ações seja transparente e que o preço de recompra seja determinado por procedimentos tecnicamente reconhecidos que possam estabelecer que os acionistas recebam um preço de acordo com o valor fundamental de suas ações.

Finalmente, ele disse que os benefícios dessas propostas para os acionistas são claros desde que:

1. Um valor maior seja entregue aos acionistas.
2. A melhor alternativa para entregar valor seja apresentada, através de dois mecanismos, incluindo um dividendo percentual, com um aumento de 37% sobre o ano anterior, e uma operação de recompra de ações.
3. Ambos os mecanismos tenham em comum que os acionistas decidem sobre os lucros da empresa, sendo capazes de obter maior valor e otimização dos valores a serem recebidos.
4. Entretanto o processo de recompra de ações é regulamentado, o mecanismo estabelece que a determinação do preço das ações a serem compradas, de acordo com o artigo 42 da Lei 964 de 2005, pressupõe que ele seja estabelecido com base em procedimentos tecnicamente reconhecidos. Assim, o processo, como exigido por lei, garante que a Empresa reconheça um preço em linha com o valor fundamental de suas ações aos acionistas.
5. A recompra das ações da Companhia geraria eficiências que beneficiariam todos os acionistas de forma igualitária e de acordo com sua porcentagem de participação, uma vez que, de acordo com as disposições do artigo 36-1 da Lei Tributária, o lucro gerado na venda de ações negociadas publicamente não constitui renda ou ganho ocasional para o vendedor, desde que as ações recompradas não excedam 10% das ações em circulação da Companhia. Em contraste, a distribuição de dividendos está sujeita a imposto no momento da distribuição e gera um imposto retido na fonte à alíquota de 7,5% ou 10%, conforme o caso.
6. Os mecanismos propostos dão aos acionistas a flexibilidade de receber o montante total dos lucros a serem utilizados para o pagamento e recompra de dividendos, ou para receber apenas a parte dos dividendos e reter mais ações da empresa.

7. Deve-se observar que os direitos de voto e econômicos correspondentes às ações recompradas estão suspensos e, portanto, a Empresa não poderá votar com essas ações e os dividendos futuros serão distribuídos entre os acionistas remanescentes na base na proporção de sua participação no capital, descontadas as ações recompradas.
8. A proposta de distribuir o lucro da empresa por meio de uma distribuição de dividendos e através de uma transação de recompra de ações leva em consideração a aplicação das melhores práticas de governança.

Concluiu afirmando que as propostas a serem submetidas à consideração da Assembleia procuram implementar um processo que, embora cumprindo todos os requisitos legais, daria maior valor aos acionistas, através de um procedimento transparente e devidamente informado que garanta condições equitativas de tratamento para todos os acionistas.

Após ter exposto as considerações acima e antes de submeter as propostas da administração à consideração dos acionistas, o Presidente abordou as preocupações levantadas pelos acionistas através do bate-papo WhatsApp diretamente relacionado a estes assuntos, a fim de proporcionar-lhes maior clareza e elementos de julgamento para a tomada de suas decisões.

O acionista Sebastián Mejía Londoño, identificado com o documento de identidade nº 75.105.193, titular de 5.260 ações ordinárias, fez as seguintes perguntas:

- *O que é um preço justo para a ação da empresa?*
- *Em que data você espera ter a avaliação do terceiro independente e em que data você esperaria que a recompra ocorresse?*
- *O trabalho está atualmente em andamento ou há planos para retirar a ação da Bolsa de Valores da Colômbia?*
- *Você está trabalhando atualmente ou planeja listar a participação em outra bolsa nos EUA ou em outro mercado”?*

O Presidente respondeu a estas perguntas.

Em relação à primeira pergunta, ele informou, para fins ilustrativos, que o preço de negociação da ação da Companhia, ou seja, a cotação da ação na Bolsa de Valores da Colômbia (“BVC”) no fechamento de 23 de março de 2022 era de 17.500 pesos, o que significa um aumento de 52% durante o ano, comparado com os 12,5% que o índice BVC tem variado positivamente.

Com relação ao preço justo da ação, ele indicou que este é determinado através de uma análise técnica que leva em conta questões como: estratégia, resultados, demonstrações financeiras da empresa, a soma de suas partes, entre outras. Esta análise responde ao valor fundamental da Empresa e, portanto, de cada ação.

Também reiterou que as condições de recompra a serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas para aprovação devem garantir um tratamento igualitário e equitativo dos acionistas, que o procedimento para a operação de recompra de ações será transparente e que o preço de recompra será determinado por procedimentos tecnicamente reconhecidos que possam estabelecer que os acionistas recebam um preço em consonância com o valor fundamental de suas ações. De acordo com o acima exposto, ele informou que uma análise feita por um terceiro independente contratado pelo Conselho de Administração deveria ser conduzida a fim de determinar o preço de recompra.

Quanto à segunda questão, ele informou que não há data fixa para a avaliação pelo terceiro independente, pois, embora seja esperado que tal análise seja realizada no menor tempo razoavelmente possível, a data específica dependerá do regulamento emitido pelo Conselho de Administração e do tempo gasto pelo terceiro independente para realizar o estudo e análise correspondente, que deve ser realizado de forma responsável e exaustiva, de acordo com procedimentos tecnicamente reconhecidos, que podem estabelecer que os acionistas recebam um preço de acordo com o valor fundamental de suas ações.

Com relação à data da recompra, o Presidente informou que esta dependerá das decisões do Conselho de Administração quanto ao regulamento, do estudo realizado pelo terceiro independente e da convocação de uma reunião extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas, pois este é o órgão societário competente para tomar a decisão quanto à recompra das ações.

Sobre a terceira questão, ele informou que a administração da empresa não contemplou nenhuma operação que leve à exclusão da ação e que a proposta de recompra ou recompra de ações não visa o acima exposto, mas procura fornecer valor aos acionistas pagando um preço que reconheça o valor fundamental de suas ações e que também possa gerar eficiências para cada um deles e em condições iguais, através de um procedimento que esteja de acordo com as boas práticas de governança corporativa. No entanto, ele indicou que, caso um processo de exclusão fosse desenvolvido no futuro, a decisão seria tomada pelos acionistas através de uma sessão da Assembleia Geral de Acionistas, que deve cumprir as regras especiais definidas pelo Decreto 2555 de 2010 e outros regulamentos aplicáveis em vigor.

Quanto à quarta questão, ele informou que até o momento a única proposta consiste na recompra de ações, complementar à distribuição de dividendos com base no lucro do exercício e a liberação de reservas de períodos anteriores, cujo objetivo é a entrega de maior valor e a otimização do pagamento aos acionistas. Ele ressaltou que até o momento, nenhuma outra iniciativa foi proposta aos acionistas em relação à cotação das ações em outras bolsas de valores.

Em seguida, o acionista Francisco Mora Moreno, identificado com o documento de identidade nº 19.483.455, titular de 45.184 ações, tomou a palavra e perguntou: (i) quais foram as razões que motivaram a administração a apresentar a proposta de recompra de ações? O acionista ressaltou que embora o valor atual das ações de \$17.500 esteja próximo do valor contábil, seu valor tem sido há muito inferior ao valor da oferta pública de aquisição ("OPA") feita pela Sendas Distribuidora S.A. em 2019, \$18.000; e (ii) Para a avaliação a ser dada na recompra de ações, a participação da Companhia como ativo será levada em conta no valor do AGP?

Em relação à primeira pergunta, o Presidente reiterou que a proposta de recompra de ações se destina a proporcionar uma alternativa que proporcionará liquidez aos acionistas e lhes permitirá receber valor em suas ações de forma otimizada. Ele indicou que, para tanto, deve ser realizado um exercício de avaliação, que deve seguir procedimentos tecnicamente reconhecidos, a fim de estabelecer um preço em consonância com o valor fundamental das ações, que será realizado por um terceiro independente contratado para este fim. Além disso, seriam geradas eficiências que beneficiariam os acionistas em igualdade de condições e de acordo com sua participação percentual, permitindo a distribuição de 50% dos lucros do ano passado, o que constitui um aumento de 37% em relação ao ano anterior, e alocando os recursos adicionais para uma recompra de ações.

Com relação à afirmação do acionista sobre o valor da ação, o Presidente observou que o valor atual da ação é superior ao valor contábil (que é próximo de US\$ 15.000) e reiterou que ela sofreu uma valorização significativa, 52% ao preço de fechamento em 23 de março de 2022 de \$17.500. Além disso, em relação à comparação feita pelo acionista com o valor de compra da OPA, lembrou que, após a OPA, um dividendo extraordinário foi distribuído a todos os acionistas no valor de aproximadamente \$2.300 pesos. Ele indicou que, se isto for levado em consideração, é evidente que o valor da ação reflete a melhoria contínua que está ocorrendo na operação e nos resultados da organização.

Quanto à segunda pergunta, o Presidente indicou que deveria ser o terceiro independente que é contratado para fins de avaliação que será responsável por determinar os critérios técnicos que estabelecerão o verdadeiro valor. Portanto, ele explicou que não cabe à Empresa estabelecer tais critérios, pois isso prejudicaria a independência do terceiro no momento da avaliação.

Posteriormente, o Secretário informou que, através do chat da WhatsApp, o acionista Enrique Espejo Saavedra, identificado com o documento de identidade nº 79.417.243, titular de 188 ações ordinárias, fez a seguinte pergunta: "Qual é o preço intrínseco da ação em 31 de dezembro de 2021". A fim de tratar de sua preocupação, o Secretário informou que o valor intrínseco da ação é de US\$ 15.373,86.

Em seguida, o acionista John Wbeiman Wiedemann Rivera, identificado pelo documento de identidade nº 98.493.899, titular de 64.077 ações ordinárias, perguntou se o Conselho de Administração havia realizado estudos prévios para apurar o valor fundamental da Empresa e, em caso afirmativo, ele pediu para saber qual havia sido esse valor.

O Presidente informou que até o momento o Conselho de Administração não encomendou um estudo sobre o valor fundamental da Empresa. Ele observou que com esta proposta de recompra de ações se pretende que o Conselho de Administração instrua um terceiro independente para realizar tal análise de avaliação, de acordo com procedimentos tecnicamente reconhecidos.

O seguinte acionista tomou a palavra: Luis José Rodríguez Herrera, identificado com o documento de identidade nº 79.865.527, titular de 3. Em primeiro lugar, ele expressou suas felicitações ao Presidente e a outros administradores pelos excelentes resultados obtidos nos últimos dois anos e, em segundo lugar, dirigiu-se aos membros do Conselho de Administração com a pergunta "Qual é a lógica de manter a ação listada na Bolsa de Valores da Colômbia, quando a cotação é de apenas 3,5%, quando o acionista controlador detém 96,5% das ações (...) e qual é, então, a lógica por trás de um plano de recompra de ações, por trás dessa porcentagem? Ele então pediu ao Presidente que explicasse o que significa o termo "igualdade", que ele mencionou em muitas ocasiões em relação à recompra de ações, e que explicasse se alguma medida será tomada para proteger os acionistas minoritários.

O Presidente tomou a palavra e primeiro agradeceu ao acionista por suas felicitações; em segundo lugar, ele se referiu ao termo igualdade, explicando que a igualdade existe na medida em que (i) o valor por ação será exatamente o mesmo, o resultado do exercício do valor fundamental, para todos os acionistas; (ii) a aquisição será realizada na proporção da participação de cada acionista no capital social da Companhia; (iii) a forma de pagamento será a mesma para todos os acionistas; e (iv) a oportunidade de acesso à recompra será a mesma para todos, na proporção de sua participação acionária. Finalmente, com relação à exclusão da cotação da ação, o Presidente informou que esta é uma decisão que depende exclusivamente dos acionistas da Companhia, sendo a Assembleia Geral de Acionistas o órgão competente para decidir sobre o assunto, caso tal operação seja proposta, e reiterou que até o momento não há nenhuma proposta a este respeito.

O Secretário tomou a palavra e informou sobre outras questões e intervenções relacionadas à recompra de ações que foram levantadas através do bate-papo WhatsApp:

1. O acionista Nicolás Borrero Ángel, identificado com o documento de identidade nº 94370459, titular de 91.697 ações ordinárias, perguntou "Qual é a porcentagem máxima da empresa que se deseja recomprar? A este respeito, o Presidente reiterou, como já foi levantado em várias ocasiões e de acordo com as informações que foram disponibilizadas para as senhoras e senhores acionistas, para o efeito há uma reserva e um valor a ser alocado para a recompra, que é equivalente, aproximadamente, de acordo com a atual taxa representativa de mercado (TRM), a 80 milhões de dólares, e o percentual dependerá do resultado do exercício de avaliação, ele explicou que, se a avaliação for alta, o percentual será menor, e se a avaliação for baixa, o percentual será maior. Além disso, este acionista perguntou "Quanto é o total em dinheiro para o processo de recompra", uma pergunta que se considera ter sido respondida de acordo com as considerações expostas acima e a documentação que foi disponibilizada aos acionistas no website corporativo e através do mecanismo de informação relevante fornecido pela Superintendência Financeira da Colômbia.

2. O acionista Gonzalo Andrés Torres Pérez declarou: “*Bom dia: parece-me que a recompra das ações deveria ter sido em 11 mil pesos, porque agora isso excede o valor contábil, obrigado*”.

Não havendo mais perguntas ou intervenções dos acionistas através do canal virtual ou presencialmente, o Presidente procedeu a submeter as propostas da administração à consideração dos acionistas.

a. Alteração dos estatutos sociais.

O Secretário tomou a palavra e informou que a reforma do Contrato Social procura emendar o parágrafo h do artigo 27, a fim de adequar o Contrato Social à lei, deixando claro que a Assembleia Geral de Acionistas é competente para autorizar a recompra de ações da Companhia. Ele explicou que, com a reforma proposta, o texto do parágrafo seria o seguinte:

h. Destinar os lucros à reserva de recompra de ações, sujeitos às disposições estatutárias e legais, e autorizar a aquisição das próprias ações da empresa.

Para fins ilustrativos, foi apresentado aos acionistas o esboço comparativo dos ajustes concretos a serem feitos no texto desta disposição:

Artículo original	Propuesta de texto
<p>Artigo 27. - Funções e atribuições. - As funções e atribuições da Assembleia Geral de Acionistas são:</p> <p>h. Destinar os lucros à reserva para a recompra de ações, sujeitos às disposições estatutárias e legais. Em virtude de tais destinações, o Conselho de Administração está autorizado a utilizar a reserva para a aquisição de ações emitidas pela Empresa, desde que estejam totalmente integralizadas e em conformidade com as regras aplicáveis à negociação no mercado de ações, e com poderes para, posteriormente, dar a tais ações, quando julgar apropriado, qualquer uma das destinações prescritas no artigo 417 do Código de Comércio;</p>	<p>Artigo 27. - Funções e atribuições. - As funções e atribuições da Assembleia Geral de Acionistas são:</p> <p>h. Destinar os lucros à reserva para a recompra de ações, sujeitos às disposições estatutárias e legais e para autorizar a aquisição das ações próprias da empresa. Em razão de tais destinações, o Conselho de Administração está autorizado a utilizar a reserva para a aquisição de ações emitidas pela Empresa, desde que estejam totalmente integralizadas e em conformidade com as regras aplicáveis à negociação no mercado de ações, e com poderes para, posteriormente, dar a tais ações, quando julgar apropriado, qualquer uma das destinações prescritas pelo artigo 417 do Código Comercial;</p>

Ele também informou que, por ocasião da reforma a ser aprovada, a administração concederá a escritura pública correspondente, que incluirá todos os artigos dos estatutos sociais na íntegra, e realizará todos os atos necessários para sua conclusão.

O Secretário procedeu então à verificação do quorum para iniciar a votação correspondente. Ela informou que um total de 439.558.228 ações ordinárias estavam presentes, correspondendo a 98,20% do total de ações em circulação da Empresa, e que havia quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação foi então iniciada, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (1 minuto) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 9, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a votação foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

O Secretário informou que a alteração proposta aos estatutos sociais foi aprovada por um total de 433.661.151 ações ordinárias, correspondendo a 98,65% do número total de ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente observado que 3 acionistas votaram contra, 4 acionistas votaram em branco e 29 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	33
MARISOL SALAZAR GONZALEZ	1017185397	10
ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	42879450	1734

Segue a lista dos acionistas que votaram em branco;

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
INES MEDINA MEJIA	43628467	12
LAURA MARIA MEDINA MEJIA	43876166	132
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156

Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	64077
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
BEATRIZ ANGEL RAMELLI	31244446	42500
DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	32528840	20000
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
HERNANDO FELIPE ZORRO AYCARDY	85464512	5476
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	4

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

h. Distribuição de lucros

O Secretário leu a proposta de distribuição de lucros, cujo texto é transcrito abaixo:

PROPOSTA PARA A DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

1. Liberar \$12.330.000.000 (doze bilhões e trezentos e trinta milhões de pesos) da reserva ocasional para futuras extensões e melhorias, correspondentes aos lucros de 2020, a serem distribuídos a título de dividendos.
2. Do lucro líquido do período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021, no montante de \$474.681.491.231 (quatrocentos e setenta e quatro bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões, quatrocentos e noventa e um mil e duzentos e trinta e um pesos), é proposto:
 - a. Destinar \$225.347.891.796 (duzentos e vinte e cinco bilhões, trezentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e noventa e um mil e setecentos e noventa e seis pesos) para distribuição a título de dividendos.
 - b. Destinar \$249.333.599.435 (duzentos e quarenta e nove bilhões, trezentos e trinta e três milhões, quinhentos e noventa e nove mil e quatrocentos e trinta e cinco pesos) para aumentar a reserva para recompra de ações.
3. Distribuir \$237.677.891.796 (duzentos e trinta e sete bilhões, seiscentos e setenta e sete milhões, oitocentos e noventa e um mil e setecentos e noventa e seis pesos) a título de dividendos.

O montante total declarado corresponde a um dividendo anual de \$ 531 (quinhentos e trinta e um pesos) por ação para 447.604.316 (quatrocentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e quatro mil e trezentos e dezesseis ações) em circulação.

O dividendo declarado será pago em uma única parcela no dia 31 de março de 2022.

O dividendo não está sujeito ao imposto de renda, mas está sujeito ao imposto sobre dividendos à alíquota aplicável a pessoas jurídicas ou físicas.

Período ex-dividendo

De acordo com as disposições do Decreto 4766 de 2011 e do Regulamento Geral da Bolsa de Valores da Colômbia, as negociações de ações realizadas entre o primeiro dia de pagamento de dividendos e os quatro dias de negociação anteriores a essa data não incluem o direito de receber dividendos (período ex-dividendo).

De acordo com a data de pagamento de dividendos, a data inicial do período ex-dividendo será 25 de março de 2022.

O Secretário procedeu então à verificação do quorum. Ela informou que um total de 439.558.228 ações ordinárias estavam presentes, correspondendo a 98,20% do total de ações em circulação da Empresa, havendo quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação foi então iniciada, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (1 minuto) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 10, e também deu um aviso quando a votação estava prestes a encerrar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza.

Posteriormente, o Presidente informou que a respectiva votação foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

O Secretário informou que a proposta de distribuição de lucros foi aprovada por um total de 433.706.319 ações ordinárias, correspondendo a 98,66% do número total de ações presentes e representadas na reunião. Está registrado que nenhum acionista votou contra.

É expressamente declarado para os registros que 1 acionista emitiu um voto em branco e 30 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram em branco:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671

Segue a a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
BEATRIZ ANGEL RAMELLI	31244446	42500
DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	32528840	20000
ANDRES JULIAN LOPERA OSORIO	70328719	18000
ROSMIRA DEL ROSARIO SILDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
HERNANDO FELIPE ZORRO AYCARDY	85464512	5476
LUIS ALBERTO CARDONA DUQUE	70094702	3550
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
LUZ MERY QUINTERO CASTANO	42885882	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	4
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

i. Mudança na destinação das reservas.

O Secretário leu a proposta para uma mudança na destinação das reservas:

Proposta de mudança na destinação das reservas

Liberar \$147.108.400.565 (cento e quarenta e sete bilhões, cento e oito milhões, quatrocentos mil e quinhentos e sessenta e cinco pesos) da reserva ocasional para futuras adições e melhorias, correspondentes aos lucros de 2020 para aumentar a reserva para recompra de ações.

O Secretário procedeu então à verificação do quorum. Ela informou que um total de 439.557.709 ações ordinárias estavam presentes, correspondendo a 98,20% do total de ações em circulação da Empresa, havendo quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação foi então iniciada, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (1 minuto) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 11, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a votação foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

O Secretário informou que a proposta de distribuição da mudança na alocação das reservas foi aprovada por um total de 433.753.461 ações ordinárias, correspondendo a 98,67% do número total de ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente observado que 3 acionistas votaram contra, 1 acionista votou em branco e 28 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
ALEJANDRO TIRADO TORRES	71339889	2369
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	3747
TORRES PEREZ GONZALO ANDRES	1018415761	28211

Segue a lista dos acionistas que votaram em branco:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671

Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
HERNANDO FELIPE ZORRO AYCARDY	85464512	5476
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
MARISOL SALAZAR GONZALEZ	1017185397	10
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	4
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

j. Instrução ao Conselho de Administração para regulamentar uma recompra de ações.

O Secretário leu a proposta para instruir o Conselho de Administração a regular uma recompra de ações:

Proposta de instrução ao Conselho de Administração para regulamentar uma recompra de ações.

A Assembleia Geral de Acionistas da Almacenes Éxito S.A. (a “Empresa”) instrui o Conselho de Administração, de acordo com as disposições do Artigo 27.h. dos Estatutos Sociais a proceder à regulamentação de um programa de recompra de ações, a ser submetido à consideração do mais alto órgão societário, e que deverá seguir as diretrizes indicadas abaixo:

Fixação do preço de recompra: O preço será determinado com base em um estudo conduzido por um terceiro independente de acordo com procedimentos tecnicamente reconhecidos, que deverão ser contratados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração proporá à Assembleia, no âmbito do regulamento a ser submetido à sua consideração, um preço de reaquisição dentro da faixa determinada pelo terceiro independente.

Prazo: O regulamento a ser apresentado pelo Conselho de Administração para consideração do mais alto órgão corporativo deve especificar o prazo da oferta de recompra de ações, que deve ser o mesmo para todos os acionistas. Este período não pode ser inferior a 10 dias úteis.

Adoção de mecanismos para assegurar igualdade de tratamento para todos os acionistas e transparência com o mercado: A política deve assegurar condições iguais para todos os acionistas, tanto em termos econômicos da recompra quanto no procedimento de recompra, de modo que cada acionista tenha a possibilidade de dispor de uma porcentagem de suas ações proporcionalmente à sua participação acionária na Empresa.

Disposição de ações: Uma vez realizadas as operações de recompra, a disposição final das ações recompradas será definida posteriormente, de acordo com as hipóteses contidas no artigo 417 do Código de Comércio.

Aprovação por parte da Assembleia: O regulamento proposto pelo Conselho de Administração estará sujeito aos procedimentos de autorização corporativa previstos por lei e aos instrumentos de governança corporativa da Empresa. Neste sentido, o regulamento proposto deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

O Secretário procedeu à verificação do quorum. Ela informou que um total de 439.537.061 ações ordinárias estavam presentes, correspondendo a 98,19% do total de ações em circulação da Empresa, havendo quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação foi então iniciada, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (1 minuto) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 12, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a votação foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

O Secretário informou que a proposta de instruir o Conselho de Administração para regulamentar uma recompra de ações foi aprovada por um total de 433.716.840 ações ordinárias, correspondendo a 98,67% do número total de ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente observado que 2 acionistas votaram contra, 2 acionistas votaram em branco e 24 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	33
ALEJANDRO TIRADO TORRES	71339889	2369

Segue a lista dos acionistas que votaram em branco:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5

Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
BEATRIZ ANGEL RAMELLI	31244446	42500
DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	32528840	20000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
HERNANDO FELIPE ZORRO AYCARDY	85464512	5476
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

k. Doações

O Secretário leu a proposta sobre doações:

Proposta que concede uma autorização no campo das doações

O Conselho de Administração e a Diretoria da Almacenes Éxito S.A. apresentam à Assembleia Geral de Acionistas, a proposta relativa às doações considerando uma indexação de 5,62% em relação ao valor autorizado no ano 2021.

A Assembleia Geral de Acionistas da Almacenes Éxito S.A.

Resolve:

Autorizar o Presidente da Empresa a destinar a reserva ocasional para “*Desenvolvimentos Futuros*”, a soma de \$1.863.000.000 (um bilhão oitocentos e sessenta e três milhões de pesos), para que, no âmbito da política e procedimento de doações, ele possa fazer doações.

O Presidente declarou então que:

- A proposta da administração considera uma indexação de 5,62% em relação ao montante autorizado em 2021.
- Desse montante, 69% serão destinados à Fundação para trabalhar na desnutrição infantil crônica e 7% serão destinados a contribuir para a redução da pegada de carbono, que são aspectos-chave da estratégia de sustentabilidade da empresa e do desenvolvimento do país.

O Presidente então pediu ao Secretário para verificar o quorum e, se houvesse quorum suficiente para deliberar e decidir, para iniciar a votação. O Secretário informou que havia um total de 439.537.061 ações ordinárias presentes, correspondendo a 98,19% do total de ações em circulação da Empresa, e que havia quorum suficiente para deliberar e decidir validamente, de acordo com o Contrato Social e a lei.

A votação foi então iniciada, para a qual o Secretário lembrou aos acionistas o tempo disponível (1 minuto) e como votar, e lembrou àqueles que votariam por cédula física que deveriam fazê-lo por meio da cédula nº 13, e também deu um aviso quando a cédula estava prestes a fechar, a fim de garantir que aqueles que não tivessem votado o fizessem com certeza. Posteriormente, o Presidente informou que a respectiva votação foi encerrada e a contagem dos votos iniciada.

O Secretário informou que a proposta de doação foi aprovada por um total de 433.066.588 ações ordinárias, correspondendo a 98,52% do número total de ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente observado que 4 acionistas votaram contra, 4 acionistas votaram em branco e 25 acionistas se abstiveram de votar. Segue a lista com as informações correspondentes:

Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	80028377	6095
JOHN ALEXANDER MONTOYA MESTIZO	79762716	65
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183

Segue a lista dos acionistas que votaram em branco:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	53406
URIDCA S A S	900524898	185839
GABRIELA MONTOYA GOMEZ	22085271	17026
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540

Segue a lista dos acionistas que se abstiveram de votar:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
FONVAL ACCIONES DINAMICO	900865223	377178
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
BEATRIZ ANGEL RAMELLI	31244446	42500
DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	32528840	20000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
HERNANDO FELIPE ZORRO AYCARDY	85464512	5476
LUIS ALBERTO CARDONA DUQUE	70094702	3550
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	1020
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

15. INTERVENÇÕES DOS ACIONISTAS.

O Presidente tomou a palavra e perguntou ao Secretário Geral se havia alguma proposta em cima da mesa que havia sido apresentada pelos acionistas e declarou que, se houvesse, ela deveria ser lida. O Secretário então indicou que não havia propostas apresentadas pelos acionistas.

O Secretário informou então que as seguintes perguntas e mensagens haviam sido recebidas através do canal virtual (WhatsApp chat) para intervenções e perguntas dos acionistas:

1. O acionista Juan Gonzalo Uribe Piedrahita, identificado com o documento de identidade nº 1.017.144.924, titular de 8.183 ações ordinárias, solicitou:

- *“O Conselho de Administração sabe o valor da empresa que está administrando? Qual é o valor?”*

O Presidente do Conselho de Administração, Dr. Luis Fernando Alarcón Mantilla, tomou a palavra e indicou que, como anteriormente declarado pelo Presidente da Empresa, o preço pelo qual a ação está sendo negociada na Bolsa de Valores da Colômbia é atualmente conhecido e indicou que nenhum exercício de avaliação recente foi realizado na Empresa. Ele acrescentou que, por este motivo, a fim de estabelecer um preço para a recompra de ações a ser submetido à consideração da Assembleia Geral de Acionistas em outra reunião, foi proposto contratar uma análise de avaliação por um terceiro independente que, com base em uma faixa de avaliação, permitiria determinar o preço de compra.

- *“Que procedimento deve ser seguido para solicitar a avaliação de uma oferta pública de aquisição retirada da lista?”*

O Secretário informou que, entre outros assuntos, é necessária uma reunião da Assembleia Geral de Acionistas, que deve cumprir com regras específicas consagradas no Decreto 2555 de 2010, a fim de submeter à consideração de tal órgão social o cancelamento do registro da ação no Registro Nacional de Títulos e Valores Mobiliários (RNVE) e na Bolsa de Valores da Colômbia (BVC), uma decisão que requer a maioria dos votos presentes na respectiva reunião.

2. O acionista Fonval Acciones Dinámicas S.A., identificado com o NIT 900.865.223, titular de 377.178 ações ordinárias, por seu procurador, Sr. Juan Camilo Jiménez, identificado com o documento de identidade nº 3.383.456, declarou: *“Gostaria de saber se existe algum tipo de comunicação do acionista majoritário sobre se deseja ou não participar da recompra”*.

O Presidente tomou a palavra, que informou que a decisão de vender ações é de cada acionista e que até o momento a Empresa não recebeu nenhuma indicação de nenhum acionista a respeito da intenção de participar no processo de recompra futura de ações. Ele observou que isto faz sentido na medida em que a recompra de ações ainda não foi aprovada, estando sujeita ao cumprimento das normas a serem emitidas pelo Conselho de Administração e à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

3. O acionista Enrique Espejo Saavedra, identificado com o documento de identidade nº 79.417.243, titular de 188 ações ordinárias:

- Solicitou que a Empresa enviasse o presente habitual aos acionistas que não compareceram pessoalmente.

A este respeito, o Secretário lembrou que, de acordo com as instruções disponibilizadas aos acionistas através do website corporativo a partir do dia da convocação para esta reunião, e as disposições da plataforma virtual para fins de registro, os acionistas que, ao se registrarem, selecionaram que participariam virtualmente e desejaram receber o presente, digitando o endereço de entrega e a cidade, o receberão dentro de quinze (15) dias corridos após esta reunião.

Indicou também que no caso dos acionistas presentes pessoalmente na assembleia, eles serão entregues a eles após o final da assembleia. Finalmente, o Secretário indicou ao acionista que a Empresa assegurará que eles recebam seu presente.

- Pediu para rever a condição de alguns produtos expostos na segunda-feira 21 de março deste ano em um dos armazéns em Bogotá e enviou via WhatsApp algumas fotografias a este respeito.

O Presidente declarou que seu pedido e as fotografias que o acompanham serão registradas na ata, indicou que a condição dos produtos não atende aos padrões da Empresa e informou que uma revisão rigorosa do que possa ter acontecido em relação a esses produtos será realizada a fim de tomar as medidas apropriadas. Ele também agradeceu ao acionista que, como cliente, fornece à empresa um feedback valioso a fim de melhorar ainda mais a experiência do cliente.

- Enviou a seguinte mensagem: *“Gostaria de felicitar Carlos Mario Giraldo, todos os gerentes e outros funcionários da empresa pelos excelentes resultados obtidos e incentivá-los a melhorá-los durante o ano corrente de 2022. Aplausos”*.

O Presidente da Empresa tomou a palavra, que agradeceu a mensagem e a estendeu a todos os funcionários, fornecedores e membros do Conselho de Administração da Empresa.

Como não houve perguntas e mensagens adicionais através do mecanismo virtual, o Presidente perguntou se algum dos acionistas presentes tinha alguma preocupação ou comentário.

O acionista Alberto Efrey Omaña Durán, identificado com o documento de identidade nº 19.403.257, titular de 91 ações ordinárias, tomou a palavra e destacou a importância da Empresa no mundo inteiro, reconheceu o interesse da Empresa em proteger os interesses de seus acionistas e oferecer-lhes maior valor através da proposta de recompra de ações e colocou especial ênfase no trabalho realizado pelo Sr. Nicanor Restrepo, expressou sua profunda admiração por ele e pediu que a importância de seu legado fosse lembrada.

Ele também propôs à gerência que considerasse, em futuras propostas de distribuição de lucros, a possibilidade de que a distribuição fosse feita em dinheiro e em ações da empresa.

O Presidente indicou, em relação à recompra de ações, que esta é uma tendência considerável em empresas que geram lucros significativos e, além de realizarem seu plano de investimento, podem proporcionar um benefício maior para seus acionistas. Para fins ilustrativos, ele citou o caso de outros varejistas ao redor do mundo, como Walmart, Costco, Target e Amazon.

Ele também expressou sua admiração pelo Sr. Nicanor Restrepo, que faleceu como Presidente do Conselho de Administração da Empresa, destacou o valor de suas contribuições para a Organização e indicou que além de ter sido um exemplo extraordinário para o mundo empresarial, ele também foi um exemplo extraordinário a nível humano para a sociedade. Ele também destacou a grande contribuição do Sr. Guillermo Valencia, que também foi Presidente do Conselho de Administração e foi um grande exemplo de compromisso com o país.

A respeito de sua proposta, ele assinalou que ela será levada em consideração para que o Conselho de Administração, que é o órgão competente para apresentar este tipo de proposta à Assembleia Geral, realize a devida análise de tais possibilidades. Ele reiterou que o principal objetivo do Conselho de Administração sempre foi e será sempre o de maximizar a entrega de valor aos acionistas.

O acionista Francisco Mora Moreno, identificado com o documento de identidade nº 19.483.455, titular de 45.184 ações, tomou a palavra. 184 ações, que parabenizou a administração pelos resultados obtidos e fez as seguintes recomendações: (i) na medida em que Wholefoods é uma referência para os formatos Fresh, ele pediu para rever a possibilidade de melhorar algumas das condições do restaurante Carulla Fresh Market localizado no bairro de Santa Bárbara em Bogotá; (ii) rever o valor dos custos de frete que são reportados aos clientes ao comprar virtualmente para garantir que não haja erros que desencorajem as compras dos clientes.

A este respeito, ele disse que em um dos dias sem IVA ele pretendia comprar 2 eletrodomésticos e a plataforma virtual o informou que para a compra de um refrigerador a ser entregue no município de Juan de Acosta o custo do frete era de 1 milhão de pesos, o que não é razoável na medida em que a Empresa possui armazéns no Departamento de Atlántico. O acionista então expressou suas felicitações à Empresa por mais uma vez oferecer tamales nas lojas Carulla e solicitou que lhe fosse permitido visitar a fábrica localizada na Sibéria para produtos com a marca Porchi.

O Presidente tomou a palavra e, primeiramente, informou que o tamanho dos restaurantes no formato Fresh varia de acordo com a área disponível em cada caso, afirmou que a observação relacionada ao Mercado Fresh Carulla localizado no bairro de Santa Bárbara em Bogotá é notada, a fim de avaliar como ele pode ser melhorado, e reiterou o compromisso da administração da empresa de fornecer as melhores experiências possíveis a seus clientes. Em segundo lugar, ele indicou que será contatado pela Presidência Operacional do Varejo na Colômbia para visitar a fábrica da Sibéria. Em terceiro lugar, com relação aos custos de frete relatados, ele disse que deve ter sido um erro e que as revisões relevantes serão realizadas a fim de tomar medidas para evitar que isso ocorra novamente. Finalmente, ele expressou satisfação com a alegria gerada pela oferta tamale e destacou o excelente trabalho das diferentes equipes envolvidas na recolocação da indústria.

Posteriormente, a acionista María Helena Orozco Morales, identificada com o documento de identidade nº 32.455.233, titular de 309 ações ordinárias, expressou seu carinho e admiração pela Companhia e indicou que tem preocupações com o valor dos dividendos transferidos para sua conta na Davivienda S.A.

O Presidente agradeceu suas palavras de afeto e admiração e indicou que um membro da Vice-Presidência Financeira entrará em contato com ela em breve para rever e resolver suas preocupações.

O acionista Luis Alberto Cardona Duque, identificado com o documento de identidade nº 70.094.702, titular de 3.550 ações ordinárias, solicitou a palavra e expressou suas mais profundas felicitações ao Presidente da Empresa, aos membros do Conselho de Administração, a todos os seus colaboradores e fornecedores. Ele destacou os resultados obtidos, ressaltando que eles se devem ao compromisso, profissionalismo e senso de pertença das pessoas acima mencionadas. Posteriormente, ele indicou que sente uma profunda tristeza ou falta de gosto porque, embora respeite a liberdade de expressão, não pode conceber que a alta administração e os membros do Conselho de Administração devam atender a assuntos de natureza pessoal em uma reunião desta natureza, fazendo referência expressa às intervenções do acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S.

O Presidente agradeceu aos acionistas pela mensagem de felicitações e a estendeu a todos os funcionários, especialmente aqueles envolvidos no funcionamento diário das lojas, sites de comércio eletrônico e centros de contato.

A acionista María Patricia Velásquez Sandino, identificada com o documento de identidade nº 43.030.802, titular de 508 ações ordinárias, tomou a palavra e, tendo em vista que a nova composição do Conselho de Administração não inclui o nome do Sr. Carlos Mario Giraldo Moreno, perguntou se isto significava que ele estava deixando a Empresa.

O Presidente tomou a palavra e indicou que, por razões legais e estatutárias, o Presidente da Empresa não é membro do Conselho de Administração, o que explica porque seu nome não está incluído na lista proposta de candidatos para formar o Conselho de Administração. Ele também informou que continuará a atuar como Presidente da Empresa.

O acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificado com o NIT 890.307.882, representado pelo Sr. Antonino Bonfiglio Salerno, identificado com o cartão de identificação de estrangeiro nº 134469, titular de 123 ações ordinárias, que afirmou que em suas intervenções não há nada de pessoal, que seu pedido se refere a um Êxito mais claro e transparente e que ele considera que este é o fórum para "arejar as coisas". Além disso, ele disse que os resultados das votações sobre as diferentes propostas mostram que se trata "das mesmas pessoas com as mesmas pessoas". Finalmente, ele enfatizou que, apesar de ser italiano, ele se sente mais colombiano do que qualquer um dos presentes na Câmara. Ele também se dirigiu aos franceses presentes e indicou que, embora tenham uma participação majoritária na Empresa, para ele a verdadeira maioria corresponde aos clientes colombianos, sendo o verdadeiro parceiro o povo colombiano.

O Presidente agradeceu ao acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S. por suas palavras e indicou que em todas as aprovações das propostas o devido processo legal e estatutário foi plenamente respeitado e salientou que os interesses dos acionistas minoritários estão sempre protegidos, como evidenciado pelo princípio de igualdade que rege a proposta de recompra de ações.

O Secretário tomou a palavra e informou sobre outras questões e mensagens recebidas através do mecanismo virtual:

1. A acionista Urideca S.A.S. identificada com o NIT 900524898, titular de 185.839 ações ordinárias, por sua representante legal, a Sra. Ángela Uribe de Cadavid, identificada com o documento de identidade nº 41.442.476¹, perguntou: *“Existe algum mecanismo de proteção para que a operação de recompra de ações seja dirigida aos acionistas minoritários”*.

Neste sentido, o Secretário respondeu afirmativamente, indicando que, de acordo com o artigo 42 da Lei 964 de 2005, é necessário proporcionar tratamento igualitário e equitativo aos acionistas, um princípio que regerá as ações da Companhia no processo de recompra de ações.

2. O acionista John Wbeiman Wiedemann Rivera, identificado com o documento de identidade nº 98.493.899, titular de 64.077 ações ordinárias, perguntou: *“Por favor, quando foi a última vez que foi feita uma avaliação sobre o valor fundamental da ação?”*

O Secretário informou que isto se deu em 2019 devido à Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”) formulada pela Sendas Distribuidora S.A.

O acionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificado com o NIT 890.307.882 representado pelo Sr. Antonino Bonfiglio Salerno, identificado com o documento de identidade de estrangeiro nº 134469, titular de 123 ações ordinárias, interveio para dizer adeus e reiterar que está sempre pronto para colaborar e construir, nunca para destruir.

3. O acionista John Alexander Montoya Mestizo, identificado com o documento de identidade nº 79.762.716, titular de 65 ações ordinárias, que perguntou: *“Por que muitas lojas Surti Max foram fechadas em Bogotá, e a Surti Mayorista mudou sua marca?”*

O Presidente tomou a palavra e explicou que o fechamento de lojas e conversões para outras marcas são parte dos ajustes que devem ser feitos constantemente para alinhar a estratégia da empresa com as necessidades do mercado. Ele apontou que quando há evidência de lojas que não funcionam, a empresa estabelece um plano de ação, dá um período de um ou dois anos para melhorar, medidas são tomadas, mas se eventualmente se concluir que não é uma opção lucrativa e atraente para os clientes, a respectiva loja é fechada. Da mesma forma, ele informou que as lojas são convertidas às melhores marcas, como exemplo citou o caso de algumas Surtimax, que foram convertidas à Surtimayorista, multiplicando suas vendas por 2 a 2,5 vezes ao atingir um novo mercado, neste caso um mercado profissional.

¹ Como mencionado na reunião, através do chat WhatsApp, o Sr. Juan Luis Mejía identificou-se inicialmente em nome deste acionista como Sr. Juan Luis Mejía.

4. O acionista Diego Fernando Ahogado Vanegas, identificado com o documento de identidade nº 80.028.377, titular de 6.095 ações ordinárias, perguntou: “*A administração da empresa recebeu algum tipo de comunicação, solicitação, comentário ou foi instada de alguma forma pelo acionista majoritário a propor a recompra de ações?*”
¿ *Tal proposta vem da administração ou vem da maioria?*”

O Presidente informou que esta proposta veio da administração, especificamente da Vice-Presidência Financeira, e que ela combina duas propostas favoráveis aos acionistas: (i) a forma mais eficiente de distribuir os lucros da Empresa e (ii) a captura de valor para os acionistas, pois lhes dá a oportunidade de apreciar o verdadeiro valor fundamental da Empresa. Deve-se observar que esta proposta foi previamente submetida ao Conselho de Administração e, em vista da avaliação positiva deste órgão, foi submetida à Assembleia Geral de Acionistas.

5. O acionista Darío Alberto Acevedo Jiménez identificado com o documento de identidade nº 70.069.653, titular de 360 ações ordinárias, declarou: “*Melhorar as boas práticas de fabricação e limpeza em restaurantes e áreas de alimentação porque às vezes parece que eles não têm condições de limpeza suficientes*”.

O Presidente tomou nota disto e informou que o acionista será contatado para saber em detalhes onde observou esta situação, a fim de tomar as medidas corretivas necessárias.

6. O acionista John Wbeiman Wiedemann Rivera, identificado pelo documento de identidade nº 98.493.899, titular de 64.077 ações ordinárias, expressou: “*Parabéns pelo desenvolvimento e crescimento do Grupo Éxito.*”

Finalmente, o Secretário informou que não havia propostas, perguntas, solicitações ou mensagens sobre a mesa, além daquelas previamente declaradas, por parte dos acionistas.

Consequentemente, uma vez esgotada a ordem do dia, o Sr. Carlos Mario Giraldo reiterou seus agradecimentos aos acionistas por sua presença e participação, especialmente por sua paciência com o tempo gasto nas validações necessárias para fins de transparência e na votação, uma vez que esta foi uma reunião mista. Ele declarou oficialmente encerrada a reunião ordinária mista da Assembleia Geral de Acionistas da Empresa e foi tocado o hino Antioqueño.

O Presidente da Assembleia declarou as deliberações concluídas e procedeu ao adiamento da reunião, sendo o horário das 13h37 do mesmo dia.

É expressamente declarado para registro que a Assembleia de Acionistas encerrou suas deliberações com um quorum de 98,19% das ações em circulação.

A seguinte documentação enviada pelos acionistas à Empresa é anexada a esta ata:

Anexo 1. Relatório da Administração do Presidente e do Conselho de Administração.

Anexo 2. Relatório Anual de Governança Corporativa.

Anexo 3. Demonstrações contábeis consolidadas de 2021 junto com o parecer do revisor oficial de contas.

Anexo 4. Demonstrações contábeis de 2021 separadas junto com o parecer do Auditor estatutário.

Anexo 5. Mensagem enviada pelo acionista Enrique Espejo Saavedra, identificado com o documento de identidade nº 79.417.243, titular de 188 ações ordinárias, referente ao estado de alguns produtos expostos na segunda-feira, 21 de março deste ano, em um dos armazéns de Bogotá.

Para constar, é assinada:

CARLOS MARIO GIRALDO MORENO
Presidente

CLAUDIA CAMPILLO VELÁSQUEZ
Secretária Geral

COMISSÁRIOS PARA REVISÃO, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

SERGIO LONDOÑO GONZÁLEZ
Comissário

GONZALO ORREGO VÉLEZ
Comissário



Relatório da Administração



Prezados acionistas: [GRI 102 – 14]

O ano 2021 foi marcado pela esperança no meio de muitos desafios e trouxe-nos as maiores lições, colaboração, inovação e adaptação como motores para a sociedade e o ambiente empresarial. O mundo compreendeu que os impactos da globalização vão para além da economia, assim como as mudanças sociais e as perturbações tecnológicas requerem o reforço das capacidades adaptativas individuais e coletivas. Os avanços na vacinação COVID-19 favoreceram a reativação econômica; o contexto gerou novas dinâmicas sociais, mudanças nos consumidores, e melhorou a atividade empresarial, elementos imersos no desempenho da Empresa.

O Grupo Éxito reafirmou a sua abordagem estratégica centrada no cliente e baseada na transformação digital, inovação em formatos, monetização de ativos e utilização eficiente de recursos. Como resultado, a Empresa conseguiu capitalizar avanços significativos em diversos canais, manteve a preferência dos clientes em formatos inovadores (Éxito Wow, Carulla FreshMarket, Surtimayorista e Super Inter Vecino) e aumentou os seus níveis de rentabilidade a partir da contribuição do retalho e da recuperação de negócios complementares (principalmente imobiliários e financeiros).

No Grupo Éxito, somos movidos pela esperança, o optimismo e o desejo de fazer parte dos sonhos de milhões de colombianos! Acreditamos no poder de construir juntos um país melhor, na partilha de sonhos, e no trabalho feito com esforço e dignidade. Sabemos que agir com integridade constrói confiança que nos enche de alegria, motiva-nos a fazer sempre as coisas da melhor maneira possível, e desafia-nos a dar o nosso máximo.

Estamos comovidos pelo desejo de contribuir para a criação de um lugar melhor para todos nós e para as nossas gerações. Juntos, podemos criar o país dos nossos sonhos: um país onde a solidariedade, a responsabilidade, a transparência, as relações duradouras, e o cuidado uns com os outros e com o planeta, se tornem a forma natural de crescer como pessoas. Também sonhamos com um país que permita às empresas florescer e continuar a oferecer oportunidades para o desenvolvimento do propósito na vida de milhões de pessoas.

Estamos motivados pela nossa convicção de contribuir para o crescimento e bem-estar da Colômbia e é por isso que gostaríamos de partilhar o nosso maior propósito: **“alimentar a Colômbia com oportunidades”**.

Colômbia – Grupo Éxito

O desempenho macroeconómico durante 2021 teve um claro caminho de recuperação. O PIB anual cresceu 10,6% e a atividade econômica atingiu níveis acima dos níveis pré-pandêmicos. Este desempenho foi favorecido pelo progresso do processo de vacinação que permitiu o levantamento das restrições de mobilidade, que por sua vez, contribuiu para o crescimento do consumo privado, o aumento do crédito e a redução do desemprego, que caiu para 13,7% durante o ano.

As receitas da operação na Colômbia atingiram COP13 mil milhões, um crescimento de 7% em relação a 2020, e acima dos níveis de inflação do ano. O resultado positivo foi alavancado pelo desempenho omni-channel, pela contribuição de formatos inovadores, e pela grande recuperação de negócios complementares, principalmente imobiliários, financeiros e de viagens. Esta dinâmica foi alcançada no meio do relançamento econômico do país e da rápida resposta da empresa às necessidades e preferências dos clientes que regressavam fisicamente às lojas, mantendo ao mesmo tempo hábitos de compra através dos canais digitais.

O EBITDA recorrente cresceu 25,1% e excedeu o COP1,2 mil milhões, com uma margem de 9,4% como percentagem da receita líquida, que se compara com os 8,0% registados em 2020. O excelente desempenho operacional foi marcado pela recuperação de negócios complementares, o que contribuiu significativamente para uma otimização da estrutura de custos e despesas da Empresa, apesar de um ambiente afetado por pressões inflacionistas.

Durante 2021, a empresa reforçou o seu negócio de retalho no país e continuou com uma estratégia centrada em três pilares principais:

Omni-channel foi consolidado como uma estratégia de crescimento e atingiu uma forte quota de 11,9% nas vendas consolidadas. As vendas digitais da categoria alimentar fortaleceram-se e cresceram a dois dígitos, atingindo uma quota de 10%, impulsionadas pela utilização de websites, aplicações móveis, linhas telefónicas, WhatsApp e catálogos digitais.

Mais de 7,8 milhões de encomendas foram entregues utilizando capacidades tecnológicas, operacionais e logísticas internas. A empresa reforçou a sua capacidade adaptativa, respondeu rapidamente à evolução das necessidades dos clientes e gerou diferentes soluções para melhorar as suas experiências. Um exemplo disto é o serviço "Click and Collect", lançado em 2020, representou 28% das vendas omni-channel, o lançamento do Turbo-Fresh Carulla em parceria com a Rappi para entregas em menos de 10 minutos, bem como o aumento da penetração no mercado de baixo custo, com o desenvolvimento da aplicação MiSurtii. Esta última solução serviu 3.000 lojas de bairro e representou 13,8% das vendas do formato Aliados, sob o qual opera. Os dias sem IVA promovidos pelo governo nacional, favoreceram também o desempenho da plataforma omni-channel e a empresa alcançou vendas recorde, com uma execução articulada de todas as áreas.

A empresa continuou a investir no processo de transformação digital, em tecnologias de inovação, desenvolvendo sistemas para o comércio digital, e em capacidades logísticas para reforçar o ecossistema do Grupo. Isto foi feito através da integração eficiente de todas as empresas e canais de vendas, a fim de oferecer a melhor experiência de serviço ao "omni-customer".

Inovação: A expansão de formatos inovadores em todas as marcas foi acelerada como uma estratégia diferenciadora para proporcionar experiências superiores aos clientes. Éxito Wow abriu oito lojas durante o ano e assim completou 19 no total, o que representou uma quota próxima de 30% das vendas totais da marca durante o ano.

Carulla abriu oito lojas FreshMarket e concluiu 22 lojas sob este modelo, o que representou uma quota de 45% nas vendas da marca.

Do mesmo modo, 18 lojas Super Inter foram convertidas para o novo formato Vecino, que atingiu 25 lojas no final do ano, o que representou uma quota de 47,7% sobre o total de vendas da marca em 2021. Com esta inovação, a marca posicionou-se como líder nas vendas de alimentos na cidade de Cali.

Seis lojas Surtimax foram adaptadas para operar no segmento de preços baixos e ofereceram uma melhor aparência e uma oferta renovada de produtos locais.

Surtimayorista atingiu 36 lojas com duas aberturas durante o ano, uma de uma conversão e outra de produtos orgânicos. A Surtimayorista liderou em termos de vendas da mesma loja (+24,4% versus 2020) na operação na Colômbia, e o seu programa de fidelização "Club del Comerciante" (Clube do

Comerciante), alcançou mais de 11.500 clientes institucionais registrados e lançou um novo produto em aliança com a Tuya, o cartão de crédito MasterCard Merchant's Club.

A empresa investiu um total de COP495.500 milhões na Colômbia, com um grande enfoque na expansão de formatos inovadores e no desenvolvimento de sistemas de apoio ao comércio digital.

A monetização do tráfego continuou a ser um motor de crescimento impulsionado pela recuperação econômica e comercial, especialmente no segundo semestre do ano, e principalmente nos negócios imobiliários e financeiros. No negócio imobiliário, a reativação do tráfego e os fortes níveis de ocupação, acima dos 93%, reforçaram o crescimento das vendas das lojas que operam nos nossos centros comerciais e favoreceram as receitas de aluguer. Os Centros Comerciais Viva também fizeram parte da campanha de vacinação do governo, e em dez deles, foram aplicadas cerca de 476.000 doses.

O negócio financeiro teve uma grande evolução graças à recuperação do consumo e à implementação de uma estratégia de inovação digital com a Tuya Pay, a carteira digital e os microcréditos que registaram mais de 800 mil utilizadores. A Tuya atingiu 2,8 milhões de cartões emitidos e cerca de COP3,6 mil milhões na sua carteira de empréstimos.

O Pontos Colombia cresceu em termos de dinâmica comercial e aumentou a sua rentabilidade. O ecossistema gerou acumulações de mais de 38.700 milhões de pontos através dos seus 5,5 milhões de clientes com dados de habeas, um aumento de 17,3% em relação a 2020, bem como lucros operacionais e líquidos reportados durante o ano.

Autos Éxito, foi lançado para expandir a carteira aos serviços de automóveis e para reforçar o ecossistema para os clientes, oferecendo o aluguer e venda de automóveis usados. Além disso, espera-se que uma alternativa de pagamento eletrónico desenvolvida em parceria com a Redeban, beneficie do know-how financeiro do parceiro e melhore o tráfego para as lojas do Grupo.

As marcas privadas da empresa continuaram a responder às necessidades do mercado e dos clientes que procuram preços competitivos e produtos diferenciados. As marcas FMCG "Frescampo" e "Taeq", foram responsáveis por quase 16% das vendas de produtos alimentares. A "Arkitect", "People" e "Bronzini" representaram mais de 47% das vendas de vestuário, e a "Finlandek", a marca para produtos para o lar, cresceu as vendas graças à colaboração de designers e artesãos colombianos.

Durante 2021, o Grupo Éxito confirmou o seu compromisso com o país, melhorou os seus níveis de serviço e consolidou a sua presença local com a aquisição da operação comercial de cinco pontos de venda da Almacenes La 14, nas regiões de Valle del Cauca e Cundinamarca. A empresa espera reforçar o seu networking com fornecedores locais, contribuir para a recuperação econômica e de emprego, e continuar com a expansão da marca Éxito, operando essas lojas sob a experiência de topo proporcionada sob o formato Éxito Wow.

Operações Internacionais

O crescimento de 6,7% ao nível do EBITDA recorrente do Uruguai e da Argentina contribuiu para a evolução dos resultados consolidados, alavancados em melhorias progressivas no tráfego de clientes para as lojas e em ganhos de produtividade.

Uruguai – Grupo Disco e Devoto

Os fracos contextos macroeconómicos e de consumo no Uruguai melhoraram gradualmente no último trimestre de 2021, beneficiados pelo início positivo da estação do Verão, dado o seu importante contributo para o resultado do país. O PIB deverá crescer 4,5% em 2021, com uma clara recuperação durante o segundo semestre do ano e uma taxa de desemprego a cair de 10,5% em Dezembro de 2020 para 7,0%. A inflação caiu para 7,96% em relação ao nível de 9,41% registado em 2020 e a sua componente alimentar caiu para 6,5% em relação aos 9,5% do último ano registado.

A operação no país reforçou a proposta de valor do seu modelo de mercado de frescos, que representou 45,2% das vendas totais no país; quatro lojas foram renovadas sob este conceito, atingindo um total de 23, o que representou 45,2% das vendas do país. O Uruguai aumentou as suas vendas omni-channel em 9,8% em moeda local, atingindo uma quota de 3,6% do total de vendas no país.

O desempenho operacional foi caracterizado por uma evolução da margem bruta e um controlo rigoroso das despesas. A margem EBITDA recorrente atingiu 10,2% e permaneceu a mais elevada do Grupo, refletindo elevados níveis de produtividade e controlo das despesas.

Argentina – Libertad

A Argentina mostrou sinais de gradual relançamento económico. O PIB cresceu 11,9% no terceiro trimestre de 2021, beneficiando do efeito positivo sobre o tráfego nas lojas e galerias comerciais do levantamento das restrições de mobilidade. No entanto, o país continuou com elevados níveis de inflação, 49,5% durante 2021, com a componente alimentar a crescer para 54,1%. O índice de confiança dos consumidores desceu para 37,8%, menos 4% em relação a 2020, enquanto as vendas a retalho aumentaram 14,8% em 2021, de acordo com a CAME (Confederação das PMEs da Argentina).

As receitas na Argentina cresceram 46,8% em moeda local, beneficiando da maior dinâmica do negócio imobiliário, que atingiu níveis de ocupação de 90%, do desempenho positivo do negócio retalhista e da evolução dos canais digitais que participaram com 2,6% nas vendas. A margem EBITDA recorrente foi de 3,4% em 2021, o dobro da registada em 2020, favorecida pela recuperação do negócio imobiliário e pelo controlo rigoroso das despesas, que cresceu abaixo da inflação.

Resultados financeiros consolidados

A empresa atingiu COP16,9 mil milhões em receitas, mais 7,5% do que em 2020, favorecida pela recuperação comercial e económica, o que permitiu o aumento das vendas através dos diferentes canais, tanto físicos, alavancados em formatos inovadores, como virtuais. Além disso, negócios complementares, principalmente imobiliários e financeiros, contribuíram para os resultados, assim como o lançamento de novos negócios que agora fazem parte do ecossistema empresarial.

A operação na Colômbia representou 77% das receitas totais do Grupo, que cresceram 7% em relação ao ano anterior, alavancadas no ecossistema empresarial. Do mesmo modo, as operações internacionais representaram os restantes 23% das receitas consolidadas que atingiram o COP3,9 mil milhões, marcadas pela dinâmica comercial que resultou num crescimento de 12,7%, excluindo os efeitos cambiais.

A rentabilidade da empresa foi maior, uma vez que o EBITDA recorrente do Grupo cresceu 20,7% em relação a 2020 e atingiu mais de COP1,5 mil milhões, com uma margem de 9,1%, representando 99 pontos base mais elevada do que no ano anterior (8,1%). Da mesma forma, o rendimento líquido foi o dobro do de 2020 e atingiu o COP474 mil milhões. Este é o resultado de um desempenho histórico do negócio de retalho, do reforço dos negócios complementares e das atividades conjuntas dos ecossistemas, bem como de uma otimização das estruturas operacionais e financeiras.

A posição líquida de caixa foi de COP1,2 mil milhões, refletindo a solidez financeira da empresa.

Sustentabilidade

O Grupo Éxito ficou em nono lugar entre os 10 maiores varejistas de alimentos no Índice Dow Jones de Sustentabilidade e alcançou um melhor desempenho ao aumentar três pontos dentro do percentil 89 do setor.

Seguem algumas conquistas na estratégia de sustentabilidade:

- Dinamizar nossa estratégia climática, participando ativamente da COP 26 em Glasgow, aumentamos nossa meta ambiental MEGA, e nos declaramos uma empresa que pretende ser neutra em carbono até 2035 (Escopo 1 e 2); o formato Carulla FreshMarket foi reconhecido pela Icontec como o primeiro varejista de alimentos neutro em carbono da região.
- Na estratégia da economia circular, a empresa gerenciou cerca de 21.000 toneladas de reciclagem e, através de sua comercialização, tornou-se a principal fonte de financiamento da mega desnutrição zero para crianças, liderada pela Fundación Éxito.
- A Soja Re, um programa pós-consumo, cresceu mais de 215% durante 2021, mobilizou 187.000 clientes e gerenciou mais de 12 milhões de unidades de embalagem.
- O modelo de pecuária sustentável foi consolidado com o monitoramento 100% satélite de fornecedores diretos, graças à parceria com o Climate Focus e o Centro Internacional de Agricultura Tropical - CIAT, através do Ganso (pecuária sustentável). Também foram feitos progressos na estruturação da estratégia de conservação em fazendas de pecuária com a WWF.
- A Fundación Éxito beneficiou mais de 70 mil crianças no país, em linha com seu objetivo de alcançar zero desnutrição crônica na Colômbia.
- Destacar duas iniciativas com a comunidade: a Feira Nacional de Grafite "Pigmentos Urbanos", (pigmentos urbanos) que deverá cobrir 11 cidades do país em aliança com artistas locais; "Terrazas Verdes", (terraços verdes) um projeto de segurança alimentar que começou na Comuna 13 em Medellín e visa beneficiar as mulheres chefes de família e seus filhos, tanto na segurança alimentar quanto na geração de renda.
- Os avanços na estratégia de segundas oportunidades para pessoas privadas de liberdade continuaram com a produção têxtil na prisão em Yarumal, Antioquia, o início do projeto de padaria produtiva na prisão em Barranquilla, e a coleção têxtil preparada por Johana Bahamón e nossa marca People.
- O fornecimento de produtos agrícolas produzidos pelas populações beneficiadas pelos acordos de paz nos municípios PDET (Planos de Desenvolvimento Territorial) no âmbito do trabalho conjunto com o Conselho Superior Presidencial de Estabilização e Consolidação e outras entidades do Governo Nacional, aumentou.
- Yunus Social Business, em sua publicação "Manual de Compras Sociais 2021", apresentou #CasoDeÉxito como o trabalho feito em conjunto com o fornecedor Pomario para promover a compra local e direta. Yunus destacou o trabalho realizado em

conjunto com pequenos agricultores e camponeses colombianos para o desenvolvimento rural, melhores práticas agrícolas, construindo relações de longo prazo, eliminando a intermediação e melhorando as práticas de cultivo e apoiando as comunidades.

Governança Corporativa e Controle Interno

A empresa continuou a consolidar as melhores práticas de governança corporativa, construindo relações de valor com suas partes interessadas através do desenvolvimento das transações estratégicas e operacionais da empresa sob um ambiente de integridade, no qual a administração da empresa garante transparência nas práticas administrativas para construir confiança com acionistas e investidores.

Diante do sistema de prevenção e controle dos riscos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento para a proliferação de armas de destruição em massa, as regulamentações aplicáveis foram cumpridas, assim como o conjunto de políticas e procedimentos internos que o desenvolvem, incluindo os relatórios legais aos quais a empresa está vinculada.

Da mesma forma, em cumprimento ao compromisso da empresa de combater a corrupção, o Grupo Éxito obteve o reconhecimento como Empresa Comprometida com a Integridade 100 pelo Instituto Anticorrupção, o que refletiu a força de nosso Programa de Transparência ao favorecer relações de confiança com as partes interessadas.

Com relação à gestão de riscos, a empresa atualizou seu perfil de riscos estratégicos e de seus negócios, analisando riscos, oportunidades e tendências, e em atenção às mudanças de contexto, contribuindo assim para o fortalecimento da resiliência organizacional.

A empresa procurou fortalecer seu sistema de controle e assim avançou na modelagem e articulação das diferentes estruturas de controle que seu status corporativo e seus acionistas incorporam, como garantidor de uma gestão responsável. Além disso, a administração espera permanentemente incorporar novas tendências nacionais e internacionais nas questões de controle interno, bem como as melhores práticas, para que a arquitetura de controle seja fortalecida e atualizada de acordo com a dinâmica do negócio e as necessidades da organização, possibilitando a evolução do ecossistema empresarial em um ambiente seguro.

As demonstrações contábeis, indicadores e fatos relevantes foram apresentados periodicamente ao Comitê de Auditoria e Risco do Conselho de Administração. O Comitê cumpriu seu papel de apoio ao Conselho de Administração através da supervisão das informações e relatórios financeiros e da gestão da auditoria de risco, inspeção fiscal, assuntos relevantes do sistema de controle interno e conformidade regulamentar.

A administração certificou que o sistema de controle interno não apresentava nenhuma falha que impedisse o registro, processamento, resumo e apresentação de informações financeiras adequadamente, nem havia nenhuma fraude significativa que afetasse sua condição, qualidade e integridade. A divulgação de informações financeiras foi verificada e obedeceu aos regulamentos vigentes, assegurando que as informações em 31 de dezembro de 2021 sejam apropriadas e não contenham defeitos, imprecisões ou erros que impeçam o conhecimento da verdadeira situação patrimonial da empresa.

Para mais informações sobre a governança corporativa e o Sistema de Controle Interno da empresa. Convidamos você a visualizar o relatório de governança corporativa, clicando [aqui](#).

Transações entre partes relacionadas

Transações entre partes relacionadas, realizadas durante 2021, foram executadas com total conformidade com a Política atual e o Procedimento de Transações entre Partes Relacionadas, cumprindo o processo corporativo exigido perante o Comitê de Auditoria e Risco ou o Conselho de Administração, conforme o caso. Detalhes de tais transações podem ser encontrados no Relatório de Governança Corporativa e na nota 37.2 das demonstrações contábeis.

Propriedade intelectual e conformidade regulamentar

Na área de propriedade intelectual, o cumprimento estava de acordo com as regulamentações aplicáveis para a Colômbia e para os outros países nos quais há presença comercial; as licenças correspondentes para o uso de sinais distintivos e outros direitos autorais para os quais a empresa não é detentora também estão disponíveis. Em relação aos direitos autorais, as regras e condições aplicáveis definidas nos contratos de licença de software foram cumpridas.

Tendo em vista o compromisso empresarial com a proteção de dados pessoais, a gestão dos riscos associados à privacidade e a construção de um programa abrangente, a empresa desenvolveu atividades e estratégias visando o cumprimento das normas vigentes e das boas práticas aplicáveis na área, mantendo seu princípio de reconhecimento da privacidade e o respeito ao direito fundamental de habeas data.

Finalmente, a empresa relata que a livre circulação de faturas emitidas por fornecedores de bens ou serviços não foi limitada de forma alguma e que não está de forma alguma envolvida em investigações relacionadas a práticas restritivas da concorrência.

Observações finais

Durante 2021, os avanços na vacinação contra a COVID-19 e o controle da doença tornaram possível recuperar a confiança e gerar uma maior dinâmica comercial e econômica. O Grupo Éxito contribuiu oferecendo Centros Comerciais Viva como locais para que o governo fortalecesse seu programa de vacinação. Como tal, a empresa adquiriu 16.000 doses para seus funcionários. Neste contexto, a estratégia do Grupo Éxito provou ser a correta, graças ao foco no cliente, omni-channel, inovação e monetização dos ativos do Grupo.

Os últimos anos testaram a empresa e sua estratégia a partir das esferas competitiva, econômica, social e operacional. As capacidades adaptativas da organização permitiram à empresa evoluir, graças ao fortalecimento da estratégia omni-channel, que representou 9,9% das vendas consolidadas, um negócio de varejo diferenciado em cada um de seus mercados, negócios complementares que cresceram 37,3%, uma força financeira com uma posição líquida de caixa de COP1,2 bilhões, e um lucro líquido de mais de COP474 bilhões.

O contexto do mercado, as projeções da empresa e seu compromisso com a região, permitiram que ela retornasse aos níveis históricos de investimento e fizesse um foco importante na inovação de formatos. Durante 2021, o valor consolidado investido pela empresa foi COP550.000 milhões, em projetos de abertura, conversão e reforma de 57 lojas, no fortalecimento de tecnologias para apoiar a operação de omni-channel e para retomar a expansão do varejo na Colômbia, através do acordo com a Almacenes La 14 para adquirir cinco importantes lojas no Valle del Cauca e em Cundinamarca.

Alimentamos a Colômbia com oportunidades" é muito mais do que cinco palavras, é um grande propósito para nos mobilizar, e para nos preencher de esperança e aspirações, pois não há nada mais valioso do que saber quais são os sonhos de milhões de colombianos, do que dar tudo em nós para alimentar esses sonhos, e, é claro, realizá-los. No Grupo Éxito, somos movidos pela esperança, o otimismo e o desejo de fazer parte dos sonhos de milhões e milhões de colombianos!

Gostaria de agradecer aos quase 46.000 funcionários da Colômbia, Uruguai e Argentina que mantiveram seu compromisso com os clientes, os serviços e os padrões de biossegurança. Consistência e coerência nos permitem desenvolver a empresa adaptativa exigida pelo contexto atual e continuar sendo a empresa do setor preferida pelos colombianos.

2021 foi um ano marcado pela esperança. Em tempos de crise, a esperança é uma responsabilidade e essas crises, por sua vez, são oportunidades. Desde o início da pandemia, o Grupo Éxito tem enfrentado importantes lições em termos de solidariedade, adaptabilidade, excelência, inovação, capacidade de decisão e trabalho com um propósito, lições que agora são mais eficazes do que nunca.

Esperamos com otimismo a chegada de 2022 e esperamos que o caminho de recuperação macroeconômica e comercial continue, beneficiando o desenvolvimento social dos países e incentivando o fortalecimento de nossa estratégia na região.

Carlos Mario Giraldo

Luis Fernando Alarcón Mantilla
Felipe Ayerbe Muñoz
Ana María Ibáñez
Ronaldo labrudi dos Santos
Peter Paul Estermann
Christophe José Hidalgo
Rafael Russowsky
Philippe Alarcon
Bernard Petit



Governança Corporativa Relatório de 2021

Introdução

O mundo tem enfrentado mudanças como resultado da COVID-19, que exigiu que a empresa adaptasse seus diferentes processos.

Pela primeira vez na história da empresa, a Assembleia Geral de Acionistas foi realizada sem pressa, conforme decretado no artigo 19 da Lei 222 de 1995, oferecendo aos acionistas uma possibilidade inovadora de serem informados sobre os resultados e a administração da empresa à distância, protegendo assim sua saúde. Da mesma forma, tanto o Conselho de Administração como seus Comitês de Apoio continuaram durante todo o ano com reuniões remotas, com bons resultados em sua dinâmica e um alto nível de participação.

De acordo com os mecanismos de avaliação do desempenho do Conselho de Administração previstos na regra 14 do Regulamento Interno daquele órgão social, o processo de avaliação interna foi realizado para o Conselho de Administração e seus Comitês. O resultado da avaliação confirma que se trata de um Conselho de Administração multidisciplinar, contribuindo com diversos elementos de experiência e visão, favorecendo a abordagem das tendências e melhores práticas nacionais e internacionais, contribuindo assim para uma melhor governança corporativa. O processo de avaliação também identificou oportunidades de melhoria relacionadas a uma maior dedicação à deliberação de questões estratégicas, bem como ao fortalecimento do conhecimento e discussões sobre a situação atual do país (social, econômica, industrial, etc.), aspectos que foram levados em consideração na elaboração do plano de trabalho para o ano de 2022.

A empresa continuou trabalhando para aplicar as melhores práticas de governança corporativa e deu continuidade às práticas anteriormente adotadas, contribuindo para o cumprimento de altos padrões, recebendo de fato reconhecimento no campo:

- Em 2021, houve progresso no fortalecimento da estrutura de governança corporativa das subsidiárias nacionais que compõem o Grupo Éxito, padronizando as práticas de governança corporativa e unindo os conselhos em um único órgão (Comitê Diretor Subsidiário) para ser o órgão máximo de gestão das subsidiárias em que a empresa tem mais de 95% de participação.
- Além disso, em conformidade com o compromisso de transparência com seus acionistas e investidores e o princípio de divulgação de informações financeiras e não financeiras, a divulgação oportuna de informações relevantes continuou.
- Pelo nono ano consecutivo, a empresa recebeu o reconhecimento da "Emisores-RI" concedido pela Bolsa de Valores da Colômbia, tendo adotado voluntariamente as melhores práticas na área de divulgação de informações e relações com investidores.

- Obtivemos o prêmio "Empresa comprometida com a Integridade 100" do Instituto Anticorrupção.
- Fomos classificados entre os 10 maiores varejistas de alimentos do mundo, de acordo com o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, onde a empresa está no percentil 89 e continuamos sendo uma empresa que vê a sustentabilidade como o caminho da criação de valor para todos os nossos stakeholders. A empresa obteve um reconhecimento significativo e múltiplas realizações dentro de nossos compromissos de sustentabilidade durante 2021.
- Além disso, persistimos em nosso interesse de adotar e promover, dentro do Grupo Éxito, a consolidação das melhores práticas de governança corporativa, implementando as medidas promovidas pelo Dow Jones Sustainability Index e o Carbon Disclosure Project - CDP para alinhar nossas ações aos mais altos padrões internacionais em questões sociais, ambientais, econômicas e de governança corporativa, com o objetivo de buscar a geração de valor compartilhado para todas as partes interessadas.

A empresa reafirmou a importância e o valor do gerenciamento de riscos e da conformidade como componentes substanciais da boa governança corporativa, pois fazem parte do apoio ao funcionamento e à conduta da administração e administração da empresa e, em geral, do desenvolvimento equilibrado dos negócios e das atividades da mesma.

Assim, na área de gerenciamento de risco, a empresa abordou com a resiliência que caracteriza os eventos de risco materializados e deu uma resposta oportuna e apropriada a eles, de modo que não interferissem na realização dos objetivos estratégicos definidos, acompanhando assim o ótimo desempenho e a obtenção de resultados organizacionais. Desta forma, sob a análise dos riscos, oportunidades e tendências e mudanças no contexto político, econômico e social, tecnológico, ambiental e legal, realizamos a atualização do perfil dos riscos estratégicos e dos negócios, e definimos e implementamos estratégias para a gestão de cada um deles. Finalmente, no nível operacional de gestão de riscos, progredimos em maior integração e sinergia com os demais elementos de um sistema GRC - Governança, Risco e Compliance, alavancados pelo desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica para a gestão de riscos e controles, destinada a fortalecer o ambiente de controle.

Finalmente, os programas de conformidade nas áreas de gestão de riscos de fraude, corrupção e suborno, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, e proteção da privacidade e dos dados pessoais foram adaptados ao cenário de recuperação econômica, e desta forma alavancaram as estratégias organizacionais no âmbito do cumprimento das exigências legais nestas matérias, tanto em nível nacional como internacional. Além disso, os requisitos em nível internacional foram aplicados diretamente pela matriz, juntamente com as boas práticas, que permitiram a geração de valor para a tomada de decisão informada.

Estrutura de propriedade da empresa

Capital e Estrutura [GRI 102-18]

Cada ação listada no Registro de Ações conferirá direito a um voto na Assembleia Geral de Acionistas, sem restrição quanto ao número de votos que o titular ou procurador possa emitir, mas mantendo as proibições ou inelegibilidades estabelecidas por lei para votar em determinadas decisões, como o caso dos administradores e funcionários da empresa nos eventos indicados por lei, bem como aquelas contidas no uso da política de informação privilegiada que está no Código de Governança Corporativa. Assim, o Grupo Éxito deve reconhecer e garantir aos acionistas os mesmos direitos e privilégios.

O Grupo Éxito tem um capital autorizado de 530 milhões de ações ordinárias, das quais 448.240.151 foram emitidas e 81.759.849 estão em reserva. Das ações emitidas, 447.604.316 estão em circulação e 635.835 foram readquiridas.

Em 31 de dezembro de 2021, o número de acionistas era de 5.222, dos quais 94,43% são pessoas físicas com uma participação de 0,88% e 5,57% são pessoas jurídicas com uma participação de 99,12% do capital social.

Principais acionistas diretos e indiretos [GRI 102- 10]

A empresa é controlada pela Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), através de duas empresas, diretamente pela CBD com 409.876.436 ações ordinárias equivalentes a uma participação de 91,57% na empresa e indiretamente pela Empreendimentos E Participacoes Ltda com 22.380.232 ações ordinárias, equivalentes a uma participação de 5% na empresa.

Dos demais acionistas, nenhum detém uma participação igual ou superior a 10% do capital social da empresa.

Ações e títulos detidos direta ou indiretamente pelos membros do Conselho, pela alta administração e outros administradores, pela negociação e pelos direitos de voto que concedem.

Em 31 de dezembro de 2021, Luis Fernando Alarcón Mantilla é acionista detentor de 10.000 ações ordinárias da Empresa. A aquisição dessas ações foi devidamente autorizada e divulgada em 2016, e nenhuma transação foi feita que exigisse que elas fossem informadas. A partir daquela data, nenhum outro membro do Conselho de Administração possuía ações da empresa.

Em 31 de dezembro de 2021, cinco membros da Alta Administração (níveis 1, 2 e 3 da estrutura organizacional da Empresa) detinham 11.791 ações. Durante 2021, os membros da Alta Administração não realizaram nenhuma transação com tais ações.

Atualmente, a empresa não possui outros títulos além de suas ações em circulação.

Relações familiares, comerciais, contratuais ou comerciais que existam entre os Principais Acionistas e a Empresa, ou entre os Principais Acionistas

Dada a estrutura acionária anterior, a Empresa não tem outros acionistas importantes, que são definidos como partes que detêm 10% ou mais das ações em circulação.

Acordos de acionistas

Em 2021, o Grupo Éxito não recebeu informações sobre a assinatura, emenda ou rescisão de acordos de acionistas.

Estrutura de administração da empresa e operações relacionadas [GRI 102-18]

Composição do Conselho de Administração e Comitês

O Conselho de Administração do Grupo Éxito é composto por nove (9) membros eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas.

Conselho de Administração [GRI 102-19] [GRI 102-22] [GRI 102-24] Eleito pela Assembleia Geral para o período de 2020-2022

Para conhecer o perfil de cada um de seus membros, convidamos você a clicar em cada uma das fotos.

MEMBROS INDEPENDENTES					
	Luis Fernando Alarcón Mantilla		Felipe Ayerbe Muñoz		Ana María Ibáñez Londoño

MEMBROS NÃO INDEPENDENTES

Ronaldo labrudi dos Santos Pereira	Peter Paul Lorenço Estermann	Christophe José Hidalgo	Rafael Russowsky	Bernard Petit	Philippe Alarcon
---	---	------------------------------------	-----------------------------	----------------------	-----------------------------

Em linha com o compromisso da administração de promover o critério de diversidade no processo de eleição do Conselho de Administração e assim contribuir para uma melhor governança corporativa, este órgão social desfruta atualmente de complementaridade entre seus membros (nos aspectos profissionais e acadêmicos e nos pessoais, tais como, nacionalidade, sexo, idade e raça, entre outros) e a provisão de múltiplas identidades e perspectivas para a tomada de decisões adequadas.

Membros do Conselho que pertencem aos Conselhos de Administração de Empresas Subsidiárias ou ocupam cargos executivos nas mesmas

- Bernard Petit é membro suplente dos conselhos de administração do Grupo Disco Uruguay S.A., Supermercados Disco del Uruguay S.A., Odaler S.A., e membro principal da Libertad S.A.
- Philippe Alarcon é membro principal dos conselhos de administração do Grupo Disco Uruguay S.A., Supermercados Disco del Uruguay S.A., Odaler S.A., e Devoto Hermanos S.A.
- Ronaldo labrudi dos Santos é membro principal dos conselhos de administração do Grupo Disco Uruguay S.A., Supermercados Disco del Uruguay S.A., Odaler S.A., e Devoto Hermanos S.A.
- Christophe Hidalgo é membro principal dos conselhos de administração do Grupo Disco Uruguay S.A., Supermercados Disco del Uruguay S.A., Odaler S.A., e Devoto Hermanos S.A.

Políticas aprovadas pelo Conselho de Administração no período do relatório

Durante 2021, o Conselho de Administração não aprovou novas políticas, mas, de acordo com o compromisso contínuo da empresa de adotar as melhores práticas de governança corporativa, fez algumas modificações nas políticas existentes, a fim de dar-lhes maturidade de acordo com os mais altos padrões do mercado.

Em virtude do acima exposto, a Diretoria aprovou a alteração da Política de Eleição e Sucessão da Diretoria, a fim de consagrar expressamente uma prática já adotada de que o critério de diversidade é levado em consideração na eleição da Diretoria; a Política de Divulgação foi alterada ratificando a nomeação do CFO como Representante Legal da Emissora responsável pelo envio e atualização de informações para o RNVE e como agente de conformidade.

Também aprovou a atualização da Política de Prevenção e Controle de Riscos de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa (ML/FT/PWMD), a fim de possibilitar sua publicidade e divulgação a terceiros; e alguns aspectos da Política de Doações foram modificados para refinar o escopo dos deveres e proibições nela contidos.

Procedimento para a Eleição de Candidatos ao Conselho de Administração [GRI 102- 24]

Desde 2015, existe uma política aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas para a eleição dos membros do Conselho de Administração, que tem sido rigorosamente aplicada. Além da política, em 2016, o Conselho aprovou o procedimento para a eleição dos membros do Conselho.

A política e o procedimento regulam, entre outros, o tempo e o processo para a nomeação dos candidatos, os critérios de independência que devem cumprir, a metodologia utilizada para sua avaliação e a composição dos perfis dos candidatos.

[A Política](#) (contida na seção 2.2.2 do Código de Governança Corporativa) e [o Procedimento](#), bem como o Modelo do [Currículo Vitae e Carta de Aceitação](#) estão disponíveis no site corporativo.

Política de Remuneração do Conselho de Administração [GRI 102-35] [GRI 102-36] [GRI 102-37]

A Política de Remuneração do Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas em 11 de junho de 2015, declara que os membros do referido órgão terão direito à mesma remuneração pela participação em sessões presenciais ou remotas. O valor para o período correspondente será estabelecido pela Assembleia Geral de Acionistas na sessão de eleição de seus membros e o valor deve atender aos seguintes princípios e critérios. A remuneração recebida pelo Conselho de Administração durante o ano de 2021 correspondeu àquela aprovada na reunião extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas em janeiro de 2020.

O sistema de remuneração da Diretoria adotado pela empresa não prevê o reconhecimento de um componente variável ligado ao bom desempenho da empresa a médio e longo prazo.

Para mais informações sobre esta política, consulte a seção 2.2.3 do [Código de Governança Corporativa](#).

Remuneração da Diretoria e da Alta Administração [GRI 102-35] [GRI 102-36] [GRI 102-37]

Em 23 de janeiro de 2020, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou a mesma alocação de honorários da Diretoria que havia sido aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas em 27 de março de 2019, ao considerar que tal alocação estava de acordo com os princípios estabelecidos na Política de Remuneração da Diretoria e mantinha a competitividade. Portanto, a remuneração para o período de 2020 a 2022 foi aprovada como segue:

Remuneração do Conselho de Administração e da Alta Administração

Comitês do Conselho de Administração

Presidente do Conselho	Para o Presidente do Conselho, foi aprovada uma taxa de COP11.550.000 para a preparação e participação de cada reunião do Conselho.	Foi aprovada uma taxa de COP7.700.000 para a preparação e participação de cada reunião do respectivo Comitê.
Outros membros	Para outros membros do Conselho, uma taxa de COP7.700.000 pela preparação e participação em cada reunião do Conselho.	Uma taxa de COP3.850.000 pela preparação e participação de cada reunião dos respectivos comitês.

Como resultado, em 2021 a empresa pagou a seus membros do Conselho de Administração um total de COP1.575 milhões para a participação nas reuniões do Conselho e do comitê.

O Conselho de Administração aprovou a Política de Remuneração e Avaliação da Alta Administração em setembro de 2016, que estabelece os critérios e diretrizes que precisam ser considerados para a remuneração e outros benefícios financeiros da Alta Administração, ou seja, o CEO, Chefe de Operações de Varejo Colômbia, Diretores Executivos, o Conselho Geral e o Diretor de Auditoria Interna. Para a composição e o perfil profissional da Alta Administração, clique [aqui](#).

A remuneração dos membros da Alta Administração é divulgada na Nota 37.1 das demonstrações contábeis da Empresa e pode ser consultada no website corporativo: www.grupoexito.com.co

Comitês de apoio do Conselho de Administração

Em 2021, o Conselho de Administração tinha cinco comitês que o apoiavam em sua gestão e exerciam funções consultivas ou de tomada de decisões. Para mais informações, clique [aqui](#).

Participação nas reuniões do Conselho e do Comitê [102- 22]

2. Reuniões do Conselho de Administração		
Membro	Sessões assistidas	Percentual
Luis Fernando Alarcón Mantilla (Chairman)	 10/10	100%
Felipe Ayerbe Muñoz	 10/10	100%
Ana María Ibáñez Londoño	 10/10	100%
Ronaldo labrudi dos Santos Pereira	 10/10	100%
Peter Paul Lorenço Estermann	 9/10	90%
Christophe José Hidalgo	 10/10	100%
Rafael Russowsky	 10/10	100%
Bernard Petit	 10/10	100%
Philippe Alarcon	 10/10	100%

Comitês das reuniões do Conselho de Administração



Comitê de Auditoria e Riscos

Membro	Sessões assistidas	Percentual
Luis Fernando Alarcón Mantilla (Chairman)	 8/8	100%
Felipe Ayerbe Muñoz	 8/8	100%
Ana María Ibáñez Londoño	 7/8	87%






Comitê Financeiro

Membro	Sessões assistidas	Percentual
Christophe José Hidalgo (Chairman)	 8/8	100%
Luis Fernando Alarcón Mantilla	 8/8	100%
Felipe Ayerbe Muñoz	 8/8	100%
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	 7/8	87%
Rafael Russowsky	 7/8	87%






Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa

Membro	Sessões assistidas	Percentual
Felipe Ayerbe Muñoz (Chairman)	 7/7	100%
Luis Fernando Alarcón Mantilla	 7/7	100%
Ana María Ibáñez Londoño	 7/7	100%
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	 7/7	100%
Peter Paul Lorenço Estermann	 5/7	71%

Comitê de Sustentabilidade

Membro	Sessões assistidas	Percentual
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira (Presidente)	 7/7	100%
Ana María Ibáñez Londoño	 7/7	100%
Felipe Ayerbe Muñoz	 7/7	100%
Philippe Alarcon	 7/7	100%
Rafael Russowsky	 6/7	85%

Comitê de Negócios e Investimentos

Membro	Sessões assistidas	Percentual
Peter Paul Lorenço Estermann (Presidente)	 6/7	85%
Luis Fernando Alarcón Mantilla	 7/7	100%
Christophe José Hidalgo	 7/7	100%
Bernard Petit	 7/7	100%
Luiz Henrique Rodrigues (Consultor Externo)	 7/7	100%

Quorum para reuniões do Conselho e Comitê

Conselho de Administração: O quorum foi de 99%. Para mais detalhes, clique [aqui](#).

Comitês do Conselho de Administração

Comitê	Quorum (%)
Comitê de Auditoria e Risco	96%
Comitê Financeiro	95%
Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa	94%
Comitê de Sustentabilidade	97%
Comitê de Negócios e Investimentos	96%

Para mais detalhes, clique [aqui](#)

Presidente do Conselho de Administração

[Luis Fernando Alarcón Mantilla](#) é o Presidente do Conselho de Administração da Empresa, desde sua primeira eleição como Presidente em 11 de junho de 2015.

Além de liderar e assegurar que as reuniões do Conselho sejam conduzidas de forma ordenada, cumprindo a agenda e abordando todos os assuntos propostos, o Presidente do Conselho desempenha as funções estipuladas para tal posição no Artigo 31 do Estatuto Social da Empresa encontrado no seguinte [link](#).

Considerando o escopo das funções específicas do Presidente do Conselho de Administração e sua maior dedicação ao tempo, o Conselho tem tratamento diferenciado com relação aos outros membros, tanto em suas funções quanto em sua remuneração.

Secretário do Conselho de Administração

Desde 9 de dezembro de 2019, [Claudia Campillo Velasquez](#) atua como Secretária do Conselho de Administração e na Assembleia Geral de Acionistas, bem como como Vice-Presidente de Assuntos Corporativos.

As funções do Secretário Geral estão previstas no Artigo 43 do Estatuto Social da Empresa, encontrado no seguinte [link](#).

Relações do Conselho de Administração com o Auditor Estatutário, Analistas Financeiros, Bancos de Investimento e Agências de Avaliação e Serviços de Consultoria Externa Recebidas pelo Conselho de Administração

O relacionamento entre o Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas foi caracterizado pela participação ativa dos membros do Comitê de Auditoria e Risco no acompanhamento dos processos de auditoria das demonstrações contábeis trimestrais e de final de ano conduzidas pelo Revisor Oficial de Contas, a fim de assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis e dos números comerciais da empresa e de suas subsidiárias. Nas reuniões do Comitê de Auditoria e Risco, o Revisor Oficial de Contas relatou o progresso relativo ao plano de auditoria, as conclusões e recomendações relacionadas aos processos e sistemas contábeis e financeiros, bem como o acompanhamento do cumprimento dos planos de ação propostos pela Administração para assegurar a integridade e a confiabilidade contínua das informações do Grupo.

Após a implementação da Lei SOX e seu modelo de controle em 2020, o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria e Risco continuam a acompanhar as questões resultantes deste modelo de controle, monitorando o plano definido para 2021 e os resultados da implementação dos controles, assegurando que as informações sejam confiáveis e que o Grupo fortaleça suas ferramentas de gestão de controle financeiro, com o apoio da Price Waterhouse Coopers como uma empresa de consultoria.

Durante 2021, o papel do Revisor Oficial de Contas continuou a ser desempenhado pela Ernst & Young Audit S.A.S. a partir de sua eleição na Assembleia de Acionistas.

Gerenciamento de informações do Conselho de Administração

A empresa cumpriu o prazo previsto no Código de Governança Corporativa da empresa para o envio de informações aos membros do Conselho sobre os itens da agenda da respectiva reunião. Esta informação foi preparada pelo Secretário do Conselho de Administração e pela Alta Administração sob a liderança do Presidente do Conselho.

Após cada reunião do Conselho de Administração e seus respectivos Comitês, o Secretário Geral e os secretários de cada órgão assumiram a responsabilidade pela custódia das informações e por assegurar que elas servissem como apoio para a redação da ata das respectivas reuniões.

Durante 2021, a empresa continuou a utilizar o aplicativo do Conselho Diligente, através do qual, antes de cada reunião, o material de apoio para cada sessão é disponibilizado aos membros do Conselho e seus Comitês de Apoio. O pedido assegura a custódia segura das informações e a rastreabilidade das atualizações. Além disso, são fornecidas ferramentas para interação com seu conteúdo.

Além disso, o CFO da empresa, como responsável pela divulgação de informações relevantes ao mercado, liderou o processo de divulgação das decisões tomadas pela Diretoria quando foram consideradas relevantes, em coordenação com o Comitê de Divulgação de Informações da empresa.

Atividades dos Comitês do Conselho [GRI 102-18] [GRI 102-22]

Comitê de Auditoria e Risco

O Comitê de Auditoria e Risco, composto pelos três diretores independentes do Conselho de Administração, desempenhou seu papel de apoio no monitoramento e supervisão da contabilidade, relatórios financeiros e processos de relatórios, gerenciamento de risco, governança corporativa, sistema e arquitetura de controle interno, auditoria interna e processos de revisão fiscal, conformidade com leis e regulamentos internos e códigos de conduta internos, bem como no monitoramento de transações entre partes relacionadas e conflitos de interesse dentro de sua jurisdição.

Em 2021, as atividades do Comitê se concentraram principalmente no seguinte:

- Análise das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, interinas e de final de ano, antes da apresentação e divulgação de informações ao mercado.
- Acompanhamento do Procedimento de Divulgação de Informações (informações financeiras, não financeiras e relevantes), cumprindo os regulamentos estabelecidos no Código de Governança Corporativa, na Superintendência Financeira da Colômbia e no Código de País. Além disso, revisou e aprovou o Relatório Anual de Divulgação 2020.
- Revisou e aprovou o escopo, os recursos e o plano anual da Auditoria Interna e Estatutária. O Comitê foi responsável por seu acompanhamento com base no desempenho, independência, indicadores e resultados das avaliações dos processos avaliados e assessorados, bem como das pesquisas realizadas. Isto inclui o

acompanhamento das recomendações relevantes e/ou dos resultados das auditorias realizadas em filiais estrangeiras. Também verificou o nível de implementação dos principais planos de ação acordados com a Alta Administração para melhorar o sistema de controle interno do Grupo para a realização dos objetivos corporativos.

- Acompanhamento das iniciativas da estratégia de transformação da auditoria interna focada em garantir a competência, relevância e evolução da prestação de um serviço superior que protege e agrega valor aos grupos de interesse, fortalecendo a governança e os processos de risco e controle, com base em metodologias e práticas alinhadas aos padrões internacionais e à estratégia da empresa.
- Consideração e recomendação ao Conselho de Administração sobre a seleção e nomeação do novo Gerente de Auditoria Interna, assegurando, no processo, o cumprimento das diretrizes contidas no estatuto social da empresa.
- Acompanhamento do escopo, plano, resultados e independência na prestação do Serviço de Revisão Fiscal, e revisão do parecer emitido sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
- Monitoramento do gerenciamento abrangente dos riscos, incluindo a análise e atualização dos riscos estratégicos do Grupo Éxito, bem como o tratamento e as ações de acompanhamento estabelecidas para os mesmos. Para este período, foram identificados dois novos riscos decorrentes de mudanças no ambiente político nacional, no ambiente internacional e na proteção da tecnologia e dos ativos de informação: o risco social e a cadeia de fornecimento. Da mesma forma, o Comitê monitorou, com particular atenção, os riscos de segurança cibernética e de qualidade e segurança.
- Acompanhamento do exercício de mapeamento de risco de fraude, suborno e corrupção, de acordo com as disposições da regulamentação aplicável à matriz - Lei Sapin II e as diretrizes da Agência Francesa Anticorrupção.
- Conhecimento e aprovação de transações entre partes relacionadas apresentadas pela alta administração, garantindo o cumprimento da política e procedimentos definidos.
- Revisão de situações relativas a conflitos de interesses na Diretoria e na Alta Administração (níveis 1 e 2), fornecendo recomendações sobre gestão eficaz.
- Monitoramento da eficiência e funcionamento adequado do cumprimento da regulamentação, incluindo programas de transparência, programas de proteção de dados pessoais e o sistema de prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo; incluindo a revisão dos relatórios gerenciais do Compliance Officer antes da aprovação pelo Conselho de Administração, os relatórios estatísticos dos relatórios internos de operações não usuais e os relatórios externos à Unidade de Informação e

Análise Financeira (UIAF, por sua sigla em espanhol). Além disso, analisou e aprovou ajustes na Política de Doações e no Manual de Prevenção e Controle de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (ML/FT/PWMD).

- Consideração e recomendação ao Conselho de Administração da aprovação do Principal e do Oficial Suplente de Conformidade para os programas de Transparência, Prevenção e Controle para LA/FT e Proteção de Dados.
- Consideração da proposta à assembleia para a modificação dos honorários da empresa de Revisão Fiscal, Ernst & Young, para a prestação exclusiva de serviços de revisão fiscal e trabalho relacionado à auditoria para a implementação do projeto SOX na empresa.
- Acompanhamento do cumprimento da SOX na Almacenes Éxito e em filiais estrangeiras.
- Conhecimento das informações relativas às autoridades de inspeção, vigilância e controle.
- Alinhamento com o Comitê de Auditoria do Grupo Pão de Açúcar (GPA), dentro da estrutura de governança corporativa de ambas as entidades, a fim de trabalhar em propósitos comuns e gerar sinergias. Além disso, o Comitê acompanhou as áreas que lideram a arquitetura de controle do Grupo, principalmente a Auditoria Interna, em sua comunicação com o Comitê, sobre temas como estrutura e metodologia, gestão de riscos, questões relevantes de controle interno, processos e gestão financeira, auditoria interna e auditoria externa.

Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa

O Comitê monitorou as políticas e os principais indicadores relacionados à estratégia de recursos humanos da empresa, incluindo: esquemas de remuneração variável de curto e longo prazo, um modelo de planejamento de talentos, um modelo de liderança, despesas trabalhistas, taxa de rotatividade de funcionários, iniciativa "Vida Digna", e planos de ajuste de gastos com pessoal. Com relação ao esquema de remuneração variável de longo prazo, o comitê aprovou o investimento de recursos para 2021.

Também durante 2021, o Comitê apresentou ao Conselho de Administração: o aumento salarial para 2021 aplicável ao pessoal básico, que foi o resultado da negociação que a empresa avançou com os sindicatos; o aumento salarial proposto para o resto do pessoal; o regulamento de crédito interadministrativo; e diferentes planos de ajuste de gastos e custos com pessoal. Da mesma forma, o Comitê estava encarregado de analisar o componente humano da empresa durante a pandemia e realizou a avaliação da alta administração. A

avaliação do CEO foi realizada pelo Presidente do Conselho, enquanto a avaliação dos Vice-Presidentes foi realizada pelo CEO, com resultados satisfatórios.

Finalmente, o Comitê apoiou o Conselho de Administração na avaliação de propostas importantes na área de governança corporativa, a fim de dar continuidade à melhoria permanente dos padrões nesta área e contribuir para a construção de relações de valor com suas partes interessadas. O Comitê também apoiou a avaliação dos membros do Conselho de Administração.

A empresa padronizou as práticas de Governança Corporativa das subsidiárias nacionais através de um processo de simplificação de sua estrutura. Unimos os conselhos de administração em um único órgão (Comitê Diretivo Subsidiário), como o órgão administrativo máximo das subsidiárias, no qual a empresa tem mais de 95% de participação. Isto foi realizado com o objetivo de conseguir uma maior articulação em nível de grupo, permitindo a fácil definição da orientação estratégica, supervisão, controle e administração eficaz das subsidiárias nacionais da empresa, respeitando, em todos os casos, a autonomia de cada empresa no acompanhamento dos procedimentos de tomada de decisão.

As boas práticas de governança corporativa promovidas pelo Comitê ajudaram a empresa a manter nossos padrões de governança corporativa em um percentual de 90 no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, sendo uma das varejistas de alimentos com melhor desempenho em todo o mundo.

Comitê Financeiro

Durante 2021, o Comitê Financeiro monitorou de perto os níveis de caixa da empresa a fim de garantir liquidez e gestão adequada de seus recursos, garantindo o cumprimento das políticas de investimento.

Além disso, monitorou regularmente os indicadores macroeconômicos e de mercado, principalmente a taxa de intervenção do Banco da República. Da mesma forma, o Comitê Financeiro foi encarregado de revisar a posição da dívida da empresa e os derivativos de taxa de juros e câmbio, acompanhando a construção de propostas e estratégias de reestruturação da dívida e de hedging, alcançando a otimização do custo financeiro, diminuindo o risco de variação da taxa e melhorando os indicadores financeiros.

Finalmente, o Comitê monitorou o comportamento da dívida financeira líquida, com ênfase especial no comportamento e projeções de capital de giro, resultado operacional e geração de caixa para os acionistas.

Comitê de Negócios e Investimentos

Em linha com o objetivo do Comitê de Negócios e Investimentos, participou ativamente da definição e acompanhamento da estratégia de expansão dos negócios Imobiliários e Varejistas da empresa, acompanhando de perto a execução do Capex (investimentos de capital) durante 2021 para garantir o crescimento sólido e rentável dos diversos negócios e investimentos da organização. Da mesma forma, o Comitê abordou diferentes exigências por marca e questões comerciais complementares nas seguintes áreas:

- Acompanhamento do plano de investimento e desempenho, assim como as estratégias e propostas de valor das marcas Éxito, Carulla, Super Inter e Surtimax
- Acompanhamento dos objetivos, escopo e estratégia, assim como o desempenho e resultados dos negócios complementares da empresa: Seguros Éxito (seguros), LTSA, e Viajes Éxito (viagens)
- Avaliações imobiliárias pós-investimento dos ativos imobiliários Viva Envigado e Viva Tunja, que completaram seu segundo ano de operações no final de 2020. Da mesma forma, as avaliações correspondentes ao varejo, incluindo as lojas que tiveram aberturas durante 2018 e 2019 para as marcas Éxito, Carulla, Super Inter e Surtimayorista
- Revisão da Política de Investimentos do Grupo Éxito
- Revisão dos números de geração de caixa por unidade de negócios, apoiando os planos de ação de cada unidade de negócios para maximizar sua contribuição para a margem EBITDA da empresa
- Acompanhamento dos contratos de arrendamento estratégico
- Acompanhamento da execução do Capex 2021 e o número estimado para o final do ano. Revisão do Capex planejado para 2022 para impulsionar o desenvolvimento do projeto e expansão da empresa
- Acompanhamento do projeto do setor
- Apresentação da estratégia de negócios imobiliários denominada "Proyectos MAX", com a qual pretendemos rentabilizar as áreas construídas dos ativos operacionais da empresa. Os projetos desenvolvidos com os indicadores mais representativos foram revistos, assim como as oportunidades e metas para 2021 e 2022.
- Recomendações de acompanhamento e aprovação ao Conselho de Administração de projetos de renovação e expansão de ativos imobiliários
- Evolução dos cinco anos desde a criação do veículo imobiliário Viva Malls e sua projeção até 2027
- Acompanhamento do progresso na negociação de aquisições de instalações comerciais durante 2021

Comitê de Sustentabilidade [GRI 102-32]

Em 2021, o Comitê de Sustentabilidade revisou e analisou questões estratégicas que ligavam os diferentes interessados da empresa. As questões mais relevantes foram aquelas

relacionadas à proteção da biodiversidade, mudança climática, desenvolvimento sustentável de fornecedores, desnutrição zero, diversidade e inclusão e a relação com as comunidades.

Dentre os assuntos administrados pelo Comitê durante o período acima mencionado, destacam-se os seguintes.

- Aprovação e monitoramento de indicadores relacionados com a estratégia de sustentabilidade:
 - Mega Social Empresarial
 - Mega Ambiental Corporativo
 - Aquisição local e direta
 - Práticas produtivas sustentáveis
 - Diversidade e inclusão
 - “Vida Sana” (Estilo de Vida Saudável)
- Aprovação da análise de materialidade da empresa que foi realizada durante o último trimestre de 2020, e foi concluída em janeiro de 2021:
 - As questões materiais priorizadas pelas partes interessadas foram:
 - Gestão da mudança climática
 - Apoiar a economia local e o crescimento inclusivo
 - Atração, retenção e desenvolvimento do talento humano
 - Economia circular - embalagem
 - Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos
 - Proteção da biodiversidade
- Estratégia Climática:
 - Discussão da mudança climática em todas as suas sessões, priorizando questões como, por exemplo:

- Implementação de ações de curto, médio e longo prazo para reduzir as emissões nos âmbitos 1 e 2 da emissão de carbono
 - Medição da emissão de carbono Âmbito 3.
 - A estratégia climática da marca Carulla levou Carulla Freshmarket a se tornar o primeiro varejo de alimentos neutro em carbono do continente.
 - Implementação da estratégia de indicadores mensais para a emissão de carbono da empresa
- Aprovação dos riscos associados com a estratégia de sustentabilidade
 - Acompanhamento da implementação do modelo de pecuária sustentável e a proteção da biodiversidade na cadeia de abastecimento, modelo no qual a empresa é pioneira na Colômbia
 - Acompanhamento de projetos associados às relações comunitárias

Avaliação do Conselho e da Alta Administração [GRI 102-28] [GRI 102-28]

De acordo com o Código de Governança Corporativa, a Empresa realiza um processo de avaliação anual para o Conselho de Administração a ser avaliado. Um processo de avaliação interna foi realizado este ano.

Isto gerou forças e oportunidades de melhoria para o Conselho de Administração como um órgão colegiado e também para os comitês de apoio e o estabelecimento de planos de ação aplicáveis para o próximo período.

A confiança e transparência de suas ações individuais e de equipe foram identificadas como pontos fortes, bem como a contribuição que eles podem gerar sobre os diferentes tópicos abordados, dada sua experiência. Além disso, o Conselho tem um alto grau de competitividade, expertise, integralidade e complementaridade de questões por parte de seus membros, favorecendo a abordagem das tendências e melhores práticas nacionais e internacionais.

Foram identificadas oportunidades de melhoria relacionadas a um maior investimento de tempo na deliberação de questões estratégicas, bem como no fortalecimento do conhecimento e das deliberações sobre a situação atual do país (social, econômica, industrial, etc.). Essas oportunidades de melhoria foram levadas em conta na preparação do plano de trabalho para 2022.

Da mesma forma, a avaliação do desempenho da alta administração foi realizada levando em conta o processo definido pela empresa.

Transações com Partes Relacionadas

Decisões do Conselho de Administração sobre Transações entre Partes Relacionadas e Situações de Conflito de Interesses

De acordo com o Artigo 34.4 do estatuto da empresa, é responsabilidade do Conselho de Administração definir os regulamentos que regem a avaliação e autorização de transações entre partes relacionadas.

De acordo com esse objetivo, o Conselho aprovou a Política de Transações entre Partes Relacionadas em janeiro de 2016, que é o sétimo capítulo do Código de Governança Corporativa e regula a identificação, classificação, avaliação, aprovação, revelação e acompanhamento de tais transações. Esta política pode ser analisada no capítulo sete do Código de Governança Corporativa, clicando [aqui](#).

O objetivo desta política é assegurar que as transações entre partes relacionadas sempre ocorram a preços de mercado, a fim de garantir o cumprimento dos seguintes princípios:

- Para satisfazer o interesse da organização e não prejudicá-la
- Oferecer melhores serviços, melhores preços ou melhores condições aos clientes da empresa
- Para gerar valor para a organização
- Não prejudicar ou colocar em risco a capacidade do Grupo de cumprir suas obrigações para com terceiros
- Respeitar os direitos dos acionistas minoritários
- Para proporcionar transparência
- Promover a exploração de sinergias de acordo com as limitações e restrições estabelecidas por lei

No ano de 2018, o Comitê de Auditoria e Riscos aprovou o procedimento para o tratamento adequado das transações entre as partes relacionadas da empresa, o relatório pode ser encontrado [aqui](#).

Ao longo deste processo, a empresa se esforça para assegurar que as transações entre partes relacionadas ocorram a taxas de mercado, com o objetivo de cumprir os princípios mencionados anteriormente neste relatório quando se refere à Política de Transações com Partes Relacionadas. No caso de transações com o acionista majoritário ou afiliadas e subsidiárias, a análise de preços de mercado deve ser realizada por um terceiro independente especialista em preços de transferência.

Durante 2021, a política e o procedimento foram totalmente implementados através da apresentação das informações ao Comitê de Auditoria e Risco e ao Conselho de Administração, quando aplicável.

Detalhe das transações mais relevantes realizadas entre partes relacionadas, conforme determinado pela organização

As transações mais relevantes entre as partes relacionadas em 2021 foram as seguintes:

- Com relação ao GPA, a empresa gerou custos e despesas de COP9.777 milhões, que correspondem a serviços de consultoria prestados pelo GPA.
- Houve transações que geraram receita das empresas do Casino Guichard Perrachon S.A., principalmente a partir da prestação de serviços avaliados em COP7.265 milhões, e despesas principalmente para o fornecimento de serviços de eficiência energética e intermediação na importação e compra de mercadorias para COP58.136 milhões.
- Quanto às subsidiárias nacionais, as principais transações realizadas correspondem às receitas provenientes (i) da prestação de serviços administrativos aos administradores da Éxito Industrias S.A.S., Almacenes Éxito Inversiones S.A.S., Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P., Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S., Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S., e Patrimonios Autónomos (fundos fiduciários); e (ii) locações imobiliárias para Patrimonios Autónomos (fundos fiduciários) e para Viajes Éxito y Turismo S.A.S. As receitas destas transações superaram COP48.629 milhões.
- Os custos e despesas gerados com as subsidiárias domésticas no valor de COP365.678 milhões devem-se principalmente (i) à compra de mercadorias e bens a serem comercializados pela Éxito Industrias S.A.S.; (ii) aos serviços de transporte recebidos da Logística y Transporte y Servicios Asociados S. A.S.; (iii) arrendamento e gestão de bens com Patrimonios Autónomos (fundos fiduciários); (iv) compra de planos corporativos da Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.; e (v) serviços recebidos, compra de bens e reembolsos de outras subsidiárias.
- Com relação às joint ventures, a empresa obteve receitas de COP132.109 milhões principalmente de (i) títulos, cupons e rendimentos energéticos com a Compañía de Financiamiento Tuya S.A., (ii) participação no acordo de colaboração comercial com a Compañía de Financiamiento Tuya S.A., (iii) arrendamentos imobiliários com a Compañía de Financiamiento Tuya S.A., (iv) recuperação de atividades comerciais, e

(v) prestação de serviços à Companhia de Financiamiento Tuya S.A. e à Puntos Colombia S.A.S. Os custos e despesas gerados com joint ventures no valor de COP88.713 milhões devem-se principalmente ao custo do programa de fidelização de clientes e à administração das obrigações para com a Puntos Colombia S.A.S., e às comissões de meios de pagamento geradas com a Companhia de Financiamiento Tuya S.A.

- Finalmente, com outras partes relacionadas, como o caso dos membros do Conselho de Administração, foram geradas despesas com a prestação de serviços (honorários) no valor de COP1.574 milhões. Deve-se observar que a empresa não realizou nenhuma transação com os membros do Conselho de Administração além do pagamento dos honorários descritos acima.

A discriminação das transações com partes relacionadas pode ser consultada na Nota 37.2 das Demonstrações contábeis.

Conflitos de Interesse [GRI 102-25]

O Estatuto Social da Empresa define as responsabilidades do Conselho de Administração com relação a conflitos de interesse da seguinte forma:

- Investigar e administrar os conflitos de interesse que surgem entre a empresa e seus acionistas, membros do conselho e a alta administração
- Aprovar políticas para administrar conflitos de interesse e uso de informações privilegiadas por qualquer funcionário
- Regulamentar a criação e o funcionamento do Comitê de Conflito de Interesses

Além disso, o Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho é responsável por cumprir as seguintes funções relacionadas a conflitos de interesse:

- Avaliar e informar o Conselho de Administração sobre conflitos de interesse nos quais um Acionista Principal ou membro do Conselho de Administração ou da Alta Administração possa estar envolvido direta ou indiretamente ou através de uma parte relacionada, fazendo as sugestões necessárias para administrar as situações
- Avaliar e informar a Diretoria sobre possíveis conflitos de interesse que possam surgir entre a Diretoria e filiais, ou entre estas entidades, ou entre Administradores e partes relacionadas, fazendo as sugestões necessárias para administrar as situações
- Após autorização prévia do Conselho de Administração, examinar e informar o Conselho sobre operações diretas ou indiretas da Empresa com Membros do Conselho,

Controladores ou Acionistas Principais, conforme definido na estrutura acionária da Empresa, ou membros da Alta Administração nos níveis 1 a 3, e de operações entre empresas do Grupo Corporativo ou entidades relacionadas (operações com partes relacionadas) que, devido ao seu valor, natureza ou termos, representem um risco para a Empresa.

- Verificar se as operações são realizadas de acordo com condições justas de mercado e não comprometem a igualdade de tratamento dos acionistas.

Durante 2021, as situações de conflito de interesses relatadas pelos membros do Conselho e pela Alta Administração foram resolvidas pelas instâncias e sob as regras estabelecidas na Política de Conflito de Interesses contida no Código de Ética e Conduta da Empresa, conforme descrito no próximo capítulo. Da mesma forma, as situações relatadas pelos outros funcionários da empresa foram devidamente administradas de acordo com a Política, que é discutida posteriormente no capítulo de Conformidade.

Conflitos de Interesses que Arose, a Ação dos Membros do Conselho e os Mecanismos para Resolver Conflitos de Interesses entre Empresas do Mesmo Conglomerado e sua Aplicação durante o Exercício [GRI 102-25]

A empresa possui mecanismos adequados orientados para o cumprimento de nossas políticas de boa governança e transparência, entre os quais estão aqueles pertinentes e adequados para relatar, analisar e administrar situações de potenciais conflitos de interesse relatados por membros do Conselho de Administração e da Alta Administração.

A seguir estão as principais atividades que demonstram a gestão destes mecanismos e sua implementação durante 2021:

- Relatórios definidos pelo Conselho de Administração e pela Alta Administração. Relatório Trimestral sobre Conflitos de Interesses:** para poder identificar e relatar adequadamente quaisquer possíveis conflitos de interesses, o Conselho de Administração e a Alta Administração foram solicitados, trimestralmente, a atualizar informações sobre empresas nas quais detêm 10% ou mais do capital social ou sobre as quais têm influência significativa, ou qualquer outra situação que possa resultar em um conflito de interesses.
- Análise das situações relatadas:** a análise das situações relatadas foi realizada em conformidade com as diretrizes definidas na Política de Conflitos de Interesses contida no Código de Ética e Conduta da Empresa, e suas disposições relacionadas à estrutura de governança e ao estabelecimento do Comitê de Conflitos de Interesses. Assim, para o caso específico de situações relacionadas aos membros da Alta Administração que fazem parte dos níveis 1 e 2 da estrutura organizacional, o Comitê de Conflitos de Interesses foi

composto pelo Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho de Administração. Da mesma forma, no caso de situações referentes a membros do Conselho de Administração, o Comitê de Conflitos de Interesses foi composto pelos membros restantes do Conselho de Administração não envolvidos.

- c. **Mecanismos para a gestão e resolução de conflitos de interesse:** a empresa assegurou o bom funcionamento dos mecanismos para a comunicação de situações de possíveis conflitos de interesse para os membros do Conselho de Administração e da Alta Administração, o que permitiu a garantia de sua comunicação em tempo hábil. As situações relatadas pela Alta Administração consistiam principalmente na participação de um membro da própria ou de um membro da família nos Conselhos de Administração de outras empresas ou entidades, bem como na participação em outras empresas com possíveis vínculos com a empresa.

Em frente a cada um dos relatórios recebidos, estão incluídas as respectivas análises que foram realizadas, assim como as recomendações do respectivo Comitê de Conflito de Interesses, orientadas para a solução e administração das situações relatadas. Isto foi feito a fim de salvaguardar a objetividade e imparcialidade nas ações do relator e para proteger as informações confidenciais e privilegiadas da empresa. Neste sentido, os membros do Conselho de Administração que relataram uma situação de possível conflito de interesses, abstiveram-se de deliberar e decidir sobre a gestão dessa situação.

Nenhuma das situações em análise afetou as operações como um todo, nem representou um impacto tal que tornasse impossível para a pessoa em questão exercer sua posição ou papel.

Sistema de Gerenciamento de Risco [GRI 102-15]

Sistema de Controle Interno e suas Modificações durante o Ano

O Grupo Éxito realizou atividades para fortalecer o Sistema de Controle Interno durante 2021, de acordo com as disposições do Código de Governança Corporativa.

Os componentes que implantam o sistema são destacados pelos seguintes pontos durante o ano:

Ambiente de controle

O Ambiente de Controle opera dentro das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto Social, o Resumo de Governança Corporativa e as políticas e procedimentos. Ele também é apoiado

por um forte compromisso, liderado pela Alta Administração e supervisionado pelo Conselho de Administração e seus comitês de apoio.

- A empresa revisou a estratégia, os desafios e as iniciativas que a orientam em direção aos pilares estratégicos, objetivos, missão e valores corporativos.
- A empresa aplicou padrões de governança corporativa, consolidando boas práticas e construindo relações de valor com as partes interessadas.
- A empresa projetou e modificou processos, de acordo com as exigências do ambiente e as necessidades organizacionais. O Conselho de Administração estava ciente e aprovou os ajustes na estrutura organizacional revisada pela Alta Administração, considerando a rotação de pessoal, promoção interna e execução de planos de sucessão e carreira.
- A empresa continuou a implementar medidas para conter a pandemia COVID19; os ajustes no modelo e processos operacionais foram aplicados consistentemente durante todo o ano, mantendo os princípios de responsabilidade, autoridade e compromisso necessários para assegurar o cumprimento do controle interno.
- Durante 2021, a empresa fez progressos na definição do modelo de Governança, Risco e Conformidade (GRC), que busca integrar o gerenciamento de risco em todos os níveis (estratégico, comercial, projeto, processos) com os modelos de controle e a realidade operacional da organização, permitindo uma visão unificada do controle interno da empresa.
- Em linha com o acima exposto, a empresa completou o redesenho do processo de auto-avaliação de risco e controle - o Programa de Autocontrole - que é um mecanismo capacitador e de aumento de valor no gerenciamento de risco operacional e um suporte para riscos táticos e estratégicos. Ao mesmo tempo, fortalece a cultura de autogestão; no primeiro trimestre de 2022, o programa será relançado.
- Programas de conformidade no gerenciamento de risco de fraude, corrupção e suborno, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, e proteção da privacidade e dos dados pessoais foram adaptados ao cenário de recuperação econômica. Desta forma, alavancaram estratégias organizacionais dentro da estrutura de conformidade com as exigências legais nestas matérias, tanto em nível nacional, como para aqueles na esfera internacional que se aplicam diretamente pela matriz, bem como as boas práticas. Isto possibilitou a geração de valor na tomada de decisões informadas.
- Em setembro de 2021, a empresa iniciou o processo de preparação para qualificar-se para o Selo Ouro em 2022 “Implementación acciones por la igualdad” (Implementação

de Ações para a Igualdade) do Programa “Equipares” de Equidade Laboral, pelo governo nacional.

A alta administração da empresa reafirmou seu compromisso com a diversidade, inclusão e equidade trabalhista. Este compromisso, que começou em 2018, promove iniciativas que promovem uma cultura de respeito às diferenças legítimas de idade, gênero, habilidades e etnia. Como parte disto, em junho de 2021, a empresa aderiu à Câmara de Comércio LGBT da Colômbia.

Gerenciamento de Risco

O Sistema de Gerenciamento de Risco Integral da Almacenes Éxito é gerenciado pelo Departamento de Gerenciamento de Risco Integral, que faz parte da Vice-Presidência de Assuntos Corporativos. É responsável pela concepção e implementação da metodologia e do modelo de risco em diferentes níveis da organização e pela promoção da cultura de gerenciamento de risco com ênfase especial em sua contribuição para o cumprimento dos objetivos estratégicos.

O sistema é orientado por uma política abrangente de gerenciamento de riscos que estabelece a estrutura geral de ação e pelo guia de gerenciamento de riscos que contém o modelo e a metodologia alinhados com a norma ISO 31000. As principais ações na área de gerenciamento de risco são apresentadas no capítulo intitulado Descrição da Política de Risco e sua implementação durante o exercício financeiro.

Atividades de Controle

As atividades de controle são delineadas em políticas e procedimentos internos de gerenciamento de processos, com um esforço contínuo de otimização e excelência em todos os processos operacionais, tecnológicos e de transformação digital e através da aplicação de metodologias em constante aperfeiçoamento.

- Durante o primeiro trimestre de 2021, a empresa concluiu a implementação da estrutura de conformidade da Sarbanes Oxley - SOX. Durante o ano, a estrutura de controle foi mantida, de acordo com o escopo aplicável ao período.
- Durante as mobilizações sociais ocorridas no país, a empresa prosseguiu, de acordo com as diretrizes estabelecidas para o gerenciamento de crises, de modo que todas as frentes de trabalho necessárias foram ativadas e disponibilizadas para as necessidades da organização.

- Como havia sido feito em anos anteriores, a empresa aplicou mecanismos para otimizar processos, com práticas como Seis Sigma, Robotização de Tarefas, Lean e Agilíssimo, entre outras.
- A empresa possuía sistemas de gestão que reforçavam o sistema de controle, alguns deles relacionados à segurança e saúde ocupacional, segurança rodoviária, BASC - Business Alliance for Secure Commerce - Anti-Smuggling Business Coalition -; OEA (por sua sigla em espanhol) - Operador Econômico Autorizado - para as operações de logística e transporte.
- A empresa continuou a desenvolver a estratégia omni-channel, com a implementação de ferramentas tecnológicas e processos operacionais que aumentam a sustentabilidade do negócio, em um ambiente de controle e em conformidade com as políticas internas e a regulamentação atual.
- A empresa adaptou os sistemas e processos de informação para responder às necessidades derivadas dos três dias sem IVA definidos pelo governo nacional como parte das iniciativas de reativação econômica. As modificações feitas estão dentro da estrutura da regulamentação definida para esta atividade e estão em conformidade com as políticas e controles internos.
- O modelo híbrido (presencial e virtual) para os colaboradores da organização foi reforçado com soluções tecnológicas para facilitar o trabalho colaborativo e remoto, permitindo a continuidade dos negócios, conectividade digital, gestão da informação e interação entre usuários e equipes, com controles de tecnologia e segurança da informação.
- A empresa começou a implementar software de Governança, Risco e Conformidade, que integra a gestão de riscos e permite a rastreabilidade dos processos de controle da organização, facilitando a administração e o acompanhamento.
- Em conjunto com o Departamento de Controle Interno do Grupo Casino, a empresa realizou a primeira etapa de auto-avaliação do controle interno que visava fazer um diagnóstico dos controles gerais em alguns processos da Éxito, incluindo os processos de Logística, Transporte e Serviços Associados. Também permitiu o compartilhamento de boas práticas entre as empresas participantes.

Compliance

Os programas de conformidade da empresa que gerenciam os riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, fraude, corrupção e suborno, e aqueles relacionados à privacidade e proteção de dados pessoais adaptaram proativamente sua dinâmica ao

contexto organizacional de reativação econômica, através do fortalecimento de suas principais políticas, da otimização de alguns de seus mecanismos de controle alavancados no processo de transformação digital, e da geração de valor em processos decisórios informados, dentro de uma estrutura de conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis relacionadas à gestão desses riscos.

Gestão do Programa de Transparência

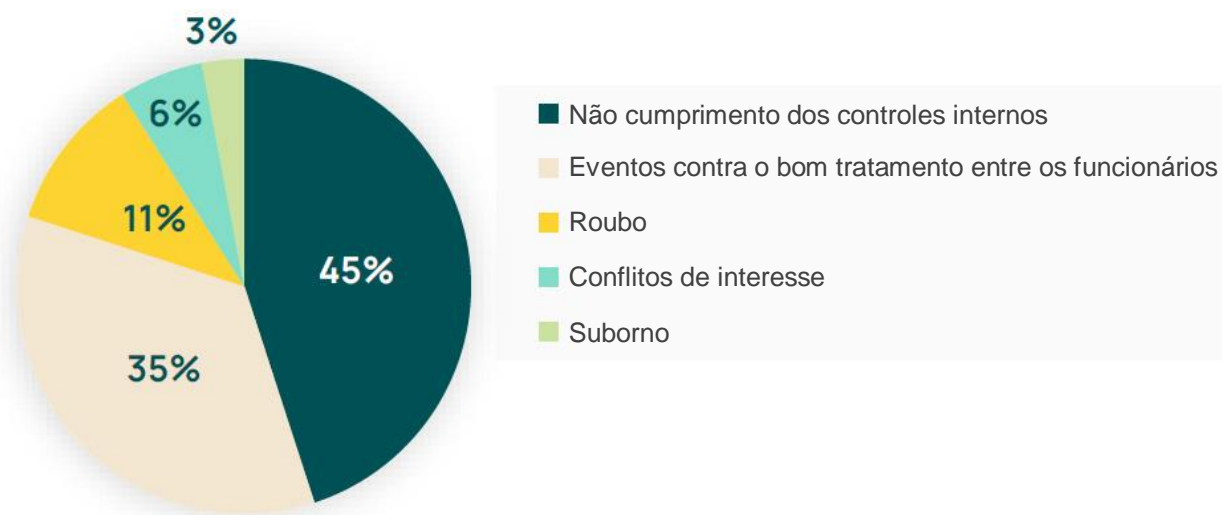
Durante 2021, a gestão do Programa de Transparência refletiu sua importância como capacitador e promotor de princípios e valores organizacionais, tornando-o parte integrante do pilar estratégico "Somos Integros". Neste sentido, fortaleceu suas principais políticas, ampliou seus processos de treinamento e comunicação e se desafiou a uma rigorosa medição externa com excelentes resultados.

De acordo com esta gestão, são destacadas as seguintes ações:

- Liderança e compromisso organizacional:** a direção e a alta administração da empresa mantiveram seu papel de liderança na supervisão e gestão dos riscos de fraude, corrupção e suborno, com ações diretas que evidenciaram seu compromisso com a promoção dos mais altos padrões éticos - tom no topo - através de sua liderança nas diversas ações descritas neste capítulo, dentro das quais enfatizaram: seu papel nos exercícios de comunicação, avaliação de risco, monitoramento e supervisão do Programa de Transparência, liderado pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Risco e Auditoria, o papel fundamental do Comitê de Ética como órgão da Alta Direção responsável pela liderança estratégica do Programa de Transparência, e a participação ativa do Comitê de Trabalho de Combate à Fraude e Corrupção na gestão dos relatórios recebidos pelos canais de comunicação.
- Avaliação de risco:** De acordo com a abordagem baseada em risco, os regulamentos locais aplicáveis, as diretrizes de sua matriz e as melhores práticas na matéria Programa de Transparência foram um marco na conclusão das fases do exercício de avaliação de risco de fraude, suborno e corrupção sob as regras e normas da Lei francesa Sapin II e as exigências da Agência Francesa Anticorrupção - AFA. Este exercício permitiu identificar nos vários processos que compõem a rede de valor da empresa, sua exposição a esses riscos e propôs medidas de tratamento relevantes que levaram à sua mitigação.
- Divulgação e conscientização:** foram planejadas e implementadas ações estratégicas de comunicação e conscientização para vários interessados da empresa, tanto internos quanto externos, e foi abordada a importância de transmitir mensagens fortes, não apenas relacionadas ao cumprimento das regras de conduta, mas também para gerar conscientização do contexto e dos riscos que cada público pode enfrentar, para a

construção contínua de relações de valor com cada um deles. Para este fim, foram realizadas ações de divulgação para os funcionários através dos diversos meios internos da empresa, para os fornecedores através dos boletins de comunicação organizados para eles e dos espaços de conscientização que foram realizados ao longo do ano.

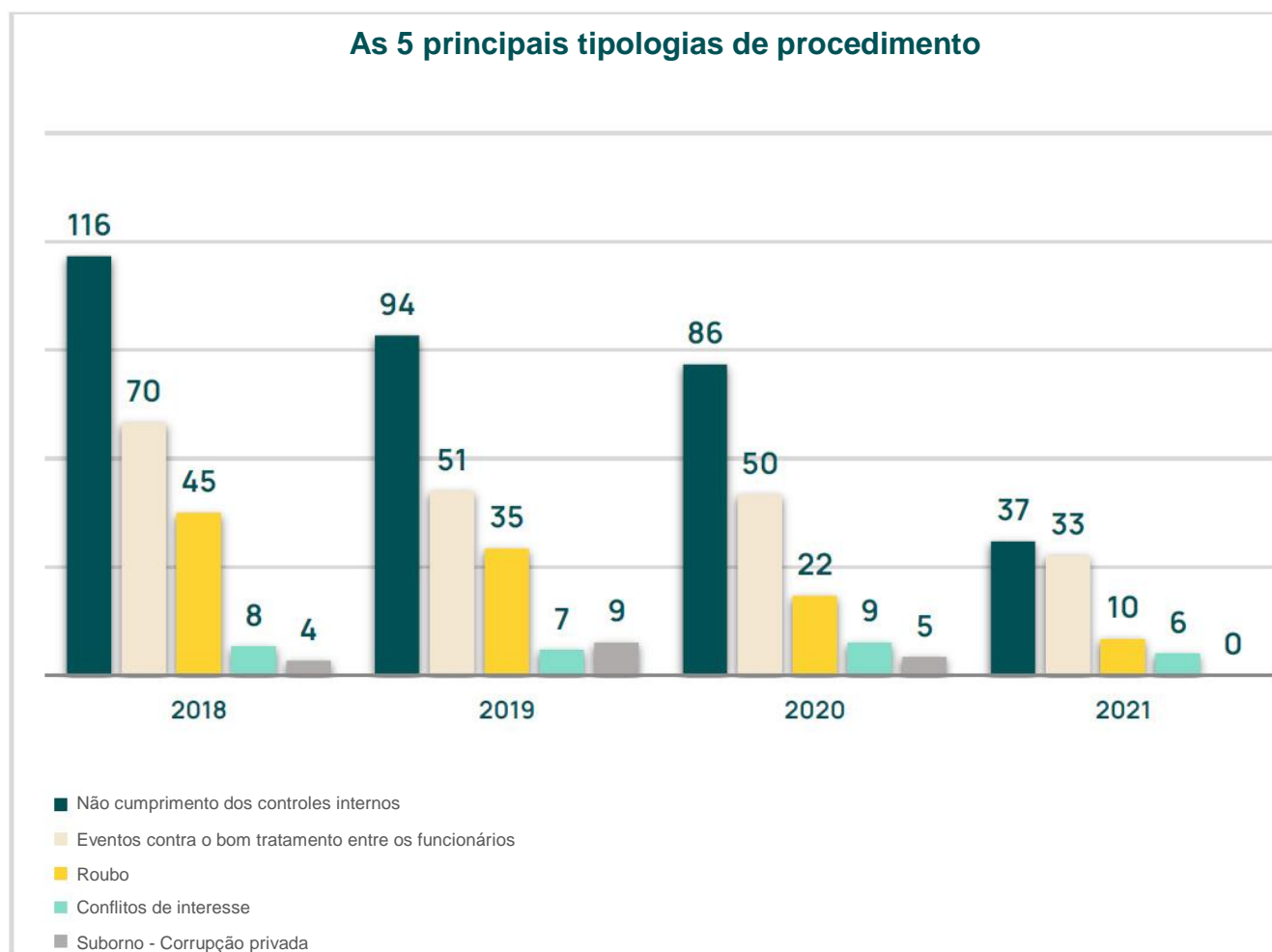
- Destaca-se a implementação de iniciativas de sensibilização do público externo, como a realizada em parceria com a EAFIT Social para jovens cafeicultores do departamento de Risaralda, sobre o valor da ética e sua importância no desenvolvimento de seu espírito de crescimento pessoal e profissional.
- **Canais de comunicação [GRI-102-17, 205-3]:** o sistema de comunicação de fatos contra a ética e a transparência manteve seu papel fundamental na gestão dos riscos de fraude, corrupção e suborno através de sua constante promoção e divulgação, rigoroso monitoramento de seu funcionamento, administração, confidencialidade e eficiência, e reconhecimento de seu valor como ferramenta primária para monitorar o risco e a eficácia do programa de transparência, através de seus diferentes órgãos governamentais. Os canais de entrada de relatórios no sistema foram amplamente divulgados, não apenas internamente, mas também para audiências externas através da mídia corporativa com audiências, tais como provedores, e através de redes sociais. O anonimato dos reclamantes que o solicitaram foi garantido, e a não retaliação pelo fato de terem relatado.
- De acordo com as melhores práticas nesta área, a administração dos canais de denúncia é realizada por uma terceira parte independente e especializada. Em 2021, foi realizada a renovação da licitação para este processo, a fim de garantir a melhor prestação de serviços sob os mais rigorosos padrões, em conformidade com os princípios e regras de aquisição da empresa.
- **[GRI-205-3]** Especificamente, durante 2021, a empresa tratou 748 relatórios que entraram pelos canais de relatórios por alegados atos contra a ética e a transparência, todos os quais foram investigados sem exceção. Esta gestão foi desenvolvida em harmonia com a definição de papéis e responsabilidades estabelecidas no respectivo procedimento interno, que inclui os gerentes especialistas responsáveis pela investigação de acordo com a tipologia do caso, o acompanhamento da função de compliance e supervisão e as diretrizes estratégicas e táticas do Comitê Operacional de Combate à Fraude e Corrupção, as cinco (5) principais tipologias, por número total de reclamações recebidas em 2021, foram as seguintes:



Nota: 5 principais casos recebidos

Isto não corresponde a casos comprovados, cujo número equivale a 19% dos casos investigados.

Do total dos relatórios concluídos, 19% foram verificados, nenhum dos quais representou impacto material para a empresa. As cinco principais tipologias de casos testados foram as seguintes, com seus respectivos comportamentos nos últimos quatro anos:



[GRI-205-3] Em resposta aos relatórios concluídos e verificados, foram implementadas as seguintes medidas, de acordo com as definições previstas e relatadas no Código de Ética e Conduta:

- 57 ações entre medidas disciplinares e feedback, destinadas a reforçar o cumprimento das diretrizes e políticas
- 24 ações corretivas relativas a atualizações de controle

- 19 decisões administrativas sobre rescisão de contratos de emprego
- 14 treinamento e medidas de conscientização para os funcionários
- 9 ações correspondentes à transferência de funcionários
- 4 medidas de recuperação perante as seguradoras
- 3 ações judiciais
- 2 medidas contra fornecedores
- Nenhum dos relatórios completos e verificados relacionados a suborno ou corrupção com funcionários públicos

A empresa não está atualmente envolvida em processos administrativos ou judiciais em cursos relacionados à corrupção e suborno.

- **Gestão de conflitos de interesse dos funcionários:** além da gestão de conflitos de interesse dos membros do Conselho e da Alta Administração descrita no respectivo capítulo deste relatório, a empresa cumpriu a Política de Conflitos de Interesses estabelecida no Código de Ética e Conduta, apoiada no constante treinamento e preparação de seus funcionários na importância de dar uma gestão oportuna àquelas situações que podem gerar risco potencial de perda de objetividade no desenvolvimento de seu trabalho, e nos mecanismos para registrar tais situações. Tal cumprimento se refletiu no número total de declarações recebidas, especialmente desde a execução do dia anual de declaração de conflitos de interesse, que se tornou um resultado histórico com o registro de 1.363 declarações de possíveis conflitos de interesse; o maior número de situações reportadas foi na categoria de "trabalho com um parceiro relativo ou afetivo na empresa", com uma participação de 51%.

Em resposta às situações relatadas pelos funcionários nos níveis 3 a 7 da estrutura organizacional, o Comitê de Conflito de Interesses forneceu recomendações relevantes destinadas a salvaguardar os interesses da empresa.

- **Relacionamento com o Estado e o Governo:** nas diversas iniciativas de gestão do interesse da empresa, foram cumpridas as regras de conduta para as relações com o Estado e os funcionários públicos estabelecidas no Código de Ética e Conduta.
 - Em 2021, e desde 2015, a empresa não tem feito doações para campanhas, candidatos ou movimentos políticos.

- Além disso, as doações sociais feitas em 2021 estavam de acordo com a Política de Sustentabilidade da empresa e com o valor aprovado na proposta de doação pela Assembleia Geral de Acionistas, equivalente à COP1.763.828.352. Todas estas ações estavam em conformidade com as diretrizes e regras da Política de Doações e seus procedimentos internos associados.

- **Prevenção da lavagem de dinheiro e gestão de programas de financiamento do terrorismo**

Apoiada por uma estrutura organizacional sólida, ativa e funcional, e pelo constante treinamento e sensibilização dos funcionários, a empresa cumpriu em nossas diversas ações, com as diretrizes estabelecidas nos regulamentos aplicáveis e políticas internas de gestão dos riscos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento para a proliferação de armas de destruição em massa (ML/FT/PWMD). Neste sentido, a política geral foi atualizada e divulgada no site corporativo, a fim de facilitar ainda mais o acesso das partes interessadas externas ao conhecimento das estratégias de gerenciamento de risco do ML/FT/PWMD.

Por sua vez, alguns dos mecanismos integrados ao programa de prevenção e controle do ML/FT/PWMD foram reforçados, com foco na otimização e automação de alguns dos principais processos. Assim, durante 2021, o processo de monitoramento dos parceiros foi atualizado, visando gerar maior valor na detecção e análise oportuna dos alertas. Da mesma forma, a política geral de prevenção e controle destes riscos foi atualizada e publicada para os diversos grupos de interesse através do website corporativo.

Além disso, e como prova do valor para a empresa dos mecanismos de controle implementados para gerenciar este risco, enfatizamos que em 2021 a empresa recebeu a qualificação de Operador Econômico Autorizado - OEA, por sua sigla em espanhol. A certificação internacional focalizou a padronização de processos e controles orientados à segurança da cadeia de abastecimento, uma vez concluído o processo de avaliação, que incluiu, entre outros, a revisão de alguns dos principais processos do programa de prevenção e controle do ML/FT/PWMD.

Durante 2021, a empresa cumpriu os requisitos regulamentares, incluindo aqueles relacionados à comunicação interna de operações não usuais, sua administração e a geração de diferentes relatórios externos às autoridades competentes, tais como relatórios de operações suspeitas.

- **Gerenciamento do Programa de Proteção de Dados Pessoais**

O fortalecimento da confiança das diversas partes interessadas na empresa e o cumprimento das regulamentações e boas práticas aplicáveis foram os principais elementos do desenvolvimento do programa de proteção de dados pessoais e da gestão dos riscos associados à privacidade, riscos que viram seu escopo estendido ao nível estratégico da empresa, a fim de possibilitar o desenvolvimento de estratégias de crescimento em um quadro de conformidade, que mantém, como princípio, o reconhecimento da privacidade e o respeito aos direitos fundamentais de habeas data.

Especificamente, a gerência destaca o seguinte

- **Compromisso da Administração e da Alta Administração:** refletido na participação ativa e proativa do Comitê de Auditoria e Risco do Conselho de Administração e do Comitê Executivo de Proteção de Dados Pessoais, que se reuniu quatro vezes durante 2021, de acordo com o cronograma estabelecido. Estes órgãos cumpriram suas respectivas responsabilidades relacionadas à supervisão e acompanhamento do programa, bem como na promoção e geração de diretrizes estratégicas para gerenciar os principais riscos de privacidade e garantir o respeito aos direitos fundamentais de habeas data. Da mesma forma, outros órgãos da alta administração, como o Comitê da Presidência, acompanharam algumas estratégias destinadas a gerenciar os riscos relevantes associados à privacidade e segurança dos dados pessoais.
- **Gestão baseada no risco:** a empresa reconhece o risco da gestão de dados pessoais e da privacidade como um risco de nível estratégico e, portanto, evidente dentro do perfil de risco estratégico da empresa. Isto levou à proposta e implementação de estratégias de tratamento e mitigação relevantes e conducentes, incluindo a melhoria contínua de políticas e processos, e esforços abrangentes para limpar algumas das principais bases de dados no desenvolvimento de princípios, tais como qualidade e relevância dos dados.
- **Gestão de consultas e reclamações de habeas data:** as solicitações dos proprietários de dados pessoais recebidas através do canal de habeas data organizado pela empresa foram processadas de acordo com o procedimento definido. Em 2021, a empresa recebeu 3.607 solicitações distribuídas principalmente nas seguintes tipologias:
 - Preferências de comunicação em 27,25%
 - Atualização de dados em 22,71%
 - Criação de clientes em 11,70%.
- **Conformidade regulamentar:** a empresa cumpriu as diversas exigências regulamentares nesta área, entre as quais o dever legal de atualizar as bases de

dados registradas no Registro Nacional de Bases de Dados (RNBD, por sua sigla em espanhol), e as informações sobre as reclamações recebidas pela empresa para proprietário de dados pessoais de acordo com os critérios definidos pela regulamentação aplicável na matéria, que para 2021 correspondeu a um total de 40 reclamações no primeiro semestre e 11 reclamações no segundo semestre.

- **Exigências das autoridades:** as diferentes exigências recebidas da autoridade competente para a proteção de dados pessoais foram tratadas em termos legais devidos. Em 2021, foram apresentadas duas penalidades associadas a eventos específicos antigos que constituem uma situação excepcional, isolada e corrigida, o que não corresponde ao compromisso rígido da empresa de respeitar os direitos fundamentais dos titulares dos dados, ou as medidas implementadas para protegê-los.
- **Participação em fóruns e cenários externos:**
 - Durante 2021, a empresa esteve ligada ao "Laboratorio de Integridad 100: acelerador de ética empresarial", uma iniciativa realizada pelo Instituto Anticorrución para realizar uma medição externa, objetiva e independente de seu programa de transparência. Esta medição foi avançada com base em uma revisão rigorosa dos componentes do Programa de Transparência derivado da norma ISO 37001, em comparação com oito indicadores: 1. Governança, 2. contexto organizacional, 3. liderança, 4. planejamento, 5. apoio, 6. operação, 7. avaliação e 8. Melhoria Contínua.
 - A empresa alcançou um resultado marcante nesta medição, sendo a primeira a participar e exceder o limiar necessário para obter o reconhecimento "Empresa comprometida com a integridade 100", obtendo uma excelente classificação nos oito indicadores, entre os quais os seguintes aspectos e componentes do Programa de Transparência da empresa são destacados com a mais alta classificação possível:
 - Liderança e Compromisso: com base em uma estrutura organizacional sólida e funcional, liderada pelo Conselho de Administração e seu Comitê de Auditoria e Risco, até o papel de liderança da Alta Direção, o acompanhamento e gestão da função de compliance, e as funções dos outros órgãos definidos.
 - Operação do Programa: dada pelo conhecimento difundido e documentação adequada de nossas principais políticas e diretrizes, alavancada na sensibilidade dos colaboradores sobre o dever de estar alerta e de relatar aquelas situações que potencialmente ameaçam a transparência.

- Avaliação: derivada do rigoroso monitoramento e avaliação do programa pelos diferentes órgãos governamentais, à frente do Conselho de Administração e da Alta Administração

Os resultados desta medição refletem o impacto positivo e o valor agregado do Programa de Transparência em relação ao relacionamento da empresa com seus stakeholders, nossa posição como líder de mercado em boas práticas de governança corporativa, gestão de reputação e cumprimento da estratégia baseada no pilar “Somos Íntegros” (Somos Integral).

- o A empresa é membro da Latin American Compliance Network e do Comité de Cumplimiento de Antioquia - CCA, por sua sigla em espanhol - cenários nos quais temos participação ativa na construção e promoção das melhores práticas para a gestão dos riscos relacionados à conformidade.
- o A empresa participou como palestrante na conversa "Programas de Ética e Transparência Corporativa" organizada pela CCA em sua 44ª reunião.

Treinamento e Conscientização em Programas de Conformidade [GRI 205-2]

Durante 2021, a empresa treinou 38.867 funcionários através de nosso módulo virtual integral chamado "Guardianes Grupo Éxito" (Grupo Exito Guardiães), um módulo inovador que integra os aspectos fundamentais dos programas de conformidade com os ensinamentos baseados em casos práticos originados nas experiências de uma família. Estes permitem que o funcionário receba orientação adequada quanto às diretrizes a serem seguidas e quanto à gestão adequada dos riscos de fraude, suborno, corrupção, ML/FT e aqueles associados ao processamento de dados pessoais e ao cumprimento de suas regulamentações aplicáveis.

Além disso, em relação ao gerenciamento de riscos do ML/FT, 4.965 funcionários foram treinados sob metodologia virtual em aspectos focais para o gerenciamento de alguns riscos de maior exposição em áreas e processos específicos, tais como os negócios de ordens de pagamento e remessas de dinheiro.

Do ponto de vista da transparência, a empresa sensibilizou os fornecedores através do boletim informativo "Nos Acerca" e reuniões virtuais; espaços nos quais foram alcançados 1.078 fornecedores e foram fornecidos elementos de conhecimento e prática em relação aos principais aspectos focais do Programa de Transparência, de acordo com os princípios e valores promovidos para um relacionamento com a empresa.

Da mesma forma, 191 fornecedores foram treinados nas principais políticas e diretrizes éticas que a empresa promove e espera na gestão das relações comerciais, através de programas de treinamento no âmbito do reconhecimento da transparência como elemento chave para a construção de ambientes empresariais sustentáveis e confiáveis.

Informações e Comunicação

- Durante o ano, os canais de relatórios funcionaram normalmente e sem qualquer interrupção.
- Durante as mobilizações sociais ocorridas no país, a empresa estabeleceu canais internos e externos de divulgação para informar sobre todos os assuntos relacionados à empresa.
- Sob um governo centralizado para as empresas colombianas pertencentes ao Grupo e aplicando políticas internas e boas práticas de segurança da informação, a operação da organização foi apoiada por plataformas e sistemas de informação e comunicação.
- Durante toda a contingência causada pelo surgimento da COVID-19, a alta administração da empresa manteve contato com os principais colaboradores e terceiros, a fim de informá-los sobre os assuntos relevantes para a operação. As questões-chave incluíram questões de saúde e biossegurança, regulamentação, gestão de recursos humanos, operações, canais omnichannels, iniciativas e resultados financeiros.
- A Política de Divulgação Financeira e Não Financeira foi aplicada de forma consistente, e a comunicação de informações foi coordenada com base na Política de Divulgação e nas boas práticas de governança corporativa.
- A empresa, como em anos anteriores, desenvolveu campanhas de comunicação e treinamento interno para promover e fortalecer os elementos da estrutura e processos em matéria de governança corporativa, cumprimento dos principais regimes regulatórios e boas práticas em alguns riscos relevantes.
- Durante 2021, a empresa realizou, como de hábito e como se afirma na respectiva seção separada deste relatório, as campanhas de comunicação e conscientização correspondentes aos programas de conformidade, gerando maior conscientização das principais políticas e diretrizes por parte das diversas partes interessadas. O impacto destas comunicações resultou, entre outros, nos resultados e reconhecimentos positivos do Programa de Transparência que foram relatados anteriormente.

Monitoramento e Supervisão

- Os comitês de apoio do Conselho de Administração, Auditoria e Risco, Nomeações, Remuneração e Governança Financeira Corporativa, Sustentabilidade, Negócios e Investimento, desempenharam suas funções de gestão e monitoramento de elementos importantes da governança da empresa.
- O Comitê de Auditoria e Risco apoiou o Conselho de Administração na supervisão das informações e relatórios financeiros, gerenciamento de risco, auditoria interna e gerenciamento de revisão fiscal, questões relevantes de controle interno e conformidade regulamentar, além de transações entre partes relacionadas e conflitos de interesse dentro de sua competência.
- Como parte da governança corporativa, a administração da empresa participou dos Comitês e Conselhos de Governança estabelecidos para as subsidiárias nacionais e internacionais.
- A fim de abordar propósitos comuns, os Comitês de Auditoria do Éxito e do GPA trabalharam juntos nas tarefas de supervisão.
- A Auditoria Interna desempenhou a função de garantia independente, cumprimento das regras e normas de governança corporativa, gerenciamento e controle de riscos, e grandes projetos estratégicos. Dentro da estrutura de um plano baseado em risco colocado à gerência e ao Comitê de Risco e Auditoria no início do ano, os processos da empresa foram auditados, com cobertura nas entidades nacionais e internacionais do Grupo.
- A Auditoria Interna realizou atividades de acompanhamento do programa de autocontrole que foi realizado nas unidades operacionais.
- A Auditoria Interna também apoiou a empresa na investigação de possíveis casos de fraude apresentados através de canais de relatórios. As avaliações promoveram planos de ação com a alta administração e líderes de processo para melhorar o projeto e a operação do Sistema de Controle Interno.
- A firma de auditoria jurídica Ernst & Young Audit S.A.S. realizou avaliações que cobriram os processos e sistemas contábeis e financeiros; a preparação e divulgação de informações financeiras; os riscos e controles internos que têm impacto nas informações financeiras; e o cumprimento das normas legais, do Estatuto Social da Empresa e das decisões tomadas pelo Conselho de Administração. A avaliação de conformidade SOX está incluída em 2021 como parte do programa anual de conformidade.

Descrição da política de risco e sua aplicação durante o exercício financeiro de 2021

O gerenciamento de risco contribui para a sustentabilidade da empresa, continuidade e fortalecimento da resiliência organizacional, de modo que a empresa reforça a capacidade de antecipar, preparar e responder a um determinado evento para garantir o cumprimento de objetivos estratégicos, através de um processo sistemático e aprovado de gerenciamento de riscos e oportunidades.

A Política de Gerenciamento Integral de Riscos estabelece a finalidade, os princípios, o escopo e a estrutura geral de ação para o gerenciamento abrangente de riscos, assim como o esquema de governança definido para este fim. Ela descreve os diferentes níveis de gerenciamento de risco que compreendem os níveis estratégico, de projeto, comercial e de processo.

A metodologia de gerenciamento de risco é parte integrante da política, e tem como referência principal a norma ISO 31000. A metodologia, por sua vez, refere-se a sete etapas principais, incluindo a definição do contexto, identificação do risco, análise, avaliação do risco, tratamento, comunicação e monitoramento e revisão, que procura definir medidas de tratamento relevantes para reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos e seu impacto econômico e de reputação.

Aplicação da Política de Risco durante 2021 [GRI 102-30]

O ano de 2021 apresentou grandes desafios e oportunidades no contexto do relançamento econômico e em torno de mudanças no ambiente político, econômico e social em nível nacional, na região e na ordem internacional. Desta forma, durante 2021, a empresa concentrou-se na sustentabilidade a longo prazo, voltando-se para a gestão de riscos que poderiam impactar o cumprimento dos objetivos e das novas oportunidades no exercício de nossa cultura resiliente.

Em conformidade com a Política Integral de Gerenciamento de Riscos e para assegurar a continuidade e sustentabilidade do negócio, durante 2021, com a participação e liderança da Alta Administração, foi realizada uma análise dos principais riscos. Oportunidades e tendências à luz da análise do contexto interno e externo e tendências de risco em nível global e setorial foram identificadas, obtendo-se assim um novo perfil estratégico de risco. Em seguida, foi estendida aos diferentes negócios da empresa através dos exercícios de atualização da matriz de gestão de riscos. Os riscos de nível estratégico e suas medidas de gestão foram revisados periodicamente pelo Comitê de Auditoria e Risco e validados pelo Conselho de Administração.

Especificamente, em meados de 2021, a empresa, também sob a liderança e participação da Alta Administração, realizou um exercício tático adicional aos habituais definidos na respectiva metodologia, em atenção ao ambiente de mudança, com o objetivo de ajustar os cenários dos principais riscos do mapa estratégico de riscos de 2020 - 2021, a fim de rever as ações conducentes ao seu efetivo controle e mitigação.

Da mesma forma, como parte do aperfeiçoamento do Plano de Gestão de Crise, foi iniciado um processo de atualização com acompanhamento especializado para a maturação do modelo atual, que inclui a revisão integral do manual geral e seus protocolos anexos, bem como o desenho de um plano de treinamento em diferentes níveis organizacionais.

Com relação ao Plano de Continuidade de Negócios, foi feita uma revisão com o objetivo de aperfeiçoar a governança do Plano de Continuidade de Negócios, e foi iniciada a atualização do BIA (Business Impact Analysis), atualmente focado principalmente nos processos críticos do negócio de comércio eletrônico.

Além disso, durante 2021, no nível de gerenciamento de risco operacional, a empresa continuou a amadurecer o modelo de gerenciamento de risco cruzado relevante para os diferentes processos, implementando o processo de automatização do gerenciamento de risco através da implementação do software GRC - Governance, Risk and Compliance - que atingiu a fase piloto para sua massa posterior.

Esta nova ferramenta, em seu módulo de risco, tem o potencial de gerar um repositório centralizado de informações e controles de risco em diferentes níveis de gestão; permitir uma maior e melhor certificação da metodologia de gerenciamento de risco integral no nível operacional, favorecendo a autogestão dos riscos e controles pelos proprietários dos processos e gerar um canal de comunicação ágil e eficiente entre os gestores de risco e os gestores dos processos.

Com relação a este processo de implementação do software GRC, o catálogo de riscos foi atualizado, num total de 118 riscos, e o inventário dos riscos operacionais transversais.

O Departamento de Gerenciamento Integral de Riscos forneceu acompanhamento metodológico a áreas especializadas em questões transversais, a fim de avançar com workshops de riscos dentro da estrutura de diferentes projetos estratégicos da empresa, avaliando 29 riscos no total.

Durante 2021, a empresa realizou 217 auditorias abrangentes, correspondentes a 96% dos fornecedores nacionais de marcas próprias, onde foram avaliados os riscos associados aos seguintes aspectos:

- Contratação de trabalho infantil
- Trabalho forçado

- Diversidade e Inclusão
- Práticas Disciplinares Assédio e Abuso
- Liberdade de Associação e Mecanismos de Reclamação
- Horas de trabalho e horas extras
- Saúde e segurança no trabalho
- Qualidade e Segurança
- Meio Ambiente

Além disso, a empresa auditou 17 fabricantes internacionais de nossa marca privada, sob a iniciativa multisetorial ICS (Initiative for Compliance and Sustainability), buscando melhorar as condições de trabalho na cadeia de fornecimento internacional.

Da mesma forma, a empresa atualizou a avaliação de risco dos 12 processos que suportam a cadeia de fornecimento internacional, dos quais identificamos 48 riscos sobre os quais foram mapeados 61 controles, principalmente relacionados a sistemas de monitoramento e controle de TI, registro de operações, treinamento e divulgação, inspeções de segurança, relatórios e documentação. Além disso, os processos acima mencionados foram tratados sob a metodologia SOX em seu caráter de controle transversal.

Riscos Estratégicos [GRI 102- 15]

Riscos monitorados pelo Comitê de Auditoria e Riscos e informados ao Conselho de Administração	1.	Risco Social: envolvimento na percepção das marcas da empresa através de possíveis mudanças no relacionamento com as partes interessadas. (Novo risco)
	2.	Segurança Cibernética: invasões que resultam em acesso não autorizado, que podem afetar a continuidade das operações e/ou a segurança das informações digitais (mesma classificação em relação a 2020)
	3.	Risco político e jurídico: impacto sobre o desenvolvimento da atividade comercial, investimentos associados ou execução de estratégias, devido a um clima político adverso ou mudanças regulatórias significativas (Diminui a classificação em relação a 2020)
	4.	Gerenciamento de dados pessoais e privacidade: não cumprimento da proteção de dados pessoais, no desenvolvimento de estratégia e iniciativas de monetização e inovação de dados (Aumenta a classificação em relação a 2020)

<p>Riscos monitorados pela Alta Administração e informados ao Comitê de Auditoria e Risco</p>	<p>5. Macroeconômico: impacto na renda e na rentabilidade da empresa como resultado de mudanças desfavoráveis, se não esperadas, no desemprego, inflação ou deflação, taxa de juros e/ou taxa de câmbio (Diminui a classificação em relação a 2020)</p> <p>6. Segurança alimentar e de produtos: efeitos sobre a saúde dos clientes pela comercialização de produtos e/ou alimentos inseguros. (Aumenta a classificação em relação a 2020)</p> <p>7. Mudança climática: aumento da gravidade dos eventos climáticos extremos, mudanças nos padrões de precipitação e variabilidade climática, e nova regulamentação ambiental (aumento da classificação em relação a 2020)</p> <p>Como este risco faz parte da estratégia de sustentabilidade da empresa, o Comitê de Sustentabilidade do Conselho de Administração monitora e orienta a gestão das questões a ela associadas.</p> <p>8. Participação no mercado e comportamento da demanda: perda de vantagens competitivas devido à entrada ou crescimento acelerado de concorrentes, ou falta de velocidade na adaptação às preferências dos consumidores (Diminui a classificação em relação a 2020)</p> <p>9. Segurança da Informação: fraqueza na custódia de informações críticas da empresa (Diminui a classificação em relação a 2020)</p>
<p>Risco monitorado pela Alta Administração e informado ao Comitê de Auditoria e Risco quando estão fora do apetite de risco versus risco anual de avaliação</p>	<p>10. Cadeia de suprimentos: interrupção da cadeia de fornecimento ou impacto sobre investimentos estratégicos devido a problemas no comércio internacional e logística (Novo risco)</p> <p>11. Talento humano: dificuldades na gestão da transformação cultural e nos processos de mudança necessários para se adaptar às novas tendências e padrões de trabalho (A mesma classificação de 2020)</p> <p>12. Financeiro: pressões sobre a liquidez ou o capital de giro da empresa, que geram limitações nos investimentos estratégicos, no cumprimento de suas obrigações ou no apoio às operações comerciais (Diminuição da classificação de risco em relação a 2020)</p>

Medidas administrativas para riscos prioritários

Risco Social	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de desenvolvimento comunitário e de relacionamento • Reforço das estratégias dos pilares de sustentabilidade • Níveis de investimento em reformas de prevenção • Consolidação da gestão das partes interessadas das comunidades
Segurança Cibernética	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção antivírus e anti-malware • Gestão de segurança cibernética e proteção dos sistemas de informação • Monitoramento para segurança das aplicações • Monitoramento de falsificações de websites e ameaças externas à marca • Implementação de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação SGSI - ISO 27000
Risco político e jurídico	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento do processo de gestão regulatória e legal • Medidas de indicadores macroeconômicos • Participação na discussão e construção de políticas públicas
Gerenciamento de dados pessoais e privacidade	<ul style="list-style-type: none"> • Programa abrangente para a proteção de dados pessoais • Plano de treinamento e comunicação para funcionários em todos os níveis • Programa de monitoramento para fontes de banco de dados • Estratégia abrangente para a depuração de bancos de dados

Riscos emergentes

<p>Normas e regulamentos sobre preços de carbono emergentes</p>	<p>Descrição Potencial aumento nos gastos associados à gestão da emissão de carbono, em resposta às novas regulamentações relacionadas ao preço do carbono. Além disso, novos padrões exigidos pelo mercado com relação à comunicação e transparência das ações implementadas pela empresa nesta matéria.</p> <p>Potenciais impactos principais Aumento de impostos ou investimentos necessários para minimizar a emissão de carbono. Possível impacto sobre a reputação se o ajuste a novos padrões não for alcançado.</p> <p>Principais ações de atenuação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver iniciativas para a substituição de energias renováveis • Reduzir os gases refrigerantes • Comprar a produção de energia solar para o fornecimento nas lojas • Workshops sobre mudança climática • Comunicação e declaração anual sobre responsabilidade ambiental • Certificação de alguns centros comerciais VIVA em LEED (Leadership in Energy & Environmental Design Certification) instalação de plantas e painéis solares nas instalações
--	---

Viés em algoritmos	<p>Descrição Possibilidade de incorrer em impactos econômicos ou de reputação devido à tomada de decisões baseadas em viés em algoritmos em diferentes processos, tais como recursos humanos, serviços financeiros e marketing, entre outros.</p> <p>Potenciais impactos principais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impactos da reputação • Perdas econômicas por possíveis danos a terceiros ou penalidades por decisões erradas <p>Principais ações de atenuação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de uma perspectiva multidisciplinar na revisão da equidade dos sistemas, realizada por profissionais das ciências humanas, como sociólogos e psicólogos, e novas funções no controle e análise da conversão de dados • Publicação do guia de melhores práticas para modelos que utilizam dados pessoais • Implementação das funções do Comitê de Ética em Inteligência Artificial • Pesquisa de tendências no uso de algumas variáveis, tais como gênero, na modelagem
---------------------------	---

Materialização dos riscos durante o exercício financeiro

Entre os principais riscos materializados durante 2021 estão os efeitos na operação do negócio associados aos distúrbios sociais ocorridos durante os meses de abril e maio, para os quais a empresa teve perdas econômicas de cerca de COP10.000 milhões por danos a imóveis, ativos, mercadorias e lucros cessantes, com um impacto menor nas receitas do ano.

Transferência de Risco e Iniciativas de Retenção

A gestão de riscos da empresa contempla a transferência daqueles riscos que são viáveis de serem tratados sob uma estrutura de mecanismos tradicionais ou apólices de seguro, com os quais a empresa procurou cobrir os principais riscos, especialmente aqueles de maior gravidade. Estes incluem as afetações ao patrimônio da empresa, possíveis perdas durante o transporte de mercadorias, a responsabilidade dos administradores, fraudes internas e externas, a responsabilidade patrimonial por danos a terceiros, risco cibernético e riscos decorrentes da contratação de bens e serviços.

Durante o ano, avançamos na exploração de opções alternativas de transferência de riscos no mercado, procurando ter uma maior eficiência na gestão dos gastos da empresa. Da mesma forma, foram feitos progressos na quantificação do risco dos diretores e gerentes (D&O) com o objetivo de identificar sua máxima exposição ao risco e assim definir um esquema apropriado para a transferência deste risco.

Assembleia Geral de Acionistas

Assembleia Anual Ordinária de Acionistas

Em 25 de março de 2021, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária Anual, com a participação de 51 participantes (entre acionistas presentes e representados), detentores de 438.878.203 ações e um quorum de 98,05%.

Levando em consideração as recomendações emitidas pelo Governo Nacional para preservar a segurança, mitigar o impacto causado pela pandemia e prevenir a propagação do vírus COVID-19, a empresa adotou os mecanismos necessários para conduzir a assembleia anual ordinária de acionistas de forma não presencial com o objetivo de não negligenciar a proteção adequada da saúde e integridade dos acionistas. Para este fim, os acionistas foram disponibilizados as ferramentas tecnológicas adequadas, cumprindo os requisitos estabelecidos no Estatuto Social da Empresa e na Lei.

Pela primeira vez na história da empresa, a Assembleia Anual de Acionistas foi realizada de forma remota, conforme decretado no Artigo 19 da Lei 222 de 1995, Decreto 398 de 2020 e Decreto 176 de 2021, através de uma sala virtual disponível no site corporativo, cujo acesso foi autorizado apenas aos acionistas e ao pessoal de gestão. Os acionistas tinham instruções no website corporativo com termos e diretrizes para registro, acesso, como e quando os acionistas podiam fazer perguntas na assembleia, e o exercício do direito de voto na assembleia. Isto levou em consideração as melhores práticas dadas pela Superintendência Financeira da Colômbia a fim de continuar a proximidade da empresa com seus acionistas, fornecendo-lhes informações valiosas para a tomada de decisões e o exercício de seus direitos.

Principais decisões

Na Assembleia Ordinária de Acionistas foram aprovadas as seguintes decisões:

- Aprovado - o Relatório da Administração do Conselho de Administração e CEO

- Aprovado - o Relatório Anual de Governança Corporativa
- Aprovadas - as demonstrações contábeis separadas e consolidadas em 31 de dezembro de 2020
- Aprovar - a seguinte proposta de distribuição de lucros
- Aprovada - a proposta de modificar os honorários do Auditor Interno no componente de auditoria para a implementação do projeto SOX em um valor de até oitocentos e oitenta milhões de pesos m/l (COP880.000.000) para o período 2021 - 2022
- Aprovar - a proposta em termos de doações
- Aprovada - uma emenda ao Regimento Interno da Assembleia Geral de Acionistas, que consiste em ajustar os artigos 5 e 8 (aviso e direito de informação) de acordo com as disposições do artigo 182 do Código Comercial
- Aprovada - uma reforma à Política de Eleição e Sucessão do Conselho de Administração, que consiste em ajustar o Artigo 3, para estabelecer expressamente que na eleição do Conselho de Administração seja levado em conta o critério da diversidade, matéria que é promovida pela empresa
- Aprovada - uma reforma aos estatutos da empresa, que consiste em ajustar o artigo 4 (Objetivo Social)

Diferenças no funcionamento da Assembleia Geral de Acionistas entre o Sistema Mínimo de Regulação Atual e o Definido pelo Estatuto Social da Empresa e o Regimento Interno para a Assembleia Geral de Acionistas

As atividades necessárias para o desenvolvimento adequado da Assembleia Geral de Acionistas em 2021 foram diferentes dos requisitos mínimos legais estabelecidos nos seguintes aspectos:

- A empresa ultrapassou o prazo legalmente previsto para a convocação da Assembleia Geral de Acionistas a fim de que estes tenham um período maior para que os membros se familiarizem com os assuntos a serem discutidos. O Estatuto Social da Empresa e as regras e regulamentos da Assembleia Geral de Acionistas estabelecem um período de 30 calendários de convocação para reuniões ordinárias e 15 dias de calendário para sessões extraordinárias¹, que são maiores do que os prazos legalmente exigidos.
- A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 25 de março de 2021 foi convocada em 19 de fevereiro de 2021.
- A empresa concedeu aos acionistas um prazo de cinco (5) dias corridos após a convocação da Assembleia Geral Ordinária, que começou em 20 de fevereiro de 2021 e terminou em 24 de fevereiro de 2021, para: (i) propor a inclusão de um ou mais pontos na ordem do dia da Assembleia, (ii) apresentar novas propostas para decisões sobre assuntos incluídos na ordem do dia, e (iii) solicitar informações adicionais ou levantar questões sobre tais assuntos.
- A fim de proporcionar um tratamento equitativo aos acionistas, no dia da reunião, a Companhia publicou um formulário modelo de procuração em seu website corporativo que incluía a votação de cada um dos itens da agenda a serem discutidos e/ou aprovados na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 2021, para que os acionistas pudessem indicar aos seus procuradores como votariam.
- A Companhia publicou o anúncio para a Assembleia Geral Ordinária nos jornais El Tiempo e El Colombiano, nos websites Primera Página e Valora Analitik; através do mecanismo de informação relevante fornecido pela Superintendência Financeira da Colômbia; nos escritórios da Fiduciaria Bancolombia, que administra o Departamento de Acionistas da Companhia; no website corporativo; e no boletim informativo (News to Investors) enviado pelo Departamento de Relações com Investidores.

¹ A legislação colombiana estabelece que a convocação da Assembleia Geral Ordinária deve ser feita com pelo menos quinze (15) dias úteis de antecedência e, no caso de reuniões extraordinárias, com pelo menos cinco (5) dias de calendário (Código de Comércio, Artigo 424).

Ações tomadas durante o ano para incentivar a participação acionária

Durante 2021, a Empresa cumpriu integralmente a Circular Externa 028 de 2014, emitida pela Superintendência Financeira (conhecida como medidas "Código País"), e as disposições do Estatuto Social da Empresa e do Código de Governança Corporativa, em termos de envio oportuno de informações claras e completas aos acionistas e com a devida antecedência em relação à Assembleia Geral de Acionistas. Desta forma, a Empresa incentiva a participação dos acionistas e garante o respeito a seus direitos.

As seguintes atividades foram realizadas para promover a participação dos acionistas em 2021:

- Quatro publicações sobre resultados trimestrais
- Quatro teleconferências sobre os resultados trimestrais
- Uma Assembleia Geral de Acionistas
- Dois NDRs, um com 15 fundos de investimento do Grupo Pão de Açúcar
- Uma visita ao GPA
- Vinte e nove chamadas para analistas e investidores locais e internacionais
- Participação em dezesseis conferências virtuais sobre as melhores práticas do mercado de capitais e governança corporativa.

Informação e Comunicação aos Acionistas

Em janeiro de 2016, o Conselho de Administração da empresa elaborou a Política de Revelação de Informações, que está no quinto capítulo do Código de Governança Corporativa.

O objetivo desta política é fornecer aos grupos de interesse da empresa informações sobre o status, evolução e progresso de nossas unidades de negócios, para que os membros tenham conhecimento suficiente para tomar decisões sábias.

A implementação e aplicação desta política é de responsabilidade do Comitê de Divulgação, cuja composição e responsabilidades podem ser consultadas no procedimento de divulgação aprovado pelo Comitê de Auditoria e Risco, disponível no website corporativo. Este procedimento é baseado na Política de Divulgação Financeira e Não Financeira contida no Código de Governança Corporativa da empresa e no Código de Melhores Práticas Corporativas da Colômbia (Encuesta Código País - Country Code Survey).

Os seguintes documentos foram publicados no site corporativo na seção “Assembleia de Acionistas” para a sessão de 25 de março de 2021:

- Convocação
- Procurações para pessoa jurídica, pessoa física, pais de menores e pais de menores a terceiros
- Relatório da Administração
- Relatório de Governança Corporativa
- Relatório de Sustentabilidade
- Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020, juntamente com seus anexos e outros documentos exigidos por lei
- Proposta de alteração do Estatuto Social da Empresa
- Proposta de doações
- Proposta de distribuição de lucros
- Proposta de alteração dos honorários do Auditor Estatutário
- Proposta de reforma para a regulamentação da Assembleia Geral de Acionistas
- Proposta de reforma da Política Eleitoral e de Sucessão do Conselho

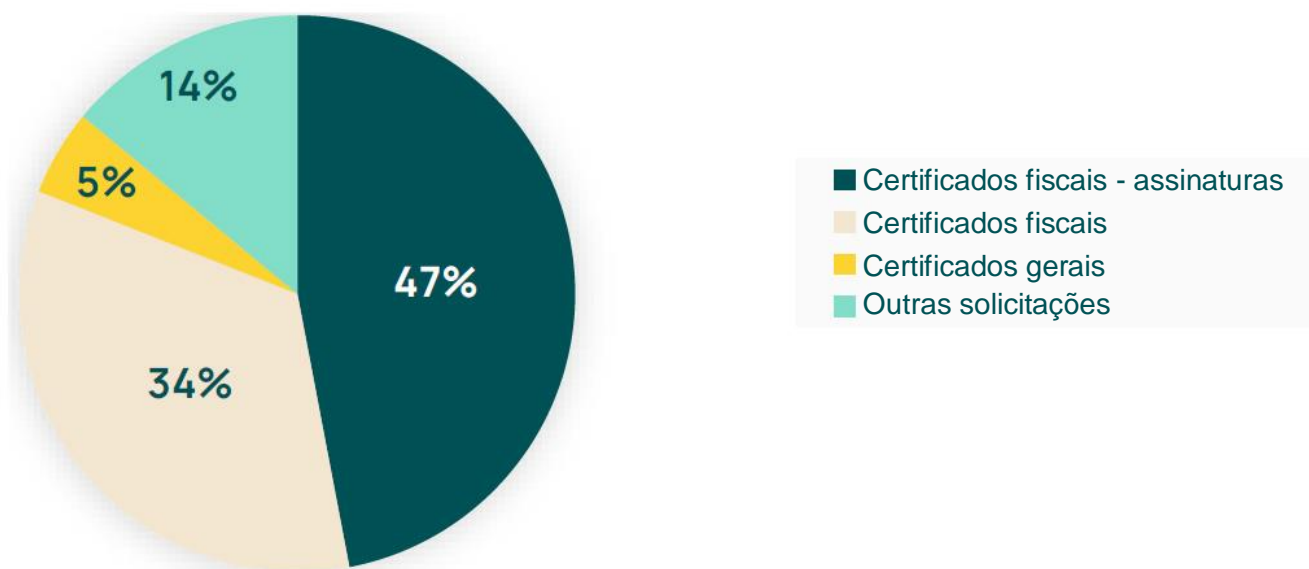
Durante 2021, a empresa publicou 26 comunicados através do mecanismo de informação relevante da Superintendência Financeira, através destes, a empresa informou aos mercados sobre importantes decisões tomadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Acionistas, a assinatura ou modificação de contratos relevantes e o desempenho trimestral e anual da empresa, entre outros assuntos.

Número de solicitações e assuntos sobre os quais os acionistas solicitaram informações da empresa

A Empresa atendeu as solicitações de aproximadamente 98 acionistas em tempo hábil durante 2021, por meio de ligações telefônicas através da Fiduciaria Bancolombia, que administra o Departamento de Acionistas da Empresa.

Além disso, cerca de 543 solicitações de acionistas foram atendidas, relacionadas aos seguintes assuntos:

Solicitações dos acionistas



Mensagem para a Administração da Almacenes Éxito S.A.

A seguir, a intervenção feita pelo acionista Enrique Espejo-Saavedra, identificado com a cédula de identidade nº 79.417.243, e titular de 188 ações ordinárias, recebeu através do chat WhatsApp previsto para as senhoras e senhores que participaram virtualmente da assembleia geral mista ordinária da Almacenes Éxito S.A. (a "Companhia"), realizada em 24 de março de 2022:

"Além de acionista minoritário, sou um cliente, e quero que minhas dúvidas e as fotos que lhe envio sejam consignadas na ata.

Eles falam no relatório de gestão sobre parceiros (fornecedores), no entanto, é terrível o que se vê em seus armazéns. Parece que somos colocados como sobras, uma falta de respeito e de gestão por parte daqueles que selecionam e gerenciam os fornecedores.



Estas fotos são de segunda-feira, 21 de março, de sua loja de Bogotá.

Não é correto encontrar frutas e vegetais excessivamente maduros em tal estado.

Quero que isto fique registrado

Acionista: Enrique Espejo-Saavedra CC79417243

E, obviamente, uma explicação, espera-se que dada pelo presidente da empresa".

REUNIÓN ORDINARIA DE ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS
ALMACENES ÉXITO S. A.
24 DE MARZO DE 2022
ACTA N° 78

De conformidad con lo establecido en el artículo 19 de la Ley 222 de 1995 y el Decreto 398 de 2020, y de acuerdo con lo indicado en el aviso de convocatoria, el día 24 de marzo de 2022 a las 9:00 a.m. se llevó a cabo la reunión ordinaria mixta de la Asamblea General de Accionistas de Almacenes Éxito S.A., la cual se realizó de manera presencial en el Municipio de Envigado, Departamento de Antioquia, República de Colombia, sede del domicilio principal de la Compañía, en la carrera 48 No. 32B Sur - 139, y de forma no presencial a través de una sala virtual disponible en el sitio web www.grupoexito.com.co, cuyo acceso fue autorizado a los accionistas y al personal de la administración.

CONVOCATORIA

La convocatoria para esta reunión fue dispuesta por la Junta Directiva y comunicada por medio de publicación efectuada en el periódico “El Colombiano” en la página 11, y en el periódico “El Tiempo” en la página 1.9, y en las plataformas virtuales de Primera Página y Valora Analitik, el día 18 de febrero de 2022, según el texto que se transcribe a continuación:

Asamblea General de Accionistas
Reunión ordinaria mixta
Almacenes Éxito S.A.

Aviso de Convocatoria

La Junta Directiva de Almacenes Éxito S.A., en ejercicio de sus facultades y de conformidad con el artículo 18 de los Estatutos Sociales, se permite convocar a los señores accionistas a la reunión ordinaria mixta de la Asamblea General de Accionistas, que tendrá lugar el jueves 24 de marzo de 2022 a las 9:00 a.m.

El orden del día propuesto es el siguiente:

- 1. Verificación del quórum*
- 2. Lectura y aprobación del orden del día*
- 3. Elección de comisionados para escrutinios y para la revisión, aprobación y firma del acta de la reunión*
- 4. Lectura del informe de gestión del Presidente y la Junta Directiva*
- 5. Lectura del informe anual de gobierno corporativo*
- 6. Presentación de los estados financieros de propósito general, separados y consolidados, con corte a 31 de diciembre de 2021*
- 7. Lectura del dictamen del Revisor Fiscal a los estados financieros separados y consolidados*
- 8. Aprobación del informe de gestión del Presidente y Junta Directiva y del informe anual de gobierno corporativo*
- 9. Aprobación de los estados financieros con corte de diciembre de 2021*
- 10. Elección de miembros de la Junta Directiva para el período 2022 - 2024*
- 11. Fijación de honorarios de la Junta Directiva para el período 2022 - 2024*
- 12. Elección del Revisor Fiscal para el período estatutario 2022 - 2024*
- 13. Fijación de honorarios del Revisor Fiscal para el período estatutario 2022 - 2024*
- 14. Propositiones de la administración:*
 - a. Reforma de los estatutos sociales*
 - b. Distribución de utilidades*
 - c. Cambio de destinación de reservas*
 - d. Instrucción a la Junta Directiva para reglamentar una readquisición de acciones*
 - e. Donaciones*
- 15. Intervenciones de los señores accionistas.*

La reunión se realizará de manera mixta, de conformidad con lo establecido en el artículo 19

de la Ley 222 de 1995 y el Decreto 398 de 2020, de manera presencial en la carrera 48 # 32 B Sur - 139, avenida las Vegas, quinto piso de la sede administrativa de la compañía, ubicada en el municipio de Envigado, Antioquia y a través de una sala virtual disponible en nuestro sitio web www.grupoexitocom.co, cuyo acceso está autorizado solo a accionistas y personal de la administración.

Para asistir a la reunión, bien sea virtual o presencialmente, los accionistas deberán realizar un proceso de registro previo. A partir de hoy los términos e instrucciones para el registro, el posterior acceso, la forma sobre cómo y cuándo los accionistas podrán presentar sus intervenciones en la reunión y el ejercicio del derecho de voto en la reunión, pueden ser consultados en el sitio web www.grupoexitocom.co. El registro estará habilitado desde hoy y hasta el martes 22 de marzo a las 11:59 p.m. hora Colombia en nuestro sitio web www.grupoexitocom.co.

En atención a lo dispuesto en el artículo 19 de la Ley 222 de 1995, la reunión será grabada, para tal fin los señores accionistas deberán otorgar la autorización para el tratamiento de sus datos personales al momento de su registro.

Se recuerda a los señores accionistas que a partir de la publicación de la convocatoria y hasta diez días (10) hábiles anteriores a la celebración de la reunión podrán presentar las listas de candidatos para conformar la Junta Directiva, mediante comunicación dirigida a junta.directiva@grupo-exito.com

Los candidatos propuestos serán evaluados individualmente por el Comité de Nombres, Remuneraciones y Gobierno Corporativo y los resultados de la evaluación serán publicados en el sitio web www.grupoexitocom.co con una antelación de cinco (5) días hábiles a la fecha de la reunión.

A partir del 10 de marzo, estarán a disposición de los señores accionistas las listas de candidatos que se someterán a aprobación en la Asamblea General de Accionistas en el sitio web corporativo www.grupoexitocom.co. De igual manera, a más tardar el 2 de marzo, estará a disposición de los señores accionistas la proposición de fijación de honorarios a través de este mismo medio.

A efectos del ejercicio del derecho de inspección, a partir del 2 de marzo estarán a disposición de los señores accionistas todos los documentos exigidos por la ley, los cuales podrán ser consultados a través de un equipo de cómputo que se pondrá a disposición de los accionistas en el primer piso de la sede administrativa de Almacenes Éxito S.A., carrera 48 # 32 B Sur - 139, avenida Las Vegas, en el municipio de Envigado, Antioquia. Con el fin de garantizar las medidas de bioseguridad adecuadas, se recomienda a los señores accionistas enviar al correo electrónico asambleaexitocom@grupo-exito.com la fecha y hora en que acudirán a ejercer su derecho de inspección.

Así mismo, y para facilitar la toma informada de decisiones por parte de los accionistas, a más tardar el 2 de marzo se pondrán a su disposición en el sitio web corporativo www.grupoexitocom.co, todos los documentos y proposiciones que se someterán a aprobación de la Asamblea General de Accionistas.

En relación con el orden del día, y dentro de los cinco (5) días comunes siguientes a la publicación de la convocatoria, los accionistas podrán formular preguntas, solicitar de forma fundamentada adiciones o proponer fórmulas de decisión sobre los puntos contenidos en el mismo, para lo cual deberán remitirlas al correo asambleaexitocom@grupo-exito.com.

La Junta Directiva y los administradores se abstendrán de someter a consideración de la Asamblea General de Accionistas cualquier punto que no se hubiese incluido dentro del orden del día publicado en este aviso de convocatoria.

Los accionistas podrán optar por hacerse representar mediante poder otorgado por

escrito, el cual deberá cumplir los requisitos previstos en el Artículo 184 del Código de Comercio. Un modelo de dicho poder se encuentra a disposición de los accionistas en el sitio web corporativo www.grupoexito.com.co y deberá ser enviado oportunamente, tanto por quienes asistan virtual como presencialmente, a través del formulario de registro, junto con los demás documentos que se requieran.

Los poderes no podrán conferirse a empleados de Almacenes Éxito S.A., o a personas vinculadas, directa o indirectamente, con su administración.

El representante legal designado, su equipo y Fiduciaria Bancolombia S.A., en calidad de administrador del libro de registro de accionistas de Almacenes Éxito S.A., verificarán:

- (i) La identidad de los asistentes mediante la validación de los datos suministrados por los señores accionistas en el registro a la reunión y la información contenida en el libro de registro de accionistas y los documentos enviados en el caso de apoderados o representantes legales.*
- (i) El cumplimiento de los requisitos legales en relación con los poderes que otorguen los señores accionistas, mediante la revisión de la adecuación de su contenido a lo dispuesto en el artículo 184 del Código de Comercio y los documentos de identidad de los poderdantes.*

**Junta Directiva
Almacenes Éxito S.A.**

Para asistencia técnica puede comunicarse a la línea 3186228629 de lunes a viernes de 8:00 a.m. a 5:00 p.m. o al correo electrónico asambleaexito@grupo-exito.com.

Se deja expresa constancia de que a través de un equipo de cómputo cuyo acceso se habilitó a las señoras y los señores accionistas en la sala No. 1 del octavo piso de la sede administrativa de Almacenes Éxito S.A., carrera 48 # 32 B Sur - 139, avenida Las Vegas, en el municipio de Envigado, Antioquia, estuvieron a su disposición y de la Superintendencia Financiera de Colombia todos los documentos, libros, proyectos, informes, entre otros, a que se refieren los artículos 446 y 447 del Código de Comercio y, en consecuencia, dicho acervo documental pudo ser examinado e inspeccionado libremente desde el desde el 2 de marzo de 2022, como en efecto lo hizo el accionista Juan Rafael Bayter Posada, identificado con la cédula de ciudadanía No. 71.598.574, titular de 6.175 acciones ordinarias.

Se dio inicio a la reunión con el himno nacional.

Posteriormente, se informó al público que durante la reunión se tomarían fotografías y videos que fueron transmitidos vía *streaming* en el sitio web corporativo y, además se indicó que, al tratarse de hechos noticiosos, las imágenes podrían ser comunicadas a través de cualquier medio. Finalmente, se invitó al público a consultar la Política de Privacidad de la Compañía disponible en el sitio web corporativo. Así mismo, se invitó al público a comunicarse al correo electrónico proteccion.datos@grupo-exito.com en caso de cualquier inquietud relacionada con el manejo de sus datos personales.

Acto seguido fueron presentados a los señores accionistas: (i) los señores miembros de la Junta Directiva: Luis Fernando Alarcón Mantilla (Presidente), Ana María Ibáñez Londoño, Felipe Ayerbe Muñoz, Christophe Hidalgo, Philippe Alarcon y Bernard Petit, quienes se encontraban presencialmente; y Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira y Peter Paul Estermann, quienes se conectaron virtualmente desde Brasil, y Rafael Russowsky, quien se conectó virtualmente desde Francia; (ii) los directivos de la Compañía que presiden esta reunión: Carlos Mario Giraldo Moreno, Presidente de la Compañía y Claudia Campillo Velásquez, Vicepresidente de Asuntos Corporativos y Secretaria General, y quien a su vez actúa como secretaria de la presente reunión; y (iii) los directivos de la Compañía que se encontraban presencialmente: Jacky Yanovich Mizrachi, Presidente operativo del retail en Colombia, Dora Lopera, Auditora Interna, los Vicepresidentes y otros integrantes de la alta gerencia.

El Presidente de la Compañía extendió un saludo cordial a los señores accionistas y a la Mesa Principal, agradeciéndoles de antemano su asistencia a la reunión y a continuación se dio inicio formal a la reunión ordinaria mixta de la Asamblea General de Accionistas. Informó que la Compañía ha provisto los mecanismos necesarios para llevar a cabo la reunión ordinaria de la Asamblea general de accionistas de manera mixta y concedió el uso de la palabra a Claudia Campillo Velásquez, Vicepresidente de Asuntos Corporativos y Secretaria General, quien con el fin de propiciar un diálogo abierto, equitativo y significativo entre las señoras y señores accionistas y la Compañía, expuso algunas de las directrices contenidas en el Instructivo que fue puesto a disposición de los accionistas desde el día de la convocatoria a la presente reunión (18 de febrero de 2022), a saber:

(i) Personas autorizadas y datos personales:

- El acceso a esta reunión está limitado a las señoras y los señores accionistas y al personal de la administración.
- En atención a lo dispuesto en el artículo 19 de la Ley 222 de 1995, la reunión será grabada, para tal fin las señoras y los señores accionistas, al momento del registro o al ingreso al recinto, han otorgado la autorización para el tratamiento de sus datos personales. Como ya fue mencionado, al tratarse de un hecho noticioso, la Compañía podrá capturar directamente o a través de terceros, imágenes y videos que podrían ser divulgadas a través de cualquier medio.
- Quórum: al inicio, durante y al cierre de la reunión, estaremos verificando el quórum existente.

(ii) Medidas de bioseguridad:

- Teniendo en cuenta que nos encontramos en un espacio cerrado y dando cumplimiento a las recomendaciones emitidas por el Gobierno Nacional con ocasión al COVID-19, los señores y señoras accionistas presentes en el recinto deberán usar el tapabocas en todo momento y mantener un distanciamiento social prudente.

(iii) Intervenciones de las señoras y los señores accionistas y asistencia técnica:

Asistencia virtual:

- Las señoras y los señores accionistas que participen en la reunión de manera virtual tendrán habilitado un chat de *WhatsApp* durante la reunión para intervenir en tiempo real, directamente y de forma escrita. Este chat pueden encontrarlo sobre la parte inferior izquierda de sus pantallas y estará habilitado únicamente hoy durante el desarrollo de la reunión. Las intervenciones de los accionistas y las preguntas que sean formuladas serán abordadas en el punto 15 del orden del día de acuerdo con su orden de llegada.
- La Compañía pondrá a disposición en la sección correspondiente a la Asamblea General de Accionistas de 2022 del sitio web corporativo, todas las preguntas recibidas y su respectiva respuesta.
- Durante la reunión es posible que un único accionista presente múltiples preguntas y en caso de que existan varias preguntas sobre un mismo tema, se indicará si las mismas están siendo cubiertas con la misma respuesta.
- En el evento en que las señoras y los señores accionistas requieran hacer alguna consulta sobre el funcionamiento del mecanismo virtual o requieran apoyo técnico, pueden comunicarse a través del chat de soporte técnico que encuentran sobre la parte inferior derecha de sus pantallas y que estará habilitado únicamente durante el día de hoy, o al celular 318 622 8629.

Asistencia presencial:

- Las señoras y los señores accionistas que se encuentran en el recinto dispuesto por la Compañía podrán intervenir en la reunión, cuando sea el momento, en tiempo real, levantando la mano para que alguna de las personas de logística se acerque a proporcionarle un micrófono. De igual forma, lo podrán hacer en el punto 15 del orden del día.
- En el evento en que las señoras y los señores accionistas requieran hacer alguna consulta sobre el funcionamiento del mecanismo virtual o requieran apoyo técnico, podrán dirigirse a la mesa de registro que se encuentra al ingreso del recinto.

(iv) Votaciones:

En cada una de las votaciones, indicaremos expresamente cuándo se abren las urnas, el tiempo disponible para votar, cuando las votaciones estén próximas a cerrar con el fin de que todos los accionistas puedan asegurarse de haber votado y el momento del cierre de las votaciones.

Para acceder al panel de votación, las personas deberán dar clic en la opción **“Verificar votaciones activas”**, que se encuentra en el costado derecho de sus pantallas. En ese instante aparecerá la votación activa en el momento, con el encabezado de la votación y sus opciones de votación.

El accionista deberá hacer clic en la opción deseada (Sí, No, Blanco) y el sistema le mostrará una ventana de confirmación en la que podrá confirmar su voto o cancelarlo (esto último en caso de que desee cambiar de opción).

Una vez confirmada la opción elegida, su voto quedará registrado de manera satisfactoria.

Durante cada una de las votaciones, se informará a las señoras y a los señores accionistas el tiempo disponible para registrar su voto, el cual será, en las dos primeras votaciones, de dos (2) minutos, con el fin de que los señores y las señoras accionistas conozcan el mecanismo y se adecúen al mismo, y en las siguientes votaciones, de un (1) minuto. De igual forma, se les informará cuando las votaciones estén próximas a cerrarse y cuando efectivamente se hayan cerrado para contabilizar los votos.

En el caso de las señoras y señores accionistas que asistieron presencialmente a esta reunión y han elegido ejercer su derecho al voto a través de papeleta física, la cual también les fue entregada al inicio, al momento de votar cada una de las proposiciones deberán diligenciar la papeleta correspondiente al punto del orden del día objeto de votación y, seguidamente, depositarla en la urna que se pondrá a su disposición para el efecto. Asimismo, recordó la Secretaria que el escrutinio de los votos estará presidido por los comisionados que sean elegidos en la presente reunión para tal propósito y para la revisión y aprobación del acta.

La Compañía ha verificado previamente la capacidad del proveedor de la plataforma virtual de mantener la integridad de la votación y certificar los votos emitidos durante la reunión.

Si algún accionista llega a retirarse de la sala virtual mientras se encuentra en curso alguna votación, el sistema solo le permitirá volver a ingresar una vez la votación haya sido cerrada.

(v) Accionistas con discapacidad

La Compañía ha provisto los mecanismos necesarios para los accionistas que al momento de su registro reportaron una condición de discapacidad. Adicionalmente, hemos implementado el sistema *Closed Caption* para la transmisión de la reunión. El sistema es un *software* internacional que captura en vivo la información que se va generando y la muestra por escrito en la pantalla. Es posible que en dicho proceso haya algunas palabras que no coincidan exactamente, sobre todo al tratarse de tecnicismos o extranjerismos, agradecemos su comprensión.

PRESIDENCIA Y SECRETARÍA.

La reunión fue presidida por el Presidente de la Compañía, el señor Carlos Mario Giraldo Moreno y actuó como Secretaria, la Vicepresidente de Asuntos Corporativos y Secretaria General, Claudia Campillo Velásquez.

1. VERIFICACIÓN DEL QUÓRUM.

La Secretaria anunció en el momento de dar inicio a la reunión que se encontraban entre presentes y representadas un total de 439.544.447 acciones ordinarias de la Compañía, que equivalen al 98.19% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente de acuerdo con los Estatutos Sociales de la Compañía y la Ley.

Quórum Inicial:

Asistentes	99
Accionistas representados	34
Acciones en circulación	447.604.316
Acciones presentes o representadas	439.544.447
Quórum	98.19%

El detalle del número de los accionistas presentes o representados se encuentra a continuación:

ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID ACCIONISTA	TIPO ID	NOMBRE ACCIONISTA	ACCIONES
32449352	CC	MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	CC	MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	20
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900266293	NIT	STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	19569
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900180826	NIT	SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	8460
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900704219	NIT	ALLIANZGI FONDS DSPT	5523
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900179647	NIT	SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	3903
1053812574	CC	SERGIO LONDOÑO GONZÁLEZ	42885882	CC	LUZ MERY QUINTERO CASTANO	10
71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	9353
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VELEZ	901442854	NIT	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICA	409876436

ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID ACCIONISTA	TIPO ID	NOMBRE ACCIONISTA	ACCIONES
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VELEZ	444444133	NIT	GPA2 EMPREENDIMIENTOS E PARTICIPACOE	22380232
8351008	CC	FRANCISCO JAIME MEJIA GARCES	8351008	CC	FRANCISCO JAIME MEJIA GARCES	2
43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	43876166	CC	LAURA MARIA MEDINA MEJIA	132
43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	12
3383456	CC	JUAN CAMILO JIMENEZ BONILLA	900865223	NIT	FONVAL ACCIONES DINAMICO	377178
1125680334	CC	JUAN PABLO SERRANO FORERO	1125680334	CC	JUAN PABLO SERRANO FORERO	15000
17047617	CC	LUIS FERNANDO SERRANO SOTO	17047617	CC	LUIS FERNANDO SERRANO SOTO	10000
1014244711	CC	ALEJANDRA ROMERO ROMERO	901275290	NIT	INVERSIONES AF SAS	2083
19279416	CC	JOSE FRANCISCO GONZALEZ MORALES	43090582	CC	INES ROCIO TOBON HIDALGO	2
1049639576	CC	ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	CC	ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1020
71598574	CC	JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	71598574	CC	JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	6175
80028377	CC	DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	80028377	CC	DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	6095
41602046	CC	RITA YADIRA FORERO SARMIENTO	41602046	CC	RITA YADIRA FORERO SARMIENTO	6000
1018415761	CC	GONZALO ANDRES TORRES PEREZ	1018415761	CC	TORRES PEREZ GONZALO ANDRES	28211
79326419	CC	WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	CC	WILSON PEREZ QUINTERO	6335
79417243	CC	ENRIQUE ESPEJO SAAVEDRA CUERVO	79417243	CC	ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	188
79884243	CC	GERMÁN DARÍO FAJARDO BARRETO	79884243	CC	GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	2696
1152694211	CC	SEBASTIAN PALACIO ROLDAN	900458971	NIT	DISTRINTEC S A S	94758
1152694211	CC	SEBASTIAN PALACIO ROLDAN	811015441	NT	SERVICIOS INTEGRALES JWW LIMITADA	10500
71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	2369
43759908	CC	YUDI ALEJANDRA MARIN SANCHEZ	21382323	CC	ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	7000
43030802	CC	MARIA PATRICIA VELASQUEZ SANDINO	43030802	CC	MARIA VELASQUEZ SANDINO	508
8319725	CC	GONZALO ALONSO RESTREPO LOPEZ	900111462	NIT	INVERSIONES SAN PETESBURGO S A S	62662
8319725	CC	GONZALO ALONSO RESTREPO LOPEZ	900312249	NIT	COURCELLES S A S	29775
75105193	CC	SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	CC	SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	5260
8304151	CC	DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	8304151	CC	DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	1000
79638485	CC	SIXTO VANNEVAR FUENTES CARVAJAL	79638485	CC	SIXTO VANNEVAR FUENTES CARVAJAL	2200

ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID ACCIONISTA	TIPO ID	NOMBRE ACCIONISTA	ACCIONES
98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	53406
80084551	CC	ALEJANDRO FORERO	80084551	CC	ALEJANDRO FORERO MARULANDA	35500
22085271	CC	GABRIELA MONTOYA GOMEZ	22085271	CC	GABRIELA MONTOYA GOMEZ	17026
43085513	CC	CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	CC	CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	2825
70328719	CC	ANDRÉS JULIÁN LOPERA OSORIO	70328719	CC	ANDRES JULIAN LOPERA OSORIO	18000
1017144924	CC	JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	CC	JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	8183
32307386	CC	MARIA ROCIO SANCHEZ DE MARIN	3342371	CC	JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	7000
41442476	CC	ANGELA URIBE DE CADAVID	900524898	NIT	URIDeca S A S	185839
32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	3747
1018426612	CC	FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	1018426612	CC	FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	704
19335554	CC	HERNANDO PEREZ QUINTERO	19335554	CC	HERNANDO PEREZ QUINTERO	7241
80264007	CC	JOSÉ LIBARDO VARGAS RODRIGUEZ	80264007	CC	JOSE LIBARDO VARGAS RODRIGUEZ	25669
1016027778	CC	FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	CC	FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	353
21379004	CC	MARIA FELISA ALZATE ALZATE	21379004	CC	MARIA FELISA ALZATE ALZATE	170
80134852	CC	JOSE ROBERTO ROMERO PABA	900440283	NIT	FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	5684821
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	800253055	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS MODERADO	63539726
94370459	CC	NICOLAS BORRERO ANGEL	94370459	CC	ANGEL NICOLAS BORRERO	94370459
98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899
19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	19483455
98555650	CC	UBIER EUGENIO PEREZ TORO	31244446	CC	BEATRIZ ANGEL RAMELLI	98555650
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	900382690	NIT	OLD MUTUAL FDO DE PEN OBLIGATORIAS MAYOR RIESGO	63539726
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	900382681	NIT	OLD MUTUTAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS CONSERVADOR	63539726
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	900382695	NIT	OLD MUTUAL FDO DE PENS OBLIGATOR RETIRO PROGRAMADO	63539726
98555650	CC	UBIER EUGENIO PEREZ TORO	32528840	CC	DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	98555650
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	830038085	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE PENSIONES VOLUNTARIAS	63539726

ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID ACCIONISTA	TIPO ID	NOMBRE ACCIONISTA	ACCIONES
19144982	CC	LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	19144982	CC	LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	19144982
30330875	CC	DIANA PATRICIA MEJIA DUQUE	30330875	CC	DIANA PATRICIA MEJIA DUQUE	30330875
14138917	CC	FÉLIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917
22104088	CC	ROSA AMELIA HINCAPIE AGUIRRE	21269737	CC	ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	22104088
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	800184549	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE CESANTIAS LARGO PLAZO	63539726
70094702	CC	LUIS ALBERTO CARDONA DUQUE	70094702	CC	LUIS ALBERTO CARDONA DUQUE	70094702
79865527	CC	LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	CC	LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527
42879450	CC	ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	42879450	CC	ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	42879450
43540390	CC	LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	CC	LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390
1045019055	CC	MONICA MARCELA FRANCO DUQUE	1045019055	CC	FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055
1047965706	CC	JOHN JAIRO FLÓREZ ALVAREZ	22100497	CC	BERTHA NUBIA ALVAREZ ARANGO	762
71724924	CC	SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	CC	SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	704
70551987	CC	CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	CC	CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	620
71702899	CC	REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	CC	REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	500
71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	21797606	CC	MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	363
70069653	CC	DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	CC	DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	360
32439854	CC	BLANCA CECILIA VÉLEZ RESTREPO	32439854	CC	BLANCA CECILIA VELEZ RESTREPO	355
32455233	CC	MARIA HELENA OROZCOMORALES	32455233	CC	MARIA HELENA OROZCO MORALES	309
32303672	CC	MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	CC	MARTA ALICIA HERRERA MARIN	200
32433181	CC	ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	CC	ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	184
71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	156
134469	CE	ANTONINO BONFIGLIO	890307882	NIT	ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	123
32529935	CC	LUZ AMPARO ALVAREZ LOPEZ	32529935	CC	LUZ AMPARO ALVAREZ LOPEZ	109
32451938	CC	OLGA CRISTINA ARBELAEZ RESTREPO	32451938	CC	OLGA ARBELAEZ RESTREPO	53
3472217	CC	JESÚS ALFREDO VANEGAS MONTOYA	3472217	CC	JESUS ALFREDO VANEGAS MONTOYA	41
21355425	CC	ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	CC	ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	33
32342010	CC	MARÍA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	CC	MARIA LETICIA PABON GOMEZ	24

ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID ACCIONISTA	TIPO ID	NOMBRE ACCIONISTA	ACCIONES
8309405	CC	JUAN GUILLERMO NOREÑA MEJIA	8309405	CC	JUAN GUILLERMO NOREÑA MEJIA	22
8278664	CC	JORGE HERNAN NOREÑA MEJIA	8278664	CC	JORGE HERNAN NOREÑA MEJIA	20
32337682	CC	SUSANA PABON GOMEZ	32337682	CC	SUSANA PABON GOMEZ	10
32342010	CC	MARÍA LETICIA PABON GOMEZ	32341844	CC	LIBIA ELENA PABON GOMEZ	10
42977239	CC	MARIA ELENA MORA ZULUAGA	1040743366	CC	JUAN DAVID VILLEGAS MORA	5
21345393	CC	ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	CC	ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	5
43360130	CC	LUZ CARMENZA LOPERA MARTINEZ	43360130	CC	LUZ CARMENZA LOPERA MARTINEZ	5
42768084	CC	DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	CC	DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	4
21327959	CC	AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	21327959	CC	AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	2
21371767	CC	EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	CC	EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	1
43360255	CC	MARGARITA MARIA LOPERA MARTINEZ	43277996	CC	LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	1
70559977	CC	LEOPOLDO ESTEBAN CASTRO BAHENA	70559977	CC	LEOPOLDO ESTEBAN CASTRO BAENA	1

La identidad de quienes asistieron de manera no presencial fue verificada por el representante legal designado, su equipo y Fiduciaria Bancolombia S.A., en calidad de administrador del libro de registro de accionistas de Almacenes Éxito S.A., mediante la validación de los datos suministrados por los señores accionistas en el registro a la reunión y la información contenida en el libro de registro de accionistas y los documentos enviados en el caso de apoderados o representantes legales.

De conformidad con la información suministrada por Fiduciaria Bancolombia S.A. y por el proveedor de la plataforma virtual (Eventos & Sistemas S.A.S.), en el transcurso de la reunión se logró reunir, el siguiente quórum máximo de accionistas presentes o representados, incluyendo aquellos que fueron ingresando una vez iniciada la reunión ordinaria mixta de la Asamblea General de Accionistas:

Quórum Máximo:

Asistentes:	100
Accionistas representados:	35
Acciones en circulación:	447.604.316
Acciones presentes o representadas:	439.558.761
Quórum:	98.20%

El detalle del número máximo de los accionistas presentes o representados es el siguiente:

ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID ACCIONISTA	TIPO ID	NOMBRE DEL ACCIONISTA	ACCIONES
3383456	CC	JUAN CAMILO JIMENEZ BONILLA	900865223	NIT	FONVAL ACCIONES DINAMICO	377178
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VELEZ	901442854	NIT	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICA	409876436

ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID ACCIONISTA	TIPO ID	NOMBRE DEL ACCIONISTA	ACCIONES
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VELEZ	444444133	NIT	GPA2 EMPREENDIMIENTOS E PARTICIPACOE	22380232
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900266293	NIT	STICHTING SHELL PENSIENFONDS	19569
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900180826	NIT	SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	8460
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900704219	NIT	ALLIANZGI FONDS DSPT	5523
1015464871	CC	ANA MARIA PALACIOS RODRIGUEZ	900179647	NIT	SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	3903
21355425	CC	ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	CC	ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	33
71598574	CC	JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	71598574	CC	JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	6175
19279416	CC	JOSE FRANCISCO GONZALEZ MORALES	43090582	CC	INES ROCIO TOBON HIDALGO	2
42768084	CC	DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	CC	DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	4
98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	53406
8319725	CC	GONZALO ALONSO RESTREPO LOPEZ	900111462	NIT	INVERSIONES SAN PETESBURGO S A S	62662
8319725	CC	GONZALO ALONSO RESTREPO LOPEZ	900312249	NIT	COURCELLES S A S	29775
70041567	CC	MARIO ENRIQUE SALAZAR JIMENEZ	1017185397	CC	MARISOL SALAZAR GONZALEZ	10
42977239	CC	MARIA ELENA MORA ZULUAGA	1040743366	CC	JUAN DAVID VILLEGAS MORA	5
3472217	CC	JESÚS ALFREDO VANEGAS MONTOYA	3472217	CC	JESUS ALFREDO VANEGAS MONTOYA	41
19144982	CC	LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	19144982	CC	LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	10000
80084551	CC	ALEJANDRO FORERO	80084551	CC	ALEJANDRO FORERO MARULANDA	35500
8351008	CC	FRANCISCO JAIME MEJIA GARCES	8351008	CC	FRANCISCO JAIME MEJIA GARCES	2
41602046	CC	RITA YADIRA FORERO SARMIENTO	41602046	CC	RITA YADIRA FORERO SARMINETO	6000
8304151	CC	DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	8304151	CC	DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	1000
43360130	CC	LUZ CARMENZA LOPERA MARTINEZ	43360130	CC	LUZ CARMENZA LOPERA MARTINEZ	5
71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	9353
1125680334	CC	JUAN PABLO SERRANO FORERO	1125680334	CC	JUAN PABLO SERRANO FORERO	15000
1049639576	CC	ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	CC	ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1020
70328719	CC	ANDRÉS JULIÁN LOPERA OSORIO	70328719	CC	ANDRES JULIAN LOPERA OSORIO	18000

ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID ACCIONISTA	TIPO ID	NOMBRE DEL ACCIONISTA	ACCIONES
43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	43876166	CC	LAURA MARIA MEDINA MEJIA	132
43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	43628467	CC	INES MEDINA MEJIA	12
79370035	CC	VICTOR DIAZ	79370035	CC	DIAZ MORENO VICTOR JULIO	25000
98555650	CC	UBIER EUGENIO PEREZ TORO	31244446	CC	BEATRIZ ANGEL RAMELLI	42500
98555650	CC	UBIER EUGENIO PEREZ TORO	32528840	CC	DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	20000
1152694211	CC	SEBASTIAN PALACIO ROLDAN	900458971	NIT	DISTRINTEC S A S	94758
1152694211	CC	SEBASTIAN PALACIO ROLDAN	811015441	NIT	SERVICIOS INTEGRALES JWW LIMITADA	10500
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	800253055	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS MODERADO	100000
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	900382690	NIT	OLD MUTUAL FDO DE PEN OBLIGATORIAS MAYOR RIESGO	35000
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	900382681	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS CONSERVADOR	25000
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	900382695	NIT	OLD MUTUAL FDO DE PENS OBLIGATOR RETIRO PROGRAMADO	25000
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	830038085	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE PENSIONES VOLUNTARIAS	11000
63539726	CC	AURA MARIA MARTINEZ AGUDELO	800184549	NIT	OLD MUTUAL FONDO DE CESANTIAS LARGO PLAZO	5000
79638485	CC	SIXTO VANNEVAR FUENTES CARVAJAL	79638485	CC	SIXTO VANNEVAR FUENTES CARVAJAL	2200
71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	2369
14138917	CC	FÉLIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	6600
1014244711	CC	ALEJANDRA ROMERO ROMERO	901275290	NIT	INVERSIONES AF SAS	2083
80028377	CC	DIEGO FERNANDO AHO GADO VANEGAS	80028377	CC	DIEGO FERNANDO AHO GADO VANEGAS	6095
79417243	CC	ENRIQUE ESPEJO SAAVEDRA CUERVO	79417243	CC	ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	188
80264007	CC	JOSÉ LIBARDO VARGAS RODRIGUEZ	80264007	CC	JOSE LIBARDO VARGAS RODRIGUEZ	25669
75105193	CC	SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	CC	SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	5260
17047617	CC	LUIS FERNANDO SERRANO SOTO	17047617	CC	LUIS FERNANDO SERRANO SOTO	10000
1017144924	CC	JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	CC	JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	8183

ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID ACCIONISTA	TIPO ID	NOMBRE DEL ACCIONISTA	ACCIONES
32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	3747
22085271	CC	GABRIELA MONTOYA GOMEZ	22085271	CC	GABRIELA MONTOYA GOMEZ	17026
32433181	CC	ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	CC	ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	184
98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	64077
21379004	CC	MARIA FELISA ALZATE ALZATE	21379004	CC	MARIA FELISA ALZATE ALZATE	170
1018415761	CC	GONZALO ANDRES TORRES PEREZ	1018415761	CC	TORRES PEREZ GONZALO ANDRES	28211
42879450	CC	ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	42879450	CC	ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	1734
1022359933	CC	ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	CC	ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	540
1047965706	CC	JOHN JAIRO FLÓREZ ALVAREZ	22100497	CC	BERTHA NUBIA ALVAREZ ARANGO	762
41442476	CC	ANGELA URIBE DE CADAVID	900524898	NIT	URIDeca S A S	185839
79762716	CC	JOHN ALEXANDER MONTOYA MESTIZO	79762716	CC	JOHN ALEXANDER MONTOYA MESTIZO	65
32455233	CC	MARIA HELENA OROZCOMORALES	32455233	CC	MARIA HELENA OROZCO MORALES	309
1018426612	CC	FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	1018426612	CC	FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	704
80134852	CC	JOSE ROBERTO ROMERO PABA	900440283	NIT	FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	5684821
94370459	CC	NICOLAS BORRERO ANGEL	94370459	CC	ANGEL NICOLAS BORRERO	91697
19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	45184
19335554	CC	HERNANDO PEREZ QUINTERO	19335554	CC	HERNANDO PEREZ QUINTERO	7241
43759908	CC	YUDI ALEJANDRA MARIN SANCHEZ	21382323	CC	ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	7000
32307386	CC	MARIA ROCIO SANCHEZ DE MARIN	3342371	CC	JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	7000
79326419	CC	WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	CC	WILSON PEREZ QUINTERO	6335
22104088	CC	ROSA AMELIA HINCAPIE AGUIRRE	21269737	CC	ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	6000
79865527	CC	LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	CC	LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	3371
43085513	CC	CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	CC	CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	2825
79884243	CC	GERMÁN DARÍO FAJARDO BARRETO	79884243	CC	GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	2696
8357670	CC	JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	CC	JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	2020

ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID ACCIONISTA	TIPO ID	NOMBRE DEL ACCIONISTA	ACCIONES
43540390	CC	LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	CC	LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	1421
1045019055	CC	MONICA MARCELA FRANCO DUQUE	1045019055	CC	FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1180
71724924	CC	SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	CC	SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	704
3563560	CC	OSCAR E. PATIÑO PEREZ	3563560	CC	OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	671
70551987	CC	CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	CC	CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	620
43030802	CC	MARIA PATRICIA VELASQUEZ SANDINO	43030802	CC	MARIA VELASQUEZ SANDINO	508
71702899	CC	REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	CC	REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	500
71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	21797606	CC	MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	363
70069653	CC	DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	CC	DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	360
1016027778	CC	FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	CC	FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	353
32303672	CC	MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	CC	MARTA ALICIA HERRERA MARIN	200
71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	CC	JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	156
134469	CE	ANTONINO BONFIGLIO	890307882	NIT	ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	123
19403257	CC	ALBERTO EFREY OMAÑA DURAN	19403257	CC	ALBERTO EFREY OMANA DURAN	91
32342010	CC	MARÍA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	CC	MARIA LETICIA PABON GOMEZ	24
32449352	CC	MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	CC	MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	20
8278664	CC	JORGE HERNAN NOREÑA MEJIA	8278664	CC	JORGE HERNAN NORENA MEJIA	20
32337682	CC	SUSANA PABON GOMEZ	32337682	CC	SUSANA PABON GOMEZ	10
32342010	CC	MARÍA LETICIA PABON GOMEZ	32341844	CC	LIBIA ELENA PABON GOMEZ	10
1053812574		SERGIO LONDOÑO GONZÁLEZ	42885882		LUZ MERY QUINTERO CASTANO	10
32412091	CC	CECILIA NOREÑA MEJIA	32412091	CC	CECILIA NORENA MEJIA	7
21345393	CC	ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	CC	ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	5
21327959	CC	AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	21327959	CC	AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	2
21371767	CC	EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	CC	EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	1
43360255	CC	MARGARITA MARIA LOPERA MARTINEZ	43277996	CC	LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	1

Se deja expresa constancia que los Administradores y empleados de la compañía, no representaron acciones de terceros. Adicionalmente, se informó que se dio estricto cumplimiento a las disposiciones contenidas en la Resolución 0116 de 2002 de la Superintendencia de Valores (hoy Superintendencia

Financiera de Colombia).

2. LECTURA Y APROBACIÓN DEL ORDEN DEL DÍA.

Verificada la existencia de las condiciones de pluralidad, el Presidente declaró formalmente constituida la Asamblea.

La Secretaria procedió a dar lectura al orden del día:

ORDEN DEL DÍA

1. Verificación del quórum
2. Lectura y aprobación del orden del día
3. Elección de comisionados para escrutinios y para la revisión, aprobación y firma del acta de la reunión
4. Lectura del informe de gestión del Presidente y la Junta Directiva
5. Lectura del informe anual de Gobierno Corporativo
6. Presentación de los estados financieros de propósito general, separados y consolidados, con corte a 31 de diciembre de 2021
7. Lectura del dictamen del Revisor Fiscal a los estados financieros separados y consolidados
8. Aprobación del informe de gestión del Presidente y Junta Directiva y del informe anual de Gobierno Corporativo
9. Aprobación de los estados financieros con corte a 31 de diciembre de 2021
10. Elección de miembros de la Junta Directiva para el período 2022 - 2024
11. Fijación de honorarios de la Junta Directiva para el período 2022 - 2024
12. Elección del Revisor Fiscal para el período estatutario 2022 – 2024
13. Fijación de honorarios del Revisor Fiscal para el período estatutario 2022 - 2024
14. Propositiones de la administración:
 - a. Reforma de los estatutos sociales
 - b. Distribución de utilidades
 - c. Cambio de destinación de reservas
 - d. Instrucción a la Junta Directiva para reglamentar una readquisición de acciones
 - e. Donaciones
15. Intervenciones de los señores accionistas

Habiendo leído el orden del día, el Presidente solicitó a la Secretaria verificar el quorum existente y, de ser el mismo suficiente para deliberar y decidir, dar inicio a la votación para la respectiva aprobación. La Secretaria informó que se encontraban un total de 439.544.447 acciones ordinarias, que corresponden al 98.19% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se inició la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y señoras accionistas el tiempo disponible (2 minutos) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 1, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado, se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

Finalmente, la Secretaria informó que el orden del día fue aprobado por un total de 433.346.330 acciones ordinarias, que corresponden al 98.58% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia que no hubo votos en contra y que 50 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
OLD MUTUAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS MODERADO	800253055	100000
ANGEL NICOLAS BORRERO	94370459	91697
JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	64077
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
BEATRIZ ANGEL RAMELLI	31244446	42500
OLD MUTUAL FDO DE PEN OBLIGATORIAS MAYOR RIESGO	900382690	35000
OLD MUTUAL FONDO DE PENS OBLIGATORIAS CONSERVADOR	900382681	25000
OLD MUTUAL FDO DE PENS OBLIGATOR RETIRO PROGRAMADO	900382695	25000
DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	32528840	20000
OLD MUTUAL FONDO DE PENSIONES VOLUNTARIAS	830038085	11000
LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	19144982	10000
DIANA PATRICIA MEJIA DUQUE	30330875	10000
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
OLD MUTUAL FONDO DE CESANTIAS LARGO PLAZO	800184549	5000
LUIS ALBERTO CARDONA DUQUE	70094702	3550
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	42879450	1734
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
BERTHA NUBIA ALVAREZ ARANGO	22100497	762
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
BLANCA CECILIA VELEZ RESTREPO	32439854	355
MARIA HELENA OROZCO MORALES	32455233	309
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	184
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
LUZ AMPARO ALVAREZ LOPEZ	32529935	109
OLGA ARBELAEZ RESTREPO	32451938	53
JESUS ALFREDO VANEGAS MONTOYA	3472217	41
ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	33
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
JUAN GUILLERMO NORENA MEJIA	8309405	22
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5
LUZ CARMENZA LOPERA MARTINEZ	43360130	5
DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	4
AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	21327959	2
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1
LEOPOLDO ESTEBAN CASTRO BAENA	70559977	1

3. ELECCIÓN DE COMISIONADOS PARA ESCRUTINIOS Y PARA LA REVISIÓN, APROBACIÓN Y FIRMA DEL ACTA DE LA REUNIÓN.

El Presidente de la Asamblea propuso el nombramiento de los señores Sergio Londoño González y Gonzalo Orrego Vélez como comisionados de la Asamblea para escrutinios, así como para la revisión, aprobación y firma del acta de la reunión.

Seguidamente, le solicitó a la Secretaria verificar el quorum existente y, de ser el mismo suficiente para deliberar y decidir, dar inicio a la votación. La Secretaria informó que se encontraban un total de 439.534.555 acciones ordinarias, que corresponden al 98.19% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se dio inicio a la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y señoras accionistas el tiempo disponible (2 minutos) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 2, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado, se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

Durante el proceso de escrutinio de votos, tomó el uso de la palabra el accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificada con NIT 890.307.882 representada por el señor Antonino Bonfiglio Salerno, identificado con la cédula de extranjería No. 134469, titular de 123 acciones ordinarias, quien solicitó que en relación con la votación del punto anterior (lectura y aprobación del orden del día) el quórum fuera revisado, en la medida en que inicialmente se indicó que el quórum era de 439 millones de acciones ordinarias representaban el 98.2%, pero al momento de informar la aprobación se indicó que eran 433 millones de acciones que equivalían al 98.58%.

Tomó la palabra Claudia Campillo Velásquez, secretaria de la reunión, quien explicó que 439.544.447 acciones ordinarias se encontraban presentes en la reunión, que corresponden al 98.19% del total de las acciones en circulación de la Compañía, y 433.346.330 acciones ordinarias votaron a favor de la proposición, lo que corresponde al 98.58% de esas 439.544.447 acciones ordinarias presentes.

Una vez finalizó el escrutinio de votos del tercer punto del orden del día, la Secretaria informó que la proposición de elección de comisionados para escrutinios y para la revisión, aprobación y firma del acta de la reunión, fue aprobada por un total de 433.632.293 acciones ordinarias, que corresponden al 98.65% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Los señores Sergio Londoño González y Gonzalo Orrego Vélez, estando presentes en el recinto de la Compañía, se pusieron de pie a efectos de ser identificados por las señoras y los señores accionistas y aceptaron la designación.

Se deja expresa constancia de que se recibieron votos en contra de 3 accionistas, votos en blanco de 2 accionistas y 33 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	1018426612	704
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600
ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	1020

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en blanco:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
DIEGO FERNANDO AHOAGADO VANEGAS	80028377	6095

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
ANGEL NICOLAS BORRERO	94370459	91697
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
ALEJANDRO FORERO MARULANDA	80084551	35500
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	5260
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
BERTHA NUBIA ALVAREZ ARANGO	22100497	762
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
BLANCA CECILIA VELEZ RESTREPO	32439854	355
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARIA HELENA OROZCO MORALES	32455233	309
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	184
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
OLGA ARBELAEZ RESTREPO	32451938	53
JUAN GUILLERMO NORENA MEJIA	8309405	22
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	21327959	2
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

4. LECTURA DEL INFORME DE GESTIÓN DEL PRESIDENTE Y LA JUNTA DIRECTIVA.

La Secretaria General de la compañía informó a los accionistas que la versión completa del Informe de Gestión fue puesta a disposición de los accionistas desde el inicio del término del derecho de inspección, es decir, desde el 21 de febrero, y que la misma se encuentra publicada en el sitio web corporativo.

Acto seguido el Presidente realizó una presentación complementaria al informe publicado, destacando algunos de los aspectos de mayor relevancia de éste..

En primer lugar, hizo alusión al propósito superior de la Compañía: nutrir de oportunidades a Colombia, indicó que la Compañía es consciente de que no puede limitarse a dar los mínimos esperados, por el contrario, debe ser capaz de llegar a los máximos posibles. Manifestó que, además de la entrega de valor a sus accionistas, la Compañía se ha enfocado en este objetivo, logrando un desarrollo importante, y explicó que tal objetivo está conformado por 3 niveles: (i) la relación de la Compañía con sus grupos de interés, tales como: clientes, proveedores y empleados, (ii) el aporte de la Compañía a la comunidad, al respecto destacó la labor de la Compañía en relación con la nutrición de la primera infancia a través de la Fundación Éxito y la solidaridad en materia de alimentación durante la pandemia, mediante las donaciones a bancos de alimentos, y a través de la compra local a

los productores colombianos de alimentos y del sector textil; y (iii) la responsabilidad de la Compañía con el planeta, destacó las labores para la reducción de la huella medioambiental y las actividades de reciclaje, la utilización de energías limpias, la reducción de desperdicios de alimentos y el mayor aprovechamiento de alimentos a efectos de donaciones. Seguidamente, el Presidente dio paso a un video ilustrativo sobre las acciones que lleva a cabo la Compañía en aras de cumplir con tal propósito superior y contribuir permanentemente al medio ambiente.

En segundo lugar, expuso los resultados financieros consolidados (Colombia, Uruguay y Argentina) de la Compañía, los cuales evidencian que la estrategia está centrada en el cliente a través de la innovación y la excelencia omnicanal. En materia de ingresos consolidados se obtuvieron 16.9 billones de pesos, es decir, un 7,5% más que 2020; las ventas consolidadas crecieron un 7,1% en comparación con el 2020, la utilidad neta de la Compañía fue de 475 mil millones de pesos, lo que equivale a más del doble de 2020, y la omnicanalidad representó el 9,9% de las ventas anuales consolidadas.

Indicó que Colombia mostró una representación de los formatos de innovación, en especial: el *Wow*, el *Fresh* y los *Superinter Vecinos*, equivalentes al 33,3% de la totalidad de las ventas, lo cual evidencia que la innovación en formatos es totalmente material y que estos tres formatos tienen un crecimiento superior en varios puntos respecto al resto de las marcas que aún no han experimentado este tipo de reconversiones. Señaló que esto significa que 1 de cada 3 pesos de ventas de la Compañía está representada por formatos de innovación.

En cuanto a Uruguay, destacó que se mantuvo como la operación más rentable de la región. Resaltó la participación de los formatos Disco y Devoto Fresh Market, donde se originaron todos estos ejemplos de innovación que fueron traídos a Colombia, que representaron el 45,2% del total de las ventas del país.

Respecto a Argentina, informó que, a pesar de la difícil situación macroeconómica y política, se obtuvieron resultados destacados, e hizo especial énfasis en que Libertad duplicó el margen, lo cual fue favorecido por la recuperación del negocio inmobiliario que cerró con niveles de ocupación del 90%, tratándose de una recuperación considerable teniendo en cuenta los efectos de la pandemia.

En tercer lugar, se refirió a la omnicanalidad, al desempeño del comercio electrónico apalancado en tecnología y eficiencia operacional. Indicó que en 2019 los canales virtuales: *compra y recoge*, *e-commerce*, *marketplace*, *apps* de Éxito y Carulla y ventas digitales de alimentos, representaron el 4,5% de las ventas y hoy representan en Colombia el 11,9%. Esto es importante en la medida en que esta tendencia se aceleró como consecuencia de la pandemia y de la necesidad de los consumidores por ser atendidos en sus domicilios, tendencia que se considera que permanecerá, representando más de doble dígito de las ventas e ingresos de la Organización. Resaltó los siguientes resultados: en la modalidad *compra y recoge* hubo 1,4 millones de pedidos, equivalentes al 28% de las ventas omnicanal; en materia de domicilios se recibieron 7,8 millones de órdenes; por medio del canal de *e-commerce* se tuvieron 155 millones de visitas y 1 millón de órdenes; a través del *Marketplace* se obtuvieron el 11,3% de las ventas omnicanal de las cuales el 25,3% correspondieron a la categoría de no alimentos; hubo 1,6 millones de descargas activas de las *apps* de Éxito y Carulla; y las ventas digitales de alimentos representaron el 10% vs. el 9,1% en 2020.

Seguidamente, en línea con la omnicanalidad, hizo referencia a la apuesta de la Compañía por la hiperconveniencia, es decir, la entrega en pocos minutos. Informó que de la mano con *Rappi*, en calidad de aliado de la Compañía, se han abierto 64 *dark stores* (bodegas independientes no abiertas al público, pero cercanas a los clientes a efectos de los domicilios), para la entrega de los pedidos con una promesa de entrega de 10 minutos. Señaló que se logró que el 77% de las entregas se realizaron en un término inferior a esos 10 minutos y bajo esta modalidad se realizaron 1,5 millones de pedidos.

De igual forma, resaltó que en 2021 hubo 5 millones de descargas de las *apps* de Éxito y Carulla, hubo 1,8 veces más ordenes en comparación con el 2020 y el número de clientes que hoy compra en los almacenes y también de forma virtual corresponde al 11% de los clientes, lo cual es relevante en la medida en que se trata de un cliente de alta fidelidad, de gran frecuencia en la compra (normalmente compra más de 3 veces de lo que compra un cliente exclusivo de los canales físicos o de los canales virtuales).

En cuarto lugar, mencionó la importancia de los días sin IVA (Impuesto al Valor Agregado) determinados por el Gobierno Nacional. Señaló que cada día sin IVA la Compañía ha tenido un crecimiento en ventas en comparación con el día sin IVA anterior. Informó que el último día sin IVA del año 2020, que coincidió con la época de navidad, hubo un crecimiento del 24% frente a los días sin IVA previos de dicho año y, seguidamente, destacó que hubo un récord en las ventas del primer día sin IVA de 2022 (11 de marzo), hubo un crecimiento del 23% frente al mejor día sin IVA de 2021 (que fue el último del año coincidente con la navidad), lo cual es sorprendente teniendo en consideración la estacionalidad propia de la navidad y representó ventas para la Compañía cercanas a los 200 mil millones de pesos en un único día.

Posteriormente, hizo alusión a la innovación y reactivación económica de las regiones. Manifestó que la innovación se ha estado haciendo presente en el hipermercado ante los retos que se están afrontando debido al tráfico de las personas. En cuanto al hipermercado Éxito, el formato *Wow* ha sido absolutamente clave, hoy en día hay 19 de los hipermercados más grandes del país bajo este formato, realizándose 8 aperturas en el 2021, que representan el 29,6% del total de las ventas de la marca. Resaltó que la organización *America Retail* otorgó el reconocimiento “*Hall of fame Colombia*” al formato *Wow* al considerarlo el mejor *retail* y mejor omnicanal en Colombia. Hizo énfasis en la propuesta de valor que el formato *Wow* presenta en: productos frescos, la cocina del chef, la boutique de *Arkitect*, la tiendita de *Bronzini*, la sección de tecnología, entre otros, tratándose de un trabajo de co-creación con los proveedores para expresar bajo este formato la mejor de sus propuestas, existiendo siempre el reto de que cada almacén *Wow* sea mejor que el anterior, como parte de la dinamicidad propia de la innovación. Asimismo, informó que se espera que en el transcurso de 2022 se ejecuten entre 10 y 12 almacenes bajo dicho formato. Con fines ilustrativos, se presentó un video sobre uno de los Éxito *Wow* abiertos en el 2021.

Luego, pasó a exponer algunos de los asuntos más destacables sobre el formato de Carulla *Fresh Market*. Indicó que se trata del desarrollo de la innovación para una experiencia superior, ante una apuesta por la sostenibilidad y un amplio portafolio saludable. Informó que hoy existen 22 almacenes bajo este formato, habiéndose realizado 8 aperturas durante el 2021, y que se espera que en el 2022 se logre la ejecución de entre 10 y 12 almacenes adicionales bajo este mismo formato. Manifestó que se trata de una propuesta que se destaca por asuntos como: calidad, frescura, productos saludables, la existencia de secciones especializadas en portafolio gourmet y balanceados (*food market, food trailer* y *green market*), gran nivel de servicio, y la utilización de mecanismos de alta tecnología, como se evidencia en: puestos de autopago, *Smile ID* y *Fruver Scan*. De igual manera, informó que el Carulla *Fresh Market* representa el 45,1% de las ventas totales de la marca (teniendo en consideración los 101 almacenes de esta marca que existen en el país) y se espera que en este año llegue a representar más del 50%. Señaló que tiene un reto permanente de innovación y que es el formato comparable con otros formatos internacionales semejables, como es el caso de: *Pão de Açúcar* en Brasil, como *Wholefoods* en Estados Unidos y como *Waitrose* en la Gran Bretaña. Procedió a presentar un video sobre este formato, destacando que es el primer *retail* carbono neutro de Latinoamérica certificado por Icontec, lo que significa que las emisiones al medio ambiente que allí se producen son compensadas entre la generación de energía solar y algunos otros aportes que la Compañía realiza a BanCO2 para la protección de bosques tropicales en Colombia.

En cuanto a los formatos populares, se refirió a los avances en los formatos de *Super Inter*, *Surti Max* y *Surti Mayorista*. Respecto a *Super Inter* informó acerca del proceso de renovación que sufrió el formato pasando a denominarse *Super Inter vecino*, existiendo a la fecha 25 almacenes bajo este concepto, 18 renovados en 2021 y proyectándose la ejecución de 10 almacenes adicionales durante el 2022. Indicó que se trata del formato de identidad que fortalece la compra local en el Valle y el Eje Cafetero y que durante el 2022 representó el 47,7% de las ventas totales de la marca. Igualmente, destacó que es el formato líder en ventas de alimentos en Cali. En cuanto a *Surti Max*, informó que a la fecha existen 72 almacenes, de los cuales 6 fueron renovados en el 2021 e indicó que para el año 2022 se tienen planeadas 20 reconversiones adicionales. Por último, sobre *Surti Mayorista* señaló que es un formato de gran aceptación en Colombia, por medio de un abastecimiento diferencial y economía para los tenderos y clientes del negocio HORECA, e hizo especial énfasis en que tuvo el crecimiento más importante de todas las marcas del Grupo, siendo de un 25,2% respecto al 2020 y participando con el 4,6% en las ventas totales de la Compañía. Informó que a la fecha existen 36 almacenes bajo este formato (habiéndose realizado 2 aperturas en 2021), y afirmó que la expansión

de este formato continuará, previéndose que en el 2022 se logre la apertura de entre 10 y 15 almacenes. Adicionalmente, hizo referencia a la expresión digital de este formato, a través de la aplicación denominada *Misurtii*, la cual es especializada para los tenderos en Colombia y cuenta actualmente con más de 3 mil clientes registrados.

En quinto lugar, destacó los resultados del negocio inmobiliario. Señaló que este negocio debió enfrentar grandes retos durante la pandemia, ante los cierres totales o parciales de los centros comerciales, siendo únicamente posible la comercialización de alimentos. Señaló que el negocio ha experimentado un proceso gradual de recuperación y en 2021 se obtuvieron unos ingresos 54% superiores a los de 2020. Resaltó que estos centros comerciales se diferencian de los demás en que ofrecen lo mejor de la Organización: la posibilidad de que los locatarios, los arrendatarios, comercialicen sus productos a través de la plataforma online de la Compañía y la posibilidad de trabajar con el ecosistema de negocios de la Organización, especialmente con Puntos Colombia y con la tarjeta de crédito Éxito administrada por Tuya S.A.

Acto seguido, en cuanto a los negocios complementarios de la Compañía que cada vez cobran mayor relevancia. En cuanto a Puntos Colombia, sociedad constituida en conjunto con Bancolombia en aras de ofrecer a los clientes un programa de lealtad, resaltó que a la fecha hay 5,5 millones de clientes activos, y que se han redimido más de 28,500 millones de puntos, de los cuales el 74% corresponden a Grupo Éxito, se han entregado 38,700 millones de puntos y se cuenta con 134 marcas aliadas a dicho Programa. Sobre Tuya, informó que a la fecha se han emitido 2,8 millones de tarjetas, destacó el lanzamiento de la billetera digital denominada *Tuya Pay*, que a la fecha cuenta con 800 mil usuarios, y se espera que en algunos años llegue a 3 millones de usuarios. Respecto a Viajes Éxito, resaltó que hubo un crecimiento en ventas del 135% en comparación con el 2020, que las ventas fueron superiores a los niveles previos a la pandemia y que se llevó a cabo la activación de la redención de Puntos Colombia.

Por otro lado, el Presidente se refirió a la contribución de la Compañía a la reactivación económica del Valle del Cauca, mediante la adquisición del derecho sobre seis espacios comerciales de la compañía La 14, con el fin de impulsar la compra local y la generación de empleo. Destacó que ello consolida la posición de liderazgo de la Compañía en Cali y en otras ciudades intermedias del Valle del Cauca, y que con esta operación se pretende la generación de aproximadamente 5,250 empleos en el Valle del Cauca y se ha logrado la vinculación de 40 proveedores que venían de La 14 (19 de productos de gran consumo, 20 de frutas y verduras y 1 de textil) y se espera lograrlo con otros 50 o 60 adicionales. Así, dada la importancia de este asunto, expuso un video al respecto y concluyó que este es un claro ejemplo de cómo de forma simultánea un negocio rentable puede contribuir de forma positiva a la sociedad.

Posteriormente, hizo referencia a los asuntos en materia de sostenibilidad, destacando que la Compañía se mantiene dentro de los 10 *retailers* de alimentos más sostenibles del mundo, según los resultados de 2021 del Índice Global de Sostenibilidad Dow Jones. Adicionalmente, hizo alusión a algunas de las iniciativas que ha desarrollado la Compañía con el propósito de reducir el impacto de la huella ambiental: (i) la carne sostenible, la Compañía ha sido líder de la transformación de la práctica productiva ganadera en Colombia, asegurando que los proveedores del ganado en pie ubicados en 12 departamentos del país estén comprometidos con la no deforestación, lo cual se vigila mediante un modelo satelital. Para estos efectos, la Compañía ha entablado diferentes alianzas para el monitoreo y para la conservación. Adicionalmente, en los almacenes se ofrece carne sostenible (marca “Pomona”); y (ii) la compra local como motor del desarrollo y reactivación económica, informó que el 89,5% de las frutas y las verduras que comercializa la Compañía se compran en el país, y el 84% se adquiere de manera directa a 782 agricultores y familias campesinas. Señaló que la Compañía trabaja con 24 asociaciones y fundaciones campesinas en 21 departamentos del país y que más de 25 mil unidades de frutas y verduras provienen de territorios de Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial (PDET), apoyando a víctimas del conflicto armado.

Acto seguido, se refirió al apoyo a la población y las familias de privados de su libertad o pospenados. Resaltó la alianza con la Fundación Acción Interna y la colección textil entre Johanna Bahamón y People. Posteriormente, se presentó un video sobre dicha alianza. Igualmente, informó que el 93% de las prendas que comercializa la Compañía se compran en Colombia, el 80% de la tela utilizada en las prendas marca propia es nacional y en 2021, de la mano de los proveedores textiles, 3 mil jeans fueron

producidos en el centro penitenciario de Yarumal, Antioquia. Luego, se refirió a la Primera Feria Nacional del Grafiti cuyo objetivo es abarcar 22 almacenes en 11 ciudades del país, por medio de expresiones artísticas en murales de los almacenes que vinculan 74 líderes y vecinos.

Para finalizar su presentación, hizo especial énfasis en la labor para erradicar la desnutrición crónica infantil que ha venido adelantando la Compañía a través de la Fundación Éxito. Señaló que el objetivo que se comparte con el país consiste en que a 2030 no haya desnutrición crónica en Colombia e informó que durante la pandemia el reto fue mucho mayor en la medida en que más de 1 millón niños que se encontraban en los hogares infantiles debieron trasladarse a sus casas. En estas circunstancias, la Fundación contribuyó de forma significativa en 2021 mediante la entrega de más de 217 mil paquetes nutricionales, llegando a más de 70 mil niñas y niños en 28 departamentos y 262 municipios de Colombia. Asimismo, más de 18 mil millones de pesos se han destinado a inversión social. De igual forma, como otra vía para lograr la alimentación infantil adecuada, se ha promovido la lactancia materna. En la jornada de la Lactación más de 40 mil madres y familias colombianas compartieron su ejemplo de amor y crecimiento y se financió la formulación del Plan Decenal de Lactancia Materna y Alimentación Complementaria 2021-2030.

Por último, hizo una breve referencia al piloto que a través de la Fundación viene llevándose a cabo para que en las terrazas comunitarias de los barrios los hogares y las madres cabeza de familia cultiven alimentos nutritivos, tanto para su propio consumo como para su comercialización en los almacenes de la Compañía. Este piloto ya se está realizando en la Comuna 13 de Medellín y posteriormente se expandirá a otras ciudades.

A manera de conclusión, señaló que además de los excelentes resultados financieros, de forma simultánea hay una contribución material a la sociedad y al medio ambiente. Invitó a las señoras y los señores accionistas a sentirse orgullosos por tener una inversión en una Compañía que además de ser rentable, genera una mayor huella social y una menor huella ambiental.

5. LECTURA DEL INFORME ANUAL DE GOBIERNO CORPORATIVO.

A continuación, el Presidente de la reunión concedió la palabra a la Secretaria General para presentar a los accionistas una síntesis del Informe de Gobierno Corporativo del año 2021.

La Secretaria informó que el informe fue puesto a disposición de los accionistas desde el 21 de febrero del presente año en el sitio web de la Compañía.

Seguidamente, dio lectura a algunos de los apartes de mayor relevancia del Informe de Gobierno Corporativo:

“El mundo enfrentó cambios como consecuencia del COVID-19, lo que exigió que la compañía debiera adaptarse en sus diferentes procesos.

Por primera vez en la historia de la compañía la reunión de la Asamblea General de Accionistas fue realizada en 2021 en la modalidad no presencial, ofreciéndole a los accionistas la posibilidad de conocer los resultados y gestión de la compañía de manera virtual, según los lineamientos exigidos por la ley para proteger su salud. Así mismo, tanto la Junta Directiva como sus Comités de apoyo continuaron durante todo el año con las reuniones no presenciales con buenos resultados en su dinámica y alta participación.

De acuerdo con los mecanismos de evaluación del desempeño de la Junta Directiva previstos en el artículo 14 del reglamento de dicho órgano social, se realizó el proceso de evaluación interno para la Junta Directiva y sus Comités. El resultado de la evaluación ratifica que se trata de una Junta Directiva multidisciplinaria, que aporta elementos diversos en la experiencia y visión, y favorece el abordaje de tendencias y mejores prácticas nacionales e internacionales, contribuyendo así a un mejor gobierno corporativo. El proceso de evaluación también permitió identificar oportunidades de mejora relacionadas con una mayor dedicación a la deliberación de temas estratégicos, el fortalecimiento del conocimiento y favoreció interacciones acerca de la actualidad del país (social, económica, industrial, etc.), aspectos que fueron tenidos en cuenta para la elaboración del plan de trabajo del año 2022.

La compañía continuó trabajando para aplicar las mejores prácticas de gobierno corporativo y dio

continuidad a las anteriormente adoptadas contribuyendo al cumplimiento de altos estándares:

- Durante el 2021 se avanzó en el fortalecimiento del esquema de gobierno corporativo de las filiales nacionales que conforman el Grupo Éxito, mediante una estandarización de las prácticas de gobierno corporativo, unificando las juntas directivas en un único órgano (Comité Directivo de Filiales) como máximo órgano de administración de las filiales, en las cuales la compañía tiene más del 95% de participación.
- Se reafirmó la importancia y el valor de la gestión de los riesgos y el cumplimiento como componentes sustanciales del buen gobierno corporativo, por hacer parte del soporte del funcionamiento y la conducta de la dirección y administración de la sociedad, y en general del desarrollo balanceado de los negocios y actividades de la misma.
- La compañía abordó con la resiliencia que la caracteriza los eventos de riesgo materializados y dio respuesta oportuna y adecuada a los mismos, de manera que, no interfirieran con el logro de los objetivos estratégicos definidos, acompañando así el óptimo desempeño y logro de los resultados organizacionales. De esta manera, bajo el análisis de los riesgos, oportunidades y tendencias y los cambios del contexto político, económico, social, tecnológico, ambiental y legal, realizó la actualización del perfil de riesgos estratégicos y de sus negocios, y definió e implementó para cada uno de ellos las estrategias para su gestión.
- En la gestión de riesgos del nivel operativo, avanzó en una mayor integración y sinergia con los demás elementos de un sistema GRC – Gobierno, Riesgos y Cumplimiento, apalancados del desarrollo de una herramienta tecnológica para la gestión de riesgos y controles que apuntó al fortalecimiento del ambiente de control.
- Los programas de cumplimiento en materia de gestión de riesgos de fraude, corrupción y soborno, lavado de activos y financiación del terrorismo, y privacidad y protección de datos personales, se adaptaron al escenario de reactivación económica, y de esta manera apalancaron estrategias organizacionales en el marco de cumplimiento de las exigencias legales en estas materias, tanto del ámbito nacional, como aquellas del ámbito internacional que se aplican de forma directa por la casa matriz, así como de las buenas prácticas, lo cual ha permitido la generación de valor en la toma de decisiones debidamente informadas.
- La compañía avanzó en la divulgación de su programa de transparencia haciendo extensivas sus acciones de capacitación y sensibilización sobre públicos externos resaltando el valor de la ética y su importancia en el desarrollo de relaciones de confianza y valor con sus grupos de interés.

Dado el trabajo continuo y coherente, la Compañía recibió los siguientes reconocimientos en la materia:

- (i) Reconocimiento como “Empresa comprometida con la Integridad 100” otorgado por el Instituto Anticorrupción, como resultado de una evaluación rigurosa en el marco de la iniciativa “Laboratorio de Integridad 100”, liderada por el Instituto de Estudios Anticorrupción.
- (ii) Reconocimiento como uno de los 10 retailers de alimentos con mejor puntuación del mundo, según el Índice de Sostenibilidad Dow Jones, donde la compañía se ubicó en el percentil 89 y se ratificó como una compañía que ve en la sostenibilidad el camino de creación de valor para todos sus grupos de interés.
Se destacó entre más de 7,500 empresas en 61 industrias, por las prácticas en materia de sostenibilidad dentro del anuario de sostenibilidad de S&P Global y se ubicó dentro del 15% de las compañías con mejor desempeño en Sostenibilidad.
- (iii) Por noveno año consecutivo se recibió el reconocimiento Emisores-IR otorgado por la Bolsa de Valores de Colombia, por la adopción voluntaria de las mejores prácticas en materia de revelación de información y relación con inversionistas.

Finalmente, la Compañía ha persistido en su interés por adoptar y promover en su interior la consolidación de las mejores prácticas de gobierno corporativo, mediante la implementación de las medidas promovidas por el Índice de Sostenibilidad Dow Jones, Colegio de Estudios Superiores de Administración CESA, Código País y el Carbon Disclosure Project - CDP con el

propósito de alinear sus acciones con los más altos estándares internacionales en asuntos sociales, ambientales, económicos y de gobierno corporativo, con miras a procurar la generación de valor compartido a todos los grupos de interés.”

Antes de finalizar su intervención, la Secretaria General de la reunión invitó a los accionistas a escanear el código QR proyectado en la pantalla para descargar el informe completo.

6. PRESENTACIÓN DE LOS ESTADOS FINANCIEROS DE PROPÓSITO GENERAL SEPARADOS Y CONSOLIDADOS, CON CORTE A 31 DE DICIEMBRE DE 2021.

La Secretaria General informó a los accionistas que los Estados Financieros consolidados y separados con sus notas, fueron transmitidos oportunamente a la Superintendencia Financiera, publicados mediante el mecanismo de información relevante y en el sitio web corporativo. Igualmente, estuvieron a disposición durante el término para ejercer el derecho de inspección.

Para la presentación de una síntesis de los Estados Financieros, el Presidente concedió el uso de la palabra a el Vicepresidente Financiero, el señor Ruy Souza.

El Señor Ruy Souza procedió a presentar un resumen de los Estados Financieros de la Compañía, advirtiendo que se concentraría en los asuntos de mayor relevancia.

En primer lugar, destacó el sólido crecimiento de la utilidad neta, siendo mayor a 2 veces la utilidad del año anterior, y la evolución del margen EBITDA recurrente que fue del 9,1% en comparación con el 8,1% del año 2020, todo esto apalancado en una consistente estrategia centrada en el cliente.

Ingresos operacionales

A nivel consolidado, informó que los ingresos netos del Grupo crecieron 7,5%, alcanzando 16,9 billones de pesos.

- (i) Colombia: el crecimiento fue del 7% impulsado por cuatro estrategias fundamentales (i) la omnicanalidad, que representó en este país el 11,9% de las ventas; (ii) los formatos innovadores que representan en Colombia una tercera parte de las ventas; (iii) la monetización del tráfico por medio de los negocios complementarios; y (iv) la reactivación económica, principalmente, durante el segundo semestre. Resaltó que los ingresos de los negocios complementarios superaron los niveles de 2019, mostrando una recuperación completa de la afectación que se había evidenciado en 2020 con ocasión de la pandemia.
- (ii) Uruguay: informó que hubo una temporada turística en el primer trimestre que resultó muy afectada como consecuencia de la pandemia; sin embargo, el desempeño del formato *Fresh Market* y el fortalecimiento de la estrategia omnicanal contribuyeron a que al cierre del año hubiera un crecimiento del 1,9% en los ingresos.
- (iii) Argentina: el crecimiento del segundo semestre estuvo por encima de la inflación durante el segundo semestre y destacó de forma positiva, que el negocio inmobiliario cerró el año con un índice de ocupación superior al 90%. Así, el crecimiento de los ingresos para el año fue del 46,8%.

Margen Bruto

En cuanto al margen consolidado, informó que se presentó una evolución positiva de 110 puntos básicos, lo cual obedeció a la mejora que hubo en los tres países. En Colombia el margen del negocio *retail* mejoró 20 puntos básicos y la recuperación de los negocios complementarios aportó una mejora adicional de 100 puntos básicos, es decir, hubo una mejora total en el margen bruto de 120 puntos básicos. En Uruguay y Argentina tal mejora en los márgenes brutos estuvo relacionada con el mayor asertividad en la actividad promocional.

Gastos de administración y ventas

Informó que los gastos consolidados estuvieron estables en cuanto a tasa, alcanzando un 20,4%, lo cual se debe a una mejora de 30 puntos básicos en Colombia, a la estabilidad en los gastos en términos de tasa en Argentina y un deterioro en Uruguay por 70 puntos básicos. Destacó que en los tres países

los gastos crecieron por debajo de la inflación de cada uno de los países.

EBITDA recurrente

Indicó que la utilidad a nivel de EBITDA alcanzó 1.5 billones de pesos, creciendo un 20% frente al 2020 y un 20% frente al 2019, es decir, un 20% frente al último año sin efecto de pandemia.

Informó que el margen EBITDA alcanzó 9,1%, 100 puntos básicos por encima del año 2020, y en relación con el 2019 presentó una evolución de 70 puntos básicos.

Utilidad neta consolidada

Señaló que, en el estado de pérdidas y ganancias, la utilidad neta del Grupo se ubicó en 475 mil millones de pesos, creciendo más de dos veces respecto al año anterior.

En cuanto a los principales elementos que apalancaron este crecimiento, pasando de 231 mil millones en 2020 a 475 mil millones en 2021, destacó los siguientes: (i) la contribución positiva del resultado operacional, agregando 234 mil millones de pesos; (ii) la reducción de los gastos no recurrentes en un 52% frente al 2020 y del 27% respecto al 2019; (iii) una reducción en los gastos financieros por 50 mil millones de pesos, producto de dos factores: la renegociación de las condiciones de la deuda de la Compañía y el menor nivel de endeudamiento ante un fortalecimiento en la estructura financiera de la Compañía; y (iv) un gasto más alto por impuesto a la renta, debido a las mejoras previamente mencionadas, con la aplicación de la tasa estatutaria en este rubro.

Deuda y caja a nivel de holding

En cuanto a la posición de deuda y caja a nivel de holding, señaló que la posición de deuda financiera neta mejoró en 224 mil millones frente al año anterior, la posición de caja incrementó en 94 mil millones de pesos y hubo una reducción en el nivel de endeudamiento por un 13%.

A efectos de la generación de caja a los accionistas, expuso la siguiente gráfica:

en miles de millones de pesos colombianos	2021	2020	Variación
EBITDA	1.034	837	23,5%
Resultado operacional antes de cambios en el capital de trabajo	878	637	37,9%
Amortización de pasivo por arrendamiento	(340)	(331)	2,6%
Movimientos por impuestos	(69)	(79)	-12,2%
Movimientos por capital de trabajo	180	27	569,5%
Inversión en capital	(413)	(177)	133,7%
Flujo de caja libre antes de rendimientos de inversiones	236	77	206,3%
Dividendos recibidos	169	73	131,5%
Flujo de caja libre	405	150	169,8%
Flujo de caja para los accionistas	397	100	298,3%

Indicó que la generación de caja a los accionistas se multiplicó por 4 veces y alcanzó casi 400 mil millones de pesos para el año 2021, lo cual proviene del crecimiento del EBITDA del 23,5%, de una variación positiva del capital de trabajo, permitiendo además activar niveles importantes de inversión.

1

Por último, hizo especial énfasis en que el fortalecimiento de la estructura financiera de la Compañía es de gran relevancia a efectos de los retos macroeconómicos de 2022.

7. LECTURA DEL DICTAMEN DEL REVISOR FISCAL A LOS ESTADOS FINANCIEROS SEPARADOS Y CONSOLIDADOS.

Acto seguido, el Presidente le concedió el uso de la palabra a la señora Ángela Jaimes Delgado de la firma Ernst & Young Audit S.A.S., Revisora Fiscal de la Compañía, para que diera lectura al dictamen de los Estados Financieros separados y consolidados.

La señora Jaimes, quien se encontraba presente en el recinto de la Compañía, procedió a leer el dictamen de los Estados Financieros separados y consolidados de la Compañía, los cuales se encuentran en la información puesta oportunamente a disposición de los señores y señoras accionistas en el sitio web corporativo y se anexan a la presente acta.

Por último, la señora Jaimes, en nombre de Ernst & Young Audit S.A.S., manifestó su agradecimiento frente a la Compañía y su Presidente, por permitirles a ella y a la firma que representa acompañar a la Compañía durante los últimos años, especialmente, por la confianza depositada para el ejercicio de sus funciones.

Acto seguido, solicitó el uso de la palabra el accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificado con NIT 890.307.882 representado por el señor Antonino Bonfiglio Salerno, identificado con la cédula de extranjería No. 134469, titular de 123 acciones ordinarias, quien manifestó su objeción en relación con el Informe de la Revisoría Fiscal sobre los estados financieros de la Compañía, documentos que fueron cuestionados a través de una comunicación de dicho accionista de fecha 9 de marzo de 2022, enviada a la Superintendencia Financiera de Colombia con copia a la Superintendencia de Sociedades, y le preguntó a la Revisora Fiscal si tenía conocimiento de unos contratos confidenciales de la Compañía.

Con el fin de atender la inquietud del accionista, la Revisora Fiscal le solicitó ser más específico en relación con los contratos sobre los cuales formuló su pregunta, desconociendo a qué documentos estaba haciendo alusión. Seguidamente, intervino el Presidente de la Compañía, quien a efectos de completa claridad y transparencia frente a los señores y las señoras accionistas, solicitó al accionista que explicara concretamente a qué contratos hacía referencia a efectos de brindarle una respuesta clara y oportuna. De igual manera, el Presidente explicó que, conforme a la normatividad vigente aplicable, existen contratos y otros documentos que ostentan el carácter de confidencial y gozan de un tratamiento especial, entre otras razones, por contener información de índole confidencial y datos que, de ser divulgados, podrían ser utilizados en detrimento de la sociedad. En consecuencia, se trata de documentos que, al contener información de tal naturaleza, no se encuentran sujetos al derecho de inspección de los accionistas. Invitó igualmente al accionista a ser más explícito en relación con su inquietud para identificar si son documentos que no contienen información confidencial y, en caso afirmativo, proceder a su revelación.

El accionista tomó nuevamente la palabra y manifestó que se trata de contratos que ha solicitado con anterioridad y afirmó que esta reunión no era el estamento para abordar el tema y que optaría por tratar estos asuntos en otras instancias.

Acto seguido, el Presidente intervino e indicó que es propio de la dinámica comercial de las organizaciones la existencia de información y documentación de carácter confidencial cuya no revelación a terceros (incluyendo accionistas) se encuentra amparada por la ley, e indicó que de existir algún documento que no goce de tal naturaleza y sea requerido por algún accionista, la Compañía estará siempre completamente dispuesta a permitir su acceso.

Solicitó el uso de la palabra el accionista Luis Alberto Cardona Duque, identificado con cédula de ciudadanía No. 70.094.702, titular de 3.550 acciones ordinarias, quien de forma respetuosa manifestó su desacuerdo en relación con la postura asumida por el accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., quien tras afirmar públicamente que la Compañía ha incumplido su deber de entrega de cierta documentación se niega a explicar a la administración de la Compañía y a sus accionistas, a qué documentación hace referencia, aduciendo que no es el foro propicio para el efecto.

Tomó la palabra el Presidente quien en nombre de la Compañía manifestó su más sincero agradecimiento a Ernst & Young Audit S.A.S. y a la señora Jaimes, por el ejercicio de sus funciones con independencia, autonomía y profesionalismo durante los años en que actuó como Revisor fiscal. Asimismo, anotó que en la presente reunión se someterá a consideración de las señoras y los señores accionistas un cambio de Revisor Fiscal, como consecuencia natural de la rotación requerida desde la óptica de las buenas prácticas en materia de gobierno corporativo, tras varios años del ejercicio de tal rol por parte de dicha firma.

Intervino el accionista Jesús Alfredo Vanegas Montoya, identificado con cédula de ciudadanía No. 3.472.217, titular de 41 acciones ordinarias, quien manifestó que la intervención del accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S. le resulta despreciable en la medida en que reviste el carácter de anónima al no especificar en detalle el asunto al cual hace referencia, pudiendo ser un asunto generador de pánico económico. Manifestó contundentemente su rechazo frente a tal intervención.

Ante las intervenciones anteriores, retomó el uso de la palabra el accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificado con NIT 890.307.882 representada por el señor Antonino Bonfiglio Salerno, identificado con la cédula de extranjería No. 134469, titular de 123 acciones ordinarias, quien manifestó que, con independencia de la normatividad mencionada por el Presidente que avala la no entrega de contratos con contenido confidencial, reitera su apoyo a Colombia y que al mismo tiempo quisiera una claridad meridiana en relación con estos ejercicios.

El Presidente reiteró la postura de la administración en cuanto a su apertura en entregar todos los contratos y documentos que bajo la normatividad aplicable deban proveerse y en mantener bajo estricta reserva aquellos que, por la naturaleza de su información y en aras de proteger los intereses de la Compañía, no son objeto del derecho de inspección. Asimismo, señaló que en el punto 15 del orden del día el accionista podrá hacer referencia expresa a dichos contratos y a sus solicitudes al respecto.

8. APROBACIÓN DEL INFORME DE GESTIÓN DEL PRESIDENTE Y JUNTA DIRECTIVA Y DEL INFORME ANUAL DE GOBIERNO CORPORATIVO.

En ejercicio de las facultades conferidas por la Ley y los Estatutos, la Asamblea General de Accionistas examinó el Informe de Gestión del Presidente y la Junta Directiva y el Informe Anual de Gobierno Corporativo.

El Presidente le solicitó a la Secretaria verificar el quórum existente y, de ser el mismo suficiente para deliberar y decidir, dar inicio a la votación correspondiente. La Secretaria informó que se encontraban un total de 439.558.761 acciones ordinarias, que corresponden al 98,20% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se inició la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y señoras accionistas el tiempo disponible (1 minuto) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 3, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado, se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

Una vez finalizó el escrutinio de votos, la Secretaria informó que la proposición de aprobación del Informe de gestión del Presidente y la Junta Directiva y del Informe anual de gobierno corporativo, fue aprobada por un total de 433.669.536 acciones ordinarias, que corresponden al 98,66% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que se recibió el voto en contra de 1 accionista, votos en blanco de 3 accionistas y 37 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en blanco:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	1018426612	704

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
ANGEL NICOLAS BORRERO	94370459	91697
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
HERNANDO PEREZ QUINTERO	19335554	7241
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	6335
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	79884243	2696
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
MARIA VELASQUEZ SANDINO	43030802	508
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
LUZ MERY QUINTERO CASTANO	42885882	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5
AURA DE JESUS FRANCO DURANGO	21327959	2
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

9. APROBACIÓN DE LOS ESTADOS FINANCIEROS CON CORTE A 31 DE DICIEMBRE DE 2021.

Tomó la palabra el Presidente, quien le solicitó a la Secretaria verificar el quórum existente y, de ser el mismo suficiente para deliberar y decidir, dar inicio a la votación.

Hizo uso de la palabra el accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificada con NIT 890.307.882 representada por el señor Antonino Bonfiglio Salerno, identificado con la cédula de extranjería No. 134469, titular de 123 acciones ordinarias, quien, de forma previa a dar inicio a la votación, manifestó su objeción frente a los estados financieros de 2021. El Presidente señaló expresamente que se dejaría

constancia de su intervención en el acta, la cual debería resultar reflejada en el sentido de su voto en relación con esta proposición.

Posteriormente tomó la palabra el accionista Luis Alberto Cardona Duque, identificado con cédula de ciudadanía No. 70.094.702, titular de 3.550 acciones ordinarias, quien ante las múltiples intervenciones del señor Antonio Bonfiglio, le solicitó informar a qué accionista representa y el número de acciones de su titularidad, a efectos de claridad para los demás accionistas. El señor Antonino Bonfiglio tomó la palabra e indicó que representa al accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S.

Seguidamente, la Secretaria informó que se encontraban un total de 439.558.749 acciones ordinarias, que corresponden al 98,20% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se dio inicio a la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y señoras accionistas el tiempo disponible (1 minuto) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 4, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

Finalizado el escrutinio de votos, la Secretaria informó que la proposición de aprobación de los estados financieros con corte al 31 de diciembre de 2021, fue aprobada por un total de 433.586.183 acciones ordinarias, que corresponden al 98,64% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión y pertenecen a los accionistas que carecían de las incompatibilidades señaladas por el Artículo 185 del Código de Comercio para efectos de votar el Balance y las cuentas de fin de ejercicio. En consecuencia, conforme a lo dispuesto en el artículo 23 de los estatutos sociales de la Compañía, basta la existencia de mayoría absoluta para efectos de la presente aprobación.

Se deja expresa constancia de que se recibió votos en contra de 1 accionista, votos en blanco de 4 accionistas y 32 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	1018426612	704

Se deja expresa constancia de que, a pesar de la intervención del accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificada con NIT 890.307.882 representada por el señor Antonino Bonfiglio Salerno, identificado con la cédula de extranjería No. 134469, titular de 123 acciones ordinarias, mediante la cual manifestó su objeción a los estados financieros de 2021 de la Compañía, al momento de ejercer su derecho al voto a través de la plataforma dispuesta para el efecto, el accionista se abstuvo de votar.

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en blanco:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	1020
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
URIDECA S A S	900524898	185839

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
LUIS FERNANDO ALARCON MANTILLA	19144982	10000
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	6335
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	5260
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
LUZ MERY QUINTERO CASTANO	42885882	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

Se deja expresa constancia de que, a pesar de la intervención del accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificada con NIT 890.307.882 representada por el señor Antonino Bonfiglio Salerno, identificado con la cédula de extranjería No. 134469, titular de 123 acciones ordinarias, mediante la cual manifestó su objeción a los estados financieros de 2021 de la Compañía, al momento de ejercer su derecho al voto a través de la plataforma dispuesta para el efecto, el accionista se abstuvo de votar.

10. ELECCIÓN DE LOS MIEMBROS DE LA JUNTA DIRECTIVA PARA EL PERÍODO 2022 - 2024.

Tomó la palabra la Secretaria de la reunión, quien hizo un recuento del proceso que se ha seguido para la postulación y evaluación de los candidatos a miembros de Junta Directiva, e indicó que dicho proceso se ha llevado a cabo en estricto cumplimiento de la ley, los Estatutos Sociales y el Código de Gobierno Corporativo y la Política de elección y sucesión de la Junta Directiva y su respectivo Procedimiento.

Informó que, desde el 15 de marzo del año en curso, por medio del mecanismo de información relevante se dio a conocer a los accionistas y al mercado el informe sobre la evaluación de los candidatos a conformar la Junta Directiva elaborado por el Comité de Nombramientos, Remuneraciones y Gobierno Corporativo y la Junta Directiva. Adicionalmente, dicho informe se puso a disposición en el sitio web corporativo.

Indicó que en la propuesta evaluada se postulan como candidatos a Miembros Independientes:

1. **Luis Fernando Alarcón Mantilla:** Presidente y miembro desde junio de 2015.
2. **Felipe Ayerbe Muñoz:** miembro desde octubre de 2010.
3. **Ana María Ibáñez Londoño:** miembro desde marzo de 2014.

Y se postulan como Miembros Patrimoniales:

4. **Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira:** miembro desde enero de 2020.
5. **Christophe José Hidalgo:** miembro desde enero de 2020.
6. **Susy Midori Yoshimura:** nueva candidata.
7. **Rafael Russowsky:** miembro desde enero de 2020.
8. **Bernard Petit:** miembro desde marzo de 2014.
9. **Philippe Alarcon:** miembro desde marzo de 2012.

Seguidamente, presentó un breve resumen de las hojas de vida de los candidatos:

Candidatos a Miembros Independientes:

1. Luis Fernando Alarcón Mantilla:

Fue Gerente General de Interconexión Eléctrica S.A., Presidente de Asofondos, Presidente de la Flota Mercante Grancolombiana, Director Ejecutivo del Banco Interamericano de Desarrollo y Ministro de Hacienda. En la actualidad es Presidente de la Junta Directiva de Almacenes Éxito S.A., miembro de las Juntas Directivas de Eléctricas de Medellín Comercial, Frontera Energy Corp., Transporte y Servicios S.A., y Fundación Plan, y Miembro Honorario del Consejo Superior de la Universidad de los Andes. Adicionalmente, ha sido miembro de las Juntas Directivas de Avianca, Banco de Bogotá, Bavaria, Caracol Televisión, Bolsa de Valores de Colombia, ISA, Grupo Sura, entre otras.

2. Felipe Ayerbe Muñoz:

Actualmente es miembro de la Junta Directiva de Almacenes Éxito S.A., del Banco de Occidente, y de Fundación Carulla, y Director de la Fundación Colgate Palmolive Colombia. También ha sido miembro de la Junta Directiva de Aseguradora del Valle, de Productos Yupi S.A., y Presidente de la Junta Directiva de Banco Andino y de Carulla Vivero, entre otras.

3. Ana María Ibáñez Londoño:

Desde el 1 de abril de 2019 se encuentra vinculada al Banco Interamericano de Desarrollo como asesora económica principal de la Vicepresidencia de Sectores y Conocimiento. Desde 2012 hasta 2016 se desempeñó como decana de la Facultad de Economía en la Universidad de los Andes y actualmente es allí profesora titular. Ha sido profesora visitante de las universidades de Yale y Princeton y del Institute of Development Studies de la Universidad de Sussex.

Se ha desempeñado como investigadora y consultora de: Fedesarrollo, el Banco Mundial, la Universidad de Maryland en College Park, el Banco Interamericano de Desarrollo, entre otros. Actualmente hace parte de la Junta Directiva de Almacenes Éxito S.A. y ha sido miembro de las Juntas Directivas de Fundación Éxito, Fundación Saldarriaga y Concha, y Banco BBVA, e integrante del Fondo de Construcción de Paz de las Naciones Unidas, del Consejo Académico de la Universidad de los Andes y del Grupo Asesor de la Comisión Global de Pobreza del Banco Mundial.

Candidatos a miembros patrimoniales:

4. Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira:

Desde 2016 es integrante de la Junta Directiva del Grupo Pão de Açúcar (GPA) y en 2018 fue elegido como Co-Vicepresidente de la misma. También ocupa el cargo de Vicepresidente de la Junta Directiva de Cdiscount, con sede en Ámsterdam, Países Bajos. Es miembro del Consejo de Administración del Grupo Casino en Francia, CNova en Brasil y miembro del Consejo de

sostenibilidad de Suzano en Brasil.

Entre enero de 2014 y abril de 2018, fue Director General de GPA. Actualmente es miembro de la Junta Directiva de Almacenes Éxito S.A. y anteriormente, fue Presidente de la Junta Directiva de Via Varejo, Lupatech, Contax y Telemar, y miembro de las Juntas Directivas de Estácio, Magnesita, Cemar, Oi/Telemar, Engenharia e Ispamar.

5. Christophe Hidalgo:

Desde el 2012 hasta 2021 fue el Director Financiero de GPA. Entre 2010 y 2012 fue Vicepresidente Financiero de Almacenes Éxito S.A.

Desde el 2014 es miembro de la Junta Directiva de Financiera Banco Itaú, Brasil, desde el 2017 es miembro de la Junta Directiva de CNova, Holanda, y desde 2020 es miembro de la Junta Directiva de GPA y de Almacenes Éxito S.A.

6. Susy Midori Yoshimura:

Actualmente se desempeña como Directora de Sostenibilidad y Diversidad Latam de Wilkes Participações. Cuenta con 20 años de experiencia en la definición de la estrategia de sostenibilidad e impacto socioambiental. Fue miembro de la Alianza Emprendedora de 2013 a 2017 y en la actualidad es miembro del Fondo de Derechos Humanos de Brasil.

7. Rafael Russowsky:

Desde 2012 es Director de Desarrollo Corporativo y Participaciones en el Grupo Casino. Fue banquero de inversión especializado en fusiones y adquisiciones y en transacciones de mercados de capital en Credit Suisse, Morgan Stanley and Oppenheimer & Co. Trabajó en HSBC y Safra Bank, enfocado en transacciones de crédito. Actualmente es miembro de la Junta Directiva de Almacenes Éxito S.A.

8. Bernard Petit:

Desarrolló toda su carrera profesional en el Grupo Casino del que hace parte desde 1983 y en el que desde 2016 y hasta 2020 ocupó el cargo de Director Financiero Adjunto para América Latina y Director General de Casino Services en Francia. En Casino asumió diversas responsabilidades como líder de las áreas de contabilidad, control de gestión y auditoría. Es miembro de la Junta Directiva de Almacenes Éxito S.A. desde marzo de 2014 y es miembro de las juntas directivas de Grupo Disco en Uruguay, Libertad en Argentina, Codim, y Casino Finance, en Francia, entre otras. Anteriormente fue miembro de las juntas directivas de Cdiscount, Green Yellow y Banque Casino en Francia.

9. Philippe Alarcon:

Desde 1983 hace parte del Grupo Casino, en el que actualmente y desde el 2011, es el Director de Coordinación Internacional. En Grupo Casino ha ocupado cargos directivos en el Departamento de Finanzas y ha sido Director Financiero en diversas subsidiarias del Grupo, incluidas subsidiarias industriales, supermercados y restaurantes, y Gerente General del negocio inmobiliario. En Polonia ocupó el cargo de Director Financiero de Casino durante ocho años, y el de Director General de actividades inmobiliarias. Es miembro de la Junta Directiva de Almacenes Éxito S.A. desde 2012 y de GPA desde 2019.

Según el procedimiento establecido, se recordó que el Comité de Nombramientos, Remuneraciones y Gobierno Corporativo realizó una evaluación de los candidatos, y seguidamente la Junta Directiva emitió un informe de evaluación. La Secretaria de la Asamblea procedió a leer un extracto del mismo:

“Informe de Evaluación de Candidatos a Miembros de Junta Directiva

Almacenes Éxito S.A.

“Tras haber adelantado un riguroso análisis del perfil de cada uno de los candidatos a miembros de Junta Directiva, bajo la óptica de la Política de Elección y Sucesión de la Junta Directiva y tomando en consideración los siguientes asuntos contemplados en ella: nivel de conocimiento, aptitudes gerenciales y de dirección, y aptitudes personales, entre otros; se ha concluido que la conformación de dicho órgano de administración le permitirá a la administración de la Compañía recibir el acompañamiento y asesoría estratégicos, el direccionamiento objetivo y los aportes de alto valor, requeridos para asumir los diferentes retos del día a día propios de un entorno cada vez más dinámico y exigente.

La idoneidad de tal conformación obedece, entre otras razones, a (i) los diferentes niveles de exposición directiva que los candidatos han tenido en contextos diversos y en negocios afines o complementarios, tanto a nivel nacional como internacional; (ii) su experiencia previa en otros órganos colegiados; y (iii) su conocimiento y desempeño en múltiples sectores y áreas de especialidad.

Es de resaltar que la conformación de la Junta Directiva propuesta contempla una alta diversidad en materia de género, nacionalidad y áreas de experticia, en la medida en que sugiere la participación de 2 mujeres, involucra 3 diferentes nacionalidades y sus miembros tienen una amplia y valiosa experiencia en la industria propia del objeto social de la Compañía y en otras afines y complementarias. Igualmente, sin que ello constituya un impedimento para pertenecer a la Junta Directiva, tras revisar el perfil de cada uno de los candidatos a conformar tal órgano social a la luz del Decreto 830 de 2021, se ha identificado que ninguno de ellos ostenta la calidad de persona expuesta políticamente (“PEP”).

Asimismo, mientras la reelección de algunos integrantes, quienes se han destacado por la calidad de sus aportes, exigencia a la Compañía y excelente desempeño, favorece la continuidad en el abordaje de asuntos estratégicos de mediano y largo plazo; el ingreso de otros miembros evidencia la apertura a la incorporación de nuevas miradas, y la búsqueda permanente de complementariedad, competitividad y competencia y aún más así, la diversidad.

De igual forma, cabe anotar que las aptitudes de diferente índole anteriormente mencionadas contribuyen a mayores posturas deliberativas, en lugar de informativas, por parte de los miembros y a una mayor argumentación crítica al momento de pronunciarse y tomar decisiones. Además, el nivel de experiencia acreditado refleja el respeto por principios de actuación ética, y contribuye a la generación de relaciones de confianza y a una trascendencia coherente con el propósito organizacional.”

Una vez concluida la presentación de los candidatos y del extracto de su informe de evaluación, tomó la palabra el Presidente de la Asamblea con el fin de someter a consideración de la Asamblea, la proposición para la elección de los miembros de la Junta Directiva para el período 2022-2024.

La Secretaria informó que se encontraban un total de 439.552.956 acciones ordinarias, que corresponden al 98,20% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se dio inicio a la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y señoras accionistas el tiempo disponible (1 minuto) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 5, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

Finalizado el escrutinio de votos, la Secretaria informó que la proposición de elección de la Junta Directiva para el período 2022-2024, fue aprobada por un total de 433.576.656 acciones ordinarias, que corresponden al 98,64% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que se recibió votos en contra de 1 accionista, votos en blanco de 5 accionistas y 32 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en blanco:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
INES MEDINA MEJIA	43628467	12
LAURA MARIA MEDINA MEJIA	43876166	132
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
URIDECA S A S	900524898	185839
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	6335
JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	71598574	6175
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	3747
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	184
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

En consecuencia, a partir de la votación reseñada, se deja constancia de la siguiente conformación de la junta directiva para el período 2022-2024:

NOMBRE DEL MIEMBRO	CALIDAD
Luis Fernando Alarcón Mantilla	Independiente
Felipe Ayerbe Muñoz	Independiente
Ana María Ibáñez Londoño	Independiente
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	Patrimonial
Christophe José Hidalgo	Patrimonial
Susy Midori Yoshimura	Patrimonial
Rafael Russowsky	Patrimonial
Bernard Petit	Patrimonial
Philippe Alarcon	Patrimonial

11. FIJACIÓN DE HONORARIOS DE LA JUNTA DIRECTIVA PARA EL PERÍODO 2022-2024.

El Presidente le concedió el uso de la palabra a la Secretaria General, quien procedió a leer la proposición de la Administración y la Junta Directiva al respecto:

Se propone establecer la siguiente asignación de honorarios de la Junta Directiva para el período 2022- 2024:

	Junta Directiva	Comités de apoyo
Presidente	Una asignación de doce millones ochocientos sesenta y seis mil setecientos pesos (\$12.866.700) por la preparación y asistencia a cada reunión de la Junta Directiva	Una asignación de ocho millones quinientos setenta y siete mil ochocientos pesos (\$8.577.800), por la preparación y asistencia a cada reunión del respectivo comité.
Demás miembros	Una asignación de ocho millones quinientos setenta y siete mil ochocientos pesos (\$8.577.800), por la preparación y asistencia a cada reunión de la Junta Directiva.	Una asignación de cuatro millones doscientos ochenta y ocho mil novecientos pesos (\$4.288.900), por la preparación y asistencia a cada reunión del respectivo comité.

Seguidamente, de forma previa a dar inicio a la votación, la Secretaria informó que se encontraban un total de 439.552.956 acciones ordinarias, que corresponden al 98,20% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se inició la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y señoras accionistas el tiempo disponible (1 minuto) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 6, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

Finalizado el escrutinio de votos, la Secretaria informó que la proposición de fijación de honorarios

de la Junta Directiva para el período 2022-2024, fue aprobada por un total de 433.335.807 acciones ordinarias, que corresponden al 98,58% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que se recibieron votos en contra de 4 accionistas, votos en blanco de 5 accionistas y 30 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	33
TORRES PEREZ GONZALO ANDRES	1018415761	28211
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188
GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	79884243	2696

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en blanco:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	80028377	6095
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5
FONVAL ACCIONES DINAMICO	900865223	377178
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
ANDRES JULIAN LOPERA OSORIO	70328719	18000
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
WILSON PEREZ QUINTERO	79326419	6335
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	3747
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	8304151	1000
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

12. ELECCIÓN DEL REVISOR FISCAL PARA EL PERÍODO ESTATUTARIO 2022-2024.

El Presidente le concedió el uso de la palabra a la Vicepresidente de Asuntos Corporativos y Secretaria General, la señora Claudia Campillo Velásquez, quien procedió a leer la proposición de la Administración y de la Junta Directiva al respecto:

***PROPOSICIÓN PARA LA ELECCIÓN DEL REVISOR FISCAL
PARA EL PERÍODO ESTATUTARIO 2022-2024***

Considerando:

- Que, de acuerdo con lo establecido en los Estatutos Sociales y en el Código de Gobierno Corporativo de la Compañía, el Revisor Fiscal y su suplente serán elegidos por la Asamblea General de Accionistas para períodos de dos (2) años, simultáneos al período de la Junta Directiva, pudiendo ser reelegidos sucesivamente.
- Que el 19 de marzo de 2020 la Asamblea General de Accionistas aprobó la reelección de Ernst & Young Audit S.A.S para la prestación de servicios de revisoría fiscal para el período estatutario 2020-2022.
- Que la administración realizó un proceso de selección objetivo y transparente que incluyó la evaluación de criterios económicos y técnicos, mediante el cual se recibieron ofertas de firmas de conocida trayectoria en el mercado.
- Que las conclusiones de dicho análisis arrojaron como resultado que la mejor alternativa a elegir es KPMG S.A.S. para auditar los períodos contables de los años 2022 y 2023.
- Que KPMG S.A.S. no ha recibido ingresos de la Compañía o de sus vinculados económicos, que representen el veinticinco por ciento (25%) o más de sus últimos ingresos anuales.
- Que las razones que condujeron a contemplar la elección fueron sometidas a consideración del Comité de Auditoría y Riesgos y de la Junta Directiva.

Resuelve:

Proponer a la Asamblea General de Accionistas elegir a la firma KPMG S.A.S. para la prestación de los servicios de revisoría fiscal para el período estatutario 2022-2024.

Asimismo, la Secretaria anotó que, además de las consideraciones antes expuestas, el cambio de Revisor Fiscal propuesto se fundamenta en las buenas prácticas de gobierno corporativo en aras de mantener un nivel ajustado de independencia.

Antes de iniciar la votación, el Presidente solicitó a la Secretaria proceder a verificar el quórum existente. Así, la Secretaria informó que se encontraban un total de 439.549.406 acciones ordinarias, que corresponden al 98,20% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se inició la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y señoras accionistas el tiempo disponible (1 minuto) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 7, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

Debido a una falla técnica en la plataforma dispuesta a efectos de votaciones, se anuló la votación virtual en curso y se dio inicio nuevamente a la verificación del quórum a efectos de adelantar otra vez la votación. La Secretaria informó que se encontraban un total de 439.549.406 acciones ordinarias, que corresponden al 98,20% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

Luego, se inició la votación conforme a la dinámica utilizada en las votaciones anteriores y se dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

Finalizado el escrutinio de votos, la Secretaria informó que la proposición de elección del Revisor Fiscal para el período estatutario 2022-2024 fue aprobada por un total de 433.219.715 acciones ordinarias, que corresponden al 98,55% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que se recibió votos en contra de 1 accionista, votos en blanco de 6 accionistas y 35 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
VICTOR JULIO DIAZ MORENO	79370035	25000

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en blanco:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONVAL ACCIONES DINAMICO	900865223	377178
GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	79884243	2696
JUAN RAFAEL BAYTER POSADA	71598574	6175
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	5260
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	64077
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
TORRES PEREZ GONZALO ANDRES	1018415761	28211
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	19569
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8460
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5523
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3903
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	3747
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
DIEGO ALFONSO VASQUEZ GUARIN	8304151	1000
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

13. FIJACIÓN DE HONORARIOS DEL REVISOR FISCAL PARA EL PERÍODO ESTATUTARIO 2022-2024.

El Presidente cedió el uso de la palabra a la Vicepresidenta de Asuntos Corporativos y Secretaria General, la señora Claudia Campillo Velásquez, quien procedió a presentar la proposición de la Administración y de la Junta Directiva al respecto:

Aprobar someter a consideración de la Asamblea General de Accionistas para su correspondiente aprobación la proposición de honorarios por los servicios de revisoría fiscal por \$3.460.000.000 m/l para el período contable 2022, y el mismo valor, sujeto a incremento anual según el IPC, para el período contable 2023.

El Presidente solicitó a la Secretaria proceder a verificar el quórum existente. Así, la Secretaria informó que se encontraban un total de 439.549.406 acciones ordinarias, que corresponden al 98,20% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se inició la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y señoras accionistas el tiempo disponible (1 minuto) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 8, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

La Secretaria informó que la proposición de fijación de honorarios del Revisor Fiscal para el período estatutario 2022-2024 fue aprobada por un total de 433.276.066 acciones ordinarias, que corresponden al 98,57% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que se recibieron votos en contra de 6 accionistas, votos en blanco de

7 accionistas y 32 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5523
DIAZ MORENO VICTOR JULIO	79370035	25000
INES ROCIO TOBON HIDALGO	43090582	2
FAIBER FABIAN RODRIGUEZ BETANCURT	1018426612	704
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188
GERMAN DARIO FAJARDO BARRETO	79884243	2696

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se votaron en blanco:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONVAL ACCIONES DINAMICO	900865223	377178
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	3747
ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	1020
DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	80028377	6095
INES MEDINA MEJIA	43628467	12
LAURA MARIA MEDINA MEJIA	43876166	132

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	64077
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
SEBASTIAN MEJIA LONDOÑO	75105193	5260
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
ALEJANDRO TIRADO TORRES	71339889	2369
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ANA MARGARITA MEJIA ALVAREZ	32433181	184
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
MARIA ISABEL MEJIA ALVAREZ	32449352	20
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	4
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

14. PROPOSICIONES DE LA ADMINISTRACIÓN.

De forma previa a surtir el proceso de votación de cada una de las proposiciones, el Presidente presentó el contexto y detalló algunas consideraciones de utilidad para facilitar el proceso decisorio por parte de las señoras y los señores accionistas.

Señaló que las primeras cuatro proposiciones presentadas por la administración se refieren a: una reforma de los estatutos sociales, la distribución de utilidades, una propuesta de cambios en la destinación de reservas y una propuesta de instruir a la Junta Directiva para que reglamente un proceso de readquisición de acciones. Informó que las propuestas están enmarcadas dentro de lineamientos de gobierno corporativo que garantizan la igualdad de condiciones para todos los accionistas, con independencia de su porcentaje de participación.

Acto seguido, manifestó que estas proposiciones están encaminadas a entregar mayor valor y a optimizar el pago a los accionistas, buscando maximizar el retorno a los accionistas, ya que se cuenta con los recursos suficientes para hacerlo sin que se afecten el plan de inversión de este año, los requerimientos de capital de trabajo o el nivel de endeudamiento de la empresa. Anotó que, como lo explicó anteriormente el Vicepresidente Financiero, los niveles de caja y las utilidades reportadas para el 2021 superaron las expectativas y presentaron un crecimiento sustancial frente al año inmediatamente anterior. Por lo tanto, es posible tomar decisiones en torno a las utilidades, entregando un valor superior a las utilidades del ejercicio.

Indicó que, para la entrega de este mayor valor, se propone hacerla a través de dos mecanismos: el primero consiste en distribuir dividendos con base en la utilidad del ejercicio y liberar reservas de períodos anteriores; el segundo consiste en implementar una readquisición de acciones de la Compañía. Explicó que para surtir el primer mecanismo, de la utilidad neta en 2021 de cuatrocientos setenta y cuatro mil seiscientos ochenta y un millones cuatrocientos noventa y un mil doscientos treinta y un pesos (\$474.681.491.231), se propone distribuir un 50% a título de dividendos, por un valor de doscientos treinta y siete mil seiscientos setenta y siete millones ochocientos noventa y un mil setecientos noventa y seis pesos (\$237.677.891.796), lo que significa un incremento de 37% en el dividendo por acción del año anterior. Seguidamente, se propone acrecentar la reserva de readquisición de acciones en doscientos cuarenta y nueve mil trescientos treinta y tres millones quinientos noventa y nueve mil cuatrocientos treinta y cinco pesos (\$249.333.599.435) y reasignar la suma de ciento cuarenta y siete mil ciento ocho millones cuatrocientos mil quinientos sesenta y cinco pesos (\$147.108.400.565) de la reserva ocasional para futuros ensanches y mejoras a la reserva de readquisición de acciones.

Con respecto al segundo mecanismo de la readquisición de acciones, anotó que la administración considera que las condiciones en las que se llevará a cabo dicha operación son propicias para entregar valor a los accionistas pagando un precio que reconoce el valor fundamental de sus acciones y que además puede generar eficiencias para cada uno de ellos y en condiciones de igualdad, a través de un procedimiento que implementa buenas prácticas de gobierno corporativo.

De igual manera, informó que, para garantizar la aplicabilidad de dichos mecanismos de acuerdo con la ley, como paso preliminar se requiere que la Asamblea apruebe la reforma de estatutos que se someterá a consideración, con el fin de ponerlos en línea con lo establecido en el artículo 396 del Código de Comercio, que señala que la sociedad anónima sólo puede adquirir sus propias acciones por decisión de la Asamblea. Asunto que es respaldado por la Superintendencia de Sociedades que ha sostenido que dicha aprobación no se puede delegar en otro órgano social.

En cuanto a la propuesta de aumentar y reasignar reservas, indicó que se debe tener presente que, la readquisición se debe llevar a cabo con utilidades líquidas producto de las operaciones de la Compañía, las cuales se asignan a una reserva con propósito especial. Informó que, por esto, la propuesta que hace la administración consiste en que se autorice la asignación de recursos provenientes de utilidades y otras reservas ocasionales a la reserva de readquisición de acciones.

Finalmente, explicó que, de aprobarse la asignación de recursos a la reserva de readquisición, se requiere que la Asamblea dé instrucciones a la Junta Directiva para que ésta reglamente la operación de readquisición de acciones, reglamento que será sometido a consideración de la Asamblea en una reunión posterior. Reiteró que la Junta Directiva no autorizará la readquisición; únicamente propondrá unos términos de readquisición. Corresponderá a esta Asamblea dar el visto bueno final. Indicó, entonces, tal como consta en las propuestas que se someterán a consideración de esta Asamblea, que las condiciones de recompra que se deben someter a esta Asamblea para su aprobación deben garantizar el trato igualitario a los accionistas, que el procedimiento para la operación de readquisición de acciones sea transparente y que el precio de recompra se determine mediante procedimientos reconocidos técnicamente que puedan establecer que los accionistas reciben un precio en línea con el valor fundamental de sus acciones.

Por último, afirmó que las ventajas que tienen estas propuestas para los accionistas son claras en cuanto a que:

1. Se entrega mayor valor a los accionistas.
2. Se presenta la mejor alternativa para realizar dicha entrega de valor, a través de dos mecanismos que incluyen un porcentaje en dividendos, con un crecimiento del 37% en relación con el año anterior, y una operación de readquisición de acciones.
3. Ambos mecanismos tienen en común que los accionistas deciden sobre las utilidades de la Compañía, pudiendo obtener un mayor valor y optimización de los montos a recibir.
4. Como sea que se reglamente el proceso de readquisición de acciones, el mecanismo establece que la determinación del precio de las acciones a comprar, en línea con el artículo 42 de la Ley 964 de 2005, supone que éste se fije con base en procedimientos reconocidos técnicamente. De este modo, el proceso, como lo exige la ley, asegura que la Compañía reconozca un precio en línea con el valor fundamental de sus acciones para los accionistas.
5. La recompra de acciones de la Compañía generaría eficiencias que beneficiarían a todos los accionistas en igualdad de condiciones y de acuerdo con su porcentaje de participación accionaria, ya que conforme con lo establecido en el artículo 36-1 del Estatuto Tributario, la utilidad generada en la venta de acciones que cotizan en bolsa no constituye renta ni ganancia ocasional para el vendedor, siempre y cuando las acciones que sean recompradas no superen el 10% de las acciones en circulación de la Compañía. Por el contrario, la distribución de dividendos está sujeta a impuestos al momento de su distribución, y genera una retención en la fuente a una tarifa del 7,5% o del 10%, según sea el caso.
6. Los mecanismos propuestos le dan la flexibilidad a los accionistas de recibir la totalidad de utilidades que se van a usar para el pago del dividendo y la recompra, o recibir sólo la parte correspondiente al dividendo y conservar más acciones en la sociedad.
7. Cabe anotar que los derechos políticos y económicos correspondientes a las acciones readquiridas quedan en suspenso por lo que la Compañía no podrá votar con esas acciones y los futuros dividendos se repartirán entre los accionistas que queden en la base en proporción a su participación en el capital, descontando las acciones readquiridas.
8. La propuesta de distribuir la utilidad de la Compañía mediante una repartición de dividendos y a través de una operación de readquisición de acciones tiene en consideración la aplicación de las mejores prácticas en materia de gobierno.

Concluyó, entonces, señalando que las proposiciones que a continuación se someterían a consideración de la Asamblea buscan implementar un proceso que, cumpliendo con todos los requisitos legales, otorgaría mayor valor a los accionistas, a través de un procedimiento transparente y debidamente informado que garantice condiciones de trato equitativo para todos los accionistas.

Tras haber expuesto las consideraciones anteriores y de forma previa a someter a consideración de las señoras y los señores accionistas las proposiciones de la administración, el Presidente abordó las inquietudes formuladas por las señoras y los señores accionistas a través del chat de *WhatsApp* relacionadas directamente con estos asuntos, con el fin de brindarles mayor claridad y elementos de juicio para la toma de sus decisiones.

El accionista Sebastián Mejía Londoño, identificado con la cédula de ciudadanía No. 75.105.193 titular de 5.260 acciones ordinarias, hizo las siguientes preguntas:

- *“¿Cuál es el precio justo de la acción de la empresa?”*
- *¿En qué fecha esperan tener la valoración del tercero independiente y en qué fecha se esperaría realizar la recompra?”*
- *¿Se está trabajando actualmente o hay planes para deslistar la acción de la Bolsa de Valores de Colombia?”*
- *¿Se está trabajando actualmente o hay planes para listar la acción en otra bolsa en US u otro mercado?”*

El Presidente dio respuesta a dichas preguntas.

En relación con la primera pregunta, informó, con fines ilustrativos, que el precio comercial de la acción de la Compañía, es decir, la cotización en la Bolsa de Valores de Colombia (“BVC”) de la acción al cierre del 23 de marzo de 2022 fue de 17.500 pesos, lo que significa un incremento del 52% durante el año, comparado con el 12,5% que ha variado positivamente el índice de la BVC.

Frente al precio justo de la acción, indicó que éste se determina a través de un análisis técnico que tiene en cuenta asuntos como: la estrategia, los resultados, los estados financieros de la Compañía, la suma de sus partes, entre otros. Dicho análisis responde al valor fundamental de la Compañía y por ende de cada acción.

Asimismo, reiteró que las condiciones de recompra que se someterán a consideración de la Asamblea General de Accionistas para su aprobación deberán garantizar el trato igualitario y equitativo a los accionistas, que el procedimiento para la operación de readquisición de acciones será transparente y que el precio de recompra se determinará mediante procedimientos reconocidos técnicamente que puedan establecer que los accionistas reciben un precio en línea con el valor fundamental de sus acciones. En línea con lo anterior, informó que se deberá realizar un análisis por parte de un tercero independiente contratado por la Junta Directiva, con el fin de determinar el precio de readquisición.

En cuanto a la segunda pregunta, informó que no existe una fecha fija para la valoración del tercero independiente, pues, si bien se espera que dicho análisis se realice en el menor tiempo razonablemente posible, la fecha concreta dependerá de la reglamentación que emita la Junta Directiva y del tiempo que el tercero independiente tome en realizar el estudio y análisis correspondiente, el cual debe realizarse de manera responsable y exhaustiva, de conformidad con los procedimientos reconocidos técnicamente, que puedan establecer que los accionistas reciben un precio conforme al valor fundamental de sus acciones.

En cuanto a la fecha de la recompra, el Presidente informó que ésta dependerá de las decisiones de la Junta Directiva respecto a la reglamentación, del estudio que realice el tercero independiente y de la convocatoria a una reunión extraordinaria de la Asamblea General de Accionistas, pues es éste el órgano social competente para tomar la decisión frente a la readquisición de acciones.

Sobre la tercera pregunta, informó que la administración de la Compañía no ha contemplado ninguna operación conducente al desliste de la acción y que la recompra o readquisición de acciones que se propone, no tiene por objeto lo anterior, sino que busca entregar valor a los accionistas pagando un precio que reconoce el valor fundamental de sus acciones y que además puede generar eficiencias

para cada uno de ellos y en condiciones de igualdad, a través de un procedimiento que atiende a las buenas prácticas en materia de gobierno corporativo. No obstante, indicó que, si en el futuro se desarrollara un proceso de desliste, la decisión estaría en cabeza de los accionistas a través de una reunión de la Asamblea General de Accionistas que deberá cumplir con las reglas especiales definidas por el Decreto 2555 de 2010 y demás normatividad aplicable vigente.

Respecto a la cuarta pregunta, informó que a la fecha la única proposición consiste en la readquisición de acciones, complementaria a la distribución de dividendos con base en la utilidad del ejercicio y a la liberación de reservas de períodos anteriores, cuyo propósito es la entrega de mayor valor y la optimización del pago a los accionistas. Señaló que a la fecha no se propone a las señoras y a los señores accionistas ninguna otra iniciativa frente al liste de la acción en otras bolsas.

Acto seguido, tomó la palabra el accionista Francisco Mora Moreno, identificado con la cédula de ciudadanía No. 19.483.455, titular de 45.184 acciones, quien preguntó: (i) ¿cuáles fueron las razones que motivaron a la administración para presentar la proposición de readquisición de acciones? El accionista señaló que si bien el valor de la acción actual, \$17.500, está casi al valor en libros, su valor ha estado por mucho tiempo por debajo del valor de la Oferta Pública de Adquisición de acciones (“OPA”) formulada por Sendas Distribuidora S.A. en 2019, \$18.000; y (ii) Para la valoración que se dará en el marco de la readquisición de acciones, ¿se tendrá en cuenta la participación que tiene la Compañía como activo dentro del valor de GPA?

En relación con la primera pregunta, el Presidente reiteró que la propuesta de readquisición de acciones obedece a la intención de brindar una alternativa que permita dar liquidez a las señoras y los señores accionistas y recibir valor en su acción de forma optimizada. Indicó que, para ello, se deberá adelantar un ejercicio de valoración que deberá atender procedimientos reconocidos técnicamente para fijar un precio en línea con el valor fundamental de las acciones, dicho ejercicio será efectuado por un tercero independiente que se contrate para el efecto. Adicionalmente, se generarían eficiencias que beneficiarían a los accionistas en igualdad de condiciones y de acuerdo con su porcentaje de participación accionaria, permitiendo la repartición del 50% de las utilidades del ejercicio pasado, lo cual constituye un incremento del 37% en relación con el año anterior, y destinando el recurso adicional a una readquisición de acciones.

En cuanto a la afirmación del accionista en cuanto al valor de la acción, el Presidente señaló que el valor actual de la acción es superior al valor en libros (que es cercano a los \$15.000) y reiteró que ha sufrido una valoración importante, del 52% al precio del cierre del 23 de marzo de 2022 de \$17.500. Adicionalmente, en relación con la comparación que hizo el accionista con el valor de compra de la OPA, recordó que, de forma posterior a dicha compra, se distribuyó un dividendo extraordinario para todos los accionistas cercano a \$2.300 pesos. Así las cosas, indicó que, si se tiene en cuenta esto, se evidencia que el valor de la acción está reflejando el mejoramiento continuo que se está dando en la operación y en los resultados de la Organización.

Respecto a la segunda pregunta, el Presidente indicó que deberá ser el tercero independiente que se contrate a efectos de la valoración, el responsable de determinar los criterios técnicos que establecerán el verdadero valor. Por lo tanto, explicó que no le corresponde a la Compañía establecer dichos criterios, en la medida en que ello atentaría contra de la independencia del tercero al momento de hacer la valoración.

Posteriormente, la Secretaria informó que, por medio del chat de *WhatsApp*, el señor accionista Enrique Espejo Saavedra, identificado con cédula de ciudadanía No. 79.417.243, titular de 188 acciones ordinarias, formuló la siguiente pregunta: “*Cuál es el precio intrínseco de la acción al 31 de diciembre de 2021*”. Con el fin de atender su inquietud, la Secretaria informó que el valor intrínseco de la acción es de \$15.373,86.

Acto seguido, intervino el accionista John Wbeiman Wiedemann Rivera, identificado con cédula de ciudadanía No. 98.493.899, titular de 64.077 acciones ordinarias, quien preguntó si la Junta Directiva ha realizado estudios previos para conocer el valor fundamental de la Compañía y, en caso afirmativo, solicitó saber cuál ha sido dicho valor.

El Presidente informó que a la fecha la Junta Directiva no ha ordenado un estudio sobre el valor

fundamental de la Compañía. Anotó que con esta propuesta de readquisición de acciones se tiene previsto que la Junta Directiva instruya a que se contrate un tercero independiente que realice dicho análisis de valoración, de conformidad con procedimientos técnicamente reconocidos.

Tomó la palabra el accionista Luis José Rodríguez Herrera, identificado con cédula de ciudadanía No. 79.865.527, titular de 3.371 acciones ordinarias, quien, en primer lugar, manifestó sus felicitaciones al Presidente y demás personal de la administración, por los excelentes resultados obtenidos durante los últimos dos años, y, en segundo lugar, se dirigió a los miembros patrimoniales de la Junta Directiva con el fin de preguntarles *“Cuál es la lógica de mantener listada la acción en la Bolsa de Valores de Colombia, cuando el flotante es apenas del 3,5%, cuando el controlante tiene el 96,5% de acciones (...) y cuál es la lógica de hacer un plan de readquisición de acciones, pues, detrás de ese porcentaje que se tiene?”* Seguidamente, solicitó al Presidente explicar a qué se refiere el término igualdad que ha mencionado en múltiples ocasiones al abordar lo referente a la readquisición de acciones y explicar si se van a tomar algunas medidas de protección a los accionistas minoritarios.

Hizo uso de la palabra el Presidente, quien en primer lugar, agradeció al accionista sus felicitaciones; en segundo lugar, hizo referencia al término igualdad, explicando que existe igualdad en la medida en que (i) el valor por acción será exactamente el mismo, el que arroje el resultado del ejercicio del valor fundamental, para todos los accionistas; (ii) la adquisición se llevara a cabo de forma proporcional a la participación de cada accionista en el capital social de la Compañía; (iii) la forma de pago será la misma para todos los accionistas; y (iv) la oportunidad de acceder a la readquisición es igual para todos, proporcional a su participación accionaria. Finalmente, respecto al desliste de la acción, el Presidente informó que se trata de una decisión que depende exclusivamente de los accionistas de la Compañía, siendo la Asamblea General de Accionistas el órgano competente para, de proponerse tal operación, decidir al respecto, y reiteró que a la fecha no existe una proposición en tal sentido.

Tomó la palabra la Secretaria, quien informó acerca de otras preguntas e intervenciones relacionadas con la readquisición de acciones que fueron formuladas a través del chat de *WhatsApp*:

1. El accionista Nicolás Borrero Ángel, identificado con la cédula de ciudadanía No. 94370459, titular de 91.697 acciones ordinarias, preguntó *“¿Cuál es el porcentaje máximo de la compañía que se aspira a readquirir?”* Al respecto, el Presidente reiteró, conforme se ha planteado previamente en múltiples ocasiones y de acuerdo con la información que ha estado a disposición de las señoras y los señores accionistas, para el efecto existe una reserva y un monto a destinar a la readquisición, el cual equivale, aproximadamente, conforme a la tasa representativa del mercado (TRM) actual, a 80 millones de dólares, y el porcentaje dependerá del resultado del ejercicio de valoración, explicó que, si la valoración es alta, el porcentaje será menor, y si la valoración es baja, el porcentaje será mayor. Adicionalmente, este accionista preguntó *“Cuanto es el cash total para el proceso de readquisición”*, pregunta que se da por respondida conforme a las consideraciones anteriormente expuestas y a la documentación que ha estado a disposición de las señoras y los señores accionistas en el sitio web corporativo y mediante el mecanismo de información relevante dispuesto por la Superintendencia Financiera de Colombia.
2. El accionista Gonzalo Andrés Torres Pérez manifestó *“Buenos días: me parece que la readquisición de acciones debió ser a 11 mil pesos, porque ahora que supera el valor en libros, gracias”*.

No habiendo más preguntas o intervenciones por parte de las señoras y los señores accionistas a través del canal virtual o de forma presencial, el Presidente procedió a someter a consideración de las señoras y los señores accionistas las proposiciones de la administración.

a. Reforma de los estatutos sociales.

Tomó la palabra la Secretaria quien informó que con la reforma a los estatutos sociales se busca la modificación del literal h del artículo 27, con el fin de alinear los estatutos con la ley, dejando claro que es competencia de la Asamblea General de Accionistas autorizar la readquisición de acciones de la Compañía. Explicó que, con la reforma propuesta, el texto del literal sería el siguiente:

h. Apropiar utilidades con destino a la reserva para readquisición de acciones, con sujeción a las normas estatutarias y legales y autorizar la adquisición de acciones propias de la Compañía.

Con fines ilustrativos, se presentó a las señoras y los señores accionistas el comparativo que esboza los ajustes concretos a realizar sobre la redacción de tal disposición:

Artículo original	Propuesta de texto
<p>Artículo 27°. - Funciones y atribuciones. - Son funciones y atribuciones de la Asamblea General de Accionistas</p> <p>h. Apropiar utilidades con destino a la reserva para readquisición de acciones, con sujeción a las normas estatutarias y legales. En razón de tales apropiaciones, la Junta Directiva queda autorizada para emplear la reserva en la adquisición de acciones emitidas por la Compañía, siempre que se hallen totalmente liberadas, y con observancia de las normas aplicables sobre negociación en el mercado de valores, y facultada para dar a tales acciones ulteriormente, cuando lo considere conveniente, alguna de las destinaciones que prescribe el artículo 417 del Código de Comercio;</p>	<p>Artículo 27°. - Funciones y atribuciones. - Son funciones y atribuciones de la Asamblea General de Accionistas</p> <p>h. Apropiar utilidades con destino a la reserva para readquisición de acciones, con sujeción a las normas estatutarias y legales y autorizar la adquisición de acciones propias de la Compañía. En razón de tales apropiaciones, la Junta Directiva queda autorizada para emplear la reserva en la adquisición de acciones emitidas por la Compañía, siempre que se hallen totalmente liberadas, y con observancia de las normas aplicables sobre negociación en el mercado de valores, y facultada para dar a tales acciones ulteriormente, cuando lo considere conveniente, alguna de las destinaciones que prescribe el artículo 417 del Código de Comercio;</p>

Así mismo, informó que con ocasión de la reforma objeto de aprobación, la administración otorgará la escritura pública correspondiente, la cual incluirá de forma integral todos los artículos de los estatutos sociales, y llevará a cabo todos los actos necesarios para su perfeccionamiento.

Acto seguido, la Secretaria procedió a verificar el quórum a efectos de iniciar la votación correspondiente. Informó que se encontraban un total de 439.558.228 acciones ordinarias, que corresponden al 98,20% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se inició la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y señoras accionistas el tiempo disponible (1 minuto) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 9, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

La Secretaria informó que la proposición de reforma a los estatutos sociales fue aprobada por un total de 433.661.151 acciones ordinarias, que corresponden al 98,65% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que se recibieron votos en contra de 3 accionistas, votos en blanco de 4 accionistas y 29 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	33
MARISOL SALAZAR GONZALEZ	1017185397	10
ANA ISABEL NAVARRO MEJIA	42879450	1734

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en blanco;

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
INES MEDINA MEJIA	43628467	12
LAURA MARIA MEDINA MEJIA	43876166	132
MARIA STELLA DEL ACOSTA MOLINA	21797606	363
JORGE ANIBAL LOPEZ ACOSTA	71667841	156

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	98493899	64077
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
BEATRIZ ANGEL RAMELLI	31244446	42500
DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	32528840	20000
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
HERNANDO FELIPE ZORRO AYCARDY	85464512	5476
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	4
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

h. Distribución de utilidades

La Secretaria dio lectura en voz alta a la proposición de distribución de utilidades, cuyo texto se transcribe:

PROPOSICIÓN PARA LA DISTRIBUCIÓN DE UTILIDADES

1. Liberar doce mil trescientos treinta millones de pesos m/l (\$12.330.000.000) de la reserva ocasional para futuros ensanches y mejoras, correspondientes a utilidades de 2020, para distribuir a título de dividendos.

2. De las utilidades netas del periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021, las cuales ascienden a cuatrocientos setenta y cuatro mil seiscientos ochenta y un millones cuatrocientos noventa y un mil doscientos treinta y un pesos m/l (\$474.681.491.231), se propone:
 - a. Destinar doscientos veinticinco mil trescientos cuarenta y siete millones ochocientos noventa y un mil setecientos noventa y seis pesos m/l (\$225.347.891.796) para distribuir a título de dividendos.
 - b. Destinar doscientos cuarenta y nueve mil trescientos treinta y tres millones quinientos noventa y nueve mil cuatrocientos treinta y cinco pesos m/l (\$249.333.599.435) para acrecentar la reserva para readquisición de acciones.
3. Distribuir doscientos treinta y siete mil seiscientos setenta y siete millones ochocientos noventa y un mil setecientos noventa y seis pesos m/l (\$237.677.891.796) a título de dividendos.

El monto total decretado corresponde a un dividendo anual de quinientos treinta y un pesos m/l por acción (\$531) para cuatrocientos cuarenta y siete millones seiscientas cuatro mil trescientas dieciséis acciones en circulación (447.604.316).

El dividendo decretado se pagará en una cuota el 31 de marzo de 2022.

El dividendo no es gravado con impuesto de renta, pero es gravado con impuesto a los dividendos a la tarifa que corresponda para personas jurídicas o naturales.

Período ex-dividendo

De acuerdo con lo establecido en el Decreto 4766 de 2011 y en el Reglamento General de la Bolsa de Valores de Colombia, las negociaciones de acciones que se realicen entre el primer día de pago de dividendos y los cuatro días hábiles bursátiles anteriores a esa fecha no comprenden el derecho a percibir dividendos (período ex-dividendo).

De conformidad con la fecha de pago de los dividendos, la fecha inicial del período ex-dividendo corresponderá al 25 de marzo de 2022.

A continuación, la Secretaria procedió a verificar el quórum. Informó que se encontraban un total de 439.558.228 acciones ordinarias, que corresponden al 98,20% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se inició la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y las señoras accionistas el tiempo disponible (1 minuto) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 10, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

La Secretaria informó que la proposición de distribución de utilidades fue aprobada por un total de 433.706.319 acciones ordinarias, que corresponden al 98,66% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión. Se deja constancia de que ningún accionista votó en contra.

Se deja expresa constancia de que se recibió el voto en blanco de 1 accionista y 30 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en blanco:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
BEATRIZ ANGEL RAMELLI	31244446	42500
DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	32528840	20000
ANDRES JULIAN LOPERA OSORIO	70328719	18000
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
HERNANDO FELIPE ZORRO AYCARDY	85464512	5476
LUIS ALBERTO CARDONA DUQUE	70094702	3550
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
LUZ MERY QUINTERO CASTANO	42885882	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	4
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

i. Cambio de destinación de reservas.

La Secretaria dio lectura en voz alta a la proposición de cambio de destinación de reservas:

Proposición de cambio de destinación de reservas
Liberar ciento cuarenta y siete mil ciento ocho millones cuatrocientos mil quinientos sesenta y cinco pesos m/l (\$147.108.400.565) de la reserva ocasional para futuros ensanches y mejoras, correspondientes a utilidades de 2020, para acrecentar la reserva para readquisición de acciones.

Acto seguido, la Secretaria procedió a verificar el quórum. Informó que se encontraban un total de 439.557.709 acciones ordinarias, que corresponden al 98,20% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se inició la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y las señoras accionistas el tiempo disponible (1 minuto) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 11, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado

se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

La Secretaria informó que la proposición de distribución de cambio de destinación de reservas fue aprobada por un total de 433.753.461 acciones ordinarias, que corresponden al 98,67% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que se recibieron votos en contra de 3 accionistas, votos en blanco de 1 accionista y 28 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
ALEJANDRO TIRADO TORRES	71339889	2369
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	3747
TORRES PEREZ GONZALO ANDRES	1018415761	28211

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en blanco:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	7000
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
HERNANDO FELIPE ZORRO AYCARDY	85464512	5476
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
MARIA LETICIA PABON GOMEZ	32342010	24
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
MARISOL SALAZAR GONZALEZ	1017185397	10
SUSANA PABON GOMEZ	32337682	10
LIBIA ELENA PABON GOMEZ	32341844	10
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
DORIAN EMILSEN MONTOYA PABON	42768084	4
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

j. Instrucción a la Junta Directiva para reglamentar una readquisición de acciones.

La Secretaria dio lectura en voz alta a la proposición de instrucción a la Junta Directiva para reglamentar una readquisición de acciones:

Proposición de instrucción a la Junta Directiva para reglamentar una readquisición de acciones

La Asamblea General de Accionistas de Almacenes Éxito S.A. (la “Compañía”) instruye a la Junta Directiva, conforme a lo dispuesto en el Artículo 27.h. de los Estatutos Sociales, a que proceda con la reglamentación de un programa de readquisición de acciones, para ser sometido a consideración del máximo órgano social, y que deberá seguir los lineamientos que a continuación se indican:

Fijación del precio de readquisición: El precio deberá determinarse con base en un estudio realizado por un tercero independiente de conformidad con procedimientos reconocidos técnicamente, el cual será contratado por la Junta Directiva.

La Junta Directiva propondrá a la Asamblea, en el marco del reglamento que someterá a su consideración, un precio de readquisición que se encuentre dentro del rango determinado por el tercero independiente.

Plazo: En el reglamento que someta la Junta Directiva a consideración del máximo órgano social, se señalará el plazo de vigencia de la oferta de readquisición de acciones, el cual deberá ser el mismo para todos los accionistas. Ese plazo no podrá ser inferior a 10 días hábiles.

Adopción de mecanismos que garanticen igualdad de tratamiento para todos los accionistas y la transparencia con el mercado: La política deberá garantizar la igualdad de condiciones a todos los accionistas, tanto en los términos económicos de la readquisición como en el procedimiento o trámite de la recompra, de manera que cada accionista tenga la posibilidad de enajenar un porcentaje de sus acciones a prorrata de su participación en la propiedad de la Compañía.

Disposición de las acciones: Una vez se realicen operaciones de readquisición, la disposición final de las acciones readquiridas será definida posteriormente, de acuerdo con los supuestos contenidos en el artículo 417 del Código de Comercio.

Aprobación por parte de la Asamblea: El reglamento propuesto por la Junta Directiva deberá surtir los trámites de autorizaciones societarias previstos en la ley y en los instrumentos de gobierno corporativo de la Compañía. En tal sentido, dicha propuesta de reglamento se someterá a aprobación por parte de la Asamblea General de Accionistas.

La Secretaria procedió a verificar el quórum. Informó que se encontraban un total de 439.537.061 acciones ordinarias, que corresponden al 98,19% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se inició la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y las señoras accionistas el tiempo disponible (1 minuto) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 12, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

La Secretaria informó que la proposición de instrucción a la Junta Directiva para reglamentar una readquisición de acciones fue aprobada por un total de 433.716.840 acciones ordinarias, que corresponden al 98,67% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que se recibieron votos en contra de 2 accionistas, votos en blanco de 2 accionistas y 24 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
ANA JOSE GARCIA ESCUDERO	21355425	33
ALEJANDRO TIRADO TORRES	71339889	2369

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en blanco:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671
ANA CLARA VASQUEZ DE PENAGOS	21345393	5

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
BEATRIZ ANGEL RAMELLI	31244446	42500
DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	32528840	20000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
HERNANDO FELIPE ZORRO AYCARDY	85464512	5476
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
CARLOS MARIO VELASQUEZ PENAGOS	70551987	620
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
DARIO ALBERTO ACEVEDO JIMENEZ	70069653	360
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
ALBERTO EFREY OMANA DURAN	19403257	91
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

k. Donaciones

La Secretaria dio lectura en voz alta a la proposición en materia de donaciones:

Proposición por medio de la cual se concede una autorización en materia de donaciones

La Junta Directiva y la Administración de Almacenes Éxito S.A. presentan a la Asamblea General de Accionistas, la proposición en materia de donaciones considerando una indexación del 5.62 % frente al monto autorizado en el año 2021.

La Asamblea General de Accionistas de Almacenes Éxito S.A.

Resuelve:

Autorizar al presidente de la Compañía para apropiarse de la reserva ocasional para “*Futuros Ensanches*”, la suma de mil ochocientos sesenta y tres millones de pesos M.L. (\$1.863.000.000), para que, en el marco de la política y procedimiento de donaciones, realice donaciones.

Acto seguido, el Presidente indicó que:

- La propuesta de la Administración considera una indexación del 5,62 % frente al monto autorizado en el año 2021.
- El 69% de este valor será asignado a la Fundación para trabajar en la desnutrición crónica infantil y un 7% será asignado para contribuir en la reducción de la huella de carbono, aspectos que son determinantes en la estrategia de sostenibilidad de la Compañía y en el desarrollo de país.

Seguidamente, el Presidente solicitó a la Secretaria verificar el quórum existente y, de ser el mismo suficiente para deliberar y decidir, dar inicio a la votación. La Secretaria informó que se encontraban un total de 439.537.061 acciones ordinarias, que corresponden al 98,19% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente, de acuerdo con los estatutos sociales y la ley.

A continuación, se inició la votación, para lo cual la Secretaria recordó a los señores y las señoras accionistas el tiempo disponible (1 minuto) y la forma para hacerlo, y a quienes votarían a través de papeletas físicas les recordó que debían hacerlo a través de la papeleta No. 13, e igualmente dio un aviso cuando la misma estaba próxima a cerrarse en aras de garantizar que quienes no hubieran votado se aseguraran de hacerlo. Posteriormente, el Presidente informó que se cerró la respectiva votación y se dio inicio al escrutinio de votos.

La Secretaria informó que la proposición en materia de donaciones fue aprobada por un total de 433.066.588 acciones ordinarias, que corresponden al 98,52% del total de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que se recibieron votos en contra de 4 accionistas, votos en blanco de 4 accionistas y 25 accionistas se abstuvieron de votar. A continuación, se encuentra el listado con la información correspondiente:

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
DIEGO FERNANDO AHOGADO VANEGAS	80028377	6095
JOHN ALEXANDER MONTOYA MESTIZO	79762716	65
ENRIQUE ESPEJO - SAAVEDRA CUERVO	79417243	188
JUAN GONZALO URIBE PIEDRAHITA	1017144924	8183

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en blanco:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	53406
URIDCA S A S	900524898	185839
GABRIELA MONTOYA GOMEZ	22085271	17026
ANDRES RICARDO RUIZ LOPEZ	1022359933	540

A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que se abstuvieron de votar:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5684821
FONVAL ACCIONES DINAMICO	900865223	377178
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	45184
BEATRIZ ANGEL RAMELLI	31244446	42500
DE FATIMA HOYOS HENAO BLANCA LUZ	32528840	20000
ANGELA DEL SOCORRO BOTERO DE POSADA	21269737	6000
HERNANDO FELIPE ZORRO AYCARDY	85464512	5476
LUIS ALBERTO CARDONA DUQUE	70094702	3550
LUIS JOSE RODRIGUEZ HERRERA	79865527	3371
CLAUDIA MARIA LOPEZ GARCIA	43085513	2825
JUAN GABRIEL ZAPATA GARCIA	8357670	2020
LUZ ADRIANA GOMEZ TABARES	43540390	1421
FRANCO DUQUE MONICA MARCELA	1045019055	1180
ADRIAN YESID LOPEZ SOLANO	1049639576	1020
SERGIO ALDEMAR GOMEZ TABARES	71724924	704
OSCAR ENRIQUE PATINO PEREZ	3563560	671
REINALDO DE JESUS VALENCIA LOPEZ	71702899	500
FREDY GIOVANY TORRES TAUTIVA	1016027778	353
MARTA ALICIA HERRERA MARIN	32303672	200
ALIMENTOS BONFIGLIO S A S	890307882	123
JORGE HERNAN NORENA MEJIA	8278664	20
CECILIA NORENA MEJIA	32412091	7
JUAN DAVID VILLEGAS MORA	1040743366	5
EUGENIA DEL SOCORRO BETANCUR COSSIO	21371767	1
LORENA MARIA SANCHEZ LOPERA	43277996	1

15. INTERVENCIONES DE LOS SEÑORES ACCIONISTAS.

Tomó la palabra el Presidente y preguntó a la Secretaria General si existía alguna proposición en la mesa que haya sido presentada por los accionistas y manifestó que de existir debía procederse con su lectura. Acto seguido, la Secretaria indicó que no hay proposiciones presentadas por los accionistas.

Seguidamente, la Secretaria informó que a través del canal virtual (chat de *WhatsApp*) dispuesto para las intervenciones y preguntas de las señoras y los señores accionistas, se recibieron las siguientes preguntas y mensajes:

1. El accionista Juan Gonzalo Uribe Piedrahita, identificado con la cédula de ciudadanía No. 1.017.144.924, titular de 8.183 acciones ordinarias, preguntó:

- “¿Sabe la junta directiva el valor de la compañía que está dirigiendo? ¿Cuál es el valor?”

Tomó la palabra el Presidente de la Junta Directiva, el doctor Luis Fernando Alarcón Mantilla, quien indicó que, conforme lo ha señalado anteriormente el Presidente de la Compañía, actualmente se conoce el precio al cual se está negociando la acción en la Bolsa de Valores de Colombia e indicó que recientemente no se han adelantado ejercicios de valoración de la Compañía. Agregó que, por tal razón, a efectos de fijar un precio para la readquisición de acciones que se someterá a consideración de la Asamblea General de Accionistas en otra reunión, se ha propuesto contratar un análisis de valoración por parte de un tercero independiente que con base en un rango de valoración permita determinar el precio de compra.

- “¿Que procedimiento se debe seguir para solicitar la evaluación de una OPA de desliste?”

La Secretaria informó que, entre otros asuntos, es necesaria una reunión de la Asamblea General de Accionistas que debe atender unas reglas específicas consagradas en el Decreto 2555 de 2010, con el fin de someter a consideración de tal órgano social la cancelación de la inscripción de la acción en el Registro Nacional de Valores y Emisores (RNVE) y en la Bolsa de Valores de Colombia (BVC), decisión que requiere de la mayoría de los votos presentes en la respectiva reunión.

2. El accionista Fonval Acciones Dinámicas S.A., identificada con el NIT 900.865.223, titular de 377.178 acciones ordinarias, a través de su apoderado, el señor Juan Camilo Jiménez, identificado con la cédula de ciudadanía No. 3.383.456, manifestó: “Me gustaría saber si hay algún tipo de comunicación del mayoritario sobre si desea o no participar en la readquisición”.

Tomó la palabra el Presidente, quien informó que la decisión de venta de acciones corresponde a cada accionista y que a la fecha la Compañía no ha recibido indicaciones de ningún accionista respecto a la intención de participar en el futuro proceso de readquisición de acciones. Anotó que esto tiene sentido en la medida en que la readquisición de acciones aún no ha sido aprobada, estando sujeta al cumplimiento de la reglamentación que emita la Junta Directiva y a la aprobación por parte de la Asamblea General de Accionistas.

3. El accionista Enrique Espejo Saavedra, identificado con cédula de ciudadanía No. 79.417.243, titular de 188 acciones ordinarias:

- Solicitó que la Compañía enviara a los accionistas que no asistieron presencialmente el obsequio habitual.

Al respecto, la Secretaria recordó que, conforme al instructivo que fue puesto a disposición de las señoras y los señores accionistas a través del sitio web corporativo desde el día de la convocatoria a la presente reunión, y a lo establecido en la plataforma virtual a efectos del registro, las señoras y los señores accionistas que al realizar el registro seleccionaron que participarían de manera virtual y que deseaban recibir el obsequio, ingresando la dirección de envío y ciudad, recibirán el mismo dentro de los quince (15) días calendario siguientes a la presente reunión. Asimismo, indicó que en el caso de las señoras y los señores accionistas que se encuentran de manera presencial en el recinto, se les entregará una vez termine la reunión. Por último, la Secretaria le indicó al accionista que la Compañía se asegurará de que reciba su obsequio.

- Solicitó revisar el estado de algunos productos exhibidos el lunes 21 de marzo del año en curso en uno de los almacenes en Bogotá y envió a través del chat de *WhatsApp* unas fotografías al respecto.

El Presidente manifestó que se dejará constancia en el acta de su solicitud y de las fotografías que la acompañan, indicó que el estado de los productos no obedece a los estándares de la Compañía e informó que se hará una revisión rigurosa de lo que pudo haber sucedido en relación con dichos productos en aras de tomar las medidas pertinentes. De igual manera, agradeció al accionista que, en su calidad de cliente, entrega a la Compañía una retroalimentación valiosa con el objetivo de mejorar cada vez más la experiencia de los clientes.

- Envío el siguiente mensaje: “Quiero felicitar a Carlos Mario Giraldo, a todos los directivos y demás empleados de la empresa, por los excelentes resultados obtenidos y animarlos para que durante el presente año 2022 los mejoremos. Aplausos 🙌🙌🙌🙌🙌🙌”.

Tomó la palabra el Presidente de la Compañía, quien agradeció el mensaje y lo hizo extensivo a todos los colaboradores, proveedores y miembros de la Junta Directiva, de la

Compañía.

Al no existir preguntas y mensajes adicionales a través del mecanismo virtual, el Presidente preguntó si alguno de los accionistas presentes tenía alguna inquietud o comentario.

Tomó la palabra el accionista Alberto Efrey Omaña Durán, identificado con la cédula de ciudadanía No. 19.403.257, titular de 91 acciones ordinarias, quien destacó la importancia de la Compañía a nivel mundial, reconoció el interés de la Compañía en proteger los intereses de sus accionistas y ofrecerles mayor valor a través de la propuesta de readquisición de acciones e hizo especial énfasis en la labor desarrollada por el señor Nicanor Restrepo, manifestó su profunda admiración hacia él e hizo un llamado a recordar la importancia de su legado.

Asimismo, propuso a la administración a considerar en las futuras proposiciones en materia de distribución de utilidades, la posibilidad de que su distribución se realice en dinero y en acciones de la Compañía.

El Presidente indicó, en relación con la readquisición de acciones, que se trata de una tendencia considerable en compañías que generan utilidades significativas y que, además de llevar a cabo su plan de inversión, pueden otorgar un beneficio mayor a sus accionistas. Con fines ilustrativos, citó el caso de otros *retailers* del mundo, tales como: Walmart, Costco, Target y Amazon.

Manifestó, igualmente, su admiración por el señor Nicanor Restrepo, quien falleció siendo el Presidente de la Junta Directiva de la Compañía, destacó el valor de sus aportes a la Organización e indicó que además de haber sido un ejemplo extraordinario para el empresariado, también lo fue a nivel humano para la sociedad. Asimismo, destacó la gran contribución del señor Guillermo Valencia, quien también ejerció como Presidente de la Junta Directiva y fue un gran ejemplo de compromiso con el país.

En cuanto a su propuesta, señaló que se tendrá en consideración a efectos de que la Junta Directiva, que es el órgano competente para presentar este tipo de proposiciones a la Asamblea General de Accionistas, realice el análisis debido de tales posibilidades. Reiteró que el objetivo principal de la Junta Directiva siempre ha sido y será maximizar la entrega de valor a los accionistas.

Hizo uso de la palabra el accionista Francisco Mora Moreno, identificado con la cédula de ciudadanía No. 19.483.455, titular de 45.184 acciones, quien felicitó a la administración por los resultados obtenidos y planteó las siguientes recomendaciones: (i) en la medida en que *Wholefoods* es un referente a efectos de los formatos *Fresh*, solicitó revisar la posibilidad de mejorar algunas de las condiciones del restaurante del Carulla *Fresh Market* ubicado en el barrio de Santa Bárbara en Bogotá; (ii) revisar el valor de los fletes que se informan a los clientes al comprar virtualmente en aras de asegurarse de que no existan errores que desincentiven las compras por parte de los clientes. Al respecto, contó que en uno de los días sin IVA tuvo la intención de comprar 2 electrodomésticos y la plataforma virtual le informó que por la adquisición de una Nevera a ser entregada en el municipio de Juan de Acosta el valor del flete era de 1 millón de pesos, lo cual no resulta razonable en la medida en que la Compañía cuenta con almacenes en el Departamento del Atlántico. Seguidamente, el accionista manifestó sus felicitaciones a la Compañía por ofrecer nuevamente los tamales en los almacenes de Carulla y solicitó que se le permita conocer la planta ubicada en Siberia de los productos bajo la marca propia *Porchi*.

El Presidente tomó la palabra y, el primer lugar, informó que el tamaño de los restaurantes de los formatos *Fresh* varía según el área disponible que exista en cada caso, manifestó que se toma nota de la observación relacionada con el Carulla *Fresh Market* ubicado en el barrio de Santa Bárbara en Bogotá, con el fin de evaluar cómo es posible mejorarla, y reiteró el compromiso de la administración de la Compañía en brindar las mejores experiencias posibles a sus clientes. En segundo lugar, señaló que será contactado por parte de la Presidencia Operativa del *Retail* en Colombia, a efectos de visitar la planta ubicada en Siberia. En tercer lugar, respecto a lo informado sobre el valor de los fletes, manifestó que debió haberse tratado de un error y que se realizarán las revisiones pertinentes en aras de tomar las medidas que eviten que esto vuelva a suceder. Por último, expresó satisfacción respecto a la alegría que ha generado la oferta de los tamales y destacó la sobresaliente labor que desplegaron los diferentes equipos involucrados ante el traslado de lugar de la industria.

Posteriormente, hizo uso de la palabra la accionista María Helena Orozco Morales, identificada con la cédula de ciudadanía No. 32.455.233, titular de 309 acciones ordinarias, quien manifestó su cariño y admiración por la Compañía e indicó que tiene inquietudes en cuanto al monto que por concepto de dividendos le es transferido a su cuenta en Davivienda S.A.

El Presidente agradeció las palabras de cariño y admiración y señaló que un colaborador de la Vicepresidencia Financiera la contactará próximamente a efectos de revisar y resolver las inquietudes existentes.

Solicitó el uso de la palabra el accionista Luis Alberto Cardona Duque, identificado con cédula de ciudadanía No. 70.094.702, titular de 3.550 acciones ordinarias, quien expresó sus más profundas felicitaciones al Presidente de la Compañía, a los miembros de la Junta Directiva, a todos sus colaboradores y proveedores. Destacó los resultados obtenidos, señaló que ellos obedecen al empeño, profesionalismo y sentido de pertenencia de las personas mencionadas. Posteriormente, indicó que siente una profunda tristeza o sin sabor porque, aunque respeta la libertad de expresión, no concibe que la alta gerencia y los miembros de la Junta Directiva deban atender asuntos de índole personal en una reunión de esta naturaleza, haciendo referencia expresa a las intervenciones del accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S.

El Presidente agradeció el mensaje de felicitaciones y lo hizo extensivo a todos los colaboradores, especialmente a aquellos que hacen parte de la operación del día a día de los almacenes, páginas de comercio electrónico y *contact centers*.

Tomó la palabra la accionista María Patricia Velásquez Sandino, identificada con la cédula de ciudadanía No. 43.030.802, titular de 508 acciones ordinarias, quien, dado que en la nueva conformación de la Junta Directiva no se incluye el nombre del señor Carlos Mario Giraldo Moreno, preguntó si ello significa que se retira de la Compañía.

El Presidente tomó la palabra y le indicó que, por razones legales y estatutarias, el Presidente de la Compañía no hace parte de la Junta Directiva, lo cual explica que su nombre no se encuentre incluido dentro de la lista propuesta de candidatos a conformar la Junta Directiva. Asimismo, informó que continuará desempeñándose como Presidente de la Compañía.

Intervino el accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificada con NIT 890.307.882 representada por el señor Antonino Bonfiglio Salerno, identificado con la cédula de extranjería No. 134469, titular de 123 acciones ordinarias, quien afirmó que en sus intervenciones no existe nada de índole personal, que su solicitud se refiere a un Éxito más claro y transparente y que considera que este es el foro para “*ventilar las cosas*”. Además, manifestó que los resultados de las votaciones de las distintas proposiciones evidencian que se trata de “*los mismos con los mismos*”. Finalmente, hizo especial énfasis en que, a pesar de ser italiano, se siente más colombiano que cualquiera de los presentes en el recinto. Asimismo, se dirigió a los franceses presentes y les indicó que, aunque tienen mayoría en la composición accionaria de la Compañía, para él la verdadera mayoría corresponde a los clientes colombianos, siendo el verdadero socio el pueblo colombiano.

El Presidente agradeció al accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S. sus palabras y le indicó que en la totalidad de las aprobaciones de las proposiciones el procedimiento legal y estatutariamente debido se respetó a cabalidad y resaltó que siempre se busca proteger los intereses de los accionistas minoritarios, tal como se evidencia en el principio de igualdad que rige la proposición de readquisición de acciones.

Tomó la palabra la Secretaria, quien informó acerca de otras preguntas y mensajes recibidos a través del mecanismo virtual:

1. El accionista Urideca S.A.S. identificada con NIT 900524898, titular de 185.839 acciones ordinarias, a través de su representante legal, la señora Ángela Uribe de Cadavid, identificada

con la cédula de ciudadanía No. 41.442.476¹, preguntó: *“Existe algún mecanismo de blindaje para que la operación de recompra de acciones sea dirigida a los accionistas minoritarios”*.

Al respecto, la Secretaria respondió afirmativamente, indicó que conforme al artículo 42 de la Ley 964 de 2005 es necesario brindar un trato equitativo e igualitario a los accionistas, principio que regirá el actuar de la Compañía en el proceso de readquisición de acciones.

2. El accionista John Wbeiman Wiedemann Rivera, identificado con cédula de ciudadanía No. 98.493.899, titular de 64.077 acciones ordinarias, preguntó: *“Por favor cuando fue la última vez que se realizó una valoración sobre el valor fundamental de la acción?”*

La Secretaria informó que ello fue en el 2019 debido a la Oferta Pública de Adquisición de acciones (“OPA”) formulada por Sendas Distribuidora S.A.

Intervino el accionista Alimentos Bonfiglio S.A.S., identificada con NIT 890.307.882 representada por el señor Antonino Bonfiglio Salerno, identificado con la cédula de extranjería No. 134469, titular de 123 acciones ordinarias, con el fin de despedirse y reiterar que siempre se encuentra dispuesto a colaborar y a construir, nunca a destruir.

3. El accionista John Alexander Montoya Mestizo, identificado con cédula de ciudadanía No. 79.762.716, titular de 65 acciones ordinarias, quien preguntó: *“¿Por qué en Bogotá se han cerrado muchos almacenes de Surti Max? ¿Ha cambiado marca Surti Mayorista?”*

Tomó la palabra el Presidente quien explicó que los cierres de tiendas y las reconversiones a otras marcas hacen parte de los ajustes que se deben realizar constantemente para alinear la estrategia de la Compañía con las necesidades del mercado. Señaló que cuando se evidencian almacenes que no funcionan, la Compañía establece un plan de acción, otorga un tiempo de uno o dos años para mejorar, se toman medidas, pero si eventualmente se llega a la conclusión de que no es una opción rentable y atractiva para los clientes, se procede con el cierre del respectivo almacén. De igual forma, informó que se llevan a cabo reconversiones de almacenes a las mejores marcas, a manera de ejemplo citó el caso de algunos Surtimax, que se han reconvertido a Surtimayorista, multiplicando entre 2 y hasta 2 veces y media sus ventas al llegar a un nuevo mercado, en este caso a un mercado profesional.

4. El accionista Diego Fernando Ahogado Vanegas, identificado con cédula de ciudadanía No. 80.028.377, titular de 6.095 acciones ordinarias, preguntó *“¿Recibió la administración de la compañía cualquier tipo de comunicación, solicitud, comentario o fue instada de alguna manera por parte del accionista mayoritario para proponer la readquisición de acciones? ¿Dicha proposición nace de la administración o nace del mayoritario?”*

El Presidente informó que dicha proposición nació de la administración, específicamente de la Vicepresidencia Financiera, y que ella combina dos proposiciones favorables para los accionistas: (i) la manera más eficiente de repartir las utilidades de la Compañía y (ii) la captura de valor para los accionistas, pues les da oportunidad de que se valore el verdadero *valor fundamental* de la Compañía. Cabe resaltar que dicha proposición fue presentada de forma previa a la Junta Directiva y, ante la evaluación positiva de este órgano, se ha presentado ante la Asamblea General de Accionistas.

5. El accionista Darío Alberto Acevedo Jiménez identificado con cédula de ciudadanía No. 70.069.653, titular de 360 acciones ordinarias, manifestó: *“Mejorar las buenas prácticas de manufactura y aseo en los restaurantes y zonas de alimentos porque en ocasiones da la impresión que no tienen las suficientes condiciones de aseo”*.

El Presidente tomó nota de ello e informó que el accionista será contactado a efectos de conocer en detalle en dónde ha observado esa situación en aras de tomar los correctivos necesarios.

¹ Conforme se mencionó en la reunión, a través del chat de *WhatsApp* inicialmente se identificó en nombre de este accionista el señor Juan Luis Mejía.

6. El accionista John Wbeiman Wiedemann Rivera, identificado con cédula de ciudadanía No. 98.493.899, titular de 64.077 acciones ordinarias, expresó: *“Felicitaciones por el desarrollo y crecimiento del Grupo Éxito.”*

Finalmente, la Secretaria informó que no reposan sobre la mesa proposiciones, preguntas, solicitudes o mensajes, diferentes a los previamente expuestos, por parte de los señores accionistas.

En consecuencia, una vez agotado el orden del día, el señor Carlos Mario Giraldo reiteró su agradecimiento a las señoras y los señores accionistas por su asistencia y participación, especialmente por su paciencia ante el tiempo empleado en las validaciones requeridas a efectos de transparencia y en las votaciones por tratarse de una reunión de naturaleza mixta. Declaró oficialmente finalizada la reunión ordinaria mixta de la Asamblea General de Accionistas de la Compañía y se procedió a reproducir el himno Antioqueño.

El Presidente de la Asamblea declaró concluidas las deliberaciones y procedió a levantar la sesión, siendo la 1:37 p.m. del mismo día.

Se deja expresa constancia de que la Asamblea de Accionistas terminó sus deliberaciones con un quórum del 98,19% de las acciones en circulación.

A la presente acta se anexa la siguiente documentación enviada por los accionistas a la Compañía:

Anexo No. 1. Informe de Gestión del Presidente y la Junta Directiva.

Anexo No. 2. Informe anual de Gobierno Corporativo.

Anexo No. 3. Estados financieros consolidados de 2021 junto con el dictamen del Revisor Fiscal.

Anexo No. 4. Estados financieros separados de 2021 junto con el dictamen del Revisor Fiscal.

Anexo No. 5. Mensaje enviado por el accionista Enrique Espejo Saavedra, identificado con cédula de ciudadanía No. 79.417.243, titular de 188 acciones ordinarias, en relación con el estado de algunos productos exhibidos el lunes 21 de marzo del año en curso en uno de los almacenes en Bogotá.

En constancia, se firma:

CARLOS MARIO GIRALDO MORENO
Presidente

CLAUDIA CAMPILLO VELÁSQUEZ
Secretaria General

COMISIONADOS PARA REVISIÓN, APROBACIÓN Y FIRMA DEL ACTA

SERGIO LONDOÑO GONZÁLEZ
Comisionado

GONZALO ORREGO VÉLEZ
Comisionado



Management Report

Dear shareholders: [GRI 102 – 14]

Management report 2021

The year 2021 was marked by hope in the midst of many challenges and brought us greatest lessons, collaboration, innovation and adaptation as engines for society and the businesses environment. The world understood that the impacts of globalization go beyond economics, as well as social changes and technological disruption require strengthening of individual and collective adaptive capacities. Advances in COVID-19 vaccination favored economic reactivation; the context generated new social dynamics, changes in consumers, and improved the business activity, elements immersed in the Company's performance.

Grupo Éxito reaffirmed its strategic approach focused on the customer and based on digital transformation, innovation in formats, monetization of assets and efficient use of resources. As a result, the Company was able to capitalize on significant advances in diverse channels, maintained the customers' preference in innovative formats (Éxito Wow, Carulla FreshMarket, Surtimayorista and Super Inter Vecino) and increased its profitability levels from the contribution of retail and the recovery of complementary businesses (mainly real estate and financial).

At Grupo Éxito, we are driven by hope, optimism, and the desire to be part of the dreams of millions of Colombians! We believe in the power of building a better country together, the share of dreams, and in the work done with effort and dignity. We know that acting with integrity builds trust that fills us with joy, motivates us to always do things the best way possible, and challenges us to give our maximum.

We are moved by the desire to contribute to the creation of a better place for all of us and our generations. Together, we can create the country of our dreams: a country where solidarity, responsibility, transparency, lasting relations, and caring for one another and the planet, become the natural way to grow as persons. We also dream of a country that allows companies to blossom and continue to provide opportunities for the development of the purpose in life of millions of people.

We are motivated by our conviction to contribute to the growth and well-being of Colombia and that is why, we would like to share our greatest purpose: **“to nourish Colombia with opportunities.”**

Colombia – Grupo Éxito

Macroeconomic performance during 2021 had a clear recovery path. Annual GDP grew by 10.6% and economic activity reached above pre-pandemic levels. This performance was favored by the progress of the vaccination process that allowed the lifting of mobility restrictions, which in turn, contributed to the growth of private consumption, the increase in credit and the reduction of unemployment, which fell to 13.7% during the year.

Revenue from the operation in Colombia reached COP13 billion, a growth of 7% compared to 2020, and above the inflation levels of the year. The positive result was leveraged by omni-channel performance, the contribution of innovative formats, and the major recovery of complementary businesses, mainly real estate, financial and travel. This dynamic was achieved in the midst of the country's economic revival and the company's rapid response to the needs and preferences of

customers who returned to stores physically while, at the same time, maintained purchasing habits through digital channels.

Recurrent EBITDA grew by 25.1% and exceeded COP1.2 billion, with a margin on 9.4% as percentage of net revenue, which compares to the 8.0% reported in 2020. The excellent operational performance was marked by the recovery of complementary businesses, which significantly contributed to an optimization of the Company's cost and expenditure structure, despite an environment affected by inflationary pressures.

During 2021, the company strengthened its retail business in the country and continued with a strategy focused on three main pillars:

Omni-channel was consolidated as a growth strategy and reached a strong 11.9% share on consolidated sales. Digital sales of the food category strengthened and grew by double-digit, reaching a 10% share, driven by the use of websites, mobile applications, phone lines, WhatsApp and digital catalogs.

More than 7.8 million orders were delivered by using internal technological, operational and logistical capabilities. The company strengthened its adaptive capacity, quickly responded to the changing needs of customers and generated different solutions to improve their experiences. An example of this is the "Click and Collect" service, launched in 2020, represented 28% of omni-channel sales, the launch of Turbo-Fresh Carulla in partnership with Rappi for deliveries in less than 10 minutes, as well as the increased penetration into the low-cost market, with the development of the MiSurtii App. This latter solution served 3,000 neighborhood stores and represented 13.8% of the sales of the Aliados format, under which it operates. The non-VAT days promoted by the national government, also favored the performance of the omni-channel platform and the company achieved record sales, with an articulated execution of all areas.

The company continued to invest in the digital transformation process, in innovation technologies, developing systems for digital commerce, and in logistical capabilities to strengthen the Group's ecosystem. This was done through the efficient integration of all businesses and sales channels, in order to offer the best service experience to the "omni-customer."

Innovation: The expansion of innovative formats across all brands was accelerated as a differentiating strategy to deliver superior customer experiences. Éxito Wow opened eight stores during the year and thus completed 19 in total, which represented a share close to 30% of the brand's total sales in the year.

Carulla opened eight FreshMarket stores and completed 22 stores under this model, which represented a share of 45% on the brand's sales.

Likewise, 18 Super Inter stores were converted to the new Vecino format, which reached 25 stores by year-end that represented a 47.7% share on the total sales of the brand in 2021. With this innovation, the brand positioned itself as a leader in food sales in the city of Cali.

Six Surtimax stores were adapted to operate in the low-price segment and offered an improved look and feel and a renewed offer of local products.

Surtimayorista reached 36 stores with two openings during the year, one from a conversion and one from organic. Surtimayorista led in terms of same store sales (+24.4% versus 2020) in the operation in Colombia, and its “Club del Comerciante” (Merchant’s Club) loyalty program, reached more than 11,500 institutional clients registered and launched a new product in alliance with Tuya, the MasterCard Merchant’s Club credit card.

The company invested a total of COP495,500 million in Colombia, with a major focus on the expansion of innovative formats and the development of systems to support digital commerce.

The monetization of traffic continued to be an engine of growth driven by economic and commercial recovery, especially in the second half of the year, and primarily in real estate and financial businesses. In the real estate business, the reactivation of traffic and strong occupancy levels, above 93%, strengthened the growth of sales of stores operating in our shopping centers and favored rental revenues. Viva Shopping Centers were also part of the government’s vaccination campaign, and in ten of them, about 476,000 doses were applied.

The financial business had a great evolution thanks to the recovery of consumption and the implementation of a digital innovation strategy with Tuya Pay, the digital wallet and micro loans that registered more than 800 thousand users. Tuya reached 2.8 million cards issued and about COP3.6 billion in its loan portfolio.

Puntos Colombia grew in terms of commerce dynamics and increased its profitably. The ecosystem generated accumulations of more than 38,700 million points through its 5.5 million customers with *habeas data*, an increase of 17.3% compared to 2020, as well as reported operational and net profits during the year.

Autos Éxito, was launched to expand the portfolio to car services and to strengthen the ecosystem for customers by offering vehicle rental and sell of used cars. In addition, an electronic payment alternative developed in partnership with Redeban, is expected to benefit from the partner’s financial know-how and to improve traffic to the Group’s stores.

The company’s private labels continued to respond to the needs of the market and customers seeking competitive prices and differentiated products. The FMCG “Frescampo” and “Taeq” brands, accounted for almost 16% of food sales. “Arkitect,” “People” and “Bronzini” represented more than 47% of apparel sales, and “Finlandek” the brand for home products, grew sales thanks to the collaboration of Colombian designers and artisans.

During 2021, Grupo Éxito confirmed its commitment to the country, improved its service levels and consolidated its local presence with the acquisition of the commercial operation of five points of sale from Almacenes La 14, in the regions of Valle del Cauca and Cundinamarca. The company expects to strengthen its networking with local suppliers, to contribute towards economic and employment recovery, and to continue with the expansion of the Éxito brand by operating those stores under the top experience provided under the Éxito Wow format.

International operations

The 6.7% growth at recurrent EBITDA level from Uruguay and Argentina, contributed to the evolution of consolidated results, leveraged in progressive improvements in customer traffic to stores and productivity gains. Report 2021

Uruguay- Grupo Disco and Devoto

The weak macroeconomic and consumption contexts in Uruguay gradually improved toward the last quarter of 2021, benefitted by the positive beginning of the summer season, given its important contribution to the country's outcome. GDP is expected to grow by 4.5% in 2021 with a clear recovery during the second half of the year and an unemployment rate falling to 7.0% from 10.5% in December 2020. Inflation fell to 7.96% from the 9.41% level seen in 2020 and its food component fell to 6.5% from the 9.5% last registered year.

The operation in the country strengthened the value proposal of its fresh market model, which represented 45.2% of the total sales in the country; four stores were renovated under this concept, reaching a total of 23, which represented 45.2% of the country sales. Uruguay grew its omni-channel sales by 9.8% in local currency, reaching a 3.6% share of total sales in the country.

Operational performance was characterized by an evolution of the gross margin and strict control of expenditure. Recurrent EBITDA margin reached 10.2% and remained the highest in the Group, reflecting high levels of productivity and expenditure control.

Argentina - Libertad

Argentina showed signs of gradual economic revival. GDP grew by 11.9% in the third quarter of 2021, benefitted from the positive effect on traffic at stores and commercial galleries from the lift of mobility restrictions. Nevertheless, the country continued with high levels of inflation, 49.5% during 2021, with the food component growing to 54.1%. The consumer confidence index fell to 37.8%, down 4% compared to 2020, while retail sales increased 14.8% in 2021, according to CAME (Argentina's SMBs Confederation).

Revenue in Argentina grew by 46.8% in local currency, benefitted from the greater dynamics of the real estate business, which reached occupancy levels of 90%, the positive performance of the retail business and the evolution of digital channels that participated with 2.6% on sales. The recurrent EBITDA margin was 3.4% in 2021, twice that reported in 2020, favored by the recovery of real estate business and strict control of expenses, which grew below inflation.

Consolidated financial results

The company reached COP16.9 billion in revenue, 7.5% more than in 2020, favored by the commercial and economic rebound, which allowed the increase of sales through the different channels, both the physical, leveraged in innovative formats, as well as the virtual. In addition, complementary businesses, primarily real estate and financial, contributed to results, as well as the launch of new businesses that are now part of the business ecosystem.

The operation in Colombia represented 77% of the Group's total revenue, which grew by 7% compared to the previous year, leveraged in the business ecosystem. Likewise, international operations accounted for the remaining 23% of consolidated revenue which reached COP3.9 billion, marked by the commercial dynamics that resulted in a 12.7% growth, excluding FX effects. Report 2021

The company's profitability was higher as the Group's recurrent EBITDA grew by 20.7% compared to 2020 and reached more than COP1.5 billion, with a margin of 9.1%, representing 99 basis points higher than the previous year (8.1%). Likewise, net income was twice that of 2020 and reached COP474 billion. This is the result of a historical performance of the retail business, the strengthening of complementary businesses and joint ecosystem activities, as well as an optimization of the operational and financial structures.

Net cash position was COP1.2 billion, reflecting the company's financial strength.

Sustainability

Grupo Éxito ranked ninth among the top 10 food retailers in the Dow Jones Sustainability Index and achieved a better performance by increasing three points within the industry's 89th percentile.

Here are some achievements in the sustainability strategy:

- To dynamize our climate strategy by actively participating in COP 26 in Glasgow, increased our environmental MEGA goal, and declared ourselves to be a company that aims to be carbon neutral by 2035 (Scope 1 and 2); the Carulla FreshMarket format was recognized by Icontec as the region's first *carbon neutral food retailer*.
- In the circular economy strategy, the company managed about 21,000 tons of recycling and through its commercialization, became the main source of funding for the zero malnutrition mega for children, led by the Fundación Éxito.
- Soy Re, a post-consumer program, grew more than 215% during 2021, mobilized 187,000 customers and managed more than 12 million packaging units.
- The sustainable livestock model was consolidated with 100% satellite monitoring of direct suppliers, thanks to the partnership with Climate Focus and the International Center for Tropical Agriculture - CIAT, through Ganso (sustainable livestock). Progress was also made in structuring the conservation strategy in livestock farms with WWF.
- Fundación Éxito benefitted more than 70 thousand children in the country in line with its goal to achieve zero chronic malnutrition in Colombia.
- To highlight two initiatives with the community: the National Graffiti Fair "Pigmentos Urbanos," (urban pigments) expected to cover 11 cities of the country in alliance with local artists; "Terrazas Verdes," (green terraces) a food security project that began at Comuna 13 in Medellín and aims to benefit women head of households and their children, both in food security and income generation.
- Advances in the strategy of second opportunities for persons deprived of liberty continued with textile production in the prison in Yarumal, Antioquia, the start of the productive bakery project in the prison in Barranquilla, and the textile collection prepared by with Johana Bahamón and our brand People.

- The supply of agricultural products produced by populations benefiting from the peace agreements in the municipalities PDET (Land-based Development Plans) within the framework of the joint work with the Presidential High Council for Stabilization and Consolidation and other entities of the National Government, increased.
- Yunus Social Business, in its publication “Social Procurement Manual 2021”, presented #CasoDeÉxito as the work done together with the supplier Pomario to promote local and direct purchase. Yunus highlighted the work carried out jointly with Colombian agricultural smallholders and peasants for rural development, best agricultural practices, building long-term relationships, eliminating intermediation and improving practices for crops and supporting communities.

Corporate Governance and Internal Control

The company continued to consolidate corporate governance best practices by building value relationships with its stakeholders through the development of the company's strategic and operational transactions under an environment of integrity, in which the company management ensures transparency in administrative practices to build trust with shareholders and investors.

In the face of the system for the prevention and control of risks of money laundering, financing of terrorism and financing for the proliferation of weapons of mass destruction, the applicable regulations were complied with, as well as with the set of internal policies and procedures that develop it, including the legal reports to which the company is bound.

Similarly, in fulfillment of the company's commitment to counter fight corruption, Grupo Éxito obtained the recognition as a Company Committed to Integrity 100 by the Anti-Corruption Institute, which reflected the strength of our Transparency Program by favoring trusted relationships with stakeholders.

With regard to risk management, the company updated its profile of strategic risks and of their businesses by analyzing risks, opportunities and trends, and in attention to context changes, thereby contributing to the strengthening of organizational resilience.

The company looked for strengthening its control system and thus advanced in the modeling and articulation of the different control frameworks that its corporate status and shareholders incorporate, as guarantor of responsible management. In addition, the administration permanently looks forward to incorporate new national and international trends in internal control issues, as well as best practices, so that the control architecture is strengthened and updated according to the dynamics of the business and the needs of the organization, enabling the evolution of the business ecosystem in a secure environment.

The financial statements, indicators and relevant facts were periodically presented to the Audit and Risk Committee of the Board of Directors. The Committee fulfilled its supporting role to the Board of Directors through the supervision of information and finance reporting and the management of risk auditing, tax inspection, the relevant internal control system matters and regulatory compliance.

The administration certified that the internal control system did not present any shortcomings that prevented the recording, processing, summarizing and presentation of financial information properly, nor were there any significant frauds that affected its condition, quality and integrity. The disclosure of financial information was verified and complied with current regulations, ensuring that the information at December 31, 2021 is appropriated and contained no defects, inaccuracies or errors preventing the knowledge of the Company's true asset situation.

For more information on corporate governance and the company's Internal Control System. We invite you to view the corporate governance report by clicking [here](#).

Transactions between related parties

Transactions between related parties, conducted during 2021, were executed with full compliance with the current Policy and Related Party Transaction Procedure, complying with the corporate process required before the Audit and Risk Committee or the Board of Directors, as appropriate. Details of such transactions can be found in the Corporate Governance Report and in note 37.2 of the financial statements.

Intellectual property and regulatory compliance

In the area of intellectual property, compliance was in accordance with the applicable regulations for Colombia and for the other countries in which there is a commercial presence; the corresponding licenses for the use of distinctive signs and other copyrights for which the company is not a holder are also available. In relation to copyright, the applicable rules and conditions defined in the software license agreements were complied with.

In view of the corporate commitment to the protection of personal data, the management of the risks associated with privacy and the construction of a comprehensive program, the company developed activities and strategies aimed at complying with current regulations and applicable good practices in the field, maintaining its principle of the recognition of privacy and respect for the fundamental right of *habeas data*.

Finally, the company reports that the free movement of invoices issued by suppliers of goods or services has not been limited in any way and that it is in no way involved in investigations related to restrictive competition practices.

Closing remarks

During 2021, the advances in vaccination against COVID-19 and the control of the disease made possible to regain confidence and generate a greater commercial and economic dynamics. Grupo Éxito contributed by offering Viva Shopping Centers as venues for the government to strengthen its vaccination program. As such, the company acquired 16,000 doses for its employees. In this context, the Grupo Éxito strategy proved to be the right one, thanks to the focus on the customer, omni-channel, innovation and monetization of the Group's assets.

Recent years have tested the company and its strategy from the competitive, economic, social and operational spheres. The adaptive capabilities of the organization allowed the company to evolve,

thanks to the strengthening of the omni-channel strategy, which represented 9.9% of the consolidated sales, a differentiated retail business in each of its markets, complementary businesses that grew by 37.3%, a financial strength with a net cash position of COP1.2 billion, and a net income of more than COP474 billion. Report 2021

The market context, the company's projections and its commitment to the region, enabled it to return to historical investment levels and to make an important focus on format innovation. During 2021, the consolidated amount invested by the company was COP550,000 million, in projects for the opening, conversion and refurbishment of 57 stores, the strengthening of technologies to support the operation of omni-channel and to resume the expansion of retail in Colombia, through the agreement with Almacenes La 14 to acquire five important stores in Valle del Cauca and in Cundinamarca.

"We nourish Colombia with opportunities" is much more than five words, it is a great purpose in order to mobilize us, and to fill us with hope and aspirations, because there is nothing more valuable than knowing what the dreams of millions of Colombians are, than giving everything in ourselves to nourish those dreams, and, of course, fulfilling them. At Grupo Éxito, we are driven by hope, optimism and the desire to be part of the dreams of millions and millions of Colombians!

I would like to thank the nearly 46,000 employees in Colombia, Uruguay and Argentina who have maintained their commitment to customers, service and biosafety standards. Consistency and coherence allow us to develop the adaptive company required by the current context and remain the company of the sector preferred by Colombians.

2021 was a year marked by hope. In times of crisis, hope is a responsibility and those crises, in turn, are opportunities. Since the beginning of the pandemic, Grupo Éxito has faced important lessons in terms of solidarity, adaptability, excellence, innovation, decision-making capacity and working with a purpose, lessons that are now more effective than ever.

We look forward to the arrival of 2022 with optimism and hope that the path of macroeconomic and commerce recovery will continue, benefiting the social development of countries and encouraging the strengthening of our strategy in the region.

Carlos Mario Giraldo

Luis Fernando Alarcón Mantilla

Felipe Ayerbe Muñoz

Ana María Ibáñez

Ronaldo Iabrudi dos Santos

Peter Paul Estermann

Christophe José Hidalgo

Rafael Russowsky

Philippe Alarcon

Bernard Petit



Corporate Governance Report 2021

Introduction

The world has been facing changes as a result of COVID-19, which demanded the company to adapt its different processes.

For the first time in the history of the company, the General Meeting of Shareholders was held non-face, as decreed in Article 19 of Law 222 of 1995, offering shareholders an innovative possibility to be informed about the results and management of the company remotely, thus protecting their health. Likewise, both the Board of Directors and its Support Committees continued throughout the year with remote meetings, with good results in their dynamics and a high level of participation.

In accordance with the mechanisms for evaluating the performance of the Board of Directors provided for in rule 14 of the Rules of Procedure of that social body, the internal evaluation process was carried out for the Board of Directors and its Committees. The result of the evaluation confirms that it is a multidisciplinary Board of Directors, contributing diverse elements in experience and vision, favoring the approach of national and international trends and best practices, thus contributing to an improved corporate governance. The evaluation process also identified improvement opportunities related to greater dedication to the deliberation of strategic issues, as well as strengthening knowledge and discussions on the current situation in the country (social, economic, industrial, etc.), aspects that were taken into account in the preparation of the work plan for the year 2022.

The company continued working to apply corporate governance best practices and continued the previously adopted practices by contributing to high standards compliance, actually receiving recognition in the field:

- In 2021, progress was made in strengthening the corporate governance framework of the national subsidiaries that make up Grupo Éxito, by standardizing corporate governance practices and uniting the boards into a single body (Subsidiary Steering Committee) to be the maximum management body of the subsidiaries in which the company has more than a 95% stake.

- In addition, in compliance with the commitment to transparency with its shareholders and investors and the principle of disclosure of financial and non-financial information, timely disclosure of relevant information continued.
- For the ninth consecutive year, the company received the recognition of “Emisores-RI” granted by the Colombian Stock Exchange, having voluntarily adopted best practices in the area of disclosure of information and investor relations.
- We have obtained the “Empresa comprometida con la Integridad 100” (Company Committed to Integrity 100) award from the Anti-Corruption Institute.
- We were ranked among the world's top-rated 10 food retailers, according to the Dow Jones Sustainability Index, where the company is at the 89th percentile and we remain a company that sees sustainability as the path of value creation for all our stakeholders. The company gained significant recognition and multiple achievements within our sustainability commitments during 2021.
- Additionally, we have persisted in our interest to adopt and promote, within Grupo Éxito, the consolidation of corporate governance best practices, by implementing the measures promoted by the Dow Jones Sustainability Index and the Carbon Disclosure Project - CDP to align our actions with the highest international standards in social, environmental, economic and corporate governance issues, with a view to seeking the generation of shared value to all stakeholders.

The company reaffirmed the importance and value of risk management and compliance as substantial components of good corporate governance, as they are part of the support of the functioning and conduct of the management and administration of the company, and in general of the balanced development of the business and activities thereof.

Thus, in the area of risk management, the company approached with the resilience that characterizes the materialized risk events and gave timely and

appropriate response to them, so that they did not interfere with the achievement of the defined strategic objectives, thus accompanying the optimal performance and achievement of organizational results. In this way, under the analysis of risks, opportunities and trends and changes in the political, economic and social, technological, environmental and legal context, we carried out the updating of the profile of strategic risks and of business, and defined and implemented strategies for the management of each of them. Finally, in operational level risk management, we made progress in greater integration and synergy with the other elements of a GRC system – Governance, Risk and Compliance, leveraged by the development of a technological tool for the management of risks and controls, aimed at strengthening the control environment.

Finally, compliance programs in the areas of fraud risk management, corruption and bribery, money laundering and terrorist financing, and privacy and personal data protection were adapted to the economic recovery scenario, and in this way leveraged organizational strategies in the framework of compliance with the legal requirements in these matters, both at the national and international levels. Also, requirements at the international level were applied directly by the parent company, along with good practices, that enabled the generation of value for informed decision making.

Company Ownership Structure

Capital and Structure [GRI 102-18]

Each share listed in the Share Ledger shall entitle the holder to one vote at the General Meeting of Shareholders, without restriction in terms of the number of votes that the holder or proxy can make, but maintaining the prohibitions or ineligibilities established by law to vote on certain decisions, such as the case of company administrators and employees in the events indicated by law, as well as those contained in the use of privileged information policy that is on the Corporate Governance Code. Thus, Grupo Éxito shall recognize and guarantee shareholders the same rights and privileges.

Grupo Éxito has an authorized capital of 530 million common shares, of which 448,240,151 have been issued and 81,759,849 are in reserve. Out of the issued shares, 447,604,316 are outstanding and 635,835 have been reacquired.

At December 31, 2021 the number of shareholders was 5,222, out of which, 94.43% is comprised of individuals with a 0.88% shareholding, and 5.57% is comprised of legal entities with a 99.12% share of the share capital.

Major Direct and Indirect Shareholders [GRI 102- 10]

The company is controlled by Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), through two companies, directly by CBD with 409,876,436 common shares equivalent to a 91.57% stake in the company and indirectly by Empreendimentos E Participacoes Ltda with 22,380,232 common shares, equivalent to a 5% stake in the company.

Of the remaining shareholders, none holds a stake equal to or greater than 10% of the company's share capital.

Shares and Securities held Directly or Indirectly by Board Members, Senior Management and other Administrators, Trading and the Rights to Vote they Grant.

At December 31, 2021, Luis Fernando Alarcón Mantilla is shareholder holder of 10,000 common shares of the Company. The acquisition of these shares was duly authorized and disclosed in 2016, and no transactions were made that required them to be informed. As of that date, no other member of the Board of Directors held shares in the company.

As at December 31, 2021, five members of Senior Management (levels 1, 2 and 3 of the Company's organizational structure) held 11,791 shares. During 2021, members of Senior Management did not make any transactions with said shares.

Currently, the Company does not have any securities other than its outstanding shares.

Family, Commercial, Contractual or Business Relationships that Exist between Major Shareholders and the Company, or between Major Shareholders

Given the previous shareholding structure, the Company does not have any other major shareholders, which are defined as parties holding 10% or more of the outstanding shares.

Shareholder Agreements

In 2021, Grupo Éxito did not receive information about the signing, amendment or termination of Shareholder Agreements.

Company Management Structure and Related Operations [GRI 102-18]

Composition of the Board of Directors and Committees

The Board of Directors of Grupo Éxito is composed of nine (9) members elected by the General Meeting of Shareholders.

Board of Directors [GRI 102-19] [GRI 102-22] [GRI 102-24] Elected by the General Meeting of Shareholders for the 2020-2022 period

To learn about the profile of each of its members, we invite you to click on each of the photos.

INDEPENDENT MEMBERS					
	Luis Fernand o Alarcón Mantilla		Felipe Ayerbe Muñoz		Ana María Ibáñez Londo ño
NON-INDEPENDENT MEMBERS					

Ronaldo labrudi dos Santos Pereira	Peter Paul Lorenço Estermann	Christophe José Hidalgo	Rafael Russowsky	Bernard Petit	Philippe Alarcon
--	------------------------------------	-------------------------------	---------------------	------------------	---------------------

In line with the commitment of the administration to promote the diversity criterion in the process of election of the Board of Directors and thus contribute to better corporate governance, this social body currently enjoys complementarity between its members (in professional and academic aspects, and in personal ones, such as, nationality, gender, age and race, among others) and the provision of multiple identities and perspectives for adequate decision-making.

Board Members who belong to the Boards of Directors of Subsidiary Companies or Hold executive Positions thereof

- Bernard Petit is an alternate member of the boards of directors of Grupo Disco Uruguay S.A., Supermercados Disco del Uruguay S.A., Odaler S.A., and a principal member of Libertad S.A.
- Philippe Alarcon is a principal member of the boards of directors of Grupo Disco Uruguay S.A., Supermarkets Disco del Uruguay S.A., Odaler S.A., and Devoto Hermanos S.A.
- Ronaldo labrudi dos Santos is a principal member of the boards of directors of Grupo Disco Uruguay S.A., Supermarkets Disco del Uruguay S.A., Odaler S.A., and Devoto Hermanos S.A.
- Christophe Hidalgo is a principal member of the boards of directors of Grupo Disco Uruguay S.A., Supermercados Disco del Uruguay S.A., Odaler S.A., and Devoto Hermanos S.A.

Policies Approved by the Board of Directors in the Reporting Period

During 2021, the Board of Directors did not approve new policies, but, in line with the company's ongoing commitment to adopt best practices in corporate governance, made some modifications to existing policies, in order to give maturity to them according to the highest standards in the market.

By virtue of the above, the Board approved the amendment to the Board's Election and Succession Policy, in order to expressly enshrine a practice already adopted that the diversity criterion is taken into account in the election of the Board of Directors; the Disclosure Policy was amended by ratifying the appointment of the CFO as the Issuer's Legal Representative responsible for sending and updating information to the RNVE and as a compliance agent.

It also approved the update of the Policy for the Prevention and Control of Money Laundering Risks, Financing of Terrorism and Financing of the Proliferation of Weapons of Mass Destruction (ML/FT/PWMD), in order to enable its publicity and disclosure to third parties; and some aspects of the Donations Policy were modified to refine the scope of the duties and prohibitions contained therein.

Procedure for the Election of Candidates to the Board of Directors[GRI 102-24]

Since 2015, there has been a policy approved by the General Meeting of Shareholders for the election of the members of the Board of Directors, which has been strictly applied. In addition to the policy, in 2016, the Board approved the procedure for the election of Board members.

The policy and procedure regulate, among others, the time and process for the nomination of candidates, the independence criteria which they must meet, the methodology used for their evaluation and the composition of the profiles for candidates.

[The Policy](#) (contained in section 2.2.2 of the Corporate Governance Code) and [the Procedure](#), as well as the Model for [Curriculum Vitae and Letter of Acceptance](#), are available on the corporate website.

Board of Directors Compensation Policy [GRI 102-35] [GRI 102-36] [GRI 102-37]

The Board of Directors Remuneration Policy, approved by the General Meeting of Shareholders on June 11, 2015, states that the members of said body shall be entitled to the same remuneration for attending sessions whether in person or remotely. The amount for the corresponding period will be established by the General Meeting of Shareholders at the session for election of its members and the value must meet the following principles and criteria. The remuneration received by the Board of Directors during the year 2021 corresponded to that approved at the extraordinary meeting of the General Meeting of Shareholders in January 2020.

The Board's remuneration system adopted by the company does not provide for the recognition of a variable component linked to the company's good performance in the medium and long term.

For more information on this policy, please refer to section 2.2.3 of [the Corporate Governance Code](#).

Board and Senior Management Compensation [GRI 102-35] [GRI 102-36] [GRI 102-37]

On January 23, 2020, the General Meeting of Shareholders approved the same allocation of Board of Directors fees that had been approved by the General Meeting of Shareholders on March 27, 2019, in considering that such allocation complied with the principles set out in the Board's Compensation Policy and maintained competitiveness. Therefore, the remuneration for the period 2020-2022 was approved as follows:

Board of Directors and Senior Management Remuneration

	Board of directors	Committees
Chairman of the Board	For the Chairman of the Board, a fee of COP11,550,000 was approved for preparation and attendance of each Board meeting.	A fee of COP7,700,000 was approved for preparation and attendance of each meeting of the respective Committee.
Other members	For other members of the Board a fee of COP7,700,000 for preparation and attendance of each Board meeting.	A fee of COP3,850,000 for preparation and attendance of each meeting of the respective committees.

As a result, in 2021 the company paid its Board of Directors members a total of COP1,575 million for Board and committee meetings attendance.










The Board of Directors approved the Senior Management Remuneration and Assessment Policy in September 2016, which establishes the criteria and guidelines that need to be considered for the remuneration and other financial benefits for Senior Management, i.e., the CEO, Chief Operative Retail Colombia, Chief Officers, the General Counsel and the Internal Audit Officer. For the composition and professional profiles of the Senior Management, click [here](#).

The remuneration for Senior Management members is disclosed in Note 37.1 to the Company's financial statements and can be consulted on the corporate website: www.grupoexitto.com.co

Support committees of the Board of Directors

In 2021, the Board of Directors had five committees that supported it in its management and held advisory or decision-making functions. For more information, click [here](#).

Attendance of Board and Committee Meetings [102- 22]

2. Board of Directors Meetings		
Member	Sessions attended	Percentage
Luis Fernando Alarcón Mantilla (Chairman)	 10/10	100%
Felipe Ayerbe Muñoz	 10/10	100%
Ana María Ibáñez Londoño	 10/10	100%
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	 10/10	100%
Peter Paul Lorenço Estermann	 9/10	90%
Christophe José Hidalgo	 10/10	100%
Rafael Russowsky	 10/10	100%
Bernard Petit	 10/10	100%
Philippe Alarcon	 10/10	100%

Committees of the Board of Directors Meetings

Audit and Risks Committee

Member	Sessions attended	Percentage
Luis Fernando Alarcón Mantilla (Chairman)	 8/8	100%
Felipe Ayerbe Muñoz	 8/8	100%
Ana María Ibáñez Londoño	 7/8	87%






Financial Committee

Member	Sessions attended	Percentage
Christophe José Hidalgo (Chairman)	 8/8	100%
Luis Fernando Alarcón Mantilla	 8/8	100%
Felipe Ayerbe Muñoz	 8/8	100%
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	 7/8	87%
Rafael Russowsky	 7/8	87%






Appointments, Remuneration and Corporate Governance Committee

Member	Sessions attended	Percentage
Felipe Ayerbe Muñoz (Chairman)	 7/7	100%
Luis Fernando Alarcón Mantilla	 7/7	100%
Ana María Ibáñez Londoño	 7/7	100%
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	 7/7	100%
Peter Paul Lorenço Estermann	 5/7	71%

Sustainability Committee

Member	Sessions attended	Percentage
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira (Chairman)	 7/7	100%
Ana María Ibáñez Londoño	 7/7	100%
Felipe Ayerbe Muñoz	 7/7	100%
Philippe Alarcon	 7/7	100%
Rafael Russowsky	 6/7	85%

Business and Investment Committee

Member	Sessions attended	Percentage
Peter Paul Lorenço Estermann (Chairman)	 6/7	85%
Luis Fernando Alarcón Mantilla	 7/7	100%
Christophe José Hidalgo	 7/7	100%
Bernard Petit	 7/7	100%
Luiz Henrique Rodrigues (External advisor)	 7/7	100%

Quorum for Board and Committee Meetings

Board of Directors: The quorum was 99%. For more details, click [here](#).

Board of Directors Committees	
Committee	Quorum (%)
Audit and Risk Committee	96%
Financial Committee	95%
Appointment, Remuneration and Corporate Governance Committee	94%
Sustainability Committee	97%
Business and Investment Committee	96%

For more details, please click [here](#)

Chairman of the Board of Directors

[Luis Fernando Alarcón Mantilla](#) has been the Chairman of the Company's Board of Directors, since its first election as Chairman on June 11, 2015.

As well as leading and ensuring that the Board meetings are conducted in an orderly fashion, complying with the agenda and addressing all the proposed issues, the Chairman of the Board performs the duties stipulated for said position in Article 31 of the Company Bylaws found on the following [link](#).

Considering the scope of the specific functions of the Chairman of the Board of Directors and his increased dedication to time, the Board has differentiated treatment with respect to the other members, both in their duties and in their remuneration.

Board of Directors Secretary

Since December 9, 2019, [Claudia Campillo Velasquez](#) has served as Secretary of the Board of Directors and at the General Meeting of Shareholders, as well as Vice President of Corporate Affairs.

The duties of the General Secretary are provided for in Article 43 of the Company Bylaws, found on the following [link](#).

Relationships of the Board of Directors with the Statutory Auditor, Financial Analysts, Investment Banks and Rating Agencies, and External Consulting Services Received by the Board of Directors

The relationship between the Board of Directors and the Statutory Auditor was characterized by the active participation of the members of the Audit and Risk Committee in the follow-up of auditing processes on the quarterly and year-end financial statements conducted by the Statutory Auditor in order to ensure the reliability of the financial statements and business figures of the company and its subsidiaries. At the Audit and Risk Committee meetings, the Statutory Auditor reported progress regarding the auditing plan, the findings and recommendations related to the accounting and financial processes and systems, as well as the follow-up of compliance with the action plans proposed by the Administration to ensure the integrity and ongoing reliability of the Group's information.

Following the implementation of the SOX Act and its control model in 2020, the Board of Directors and the Audit and Risk Committee continue to follow up on the issues resulting from this control model, monitoring the plan defined for 2021 and the results of the implementation of controls, ensuring that the information is reliable and that the Group strengthens its financial control management tools, with the support of Price Waterhouse Coopers as a consultant firm.

During 2021, the role of Statutory Auditor continued to be performed by Ernst & Young Audit S.A.S. as of its election at the Shareholders' Meeting.

Management of Board of Directors Information

The company complied with the term provided in the Company's Corporate Governance Code for forwarding information to the Board members regarding the items on the agenda for the respective meeting. This information was prepared by the Secretary of the Board of Directors and Senior Management under the leadership of the Chairman of the Board.

After each meeting of the Board of Directors and its respective Committees, the General Secretary and the secretaries of each body took responsibility for the custody of the information and for ensuring that it serves as support to draft the minutes for the respective meetings.

During 2021, the company continued the use of the Diligent Boards application, through which, prior to each meeting, supporting material for each session is made available to Board members and their Support Committees. The application ensures secure custody of information and traceability of updates. Also, tools for interaction with its content are provided.

Additionally, the company's CFO, as the person responsible for disclosing relevant information to the market, led the process of disclosing the decisions made by the Board of Directors when they were deemed relevant, in coordination with the company's Information Disclosure Committee.

Board Committees Activities [GRI 102-18] [GRI 102-22]

Audit and Risk Committee

The Audit and Risk Committee, made up of the three independent directors of the Board of Directors, carried out its supporting role in the monitoring and supervision of accounting, financial reporting and reporting processes, risk management, corporate governance, the internal control system and architecture, internal audit and fiscal review processes, compliance with internal laws and regulations and internal codes of conduct, as well as monitoring transactions between related parties and conflicts of interest within their jurisdiction.

In 2021, the Committee's activities focused primarily on the following:

- Analysis of the individual and consolidated, interim and year-end financial statements, prior to the submission and disclosure of information to the market.
- Follow-up to the Disclosure of Information Procedure (financial, non-financial and relevant information), complying with the regulations established in the Corporate Governance Code, the Financial Superintendence of Colombia and the Country Code. In addition, it reviewed and approved the annual disclosure report 2020.
- It reviewed and approved the scope, resources and annual plan of the Internal and Statutory Audits. The Committee was responsible for its follow-up on the basis of the performance, independence, indicators and results of the evaluations of the processes assessed and advised, as well as the research carried out. This includes follow-up to relevant recommendations and/or the results of audits carried out in foreign subsidiaries. It also verified the level of implementation of the main action plans agreed upon with Senior Management to improve the internal control system of the Group for the achievement of corporate objectives.
- Follow-up to the initiatives of the internal audit transformation strategy focused on ensuring the competence, relevance and evolution of the delivery of a superior service that protects and adds value to interest groups, strengthening governance, and risk and control processes, based on methodologies and practices aligned international standards and company strategy.
- Consideration and recommendation to the Board of Directors on the selection and appointment of the new Internal Audit Manager, ensuring, in the process, compliance with the guidelines contained in the company's bylaws.
- Follow-up to scope, plan, results and independence in the provision of the Fiscal Review Service, and review of the opinion delivered on individual and consolidated financial statements.
- Monitoring of comprehensive risk management, including the analysis and updating of the strategic risks of Grupo Éxito, as well as the treatment and

follow-up actions established for the same. For this period, two new risks arising from changes in the national political environment, the international environment and the protection of technology and information assets were identified: social risk and supply chain. Similarly, the Committee monitored, with particular attention, the risks of cybersecurity and quality and safety.

- Follow-up to the exercise of risk mapping of fraud, bribery and corruption, pursuant to the provisions of the regulations applicable to the parent company -Sapin II Law and the guidelines of the French Anti-Corruption Agency.
- Knowledge and approval of transactions between related parties submitted by Senior Management, guaranteeing compliance with the defined policy and procedures.
- Reviewing of situations regarding conflicts interests in the Board of Directors and Senior Management (levels 1 and 2), providing recommendations about effective management.
- Monitoring of the efficiency and proper functioning of regulatory compliance, including transparency programs, personal data protection programs, and the money laundering and terrorist financing prevention system; including the review of the Compliance Officer's management reports prior to approval by the Board of Directors, the statistics reports of the internal reports of unusual operations and the external reports to the Financial Information and Analysis Unit (UIAF, for its acronym in Spanish). In addition, it reviewed and approved adjustments to the Donations Policy, and the Handbook for the Prevention and Control of Money Laundering, Financing Terrorism and Financing of the Proliferation of Weapons of Mass Destruction (ML/FT/PWMD).
- Consideration and recommendation to the Board of Directors of the approval of the Principal and Alternate Compliance Officer for the Transparency, Prevention and Control for LA/FT and Data Protection programs.
- Consideration of the proposal to the assembly for the modification of fees of the Fiscal Review firm, Ernst & Young, for the exclusive provision of tax review

services and audit-related work to the implementation of the SOX project in the company.

- Tracking of SOX compliance in Almacenes Éxito and foreign subsidiaries.
- Knowledge of information relating to inspection, surveillance and control authorities.
- Alignment with the Audit Committee of Grupo Pão de Açúcar (GPA), within the framework of the corporate governance of both entities, in order to work on common purposes and generate synergies. In addition, the Committee accompanied the areas leading the Group's control architecture, mainly the Internal Audit, in its communication with the Committee, on topics such as structure and methodology, risk management, relevant internal control issues, processes and financial management, internal audit and external audit.

Appointment, Remuneration and Corporate Governance Committee

The Committee monitored the policies and main indicators related to the company's human resources strategy, including: short- and long-term variable compensation schemes, a talent planning model, a leadership model, labor expenses, employee turnover rate, "Vida Digna" (decent living) initiative, and staff spending adjustment plans. With regard to the long-term variable compensation scheme, the committee approved the investment of resources for 2021.

Also during 2021, the Committee presented to the Board of Directors: the salary increase for 2021 applicable to the basic staff, which was the result of the negotiation that the company advanced with trade unions; the proposed salary increase for the rest of the staff; inter-administrative credit regulations; and different adjustment plans for staff expenditures and costs. Similarly, the Committee was in charge of analyzing the human component of the company during the pandemic and carried out evaluation of Senior Management. The CEO's evaluation was carried out by the Chairman of the Board, while the Vice-Presidents' evaluation was carried out by the CEO, with satisfactory results.

Finally, the Committee supported the Board of Directors in the evaluation of important proposals in the area of corporate governance, in order to give continuity to the permanent improvement of standards in this area and to contribute to the construction of value relationships with their stakeholders. The Committee also supported the evaluation of the members of the Board of Directors.

The company standardized the Corporate Governance practices of the national subsidiaries through a process of simplifying their structure. We united the boards of directors into a single body (Subsidiary Steering Committee), as the maximum administrative body of the subsidiaries in which the company has more than a 95% stake. This was carried out with the aim of achieving greater articulation at group level, allowing for the easy definition of the strategic orientation, supervision, control and effective administration of the company's national subsidiaries, respecting, in all cases, the autonomy of each company in the follow-up of decision-making procedures.

The good corporate governance practices promoted by the Committee have helped the company maintain our corporate governance standards at a 90 percentile on the Dow Jones Sustainability Index, being one of the best performing food retailers worldwide.

Financial Committee

During 2021, the Financial Committee closely monitored the company's cash levels in order to guarantee liquidity and proper management of its resources, ensuring compliance with investment policies.

In addition, it regularly monitored macroeconomic and market indicators, mainly the intervention rate of the Bank of the Republic. Likewise, the Financial Committee was in charge of reviewing the company's debt position and interest rate and exchange derivatives, accompanying in the construction of proposals and strategies for restructuring debt and hedging, achieving optimization of the financial cost, decreased risk of rate variation and improved financial indicators.

Finally, the Committee monitored the behavior of net financial debt, with special emphasis on behavior and projections of working capital, operating result and cash generation to shareholders.

Business and Investment Committee

In line with the purpose of the Business and Investment Committee, it actively participated in the definition and follow-up of the strategy for the expansion of the company's Real Estate and Retail businesses, closely monitoring the execution of Capex (capital investments) during 2021 to ensure the solid and profitable growth of the organization's various businesses and investments. Similarly, the Committee addressed different requirements by brand and complementary business issues in the following areas:

- Follow-up to the investment and performance plan, as well as the strategies and value propositions of the Éxito, Carulla, Super Inter and Surtimax brands
- Follow-up to the objectives, scope and strategy, as well as the performance and results of the company's complementary businesses: Seguros Éxito (insurance), LTSA, and Viajes Éxito (travel)
- Post-Investment Real Estate assessments of the real estate assets Viva Envigado and Viva Tunja, which completed their second year of operations at the end of 2020. Similarly, the evaluations corresponding to retail, including the stores that had openings during 2018 and 2019 for the Éxito, Carulla, Super Inter and Surtimayorista brands
- Review of the Grupo Éxito's Investment Policy
- Review of cash generation figures by business unit, supporting each business unit's action plans to maximize its contribution to the company's EBITDA margin
- Follow-up to strategic lease contracts
- Follow-up to the execution of the 2021 Capex and the estimated figure for the end of the year. Review of the Capex planned for 2022 to drive project development and expansion of the company
- Follow-up to the industry project
- Presentation of the real estate business strategy called "Proyectos MAX," with which we aim to monetize the constructed areas of the company's

operating assets. The projects developed with the most representative indicators were reviewed, as well as the opportunities and targets for 2021 and 2022.

- Follow-up and approval recommendations to the Board of Directors of projects for renovation and expansion of real estate assets
- Evolution of the five years since the creation of the Viva Malls real estate vehicle and its projection until 2027
- Follow-up to progress in negotiating acquisitions of commercial facilities during 2021

Sustainability Committee [GRI 102-32]

In 2021, the Sustainability Committee reviewed and analyzed strategic issues that linked the different stakeholders of the company. The most relevant issues were those related to biodiversity protection, climate change, sustainable supplier development, zero malnutrition, diversity and inclusion and the relationship with communities.

Among the matters managed by the Committee during the above-mentioned period, the following stands out.

- Approval and monitoring of indicators related to the sustainability strategy:
 - Corporate Social Mega
 - Corporate Environmental Mega
 - Local and direct procurement
 - Sustainable productive practices
 - Diversity and inclusion
 - “Vida Sana” (Healthy Life-style)
- Approval of the company's materiality analysis that was conducted during the last quarter of 2020, and was completed in January 2021:

- The material issues prioritized by stakeholders were:
 - Climate Change Management
 - Supporting the local economy and inclusive growth
 - Attraction, retention and development of human talent
 - Circular economy – packaging
 - Diversity, Inclusion and Human Rights
 - Protection of biodiversity

- Climate Strategy:
 - Discussion of climate change in all its sessions, prioritizing issues, such as:
 - Implementation of short-, medium- and long-term actions to reduce emissions to Scope 1 and 2 of the carbon footprint
 - Measuring the carbon footprint Scope 3.
 - Carulla brand climate strategy brought Carulla Freshmarket to become the continent's first carbon neutral food retail.
 - Implementation of monthly indicators strategy to the company's carbon footprint

- Approval of the risks associated with the sustainability strategy
- Follow-up to the implementation of the sustainable livestock model and the protection of biodiversity in the supply chain, model in which the company is a pioneer in Colombia
- Follow-up to projects associated with community relations

Board and Senior Management Assessment [GRI 102-28] [GRI 102-28]

Pursuant to the Corporate Governance Code, the Company conducts an annual assessment process to the Board of Director to be evaluated. An internal evaluation process was carried out this year.

This yielded strengths and improvement opportunities for the Board of Directors as a collegiate body and also for the support committees and the setting of applicable action plans for the next period.

The trust and transparency of their individual and team actions were identified as strengths, as well as the contribution they can generate on the different topics addressed, given their experience. In addition, the Board has a high degree of competitiveness, expertise, integrality and complementarity of issues on the part of its members, favoring the approach of national and international trends and best practices.

Opportunities for improvement were identified related to a greater investment of time in the deliberation of strategic issues, as well as in the strengthening of knowledge and deliberations on the current situation of the country (social, economic, industrial, etc.). These opportunities for improvement were taken into account in the preparation of the 2022 work plan.

Likewise, the performance evaluation of Senior Management was carried out taking into account the process defined by the company.

Transactions with Related Parties

Decisions by the Board of Directors about Transactions between Related Parties and Conflict of Interest Situations

In accordance with Article 34.4 of the company bylaws, it's the responsibility of the Board of Directors to define the regulations governing the evaluation and authorization of transactions between related parties.

In compliance with that goal, the Board approved the Transactions Between Related Parties Policy in January 2016, which is the seventh chapter of the Corporate Governance Code and regulates the identification, classification, evaluation, approval, revelation and follow-up of such transactions. This policy can be analyzed in chapter seven of the Corporate Governance Code by clicking [here](#).

The objective of this policy is to ensure that transactions between related parties always occur at market prices in order to guarantee the fulfillment of the following principles:

- To satisfy the interest of the organization and not harm it
- To offer better service, better prices or better conditions to company customers
- To generate value for the organization
- To not undermine or put at risk the capacity of the Group to fulfill its obligations to third parties
- To respect the rights of minority shareholders
- To provide transparency
- To promote the exploitation of synergies in accordance with the limitations and restrictions established by law

In the year 2018, the Audit & Risks Committee approved the procedure for the proper treatment of transactions between related parties of the company, the report can be found [here](#).

Throughout this process, the company strives to ensure that the transactions between related parties occur at market rates, with the goal of fulfilling the principles mentioned previously in this report when referring to the Related Party Transactions Policy. In the case of transactions with the majority shareholder or affiliates and subsidiaries, market price analysis shall be carried out by an independent third party expert in transfer prices.

During 2021, the policy and procedure was fully implemented by submitting the information to the Audit and Risk Committee and the Board of Directors, when applicable.

Detail of the most relevant transactions conducted between related parties as determined by the organization

The most relevant transactions between related parties in 2021 were the following:

- Regarding GPA, the company generated costs and expenses of COP9,777 million, which correspond to consultancy services provided by GPA.
- There were transactions that generated income from the Casino Guichard Perrachon S.A. companies, primarily from the provision of services valued at COP7,265 million, and expenses primarily for the provision of energy-efficient services and intermediation in the import and purchase of merchandise for COP58,136 million.
- As for the national subsidiaries, the main transactions carried out correspond to revenues from (i) the provision of administrative services to administrators at Éxito Industrias S.A.S., Almacenes Éxito Inversiones S.A.S., Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P., Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S., Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S., and Patrimonios Autónomos (trust funds); and (ii) real estate leases to Patrimonios Autónomos (trust funds) and to Viajes Éxito y Turismo S.A.S. The income from these transactions surpassed COP48,629 million.
- Costs and expenses generated with domestic subsidiaries amounting to COP365,678 million are mainly due to (i) the purchase of merchandise and goods to be marketed by Éxito Industrias S.A.S.; (ii) transportation services received from Logística y Transporte y Servicios Asociados S.A.S.; (iii) leasing and management of property with Patrimonios Autónomos (trust funds); (iv) the purchase of corporate plans from Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.; and (v) services received, the purchase of goods and reimbursements from other subsidiaries.
- With regards to joint ventures, the company obtained revenues of COP132,109 million mainly from (i) bond, coupon and energy yields with Compañía de Financiamiento Tuya S.A., (ii) participation in the business

collaboration agreement with Compañía de Financiamiento Tuya S.A., (iii) real estate leases to Compañía de Financiamiento Tuya S.A., (iv) recovery of commercial activities, and (v) the provision of services to Compañía de Financiamiento Tuya S.A. and to Puntos Colombia S.A.S. The costs and expenses generated with joint ventures of COP88,713 million were due mainly to the cost of the customer loyalty program and the administration of the liabilities to Puntos Colombia S.A.S., and to the commissions of means of payment generated with the Compañía de Financiamiento Tuya S.A.

- Finally, with other related parties, such as the case of the Board of Directors members, expenses were generated from the provision of services (fees) amounting to COP1,574 million. It should be noted that the company did not enter into any transaction with the members of the Board of Directors other than the payment of fees described above.

The breakdown of transactions with related parties can be consulted in Note 37.2 of the Financial Statements.

Conflicts of Interest [GRI 102-25]

The Company Bylaws define the responsibilities of the Board of Directors with respect to conflicts of interest as follows:

- To investigate and manage conflicts of interest that arise between the Company and its Shareholders, Board Members and Senior Management
- To approve policies to manage conflicts of interest and use of privileged information by any employee
- To regulate the creation and operation of the Conflict of Interest Committee

Additionally, the Board's Audit and Risks Committee is responsible for fulfilling the following roles related to conflicts of interest:

- To assess and inform the Board of Directors of conflicts of interest in which a Major Shareholder or member of the Board of Directors or Senior Management could be involved directly or indirectly or through a related party, making the necessary suggestions to manage the situations

- To assess and inform the Board of Directors of possible conflicts of interest that could arise between the Board and branches and/or subsidiaries, or between these entities, or between Administrators and related parties, making the necessary suggestions to manage the situations
- Following prior authorization from the Board of Directors, to examine and inform the Board about direct or indirect operations of the Company with Board Members, Controlling or Major Shareholders, as defined in the Company's ownership structure, or members of Senior Management at levels 1 through 3, and of operations between companies of the Corporate Group or entities related thereto (operations with related parties) that, because of their value, nature or terms, pose a risk for the Company.
- To verify that operations are carried out according to fair market conditions and do not compromise equal treatment of shareholders.

During 2021, situations of conflict of interest reported by Board members and Senior Management members were settled by the instances and under the rules set forth in the Conflict of Interest Policy contained in the Company's Code of Ethics and Conduct, as described in the next chapter. Similarly, the situations reported by the other employees of the company were properly managed in accordance with the Policy, which is discussed later in the Compliance chapter.

Conflicts of Interest that Arose, Action of Board Members, and Mechanisms to Resolve Conflicts of Interest between Companies of the Same Conglomerate and their Application during the Fiscal Year [GRI 102-25]

The company has adequate mechanisms oriented toward the fulfillment of our policies of good governance and transparency, among which are those pertinent and suitable to report, analyze and manage situations of potential conflicts of interest reported by members of the Board of Directors and Senior Management.

The following are the main activities that demonstrate the management of these mechanisms and their implementation during 2021:

- a. **Reports Defined by the Board of Directors and Senior Management. Quarterly Report on Conflicts of Interest:** to be able to properly identify and report any possible conflicts of interest, the Board of Directors and Senior Management were requested, on a quarterly basis, to update information on companies in which they hold 10% or more of the share capital or over which they hold significant influence, or any other situation that could result in a conflict of interest.

- b. **Analysis of reported situations:** the analysis of the reported situations was carried out in compliance with the guidelines defined in the Conflicts of Interest Policy contained in the Company's Code of Ethics and Conduct, and its provisions related to the governance structure and establishment of the Conflicts of Interest Committee. Thus, for the specific case of situations related to the members of Senior Management that are part of the levels 1 and 2 of the organizational structure, the Conflicts of Interest Committee was made up of the Audit and Risks Committee of the Board of Directors. Likewise, in the case of situations referring to members of the Board of Directors, the Conflicts of Interest Committee was made up of the remaining members of the Board of Directors not involved.

- c. **Mechanisms for the management and resolution of conflicts of interest:** the company ensured the proper functioning of the mechanisms for the reporting of situations of possible conflicts of interest for members of the Board of Directors and of Senior Management, which enabled the guarantee of their timely communication. The situations reported by Senior Management consisted mainly of the participation of one's own or of a family member in the Boards of Directors of other companies or entities, as well as in the shareholding in other companies with possible links to the company.

Included in front of each of the reports received, are the respective analyzes that were carried out, as well as the recommendations by the respective Conflict of Interest Committee, oriented toward the solution and administration of the reported situations. This was done in order to safeguard objectivity and impartiality in the actions of the reporter and to protect the company's confidential and privileged information. In this regard, members of the Board of

Directors who reported a situation of possible conflict of interest, refrained from deliberating and deciding on the management of that situation.

None of the situations under analysis affected the operations as a whole, nor did they represent such an impact that it would make it impossible for the person concerned to exercise their position or role.

Risk Management System [GRI 102-15]

Internal Control System and its Modifications during the Year

Grupo Éxito carried out activities to strengthen the Internal Control System during 2021, in accordance with the provisions of the Corporate Governance Code.

The components that deploy the system are highlighted by the following points during the year:

Control Environment

The Control Environment operates within the established guidelines of the Bylaws, the Corporate Governance Summary and the policies and procedures. It's also backed up with a strong commitment, led by Senior Management and supervised by the Board of Directors and its supporting committees.

- The company reviewed the strategy, challenges and initiatives that guide it toward strategic pillars, objectives, mission and corporate values.
- The company applied corporate governance standards, consolidating good practices and building value relationships with stakeholders.
- The company designed and modified processes, according to the requirements of the environment and organizational needs. The Board of Directors was aware of and approved the adjustments in the organizational structure reviewed by Senior Management, considering rotation of personnel, internal promotion and execution of succession and career plans.

- The company continued to implement measures to contain the COVID19 pandemic; adjustments to the operating model and processes were consistently applied throughout the year, maintaining the principles of responsibility, authority and commitment necessary to ensure compliance with internal control.
- During 2021, the company made progress in defining the Governance, Risk and Compliance (GRC) model, which seeks to integrate risk management at all levels (strategic, business, project, processes) with the control models and the operational reality of the organization, enabling a unified view of the company's internal control.
- In line with the above, the company completed the redesign of the risk and control self-assessment process – the Self-control Program – which is an enabling and value-enhancing mechanism in operational risk management and a support for tactical and strategic risks. At the same time, it strengthens the culture of self-management; in the first quarter of 2022, the program will be relaunched.
- Compliance programs in fraud, corruption and bribery risk management, money laundering and terrorist financing, and privacy and personal data protection were adapted to the economic recovery scenario. In this way, they leveraged organizational strategies within the framework of compliance with the legal requirements in these matters, both at the national level, and for those in the international sphere that apply directly by the parent company, as well as good practices. This has enabled the generation of value in making informed decisions.
- In September 2021, the company began the preparation process to qualify for the Gold Seal in 2022 “*Implementación acciones por la igualdad*” (Implementation of Actions for Equality) of the “*Equipares*” Labor Equity Program, by the national government.

The company's Senior Management reaffirmed its commitment to diversity, inclusion and labor equity. This commitment, which began in 2018, promotes initiatives that foster a culture of respect for legitimate differences in age,

gender, skills and ethnicity. As part of this, in June 2021, the company joined the Colombian LGBT Chamber of Commerce.

Risk Management

The Integral Risk Management System of Almacenes Éxito is managed by the Department of Integral Risk Management, part of the Vice-Presidency of Corporate Affairs. It is responsible for designing and implementing the risk methodology and model at different levels of the organization and promoting the risk management culture with special emphasis on its contribution to meeting strategic objectives.

The system is guided by a comprehensive risk management policy that establishes the general framework for action and by the risk management guide that contains the model and methodology aligned with the ISO 31000 standard. The main actions in the area of risk management are presented in the chapter entitled Description of the Risk Policy and its implementation during the financial year.

Control Activities

The control activities are outlined in internal policies and procedures for process management, with an ongoing effort to optimize and excel in all the operational, technological and digital transformation processes and through the application of constantly improving methodologies.

- During the first quarter of 2021, the company completed implementation of the Sarbanes Oxley – SOX – compliance framework. During the year, the control framework was continued, according to the scope applicable to the period.
- During the social mobilizations that took place in the country, the company proceeded, in accordance with the guidelines established for crisis management, so that all the necessary fronts of work were activated and made available to the needs of the organization.

- As had been done in previous years, the company applied mechanisms to optimize processes, with practices such as Six Sigma, Robotization of Tasks, Lean, and Agilísimo, among others.
- The company had management systems in place that strengthen the control system, some of them related to occupational safety and health, road safety, BASC - Business Alliance for Secure Commerce - Anti-Smuggling Business Coalition -; OEA (for its acronym in Spanish) - Authorized Economic Operator - for the logistics and transport operations.
- The company continued to develop the omni-channel strategy, with the implementation of technological tools and operational processes that enhance the sustainability of the business, in a control environment and in compliance with internal policies and current regulation.
- The company adapted the information systems and processes to respond to the needs derived from the three days without VAT defined by the national government as part of the economic reactivation initiatives. The modifications made are within the framework of the regulation defined for this activity and comply with internal policies and controls.
- The hybrid model (face-to-face and virtual) for collaborators of the organization was strengthened with technological solutions to facilitate collaborative and remote work, allowing business continuity, digital connectivity, information management and interaction between users and teams, with technology and information security controls.
- The company began implementing Governance, Risk and Compliance software, which integrates risk management and allows traceability of the organization's control processes, facilitating administration and follow-up.
- In conjunction with the Internal Control Department of Grupo Casino, the company carried out the first stage of internal control self-assessment that aimed to make a diagnosis of general controls in some Éxito processes, including Logistics, Transportation and Associated Services processes. It also allowed the sharing of good practices among the participating companies.

Compliance

The Company's compliance programs that manage the risks of money laundering and financing of terrorism, fraud, corruption and bribery, and those related to privacy and protection of personal data proactively adapted their dynamics to the organizational context of economic reactivation, through the strengthening of their main policies, the optimization of some of their control mechanisms leveraged in the process of digital transformation, and the generation of value in informed decision-making processes, within a framework of compliance with the applicable legal and regulatory provisions related to the management of these risks.

Management of the Transparency Program

During 2021, the management of the Transparency Program reflected its importance as an enabler and promoter of organizational principles and values, making it an integral part of the strategic pillar “Somos Integros.” In this sense, it strengthened its main policies, extended its training and communication processes and challenged itself to a rigorous external measurement with excellent results.

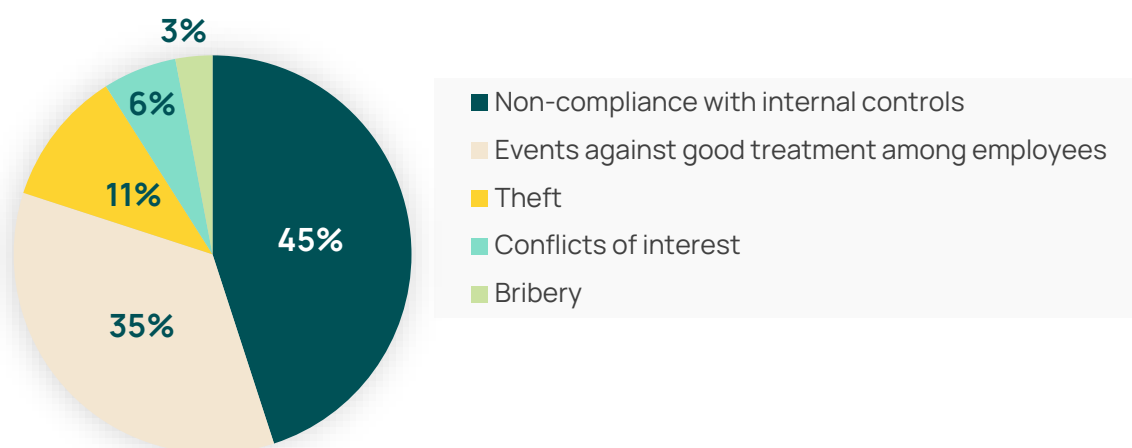
Pursuant to this management, the following actions are highlighted:

- **Leadership and organizational commitment:** the company's management and senior management maintained their leading role in supervising and managing the risks of fraud, corruption and bribery, with direct actions that evidenced their commitment to the promotion of the highest ethical standards – *tone at the top* – through their leadership in the various actions described in this chapter, within which they emphasized: their role in the communication exercises, risk assessment, monitoring and supervision of the Transparency Program, headed by the Board of Directors and the Risk and Audit Committee, the key role of the Ethics Committee as a body of the Senior Management responsible for the strategic leadership of the Transparency Program, and the active participation of the Working Committee on the Fight against Fraud and Corruption in the management of reports received by the reporting channels.

- **Risk assessment:** In accordance with the risk-based approach, the applicable local regulations, the guidelines of its parent company and best practices in the matter Transparency Program was a milestone in completing the phases of the fraud risk assessment exercise, bribery and corruption under the rules and standards of the French Sapin II Law and the requirements of the French Anti-Corruption Agency – AFA. This exercise enabled identification in the various processes that make up the company's value network, their exposure to these risks, and proposed relevant treatment measures leading to their mitigation.
- **Dissemination and awareness raising:** strategic communication and awareness raising actions were planned and implemented for various stakeholders of the company, both internal and external, and the importance of transmitting strong messages, not only related to compliance with the rules of conduct, but also to generating awareness of the context and risks that each public can face was addressed, for the continuous construction of relationships of value with each one of them. For this purpose, outreach actions were carried out for employees through the various internal corporate media, for suppliers through the communications bulletins arranged for them and the awareness spaces that were carried out during the course of the year.
- Highlighted is the deployment of initiatives to raise awareness among external audiences, such as the one carried out in partnership with EAFIT Social to young coffee growers in the department of Risaralda, on the value of ethics and their importance in the development of their spirit of personal and professional growth.
- **Reporting channels [GRI-102-17, 205-3]:** the reporting system of facts against ethics and transparency maintained its key role in managing the risks of fraud, corruption and bribery through its constant promotion and disclosure, strict monitoring of its operation, administration, confidentiality and efficiency, and recognition of its value as a primary tool for monitoring the risk and effectiveness of the transparency program, through its different government bodies. The channels for entering reports into the system were widely disseminated, not only internally, but also to external audiences through corporate media with audiences, such as providers, and through

social networks. The anonymity of the complainants who so requested was guaranteed, and the non-retaliation for the fact that they had reported.

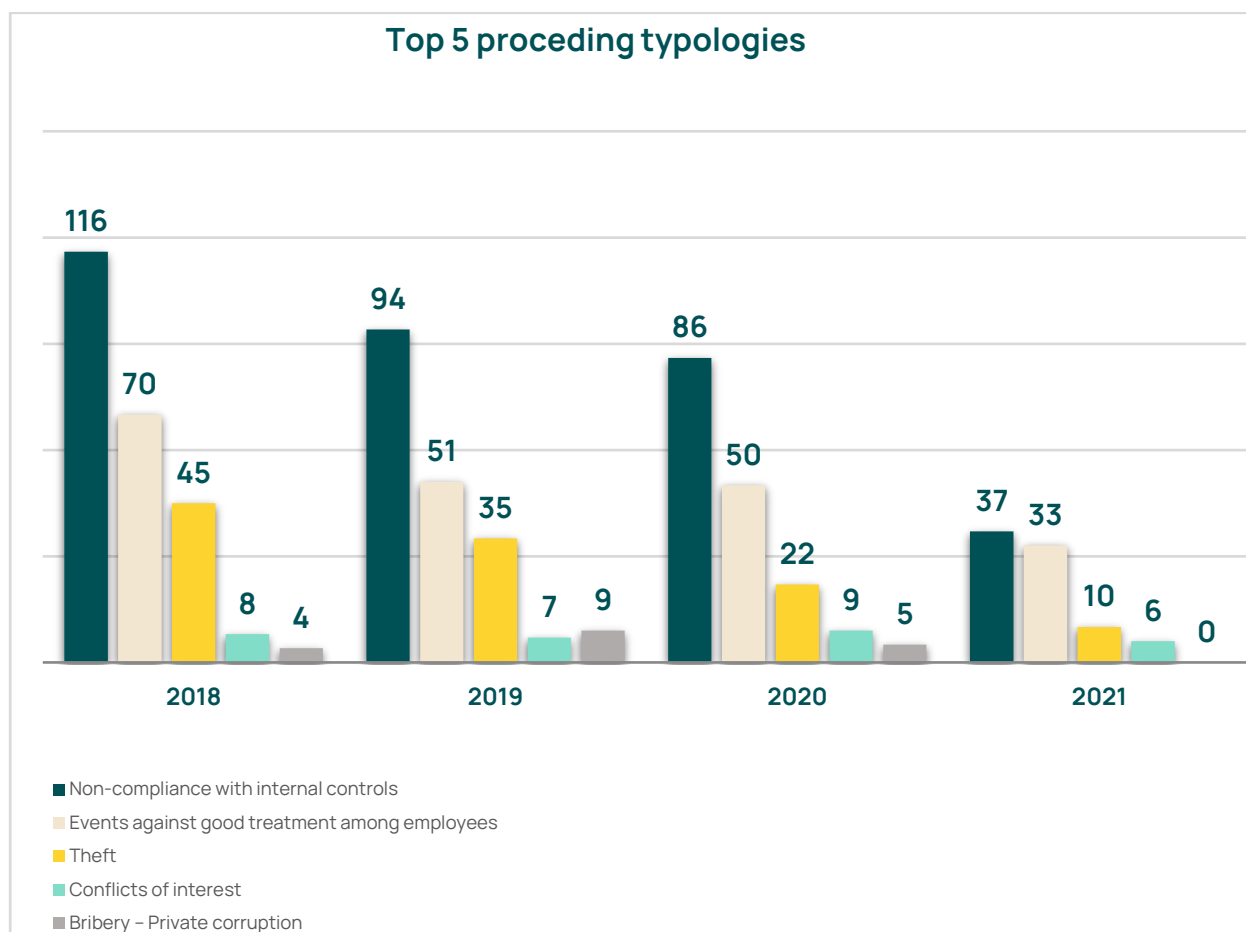
- In accordance with the best practices in this area, the administration of the reporting channels is carried out by an independent and specialized third party. In 2021, the tender renewal for this process was carried out, in order to ensure the best service delivery under the strictest standards, in compliance with the procurement principles and rules of the company.
- **[GRI-205-3]** Specifically, during 2021 the company handled 748 reports that entered through the reporting channels for alleged acts against ethics and transparency, all of which were investigated without exception. This management was developed in harmony with the definition of roles and responsibilities established in the respective internal procedure, which includes the expert managers responsible for the investigation according to the typology of the case, the accompaniment of the compliance function and supervision, and strategic and tactical guidelines of the Operational Committee for the Fight against Fraud and Corruption, the main five (5) typologies, by total number of complaints received in 2021 were as follows:



Note: Top 5 cases received

This does not correspond to proven cases, the figure of which is equivalent to 19% of the cases investigated.

Of the total reports completed, 19% were verified, none of which represented material impact for the company. The five main case typologies tested were the following with their respective behaviors in the last four years:



[GRI-205-3] In response to the completed and verified reports, the following measures were implemented, in line with the definitions foreseen and reported in the Code of Ethics and Conduct:

- 57 actions between disciplinary measures and feedback, aimed at strengthening compliance with guidelines and policies
- 24 corrective actions regarding control updates

- 19 administrative decisions on termination of employment contracts
- 14 training and awareness-raising measures for employees
- 9 actions corresponding to the transfer of employees
- 4 recovery measures before insurers
- 3 judiciary actions
- 2 measures against suppliers
- None of the completed and verified reports related to bribery or corruption with public officials

The company is not currently engaged in administrative or judicial proceedings in courses related to corruption and bribery.

- **Employee conflicts of interest management:** in addition to the management of conflicts of interest of Board members and Senior Management described in the respective chapter of this report, the company complied with the Conflicts of Interest Policy set forth in the Code of Ethics and Conduct, supported in the constant training and preparation of its employees in the importance of giving timely management to those situations that can generate potential risk of loss of objectivity in the development of their work, and in the mechanisms to record such situations. Said compliance was reflected in the total number of declarations received, especially since the execution of the annual day of declaration of conflicts of interest, which turned out a historical result with the registration of 1,363 declarations of possible conflicts of interest; the highest number of situations reported was in the category of “working with a relative or affective partner in the company,” with a 51% stake.

In response to situations reported by employees at levels 3 to 7 of the organizational structure, the Conflict of Interest Committee provided relevant recommendations aimed at safeguarding the interests of the company.

- **Relationship with the State and Government:** in the various initiatives of management of the company's interest, the rules of conduct for relations with State and public servants established in the Code of Ethics and Conduct were complied with.
 - In 2021, and since 2015, the company has not made donations to campaigns, candidates or political movements.
 - Furthermore, the social donations made in 2021 were in line with the company's Sustainability Policy and with the value approved in the donation proposal by the General Shareholders' Meeting, equivalent to COP1,763,828,352. All of these actions were in compliance with the guidelines and rules of the Grants Policy and its associated internal procedures.

- **Prevention of money laundering and terrorism financing program management**

Supported by a solid, active and functional organizational structure, and by the constant training and sensitization of employees, the company complied in our various actions, with the guidelines established in the applicable regulations and internal policies of management of the risks of money laundering, financing of terrorism and financing for the proliferation of weapons of mass destruction (ML/FT/PWMD). In this regard, the general policy was updated and disseminated on the corporate website, in order to further facilitate the access of external stakeholders to knowledge of the risk management strategies of ML/FT/PWMD.

In turn, some of the mechanisms integrated to the prevention and control program of ML/FT/PWMD were strengthened, with a focus on the optimization and automation of some of the main processes. Thus, during 2021, the process of monitoring partners was updated, aimed at generating greater value in the timely detection and analysis of alerts. Similarly, the general policy of prevention and control of these risks was updated and published to the various interest groups through the corporate website.

In addition, and as evidence of the value for the company of the control mechanisms implemented to manage this risk, we emphasize that in 2021 the company received the qualification of Authorized Economic Operator - OEA, for its acronym in Spanish. International certification focused on the standardization of processes and controls oriented to the security of the supply chain, once the evaluation process has been completed, which included, among others, the review of some of the main processes of the prevention and control program of ML/FT/PWMD.

During 2021, the company complied with regulatory requirements, including those related to internal reporting of unusual operations, its management, and the generation of different external reports to the competent authorities, such as reports of suspicious operations.

- **Management of the Personal Data Protection Program**

The strengthening of the trust of the various stakeholders in the company and compliance with applicable regulations and good practices were the main elements of the development of the personal data protection program and the management of the risks associated with privacy, risks that saw their scope extended to the strategic level of the company, in order to enable the development of growth strategies in a framework of compliance, which maintain, as principle, the recognition of privacy and respect for the fundamental rights of *habeas data*.

Specifically, the management highlights the following it carried out:

- **Management and Senior Management commitment:** reflected in the active and proactive participation of the Audit and Risk Committee of the Board of Directors and the Executive Committee on the Protection of Personal Data, which met four times during 2021 according to the established timetable. These bodies fulfilled their respective responsibilities related to the supervision and follow-up of the program, as well as in the promotion and generation of strategic guidelines to manage

the main privacy risks and ensure respect for the fundamental rights of *habeas data*. Similarly, other Senior Management bodies, such as the Presidency Committee, followed up on some strategies aimed at managing relevant risks associated with the privacy and security of personal data.

- **Risk-based management:** the company recognizes personal data management risk and privacy as a strategic level risk, and thus evident within the corporate strategic risk profile. This led to the proposal and implementation of relevant and conducive treatment and mitigation strategies, including the continuous improvement of policies and processes, and comprehensive efforts to clean up some of the major databases in development of principles, such as data quality and relevance.
- **Management of habeas data consultations and claims:** the requests of the owners of personal data received through the channel of *habeas data* arranged by the company were processed in accordance with the defined procedure. In 2021 the company received 3,607 applications distributed mainly in the following typologies:
 - Communication preferences in 27.25%
 - Data update in 22.71%
 - Customer Creation in 11.70%
- **Regulatory compliance:** the company complied with the various regulatory requirements in this area, among which is the legal duty to update the databases registered in the National Register of Databases (RNBD, by its acronym in Spanish), and the information on the claims received by the company for owner of personal data according to the criteria defined by the applicable regulations in the matter, which for 2021 corresponded to a total of 40 claims in the first semester and 11 claims in the second semester.
- **Requirements of authorities:** the different requirements received from the competent authority for the protection of personal data were

addressed in due legal terms. In 2021, two penalties were presented associated with old specific events that constitute an exceptional, isolated and corrected situation, which does not correspond to the company's strict commitment to respect the fundamental rights of data holders, or the measures implemented to protect them.

○ **Participation in external forums and scenarios:**

- During 2021, the company was linked to the “Laboratorio de Integridad 100: acelerador de ética empresarial” (Integrity Laboratory 100: Business Ethics Accelerator), an initiative carried out by the Instituto Anticorrupción to conduct an external, objective and independent measurement of its transparency program. This measurement was advanced on the basis of a strict revision of the components of the Transparency Program derived from the ISO 37001 standard, compared to eight indicators: 1. Governance, 2. Organizational Context, 3. Leadership, 4. Planning, 5. Support, 6. Operation, 7. Evaluation and 8. Continuous Improvement.
- The company achieved a landmark result in this measurement, being the first to participate and to exceed the threshold necessary to obtain the recognition “Company Committed to Integrity 100,” obtaining an excellent rating on the eight indicators, among which the following aspects and components of the Company's Transparency Program are highlighted with the highest rating possible:
 - Leadership and Commitment: based on a solid and functional organizational structure, lead by the Board of Directors and its Audit and Risk Committee, up to the leading role of Senior Management, the accompaniment and management of the compliance function, and the roles of the other defined bodies.
 - Program Operation: given for the widespread knowledge and adequate documentation of our main policies and guidelines, leveraged in the

sensitivity of the collaborators on the duty to be alert and to report those situations that potentially threaten transparency

- Evaluation: derived from the strict monitoring and evaluation of the program by the different government bodies, at the head of the Board of Directors and Senior Management

The results of this measurement reflect the positive impact and added value of the Transparency Program in relation to the company's relationship with its stakeholders, our position as a market leader in good corporate governance practices, reputation management and fulfilling the strategy based on the "Somos Íntegros" (We are Integral) pillar.

- o The company is a member of the Latin American Compliance Network and of the Comité de Cumplimiento de Antioquia – CCA, for its acronym in Spanish – scenarios in which we have active participation in the construction and promotion of best practices for the management of compliance-related risks.
- o The company participated as a speaker in the "Programs of Ethics and Corporate Transparency" conversation organized by the CCA at its 44th meeting.

Training and Awareness in Compliance Programs [GRI 205-2]

During 2021, the company trained 38,867 employees via our integral virtual module called “Guardianes Grupo Éxito” (Grupo Exito Guardians), an innovative module that integrates the fundamental aspects of compliance programs with teachings based on practical cases originating in the experiences of a family. These allow the employee to receive appropriate orientation regarding the guidelines to be followed and regarding the proper management of the risks of fraud, bribery, corruption, ML/FT and those associated with the processing of personal data and compliance with their applicable regulations.

Additionally, in relation to the risk management of the ML/FT, 4,965 employees were trained under virtual methodology in focal aspects for the management of some risks of greater exposure in specific areas and processes, such as the money orders and remittances businesses.

From the transparency front, the company sensitized suppliers through the newsletter “Nos Acerca” and virtual meetings; spaces in which 1,078 suppliers were reached and elements of knowledge and practice were provided in relation to key focal aspects of the Transparency Program, according to the principles and values promoted for a relationship with the company.

Likewise, 191 suppliers were trained in the main policies and ethical guidelines that the company promotes and expects in the management of commercial relations, through training programs in the framework of the recognition of transparency as a key element in building sustainable and trusted business environments.

Information and Communication

- During the year, the reporting channels operated normally and without any interruption.
- During the social mobilizations that took place in the country, the company established internal and external dissemination channels to report on all matters related to the company.
- Under a centralized government for the Colombian companies belonging to the Group and applying internal policies and good information security practices, the organization's operation was supported by information and communication platforms and systems.
- Throughout the contingency caused by the appearance of COVID-19, the company's Senior Management maintained contact with key collaborators and third parties, in order to inform them of the issues relevant to the operation. Key issues included health issues and biosafety, regulation, human resource management, operations, omnichannels, initiatives and financial results.
- The Financial and Non-Financial Disclosure Policy was consistently applied, and information communication was coordinated based on the Disclosure Policy and good corporate governance practices.
- The company, as in previous years, developed communication campaigns and internal training to promote and strengthen the elements of the structure and processes in matters of corporate governance, compliance with the main regulatory regimes and good practices in some relevant risks.
- During 2021, the company carried out, as usual and as stated in the respective separate section of this report, the communication and awareness campaigns corresponding to the compliance programs, generating greater awareness of main policies and guidelines by the various stakeholders. The impact of these communications resulted, among others, in the results and positive acknowledgments of the Transparency Program that were previously reported.

Monitoring and Supervision

- The supporting committees of the Board of Directors, Audit and Risk, Nominations, Remuneration and Corporate Financial Governance, Sustainability, Business and Investment, carried out their functions of managing and monitoring important elements of the company's governance.
- The Audit and Risk Committee supported the Board of Directors in the oversight of financial information and reporting, risk management, internal audit and fiscal review management, relevant internal control and regulatory compliance issues, in addition to transactions between related parties and conflicts of interest within their competence.
- As part of corporate governance, company management participated in the Governance Committees and Boards established for national and international subsidiaries.
- In order to address common purposes, the Éxito and GPA audit committees worked together on oversight tasks.
- Internal Auditing performed the function of independent assurance, compliance with corporate governance rules and standards, risk management and control, and major strategic projects. Within the framework of a risk-based plan put to management and the Risk and Audit Committee at the beginning of the year, the company's processes were audited, with coverage in the national and international entities of the Group.
- Internal Auditing carried out follow-up activities to the self-control program that was carried out in the operating units.
- Internal Auditing also supported the company in the investigation of possible fraud cases submitted via reporting channels. Evaluations have promoted action plans with Senior Management and process leaders to improve the design and operation of the Internal Control System.
- The Statutory Audit Firm Ernst & Young Audit S.A.S. conducted assessments, which covered the accounting and financial processes and systems; the preparation and disclosure of financial information; the risks and internal controls that have an impact on financial information; and compliance with the legal regulations, the Company Bylaws, and the decisions made by the Board of Directors. The SOX compliance assessment is included in 2021 as part of the annual compliance program.

Description of the risk policy and its application during the financial year 2021

Risk management contributes to the sustainability of the company, continuity and the strengthening of organizational resilience, so that the company strengthens the capacity to anticipate, prepare and respond to a given event to ensure the fulfillment of strategic objectives, through a systematic and approved risk and opportunity management process.

The Policy for Integral Risk Management sets out the purpose, principles, scope and general framework of action for comprehensive risk management, as well as the governance scheme defined for this purpose. It describes the different levels of risk management that comprise the strategic, project, business, and process levels.

The risk management methodology is an integral part of the policy, and has as its main reference the ISO 31000 standard. The methodology, in turn, refers to seven main stages, including setting the context, identifying the risk, analyzing, assessing the risk, treating, communication and monitoring and review, which seeks to define relevant treatment measures to reduce the probability of occurrence of risks and their economic and reputation impact.

Application of Risk Policy during 2021 [GRI 102-30]

The year 2021 presented great challenges and opportunities in the context of economic revival and around changes in the political, economic and social environment at a national level, in the region and in the international order. In this way, during 2021, the company focused on sustainability in the long term, turned to the management of risks that could impact the fulfillment of objectives and of the new opportunities in the exercise of our resilient culture.

In compliance with the Comprehensive Risk Management Policy and to ensure continuity and sustainability of the business, during 2021, with the participation and leadership of Senior Management, an analysis of the main risks was carried out. Opportunities and trends in light of the analysis of the internal and external

context and risk trends at global and sectoral levels were identified, thus obtaining a new strategic risk profile. It was then extended to the different businesses of the company through the exercises of updating the risk management matrix. Strategic-level risks and their management measures were reviewed periodically by the Audit and Risk Committee and validated by the Board of Directors.

Specifically, in mid-2021, the company, also under the leadership and participation of the Senior Management, carried out a tactical exercise additional to the usual ones defined in the respective methodology, in attention to the changing environment, with the objective of adjusting the scenarios of the main risks of the strategic risk map of 2020 - 2021 in order to review the actions leading to their effective control and mitigation.

Likewise, as part of the improvement of the Crisis Management Plan, an updating process was initiated with specialized accompaniment for the maturation of the current model, which includes the integral revision of the general manual and its attached protocols, as well as the design of a training plan at different organizational levels.

With regard to the Business Continuity Plan, a review was made aimed at fine-tuning the governance of the Business Continuity Plan, and the updating of the BIA (Business Impact Analysis) was started, currently focused mainly on the critical processes of the e-commerce business

In addition, during 2021, at the operational risk management level, the company continued to mature the cross-risk management model relevant to the different processes by implementing the process of automating risk management through the implementation of GRC software – Governance, Risk and Compliance – which reached the pilot phase for its later mass.

This new tool, in its risk module, has the potential to generate a centralized repository of risk information and controls at different levels of management; to allow a greater and better certification of the methodology of integral risk management at the operational level, favoring the self-management of risks and

controls by the owners of processes and to generate an expeditious and efficient communication channel between the risk managers and the managers of processes.

With regard to this GRC software implementation process, the risk catalog was updated, for a total of 118 risks, and the inventory of cross-sectional operational risks.

The Department of Integral Risk Management provided methodological accompaniment to areas specialized in cross-cutting issues in order to advance risk workshops within the framework of different strategic projects of the company, evaluating 29 risks in total.

During 2021, the company conducted 217 comprehensive audits, corresponding to 96% of national own-brand suppliers, where the risks associated with the following aspects were evaluated:

- Hiring Child Labor
- Forced Labor
- Diversity and Inclusion
- Disciplinary Practices Harassment and Abuse
- Freedom of Association and Complaint Mechanisms
- Work and Overtime Hours
- Health and Work Safety
- Quality and Safety
- Environment

In addition, the company audited 17 international manufacturers of our private label, under the multisectoral initiative ICS (Initiative for Compliance and Sustainability), seeking to improve working conditions in the international supply chain.

Likewise, the company updated the risk assessment of the 12 processes that support the international supply chain, from which we identified 48 risks on which

61 controls were mapped, mainly related to IT monitoring and control systems, operations registry, training and disclosure, safety inspections, reporting and documentation. In addition, the above-mentioned processes were addressed under the SOX methodology in their character of cross-sectional control.

Strategic Risks [GRI 102- 15]

Risks monitored by the Audit and Risks Committee and informed to the Board of Directors	1. Social Risk: involvement in the perception of the company's brands by possible changes in the relationship with stakeholders. (New risk)
	2. Cybersecurity: intrusions resulting in unauthorized access, which may affect the continuity of operations and/or the security of digital information (Same rating vs 2020)
	3. Political and Legal Risk: impact on the development of business activity, associated investments or strategy execution, due to adverse political climate or significant regulatory changes (Decreases Rating vs 2020)
	4. Personal Data Management and Privacy: failure to comply with the protection of personal data, in the development of data monetization and innovation strategy and initiatives (Increase Rating vs 2020)
Risks monitored by Senior Management and informed at the	5. Macroeconomic: impact on company income and profitability as a result of unfavorable, if not expected, change in unemployment, inflation or deflation, interest rate and/or exchange rate (Decreases rating vs 2020)
	6. Food and Product Safety: effects on the health of clients by the marketing of unsafe products and/or food. (Increases rating vs 2020)

<p>Audit and Risk Committee</p>	<p>7. Climate change: increased severity of extreme weather events, changes in precipitation patterns and climate variability, and new environmental regulation (Increases rating vs 2020)</p> <p>Since this risk is part of the company's sustainability strategy, the Sustainability Committee of the Board of Directors monitors and guides the management of the issues associated with it.</p>
<p>Risk monitored by Senior Management and informed to the Audit and Risk Committee when they are outside the risk appetite versus valuation annual risk</p>	<p>8. Market Share and Demand Behavior: loss of competitive advantages due to the accelerated entry or growth of competitors, or lack of speed in adapting to consumer preferences (Decreases rating vs 2020)</p> <p>9. Information Security: weakness in the custody of critical company information (Decreases rating vs 2020)</p> <p>10. Supply Chain: disruption of the supply chain or impact on strategic investments due to problems in international trade and logistics (New risk)</p> <p>11. Human Talent: difficulties in the management of cultural transformation and in the processes of change required to adapt to new trends and working patterns (Same rating as 2020)</p> <p>12. Financial: pressures on the liquidity or working capital of the company, which generate limitations on strategic investments, in the fulfillment of its obligations or in the support of business operations (Decreases rating vs 2020)</p>

Administrative measures for priority risks

<p>Social Risk</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Community development and relationship programs • Strengthening sustainability pillar strategies • Levels of investment in prevention reforms • Consolidation of the management of the communities stakeholders
<p>Cybersecurity</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Antivirus and anti-malware protections • Cybersecurity management and protection of information systems • Monitoring for applications security • Monitoring of website spoofing and external brand threats • Implementation of an Information Security Management System SGSI - ISO 27000
<p>Political and Legal Risk</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Strengthening the regulatory and legal management process • Measurements of macroeconomic indicators • Participation in the discussion and construction of public policies
<p>Personal Data Management and Privacy</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comprehensive program for the protection of personal data • Training and communication plan for employees at all levels • Monitoring program to database sources • Comprehensive strategy for database debugging

Emerging risks

<p>Emerging carbon pricing regulations and standards</p>	<p>Description Potential increase in spending associated with carbon footprint management, in response to new regulations related to carbon pricing. As well, new standards required by the market with respect to the communication and transparency of the actions implemented by the company in this matter.</p> <p>Potential main impacts Increased tax or investment spending required to minimize the carbon footprint. Possible reputational impact if adjustment to new standards is not achieved.</p> <p>Main mitigation actions</p> <ul style="list-style-type: none"> • To develop initiatives for renewable energy replacements • To reduce refrigerant gases • To purchase solar energy production for the supply at stores • Climate change workshops • Communication and annual declaration on environmental responsibility • Certification of some VIVA shopping centers in LEED (Leadership in Energy & Environmental Design Certification) installation of plants and solar panels on premises
---	--

Biases in algorithms	<p>Description Possibility of incurring economic or reputational impacts due to decision-making based on bias in algorithms in different processes, such as human resources, financial services, and marketing, among others.</p> <p>Potential main impacts</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reputation impacts • Economic losses for possible damage to third parties or penalties for wrong decision-making <p>Main mitigation actions</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusion of a multi-disciplinary perspective in the review of the equity of the systems, carried out by professionals in the human sciences such as sociologists and psychologists and new roles in control and analysis of data translation • Publication of the best practice guide for models using personal data • Implementation of the functions of the Artificial Intelligence Ethics Committee • Research on trends in the use of some variables, such as gender, in modeling
-----------------------------	--

Materialization of Risks during the Fiscal Year

Among the main risks materialized during 2021 are the effects on the operation of the business associated with the social disturbances that took place during the months of April and May, for which the company had economic losses of about COP10,000 million for damages to real estate, assets, merchandise and loss of profits, with a lower impact on the year's revenues.

Risk Transfer and Retention Initiatives

The risk management of the company contemplates the transfer of those risks that are feasible to deal with under a framework of traditional mechanisms or insurance policies, with which the company sought to cover the main risks, especially those of greater severity. These include the affectations to the company's assets, possible losses during the transport of goods, the liability of the administrators, internal and external fraud, the property liability for damages to third parties, cyber risk and risks arising from contracting goods and services.

During the year, we advanced with the exploration of alternative risk transfer options in the market, seeking to have a greater efficiency in the management of the company's spending. Likewise, progress was made in quantifying the risk of directors and managers (D&O) with the aim of identifying their maximum exposure to risk and thus defining an appropriate scheme for the transfer of this risk.

Shareholders General Assembly

Ordinary Annual Shareholders Meeting

On March 25, 2021, the ordinary annual Shareholders Meeting was held, with the participation of 51 attendees (among shareholders present and represented), holders of 438,878,203 shares and a quorum of 98.05%.

Taking into account the recommendations issued by the National Government to preserve security, mitigate the impact caused by the pandemic and prevent the spread of the COVID-19 virus, the company adopted the necessary mechanisms to conduct the annual ordinary meeting of shareholders in a non-face manner with the aim of not neglecting the proper protection of the health and integrity of shareholders. For this purpose, shareholders were made available the appropriate technological tools, complying with the requirements laid down in the company bylaws and the Law.

For the first time in the history of the company, the Annual Shareholders Meeting was held in the remotely manner, as decreed in Article 19 of Law 222 of 1995,

Decree 398 of 2020 and Decree 176 of 2021, through a virtual room available on the corporate website, access to which was authorized only to shareholders and management staff. Shareholders had instructions on the corporate website with terms and guidelines for registration, access, how and when shareholders could ask questions at the meeting, and the exercise of voting rights at the meeting. This took into account the best practices given by the Financial Superintendence of Colombia in order to continue the company's proximity to its shareholders, providing them with valuable information for decision making and the exercise of their rights.

Main Decisions

At the Annual Shareholders Meeting the following [decisions](#) were approved:

- Approved - the [Management Report](#) of the Board of Directors and CEO
- Approved - the [Annual Corporate Governance Report](#)
- Approved - the [separated](#) and [consolidated](#) financial statements at December 31, 2020
- Approve - the following [profit distribution proposal](#)
- Approved - the proposal to modify the fee [of](#) the Internal Auditor in the audit component to the implementation of the SOX project in a value of up to eight hundred and eighty million pesos m/l (COP880,000,000) for the period 2021-2022
- Approve - the proposal in terms of donations
- Approved - an [amendment to the Rules of Procedure of the General Meeting of Shareholders](#), consisting of adjusting Articles 5 and 8 (notice and right of information) in accordance with the provisions of Article 182 of the Commercial Code
- Approved - a [reform to the Policy of Election and Succession of the Board of Directors](#), consisting of adjusting Article 3, to expressly establish that in the election of the Board of Directors the criterion of diversity is taken into account, a matter that is promoted by the company
- Approved - a [reform to the statutes of the company](#), consisting of adjusting Article 4 (Corporate Purpose)

Differences in the Operation of the General Shareholders Meeting between the Minimum System of Current Regulation and that Defined by the Company Bylaws and Rules of Procedure for the General Shareholders Meeting

The activities required for adequate development of the General Shareholders Meeting in 2021 were different to the minimum legal requirements established in the following aspects:

- The company has surpassed the legally provided timeframe for the call to the General Shareholders Meeting in order for these to have a greater time period for the members to familiarize themselves with the matters to be discussed. The company bylaws and the General Shareholders Assembly rules and regulations establish a 30 calendar days call period for ordinary meetings and 15 calendar days for extraordinary meetings¹, which are greater than the legally required terms.
- The Ordinary Shareholders Meeting held on March 25, 2021 was called on February 19, 2021.
- The company granted shareholders a term of five (5) calendar days following the call to the Ordinary Shareholders Meeting, which began on February 20, 2021 and ended on February 24, 2021, to: (i) propose the inclusion of one or more points on the meeting's agenda, (ii) submit new proposals for decisions on matters included in the agenda, and (iii) request additional information or raise questions about said matters.
- In order to provide equitable treatment to shareholders, on the day of the meeting the Company published a proxy template form on its corporate website that included the vote on each of the items on the agenda to be discussed and/or approved at the Ordinary Shareholders Meeting held in 2021, so that the shareholders could indicate to their proxies how they would vote.

¹ Colombian legislation establishes that the call to the ordinary meeting of the General Meeting of Shareholders must be made at least fifteen (15) working days in advance, and in the case of extraordinary meetings, at least five (5) calendar days (Code of Commerce, Article 424).

- The Company published the announcement for the Ordinary Shareholders Meeting on *El Tiempo* and *El Colombiano* newspapers, on the *Primera Página* and *Valora Analitik* websites; through the relevant information mechanism provided by the Financial Superintendence of Colombia; in the offices of Fiduciaria Bancolombia, which manages the Company's Shareholder Department; on the corporate website; and on the newsletter (News to Investors) sent by the Investor Relations Department.

Actions Taken during the Year to Encourage Shareholder Participation

During 2021, the Company fully complied with the Circular Externa 028 of 2014, issued by the Financial Superintendancy (known as "Código País" measures), and the provisions of the Company Bylaws and Corporate Governance Code, in terms of timely sending of clear and complete information to shareholders and with adequate notice regarding the General Shareholders Meeting. In this way, the Company encourages shareholders' participation and guarantees respect of their rights.

The following activities were carried out to promote the participation of shareholders in 2021:

- Four publications on quarterly results
- Four teleconferences on quarterly results
- One General Shareholders Meeting
- Two NDRs, one with 15 investment funds from Grupo Pão de Açúcar
- A GPA visit
- Twenty-nine calls to local and international analysts and investors
- Participation in sixteen virtual conferences on capital market best practices and corporate governance.

Information and Communication to Stockholders

In January of 2016, the company Board of Directors crafted the Information Revelation Policy, which is in the fifth chapter of the Corporate Governance Code.

The purpose of this policy is to provide the company's interest groups with information of the status, evolution and progress of our business units, so that members will have enough knowledge to make wise decisions.

The implementation and enforcement of this policy is the responsibility of the Disclosure Committee, whose composition and responsibilities can be consulted in the disclosure procedure approved by the Audit and Risk Committee, available on the corporate website. This procedure is based on the Financial and Non-Financial Disclosure Policy contained in the Corporate Governance Code of the company and the Code of Best Corporate Practices of Colombia (Encuesta Código Pais - Country Code Survey).

The following documents were published on the corporate website in the section of the "Shareholders Meeting" for the March 25, 2021 meeting:

- Call
- POAs for legal person, natural person, parents of minor and parent of minor to a third party
- Management Report
- Corporate Governance Report
- Sustainability Report
- Financial Statements as of December 31, 2020 together with their attachments and other legally required documents
- Proposal to amend the Company Bylaws
- Donations proposal
- Profit distribution proposal
- Statutory Auditor modification fees proposal
- Reform proposal for the regulation of the General Meeting of Shareholders
- Proposed reform of the Board's Election and Succession Policy

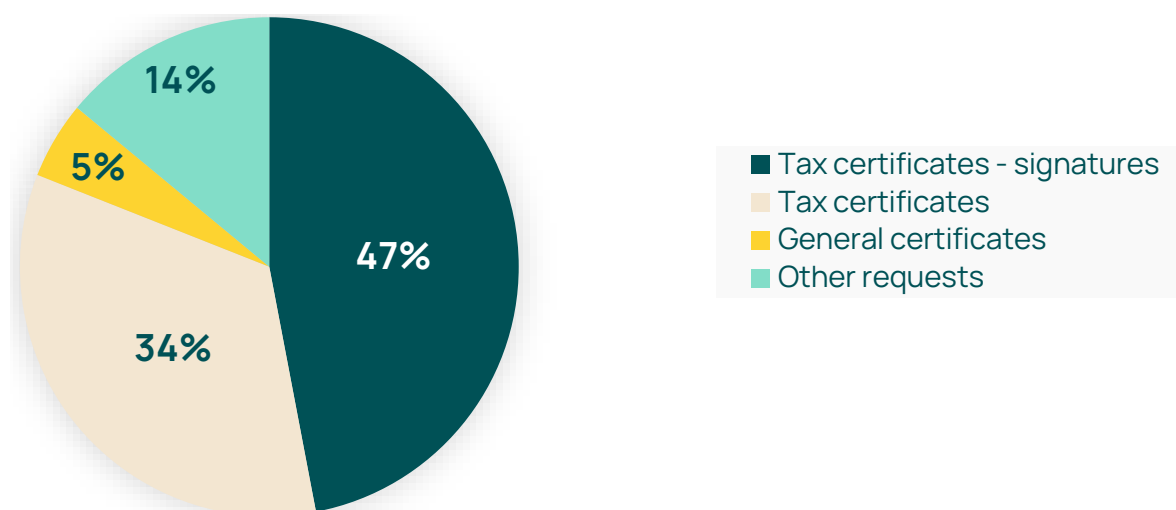
During 2021, the company published 26 releases through the relevant information mechanism of the Financial Superintendence, by way of these, the company informed the markets on important decisions made by the Board of Directors and the General Shareholders Meeting, the signing or modification of relevant contracts and the quarterly and annual performance of the company, among other matters.

Number of Requests and Matters on which Shareholders Have Requested Information from the Company

The Company addressed the requests of approximately 98 shareholders in a timely manner during 2021, by way of telephone calls through Fiduciaria Bancolombia, which manages the Company's Shareholder Department.

In addition, around 543 shareholder requests were handled, related to the following matters:

Shareholder requests



DOCUMENT IN TRANSLATION PROCESS

Almacenes Éxito S.A.

Estados financieros consolidados

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020

Almacenes Éxito S.A.
Estados financieros consolidados
Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020

	Página
Certificación del Representante Legal y del Contador de la Matriz	4
Estados de situación financiera consolidados	5
Estados de resultados consolidados	6
Estados de resultados integrales consolidados	7
Estados de flujos de efectivo consolidados	8
Estados de cambios en el patrimonio consolidados	9
Nota 1. Información general	10
Nota 1.1. Participación accionaria en las subsidiarias incluidas en los estados financieros consolidados	10
Nota 1.2. Subsidiarias operativas colombianas y del exterior	11
Nota 1.3. Subsidiarias con participación no controladora significativa	14
Nota 1.4. Restricciones sobre la transferencia de fondos	16
Nota 2. Bases de preparación	16
Nota 3. Bases de consolidación	18
Nota 4. Principales políticas de contabilidad	19
Nota 5. Normas e Interpretaciones nuevas y modificadas	32
Nota 5.1. Normas emitidas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021	32
Nota 5.2. Normas que comenzaron su aplicación en 2021, emitidas antes del 1 de enero de 2021	33
Nota 5.3. Normas que comenzaron su aplicación en 2021, emitidas en 2021	33
Nota 5.4. Normas adoptadas anticipadamente durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021	33
Nota 5.5. Normas aún no vigentes al 31 de diciembre de 2021, emitidas antes del 1 de enero de 2021	33
Nota 5.6. Normas emitidas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020	33
Nota 5.7. Normas que comenzaron su aplicación en 2020, emitidas antes del 1 de enero de 2020	35
Nota 5.8. Normas que comenzaron su aplicación en 2020, emitidas en 2020	36
Nota 5.9. Normas adoptadas anticipadamente durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020	36
Nota 5.10. Normas aún no vigentes al 31 de diciembre de 2020, emitidas antes del 1 de enero de 2020	36
Nota 6. Combinaciones de negocios	36
Nota 7. Efectivo y equivalentes de efectivo	36
Nota 8. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar	37
Nota 8.1. Cuentas comerciales por cobrar	37
Nota 8.2. Otras cuentas por cobrar	38
Nota 8.3. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar clasificadas en corriente y no corriente	39
Nota 8.4. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar por edades	39
Nota 9. Gastos pagados por anticipado	39
Nota 10. Cuentas por cobrar y Otros activos no financieros con partes relacionadas	40
Nota 11. Inventarios, neto y Costo de ventas	41
Nota 11.1. Inventarios, neto	41
Nota 11.2. Costo de ventas	42
Nota 12. Otros activos financieros	42
Nota 13. Propiedades, planta y equipo, neto	44
Nota 14. Propiedades de inversión, neto	46
Nota 15. Derechos de uso, neto	48
Nota 16. Plusvalía	48
Nota 17. Activos intangibles distintos de la plusvalía, neto	49
Nota 18. Inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación	51
Nota 18.1. Información no financiera relacionada con las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación	51
Nota 18.2. Información financiera relacionada con las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación	51
Nota 18.3. Objetos sociales de las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación	51
Nota 18.4. Otra información relacionada con las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación	52
Nota 19. Cambios en la clasificación de activos financieros	52
Nota 20. Pasivos financieros	52
Nota 20.1. Obligaciones adquiridas en los contratos de crédito obtenidos durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021	54
Nota 20.2. Obligaciones adquiridas en los contratos de crédito obtenidos durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020	54
Nota 21. Beneficios a los empleados	54
Nota 21.1. Planes de beneficios definidos	54
Nota 21.2. Plan de beneficios largo plazo	56
Nota 22. Otras provisiones	57
Nota 22.1. Otras provisiones clasificadas como corriente y no corriente	59
Nota 22.2. Pagos estimados de otras provisiones	60
Nota 23. Cuentas por pagar Otros pasivos financieros a partes relacionadas	60
Nota 23.1. Cuentas por pagar	60
Nota 23.2. Otros pasivos financieros	60
Nota 24. Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar	61
Nota 25. Pasivo por arrendamiento	61
Nota 26. Impuesto a las ganancias	61
Nota 26.1. Disposiciones fiscales aplicables a la Matriz y sus subsidiarias colombianas	61

	Página
Nota 26.2. Disposiciones fiscales aplicables las subsidiarias del exterior	65
Nota 26.3. Activo y pasivo por impuestos corrientes	65
Nota 26.4. Impuesto a las ganancias	67
Nota 26.5. Impuesto diferido	70
Nota 26.6. Impacto sobre el impuesto a las ganancias de la distribución de dividendos	71
Nota 26.7. Activo y pasivo por impuestos no corrientes	71
Nota 27. Otros pasivos financieros	71
Nota 28. Otros pasivos no financieros	73
Nota 29. Capital, acciones propias readquiridas y prima de emisión	74
Nota 30. Reservas, Ganancias acumuladas y Otro resultado integral	74
Nota 31. Ingresos de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes	75
Nota 32. Gastos de distribución y Gastos de administración y venta	76
Nota 33. Gastos por beneficios a los empleados	77
Nota 34. Otros ingresos operativos, otros gastos operativos y otras ganancias (pérdidas) netas	77
Nota 35. Ingresos y gastos financieros	80
Nota 36. Participación en los resultados de asociadas y negocios conjuntos que se contabilizan utilizando el método de la participación	80
Nota 37. Ganancias por acción	80
Nota 38. Transacciones con partes relacionadas	81
Nota 38.1. Remuneración al personal clave de la gerencia	81
Nota 38.2. Transacciones con partes relacionadas	81
Nota 39. Deterioro del valor de los activos	83
Nota 39.1. Activos financieros	83
Nota 39.2. Activos no financieros	83
Nota 40. Medición del valor razonable	86
Nota 41. Activos y pasivos contingentes	91
Nota 41.1. Activos contingentes	91
Nota 41.2. Pasivos contingentes	91
Nota 42. Compensación de activos y pasivos financieros	92
Nota 43. Dividendos pagados y decretados	92
Nota 44. Arrendamientos	93
Nota 44.1. Arrendamientos financieros cuando la Matriz y sus subsidiarias actúan como arrendatarios	93
Nota 44.2. Arrendamientos operativos cuando la Matriz y sus subsidiarias actúan como arrendatarios	93
Nota 44.3. Arrendamientos operativos cuando la Matriz y sus subsidiarias actúan como arrendadores	93
Nota 45. Estacionalidad de las transacciones	94
Nota 46. Políticas de gestión de los riesgos financieros	94
Nota 47. Información sobre segmentos de operación	99
Nota 48. Activos no corrientes mantenidos para la venta y Operaciones discontinuadas	100
Nota 48.1. Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P.	101
Nota 48.2. Hechos y circunstancias que alargan el periodo de venta de los activos no corrientes mantenidos para la venta a más de un año.	101
Nota 49. Hechos relevantes	102
Nota 50. Hechos ocurridos después del período sobre el que se informa	105

Almacenes Éxito S.A.
Certificación del Representante Legal y del Contador de la Matriz

Envigado, 21 de febrero de 2022

Los suscritos Representante Legal y Contador de Almacenes Éxito S.A., compañía Matriz, cada uno dentro de sus competencias y bajo cuya responsabilidad se prepararon los estados financieros adjuntos, certificamos que en los estados financieros consolidados de la compañía Matriz y sus subsidiarias al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020, antes de ser puestos a su disposición y de terceros, se han verificado las siguientes afirmaciones contenidas en ellos:

1. Todos los activos y pasivos, incluidos en los estados financieros consolidados de la compañía Matriz y sus subsidiarias, existen y todas las transacciones incluidas en dichos estados financieros consolidados se han realizado durante los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020.
2. Todos los hechos económicos realizados por la compañía Matriz y sus subsidiarias durante los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 han sido reconocidos en los estados financieros consolidados de periodos intermedios.
3. Los activos representan probables beneficios económicos futuros (derechos) y los pasivos representan probables sacrificios económicos futuros (obligaciones), obtenidos o a cargo de la compañía Matriz y sus subsidiarias al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020.
4. Todos los elementos han sido reconocidos por sus valores apropiados.
5. Todos los hechos económicos que afectan a la compañía Matriz y sus subsidiarias han sido correctamente clasificados, descritos y revelados en los estados financieros consolidados.

Las anteriores afirmaciones se certifican de conformidad con lo establecido en el Artículo 37 de la Ley 222 de 1995.

Adicionalmente, el suscrito Representante Legal de Almacenes Éxito S.A., compañía Matriz, certifica que los estados financieros consolidados y las operaciones de la compañía Matriz y sus subsidiarias al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 no contienen vicios, imprecisiones o errores que impidan conocer su verdadera situación patrimonial.

La anterior afirmación se certifica de conformidad con lo establecido en el Artículo 46 de la Ley 964 de 2005.



Carlos Mario Giraldo Moreno
Representante Legal de la Matriz



Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador de la Matriz
Tarjeta Profesional 67018-T

Almacenes Éxito S.A.

Estados de situación financiera consolidados

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020

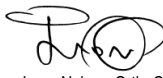
(Cifras expresadas en millones de pesos colombianos)

	Notas	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Activo corriente			
Efectivo y equivalentes de efectivo	7	2,541,579	2,409,391
Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar	8	625,931	471,202
Gastos pagados por anticipado	9	36,515	36,811
Cuentas por cobrar a partes relacionadas	10	56,475	39,458
Inventarios, neto	11	2,104,303	1,922,617
Otros activos financieros	12	14,331	4,192
Activos por impuestos	26	429,625	362,383
Activos no corrientes mantenidos para la venta	48	24,601	19,942
Total activo corriente		5,833,360	5,265,996
Activo no corriente			
Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar	8	58,120	33,708
Gastos pagados por anticipado	9	9,195	10,867
Otros activos no financieros con partes relacionadas	10	24,500	14,500
Otros activos financieros	12	40,630	56,911
Propiedades, planta y equipo, neto	13	4,024,697	3,707,602
Propiedades de inversión, neto	14	1,656,245	1,578,746
Derechos de uso, neto	15	1,370,512	1,317,545
Plusvalía, neto	16	3,024,983	2,853,535
Activos intangibles distintos de la plusvalía, neto	17	363,987	307,797
Inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación	18	289,391	267,657
Activo por impuesto diferido	26	205,161	234,712
Otros activos no financieros		398	398
Total activo no corriente		11,067,819	10,383,978
Total activo		16,901,179	15,649,974
Pasivo corriente			
Pasivos financieros	20	674,927	1,110,883
Beneficios a los empleados	21	2,482	2,520
Otras provisiones	22	24,175	30,132
Cuentas por pagar a partes relacionadas	23	65,646	50,487
Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar	24	5,136,626	4,678,078
Pasivos por arrendamientos	25	234,178	223,803
Pasivo por impuestos	26	81,519	76,111
Otros pasivos financieros	27	81,544	87,289
Otros pasivos no financieros	28	217,303	163,644
Total pasivo corriente		6,518,400	6,422,947
Pasivo no corriente			
Pasivos financieros	20	742,084	344,779
Beneficios a los empleados	21	17,896	20,384
Otras provisiones	22	11,086	14,542
Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar	24	49,929	68
Pasivos por arrendamientos	25	1,360,465	1,319,092
Pasivo por impuesto diferido	26	166,751	118,722
Pasivos por impuestos	26	3,924	4,463
Otros pasivos financieros	27	-	94
Otros pasivos no financieros	28	2,167	610
Total pasivo no corriente		2,354,302	1,822,754
Total pasivo		8,872,702	8,245,701
Patrimonio de los accionistas, ver estado adjunto		8,028,477	7,404,273
Total pasivo y patrimonio de los accionistas		16,901,179	15,649,974


Las notas que se acompañan forman parte integral de los estados financieros consolidados.



Carlos Mario Giraldo Moreno
Representante Legal de la Matriz
(Ver certificación adjunta)



Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador de la Matriz
Tarjeta Profesional 67018-T
(Ver certificación adjunta)



Angela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal de la Matriz
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530
(Ver informe adjunto del 23 de febrero de 2022)

Almacenes Éxito S.A.

Estados de resultados consolidados

Por los periodos de anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020
(Cifras expresadas en millones de pesos colombianos)

	Notas	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Operaciones continuadas			
Ingresos de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes	31	16,922,385	15,735,839
Costo de ventas	11	(12,488,856)	(11,778,910)
Ganancia bruta		4,433,529	3,956,929
Gastos de distribución	32	(1,856,544)	(1,720,331)
Gastos de administración y venta	32	(347,452)	(306,601)
Gastos por beneficios a los empleados	33	(1,285,924)	(1,213,284)
Otros ingresos operativos	34	47,168	53,956
Otros gastos operativos	34	(49,749)	(141,871)
Otras (pérdidas) netas	34	(21,620)	(17,553)
Ganancia por actividades de operación		919,408	611,245
Ingresos financieros	35	173,819	200,195
Gastos financieros	35	(369,574)	(445,826)
Participación en las ganancias de asociadas y negocios conjuntos que se contabilizan utilizando el método de la participación	36	7,234	19,668
Ganancia por operaciones continuadas antes del impuesto a las ganancias		730,887	385,282
Gasto por impuestos	26	(137,670)	(54,179)
Ganancia neta del periodo por operaciones continuadas		593,217	331,103
(Pérdida) neta del periodo por operaciones discontinuadas	48	(280)	(1,201)
Ganancia neta del periodo		592,937	329,902
Ganancia atribuible a:			
Ganancia atribuible a los propietarios de la controladora		474,681	230,872
Ganancia atribuible a las participaciones no controladoras		118,256	99,030
Ganancia por acción (*)			
Ganancia por acción básica (*):			
Ganancia por acción básica atribuible a los propietarios de la controladora	37	1,060.49	515.80
Ganancia por acción básica en operaciones continuadas atribuible a los propietarios de la controladora	37	1,061.11	518.48
(Pérdida) ganancia por acción básica en operaciones discontinuadas atribuible a los propietarios de la controladora	37	(0.62)	(2.68)
Ganancia por acción diluida (*):			
Ganancia por acción diluida atribuible a los propietarios de la controladora	37	1,060.49	515.80
Ganancia por acción diluida en operaciones continuadas atribuible a los propietarios de la controladora	37	1,061.11	518.48
(Pérdida) ganancia por acción diluida en operaciones discontinuadas atribuible a los propietarios de la controladora	37	(0.62)	(2.68)

(*) Cifras expresadas en pesos colombianos.

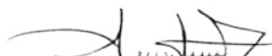
Las notas que se acompañan forman parte integral de los estados financieros consolidados.



Carlos Mario Giraldo Moreno
Representante Legal de la Matriz
(Ver certificación adjunta)



Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador de la Matriz
Tarjeta Profesional 67018-T
(Ver certificación adjunta)



Ángela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal de la Matriz
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530
(Ver informe adjunto del 23 de febrero de 2022)

Almacenes Éxito S.A.

Estados de resultados integrales consolidados

Por los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020
(Cifras expresadas en millones de pesos colombianos)

	Notas	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ganancia neta del periodo		592,937	329,902
Otro resultado integral del periodo			
Componentes de otro resultado integral que no se reclasificarán al resultado del periodo, neto de impuestos			
Ganancia (pérdida) por nuevas mediciones de planes de beneficios definidos		1,812	(542)
(Pérdida) ganancia de inversiones en instrumentos de patrimonio		(932)	1,936
Total otro resultado integral que no se reclasificará al resultado del periodo, neto de impuestos		880	1,394
Componentes de otro resultado integral que se reclasificarán al resultado del periodo, neto de impuestos			
Ganancia (pérdida) por diferencias de cambio de conversión (1)	30	111,657	(269,461)
(Pérdida) por coberturas de inversión en el extranjero	30	(5,755)	(14,236)
Ganancia (pérdida) por coberturas de flujo de efectivo	30	4,909	(797)
Total otro resultado integral que se reclasificará al resultado del periodo, neto de impuestos		110,811	(284,494)
Total otro resultado integral		111,691	(283,100)
Resultado integral total		704,628	46,802
Ganancia atribuible a:			
Ganancia (pérdida) atribuible a los propietarios de la controladora		585,186	(50,678)
Ganancia atribuible a las participaciones no controladoras		119,442	97,480
Ganancia por acción (*)			
Ganancia por acción básica (*):			
Ganancia (pérdida) por acción básica procedente de operaciones continuadas	37	1,307.38	(113.22)
Ganancia por acción diluida (*):			
Ganancia (pérdida) por acción diluida procedente de operaciones continuadas	37	1,307.38	(113.22)

(*) Cifras expresadas en pesos colombianos.

(1) Corresponde a las diferencias de cambio que surgen de la conversión a la moneda de presentación de los activos, los pasivos, el patrimonio y los resultados de las operaciones en el extranjero.

Las notas que se acompañan forman parte integral de los estados financieros consolidados.



Carlos Mario Giraldo Moreno
Representante Legal de la Matriz
(Ver certificación adjunta)



Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador de la Matriz
Tarjeta Profesional 67018-T
(Ver certificación adjunta)



Ángela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal de la Matriz
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530
(Ver informe adjunto del 23 de febrero de 2022)

Almacenes Éxito S.A.

Estados de flujos de efectivo consolidados

Por los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020
(Cifras expresadas en millones de pesos colombianos)

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Flujos de efectivo de las actividades de operación		
Ganancia neta del período	592,937	329,902
Ajustes para conciliar la ganancia del período		
Impuestos a las ganancias corriente	122,096	117,393
Impuestos a las ganancias diferido	15,574	(63,214)
Costos financieros	59,520	85,888
Deterioro de cartera	39,615	36,360
Reversiones de deterioro de cartera	(31,588)	(22,679)
Deterioro de inventario	5,251	5,325
Reversiones de deterioro de inventario	(11,095)	(2,850)
Deterioro de valor de propiedades, planta y equipo, propiedades de inversión y activos intangibles	4,527	16,895
Provisiones por beneficios a empleados	2,463	1,537
Otras provisiones	39,623	104,476
Reversiones de otras provisiones	(8,888)	(22,973)
Gastos por depreciación de propiedades, planta y equipo, derechos de uso y propiedades de inversión	510,498	485,794
Gastos por amortización de activos intangibles	17,693	19,217
(Ganancias) por aplicación del método de la participación	(7,234)	(19,668)
Pérdidas por la disposición de activos no corrientes	17,971	9,186
Otros ajustes para los que los efectos sobre el efectivo son flujos de efectivo de inversión o financiación	(31,120)	(46,860)
Otros ajustes por partidas distintas al efectivo	4,531	12,875
Resultado operacional antes de cambios en el capital de trabajo	1,342,374	1,046,604
(Incremento) de cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar	(169,941)	(129,936)
Disminución de gastos pagados por anticipado	2,603	3,398
(Incremento) disminución en cuentas por cobrar a partes relacionadas	(17,015)	15,385
(Incremento) de los inventarios	(150,859)	(65,222)
(Incremento) de activos por impuestos	(148,855)	(132,900)
(Disminución) en beneficios a los empleados	(2,660)	(3,306)
(Disminución) de otras provisiones	(38,135)	(69,738)
Incremento (disminución) en cuentas por pagar comerciales y otras cuentas por pagar y pasivos por arrendamientos	245,336	(94,686)
Incremento en cuentas por pagar a partes relacionadas	15,627	5,264
Incremento en pasivos por impuestos	7,594	5,315
Incremento en otros pasivos no financieros	52,518	50,123
Flujos de efectivo netos provistos por las actividades de operación	1,138,587	630,301
Flujos de efectivo de las actividades de inversión		
Flujos de efectivo utilizados para mantener el control en subsidiarias y en negocios conjuntos	(24,500)	(37,002)
Compras de propiedades, planta y equipo	(421,286)	(193,327)
Compras de otros activos	(708)	(34)
Compras de propiedades de inversión	(86,149)	(10,596)
Compras de activos intangibles	(42,774)	(37,853)
Importes procedentes de la venta de activos propiedades, planta y equipo y activos intangibles	4,396	4,886
Flujos de efectivo netos (utilizados en) las actividades de inversión	(571,021)	(273,926)
Flujos de efectivo de las actividades de financiación		
Disminución de otros activos financieros	7,115	30,790
Incremento (disminución) en otros pasivos financieros	1,409	(28,827)
(Disminución) incremento en pasivos financiero	(123,813)	761,099
(Disminución) en pasivos por arrendamiento financiero	(6,849)	(3,184)
Dividendos pagados	(303,483)	(1,182,231)
Rendimientos financieros	31,120	46,860
Intereses pagados	(59,520)	(85,888)
Transacciones con no controladoras	(3,178)	1,677
Otras (salidas) de efectivo	-	(9,766)
Flujos de efectivo netos (utilizados en) las actividades de financiación	(457,199)	(469,470)
Incremento (disminución) neto del efectivo y equivalentes al efectivo	110,367	(113,095)
Efectos de la variación en la tasa de cambio	21,821	(40,188)
Efectivo y equivalentes al efectivo al principio del período	2,409,391	2,562,674
Efectivo y equivalentes al efectivo al final del período	2,541,579	2,409,391

Carlos Maño Giraldo Moreno
Representante Legal de la Matriz
(Ver certificación adjunta)

Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador de la Matriz
Tarjeta Profesional 67018-T
(Ver certificación adjunta)

Ángela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal de la Matriz
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530
(Ver informe adjunto del 23 de febrero de 2022)

Almacenes Éxito S.A.

Estados de cambios en el patrimonio consolidados
Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020
(Cifras expresadas en millones de pesos colombianos)

	Capital emitido	Prima de emisión	Acciones propias readquiridas	Reserva legal	Reserva ocasional	Readquisición de acciones	Futuros dividendos	Otras Reservas	Total reservas	Otro resultado integral acumulado	Ganancias acumuladas	Otros componentes en el patrimonio	Total patrimonio de la controladora	Cambios en participaciones no controladoras	Total patrimonio
	Nota 29	Nota 29	Nota 29	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30	Nota 30
Saldo al 31 de diciembre de 2019	4,482	4,843,466	(2,734)	7,857	1,771,022	22,000	155,412	199,280	2,155,571	(1,069,112)	618,031	646,824	7,196,528	1,248,314	8,444,842
Dividendo en efectivo declarado	-	-	-	-	(1,091,259)	-	-	-	(1,091,259)	-	-	-	(1,091,259)	(74,574)	(1,165,833)
Ganancia neta del periodo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230,872	-	230,872	99,030	329,902
Otro resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(281,550)	-	-	(281,550)	(1,550)	(283,100)
Apropiaciones para reservas	-	-	-	-	57,602	-	-	-	57,602	-	(57,602)	-	-	-	-
Incrementos por cambios en las participaciones en la propiedad de subsidiarias que no dan pérdida de control	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2,055)	(2,055)	2,619	564
Otros movimientos en el patrimonio (1)	-	-	-	-	(2,583)	-	-	138,384	135,801	-	(147,995)	163,521	151,327	(73,429)	77,898
Saldo al 31 de diciembre de 2020	4,482	4,843,466	(2,734)	7,857	734,782	22,000	155,412	337,664	1,257,715	(1,350,662)	643,306	808,290	6,203,863	1,200,410	7,404,273
Saldo al 31 de diciembre de 2020	4,482	4,843,466	(2,734)	7,857	734,782	22,000	155,412	337,664	1,257,715	(1,350,662)	643,306	808,290	6,203,863	1,200,410	7,404,273
Dividendo en efectivo declarado (Nota 42)	-	-	-	-	(49,609)	-	-	-	(49,609)	-	(123,614)	-	(173,223)	(127,773)	(300,996)
Resultado neto del periodo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	474,681	-	474,681	118,256	592,937
Otro resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110,505	-	-	110,505	1,186	111,691
Apropiaciones para reservas	-	-	-	-	107,258	-	-	-	107,258	-	(107,258)	-	-	-	-
(Disminuciones) por cambios en las participaciones en la propiedad de subsidiarias que no dan pérdida de control	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5,506)	(5,506)	3,419	(2,087)
Otros movimientos en el patrimonio (2)	-	-	-	-	(784)	-	-	(8,135)	(8,919)	-	1,530	278,474	271,085	(48,426)	222,659
Saldo al 31 de diciembre de 2021	4,482	4,843,466	(2,734)	7,857	791,647	22,000	155,412	329,529	1,306,445	(1,240,157)	888,645	1,081,258	6,881,405	1,147,072	8,028,477

(1) En las Ganancias acumuladas y en las Otras reservas, incluye \$139,249 (que se compensan entre sí) correspondientes al método de participación sobre la apropiación de resultados de la subsidiaria Spice Investment Mercosur S.A. y sus subsidiarias. En los Otros componentes en el patrimonio, corresponde a \$163,521 por el método de participación sobre el efecto inflacionario de la subsidiaria Libertad S.A.

(2) En los Otros componentes en el patrimonio, corresponde a \$278,474 por el método de participación sobre el efecto inflacionario de la subsidiaria Libertad S.A.

Las notas que se acompañan forman parte integral de los estados financieros consolidados.



Carlos Mario Graldo Moreno
Representante Legal de la Matriz
(Ver certificación adjunta)



Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador de la Matriz
Tarjeta Profesional 67018-T
(Ver certificación adjunta)



Ángela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal de la Matriz
Tarjeta Profesional 82183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530
(Ver informe adjunto del 23 de febrero de 2022)

Nota 1. Información general

Almacenes Éxito S.A. (de ahora en adelante, la Matriz) fue constituida, de acuerdo con las leyes colombianas, el 24 de marzo de 1950; su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 No 32 B Sur - 139, Envigado, Colombia. El término de duración de la Matriz expira el 31 de diciembre de 2050.

La Matriz cotiza en la Bolsa de Valores de Colombia (BVC) desde 1994 y se encuentra bajo control de la Superintendencia Financiera de Colombia.

La emisión de los estados financieros consolidados correspondientes a los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 fue autorizada por la Junta Directiva de la Matriz como consta en las actas del citado órgano del 21 de febrero de 2022 y del 22 de febrero de 2021, respectivamente.

El objeto social de la Matriz consiste principalmente en:

- Adquirir, almacenar, transformar y, en general, distribuir y vender bajo cualquier modalidad comercial, incluyendo la financiación de la misma, toda clase de mercancías y productos nacionales y extranjeros, al por mayor y al detal por medios físicos o virtuales.
- La prestación de servicios complementarios tales como el otorgamiento de créditos para la adquisición de mercancías, el otorgamiento de seguros, la realización de giros y remesas, la prestación de servicios de telefonía móvil, la comercialización de viajes y paquetes turísticos, la reparación y mantenimiento de bienes muebles, la realización de trámites.
- Dar o tomar en arrendamiento locales comerciales, recibir o dar en arrendamiento o a otro título de mera tenencia, espacios o puestos de venta o de comercio dentro de sus establecimientos mercantiles destinados a la explotación de negocios de distribución de mercancías o productos y a la prestación de servicios complementarios.
- Constituir, financiar o promover con otras personas naturales o jurídicas, empresas o negocios que tengan como finalidad la producción de objetos, mercancías, artículos o la prestación de servicios relacionados con la explotación de los establecimientos comerciales.
- Adquirir bienes raíces, edificar locales comerciales con destino al establecimiento de almacenes, centros comerciales u otros sitios adecuados para la distribución de mercancías sin perjuicio de que, con criterio de aprovechamiento racional de la tierra, pueda enajenar pisos o locales, darlos en arrendamiento o explotarlos en otra forma conveniente, así como invertir en inmuebles, promover y ejecutar proyectos inmobiliarios de cualquier tipo de finca raíz.
- Aplicar recursos con fines de inversión para la adquisición de acciones, bonos, papeles comerciales y otros valores de libre circulación en el mercado para el aprovechamiento de incentivos fiscales establecidos por la ley, así como efectuar inversiones transitorias en valores de pronta liquidez con fines de utilización productiva temporal, celebrar operaciones de *factoring* en firme con recursos propios, constituir garantías sobre sus bienes muebles o inmuebles y celebrar operaciones financieras que le permitan adquirir fondos u otros activos.
- Distribuir como mayorista y minorista combustibles líquidos derivados del petróleo a través de estaciones de servicio, alcoholes, biocombustibles, gas natural vehicular y cualquier otro combustible aplicado al sector automotor, industrial, fluvial, marítimo y aéreo en todas sus clases.

La controladora última de la Matriz es Companhia Brasileira de Distribuição – CBD. Al 31 de diciembre de 2021 la controladora posee una participación del 91.57% (31 de diciembre de 2020 - 96.57%) en el capital accionario de la Matriz.

En la Cámara de Comercio de Aburrá Sur se encuentra registrada una situación de Grupo empresarial, por parte de la Matriz, respecto a sus sociedades subordinadas.

Nota 1.1. Participación accionaria en las subsidiarias incluidas en los estados financieros consolidados

A continuación, se detalla la participación accionaria en las subsidiarias incluidas en los estados financieros consolidados de periodos intermedios al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020:

Nombre	Segmento	País	Moneda funcional	Participación accionaria 2021			Participación accionaria 2020		
				Directo	Indirecto	Total	Directo	Indirecto	Total
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	Colombia	Colombia	Peso colombiano	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	Colombia	Colombia	Peso colombiano	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	Colombia	Colombia	Peso colombiano	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%
Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.	Colombia	Colombia	Peso colombiano	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%
Marketplace Internacional Éxito S.L.	Colombia	España	Euro	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%
Fideicomiso Lote Girardot	Colombia	Colombia	Peso colombiano	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (a)	Colombia	Colombia	Peso colombiano	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%
Éxito Industrias S.A.S.	Colombia	Colombia	Peso colombiano	94.53%	3.42%	97.95%	94.53%	3.42%	97.95%
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	Colombia	Colombia	Peso colombiano	51.00%	0.00%	51.00%	51.00%	0.00%	51.00%
Gestión Logística S.A. (b)	Colombia	Panamá	Peso colombiano	100.00%	0.00%	100.00%	-	-	-
Patrimonio Autónomo Viva Malls	Colombia	Colombia	Peso colombiano	51.00%	0.00%	51.00%	51.00%	0.00%	51.00%
Patrimonio Autónomo Iwana	Colombia	Colombia	Peso colombiano	51.00%	0.00%	51.00%	51.00%	0.00%	51.00%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	Colombia	Colombia	Peso colombiano	0.00%	45.90%	45.90%	0.00%	45.90%	45.90%
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	Colombia	Colombia	Peso colombiano	0.00%	40.80%	40.80%	0.00%	40.80%	40.80%
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	Colombia	Colombia	Peso colombiano	0.00%	26.01%	26.01%	0.00%	26.01%	26.01%
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	Colombia	Colombia	Peso colombiano	0.00%	26.01%	26.01%	0.00%	26.01%	26.01%
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	Colombia	Colombia	Peso colombiano	0.00%	26.01%	26.01%	0.00%	26.01%	26.01%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	Colombia	Colombia	Peso colombiano	0.00%	26.01%	26.01%	0.00%	26.01%	26.01%
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	Colombia	Colombia	Peso colombiano	0.00%	26.01%	26.01%	0.00%	26.01%	26.01%
Spice Investment Mercosur S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%
Devoto Hermanos S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%
Mercados Devoto S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%
Larenco S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%
Geant Inversiones S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%
Lanin S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%
5 Hermanos Ltda.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%

Nombre	Segmento	País	Moneda funcional	Participación accionaria 2021			Participación accionaria 2020		
				Directo	Indirecto	Total	Directo	Indirecto	Total
Sumelar S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%
Tipsel S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%
Tedocan S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%
Supermercados Disco del Uruguay S.A. (c)	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Grupo Disco del Uruguay S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Ameluz S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Fandale S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Odaler S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
La Cabaña S.R.L.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Ludi S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Semin S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Randicor S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Setara S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Hiper Ahorro S.R.L.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	62.49%	62.49%	0.00%	62.49%	62.49%
Ciudad del Ferrol S.C.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	61.24%	61.24%	0.00%	61.24%	61.24%
Mablicor S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	31.87%	31.87%	0.00%	31.87%	31.87%
Maoostar S.A.	Uruguay	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	31.25%	31.25%	0.00%	31.25%	31.25%
Onper Investment 2015 S.L.	Argentina	España	Peso colombiano	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%
Via Artika S. A.	Argentina	Uruguay	Peso uruguayo	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%
Spice España de Valores Americanos S.L.	Argentina	España	Euro	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%
Libertad S.A.	Argentina	Argentina	Peso argentino	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%
Gelase S. A.	Argentina	Bélgica	Euro	0.00%	100.00%	100.00%	0.00%	100.00%	100.00%

(a) El 16 de febrero de 2021 la subsidiaria Transacciones Energéticas S.A.S. modificó su razón social a Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P.

(b) Subsidiaria creada el 7 de septiembre de 2021.

(c) El acuerdo de accionistas firmado en 2015 y por medio del cual era controlada esta subsidiaria se venció el 30 de junio de 2021. El 18 de agosto de 2021 se firmó un nuevo acuerdo de accionistas, sin cambios significativos en las condiciones del anterior contrato, por medio del cual se continúa con el control de esta subsidiaria. Durante el tiempo transcurrido entre el 1 de julio de 2021 y el 18 de agosto de 2021 no ocurrieron cambios en el control y en la gestión de la subsidiaria y las actividades operacionales se desarrollaron con normalidad.

Nota 1.2. Subsidiarias operativas colombianas y del exterior

Los estados financieros consolidados adjuntos al 31 de diciembre de 2021 incluyen las mismas subsidiarias operativas colombianas y las mismas principales subsidiarias operativas ubicadas en el exterior que se incluyeron en los estados financieros consolidados correspondientes al periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020, a excepción de Gestión Logística S.A., subsidiaria creada el 7 de septiembre de 2021.

Desde agosto de 2019, como parte de su estrategia de operación, la Matriz tomó la decisión de cerrar las operaciones comerciales de su subsidiaria Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. Con base en esa decisión, los resultados acumulados de esta subsidiaria al 31 de diciembre de 2020 fueron presentados en el estado de resultados consolidado el renglón de los resultados netos de las operaciones discontinuadas, separados del resto de los resultados consolidados de la Matriz y sus subsidiarias. Durante 2021 y como parte del proceso de transición de su operación comercial en el que se encontraba a diciembre de 2021, la subsidiaria cambió su razón social, su objeto social y su operación comercial y adicionalmente fue capitalizada por la Matriz en \$408,62 con lo cual envió la causal de especial de disolución que se presentaba al 31 de diciembre de 2020. Como consecuencia de este cambio de razón social, del objeto social y de la capitalización efectuada en agosto de 2021 y en octubre de 2021, la subsidiaria ha retomado su operación que consiste en la comercialización de energía eléctrica y sus resultados acumulados desde el 1 de octubre de 2021 fueron nuevamente presentados en el estado de resultados consolidado junto con el resto de los resultados consolidados de la Matriz y sus demás subsidiarias.

A continuación, se detalla el objeto social y otra información de las siguientes subsidiarias operativas colombianas y de las siguientes principales subsidiarias operativas ubicadas en el exterior:

Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.

Subsidiaria constituida mediante documento privado el 27 de septiembre de 2010. Su objeto social consiste principalmente en (i) constituir, financiar, promover, invertir individualmente o concurrir con otras personas naturales o jurídicas a la constitución de sociedades, empresas o negocios que tengan por objeto la producción o comercialización de bienes, de objetos, mercancías, artículos o elementos o la prestación de servicios relacionados con la explotación de los establecimientos comerciales y vincularse a dichas empresas en calidad de asociada, mediante aportes en dinero, en bienes o en servicios, y (ii) promover, invertir individualmente o concurrir con otras personas naturales o jurídicas a la prestación de redes, servicios y valores agregados de telecomunicaciones, en especial, todas aquellas actividades permitidas en Colombia o en el exterior, de telecomunicaciones, telefonía móvil celular y servicios de valor agregado. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 número 32B Sur – 139, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.

Subsidiaria constituida el 23 de mayo de 2014 de acuerdo con las leyes colombianas. Su objeto social consiste principalmente en la prestación de los servicios de transporte de carga nacional e internacional, aérea, terrestre, marítima, fluvial, férrea y multimodal de todo tipo de mercancía en general. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 número 32B Sur – 139, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.

Subsidiaria constituida el 12 de septiembre de 2018 de acuerdo con las leyes colombianas. Su objeto social consiste principalmente en la realización de las siguientes actividades en una o varias zonas francas: (i) prestación de servicios de acceso a la plataforma de comercio electrónico puesta a disposición por la compañía, mediante la cual quienes acceden a ella podrán efectuar transacciones comerciales; (ii) ejecución de aquellas actividades necesarias para el adecuado funcionamiento de la plataforma de comercio electrónico a través de la cuales los vendedores y compradores que acceden a la misma efectúan transacciones; (iii) emisión, comercialización, procesamiento y reembolso de vales, cupones, tarjetas o bonos, bien sean físicos o digitales, o a través de cualquier otro medio que la tecnología permita como mecanismo para el acceso a los bienes y servicios ofrecidos. Su domicilio principal se encuentra en la vereda Chachafruto, Zona Franca, oficina 11, Rionegro, Antioquia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.

Subsidiaria constituida el 21 de junio de 2019 de acuerdo con las leyes colombianas. Su objeto social consiste principalmente en el almacenamiento de mercancías bajo control aduanero. Su domicilio principal se encuentra en la calle 43 sur No. 48-127, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Marketplace Internacional Éxito S.L.

Subsidiaria constituida el 9 de octubre de 2019 de acuerdo con las leyes españolas. Su objeto social consiste principalmente en la realización de actividades relacionadas con el marketing, desarrollo de negocio y relaciones públicas, así como cualquier otra actividad o la prestación de cualquier otro servicio complementario o conexo con lo anterior. Su domicilio principal se encuentra en la calle Constitución No 75, 28946, Fuenlabrada (Madrid), España. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Fideicomiso Lote Girardot

Adquirido mediante cesión de derechos fiduciarios el 11 de febrero del 2011 a través Alianza Fiduciaria S.A. Tiene por objeto adquirir el derecho de propiedad del inmueble a nombre de la Compañía. El domicilio principal se encuentra en la carrera 10 y 11 con calle 25, Girardot, Colombia.

Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P.

Subsidiaria constituida el 12 de marzo de 2008. Esta nueva razón social fue creada desde el 16 de febrero de 2021 (Nota 17.2). Como consecuencia de este cambio de razón social, el objeto social principal consiste en la comercialización de energía eléctrica, adquiriendo energía en el mercado mayorista con su venta destinada a usuarios finales y adquiriendo energía para mercado regulado a través de un contrato de condiciones uniformes y para el mercado no regulado a través de un contrato de negociación bilateral. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 número 32B Sur – 139, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Éxito Industrias S.A.S.

Subsidiaria constituida mediante documento privado el 26 de junio de 2014. Su objeto social consiste en (i) adquirir, almacenar, transformar, confeccionar, vender y en general distribuir bajo cualquier modalidad toda clase de mercancías textiles de confección nacional o extranjera y adquirir, dar o tomar en arrendamiento bienes raíces con destino al establecimiento de almacenes, centros comerciales u otros sitios adecuados para la distribución de mercancías y la venta de bienes o servicios; (ii) lanzar y operar actividades de comercio electrónico en Colombia; (iii) celebrar todo tipo de contratos incluyendo pero sin limitarse a, contrato de arrendamiento, distribución, operación, asociación, compraventa, asistencia técnica, suministro, inspección, control y servicios, para el adecuado desarrollo del objeto social; (iv) prestar toda clase de servicios, incluyendo pero sin limitarse, de administración, asesoría, consultoría, técnicos, de presentación, para el adecuado desarrollo del objeto social; y (v) desarrollar cualquier actividad lícita. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 número 32 Sur – 29, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Éxito Viajes y Turismo S.A.S.

Subsidiaria constituida el 30 de mayo de 2013, de acuerdo con las leyes colombianas. Su objeto social consiste principalmente en la explotación de las actividades relacionadas con el servicio de turismo, así como la representación turística y el establecimiento de agencias de viajes en cualquiera de sus modalidades y la promoción del turismo nacional e internacional. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 43 número 31 – 166, Medellín, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Gestión y Logística S.A.

Subsidiaria constituida el 7 de septiembre de 2021. Su objeto social consiste principalmente en la prestación de servicios en general, así como la compra y venta de toda clase de bienes muebles e inmuebles. Su domicilio principal se encuentra en la ciudad de Panamá. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Patrimonio Autónomo Viva Malls

Constituido el 15 de julio de 2016 mediante la escritura pública 679 de la Notaría 31 de Medellín bajo la figura jurídica de patrimonio autónomo a través de Itáú Fiduciaria. El objeto social principal es la adquisición, directa o indirecta, de los derechos reales sobre activos inmobiliarios, principalmente galerías y centros comerciales, su desarrollo y el desarrollo de otros activos inmobiliarios, así como su explotación y operación. Dentro del objeto el patrimonio podrá arrendar a terceros o a partes relacionadas los locales, concesionar los espacios que hacen parte de los activos inmobiliarios, realizar la explotación, el mercadeo, y el mantenimiento de estos, buscar su financiación y disponer de aquellos activos, así como todas las actividades conexas y necesarias para cumplir con los fines del negocio. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 7 número 27 - 18 Piso 14, Bogotá, Colombia.

Patrimonio Autónomo Iwana

Constituido el 22 de diciembre del 2011 bajo la figura jurídica de patrimonio autónomo, a través Fiduciaria Bancolombia S.A. El objeto social es desarrollar la operación del centro comercial Iwana, el cual comprende mantener la titularidad jurídica del inmueble, suscribir los contratos de arrendamiento, sus prorrogas, renovaciones, modificaciones y terminaciones, de acuerdo con las instrucciones que para tal efecto imparta el fideicomitente (la Matriz) en su condición de administrador inmobiliario; incluye además administrar los recursos, efectuar los pagos que se requieran para atender la administración y operación de los locales y demás unidades que lo conforman. El domicilio principal del centro comercial se encuentra en la carrera 11 No. 50 – 19, Barrancabermeja, Colombia.

Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla

Constituido el 23 de diciembre del 2014 bajo la figura jurídica de patrimonio autónomo, a través Fiduciaria Bancolombia S.A. El objeto social es desarrollar, recibir y mantener la titularidad jurídica del Centro Comercial Viva Barranquilla y de los inmuebles que a futuro los fideicomitentes instruyan o requieran aportar, suscribir los contratos de arrendamiento, sus prorrogas, renovaciones, modificaciones y terminaciones, de acuerdo con las instrucciones que para tal efecto imparta el fideicomitente (la Matriz) en su condición de administrador inmobiliario; incluye además administrar los recursos, efectuar los pagos que se requieran para atender la administración y operación de los locales y demás unidades que lo conforman. El domicilio principal del centro comercial es el municipio de Barranquilla, Colombia, Carrera 51 B 87 – 50.

Patrimonio Autónomo Viva Laureles

Constituido el 31 de mayo del 2012 bajo la figura jurídica de patrimonio autónomo a través de Fiduciaria Bancolombia S.A. El objeto social es desarrollar la operación del centro comercial Viva Laureles, el cual comprende mantener la titularidad jurídica del inmueble, suscribir los contratos de arrendamiento, sus prorrogas, renovaciones, modificaciones y terminaciones, de acuerdo con las instrucciones que para tal efecto imparta el fideicomitente (la Matriz) en su condición de administrador inmobiliario; incluye además administrar los recursos, efectuar los pagos que se requieran para atender la administración y operación de los locales y demás unidades que lo conforman. El domicilio principal del centro comercial es el municipio de Medellín, Colombia, carrera 81 No. 37 - 100.

Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo

Constituido el 8 de marzo del 2013 bajo la figura jurídica de patrimonio autónomo, a través Fiduciaria Bancolombia S.A. El objeto social es desarrollar la operación del centro comercial Viva Sincelejo, el cual comprende mantener la titularidad jurídica del inmueble, suscribir los contratos de arrendamiento, sus prorrogas, renovaciones, modificaciones y terminaciones, de acuerdo con las instrucciones que para tal efecto imparta el fideicomitente (la Matriz) en su condición de administrador inmobiliario; incluye además administrar los recursos, efectuar los pagos que se requieran para atender la administración y operación de los locales y demás unidades que lo conforman. El domicilio principal del centro comercial se encuentra en la carrera 25 No. 23 – 49, Sincelejo, Colombia.

Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio

Constituido el 1 abril del 2013 bajo la figura jurídica de patrimonio autónomo, a través de Fiduciaria Bancolombia S.A. El objeto social es desarrollar la operación del centro comercial Viva Villavicencio, el cual comprende mantener la titularidad jurídica del inmueble, suscribir los contratos de arrendamiento, sus prorrogas, renovaciones, modificaciones y terminaciones, de acuerdo con las instrucciones que para tal efecto imparta el fideicomitente (la Matriz) en su condición de administrador inmobiliario; incluye además administrar los recursos, efectuar los pagos que se requieran para atender la administración y operación de los locales y demás unidades que lo conforman. El domicilio principal del centro comercial se encuentra en la calle 7 ANo. 45 – 185, Villavicencio, Colombia.

Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I

Constituido el 30 de junio del 2005 bajo la figura jurídica de patrimonio autónomo, a través de Fiduciaria Bancolombia S.A. El objeto social es desarrollar la operación del centro comercial San Pedro Plaza, el cual comprende mantener la titularidad jurídica del inmueble, suscribir los contratos de arrendamiento, sus prorrogas, renovaciones, modificaciones y terminaciones, de acuerdo con las instrucciones que para tal efecto impartan los fideicomitentes al administrador inmobiliario contratado; incluye además administrar los recursos, efectuar los pagos que se requieran para atender la administración y operación de los locales y demás unidades que lo conforman. El domicilio principal del centro comercial se encuentra en la carrera 8 entre calles 38 y 48, Neiva, Colombia.

Patrimonio Autónomo Centro Comercial

Constituido el 1 de diciembre del 2010 bajo la figura jurídica de patrimonio autónomo, a través de Fiduciaria Bancolombia S.A. El objeto social es desarrollar la operación del centro comercial San Pedro Etapa II, el cual comprende mantener la titularidad jurídica del inmueble, suscribir los contratos de arrendamiento, sus prorrogas, renovaciones, modificaciones y terminaciones, de acuerdo con las instrucciones que para tal efecto impartan los fideicomitentes al administrador inmobiliario contratado; incluye además administrar los recursos, efectuar los pagos que se requieran para atender la administración y operación de los locales y demás unidades que lo conforman. El domicilio principal del centro comercial se encuentra en la carrera 8 entre calles 38 y 48, Neiva, Colombia.

Patrimonio Autónomo Viva Palmas

Constituido el 17 de abril de 2015 bajo la figura jurídica de patrimonio autónomo a través de Fiduciaria Bancolombia S.A. El objeto social es desarrollar, recibir y mantener la titularidad jurídica del centro comercial Viva Palmas y de los inmuebles que a futuro los fideicomitentes instruyan o requieran aportar, suscribir los contratos de arrendamiento, sus prorrogas, renovaciones, modificaciones y terminaciones, de acuerdo con las instrucciones que para tal efecto imparta el fideicomitente (la Matriz) en su condición de administrador inmobiliario; incluye además administrar los recursos, efectuar los pagos que se requieran para atender la administración y operación del inmueble. El domicilio principal se encuentra en el área rural del municipio de Envigado, Colombia.

Devoto Hermanos S.A.

Sociedad domiciliada en Uruguay. Su actividad principal es la comercialización minorista en plaza de productos de consumo masivo a través de una cadena de supermercados ubicados en los departamentos de Montevideo, Canelones y Maldonado.

Mercados Devoto S.A.

Sociedad domiciliada en Uruguay. Su actividad principal es la comercialización minorista en plaza de productos de consumo masivo a través de una cadena de supermercados ubicados en los departamentos de Montevideo, y Maldonado.

Supermercados Disco del Uruguay S.A.

Sociedad domiciliada en Uruguay. Tiene por actividad principal la comercialización minorista en plaza de productos de consumo masivo a través de una cadena de supermercados ubicados en los departamentos de Montevideo, Canelones y Maldonado.

Libertad S.A.

Sociedad domiciliada en Argentina. Fue constituida el 8 de julio de 1994, bajo el número de registro 618 en la Dirección de Inspección de Personas Jurídicas (DIPJ) de la República Argentina. Su objeto social consiste principalmente en la explotación de supermercados y almacenes mayoristas, realizando para ello todo tipo de operaciones afines y complementarias relacionadas con su objeto. El término de duración expira el 8 de julio de 2084.

Nota 1.3. Subsidiarias con participación no controladora significativa

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 las siguientes son las subsidiarias, tomadas como entidades reportantes, incluidas en los estados financieros consolidados, que presentan participaciones no controladoras significativas:

	Porcentaje de participación no controladora, significativa (1)	
	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	73.99%	73.99%
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	73.99%	73.99%
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	73.99%	73.99%
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	73.99%	73.99%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	73.99%	73.99%
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	59.20%	59.20%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	54.10%	54.10%
Patrimonio Autónomo Iwana	49.00%	49.00%
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	49.00%	49.00%
Patrimonio Autónomo Viva Malls	49.00%	49.00%
Grupo Disco del Uruguay S.A.	37.51%	37.51%

(1) Participación no controladora, total, teniendo en cuenta la participación directa e indirecta de la Matriz.

A continuación, se presenta la información financiera resumida sobre los activos, pasivos, resultado del periodo y flujos de efectivo de las subsidiarias, tomadas como entidades reportantes, con participaciones no controladoras significativas, incluidas en los estados financieros consolidados. Los saldos son presentados antes de las eliminaciones necesarias dentro del proceso de consolidación:

Compañía	Estado de situación financiera						Estado de resultado integral					
	Activo corriente	Activo no corriente	Pasivo corriente	Pasivo no corriente	Patrimonio	Participación controladora	Participación no controladora	Ingresos de actividades ordinarias	Resultado de operaciones continuadas	Resultado total integral	Participación controladora	Participación no controladora
Al 31 de diciembre de 2021												
Grupo Disco del Uruguay S.A.	449,087	799,024	412,180	60,200	775,731	1,603,860	290,977	1,679,924	112,768	112,768	69,461	42,299
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	39,518	3,049	33,683	406	8,478	4,545	4,154	20,669	4,626	4,626	2,160	2,266
Patrimonio Autónomo Viva Malls	60,916	1,787,039	43,692	-	1,804,263	974,979	884,089	179,919	116,412	116,412	67,853	57,042
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	3,381	75,766	3,613	-	75,534	38,522	37,012	7,068	2,194	2,194	1,119	1,075
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	8,032	209,021	3,989	-	213,064	105,954	104,401	21,627	11,419	11,419	6,069	5,595
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	1,327	32,095	1,209	-	32,213	16,428	15,784	3,709	2,315	2,315	1,181	1,134
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	5,967	107,038	1,964	-	111,041	55,814	54,410	11,629	7,019	7,019	3,605	3,439
Patrimonio Autónomo Iwana	68	5,668	43	-	5,693	3,134	2,790	333	(125)	(125)	(64)	(61)
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	19,930	313,447	6,828	-	326,549	293,895	160,009	45,001	12,793	12,793	11,513	6,269
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	5,523	102,638	2,389	-	105,772	84,618	21,154	16,261	9,345	9,345	7,476	1,869
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	1,907	32,237	3,340	-	30,804	15,710	15,094	3,883	1,854	1,854	946	908
Al 31 de diciembre de 2020												
Grupo Disco del Uruguay S.A.	400,771	708,040	353,438	51,201	704,172	1,410,232	264,135	1,671,612	121,302	121,302	74,807	45,500
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	31,098	4,400	23,479	1,101	10,918	6,005	5,350	13,597	1,921	1,921	1,146	942
Patrimonio Autónomo Viva Malls	105,970	2,049,430	65,317	-	2,090,083	967,463	1,024,141	251,174	82,464	82,464	54,882	45,827
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	3,079	73,273	4,444	-	71,908	36,673	35,235	14,335	916	916	467	449
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	7,316	215,149	2,147	-	220,318	109,408	107,956	22,963	13,737	13,737	6,927	6,731
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	1,228	32,099	261	-	33,066	16,864	16,202	2,968	1,199	1,199	612	588
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	4,116	110,078	512	-	113,682	57,136	55,704	9,210	4,642	4,642	2,393	2,275
Patrimonio Autónomo Iwana	52	5,815	44	-	5,823	3,200	2,853	411	(46)	(46)	10	(23)
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	12,046	320,536	6,032	-	326,550	293,895	160,010	32,867	3,014	3,014	2,712	1,477
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	3,717	104,894	2,165	-	106,446	85,157	21,289	14,492	7,080	7,080	5,664	1,416
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	971	30,889	1,487	-	30,373	15,490	14,883	3,038	(1,428)	(1,428)	(728)	(700)
Flujos de efectivo por el año terminado al 31 de diciembre de 2021												
Compañía	Actividades de operación	Actividades de inversión	Actividades de financiación	Aumento (disminución) neta de efectivo		Actividades de operación	Actividades de inversión	Actividades de financiación	Aumento (disminución) neta de efectivo			
Grupo Disco del Uruguay S.A.	118,443	(34,913)	(103,090)	(19,560)		114,766	(49,181)	(32,109)	33,476			
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	10,275	(67)	(5,605)	4,603		(2,924)	(225)	931	(2,218)			
Patrimonio Autónomo Viva Malls	117,111	5,190	(142,839)	(20,538)		87,429	(1,895)	(41,239)	44,295			
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	3,540	(4,368)	956	128		5,934	(1,053)	(5,080)	(199)			
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	18,922	(876)	(17,138)	908		17,069	(1,658)	(16,347)	(936)			
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	3,286	(806)	(2,777)	(297)		2,463	(360)	(1,395)	708			
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	10,554	(245)	(8,381)	1,928		7,512	(3,284)	(3,436)	792			
Patrimonio Autónomo Iwana	(22)	-	(4)	(26)		16	-	(56)	(40)			
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	23,347	(1,329)	(12,463)	9,555		4,720	(9,157)	3,923	(514)			
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	11,993	(350)	(9,795)	1,848		9,218	(616)	(7,149)	1,453			
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	868	(492)	436	812		171	(1,323)	720	(432)			
Flujos de efectivo por el año terminado el 31 de diciembre de 2020												

Nota 1.4. Restricciones sobre la transferencia de fondos

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 no se presentan restricciones sobre la capacidad de las subsidiarias de transferir fondos a la Matriz en forma de dividendos en efectivo, o reembolso de préstamos o anticipos realizados.

Nota 2. Bases de preparación

Los estados financieros consolidados por los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 han sido preparados de acuerdo con las normas de contabilidad y de información financiera aceptadas en Colombia, establecidas en la Ley 1314 de 2009 que corresponden a las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) traducidas de manera oficial y autorizadas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), reglamentadas en Colombia por el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170, el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432, el 19 de agosto de 2021 por el Decreto Reglamentario 938 y el 9 de diciembre de 2021 por el Decreto Reglamentario 1670 y actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270. La Matriz y sus subsidiarias no hicieron uso de ninguna de las excepciones a NIIF que en dichos Decretos se plantean.

Estados financieros presentados

Los presentes estados financieros consolidados de la Matriz y sus subsidiarias comprenden los estados de situación financiera y los estados de cambios en el patrimonio al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 y los estados de resultados, los estados de resultados integrales y los estados de flujos de efectivo por los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020.

Estos estados financieros separados son preparados y contienen todas las revelaciones de información financiera requeridas en los estados financieros anuales presentados bajo NIC 1

Declaración de responsabilidad

La Administración de la Matriz es responsable de la información contenida en estos estados financieros consolidados. La preparación de los mismos, de acuerdo con las normas de contabilidad y de información financiera, aceptadas en Colombia, establecidas en la Ley 1314 de 2009 que corresponden a las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) traducidas de manera oficial y autorizadas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), reglamentadas en Colombia por el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170, el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432, el 19 de agosto de 2021 por el Decreto Reglamentario 938 y el 9 de diciembre de 2021 por el Decreto Reglamentario 1670 y actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270 y sin hacer uso de ninguna de las excepciones a NIIF que en dichos Decretos se plantean, requiere la utilización del juicio de la gerencia para la aplicación de las políticas contables.

Estimaciones y juicios contables

En la preparación de los estados financieros consolidados adjuntos se han utilizado estimaciones realizadas por la Matriz y sus subsidiarias para cuantificar algunos de los activos, pasivos, ingresos, gastos y compromisos que figuran registrados en ellos. Básicamente, estas estimaciones se refieren a:

- Las hipótesis empleadas para el cálculo del valor razonable de los instrumentos financieros,
- La valoración de los activos financieros para determinar la existencia de pérdidas por deterioro de los mismos,
- La vida útil de las propiedades, planta y equipo e intangibles,
- Las variables usadas y las hipótesis empleadas en la evaluación y determinación de los indicadores de deterioro de valor de los activos no financieros,
- Las variables usadas en la evaluación y determinación de las pérdidas y de la obsolescencia de los inventarios,
- Las hipótesis empleadas en el cálculo actuarial del pasivo de pensiones de jubilación y de los beneficios a empleados a largo plazo, tales como tasas de inflación, mortalidad, tasa de descuento y la consideración de incrementos futuros en salarios,
- La tasa de descuento utilizada en el cálculo del pasivo por arrendamiento y del derecho de uso,
- La probabilidad de ocurrencia y el valor de los pasivos que determinan el monto a reconocer como provisiones relacionadas con litigios y reestructuraciones,
- Los supuestos empleados en el reconocimiento del pasivo por el programa de fidelización de clientes,
- La evaluación de la probabilidad de tener utilidades futuras para el reconocimiento de los activos por impuesto diferido,
- La técnica de valoración utilizada para determinar los valores razonables de los elementos de las combinaciones de negocios.
- El tiempo estimado para depreciar los derechos de uso; las hipótesis empleadas en el cálculo de las tasas de crecimiento de los contratos de arriendo registrados como derechos de uso, y las variables utilizadas para la valoración del pasivo por arrendamiento.

Estas estimaciones se han realizado en función de la mejor información disponible sobre los hechos analizados en la fecha de preparación de los estados financieros consolidados, la cual puede dar lugar a modificaciones futuras en virtud de posibles situaciones que puedan ocurrir y que obligarían a su reconocimiento en forma prospectiva, lo cual se trataría como un cambio en una estimación contable en los estados financieros futuros.

Distinción entre partidas corrientes y no corrientes

La Matriz y sus subsidiarias presentan sus activos corrientes y no corrientes, así como sus pasivos corrientes y no corrientes, como categorías separadas en su estado de situación financiera. Para el efecto, se clasifican como activos corrientes aquellas sumas que serán realizadas o estarán disponibles en un plazo no mayor a un año y, como pasivos corrientes aquellas sumas que serán exigibles o liquidables también en un plazo no mayor a un año. Los demás activos y pasivos se clasifican como no corrientes.

Moneda funcional

La Matriz y cada subsidiaria determinan su moneda funcional y sus transacciones son medidas en esa moneda. La moneda funcional de la Matriz es el peso colombiano y las monedas funcionales de las subsidiarias se encuentran en la Nota 1.1.

Hiperinflación

Las monedas funcionales de la Matriz y de cada una de sus subsidiarias se encuentran en economías que no son hiperinflacionarias, a excepción de la economía de Argentina, en la que al 31 de diciembre de 2021 la tasa de inflación acumulada durante los últimos tres años, calculada utilizando diferentes combinaciones de índices de precios al por menor, ha superado el 100%, razón por la cual los estados financieros consolidados incluyen ajustes por inflación.

Los pronósticos locales de ese país sugieren que es poco probable que en 2022 disminuya significativamente por debajo del 100%. Por estas razones, Argentina presenta una economía hiperinflacionaria.

Las subsidiarias ubicadas en Argentina presentan sus estados financieros ajustados por inflación de acuerdo con lo que establece la NIC 29 - Información financiera en economías hiperinflacionarias.

Moneda de presentación

Los estados financieros consolidados se presentan en pesos colombianos, la moneda funcional de la Matriz, que corresponde a la moneda del entorno económico principal en la cual esta rige. Las cifras que se presentan han sido precisadas en millones de pesos colombianos.

Los estados financieros de las subsidiarias que se registran en una moneda funcional diferente al peso colombiano han sido convertidos a pesos colombianos. Las transacciones y los saldos son convertidos de la siguiente manera, excepto para las subsidiarias que se encuentren en economías hiperinflacionarias en cuyo caso todos los saldos y transacciones son convertidos a tasas de cierre:

- Los activos y pasivos son convertidos a pesos colombianos a la tasa de cierre del periodo;
- Las partidas de resultados son convertidas a pesos colombianos con base en la tasa promedio del periodo;
- Las transacciones patrimoniales en moneda extranjera son convertidas a pesos colombianos con la tasa de cambio del día de la transacción.

Las diferencias de cambio derivadas de la conversión de estados financieros se reconocen directamente en un componente separado del patrimonio y se reclasificarán al estado de resultados cuando la inversión en la subsidiaria sea vendida.

Transacciones en moneda extranjera

Se consideran operaciones en moneda extranjera aquellas denominadas en una moneda diferente de la moneda funcional. Durante los periodos presentados, las diferencias cambiarias resultantes de la liquidación de dichas operaciones generadas entre el tipo de cambio histórico contabilizado y el que se encuentra vigente a la fecha de cobro o pago, se registran como ganancia o pérdida por diferencia en cambio y se presentan en el estado de resultados dentro del resultado financiero neto.

Los saldos monetarios a la fecha de cierre del periodo que se encuentran expresados en una moneda diferente a la moneda funcional se actualizan con base en el tipo de cambio de cierre del periodo presentado y las diferencias cambiarias resultantes de esa actualización se reconocen en el estado de resultados dentro del resultado financiero neto. Para esta actualización los saldos monetarios se convierten a la moneda funcional utilizando la tasa representativa de mercado (*).

Los rubros no monetarios no se convierten al tipo de cambio de cierre del periodo y son medidos a costo histórico (convertidos utilizando los tipos de cambio a la fecha de la operación), excepto por rubros no monetarios medidos a valor razonable, tales como los instrumentos financieros *forward* y *swap*, los cuales se convierten utilizando los tipos de cambio a la fecha de la valoración de su valor razonable.

(*) Tasa Representativa de Mercado se entiende como el promedio de todas las tasas negociadas en el mercado durante el día de cierre (tasa de cierre), equivalente al término internacional tasa de cambio de contado, término definido igualmente en la NIC 21 – Efectos de las variaciones en las tasas de cambio de la moneda extranjera, como la tasa de cambio de contado existente al final del periodo sobre el que se informa.

Base contable de acumulación

Los estados financieros consolidados han sido preparados sobre la base contable de acumulación o devengo, excepto en lo relacionado con la información de los flujos de efectivo.

Importancia relativa y materialidad

El reconocimiento y la presentación de los hechos económicos se determinan de acuerdo con su importancia relativa. Un hecho económico se considera material cuando, debido a su naturaleza o cuantía, su conocimiento o desconocimiento, teniendo en cuenta las circunstancias, puede alterar significativamente las decisiones económicas de los usuarios de la información.

Al preparar los estados financieros consolidados de periodos intermedios, incluidas sus notas, la importancia relativa para propósitos de presentación se determinó sobre una base del 5% aplicada al activo corriente y no corriente, al pasivo corriente y no corriente, al patrimonio, a los resultados del ejercicio, y a cada cuenta a nivel de mayor general individualmente considerada del período de reporte.

Compensación de saldos y transacciones

Los activos y pasivos se presentan compensados en los estados financieros consolidados, si y solo si provienen de la misma operación, existe un derecho legal exigible a la fecha de cierre del periodo que obligue a recibir o cancelar los montos reconocidos por su valor neto y cuando existe una intención de compensar en una base neta para realizar los activos y liquidar los pasivos simultáneamente.

Clasificación como deuda o patrimonio

Los instrumentos de deuda y patrimonio se clasifican ya sea como pasivos financieros o como patrimonio, de acuerdo con la sustancia del acuerdo contractual.

Medición del valor razonable

El valor razonable se define como el precio que sería recibido por vender un activo o el precio pagado por transferir un pasivo en una transacción ordenada entre participantes de mercado en la fecha de la medición.

Las mediciones del valor razonable se realizan utilizando una jerarquía de valor razonable que refleja la importancia de los insumos utilizados en la determinación de las mediciones:

- Con base en precios cotizados (sin ajustar) en mercados activos para activos o pasivos idénticos (nivel 1).
- Con base en modelos de valoración comúnmente usados por los participantes del mercado que utilizan variables distintas de los precios cotizados que son observables para los activos o pasivos, directa o indirectamente (nivel 2).
- Con base en modelos de valoración internos de la Matriz y sus subsidiarias utilizando variables estimadas no observables para el activo o pasivo (nivel 3).

Nota 3. Bases de consolidación

Los estados financieros consolidados incluyen los estados financieros de la Matriz y todas sus subsidiarias. Las subsidiarias son entidades (incluyendo las entidades de propósito especial), sobre las cuales la Matriz ejerce directa o indirectamente control. Las entidades de propósito especial corresponden a Patrimonios Autónomos que se constituyen con un propósito definido o duración limitada. El listado de las subsidiarias se observa en la Nota 1.

El control es la capacidad de dirigir las actividades relevantes, tales como las políticas financieras y operativas de la controlada (subsidiaria). Se alcanza cuando la Matriz tiene poder sobre la controlada, está expuesta a rendimientos variables procedentes de su implicación en ella y tiene la capacidad de influir en el valor de sus rendimientos. El poder surge de derechos; generalmente se presenta acompañado de la tenencia del 50% o más de los derechos de voto, aunque en otras ocasiones es más complejo y surge de uno o más acuerdos contractuales, razón por la cual pueden existir entidades en las que, a pesar de no tener este porcentaje de participación, se entiende que sus actividades se realizan en beneficio de la Matriz, estando ésta expuesta a todos los riesgos y beneficios de la controlada.

Cuando se tiene control, el método de consolidación empleado es el de integración global. Mediante este método se incorporan a los estados financieros de la Matriz la totalidad de los activos, pasivos, patrimonio y resultados de las subsidiarias, previa eliminación de las inversiones realizadas en el patrimonio de estas, así como la eliminación de los saldos y las transacciones recíprocas.

Todas las transacciones y los saldos significativos entre subsidiarias han sido eliminados al consolidar, como también se ha dado reconocimiento al interés no controlado que corresponde al porcentaje de participación de terceros en las subsidiarias (participaciones no controladoras), el cual está incorporado de forma separada en el patrimonio consolidado.

En el momento de evaluar si la Matriz controla a una subsidiaria se considera la existencia y el efecto de los derechos potenciales de voto que sean actualmente ejercidos. Las subsidiarias se consolidan a partir de la fecha en que se transfiere el control a la Matriz y se excluyen de la consolidación en la fecha en que cesa el mismo.

Todas las entidades controladas se consolidan en los estados financieros de la Matriz independiente de su porcentaje de participación.

Las transacciones que impliquen un cambio en porcentaje de participación de la Matriz sin pérdida de control se reconocen en el patrimonio, dado que no hay cambio de control de la entidad económica. Los flujos de efectivo que surgen de cambios en las participaciones que no den lugar a una pérdida de control se clasifican para el estado de flujos de efectivo como actividades de financiación.

En las transacciones que implican una pérdida de control se da de baja la totalidad de la participación en la subsidiaria, se reconoce cualquier participación retenida por su valor razonable y la ganancia o pérdida resultante de la operación se reconoce en los resultados del ejercicio, incluyendo las partidas correspondientes de otro resultado integral. Los flujos de efectivo derivados de la adquisición o pérdida de control de una subsidiaria se clasifican como actividades de inversión en el estado de flujos de efectivo.

Cuando una de las subsidiarias se dispone para la venta o se discontinúa su operación, pero aún se conserva el control de esta, sus activos y pasivos se clasifican en la cuenta de activos no corrientes disponibles para la venta, previa eliminación de los saldos recíprocos, y no son parte de la integración global de los activos y pasivos dentro del proceso de consolidación. Sus resultados tampoco hacen parte de la integración global de los resultados dentro del proceso de consolidación, y son presentadas, previa eliminación de las transacciones recíprocas, en el renglón de los resultados netos de las operaciones discontinuadas, separados del resto de los resultados consolidados de la Matriz y sus subsidiarias.

El resultado del período y cada componente del otro resultado integral se atribuyen a los propietarios de la controladora y a las participaciones no controladoras.

Para la consolidación de los estados financieros, todas las subsidiarias cuentan con las mismas políticas y los mismos principios contables adoptados en la Matriz, de acuerdo con las normas de contabilidad y de información financiera, aceptadas en Colombia, establecidas en la Ley 1314 de 2009 que corresponden a las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) traducidas de manera oficial y autorizadas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), reglamentadas en Colombia por el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170, el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432, el 19 de agosto de 2021 por el Decreto Reglamentario 938 y el 9 de diciembre de 2021 por el Decreto Reglamentario 1670 y actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270, y sin hacer uso de ninguna de las excepciones a NIIF que en dichos Decretos se plantean.

Los activos, pasivos, ingresos y gastos de las subsidiarias, así como los ingresos y gastos en moneda extranjera de la Matriz han sido convertidos a pesos colombianos a los tipos de cambio observables en el mercado a la fecha de cierre del período y al promedio del período, así:

	Tasas de cierre (*)		Tasas promedio (*)	
	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Dólar americano	3,981.16	3,432.50	3,743.09	3,693.36
Peso uruguayo	89.06	80.81	85.91	87.86
Peso argentino	38.77	40.83	39.39	52.76
Euro	4,527.39	4,199.86	4,424.86	4,214.11

(*) Expresadas en pesos colombianos.

Nota 4. Principales políticas de contabilidad

Los estados financieros consolidados adjuntos al 31 de diciembre de 2021 han sido preparados usando las mismas políticas contables, mediciones y bases utilizadas para la presentación de los estados financieros consolidados al 31 de diciembre de 2020, excepto por las normas mencionadas en la Nota 5.2. que iniciaron su vigencia a partir del 1 de enero de 2021, de acuerdo con las normas de contabilidad y de información financiera, aceptadas en Colombia, establecidas en la Ley 1314 de 2009 que corresponden a las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) traducidas de manera oficial y autorizadas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), reglamentadas en Colombia por el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170, el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432, el 19 de agosto de 2021 por el Decreto Reglamentario 938 y el 9 de diciembre de 2021 por el Decreto Reglamentario 1670 y actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270, y sin hacer uso de ninguna de las excepciones a NIIF que en dichos Decretos se plantean.

La adopción de las nuevas normas vigentes a partir del 1 de enero de 2021, mencionadas en la Nota 5.2 no generaron cambios significativos en estas políticas contables en comparación con las utilizadas en la preparación de los estados financieros consolidados al 31 de diciembre de 2020 y no se presentaron impactos significativos en su adopción.

Las principales políticas utilizadas para la preparación de los estados financieros separados adjuntos son las siguientes:

Inversiones en asociadas y acuerdos conjuntos

Una asociada es una entidad sobre la cual la Matriz está en posición de ejercer una influencia significativa, pero no control ni control conjunto, por medio del poder de participar en las decisiones sobre sus políticas operativas y financieras. En general, la influencia significativa se presume en aquellos casos en los que la Matriz posee una participación superior al 20%, aunque, al igual que el control, ésta debe evaluarse.

Un acuerdo conjunto es un acuerdo mediante el cual dos o más partes mantienen control conjunto. Los acuerdos conjuntos pueden ser negocios conjuntos u operaciones conjuntas. El control conjunto se produce únicamente cuando las decisiones sobre las actividades relevantes requieren el consentimiento unánime de las partes que están compartiendo el control. Las adquisiciones de estos acuerdos se contabilizan usando principios relacionados con las combinaciones de negocios contenidos en la NIIF 3.

Un negocio conjunto es un acuerdo conjunto mediante el cual las partes que tienen control conjunto del acuerdo tienen derecho a los activos netos del acuerdo. Esas partes se denominan participantes en un negocio conjunto.

Una operación conjunta es un acuerdo conjunto mediante el cual las partes que tienen control conjunto del acuerdo tienen derecho a los activos y obligaciones con respecto a los pasivos, relacionados con el acuerdo. Esas partes se denominan operadores conjuntos.

Las inversiones en asociadas y negocios conjuntos se reconocen utilizando el método de la participación.

Según el método de la participación, en el reconocimiento inicial la inversión en las asociadas y negocios conjuntos se registrará al costo y posteriormente se incrementará o disminuirá para reconocer la participación de la Matriz en el resultado integral del período de la participada. Esta participación se reconocerá en el resultado del período o en el otro resultado integral, según corresponda. Las distribuciones o dividendos recibidos de la participada se reducirán del valor en libros de la inversión.

Si la participación de la Matriz en las pérdidas de una asociada o negocio conjunto iguala o excede su participación, la Matriz deja de reconocer su participación en las pérdidas adicionales. Una vez que la participación de la Matriz se reduzca a cero, se reconocerá una provisión solo en la medida en que la Matriz haya incurrido en obligaciones legales o implícitas.

Las ganancias o pérdidas no realizadas en las operaciones entre la Matriz y las asociadas y los negocios conjuntos se eliminan al aplicar el método de la participación en la proporción de la participación de la Matriz en estas entidades.

Una vez aplicado el método de la participación, la Matriz determina si es necesario reconocer pérdidas por deterioro de valor respecto de la inversión mantenida en la participada.

Las transacciones que implican una pérdida de influencia significativa en la asociada y en el negocio conjunto, se contabilizan reconociendo cualquier participación retenida por su valor razonable y la ganancia o pérdida resultante de la operación se reconoce en los resultados del período, incluyendo las partidas correspondientes de otro resultado integral.

En las transacciones que no implican una pérdida de influencia significativa en las asociadas y en los negocios conjuntos, se continúa aplicando el método de la participación y se reclasifica en resultado la porción de la ganancia o pérdida reconocida en los otros resultados integrales relativo a la reducción en la participación de la propiedad.

Partes relacionadas

La Matriz ha considerado como partes relacionadas a su matriz; sus asociadas y negocios conjuntos; las entidades que ejercen el control conjunto o influencia significativa sobre la Matriz y sus subsidiarias; el personal clave de la gerencia, que incluye personal de Junta Directiva, Presidentes, Vicepresidentes, Gerentes corporativos de negocios y Directores quienes tienen la capacidad de dirigir, planificar y controlar las actividades de la Matriz y sus subsidiarias; las compañías sobre las que el personal clave de la gerencia puede ejercer control o control conjunto, y los familiares cercanos al personal clave de la gerencia que podrían llegar a influenciar la Matriz y sus subsidiarias.

Se consideran transacciones entre partes relacionadas toda transferencia de recursos, servicios y obligaciones entre la Matriz y sus partes relacionadas.

Ninguna de las transacciones incorpora términos y condiciones especiales; las características de las transacciones no difieren de las realizadas con terceros ni implican diferencias entre los precios del mercado para operaciones similares; las ventas y compras se realizan en condiciones equivalentes a las que existen para transacciones entre partes independientes.

Combinaciones de negocios y plusvalía

Las combinaciones de negocios se contabilizan utilizando el método de la adquisición; esto involucra la identificación de la adquirente, la determinación de la fecha de adquisición, el reconocimiento y medición de los activos identificables adquiridos, de los pasivos asumidos y del reconocimiento y medición de la plusvalía.

Si al final del período contable en el que ocurre una combinación de negocios la contabilización inicial está incompleta, la Matriz informará en sus estados financieros separados los importes provisionales de los activos y pasivos cuya contabilización está incompleta y durante los 12 meses del período de medición la Matriz ajustará retroactivamente los importes provisionales reconocidos para reflejar la nueva información obtenida en el estudio de precio de compra asignado o *Purchase Price Allocation (PPA)*.

El período de medición terminará tan pronto como la Matriz reciba la información del estudio de precios de compra o concluya que no se puede obtener más información; en todo caso a más tardar un año después de la fecha de adquisición.

La contraprestación transferida en una combinación de negocios se mide por su valor razonable, el cual es la suma del valor razonable de los activos transferidos por la entidad adquirente, los pasivos asumidos por la adquirente con los anteriores propietarios de la adquirida y las participaciones en el patrimonio emitidas por la adquirente.

Cualquier contraprestación contingente se incluye en la contraprestación transferida a su valor razonable en la fecha de adquisición. Los cambios posteriores en el valor razonable de la contraprestación contingente debido a hechos y circunstancias que existían en la fecha de adquisición se registran mediante el ajuste de la plusvalía, si ocurren durante el período de medición, o directamente en los resultados del período, si surgen después del período de medición, a menos que la obligación se liquide en instrumentos de renta variable, en cuyo caso no se vuelve a medir la contraprestación contingente.

La Matriz reconoce activos adquiridos identificables y pasivos asumidos en la combinación de negocios, independientemente de si fueron reconocidos previamente en los estados financieros del negocio adquirido con anterioridad a la adquisición. Los activos identificables adquiridos y los pasivos identificables asumidos son registrados en la fecha de adquisición a sus valores razonables. Cualquier exceso de la contraprestación transferida y el valor razonable de los activos identificables adquiridos (incluyendo activos intangibles anteriormente no reconocidos) y los pasivos identificables asumidos (incluyendo pasivos contingentes) se reconoce como plusvalía.

Para cada combinación de negocios la Matriz mide el interés no controlador a su valor razonable y también lo mide como una participación proporcional de los activos netos identificables de la adquirida.

En caso de una combinación de negocios por etapas la participación anterior en la adquirida se mide nuevamente a su valor razonable en la fecha de adquisición del control. La diferencia entre el valor razonable y el valor en libros de dicha participación se reconoce directamente en el resultado del período.

Los desembolsos relacionados con la combinación de negocios, diferentes a los asociados a la emisión de deuda, se contabilizan como gastos en los periodos en los que se incurrir.

En la fecha de adquisición la plusvalía es medida a su valor razonable y subsecuentemente es monitoreada a nivel de la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo beneficiados por la combinación de negocios. La plusvalía no se amortiza y está sujeta a pruebas de deterioro de valor anuales o antes, si existen indicios de que se ha deteriorado su valor. Las pérdidas por deterioro de valor aplicado a la plusvalía se registran en los resultados del periodo y su efecto no se revierte.

El método utilizado por la Matriz para la prueba de deterioro se describe en la política de deterioro de valor de los activos. Una plusvalía negativa surgida en una combinación de negocios es reconocida directamente en los resultados del periodo, una vez se verifican el reconocimiento y medición de los activos identificables, pasivos asumidos y posibles contingencias.

Opciones de venta, *put option*, concedidas a los propietarios de participaciones no controladoras

La Matriz y sus subsidiarias reconocen los contratos de opción de venta, *put option*, celebrados con los propietarios de participaciones no controladoras de subsidiarias de acuerdo con la NIC 32 "Instrumentos Financieros Presentación". Las obligaciones que surgen de este tipo de contratos, las cuales se relacionan con subsidiarias consolidadas por integración global, se reconocen como pasivos financieros a su valor razonable

Activos intangibles

Corresponden a activos identificables, de carácter no monetario y sin sustancia física los cuales son controlados por la Matriz y sus subsidiarias como resultado de hechos pasados y de los cuales se espera obtener beneficios económicos futuros.

Un activo intangible se reconoce como tal cuando el elemento es identificable, separable y generará beneficios económicos futuros. Es identificable cuando el activo es separable o surge de derechos. Es controlable cuando se tiene la capacidad de controlar los beneficios económicos futuros asociados a él.

Los activos intangibles adquiridos en una combinación de negocios se reconocen como plusvalía cuando no cumplen con estos criterios.

Los activos intangibles adquiridos de forma separada son reconocidos inicialmente al costo y los activos intangibles adquiridos a través de una combinación de negocios son reconocidos al valor razonable.

Las marcas generadas internamente no son reconocidas en el estado de situación financiera.

El costo de los activos intangibles incluye el costo de adquisición, los aranceles de importación, los impuestos indirectos no recuperables y los costos directamente atribuibles para poner al activo en el lugar y condiciones de uso previstas por la administración de la Matriz y sus subsidiarias, después de los descuentos comerciales y las rebajas, si los hubiere.

Los intangibles de vida útil indefinida no se amortizan, pero son sujetos a pruebas de deterioro de valor anuales o cada vez que existan indicios de que se ha deteriorado su valor.

Los activos intangibles de vida útil definida son amortizados mediante el método de línea recta y durante su vida útil estimada. Las principales vidas útiles son las siguientes:

Software adquirido	Entre 3 y 5 años
Software tipo ERP adquiridos	Entre 5 y 8 años

Los activos intangibles se miden posteriormente bajo el modelo del costo, del cual se deducen, del monto de reconocimiento inicial, las amortizaciones en función de las vidas útiles estimadas y las pérdidas por deterioro de valor que se presenten o acumulen. El efecto de las amortizaciones y el de los potenciales deterioros se registra en los resultados del periodo, a menos que en el caso de las primeras se registren como mayor valor en la construcción o confección de un nuevo activo.

Un activo intangible se da de baja al momento de su venta o cuando no se espera obtener beneficios económicos futuros por su uso o disposición. La ganancia o pérdida surgida al dar de baja el activo se calcula como la diferencia entre los ingresos de la venta neta, en su caso, y el valor en libros del activo. Este efecto se reconoce en los resultados del periodo.

Los valores residuales, las vidas útiles y los métodos de amortización son revisados al cierre de cada periodo anual y los cambios, si los hubiere, son aplicados de forma prospectiva.

Costos de investigación y desarrollo

Los costos de investigación se reconocen como gastos a medida que se incurre en ellos. Los desembolsos por desarrollo en un proyecto individual se reconocen como activo intangible cuando la Matriz y sus subsidiarias puedan demostrar:

- La factibilidad técnica de completar el activo intangible para que esté disponible para su uso o venta;
- Su intención de completar el activo y su capacidad de utilizar o vender el activo;
- La capacidad para utilizar o vender el activo intangible;
- Cómo el activo generará beneficios económicos futuros;
- La disponibilidad de recursos para completar el activo, y
- La capacidad de medir de manera fiable el desembolso durante el desarrollo.

Los costos de desarrollo que no cumplan con estos criterios para la capitalización se registran en los resultados del período. Los costos de desarrollo reconocidos como activos intangibles se miden posteriormente bajo el modelo del costo.

Propiedades, planta y equipo

Se denominan propiedades, planta y equipo a todos los activos tangibles de la Matriz y sus subsidiarias que sean poseídos para el uso en la producción o suministro de bienes y servicios, o para propósitos administrativos y que además se esperen utilizar durante más de un período, es decir, más de un año, y que cumplan con las siguientes condiciones:

- Sea probable que la Matriz y sus subsidiarias obtengan los beneficios económicos futuros derivados del mismo;
- El costo puede ser medido con fiabilidad;
- La Matriz y sus subsidiarias poseen los riesgos y beneficios derivados del uso o posesión del bien, y
- Su costo de adquisición individual supera las 50 UVT (Unidad de Valor Tributario), exceptuando de este valor aquellos activos de finidos por la administración de la Matriz y sus subsidiarias que están relacionados con el objeto del negocio y se tiene interés en controlarlos dado que la Matriz y sus subsidiarias los adquieren de manera frecuente y en cantidades relevantes.

Las propiedades, planta y equipo son medidas inicialmente al costo; posteriormente son medidas al costo menos la depreciación acumulada y menos cualquier pérdida por deterioro de valor acumulada.

El costo de los elementos de propiedades, planta y equipo incluye el precio de adquisición, los aranceles de importación, impuestos indirectos no recuperables, costos futuros por desmantelamiento si los hubiere, costos por préstamos directamente atribuibles a la adquisición de un activo apto y los costos directamente atribuibles para poner al activo en el lugar y condiciones de uso previstas por la administración de la Matriz y sus subsidiarias, neto de los descuentos comerciales y las rebajas.

Los costos de ampliación, modernización y mejoras que aumenten la productividad, capacidad o eficiencia o un incremento en la vida útil se registran como mayor valor del activo. Los costos de mantenimiento y reparaciones que no generen beneficios económicos futuros son registrados en los resultados del período.

Los terrenos y los edificios son activos separados si estos son significativos y técnicamente es viable la separación, incluso los que han sido adquiridos de forma conjunta.

Las construcciones en curso se trasladan a los activos en operación una vez finalizada la construcción del mismo o el inicio de su operación; a partir de ese momento comienza su depreciación.

Los terrenos tienen vida útil ilimitada por lo cual no se deprecian. Todos los demás elementos de propiedades, planta y equipo se deprecian de forma lineal durante su vida útil estimada, considerando una estimación de valor residual nula. Los grupos de propiedad, planta y equipo y las vidas útiles son las siguientes:

Activos menores	3 años
Equipo de cómputo	5 años
Vehículos	5 años
Maquinaria y equipo	Entre 10 y 20 años
Muebles y equipo de oficina	Entre 10 y 12 años
Otros equipos de transporte	Entre 5 y 20 años
Armamento de vigilancia	10 años
Edificios	Entre 40 y 50 años
Mejoras en propiedades ajenas	Menor entre 40 años y la duración del contrato o el plazo restante del mismo (*).

(*) Las mejoras urbanísticas relacionadas con la construcción o entrega de recursos medioambientales y/o relacionados con el mejoramiento visual y arquitectónico de la zona afectada por una construcción u obra a cargo de la Matriz y sus subsidiarias son reconocidas en los resultados del período.

La Matriz y sus subsidiarias calculan la depreciación por componentes, que implica depreciar individualmente las partes del activo que tengan vidas útiles diferentes al activo tomado como un todo y tiene un costo material en relación con todo el activo fijo. Se considera como un costo material si el componente supera el 50% del valor total del activo o se puede identificar individualmente, teniendo como base un costo individual del componente de 32 Salarios Mínimos Mensuales Legales Vigentes.

Los valores residuales, las vidas útiles y los métodos de depreciación son revisados al cierre de cada período anual, y los cambios, si los hubiere, son aplicados de forma prospectiva.

Un elemento de propiedades, planta y equipo es dado de baja al momento de su venta o cuando no se espera obtener beneficios económicos futuros por su uso o disposición. La ganancia o pérdida surgida al dar de baja un activo se calcula como la diferencia entre los ingresos de la venta neta, en su caso, y el valor en libros del activo. Este efecto se reconoce en los resultados del período.

Propiedades de inversión

Son inmuebles mantenidos para obtener ingresos o ganancias de capital y no para su uso en la producción o suministro de bienes o servicios, su uso para fines administrativos o para su venta en el curso ordinario de las operaciones. Dentro de esta categoría se encuentran los centros comerciales y otros inmuebles propiedad de la Matriz y sus subsidiarias.

Las propiedades de inversión se miden inicialmente al costo, incluido los costos de transacción. Con posterioridad al reconocimiento inicial, se miden a su costo histórico menos la depreciación acumulada y las pérdidas por deterioro acumuladas.

Las propiedades de inversión se deprecian de forma lineal durante su vida útil estimada, considerando una estimación de valor residual nula. La vida útil estimada para la depreciación de los edificios clasificados como propiedad de inversión está entre 40 y 50 años.

Se realizan transferencias desde las propiedades de inversión a otros activos y de otros activos a propiedades de inversión solamente cuando exista un cambio en el uso del activo. Para el caso de una transferencia desde una propiedad de inversión hacia una propiedad, planta y equipo o hacia un inventario, el costo tomado en cuenta para su contabilización posterior es el valor en libros a la fecha del cambio de uso. Si una propiedad, planta y equipo o un inventario se convierte en una propiedad de inversión, se contabilizará por su valor en libros en la fecha de cambio.

Las transferencias que se pueden generar son:

- La Matriz y sus subsidiarias ocuparán el bien clasificado como propiedad de inversión, en cuyo caso el activo se reclasifica a propiedades, planta y equipo,
- La Matriz y sus subsidiarias inician un desarrollo sobre la propiedad de inversión o propiedad, planta y equipo con miras a su venta, siempre que se presente un avance significativo en el desarrollo de los activos tangibles o del proyecto que será vendido en su conjunto. En estos casos el activo se reclasifica al inventario,
- La Matriz y sus subsidiarias realizan una operación de arrendamiento operativo de una propiedad, planta y equipo a un tercero. En estos casos, se reclasifica el activo a propiedades de inversión.

Las propiedades de inversión se dan de baja al momento de su venta o cuando no se espera obtener beneficios económicos futuros por su uso o disposición.

La ganancia o pérdida surgida al dar de baja las propiedades de inversión se calcula como la diferencia entre los ingresos de la venta neta, en su caso, y el valor en libros del activo. Este efecto se reconoce en resultados en el período en el que fue dado de baja.

Los valores razonables de las propiedades de inversión son actualizados anualmente para efectos de revelación en los estados financieros.

Activos no corrientes mantenidos para la venta y operaciones discontinuadas

Los activos no corrientes y los grupos de activos para su disposición se clasifican como mantenidos para la venta si su valor en libros se recuperará a través de una transacción de venta en lugar de su uso continuado y no cumplen con las características para ser clasificados como inventario inmobiliario.

La condición de recuperación a través de una venta se cumple si el activo o el grupo de activos se encuentran disponibles, en sus condiciones actuales, para su venta inmediata y la transacción de venta es altamente probable. Para que la venta sea altamente probable, la administración de la Matriz y sus subsidiarias debe estar comprometida con un plan para vender el activo (o los activos o el grupo para disposición) y la venta se espera concretar dentro del año siguiente a la fecha de clasificación.

Los activos no corrientes y los grupos de activos para su disposición se miden por el menor entre su valor en libros o su valor razonable menos los costos de venta y no se deprecian ni se amortizan desde la fecha de su clasificación como mantenidos para la venta. Estos activos o grupos de activos se presentan dentro de la clasificación de activos corrientes.

En el estado de resultados del período corriente y del período comparativo del año anterior, los ingresos, costos y gastos procedentes de una operación discontinuada se presentan de forma separada de los procedentes de las actividades continuadas, en una sola partida después del impuesto sobre la renta, aun cuando se retenga una participación no controladora en la operación discontinuada después de la venta. Las operaciones son consideradas como discontinuadas cuando cumplen la definición de activos no corrientes mantenidos para la venta y representan una línea de negocio o área geográfica de operaciones significativas para la Matriz y sus subsidiarias, o representan una subsidiaria adquirida con el propósito de venderla o son parte de un único plan coordinado para disponer de una línea de negocio o de un área geográfica de la operación que sea significativa y que pueda considerarse separada.

Arrendamientos operativos

Son los arrendamientos en los cuales todos los riesgos y beneficios sustanciales del activo permanecen con el arrendador.

Los pagos o cobros por arrendamientos operativos se reconocen como gastos o ingresos en el estado de resultado en forma lineal a lo largo del plazo del arrendamiento. Los pagos o cobros contingentes se reconocen en el período en el que ocurren.

Cuando la Matriz y sus subsidiarias realizan pagos de arrendamiento por anticipado o recibe cobros de arrendamiento por anticipado, vinculados a la utilización de activos, los pagos se registran como gastos pagados por anticipado y los cobros se registran como ingresos recibidos por anticipado y ambos se amortizan a lo largo de la duración del arrendamiento.

Derechos de uso

Activos por derecho de uso son los activos que representan el derecho a que la Matriz y sus subsidiarias, en calidad de arrendatarios, usen un activo subyacente durante el plazo de un contrato de arrendamiento.

Inicialmente son medidos al costo, que comprende el valor presente de los pagos por el contrato de arrendamiento descontados a la tasa incremental por los préstamos de la Matriz y sus subsidiarias, más los costos directos incurridos en el contrato de arrendamiento más una estimación de los costos para dismantelar el activo subyacente al final del término del contrato de arrendamiento. Posteriormente son medidos al costo menos la depreciación acumulada y menos las pérdidas por deterioro de valor acumuladas y más los ajustes por cualquier medición del pasivo por arrendamiento correspondiente al derecho de uso.

Las vidas útiles de los derechos de uso están determinadas por los plazos no cancelables de los arrendamientos de los activos subyacentes junto con los periodos cubiertos por una opción de ampliar el arrendamiento o una opción para terminar el contrato de arrendamiento.

La Matriz y sus subsidiarias no registran activos por derecho de uso a:

- Aquellos contratos de arrendamiento cuyos activos subyacentes sean activos de bajo valor, tales como muebles y enseres, equipos de cómputo, maquinaria y equipo y equipo de oficina,
- Aquellos contratos de arrendamiento de todo activo subyacente que tienen menos de un año de plazo,
- Contratos de arrendamiento de intangibles.

Costos por préstamos

Los costos por préstamos que sean directamente atribuibles a la adquisición, construcción o producción de un activo apto, es decir aquellos activos que necesariamente toman un período de tiempo sustancial (por lo general más de seis meses) para estar listo para su uso destinado o su venta, son capitalizados como parte del costo de los activos respectivos. Todos los demás costos por préstamos se contabilizan como gastos en el período en que se incurren. Los costos por préstamos consisten en intereses y otros costos en los que se incurre en relación con la obtención del préstamo.

Deterioro de valor de activos no financieros

La Matriz y sus subsidiarias evalúan al cierre de cada año si existe algún indicio de que un activo pueda estar deteriorado en su valor. Los activos con vida útil definida se someten a pruebas de pérdidas por deterioro siempre que exista evidencia objetiva de que, como resultado de uno o más eventos ocurridos después del reconocimiento inicial, una parte o la totalidad del valor en libros no puede ser recuperable.

Para los activos intangibles con vida útil indefinida y que no son sujetos de amortización, al cierre de cada año se les realiza un análisis de deterioro de valor, salvo aquellos intangibles vinculados con una combinación de negocios que se encuentre aún en su periodo de medición sin finalizar el estudio de precio de compra asignado.

Los indicadores de deterioro definidos por la Matriz y sus subsidiarias, adicionales de las fuentes externas de datos (entorno económico y el valor de mercado de los activos, entre otros), están basados en la naturaleza de los activos:

- Activos muebles vinculados a una unidad generadora de efectivo: relación entre el valor en libros neto de los activos de cada almacén dividido por las ventas (IVA incluido). Si esta proporción es superior al porcentaje definido para cada formato se presenta un indicio de deterioro;
- Activos inmuebles: comparación entre el valor en libros neto de los activos con su valor de mercado.

A efectos de evaluar las pérdidas por deterioro del valor, los activos se agrupan a nivel de unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo, según corresponda y se estima el valor recuperable de los mismos. La Matriz y sus subsidiarias han definido cada almacén o tienda como unidad generadora de efectivo separada. Para el caso de las plusvalías se agrupan las unidades generadoras de acuerdo con la marca, la cual representa el nivel más bajo al cual se controla la plusvalía.

El valor recuperable es el mayor valor entre el valor razonable menos los costos de venta de la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo y su valor en uso. Este valor recuperable se determina para un activo individual, salvo que el activo no genere flujos de efectivo independientes de las entradas producidas por otros activos o grupos de activos.

Se reconoce una pérdida por deterioro con cargo a los resultados del período por el exceso del valor en libros del activo sobre su valor recuperable reduciendo en primer lugar, el valor en libros de la plusvalía distribuida a la unidad generadora de efectivo o grupo de unidades generadoras de efectivo; y en caso de presentarse un saldo remanente reduciendo de los demás activos de la unidad o grupo de unidades generadoras de efectivo en función del valor en libros de cada activo hasta que el valor en libros de los mismos sea cero.

Para determinar el valor razonable menos los costos de venta se utiliza el modelo de valoración acorde a la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo, si es posible determinarlo.

Para evaluar el valor en uso:

- Se estiman los flujos de caja futuros de la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo por un período no mayor a cinco años. Los flujos de efectivo más allá del período de proyección se calculan aplicando una tasa de crecimiento constante o decreciente.
- Se determina el valor terminal mediante la aplicación de una tasa de crecimiento a perpetuidad, según la proyección del flujo de caja del final del período explícito.
- Los flujos de efectivo y valor terminal se descuentan a su valor presente, utilizando una tasa de descuento antes de impuestos que corresponda a las tasas de mercado vigentes que reflejen el valor del dinero en el tiempo y los riesgos específicos de la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo.

La Matriz y sus subsidiarias evalúan si las pérdidas por deterioro del valor reconocidas previamente ya no existen o han disminuido; en estos casos, el valor en libros de la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo se aumentan a la estimación revisada del valor recuperable, hasta el punto de que no supere el valor en libros que se habría determinado si no se hubiera reconocido un deterioro anteriormente. Esta reversión se reconoce como un ingreso en los resultados del período; excepto para la plusvalía cuyo deterioro no se revierte.

Inventarios

Se clasifican como inventarios los bienes adquiridos con la intención de venderlos en el curso ordinario del negocio, los bienes en proceso de producción o construcción con miras a esa venta y los bienes para ser consumidos en el proceso de producción o prestación de servicios.

Los inventarios en tránsito se reconocen cuando se ha recibido los riesgos y beneficios sustanciales del activo de acuerdo con las obligaciones de desempeño cumplidas por el vendedor, según la modalidad de negociación de compra.

Se consideran inventarios los bienes inmuebles en los que se ha iniciado la construcción o el desarrollo de un proyecto inmobiliario sobre la propiedad con miras a su venta posterior.

Los inventarios se valúan por el método primeros en entrar, primeros en salir (PEPS). Su costo de reconocimiento inicial comprende los costos de compra, costos de transformación y otros costos incurridos atribuibles para darles su condición y ubicación actuales, esto es, cuando se haya culminado su producción o se ha recibido en el almacén. Los costos de logística y los descuentos de proveedores se capitalizan en el inventario y se reconocen en el costo de la mercancía vendida cuando estos son vendidos.

Los inventarios se valoran al cierre del período al menor valor entre el costo y el valor neto de realización.

La Matriz y sus subsidiarias evalúan si las pérdidas por deterioro del valor reconocidas previamente en el inventario ya no existen o han disminuido; en estos casos, el valor en libros de los inventarios es el menor entre el costo y el valor neto realizable. Esta reversión se reconoce como una disminución del costo por deterioro.

La Matriz y sus subsidiarias realizan la estimación de la obsolescencia y de las pérdidas físicas del inventario considerando para ello la edad de inventario, los cambios en las condiciones de producción y venta, las disposiciones comerciales, la probabilidad de pérdidas y otras variables que afectan el valor recuperable.

Activos financieros

Los activos financieros se reconocen en el estado de situación financiera cuando la Matriz y sus subsidiarias se convierten en parte, de acuerdo con las condiciones contractuales del instrumento. Los activos financieros se clasifican en las siguientes categorías:

- Activos financieros a valor razonable con cambios en resultados;
- Activos financieros a costo amortizado, y
- Activos financieros a valor razonable con cambios en otros resultados integrales.

La clasificación depende del modelo de negocio utilizado para gestionar los activos financieros y de las características de los flujos de efectivo contractuales del activo financiero; esta clasificación se determina en el momento de reconocimiento inicial. Los activos financieros se presentan como corrientes si su vencimiento es menor de un año; en su defecto, se clasifican como no corrientes.

a. Activos financieros medidos a valor razonable con cambios en resultados

Corresponde a activos financieros en los que se incurre principalmente con el objeto de obtener administración de liquidez con ventas frecuentes del instrumento. Estos instrumentos son medidos a valor razonable y las variaciones en su valor se registran en resultados en el momento en que ocurren.

b. Activos financieros medidos a costo amortizado

Corresponden a activos financieros no derivados con pagos conocidos y vencimiento fijo, en los cuales se tiene la intención y la capacidad de recaudar los flujos de caja contractuales del instrumento.

Estos instrumentos se miden a su costo amortizado utilizando el método de interés efectivo. El costo amortizado se calcula sumando o deduciendo cualquier prima o descuento, ingreso o costo incremental, durante la vida residual del instrumento. Las ganancias y pérdidas se reconocen en la cuenta de resultados por la amortización o si hubiera evidencia objetiva de deterioro.

Estos activos financieros se presentan como activos no corrientes con excepción de aquellos cuyo vencimiento es inferior a 12 meses a partir de la fecha del estado de situación financiera.

c. Activos financieros medidos a valor razonable con cambios en otros resultados integrales

Corresponden a inversiones en renta variable que no se mantienen para negociar ni son una contraprestación contingente de una adquiriente en una combinación de negocios. Para estas inversiones se eligió, en el reconocimiento inicial y de manera irrevocable, presentar las ganancias o pérdidas por la medición posterior a valor razonable en otro resultado integral.

Las ganancias y pérdidas derivadas de la medición a valor razonable son reconocidas en el otro resultado integral hasta la baja en cuentas del activo. En estos casos, las ganancias y pérdidas que previamente fueron reconocidos en el patrimonio se reclasifican a ganancias acumuladas.

Estos activos financieros se presentan como activos no corrientes a menos que se pretenda enajenar la inversión en los 12 meses siguientes a la fecha del estado de situación financiera.

d. Baja en cuentas

Un activo financiero o una parte de él, es dado de baja en cuentas cuando se vende, transfiere, expira o se pierde control sobre los derechos contractuales o sobre los flujos de efectivo del instrumento. Cuando sustancialmente todos los riesgos y beneficios de la propiedad son retenidos por la Matriz y sus subsidiarias, el activo financiero sigue siendo reconocido en el estado de situación financiera por su valor total.

e. Método de la tasa de interés efectiva

Corresponde al método de cálculo del costo amortizado de un activo financiero y de la asignación de los ingresos por intereses durante todo el período correspondiente. La tasa de interés efectiva corresponde a la tasa que descuenta exactamente los flujos netos futuros de efectivo estimados por cobrar (incluyendo todos los cargos e ingresos recibidos que forman parte integral de la tasa de interés efectiva, los costos de transacción y otros premios o descuentos), durante la vida esperada del activo financiero.

f. Deterioro de activos financieros

Para las cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar, por considerarse partidas de corto plazo, inferiores a 12 meses desde su fecha de emisión y que no contienen un componente financiero significativo, desde el reconocimiento inicial y a cada fecha de presentación, se determina el deterioro por el valor de la pérdida esperada para los siguientes 12 meses.

Para los demás activos financieros, distintos de aquellos medidos a valor razonable, el valor de las pérdidas esperadas de los activos financieros se mide a lo largo de la vida del activo. Para ello, se determina si ha habido incrementos significativos en el riesgo crediticio del activo evaluado sobre una base individual comparando el riesgo de que ocurra un incumplimiento a la fecha de presentación con el de la fecha de reconocimiento inicial, en cuyo caso, se reconoce en los resultados del período una pérdida de deterioro por un valor igual a las pérdidas crediticias esperadas en los próximos 12 meses.

g. Préstamos y cuentas por cobrar

Los préstamos y cuentas por cobrar son activos financieros emitidos o adquiridos a cambio de efectivo, bienes o servicios que son entregados a un deudor.

Las cuentas por cobrar por ventas se miden por el valor de la factura menos el valor de las pérdidas por deterioro acumuladas. Estas cuentas por cobrar se reconocen cuando todos los riesgos y beneficios se traspasan al tercero y se han cumplido o se están cumpliendo todas las obligaciones de desempeño pactadas con el cliente.

Los préstamos a largo plazo (superiores a un año desde su fecha de emisión) se miden a su costo amortizado, utilizando el método de interés efectivo, cuando los préstamos involucrados son materiales. Las pérdidas por deterioro se reconocen en resultados.

Estos instrumentos se presentan como activos corrientes, excepto para vencimientos superiores a 12 meses desde la fecha del estado de situación financiera, los cuales se presentan como activos no corrientes. Cuando una cuenta por cobrar se espera liquidar en un período mayor a 12 meses e incluye pagos durante los primeros 12 meses, la partida se presenta entre porción corriente y no corriente.

h. Efectivo y equivalentes de efectivo

Incluyen el dinero en caja y bancos e inversiones de alta liquidez. Para ser clasificadas como equivalentes de efectivo, las inversiones deben cumplir con los siguientes criterios:

- (a) Inversiones a corto plazo, es decir, inferiores o iguales a tres meses desde la fecha de adquisición;
- (b) Inversiones de alta liquidez;
- (c) Fácilmente convertibles en efectivo, y
- (d) Sujetas a un riesgo poco significativo de cambios en su valor.

En el estado de situación financiera, las cuentas contables que presenten los sobregiros existentes a nivel de entidad financiera son clasificadas como obligaciones financieras. En el estado de flujos de efectivo estos sobregiros se presentan como un componente del efectivo y equivalentes de efectivo siempre que los mismos formen parte integrante de la administración del efectivo de la Matriz y sus subsidiarias.

Pasivos financieros

Los pasivos financieros se reconocen en el estado de situación financiera cuando la Matriz y sus subsidiarias se convierten en parte, de acuerdo con las condiciones contractuales de un instrumento. Los pasivos financieros se clasifican como pasivos financieros a valor razonable con cambios en resultados y pasivos financieros medidos a costo amortizado.

a. Pasivos financieros medidos a valor razonable con cambios en resultados

Son clasificados en esta categoría cuando sean mantenidos para negociación o sean designados a valor razonable con cambios en resultados desde el inicio.

b. Pasivos financieros medidos a costo amortizado

Incluyen los préstamos recibidos y bonos emitidos, los cuales se miden inicialmente por el monto de efectivo recibido, neto de los costos de transacción y posteriormente son medidos al costo amortizado utilizando el método de tasa de interés efectiva, reconociendo los gastos por intereses sobre la base de la rentabilidad efectiva.

c. Baja en cuentas

Un pasivo financiero o una parte de él es dado de baja en cuentas cuando la obligación contractual ha sido liquidada o ha expirado.

d. Método de tasa de interés efectiva

El método de la tasa de interés efectiva corresponde al método de cálculo del costo amortizado de un pasivo financiero y de la asignación de los gastos por intereses durante todo el período correspondiente. La tasa de interés efectiva corresponde a la tasa que descuenta exactamente los flujos futuros de efectivo estimados por pagar durante la vida esperada del pasivo financiero o, cuando sea apropiado, un período menor cuando el pasivo asociado tenga una opción de prepago que se estime será ejercida.

Derivados implícitos

La Matriz y sus subsidiarias han establecido un procedimiento que permite evaluar la existencia de derivados implícitos en contratos financieros y no financieros. En caso de existir un derivado implícito, y si el contrato principal no es contabilizado a valor razonable, el procedimiento determina si las características y riesgos del mismo no están estrechamente relacionados con el contrato principal, en cuyo caso requiere de una contabilización separada.

Instrumentos financieros derivados

Los instrumentos financieros derivados se miden inicial y posteriormente a sus valores razonables. Los derivados se reconocen como activos financieros cuando su valor razonable representa un derecho, y como pasivos financieros cuando su valor razonable represente una obligación.

El valor razonable de estos instrumentos se determina a la fecha de cierre de presentación de los estados financieros.

Cualquier ganancia o pérdida que surja de los cambios en el valor razonable de los derivados se reconoce directamente en el estado de resultados, salvo aquellos que se encuentren bajo contabilidad de cobertura y se consideren coberturas de flujo de efectivo o coberturas de inversión neta en el extranjero.

Las operaciones de derivados comprenden *forward* y *swap* orientados a reducir el riesgo de mercado de los activos y pasivos haciendo uso de las mejores estructuras de cobertura disponibles en el mercado, logrando estabilizar los flujos de servicio de deuda.

Por medio de ellos se trata, en el caso de *forward* de administrar el riesgo cambiario y, en el caso de *swap* lograr además administrar el riesgo de la tasa de interés en moneda extranjera. En el estado de resultados se reconocen tanto los efectos del instrumento financiero derivado como la del elemento cubierto bajo el rubro de resultado financiero neto.

Si bien es cierto que la Matriz y sus subsidiarias no usan productos financieros derivados con fines especulativos, estos derivados no han sido considerados para su valoración en estos estados financieros como instrumentos de cobertura ya que no cumplen la totalidad de los requisitos exigidos por las Normas Internacionales de Información Financiera aceptadas en Colombia.

Los *forward* y *swap* que cumplen los requisitos de contabilidad de cobertura se reconocen acorde con la política de contabilidad de cobertura.

Los derivados financieros se miden a valor razonable utilizando técnicas de valoración financieras basadas en flujos de caja descontados. Las variables utilizadas en la valoración corresponden a las tasas de cambio del día de la valoración de las monedas pactadas en el instrumento y las tasas de interés asociadas al mismo.

Contabilidad de cobertura

La Matriz y sus subsidiarias realizan operaciones de cobertura con contratos a plazos *forward* y *swap* para cubrir los riesgos asociados con fluctuaciones en las tasas de tipo de cambio de sus inversiones y en las tasas de tipo de cambio e interés de las obligaciones.

Los instrumentos de cobertura se miden a su valor razonable y solo puede utilizarse contabilidad de cobertura si:

- La relación de cobertura está claramente definida y documentada al inicio; y
- La eficacia de la cobertura puede ser demostrada al inicio y durante toda su vida.

La documentación incluye la identificación del instrumento de cobertura, de la partida cubierta o transacción, de la naturaleza del riesgo que se está cubriendo y de la forma en que se medirá la eficacia del instrumento de cobertura para compensar la exposición a los cambios en el valor razonable de la partida cubierta o a los cambios en los flujos de efectivo atribuibles al riesgo cubierto.

Una cobertura se considera eficaz cuando existe una relación económica entre la partida cubierta y el instrumento de cobertura, el efecto del riesgo crediticio no predomina sobre los cambios del valor que proceden de esa relación económica y la razón de la relación de la cobertura es la misma que la procedente de la cantidad de la partida cubierta y la cantidad del instrumento de cobertura que se utiliza.

Los instrumentos de cobertura se reconocen en el momento inicial a valor razonable, momento que corresponde a la fecha de la firma del contrato derivado y posteriormente se miden a su valor razonable. Se presentan como un activo o pasivo no corriente si el vencimiento remanente de la partida cubierta es superior a 12 meses, y en su defecto como corriente si el vencimiento de la partida cubierta es inferior a 12 meses.

Las coberturas se clasifican y se contabilizan de la siguiente manera, una vez se cumplan los criterios estrictos para la contabilización de coberturas:

- Coberturas de flujos de efectivo: en esta categoría se clasifican las coberturas que cubren la exposición a la variación en los flujos de efectivo que se atribuyen a un riesgo particular asociado con un activo o pasivo reconocido o a una transacción prevista altamente probable y que puede afectar los resultados del período.

La porción efectiva de los cambios en el valor razonable de los instrumentos derivados que se califican como instrumentos de cobertura de flujos de efectivo se reconoce en el otro resultado integral. La ganancia o pérdida relacionada a la porción inefectiva se reconoce inmediatamente en el estado de resultados.

Los valores reconocidos en el otro resultado integral se reclasifican al estado de resultados cuando la transacción cubierta afecta al resultado, en la misma línea del estado de resultados donde la partida cubierta fue reconocida. Sin embargo, cuando la transacción prevista que se cubre resulta en el reconocimiento de un activo no financiero o un pasivo no financiero, las ganancias y pérdidas previamente reconocidas en el otro resultado integral se reclasifican al valor inicial de dicho activo o pasivo.

La contabilidad de cobertura se discontinúa cuando se anula la relación de cobertura, cuando el instrumento de cobertura vence o se venda, se finaliza, o ejerce, o ya no califica para la contabilidad de cobertura. En estos casos, cualquier ganancia o pérdida reconocida en los otros resultados integrales se mantiene en el patrimonio y se reconoce cuando la transacción prevista finalmente afecte los resultados del período. Cuando ya no se espera que una transacción prevista ocurra, la ganancia o pérdida acumulada reconocida en los otros resultados integrales se reconoce de manera inmediata en resultados.

- Coberturas del valor razonable: en esta categoría se clasifican las coberturas que cubren la exposición a los cambios en el valor razonable de activos o pasivos reconocidos o de compromisos en firme no reconocidos.

El cambio en el valor razonable de un derivado que sea un instrumento de cobertura de valor razonable se reconoce en el estado de resultados como un gasto o ingreso financiero. El cambio en el valor razonable de la partida cubierta atribuible al riesgo cubierto se registra como parte del valor en libros de la partida cubierta, y también se reconoce en el estado de resultados como gasto o ingreso financiero.

Cuando un compromiso en firme no reconocido se designe como una partida cubierta, el cambio acumulado posterior en el valor razonable del compromiso en firme atribuible al riesgo cubierto se reconocerá como un activo o pasivo con su correspondiente ganancia o pérdida reconocida en el resultado del período.

- Coberturas de una inversión neta en el extranjero: en esta categoría se clasifican las coberturas que cubren la exposición a las variaciones en la tasa de cambio por efecto de la conversión de negocios en el extranjero a la moneda de presentación de la Matriz.

La porción efectiva de los cambios en el valor razonable de los instrumentos derivados que se califican como instrumentos de cobertura de una inversión neta en el extranjero se reconoce en el otro resultado integral. La ganancia o pérdida relacionada a la porción inefectiva se reconoce inmediatamente en el estado de resultados.

Cuando la Matriz y sus subsidiarias realizan una disposición de un negocio en el extranjero total o parcial, el valor acumulado de la porción eficaz registrada en el otro resultado integral se reclasifica al estado de resultados.

Beneficios a empleados

- a. Planes de aportaciones definidas

Son planes de beneficios post-empleo en los cuales se tiene la obligación de realizar aportaciones de carácter predeterminado a una entidad separada (fondos de pensiones o compañías aseguradoras) y no se tiene obligación legal ni implícita de realizar aportaciones adicionales. Estas contribuciones se reconocen como gastos en el estado de resultados a medida en que se tiene la obligación de realizar el respectivo aporte.

- b. Planes de beneficios definidos post-empleo

Son planes de beneficios post-empleo aquellos en los que se tiene la obligación de suministrar directamente los pagos de pensiones de jubilación y de cesantías retroactivas, de acuerdo con los requisitos establecidos en las leyes colombianas. La Matriz y sus subsidiarias no tienen activos específicos destinados a respaldar los planes de beneficios definidos.

El pasivo por planes de beneficios definidos post-empleo se determina de forma separada para cada plan, con la ayuda de terceros independientes, mediante el método de valoración actuarial de la unidad de crédito proyectada, usando supuestos actuariales a la fecha del período que se informa, tales como expectativa de incrementos salariales, promedio de vida laboral de los empleados, expectativa de vida y rotación del personal. Las ganancias o pérdidas actuariales se reconocen en el otro resultado integral. El gasto por interés por beneficios definidos post-empleo se reconoce en los resultados del período como costos financieros, así como cualquier liquidación o reducción del plan.

- c. Beneficios a los empleados a largo plazo

Son beneficios que no se esperan liquidar totalmente antes de 12 meses después de la fecha de cierre del estado de situación financiera en el que los empleados presten los servicios. Estos beneficios corresponden a primas de antigüedad y otros beneficios similares. La Matriz y sus subsidiarias no tienen activos específicos destinados a respaldar los beneficios largo plazo.

El pasivo por beneficios a largo plazo se determina de forma separada para cada plan, con la ayuda de terceros independientes, mediante el método de valoración actuarial de la unidad de crédito proyectada, usando supuestos actuariales a la fecha del período que se informa. El costo de servicio actual, el costo de servicio pasado, el costo por interés, las ganancias y pérdidas actuariales, así como cualquier liquidación o reducción del plan se reconoce inmediatamente en resultados.

d. Beneficios a los empleados a corto plazo

Son beneficios que se esperan liquidar antes de 12 meses y después de la fecha de cierre del estado de situación financiera en el que los empleados presten los servicios. Incluye la participación de los trabajadores en las utilidades determinadas con base en el cumplimiento de los objetivos propuestos. El pasivo por beneficios a corto plazo se mide sobre la base de la mejor estimación del desembolso que se requeriría para cancelar la obligación en la fecha de cierre sobre la que se informa.

e. Beneficios a los empleados por terminación

La Matriz y sus subsidiarias reconocen beneficios por terminación a los empleados cuando decide finalizar el contrato laboral antes de la fecha normal de retiro, o cuando el empleado acepta una oferta de beneficios a cambio de la terminación del contrato laboral.

Los beneficios por terminación se clasifican como beneficios a los empleados de corto plazo, y se reconocen en los resultados del período cuando se espera que los beneficios por terminación se liquiden completamente antes de 12 meses después del cierre del período sobre el que se informa; y se clasifican como beneficio a los empleados de largo plazo cuando se espera que los beneficios por terminación se liquiden posterior a 12 meses después del cierre del período sobre el que se informa.

Pasivo por arrendamiento

En el momento inicial, los pasivos por arrendamiento comprenden los pagos por el derecho a usar el activo subyacente durante el plazo del contrato de arrendamiento, incluyendo los pagos fijos, los pagos por arrendamiento variables y los pagos por penalizaciones derivadas de la terminación del contrato de arrendamiento. Posteriormente el pasivo por arrendamiento se mide incrementando su valor en libros para reflejar el interés, reduciendo el valor en libros para reflejar los pagos realizados por el arrendamiento y midiendo nuevamente el valor en libros para reflejar nuevas modificaciones al contrato de arrendamiento.

Provisiones, pasivos y activos contingentes

La Matriz y sus subsidiarias reconocen como provisiones aquellos pasivos existentes a la fecha del estado de situación financiera que surgen como consecuencia de sucesos pasados, se pueden medir de forma fiable y para su cancelación es probable una salida de recursos que incorporan beneficios económicos, y que además tengan incertidumbre sobre su cuantía y/o su vencimiento.

Las provisiones se reconocen por el valor presente de la mejor estimación de los desembolsos necesarios para cancelar la obligación. En los casos en los que se espera que la provisión se reembolse en todo o en parte, el reembolso se reconoce como un activo separado y un ingreso en resultados, solo cuando sea prácticamente cierto su reembolso.

Las provisiones son revisadas periódicamente y se cuantifican teniendo en consideración la mejor información disponible a la fecha del estado de situación financiera.

Las provisiones de contratos onerosos son obligaciones presentes que se derivan de un contrato oneroso y se reconocen como provisión cuando los costos inevitables de cumplir con las obligaciones que conllevan el contrato, exceden a los beneficios económicos que se esperan recibir del mismo.

Una provisión por reestructuración se reconoce cuando se tiene una obligación implícita para realizar una reestructuración, es decir, cuando se ha elaborado un plan detallado, formal y se ha producido una expectativa válida entre los afectados de que se llevará a cabo la reestructuración por haber anunciado sus principales características antes del final del período sobre el que se informa.

Los pasivos contingentes son obligaciones surgidas a raíz de sucesos pasados, cuya existencia está sujeta a la ocurrencia o no de eventos futuros que no se encuentran enteramente bajo el control de la Matriz y sus subsidiarias, u obligaciones presentes que surgen de eventos pasados de los cuales no se puede estimar de forma fiable la cuantía de la obligación, o no es probable que tenga lugar una salida de recursos para su cancelación. Los pasivos contingentes no son registrados en los estados financieros, pero se revelan en notas a los estados financieros, excepto por los que sean individualmente incluidos en el informe de precios de compra, realizado en una combinación de negocios, cuyo valor razonable pueda ser determinado de forma confiable y por los que se considera como remota una salida de recursos para su cancelación.

Los activos contingentes son activos de naturaleza posible, surgidos a raíz de sucesos pasados, cuya existencia ha de ser confirmada solo por la ocurrencia o no de eventos futuros que no se encuentran enteramente bajo el control de la Matriz y sus subsidiarias. Los activos contingentes no se reconocen en el estado de situación financiera hasta que sea prácticamente cierta la realización de su ingreso, pero se revelan en notas a los estados financieros.

Impuestos

Comprende las obligaciones a favor del Estado y a cargo de la Matriz y sus subsidiarias, determinadas con base en las liquidaciones privadas generadas en el respectivo período fiscal.

Incluye los siguientes:

Colombia:

- Impuesto sobre la renta y complementarios,
- Impuesto a la propiedad raíz, e
- Impuesto de industria y comercio.

Argentina:

- Impuesto a las ganancias,
- Impuestos provinciales,
- Impuesto sobre los bienes personales – responsable sustituto, y
- Tasa municipal de comercio e industria.

Uruguay:

- Impuestos de renta (IRIC),
- Impuesto al patrimonio,
- Impuesto predial,
- Impuesto de industria y comercio,
- Impuesto al Control de las Sociedades Anónimas (ICOSA),
- Impuesto Nacional Vitivinícola (INAVI), e
- Impuesto a la Enajenación de Bienes Agropecuarios (IMEBA).

Impuesto sobre la renta corriente

El impuesto sobre la renta corriente para la Matriz y sus subsidiarias colombianas se calcula sobre el mayor valor entre la renta presuntiva y la renta líquida fiscal a la tasa oficial aplicable en cada año de cierre de presentación de estados financieros. El gasto por impuesto sobre la renta corriente se reconoce con cargo en resultados.

Para las subsidiarias de Uruguay el impuesto sobre la renta se calcula a las tasas oficiales aplicables en cada año de cierre.

El gasto por impuesto sobre la renta se reconoce con cargo en resultados.

Los activos y pasivos por impuesto sobre la renta corriente se compensan para efectos de presentación si existe un derecho legalmente exigible para ello con la misma autoridad tributaria y se tiene la intención de liquidarlos por el valor neto o realizar el activo y liquidar el pasivo de forma simultánea.

Impuesto de renta diferido

El impuesto de renta diferido se origina por las diferencias temporarias y otros eventos que crean diferencias entre la base contable y la base tributaria de activos y pasivos. El impuesto de renta diferido se reconoce al valor no descontado que la Compañía espera recuperar o pagar a la autoridad fiscal calculado con base en las tasas fiscales que se estima sean de aplicación en el período en que el activo se realice o el pasivo se cancele.

El impuesto de renta diferido activo solo se reconoce en la medida en que sea probable que se disponga de ganancias fiscales en el futuro contra las que pueda cargar las diferencias temporarias deducibles. El impuesto de renta diferido pasivo siempre es reconocido. Los activos y pasivos por impuestos diferidos resultantes de una combinación de negocios afectan la plusvalía.

El efecto del impuesto diferido se reconoce en los resultados del período o en otros resultados integrales en función de dónde se hayan registrado las ganancias o pérdidas que lo hayan originado y se presenta en el estado de situación financiera dentro de las partidas no corrientes.

Para efectos de presentación, los activos y pasivos por impuesto diferido se compensan solo si existe un derecho legalmente exigible para ello y corresponden a la misma autoridad tributaria.

No se registra el impuesto de renta diferido pasivo por la totalidad de las diferencias que puedan surgir entre los saldos contables y fiscales de inversiones en asociadas y negocios conjuntos, ya que se considera la exención de la NIC 12 para el registro del impuesto de renta diferido pasivo.

Capital social

El capital social de la Matriz está compuesto por acciones ordinarias.

Los costos incrementales directamente atribuibles a la emisión de nuevas acciones u opciones se muestran en el patrimonio como una deducción del monto recibido, neto de impuestos.

Ingresos por actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes

Los ingresos por actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes incluyen la venta de bienes en los almacenes, la prestación de servicios, la venta de proyectos e inventarios inmobiliarios, la venta de garantías extendidas, los arrendamientos de inmuebles y de espacios físicos y los negocios complementarios como seguros, viajes, telefonía, transporte, financiamientos a clientes, entre otros.

Los ingresos se miden al valor razonable de la contraprestación recibida o por recibir, netos de rebajas y descuentos comerciales, financieros y volumen; además excluyen los impuestos a las ventas.

Los ingresos por venta de bienes se reconocen cuando (a) los riesgos y ventajas significativos de la propiedad de los bienes se transfieren al comprador y se ha cumplido con la obligación de desempeño contraída con el cliente, en la mayoría de los casos cuando se transfiere el título legal, (b) el valor de los ingresos puede ser medido de forma fiable y (c) es probable que se reciban los beneficios económicos de la transacción.

Los ingresos procedentes de la prestación de servicios se reconocen en el período en que se realizan siempre que las obligaciones de desempeño pactadas con el cliente se han cumplido. Cuando las obligaciones de desempeño en la prestación de servicios están sujetas al cumplimiento de una serie de compromisos, se analiza el momento apropiado de reconocimiento, ya sea a lo largo del tiempo de la prestación del servicio o en un solo momento.

En consecuencia, los ingresos procedentes de la prestación de servicios pueden ser reconocidos inmediatamente cuando el servicio se considera como realizado o diferido en el período durante el cual se preste el servicio o el compromiso.

Cuando los bienes son vendidos junto con los incentivos de fidelización de clientes, el ingreso se distribuye entre la venta de bienes y la venta del incentivo, a valores razonables. Los ingresos diferidos procedentes de la venta de los incentivos se reconocen en los resultados cuando son redimidos por los clientes a cambio de productos o cuando se vencen.

Los contratos de intermediación se analizan con base en criterios específicos para determinar cuándo la Matriz y sus subsidiarias actúan en calidad de principal o de comisionista.

Los ingresos por dividendos se reconocen cuando se establece el derecho a recibir el pago para las inversiones clasificadas como instrumentos financieros; los dividendos de las asociadas y los negocios conjuntos que se reconocen utilizando el método de la participación se reconocen como un menor valor de la inversión.

Los ingresos por regalías se reconocen cuando se cumplan con las condiciones establecidas en los contratos.

Los ingresos por arrendamientos operativos sobre propiedades de inversión se reconocen en forma lineal a lo largo del plazo del contrato.

Los ingresos por intereses se reconocen utilizando el método de la tasa de interés efectiva.

Los ingresos de permuta se reconocen en el momento de realización de la permuta y (a) los activos se reconocen por el valor razonable de la contraprestación recibida en la fecha de intercambio o (b) por el valor razonable de los bienes entregados.

Programas de fidelización

Algunas de sus subsidiarias otorgan puntos a sus clientes por compras, bajo su programa de fidelización, los cuales pueden ser canjeados en el futuro por beneficios tales como premios o mercancía disponible en los almacenes, medios de pago o descuentos, reducciones en alianzas y programas de continuidad, entre otros. Los puntos son medidos a su valor razonable, el cual corresponde al valor del punto percibido por el cliente, considerando las diferentes estrategias de redención. El valor razonable del punto se calcula al final de cada período contable.

La obligación de proporcionar estos puntos es registrada en el pasivo como un ingreso diferido y corresponde a la porción de beneficios pendientes por redimir valorados a su valor razonable, considerando para tal efecto la tasa de redención y la porción estimada de los puntos que se espera los clientes no rediman.

Costos y gastos

Los costos y gastos se reconocen en los resultados del ejercicio cuando ha surgido una disminución de los beneficios económicos, relacionada con una disminución de los activos o un aumento de los pasivos y su valor es medible de forma confiable.

Los costos y gastos incluyen todas las erogaciones directas incurridas y necesarias para realizar las ventas y los gastos necesarios para la prestación de los servicios, tales como depreciaciones de propiedades, planta y equipo, servicios de personal, erogaciones por contratos de prestación de servicios, reparaciones y mantenimientos, costos de operación, seguros, honorarios, arrendamientos, entre otros.

Ganancia por acción básica y diluida

La ganancia por acción básica se calcula dividiendo la ganancia neta del período atribuible a la Matriz sin incluir el número medio de acciones de la Matriz en poder de alguna sociedad subsidiaria, si fuera el caso, entre el promedio ponderado de las acciones ordinarias en circulación durante el período, no considerando, de existir, las acciones comunes adquiridas por la Matriz y mantenidas como acciones propias en cartera.

La ganancia por acción diluida se calcula dividiendo la ganancia neta del período atribuible a la Matriz entre el promedio ponderado de las acciones ordinarias que resultarían emitidas en caso de convertir todas las acciones ordinarias potenciales con efectos dilusivos. La ganancia neta del período ajustada, de existir, por el valor de los dividendos e intereses relacionados con bonos convertibles e instrumentos de deuda subordinada.

La Matriz no ha realizado ningún tipo de operación de potencial efecto dilusivo que suponga una ganancia por acción diluida diferente a la ganancia por acción básica.

Segmentos de operación

Un segmento de operación es un componente que desarrolla actividades de negocio de las que se puede obtener ingresos ordinarios e incurrir en costos y gastos y cuyos resultados de operación son revisados regularmente por la máxima autoridad en la toma de decisiones de operación de la Matriz, que es la Junta Directiva, sobre el cual se dispone de información financiera diferenciada. La administración de la Matriz evalúa el rendimiento de estos segmentos sobre la base de ingresos por actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes.

Las compañías no operativas - compañías holdings que mantienen las participaciones de las compañías operativas, se asignan para efectos de presentación de información por segmentos al área geográfica a la cual pertenecen las compañías con operación. En el caso que la compañía holding mantenga inversiones en varias compañías operativas se asigna a la compañía operativa más significativa.

Los activos y pasivos totales por segmento no se reportan internamente para fines de gestión y por lo tanto no se dan a conocer en la nota de revelación de información por segmentos.

La información por segmentos se prepara sobre las mismas políticas contables que los estados financieros consolidados.

Nota 5. Normas e Interpretaciones nuevas y modificadas

Nota 5.1. Normas emitidas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 se emitió en Colombia el Decreto Reglamentario 938 del 19 de agosto de 2021 por medio del cual se modifica el marco técnico de las normas para el Grupo 1 incluido en el Decreto Reglamentario 2420 de 2015 "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información", que ya había sido modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170 y el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432 y que había sido actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270.

Por medio de esta modificación se permite la incorporación de la Enmienda a la NIC 1 – Clasificación de pasivos como corriente y no corriente, la Enmienda a la NIC 16 – Propiedades, planta y equipo, la Enmienda a la NIC 37 – Provisiones, pasivos contingentes y activos contingentes, la Enmienda a la NIIF 9, NIC 39, NIIF 7, NIIF 4 y NIIF 16 – La reforma del IBOR y sus efectos en la información financiera fase 2, la Enmienda a la NIIF 3 – Combinación de negocios y las Mejoras anuales a las normas NIIF ciclo 2018-2020 que incluía modificaciones, aclaración de redacción, corrección de descuidos o conflictos entre los requisitos de la NIIF 1 - Adopción por primera vez de las Normas Internacionales de Información Financiera, NIIF 9 - Instrumentos financieros, NIC 41 – Agricultura y NIIF 16 – Arrendamientos, todas emitidas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés).

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés) emitió las siguientes nuevas normas y enmiendas:

- Enmienda a la NIC 1, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.
- Enmienda a la NIC 8, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.
- Enmienda a la NIIF 16, la cual se debe aplicar a partir de 1 de abril de 2021.
- Enmienda a la NIC 12, la cual se debe aplicar a partir de 1 de enero de 2023 y se permite su adopción anticipada.
- Enmienda a la NIIF 17, la cual se debe aplicar a partir de 1 de enero de 2023.

Enmienda a la NIC 1 - Divulgación de políticas contables y la declaración de práctica (emitida en febrero de 2021)

En esta Enmienda, que modifica la NIC 1 – Presentación de estados financieros, se orienta a las empresas a decidir la información sobre las políticas contables que debe ser revelada para así proporcionar información más útil a los inversores y otros usuarios principales de los estados financieros.

La Enmienda requiere que las empresas revelen información material sobre políticas contables aplicando el concepto de importancia relativa en sus revelaciones.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta Enmienda.

Enmienda a la NIC 8 – Definición de estimaciones contables (emitida en febrero de 2021)

En esta Enmienda, que modifica la NIC 8 - Políticas contables, cambios en las estimaciones contables y errores, se modificó la definición de estimaciones contables y se incluyeron otras modificaciones para ayudar a las entidades a distinguir los cambios en las estimaciones contables de los cambios en las políticas contables. Esa distinción es importante porque los cambios en las estimaciones contables se aplican prospectivamente solo a transacciones futuras y a otros eventos futuros, pero los cambios en las políticas contables se aplican retrospectivamente a transacciones pasadas y a otros eventos pasados.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta Enmienda.

Enmienda a la NIIF 16 – Concesiones de arrendamiento relacionadas con Covid-19 (emitida en marzo de 2021)

Los principios fundamentales introducidos cuando el Consejo emitió por primera vez la Enmienda en mayo de 2020 no se ven afectados. La Enmienda está diseñada para ampliar por un año el periodo de aplicación de las concesiones de arrendamiento relacionadas con Covid-19 para ayudar a los arrendatarios en la contabilización de sus arrendamientos. Se extendió el alivio para cubrir las concesiones de alquiler para los pagos de arrendamiento que vencen originalmente el 30 de junio de 2022 o antes.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta Enmienda.

Enmienda a la NIC 12 - Impuesto diferido relacionado con los activos y pasivos que surgen de una sola transacción (emitida en mayo de 2021)

En esta Enmienda, que modifica la NIC 12 – Impuesto a las ganancias, se especifica cómo las empresas deben contabilizar los impuestos diferidos sobre transacciones tales como arrendamientos y pasivos por desmantelamiento.

En determinadas circunstancias, las empresas están exentas de reconocer impuestos diferidos cuando reconocen activos o pasivos por primera vez. Anteriormente, existía cierta incertidumbre sobre si la exención se aplicaba a transacciones tales como arrendamientos y obligaciones de desmantelamiento, transacciones para las cuales las empresas reconocen tanto un activo como un pasivo.

Las modificaciones aclaran que las empresas están obligadas a reconocer impuesto diferido sobre dichas transacciones. El objetivo de las modificaciones es reducir la diversidad en la presentación de informes de impuesto diferido sobre arrendamientos y pasivos por desmantelamiento.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta Enmienda ya que la Compañía causa adecuadamente el impuesto diferido sobre activo y pasivos que surgen de la aplicación de la NIIF 16 de arrendamientos.

Enmienda a la NIIF 17 - Aplicación inicial de la NIIF 17 y la NIIF 9 (emitida en diciembre de 2021)

Esta Enmienda, que modifica la NIIF 17 – Contratos de seguro, aplica para las entidades que aplican la NIIF 17 y la NIIF 9 simultáneamente. Teniendo en cuenta que estas normas tienen diferentes requisitos de transición, se pueden generar desajustes contables temporales entre los activos financieros y los pasivos relacionados con el contrato de seguro en la información comparativa que presentan en sus estados financieros cuando aplican dichas normas por primera vez. La Enmienda ayudará a las aseguradoras a evitar estos desajustes y, por lo tanto, mejorará la utilidad de la información comparativa para los inversores. Para ello, ofrece a las aseguradoras una opción para la presentación de información comparativa sobre activos financieros.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta Enmienda ya que la Matriz y sus subsidiarias no aplican la NIIF 17.

Nota 5.2. Normas que comenzaron su aplicación en 2021, emitidas antes del 1 de enero de 2021

La siguiente norma comenzó a aplicarse a partir del 1 de enero de 2021, según la fecha de adopción del Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad:

- Enmienda a la NIIF 9, NIC 39, NIIF 7, NIIF 4 y NIIF 16 – La reforma del IBOR y sus efectos en la información financiera fase 2 (emitida en agosto de 2020).

La anterior enmienda ha sido incorporada en Colombia por medio de la emisión del Decreto Reglamentario 938 del 19 de agosto de 2021. No se presentan impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Nota 5.3. Normas que comenzaron su aplicación en 2021, emitidas en 2021

Las siguientes normas comenzaron a aplicarse a partir del 1 de abril de 2021, según la fecha de adopción del Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad:

- Enmienda a la NIIF 16.

No se presentan impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Nota 5.4. Normas adoptadas anticipadamente durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 la Matriz y sus subsidiarias no han adoptado Normas anticipadamente.

Nota 5.5. Normas aún no vigentes al 31 de diciembre de 2021, emitidas antes del 1 de enero de 2021

Las siguientes Normas aún no están vigentes al 31 de diciembre de 2021 y sobre las mismas se presenta un resumen en la Nota 4.6:

- NIIF 17 – Contratos de seguro, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023 de acuerdo con su Enmienda.
- Enmienda a la NIC 1, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIIF 3, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIC 16, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIC 37, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Mejoras anuales a las normas NIIF ciclo 2018-2020, las cuales se deben aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIIF 17, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.
- Enmienda a la NIC 1, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.

Nota 5.6. Normas emitidas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 se emitió en Colombia el Decreto Reglamentario 1432 del 5 de noviembre de 2020 por medio del cual se modifica el anexo técnico compilatorio de las normas de información financiera incluido en el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" que ya había sido modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131 y el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170 y que había sido actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270. Por medio de esta modificación se permite la incorporación de la Enmienda a la NIIF 16 "Concesiones de arrendamiento relacionadas con Covid-19" emitida en mayo de 2020.

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés) las siguientes nuevas normas y enmiendas:

- Enmienda a la NIC 1, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIIF 16, la cual se debe aplicar a partir de 1 de junio de 2020; sin embargo, los arrendatarios la pueden aplicar a partir de su emisión en cualquier estado financiero.
- Enmienda a la NIIF 3, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIC 16, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIC 37, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Mejoras anuales a las normas NIIF ciclo 2018-2020, las cuales se deben aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIIF 17, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.
- Enmienda a la NIIF 4, la cual se debe aplicar a partir de junio de 2020.
- Enmienda a la NIC 1, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.
- Enmienda a la NIIF 9, NIC 39, NIIF 7, NIIF 4 y NIIF 16, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2021 y se permite su adopción anticipada.

Enmienda a la NIC 1 – Clasificación de pasivos como corriente y no corriente (emitida en enero de 2020)

En esta Enmienda, que modifica la NIC 1 - Presentación de estados financieros, específicamente se aclara uno de los criterios para clasificar un pasivo como no corriente. Se permite su aplicación anticipada. Sin embargo, el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad discutirá si se retrasa la fecha de entrada en vigencia como resultado de la pandemia Covid-19.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Enmienda a la NIIF 16 – Arrendamientos (emitida en mayo de 2020)

La Enmienda denominada “Concesiones de arrendamiento relacionadas con Covid-19”, se emite con el fin de facilitar a los arrendatarios el reconocimiento contable de los posibles cambios en los contratos de arrendamiento que pudieran presentarse con ocasión de pandemia ocasionada por el Covid-19.

La Enmienda adicionó los párrafos 46A y 46B a la NIIF 16, eximiendo a los arrendatarios de tener que considerar los contratos de arrendamiento de forma individual para determinar si las concesiones de arrendamiento que se producen como consecuencia directa de la pandemia del Covid-19 son modificaciones a esos contratos, y les permite a los arrendatarios contabilizar tales concesiones como si no fueran modificaciones a los contratos de arrendamiento.

Estos cambios incluidos ofrecen una solución práctica que consiste básicamente en reconocer en el resultado del ejercicio las disminuciones en los pagos de arrendamiento, que en términos normales podrían considerarse como modificaciones del contrato, requiriendo una nueva estimación del pasivo por arrendamiento con una tasa de descuento revisada.

Esta Enmienda no aplica a los arrendadores.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Enmienda a la NIIF 3 – Combinación de negocios (emitida en mayo de 2020)

En esta Enmienda se reemplaza una referencia de una versión anterior del Marco Conceptual por una referencia a la última versión, que se emitió en marzo de 2018.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

NIC 16 – Propiedades, planta y equipo (emitida en mayo de 2020)

En esta Enmienda se prohíbe que una compañía deduzca del costo de la propiedad, planta y equipo los montos recibidos por la venta de artículos producidos mientras la compañía prepara el activo para su uso previsto. En cambio, una compañía reconocerá tales ingresos de ventas y costos relacionados en resultados.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

NIC 37 – Provisiones, pasivos contingentes y activos contingentes (emitida en mayo de 2020)

En esta Enmienda se especifican los costos que incluye una entidad para determinar si un contrato resulta oneroso.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Mejoras anuales a las normas NIIF ciclo 2018-2020 (emitida en mayo de 2020)

Incluyen las siguientes modificaciones que aclaran redacción, corrigen descuidos o conflictos entre los requisitos de las Normas:

- NIIF 1 - Adopción por primera vez de las Normas Internacionales de Información Financiera. Se simplifica la aplicación de la norma por una subsidiaria que se convierte en adoptante por primera vez después de su matriz en relación con la medición de las diferencias de conversión acumuladas.
- NIIF 9 - Instrumentos financieros. Se aclara cuales honorarios debe incluir una empresa al evaluar si los términos de un pasivo financiero nuevo o modificado son sustancialmente diferentes de los términos del pasivo financiero original.
- NIC 41 - Agricultura. Se elimina el requisito de excluir los flujos de efectivo de los impuestos al medir el valor razonable los activos biológicos, alineando así los requisitos de medición del valor razonable con los de otras Normas.
- NIIF 16 - Arrendamientos. Se modificó el ejemplo ilustrativo 13 eliminando la posibilidad de confusión con respecto a los incentivos de arrendamiento.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de estas mejoras.

Enmienda a la NIIF 17 – Contratos de seguros (emitida en junio de 2020)

Los principios fundamentales introducidos cuando el Consejo emitió por primera vez la NIIF 17 en mayo de 2017 no se ven afectados. La Enmienda está diseñada para reducir costos simplificando algunos requisitos en el Estándar, hacer que el desempeño financiero sea más fácil de explicar y facilitar la transición al diferir la fecha de vigencia de la Norma para 2023 proporcionando alivio adicional para reducir el esfuerzo requerido al aplicar la NIIF 17 por primera vez.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Enmienda a la NIIF 4 - Extensión de la exención temporal de la aplicación de la NIIF 9 (emitida en junio de 2020)

La NIIF 9 aborda la contabilidad de los instrumentos financieros y es efectiva para los períodos anuales que comienzan a partir del 1 de enero de 2018. Sin embargo, para algunas aseguradoras, esta NIIF establece una exención temporal que permite, pero no requiere, que el asegurador aplique la NIC 39 Instrumentos financieros: reconocimiento y medición en lugar de la NIIF 9 para los períodos anuales que comiencen antes del 1 de enero de 2023.

Se extendió la fecha de vencimiento para la exención temporal de la NIIF 9, por dos años, manteniendo la alineación entre la fecha de vencimiento de la exención temporal y la fecha de vigencia de la NIIF 17, que reemplaza a la NIIF 4.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Enmienda a la NIC 1 - Clasificación de pasivos como corriente y no corriente (emitida en julio de 2020)

La clasificación de pasivos como corriente o no corriente se emitió en enero de 2020, vigente para los períodos de informes anuales que comienzan a partir del 1 de enero de 2022. Sin embargo, en respuesta a la pandemia Covid-19, la Junta ha aplazado la fecha de vigencia por un año para proporcionar a las empresas más tiempo para implementar cualquier cambio de clasificación resultante de esas modificaciones. No se realizó ningún cambio adicional a la enmienda inicial emitida en enero de 2020.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Enmienda a la NIIF 9, NIC 39, NIIF 7, NIIF 4 y NIIF 16 – La reforma del IBOR y sus efectos en la información financiera fase 2 (emitida en agosto de 2020)

El Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad ha finalizado la reforma en curso de las tasas de oferta interbancarias (IBOR) y otras referencias de tasas de interés. La Enmienda tiene por objeto ayudar a las empresas a proporcionar a los inversores información útil sobre los efectos de la reforma en los estados financieros. Las modificaciones complementan las emitidas en 2019 y se centran en los efectos en los estados financieros cuando una empresa reemplaza la tasa de interés de referencia anterior por una tasa de referencia alternativa como resultado de la reforma.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Nota 5.7. Normas que comenzaron su aplicación en 2020, emitidas antes del 1 de enero de 2020

Las siguientes normas comenzaron a aplicarse a partir del 1 de enero de 2020, según la fecha de adopción del Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad:

- Enmienda a la NIIF 9, Instrumentos financieros,
- Enmienda a la NIC 1, presentación de estados financieros y Enmienda a la NIC 8, políticas contables, cambios en las estimaciones contables y errores,
- Enmienda a la NIIF 3, combinaciones de negocios,
- Marco conceptual de 2018.
- CINIIF 23 - La incertidumbre frente a los tratamientos de impuesto a las ganancias.

Las anteriores normas y enmiendas fueron incorporadas en Colombia por medio de la emisión del Decreto Reglamentario 2270 del 13 de diciembre de 2019, excepto la Enmienda a la NIIF 9, Instrumentos financieros. No se presentaron impactos significativos en la aplicación de estas normas.

Nota 5.8. Normas que comenzaron su aplicación en 2020, emitidas en 2020

Las siguientes normas comenzaron a aplicarse a partir del 1 de junio de 2020, según la fecha de adopción del Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad:

- Enmienda a la NIIF 16 – Arrendamientos
- Enmienda a la NIIF 4 – Contratos de seguro

La Enmienda a la NIIF 4 no ha sido incorporada en Colombia. La Enmienda a la NIIF 16 fue incorporada en Colombia por medio de la emisión del Decreto Reglamentario 1432 del 5 de noviembre de 2020 y la fecha de adopción se estableció a partir de la fecha de la emisión del Decreto Reglamentario y no a partir de la fecha de adopción del Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad.

Nota 5.9. Normas adoptadas anticipadamente durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 la Matriz y sus subsidiarias no han adoptado Normas anticipadamente.

Nota 5.10. Normas aún no vigentes al 31 de diciembre de 2020, emitidas antes del 1 de enero de 2020

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2017 el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés) emitió las siguientes nuevas normas y enmiendas:

- NIIF 17 – Contratos de seguro, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2021.

NIIF 17 - Contratos de seguro (emitida en mayo de 2017)

Esta NIIF establece los principios para el reconocimiento, medición, presentación y revelación de los contratos de seguro y reemplaza al NIIF 4 - Contratos de seguro.

Esta norma requiere que una compañía que emite contratos de seguro los reporte en el estado de situación financiera como el total de: (a) los flujos de efectivo del cumplimiento menos los estimados corrientes de las cantidades que la compañía espere recaudar de las primas y pagar por reclamos, beneficios y gastos, incluyendo un ajuste por la oportunidad y el riesgo de esas cantidades; y (b) el margen contractual del servicio menos la utilidad esperada de proporcionar la cobertura del seguro.

La utilidad esperada por la cobertura del seguro es reconocida en utilidad o pérdida durante el tiempo en que se proporcione la cobertura del seguro.

Adicionalmente requiere que una compañía distinga entre los grupos de contratos que espere sean para generar utilidades y los que se espere sean para tener pérdidas, siendo estos últimos contabilizados en utilidad o pérdida tan pronto como la compañía determine que se esperan pérdidas.

En cada fecha de presentación de reporte las compañías deben actualizar los flujos de efectivo de cumplimiento, usando estimados corrientes de la cantidad, oportunidad e incertidumbre de los flujos de efectivo y de las tasas de descuento.

En lo que se refiere a la medición, se pasa del costo histórico a valores corrientes, lo cual permite incorporar los flujos de efectivo comprometidos (tanto por la vía de los derechos como por la de las obligaciones), actualizándolos en cada fecha de presentación de reporte.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta NIIF.

Nota 6. Combinaciones de negocios

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 no se realizaron combinaciones de negocios.

Nota 7. Efectivo y equivalentes de efectivo

El saldo del efectivo y los equivalentes de efectivo es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Efectivo en caja y bancos (1)	2,472,151	2,304,819
Derechos fiduciarios (2)	68,716	92,593
Certificados de depósito (3)	681	11,953
Otros equivalentes de efectivo (4)	31	26
Total efectivo y equivalentes de efectivo	2,541,579	2,409,391

(1) El aumento corresponde básicamente a los mayores recaudos de efectivo resultantes del mayor nivel de ventas presentado en 2021.

(2) El saldo corresponde a:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Fondo de Inversión Colectiva Abierta Occirenta	20,408	20,410
BBVA Asset S.A.	18,311	20,413
Fiducolombia S.A.	16,118	21,130
Fiduciaria Bogota S.A.	13,655	17,323
Corredores Davivienda S.A.	203	13,316
Credicorp Capital	21	1
Total derechos fiduciarios	68,716	92,593

(3) El saldo corresponde a certificados de la Matriz y de las subsidiarias:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Geant Inversiones S.A.	681	586
Matriz (a)	-	2,845
Éxito Industrias S.A.S.	-	86
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.1)	-	130
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	-	6
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	-	4
Libertad S.A. (b)	-	8,296
Total derechos fiduciarios	681	11,953

(a) La disminución corresponde básicamente al uso de títulos de devolución de impuestos recibidos (tidis) para pagar retenciones en la fuente.

(b) La disminución corresponde básicamente al uso de certificados para el pago de obligaciones con los proveedores y organismos gubernamentales.

(4) El saldo corresponde a las Letras de Regulación Monetaria emitidas por el Banco Central del Uruguay y suscritas por las subsidiarias Grupo Disco del Uruguay S.A. y Devoto Hermanos S.A. con una duración menor a 3 meses.

Al 31 de diciembre de 2021 la Matriz y sus subsidiarias registraron rendimientos generados por el efectivo en caja y bancos y por los equivalentes de efectivo por \$17,277 (31 de diciembre de 2020 - \$22,014), los cuales fueron registrados como ingresos financieros, tal como se detalla en la Nota 35.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 el efectivo y los equivalentes de efectivo no presentan restricciones o gravámenes que limiten su disposición.

Nota 8. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar

El saldo de las cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Cuentas comerciales por cobrar (Nota 8.1)	387,353	325,415
Otras cuentas por cobrar (Nota 8.2)	296,698	179,495
Total cuentas por cobrar comerciales y otras cuentas por cobrar	684,051	504,910
Corriente	625,931	471,202
No corriente	58,120	33,708

Nota 8.1. Cuentas comerciales por cobrar

El saldo de las cuentas comerciales por cobrar es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Cuentas comerciales (1)	272,920	235,887
Venta de inventario de proyectos inmobiliarios (2)	67,434	34,715
Alquileres y concesionarios	62,426	72,522
Fondos y préstamos a empleados	9,841	9,830
Otras cuentas comerciales por cobrar	-	21
Deterioro de cartera (3)	(25,268)	(27,560)
Cuentas comerciales por cobrar	387,353	325,415

- (1) El aumento corresponde básicamente (a) mayores recaudos en los canales de ventas frente al periodo anterior resultantes del aumento de ventas, específicamente en negociaciones con el estado, con cajas de compensación y en negociaciones de inventario de licores con terceros, en la Matriz y (b) mayor actividad comercial en las subsidiarias de Uruguay.
- (2) Corresponde a la cuenta por cobrar por la venta de los inventarios de los proyectos inmobiliarios Montevideo y Copacabana. El aumento se presenta como consecuencia de la venta del proyecto inmobiliario Montevideo realizada en 2021 según cronograma de venta mencionado en la Nota 11.1.
- (3) El deterioro de cartera se reconoce como un gasto en los resultados del periodo. Sin embargo, aún deterioradas, la Matriz y sus subsidiarias consideran estos montos recuperables, debido a los extensos análisis de riesgo crediticio sobre clientes, incluidos las calificaciones de crédito, cuando están disponibles en bases crediticias con reconocimiento en el mercado. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 el efecto neto del deterioro de cartera en el estado de resultados corresponde a un ingreso por \$2,022 (al 31 de diciembre de 2020 correspondía a un gasto por \$6,922).

El movimiento del deterioro de cartera durante el periodo fue el siguiente:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	27,560
Pérdida por deterioro reconocida	39,615
Reversiones para castigo de cartera	(10,049)
Reversiones de pérdida por deterioro	(31,588)
Efecto diferencia en cambio en la conversión a moneda de presentación	(270)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	25,268

Nota 8.2. Otras cuentas por cobrar

El saldo de las otras cuentas por cobrar es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Convenios empresariales (1)	84,973	34,090
Fondos y préstamos a personal (2)	78,088	63,528
Servicios movilización de giros (3)	63,811	21,959
Impuestos recaudados a favor (4)	32,474	12,023
Remesas	8,205	6,006
Reclamaciones por impuestos	1,360	1,360
Venta de activos fijos, intangibles y otros activos	673	1,471
Otras cuentas por cobrar (5)	27,114	39,058
Total otras cuentas por cobrar	296,698	179,495

- (1) El aumento corresponde básicamente a cuentas por cobrar de la Matriz a las cajas de compensación y a los municipios por la entrega de bonos de beneficio alimentación escolar y por la venta de mercancías.
- (2) El aumento corresponde básicamente a la reanudación de préstamos y beneficios al personal por medio del Fondo de Empleados, los cuales estuvieron disminuidos durante 2020.
- (3) El aumento corresponde básicamente al crecimiento en la demanda en la Matriz del servicio de envío de giros especialmente por el movimiento de los subsidios "ingreso solidario del gobierno nacional".
- (4) El aumento corresponde básicamente al saldo a favor del impuesto a las ventas generado por el crecimiento en las compras de bienes en la Matriz para los eventos especiales, principalmente para la temporada de fin de año y para los días sin IVA.
- (5) El saldo se compone de:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Cuotas de administración	4,737	6,352
Venta de cuentas comerciales por cobrar (a)	4,503	10,028
Pre-compras aerolíneas y comisiones aéreas	1,811	376
Deudores largo plazo (a)	1,720	4,010
Depósitos en garantía	1,566	1,554
Negociaciones proveedores del exterior	1,563	593
Préstamos a terceros	1,280	1,464
Indemnización contratos de arrendamiento	919	967
Faltantes por cobrar a empleados	518	406
Embargos por cobrar (b)	330	1,921
Intereses	105	196
Otras menores	8,062	11,191
Total	27,114	39,058

- (a) La disminución corresponde básicamente a recuperación de estas cuentas por cobrar, las cuales al cierre de 2020 presentaban un incremento significativo producto de la pandemia generada por la Covid-19.
- (b) La disminución corresponde básicamente al castigo por \$1,650 debido a embargos no recuperables.

Nota 8.3. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar clasificadas en corriente y no corriente

El saldo de las cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar clasificadas en corriente y no corriente es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Cuentas comerciales por cobrar	272,920	235,887
Convenios empresariales	84,973	34,090
Fondos y préstamos a empleados	70,579	54,653
Servicios movilización de giros	63,811	21,959
Alquileres y concesionarios	62,426	72,522
Cuentas por cobrar por impuestos	32,474	12,023
Venta de inventario de proyectos inmobiliarios	30,383	25,319
Remesas	8,205	6,006
Reclamación de impuestos	1,360	1,360
Venta de propiedad, planta y equipo, intangibles y otros	673	1,471
Otras	23,395	33,472
Deterioro de cartera	(25,268)	(27,560)
Total corriente	625,931	471,202
Venta de inventario de proyectos inmobiliarios	37,051	9,396
Fondos y préstamos a empleados	17,350	18,705
Otras	3,719	5,607
Total no corriente	58,120	33,708

Nota 8.4. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar por edades

El detalle por edades de las cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar, sin considerar el deterioro, es el siguiente:

Periodo	Total	Menor a 30 días	Entre 31 y 60 días	Entre 61 y 90 días	Mayor a 90 días
31 de diciembre de 2021	709,319	603,596	16,150	5,201	84,372
31 de diciembre de 2020	532,470	413,699	50,703	5,856	62,212

Nota 9. Gastos pagados por anticipado

El saldo de los gastos pagados por anticipado es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Seguros (1)	19,359	18,006
Arrendamientos (2)	10,658	12,553
Mantenimiento (3)	5,304	6,537
Publicidad	3,730	2,959
Impuestos	1	85
Otros pagos anticipados (4)	6,658	7,538
Total gastos pagados por anticipado	45,710	47,678
Corriente	36,515	36,811
No corriente	9,195	10,867

- (1) Corresponde principalmente a los contratos de la Matriz y a otras pólizas de sus subsidiarias:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Póliza de multirriesgo de la Matriz	9,621	10,838
Póliza de vida de la Matriz	757	689
Póliza de responsabilidad civil y extracontractual de la Matriz	754	797
Póliza de transporte de la Matriz	282	591
Otras pólizas de la Matriz	2,970	1,558
Otras pólizas de las subsidiarias	4,975	3,533
Total seguros	19,359	18,006

(2) Corresponde a los anticipos de cánones de arrendamiento para los siguientes inmuebles:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Almacén Éxito San Martín (a)	4,194	4,475
Almacén Carulla Castillo Grande (b)	2,083	3,333
Varios almacenes (c)	4,381	4,745
Total arrendamientos	10,658	12,553

(a) Arrendamiento pagado por anticipado por la Matriz que cubre la vigencia del contrato de arrendamiento del almacén hasta el año 2034.

(b) Arrendamiento pagado por anticipado por la Matriz que cubre la vigencia del contrato de arrendamiento desde septiembre de 2019 hasta septiembre de 2023.

(c) Arrendamientos pagados por anticipado por la subsidiaria Spice Investment Mercosur S.A. y sus subsidiarias en Uruguay.

(3) Corresponde a los anticipos para mantenimiento y soporte de los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
<u>Anticipos efectuados por la Matriz</u>		
Software	138	2,633
Servicios en la nube	-	78
Hardware	-	7
<u>Anticipos efectuados por las subsidiarias</u>		
Libertad S.A.; insumos varios	5,166	3,354
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.; soporte de servicios en la nube	-	465
Total anticipos para mantenimiento	5,304	6,537

(4) Corresponde a:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Otros pagos anticipados de la Matriz	1,493	665
Otros pagos anticipados de las subsidiarias	5,165	6,873
Total otros pagos anticipados	6,658	7,538

Nota 10. Cuentas por cobrar y Otros activos no financieros con partes relacionadas

El saldo de las cuentas por cobrar a partes relacionadas y el saldo de los otros activos no financieros con partes relacionadas es el siguiente:

	Cuentas por cobrar		Otros activos no financieros	
	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Negocios conjuntos (1)	47,739	30,757	24,500	14,500
Compañías del Grupo Casino (2)	8,448	8,413	-	-
Controladora (3)	288	288	-	-
Total	56,475	39,458	24,500	14,500
Corriente	56,475	39,458	-	-
No corriente	-	-	24,500	14,500

(1) Los saldos corresponden a los siguientes negocios conjuntos y a los siguientes conceptos:

- El saldo de las cuentas por cobrar por negocio conjunto es el siguiente:

Concepto	Compañía de Financiamiento Tuya S.A.		Puntos Colombia S.A.S.	
	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Participación en el acuerdo de colaboración empresarial	10,494	-	-	-
Reembolsos de gastos compartidos, recaudo de cupones y otros	4,403	6,016	-	-
Redención de puntos	-	-	30,356	24,062
Otros servicios	2,229	-	257	679
Total cuentas por cobrar	17,126	6,016	30,613	24,741

- Otros activos no financieros:

El saldo de los otros activos no financieros de \$24,500 al 31 de diciembre de 2021 corresponde a pagos efectuados durante el año a Compañía de Financiamiento Tuya S.A. para la suscripción de acciones. Los valores pagados no se reconocieron como inversión en dicha compañía debido a que Compañía de Financiamiento Tuya S.A. no había obtenido la autorización de la Superintendencia Financiera de Colombia para registrar el incremento patrimonial antes del 31 de diciembre de 2021.

El saldo de los otros activos no financieros de \$14,500 al 31 de diciembre de 2020 corresponde a pagos efectuados durante el año a Compañía de Financiamiento Tuya S.A. para la suscripción de acciones. Los valores pagados no se reconocieron como inversión en dicha compañía debido a que Compañía de Financiamiento Tuya S.A. no había obtenido la autorización de la Superintendencia Financiera de Colombia para registrar el incremento patrimonial antes del 31 de diciembre de 2020. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 Compañía de Financiamiento Tuya S.A. obtuvo autorización para registrar un incremento patrimonial y con base en dicha autorización el saldo se legalizó como inversión.

- (2) Las cuentas por cobrar a compañías del Grupo Casino corresponden a saldos por cobrar por los pagos de expatriados, por logro de proveedores y por los servicios recibidos de eficiencia energética.

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Casino International	7,341	7,476
International Retail and Trade Services	725	295
Greenyellow Energia de Colombia S.A.S.	113	115
Distribution Casino France	49	244
Casino Services	7	7
Otras	213	276
Total compañías del Grupo Casino	8,448	8,413

- (3) Corresponde al saldo por cobrar por gastos de personal a Companhia Brasileira de Distribuição – CBD.

Nota 11. Inventarios, neto y Costo de ventas

Nota 11.1. Inventarios, neto

El saldo de los inventarios, neto es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Inventario disponible para la venta	1,985,811	1,818,370
Inventario en tránsito	65,884	35,415
Producto en proceso	25,244	5,693
Inventario de proyectos inmobiliarios (1)	17,519	50,228
Materiales, repuestos menores, accesorios y empaques consumibles	11,536	9,170
Materias primas	10,668	22,057
Deterioro de inventarios (2)	(12,359)	(18,316)
Total inventarios	2,104,303	1,922,617

- (1) Corresponde al proyecto inmobiliario Montevideo por \$16,743 (31 de diciembre de 2020 - \$50,228) y al proyecto inmobiliario López de Galarza por \$776 (31 de diciembre de 2020 - \$-).

En relación con el proyecto inmobiliario Montevideo, al 31 de diciembre de 2021 se tiene pendiente por vender el 17.3% y para el mismo se tiene como fecha estimada de realización el primer semestre de 2022 en adelante. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 se vendió el 34.7%, durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 se vendió el 38.9% y durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2019 se vendió el 9%.

En relación con el proyecto inmobiliario López de Galarza, al 31 de diciembre de 2021 se tiene pendiente por vender el 100% y se tiene como fecha estimada de realización el primer semestre de 2022 en adelante.

- (2) El movimiento de la provisión durante el periodo presentado es el siguiente:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	18,316
Pérdida por deterioro reconocida durante el periodo (Nota 11.2)	5,251
Reversión de provisiones por deterioro (Nota 11.2)	(11,095)
Efecto diferencia en cambio en la conversión a moneda de presentación	(113)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	12,359

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 los inventarios no tienen restricciones o gravámenes que limiten su negociabilidad o realización, excepto por el proyecto inmobiliario Montevideo, para el cual, al cierre de ambos periodos presentados, se tiene firmada una promesa de compraventa, la cual se ha cumplido de acuerdo con lo mencionado en el numeral (1) anterior.

Los inventarios se encuentran debidamente asegurados contra todo riesgo.

De acuerdo con la política de la Matriz y sus subsidiarias, los inventarios están valorados al costo o al valor neto realizable (valor razonable menos los costos de venta), el menor de estos dos valores. Los ajustes a esta valoración están incluidos dentro de los costos de venta del periodo.

Nota 11.2. Costo de ventas

La información relacionada con el costo de ventas, el deterioro y las reversiones de deterioro reconocidos en los inventarios se presentan a continuación:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Costo de la mercancía vendida (1)	12,494,700	11,776,435
(Reversión) pérdida por deterioro, neto (Nota 11.1)	(5,844)	2,475
Total costo de ventas	12,488,856	11,778,910

(1) Al 31 de diciembre de 2021 incluye \$82,311 de costo por depreciaciones y amortizaciones (31 de diciembre de 2020 - \$74,725).

Nota 12. Otros activos financieros

El saldo de los otros activos financieros es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Activos financieros medidos al valor razonable con cambios en otros resultados integrales (1)	29,392	27,701
Instrumentos financieros derivados (2)	11,057	4
Activos financieros medidos al costo amortizado (3)	6,896	31,307
Instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura (4)	6,023	566
Activos financieros medido al valor razonable con cambios en resultados (5)	1,593	1,525
Total otros activos financieros	54,961	61,103
Corriente	14,331	4,192
No corriente	40,630	56,911

(1) Los activos financieros medidos al valor razonable con cambios en otros resultados integrales corresponden a inversiones patrimoniales que no se mantienen para negociar. El detalle de estas inversiones es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Inversiones en bonos	18,716	17,064
Cnova N.V.	9,222	9,222
Fideicomiso El Tesoro etapa 4A y 4C 448	1,206	1,167
Associated Grocers of Florida, Inc.	113	113
Central de abastos del Caribe S.A.	71	71
La Promotora S.A.	50	50
Sociedad de acueducto, alcantarillado y aseo de Barranquilla S.A. E.S.P.	14	14
Total activos financieros medidos al valor razonable con cambios en otros resultados integrales	29,392	27,701

(2) Los instrumentos financieros derivados reflejan el valor razonable de los contratos *forward* y *swap* para cubrir las fluctuaciones en las tasas de tipo de cambio y en las tasas de interés de las obligaciones adquiridas en moneda extranjera. Los valores razonables de estos instrumentos se determinan mediante modelos de valoración comúnmente usados por los participantes del mercado que utilizan variables distintas de los precios cotizados que son observables para los activos o pasivos, directa o indirectamente. La Matriz mide, en el estado de situación financiera, los instrumentos financieros derivados *forward* y *swap* a su valor razonable en cada fecha de cierre contable.

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos al 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

	Menor a 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
<i>Forward</i>	3,016	4,587	3,454	-	-	11,057

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos al 31 de diciembre de 2020 es el siguiente:

	Menor a 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
<i>Forward</i>	4	-	-	-	-	4

(3) Los activos financieros medidos al costo amortizado corresponden a lo siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Inversiones en bonos (a)	5,046	29,699
Bonos del tesoro nacional (b)	1,850	1,608
Total activos financieros medidos al costo amortizado	6,896	31,307

(a) Inversiones en bonos emitidos por Compañía de Financiamiento Tuya S.A. y sobre los cuales la Matriz tiene la intención y capacidad de mantenerlos para obtener los flujos de efectivo contractuales hasta el vencimiento. Estas inversiones hacen parte del acuerdo de colaboración empresarial por la Tarjeta Éxito; al 31 de diciembre de 2021 el valor nominal asciende a \$5,000 (31 de diciembre de 2020 - \$29,500) y tiene un plazo de 5 años y con un rendimiento del IPC + 6%.

La disminución obedece al vencimiento de una porción de la inversión por \$24,500, la cual se utilizó para efectuar una capitalización a ese negocio conjunto, la cual al 31 de diciembre de 2021 se encuentra dentro del saldo de Otros activos no financieros (Nota 10).

(b) Bonos del tesoro nacional por de la subsidiaria Grupo Disco del Uruguay S.A.

(4) Los derivados designados como instrumentos de cobertura reflejan las operaciones de permuta financiera *swap* realizadas por la Matriz mediante contratos realizados con entidades financieras en las que se acuerda intercambiar, a intervalos específicos, la diferencia en tre los montos de las tasas de interés fija y variable calculados en relación con un monto de capital nominal acordado, lo cual convierte las tasas variables en fijas y los flujos de caja se hacen determinables en moneda local. Los valores razonables de estos instrumentos se determinan mediante métodos de valoración comúnmente usados por los participantes de mercado.

Al 31 de diciembre de 2021 corresponde a las siguientes operaciones:

	Naturaleza del riesgo cubierto	Partida cubierta	Rango de tasas de la partida cubierta	Rango de tasas de los instrumentos de cobertura	Valor razonable
Swap	Tasa de interés	Obligaciones financieras	IBR 3M	2.0545% - 2.145%	6,023

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos de cobertura al 30 de septiembre de 2021 es el siguiente:

	Menor a 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
Swap	(262)	-	483	2,470	3,332	6,023

Debido a que este instrumento involucra entradas y salidas de efectivo, en algunas fechas los cálculos reflejan la necesidad de realizar pagos previos a la liquidación final del instrumento.

Al 31 de diciembre de 2020 corresponde a las siguientes operaciones:

	Naturaleza del riesgo cubierto	Partida cubierta	Rango de tasas de la partida cubierta	Rango de tasas de los instrumentos de cobertura	Valor razonable
Swap	Tasa de interés	Obligaciones financieras	Libor USD 1M + 2.22%	9.06%	566

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos de cobertura al 31 de diciembre de 2020 es el siguiente:

	Menor a 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
Swap	3	15	32	143	373	566

(5) Los activos financieros medidos al valor razonable con cambios en resultados corresponden a:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Fondo Valorar Futuro (a)	1,476	1,468
Depósitos judiciales de Libertad S.A.	109	47
Depósitos judiciales Grupo Disco del Uruguay S.A.	8	10
Total activos financieros medidos al valor razonable	1,593	1,525

(a) Inversiones de la Matriz en títulos de participación para administrar la liquidez, las cuales se miden a su valor razonable mediante el valor de la unidad del fondo. Los cambios en el valor razonable se reconocen como ingreso o gasto en el estado de resultados.

El saldo de los otros activos financieros clasificado en corriente y no corriente es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Instrumentos financieros derivados	11,057	4
Instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura	2,691	193
Activos financieros medidos al costo amortizado	466	3,938
Activos financieros medidos al valor razonable con cambios en resultados	117	57
Total corriente	14,331	4,192
Activos financieros medidos al valor razonable con cambios en otros resultados integrales	29,392	27,701
Activos financieros medidos al costo amortizado	6,430	27,369
Instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura	3,332	373
Activos financieros medidos al valor razonable con cambios en resultados	1,476	1,468
Total no corriente	40,630	56,911

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 los otros activos financieros no tienen restricciones ni gravámenes que limiten su negociabilidad o realización, excepto por (a) la inversión que se tiene en los bonos de Compañía de Financiamiento Tuya S.A., los cuales fueron emitidos como parte del acuerdo de colaboración empresarial por la Tarjeta Éxito y (b) los depósitos judiciales correspondientes a la subsidiaria Libertad S.A.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 no se observó deterioro de valor en ninguno de los activos.

Nota 13. Propiedades, planta y equipo, neto

El saldo de las propiedades, planta y equipo, neto, es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Terrenos	1,137,865	1,036,406
Edificios	2,115,633	1,953,328
Maquinaria y equipo	1,033,499	941,022
Muebles y enseres	655,019	588,683
Activos en construcción	45,009	64,137
Instalaciones	132,928	111,435
Mejoras a propiedades ajenas	635,377	542,153
Vehículos	23,873	19,659
Equipo de cómputo	346,091	232,345
Otras propiedades, plantas y equipos	16,050	16,050
Total propiedades, planta y equipo	6,141,344	5,505,218
Depreciación acumulada	(2,111,908)	(1,790,150)
Pérdidas por deterioro de valor	(4,739)	(7,466)
Total propiedades, planta y equipo, neto	4,024,697	3,707,602

Los movimientos en el costo de las propiedades, planta y equipo, en la depreciación acumulada y en las pérdidas por deterioro de valor durante el periodo presentado son los siguientes:

Costo	Terrenos	Edificios	Maquinaria y equipo	Muebles y enseres	Activos en construcción	Instalaciones	Mejoras a propiedades ajenas	Vehículos	Equipo de cómputo	Otras propiedades, plantas y equipo	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2020	1,036,406	1,953,328	941,022	588,683	64,137	111,435	542,153	19,659	232,345	16,050	5,505,218
Adiciones (1)	1,506	39,396	113,128	59,137	28,519	3,296	45,476	525	130,303	-	421,286
(Disminuciones) incrementos por movimientos entre las cuentas de propiedades, planta y equipo	-	(22,546)	2,499	6,202	(34,331)	6,477	40,500	433	766	-	-
Incrementos (disminuciones) por transferencias desde (hacia) propiedades de inversión	19,657	40,682	259	-	(5,747)	-	-	-	-	-	54,851
(Disposiciones y retiros) de propiedades, planta y equipo (2)	-	(3,896)	(25,585)	(13,343)	(716)	(15)	(12,489)	(1,713)	(12,487)	-	(70,244)
Efecto de diferencia en cambio en la conversión a moneda de presentación	9,904	21,306	7,910	10,098	1,087	11,735	20,779	(278)	2,824	-	85,365
Incrementos (disminuciones) por transferencia (hacia) desde otras cuentas del balance – activos por impuestos	424	1,191	(17,846)	(6,610)	(10,496)	-	(1,042)	1,890	(20,257)	-	(52,746)
Resultado por posición monetaria neta	69,968	86,172	12,112	10,852	2,556	-	-	3,357	12,597	-	197,614
Saldo al 31 de diciembre de 2021	1,137,865	2,115,633	1,033,499	655,019	45,009	132,928	635,377	23,873	346,091	16,050	6,141,344
Depreciación acumulada											
Saldo al 31 de diciembre de 2020		392,003	483,306	378,479		63,572	275,384	15,072	177,537	4,797	1,790,150
Gasto/costo de depreciación		49,909	86,118	56,701		8,152	30,637	1,675	31,408	788	265,388
(Disposiciones y retiros) de propiedades, planta y equipo (2)		(1,178)	(18,607)	(9,535)		(5)	(6,254)	(1,582)	(11,815)	-	(48,976)
(Disminución) por transferencias (hacia) propiedades de inversión		(16)	-	-		-	-	-	-	-	(16)
Efecto de diferencia en cambio en la conversión a moneda de presentación		5,102	5,460	8,889		6,790	8,541	(231)	2,289	-	36,840
Otros cambios menores		(278)	(489)	-		-	-	(5)	6	-	(766)
Resultado por posición monetaria neta		34,532	10,057	9,068		-	-	3,048	12,583	-	69,288
Saldo al 31 de diciembre de 2021		480,074	565,845	443,602		78,509	308,308	17,977	212,008	5,585	2,111,908
Pérdidas por deterioro de valor											
Saldo al 31 de diciembre de 2020	1,921	2,984	-	-	-	-	2,561	-	-	-	7,466
Gasto por pérdidas por deterioro de valor	-	756	-	-	-	-	1,735	-	-	-	2,491
(Recuperación) de deterioro de valor	(1,921)	(2,857)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4,778)
(Disposiciones y retiros) de propiedades, planta y equipo (2)	-	(756)	-	-	-	-	-	-	-	-	(756)
Efecto de diferencia en cambio en la conversión a moneda de presentación	-	-	-	-	-	-	316	-	-	-	316
Saldo al 31 de diciembre de 2021	-	127	-	-	-	-	4,612	-	-	-	4,739

(1) Corresponde principalmente a:

- En relación con maquinaria y equipo y muebles y enseres corresponde a adiciones incurridas en todos los proyectos de expansión en las sedes operativas, los almacenes y en las sedes administrativas;
- En relación con equipos de cómputo, incluye principalmente adiciones relacionadas con la renovación tecnológica de equipos de la plataforma "clearpath" por \$89,504;
- En relación con mejoras a propiedades ajenas, incluye principalmente adiciones en la Matriz en Parque Logístico Calle 80 por \$11,202, Cedi Parque Siberia por \$4,981, Éxito Nuestro Bogotá por \$3,569, Éxito Alamedas del Simú por \$3,166, Éxito La Rosita por \$3,188, Éxito Parque Fabricato por \$3,016, Carulla Santa Barbara por \$2,351, Éxito La Sabana por \$2,348, Carulla El Tesoro por \$2,200, Éxito San Pedro por \$2,179, Éxito Metropolitano por \$1,884 y Éxito Bello por \$1,615, entre otros.

(2) Corresponde principalmente a:

- El retiro por los cierres de los almacenes en la Matriz por \$4,412;
- El retiro en la Matriz de maquinaria y equipo por \$858, muebles y enseres por \$293 y equipo de cómputo por \$2, producto de reformas efectuadas, y el retiro por la venta de construcciones en curso por \$74, vehículos por \$35 y maquinaria y equipo por \$2;
- El retiro por daños físicos de maquinaria y equipo por \$3,613, de edificaciones por \$1,128, de muebles y enseres por \$450, de equipo de cómputo por \$334 y de vehículos por \$97 en la Matriz;
- El retiro de activos resultante de la conciliación de las tomas físicas en la Matriz por \$3,905 y el retiro de activos por la conciliación de otras cuentas de balance por \$128;
- El retiro de activos resultante de los siniestros ocasionados por los actos realizados en contra de la infraestructura de los almacenes de la Matriz por \$208;
- El retiro de mejoras en propiedades ajenas por \$3,640, el retiro de maquinaria y equipo por \$137 y el retiro de muebles y enseres y equipo de oficina por \$109 en la subsidiaria Éxito Industrias S.A.S.;
- El retiro de maquinaria y equipo por \$107 en los Patrimonio Autónomos.

Los activos en construcción están representados en aquellos bienes en proceso de construcción y en proceso de montaje o de instalación que aún no están en las condiciones de uso esperadas por la administración de la Matriz y sus subsidiarias y sobre los cuales siguen capitalizándose los costos directamente atribuibles al proceso de construcción de los mismos, cuando se trata de activos aptos.

El valor en libros de las propiedades, planta y equipo bajo arrendamiento financiero, incluido en la cuenta de Otras propiedades, planta y equipo, es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Otras propiedades, planta y equipo	15,761	15,761
Total costo propiedades, planta y equipo	15,761	15,761
Depreciación acumulada	(5,582)	(4,794)
Total propiedades, planta y equipo, neto	10,179	10,967

Al 31 de diciembre de 2021 el pasivo correspondiente a estos bienes adquiridos bajo arrendamiento financiero fue cancelado.

Dentro del costo de las propiedades, planta y equipo no se incluyen saldos de estimaciones de costos de desmantelamiento o similares, pues la evaluación y el análisis de la Matriz y sus subsidiarias determinaron que no existen obligaciones contractuales ni legales que requieran de estas estimaciones en el momento de adquisición de los mismos.

Al 31 de septiembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 las propiedades, plantas y equipo no presentan restricciones ni gravámenes que limiten su realización o negociabilidad y no se tiene compromisos de adquisición, construcción o desarrollo de propiedades, planta y equipo.

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 se recibieron compensaciones por activos siniestrados por \$33 y no se registraron aceptaciones de pago de las aseguradoras por compensaciones de activos siniestrados.

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 no se recibieron compensaciones con activos siniestrados y no se registraron aceptaciones de pago de las aseguradoras por compensaciones de activos siniestrados.

Al 31 de diciembre de 2021 se presentó deterioro de valor por \$2,491 en la Matriz en los edificios de Locales del Centro Comercial San Mateo por \$756 y en las mejoras en propiedad ajena de Carulla Torre del Reloj por \$239 y en Mercados Devoto S.A. por \$1,496 en las mejoras en propiedad ajena de las tiendas de esta subsidiaria; se presenta una recuperación de deterioro de valor \$4,778 en Patrimonio Autónomo Viva Palmas en terrenos por \$126 y en edificios por \$454 y en Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo en terrenos por \$1,795 y en edificios por \$2,403; las demás propiedades, planta y equipo no presentaron deterioro de valor.

Al 31 de diciembre de 2020 se presentó deterioro de valor en por \$2,832 en Patrimonio Autónomo Viva Palmas en terrenos por \$20 y en edificios por \$183, en Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo en terrenos por \$621 y en edificios por \$1,794 y en Mercados Devoto S.A. por \$214 en sus tiendas; las demás propiedades, planta y equipo no presentaron deterioro de valor.

La información sobre la metodología empleada para las pruebas de deterioro se presenta en las Notas 39 y 40.

Nota 14. Propiedades de inversión, neto

Las propiedades de inversión de la Matriz y sus subsidiarias corresponden a locales comerciales y terrenos que se mantienen para generar renta producto de contratos de arrendamiento operativo o apreciación futura de su precio.

El saldo de las propiedades de inversión, neto, es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Terrenos	281,119	287,392
Edificios	1,597,106	1,467,363
Construcciones en curso	29,059	12,072
Total costo de propiedades de inversión	1,907,284	1,766,827
Depreciación acumulada	(241,348)	(179,820)
Pérdidas por deterioro de valor	(9,691)	(8,261)
Total propiedades de inversión, neto	1,656,245	1,578,746

Los movimientos en el costo de las propiedades de inversión, en la depreciación acumulada y en las pérdidas por deterioro de valor durante el periodo presentado son los siguientes:

Costo	Construcciones			Total
	Terrenos	Edificios	en curso	
Saldo al 31 de diciembre de 2020	287,392	1,467,363	12,072	1,766,827
Adiciones (1)	629	63,445	22,075	86,149
(Disminuciones) por transferencias (hacia) propiedades, planta y equipo	(19,657)	(31,809)	(3,385)	(54,851)
(Disminuciones) por transferencias (hacia) inventario de proyectos inmobiliarios	(776)	-	-	(776)
(Disposiciones y retiros) de propiedades de inversión	-	(6,276)	-	(6,276)
Efecto de las diferencias en cambio en la conversión a moneda de presentación	3,589	(8,769)	(29)	(5,209)
Resultado por posición monetaria neta	10,366	113,108	220	123,694
Otros cambios	(424)	44	(1,894)	(2,274)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	281,119	1,597,106	29,059	1,907,284

Depreciación acumulada	Edificios
Saldo al 31 de diciembre de 2020	179,820
Gasto de depreciación	30,180
Incrementos por transferencias desde propiedades, planta y equipo	16
(Disposiciones y retiros) de propiedades de inversión	(71)
Efecto de las diferencias en cambio en la conversión a moneda de presentación	(1,741)
Resultado por posición monetaria neta	33,365
Otros cambios	(221)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	241,348

Pérdidas por deterioro de valor	Terrenos	Edificios	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2020	1,668	6,593	8,261
Gasto por pérdidas por deterioro de valor	336	7,538	7,874
(Recuperación) de deterioros de valor	(192)	(868)	(1,060)
(Disposiciones y retiros) de deterioro	-	(5,384)	(5,384)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	1,812	7,879	9,691

(1) Aumentos en Viva Tunja y Viva Envigado, propiedades de la subsidiaria Patrimonio Autónomo Viva Malls.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 las propiedades de inversión no presentan restricciones ni gravámenes que limiten su realización o negociabilidad.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 diciembre de 2020 la Matriz y sus subsidiarias no poseen compromisos de adquisición, construcción o desarrollo de propiedades de inversión o reparaciones, mantenimiento o mejoras de las mismas, diferentes a las construcciones actuales. Igu almente, no presenta compensaciones de terceros por propiedades de inversión siniestradas o pérdidas.

Al 31 de diciembre de 2021 se presentó un deterioro de valor por \$7,874 en Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo en terrenos por \$336 y en edificios por \$2,154, y en la Matriz en Viva Suba por \$2,591 y en Surtimax Cota por \$2,793; se presentó una recuperación de deterioro de valor por \$1,060 en Patrimonio Autónomo Viva Palmas en terrenos por \$191 y en edificios por \$845 y en la Matriz en los locales del Centro Comercial Pereira Plaza por \$23 y en Lote 111 Rincón de Las Lomas por \$1; las demás propiedades de inversión no presentaron deterioro de valor.

Al 31 de diciembre de 2020 se presentó deterioro de valor por \$4,797 en Patrimonio Autónomo Viva Palmas en terrenos por \$57 y en edificios por \$647, en Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo en terrenos por \$451 y en edificios por \$3,530 y en las propiedades de la Matriz Lote 111 Rincón de Las Lomas por \$1 y Locales del Centro Comercial Pereira Plaza por \$111; las demás propiedades de inversión no presentaron deterioro de valor.

La información sobre la metodología empleada para las pruebas de deterioro se presenta en la Nota 39 y en la Nota 40 se presentan los valores razonables de las propiedades de inversión, las cuales se basaron en valuaciones realizadas por un tercero independiente.

Durante los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 los resultados generados en la Matriz y sus subsidiarias por el uso de las propiedades de inversión son los siguientes:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ingresos por arrendamientos	300,541	220,706
Gastos de operación relacionados con propiedades de inversión que generaron ingresos	(75,210)	(55,931)
Gastos de operación relacionados con propiedades de inversión que no generaron ingresos	(71,138)	(118,038)
Ganancia neta generada por las propiedades de inversión	154,193	46,737

Nota 15. Derechos de uso, neto

El saldo de los derechos de uso, neto, es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Derechos de uso	2,553,975	2,301,890
Total derechos de uso	2,553,975	2,301,890
Depreciación acumulada	(1,183,463)	(984,345)
Total derechos de uso, neto	1,370,512	1,317,545

Los movimientos en el costo de los derechos de uso y en su depreciación durante el periodo presentado son los siguientes:

Costo

Saldo al 31 de diciembre de 2020	2,301,890
Incrementos por nuevos contratos	97,446
Incrementos por nuevas mediciones (1)	170,764
Retiros, reversiones y disposiciones (2)	(43,987)
Efecto de las diferencias en cambio en la conversión a moneda de presentación	27,862
Saldo al 31 de diciembre de 2021	2,553,975

Depreciación acumulada

Saldo al 31 de diciembre de 2020	984,345
Costo y gasto por depreciación	214,930
(Disminuciones) por nuevas mediciones (1)	(320)
Retiros y disposiciones (2)	(27,746)
Efecto de las diferencias en cambio en la conversión a moneda de presentación	12,254
Saldo al 31 de diciembre de 2021	1,183,463

(1) Obedece básicamente a la ampliación en los plazos de los contratos, a indexaciones y a aumentos en los pagos fijos de los contratos.

(2) Obedece básicamente a la terminación anticipada de contratos de arrendamiento en centros de distribución, tiendas y activos muebles.

Nota 16. Plusvalía, neto

El saldo de la plusvalía es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Spice Investment Mercosur S.A. (1)	1,320,465	1,224,794
Carulla Vivero S.A. (2)	827,420	827,420
Súper Inter (3)	453,649	453,649
Libertad S.A. (4)	251,441	175,664
Cafam (5)	122,219	122,219
Otras (6)	50,806	50,806
Total plusvalía	3,026,000	2,854,552
Pérdidas por deterioro de valor	(1,017)	(1,017)
Total plusvalía, neto	3,024,983	2,853,535

(1) El saldo corresponde a:

- La combinación de negocios realizada por la Matriz en 2011 para la adquisición de la sociedad uruguaya Spice Investments Mercosur S.A. por \$287,844 (31 de diciembre de 2020 - \$287,844). El valor corresponde al costo atribuido en el balance inicial de acuerdo con el uso de la exención de no reexpresar combinaciones de negocios.
- Los créditos mercantiles de la plusvalía reconocida por Spice Investments Mercosur S.A. en la adquisición de sus subsidiarias de Uruguay de acuerdo con las opciones de la NIIF 1 por \$230,930 (31 de diciembre de 2020 - \$209,536).
- La plusvalía generada en la combinación de negocios realizada por la Matriz con Grupo Disco del Uruguay S.A. producto de la adquisición del control al 1 de enero de 2015 por \$794,987 (31 de diciembre de 2020 - \$721,332).
- Plusvalía generada en la combinación de negocios realizada en 2016 por Mercados Devoto S.A. para la adquisición de la sociedad Sumelar S.A. por \$1,068 (31 de diciembre de 2020 - \$969).
- Plusvalía generada en la combinación de negocios realizada en 2016 y finalizada en 2017 por Mercados Devoto S.A. para la adquisición de la sociedad 5 Hermanos Ltda. por \$2,322 (31 de diciembre de 2020 - \$2,107).

- Plusvalía generada en la combinación de negocios realizada y finalizada en 2018 por Mercados Devoto S.A. para la adquisición de la sociedad Tipset S.A. por \$562 (31 de diciembre de 2020 - \$510).
 - Plusvalía generada en la combinación de negocios realizada y finalizada en 2018 por Mercados Devoto S.A. para la adquisición de la sociedad Tedocan S.A. por \$1,204 (31 de diciembre de 2020 - \$1,092).
 - Plusvalía generada en la combinación de negocios realizada y finalizada en 2019 por Mercados Devoto S.A. para la adquisición de la sociedad Ardal S.A. por \$1,548 (31 de diciembre de 2020 - \$1,404).
- (2) Corresponde a la plusvalía resultante de la combinación de negocios realizada en 2007 con Carulla Vivero S.A. El valor fue determinado en el estado de situación financiera de apertura haciendo uso de la opción del costo atribuido, de acuerdo con la exención de la NIIF 1 de no reexpresar combinaciones de negocios.
- (3) Corresponde a \$179,412 por la adquisición de 19 establecimientos de comercio de la marca Súper Inter efectuada en septiembre de 2014; a \$264,027 por la adquisición de 29 establecimientos de comercio de la marca Súper Inter efectuada en abril de 2015; y a \$10,210 por la adquisición de 7 establecimientos de comercio realizada entre el 23 de febrero de 2015 y el 24 de junio de 2015.
- (4) Corresponde a la plusvalía generada en la combinación de negocios realizada en agosto de 2015 para la adquisición de la operación de Libertad S.A. en Argentina, a través de la sociedad española Onper Investments 2015 L.S.
- (5) Corresponde al acuerdo firmado el 23 de febrero de 2015 mediante el cual se adquieren las tiendas de Cafam, las cuales habían sido operadas por la Matiz desde 2010. Los establecimientos de comercio adquiridos fueron posteriormente convertidos en tiendas Éxito, Carulla y Surtimax. Para efectos de las pruebas de deterioro de valor de los activos, esta plusvalía se asignó desde el 31 de diciembre de 2015 a Éxito por \$80,134, a Carulla por \$29,075 y a Surtimax por \$13,010. Desde 2019 y como resultado de las conversiones de almacenes Surtimax al formato Surtimaxorista, para efectos de las pruebas de deterioro de valor de los activos se ha asignado \$4,174 a este nuevo formato.
- (6) El saldo corresponde a (a) plusvalía adquirida en la combinación de negocios con Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.1.) por \$1017 y (b) al saldo por compras menores de otros establecimientos de comercio que fueron posteriormente convertidos en tiendas Éxito, Carulla y Surtimax. Para efectos de las pruebas de deterioro de valor de los activos, esta plusvalía por estas compras de establecimientos de comercio se asignó desde el 31 de diciembre de 2015 a Éxito por \$10,540, a Surtimax por \$28,566 y a Súper Inter por \$10,683.

Los movimientos en el costo de la plusvalía durante el periodo presentado son los siguientes:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	2,854,552
Efecto de las diferencias en cambio en la conversión a moneda de presentación	86,805
Resultado por posición monetaria neta	84,643
Saldo al 31 de diciembre de 2021	3,026,000

Las plusvalías tienen vida útil indefinida debido a las consideraciones de uso que la Matriz y sus subsidiarias tienen sobre ellas, por lo tanto, no se amortizan.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 no se presentó deterioro de valor en las plusvalías.

La información sobre la metodología empleada para las pruebas de deterioro se presenta en las Notas 39 y 40.

Nota 17. Activos intangibles distintos de la plusvalía, neto

El saldo de los activos intangibles distintos de la plusvalía, neto es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Marcas	242,170	213,325
Programas de computador	249,324	208,148
Derechos	22,538	28,118
Otros	114	86
Total costo de activos intangibles distintos de la plusvalía	514,146	449,677
Amortización acumulada	(150,159)	(132,614)
Pérdida por deterioro de valor	-	(9,266)
Total activos intangibles distintos de la plusvalía, neto	363,987	307,797

Los movimientos en el costo de los activos intangibles distintos de la plusvalía, en la amortización acumulada y en las pérdidas por deterioro de valor durante el período presentado son los siguientes:

Costo	Programas de				Total
	Marcas (1)	computador	Derechos (2)	Otros	
Saldo al 31 de diciembre de 2020	213,325	208,148	28,118	86	449,677
Adiciones (3)	-	40,003	2,771	-	42,774
(Disposiciones y retiros) de activos intangibles	-	(2,140)	(9,266)	-	(11,406)
Efecto de las diferencias en cambio en la conversión a moneda de presentación	6,386	1,823	(57)	(3)	8,149
Resultado por posición monetaria neta	22,459	-	972	31	23,462
Transferencias	-	470	-	-	470
Otros cambios	-	1,020	-	-	1,020
Saldo al 31 de diciembre de 2021	242,170	249,324	22,538	114	514,146
Amortización acumulada					
Saldo al 31 de diciembre de 2020		132,380	183	51	132,614
Gasto/costo de amortización		17,684	6	3	17,693
Efecto de las diferencias en cambio en la conversión a moneda de presentación		1,503	(9)	(3)	1,491
Resultado por posición monetaria neta		-	506	37	543
Disposiciones y retiros		(1,941)	-	-	(1,941)
Otros cambios		-	(235)	(6)	(241)
Saldo al 31 de diciembre de 2021		149,391	680	88	150,159
Pérdidas por deterioro de valor					
Saldo al 31 de diciembre de 2020	-	-	9,266	-	9,266
(Disposiciones y retiros) de activos intangibles (4)	-	-	(9,266)	-	(9,266)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	-	-	-	-	-

(1) El saldo corresponde a las siguientes marcas:

Segmento operativo	Marca	Vida útil	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Uruguay	Varias (a)	Indefinida	94,319	85,581
Bajo costo y otros	Súper Inter (b)	Indefinida	63,704	63,704
Argentina	Libertad (c)	Indefinida	66,720	46,613
Bajo costo y otros	Surtimax (d)	Indefinida	17,427	17,427
			242,170	213,325

(a) Corresponde a marcas de Grupo Disco del Uruguay S.A.

(b) Marca adquirida en la combinación de negocios realizada con Comercializadora Giraldo Gómez y Cía S.A.

(c) Corresponde a marcas de la subsidiaria Libertad S.A. Estas marcas fueron registradas durante 2016 como resultado del avance y posterior finalización del proceso de asignación del precio de compra - *Purchase Price Allocation* de la adquisición del control de dicha subsidiaria.

(d) Marca recibida de la fusión con Carulla Vivero S.A.

Estas marcas tienen vida útil indefinida debido a las consideraciones de uso que la Matriz y sus subsidiarias tienen sobre ellas, por lo tanto, no se amortizan.

(2) El saldo corresponde a los siguientes derechos:

(a) Derechos de Libertad S.A. por \$2,047 (31 de diciembre de 2020 - \$1,132).

(b) Contratos celebrados por la Matriz diciembre de 2021 por \$2,771, en diciembre de 2017 por \$2,226, diciembre de 2016 por \$11,522 y septiembre de 2016 por \$13,238 para la adquisición de derechos de explotación de locales comerciales.

Al 31 de diciembre de 2021, se retiraron derechos de explotación de locales comerciales por \$9,266, los cuales se habían deteriorado en el año 2020.

Para efectos de las pruebas de deterioro de valor de los activos, los derechos adquiridos por la Matriz en 2021 por \$2,771 fueron asignados a Carulla.

Estos derechos tienen vida útil indefinida debido a las consideraciones de uso que la Matriz y sus subsidiarias tienen sobre ellos, por lo tanto, no se amortizan.

(3) Corresponden básicamente a adiciones de programas de computador ya los derechos mencionados en el numeral (2) anterior, en la Matriz.

- (4) Al 31 de diciembre de 2021 no se presentó deterioro de valor de los activos intangibles distintos de la plusvalía. Al 31 de diciembre de 2021 el deterioro de valor acumulado al 31 de diciembre de 2020 por \$9,266 fue retirado en conjunto con el retiro del costo de los derechos de explotación de locales comerciales mencionado en el numeral (2) anterior. Al 31 de diciembre de 2020 se presentó deterioro de valor en los derechos de explotación de locales comerciales por \$9,266 debido al cierre de estos locales en Éxito por \$2,136, en Surtimax por \$1,524 y en Súper Ínter por \$5,606; los demás activos intangibles distintos de la plusvalía no presentaron deterioro de valor.

La información sobre la metodología empleada para las pruebas de deterioro se presenta en las Notas 39 y 40.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 los activos intangibles distintos de la plusvalía no presentan restricciones ni gravámenes que limiten su realización o negociabilidad. Adicionalmente no se posee compromisos de adquisición o desarrollo de activos intangibles distintos de la plusvalía.

Nota 18. Inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación

El saldo de las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación es el siguiente:

Compañía	Clasificación	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	Negocio conjunto	279,790	259,950
Puntos Colombia S.A.S.	Negocio conjunto	9,601	7,707
Total inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación		289,391	267,657

Nota 18.1. Información no financiera relacionada con las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación

La información del país de domicilio, la moneda funcional, la actividad económica principal, los porcentajes de participación y las acciones poseídas en las inversiones contabilizadas utilizando el método de participación es la siguiente:

Compañía	País	Moneda funcional	Actividad económica principal	Porcentaje de participación		Número de acciones	
				31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	Colombia	Peso colombiano	Crédito	50%	50%	11.084.732.098	10.316.462.520
Puntos Colombia S.A.S.	Colombia	Peso colombiano	Servicios	50%	50%	9.000.000	9.000.000

Nota 18.2. Información financiera relacionada con las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación

Al 31 de diciembre de 2021 la información financiera de las inversiones contabilizadas utilizando el método de participación es la siguiente:

Compañías	Activo corriente	Activo no corriente	Pasivo corriente	Pasivo no corriente	Patrimonio	Ingresos de actividades ordinarias	Resultado de operaciones continuadas
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	3,851,907	113,490	1,956,776	1,484,265	524,356	1,074,933	10,681
Puntos Colombia S.A.S.	167,340	11,320	151,408	8,051	19,201	259,482	3,787

Al 31 de diciembre de 2020 la información financiera de las inversiones contabilizadas utilizando el método de participación es la siguiente:

Compañías	Activo corriente	Activo no corriente	Pasivo corriente	Pasivo no corriente	Patrimonio	Ingresos de actividades ordinarias	Resultado de operaciones continuadas
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	3,104,242	131,233	1,058,139	1,692,661	484,675	1,164,209	26,665
Puntos Colombia S.A.S.	135,435	15,336	129,616	5,740	15,415	238,215	12,669

Nota 18.3. Objetos sociales de las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación

El objeto social y otra información societaria de las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación es el siguiente:

Compañía de Financiamiento Tuya S.A.

Negocio conjunto sobre el cual se adquirió el control conjunto el 31 de octubre de 2016. Es una entidad privada, autorizada por la Superintendencia Financiera de Colombia, constituida mediante escritura pública No. 7418 del 30 de noviembre de 1971 de la Notaría 1 de Bogotá, con domicilio principal en la ciudad de Medellín. La actividad principal de la compañía es la captación de recursos mediante depósitos a término con el objeto primordial de realizar operaciones activas de crédito, para facilitar la comercialización de bienes y servicios, sin perjuicio de las operaciones e inversiones que de conformidad con el régimen aplicable a las compañías de financiamiento puede realizar dentro de las condiciones o limitaciones que se señalen para el efecto.

Puntos Colombia S.A.S.

Negocio conjunto constituido el 19 de abril de 2017 de acuerdo con las leyes colombianas. Su objeto social principal consiste en la compra y venta de puntos y en el diseño, desarrollo, implementación operación y administración de un programa de lealtad a través del cual se desarrollen estrategias de fidelización de clientes de los socios aliados del referido programa, mediante el reconocimiento, la acumulación, emisión y redención de puntos, así como la compra y venta de puntos. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 número 32 B Sur 139, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Nota 18.4. Otra información relacionada con las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación

La conciliación de la información financiera resumida presentada con el valor en libros de las asociadas y negocios conjuntos en los estados financieros consolidados es:

Compañías	Patrimonio	31 de diciembre de 2021			
		Base de patrimonio para aplicar el método	Porcentaje de participación	Valor participación de la Matriz (1)	Valor en libros (2)
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	524,356	538,854	50.00%	279,753	279,753
Puntos Colombia S.A.S.	19,201	19,201	50.00%	9,601	9,601

Compañías	Patrimonio	31 de diciembre de 2020			
		Base de patrimonio para aplicar el método	Porcentaje de participación	Valor participación de la Matriz (1)	Valor en libros (2)
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	484,675	519,830	50.00%	259,915	259,915
Puntos Colombia S.A.S.	15,415	15,415	50.00%	7,707	7,707

(1) Corresponde a la participación directa de la Matriz (Almacenes Éxito S.A.).

(2) Valor de la inversión y la plusvalía registrados en los libros de la Matriz.

Durante los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 no se recibieron dividendos de los negocios conjuntos.

No se presentan restricciones sobre la capacidad de los negocios conjuntos de transferir fondos a la Matriz en forma de dividendos en efectivo, o reembolso de préstamos o anticipos realizados.

La Matriz no posee pasivos contingentes incurridos en relación con sus participaciones en ellas.

La Matriz no posee obligaciones implícitas adquiridas, en nombre de sus negocios conjuntos, ocasionadas por pérdidas que exceden la inversión mantenida.

Las inversiones contabilizadas utilizando el método de participación no presentan restricciones ni gravámenes que afecten la inversión mantenida.

Nota 19. Cambios en la clasificación de activos financieros

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 no se presentaron cambios significativos en la clasificación de los activos financieros como resultado de un cambio en el propósito o uso de estos activos.

Nota 20. Pasivos financieros

El saldo de los pasivos financieros es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Préstamos bancarios	898,267	1,023,670
Opción de venta ("put option")	509,870	417,386
Cartas de crédito	8,874	7,757
Arrendamientos financieros	-	6,849
Total pasivos financieros	1,417,011	1,455,662
Corriente	674,927	1,110,883
No corriente	742,084	344,779

Los movimientos de los pasivos financieros durante el período presentado son los siguientes:

Saldo al 31 de diciembre de 2020 (1)	1,455,662
Incrementos por desembolsos y novaciones (2)	910,620
Cambios de valor razonable de la opción de venta reconocidos en inversiones	92,485
Incrementos por valoraciones e intereses	52,593
Diferencia en cambio	725
Diferencia por conversión	(62)
(Disminuciones) por pagos de capital, intereses y novaciones (3)	(1,095,012)
Saldo al 30 de diciembre de 2021	1,417,011

(1) Al 31 de diciembre de 2020 el saldo incluye:

- Contrato de opción de venta ("put option") de Spice Investments Mercosur S.A. por \$417,386 con los propietarios de participaciones no controladoras de la subsidiaria Grupo Disco del Uruguay S.A. El precio de ejercicio de esta opción se basaba en una fórmula predeterminada, la cual podía ser ejercida en cualquier momento. Esta opción se mide al valor razonable.
- Dos contratos de crédito bilaterales por \$253,750 y \$570,000 suscritos el 27 de marzo de 2020, un contrato de crédito bilateral por \$135,000 suscrito el 3 de junio de 2020, y arrendamientos financieros por \$6,849, a cargo de la Matriz.
- Préstamo de Éxito Industrias S.A.S. por \$39,675 obtenido en junio de 2017.
- Préstamos de la subsidiaria Libertad S.A. por \$17,141 obtenidos en septiembre y octubre de 2020.

(2) En febrero de 2021 la Matriz solicitó desembolso por \$80,000 de uno de los créditos rotativos bilaterales vigentes y realizó una novación con tres nuevos créditos bilaterales por \$200,000; \$190,000 y \$150,000 suscritos el 26 de marzo de 2021.

En abril de 2021 la Matriz solicitó desembolsos por \$20,000, adicionales del crédito rotativo que había desembolsado en febrero de 2021, por \$70,000 del crédito rotativo sindicado y \$70,000 y \$30,000 de un nuevo crédito rotativo.

Durante el período de anual terminado el 31 de diciembre de 2021 la subsidiaria Libertad S.A. solicitó desembolsos por \$23,261.

Durante el período anual terminado el 31 de diciembre de 2021, la subsidiaria Spice Investments Mercosur S.A. y sus subsidiarias solicitaron cartas de crédito por \$77,359.

(3) En marzo de 2021 la Matriz pagó (a) \$12,083 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$290,000 suscrito el 27 de marzo de 2020, (b) pagó \$30,000 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$570,000 suscrito el 27 de marzo de 2020, y (c) pagó \$988 de arrendamientos financieros.

En marzo de 2021 la Matriz realizó una renovación por \$540,000 del crédito bilateral por \$570,000 suscrito el 27 de marzo de 2020 y del cual había ya pagado \$30,000, con tres nuevos créditos bilaterales por \$200,000; \$190,000 y \$150,000 suscritos el 31 de marzo de 2021.

En junio de 2021 la Matriz pagó \$12,083 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$290,000 suscrito el 27 de marzo de 2020 y pagó \$1,032 de arrendamientos financieros.

En septiembre de 2021 la Matriz pagó \$12,083 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$290,000 suscrito el 27 de marzo de 2020 y pagó \$1,081 de arrendamientos financieros.

En octubre de 2021 la Matriz pagó \$8,325 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$150,000 suscrito el 26 de marzo de 2021. En este mes pagó \$80,000 y \$20,000 del crédito rotativo bilateral, \$70,000 del crédito rotativo sindicado, \$70,000 y \$30,000 del segundo crédito rotativo bilateral desembolsado en abril de 2021.

En noviembre de 2021 la Matriz pagó \$4,257 de arrendamientos financieros.

En diciembre de 2021 la Matriz pagó \$12,083 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$290,000 suscrito el 27 de marzo de 2020.

Durante el período de anual terminado el 31 de diciembre de 2021 la subsidiaria Libertad S.A. canceló créditos por \$44,490.

Durante el período anual terminado el 31 de diciembre de 2021 la subsidiaria Spice Investments Mercosur S.A. y sus subsidiarias cancelaron cartas de crédito por \$77,045.

Estos créditos se miden al costo amortizado utilizando el método de la tasa de interés efectiva; en la medición no se incluyen costos de transacción, ya que no se incurrió en ellos.

El saldo de los pasivos financieros clasificado en corriente y no corriente es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Opción de venta ("put option")	509,870	417,386
Préstamos bancarios	156,183	681,929
Cartas de crédito	8,874	7,757
Arrendamientos financieros	-	3,811
Total corriente	674,927	1,110,883
Préstamos bancarios	742,084	341,741
Arrendamientos financieros	-	3,038
Total no corriente	742,084	344,779

A continuación, se presentan los vencimientos anuales de los pasivos financieros no corrientes vigentes al 31 de diciembre de 2021, descontados a valor presente:

Año	Total
2022	182,751
2023	319,743
2024	115,925
>2025	123,665
	742,084

Nota 20.1. Obligaciones adquiridas en los contratos de crédito obtenidos durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021

- a. Financieras: Las obligaciones adquiridas en el primer semestre de 2021 por la Matriz tienen el mismo "covenant" de las obligaciones adquiridas durante 2020.

Nota 20.2. Obligaciones adquiridas en los contratos de crédito obtenidos durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020

- a. Financieras: Mientras subsistan obligaciones de pago a cargo de la Matriz derivadas de los contratos firmados el 27 de marzo de 2020, la Matriz se compromete a mantener un indicador financiero de apalancamiento máximo de 2.8x. Este indicador será medido anualmente el 30 de abril, o en caso de ser día no hábil, el día hábil siguiente, con base en los estados financieros separados y auditados de cada ejercicio anual.

Nota 21. Beneficios a los empleados

El saldo de los beneficios a los empleados es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Planes de beneficios definidos	18,794	21,125
Plan de beneficios largo plazo	1,584	1,779
Total beneficios a los empleados	20,378	22,904
Corriente	2,482	2,520
No corriente	17,896	20,384

Nota 21.1. Planes de beneficios definidos

La Matriz y sus subsidiarias tienen los siguientes planes de beneficios definidos:

- a. Plan de pensiones

Cada empleado, a su retiro de la Matriz, recibirá un monto mensual por concepto de pensión, de reajustes pensionales de acuerdo con las normas legales, de rentas de supervivencia, de auxilio funerario y de las bonificaciones de junio y diciembre, establecidas legalmente. Este monto depende de factores tales como la edad del empleado, los años de servicios y el salario.

La Matriz es responsable por los pagos de pensiones de jubilación a los empleados que cumplan los siguientes requisitos: (a) empleados que al 1 de enero de 1967 tenían más de 20 años de servicios (responsabilidad total) y (b) empleados y exempleados que al 1 de enero de 1967 tenían más de 10 años de servicios y menos de 20 (responsabilidad parcial).

- b. Plan de cesantías retroactivas

La retroactividad de las cesantías se liquida a aquellos empleados de la Matriz pertenecientes al régimen laboral anterior a la Ley 50 de 1990 y que no se acogieron a cambio de régimen. Cada empleado, a su retiro de la Matriz, recibirá un monto retroactivo por concepto de cesantías, una vez descontados los pagos anticipados. Esta prestación social se liquida por todo el tiempo laborado con base en el último salario devengado.

Todos estos beneficios anteriores se valoran anualmente mediante la unidad de crédito proyectada o cuando se presenten cambios significativos. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 no se presentaron cambios significativos en los métodos y las presunciones usadas al preparar los cálculos y los análisis de sensibilidad.

Saldos y movimientos:

Los saldos y los movimientos presentados en los planes de beneficios definidos son los siguientes:

	Pensiones	Cesantías retroactivas	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2020	20,542	583	21,125
Costo del servicio	-	15	15
Costo del servicio pasado	1,227	-	1,227
Gasto intereses	1,146	24	1,170
Pérdidas (ganancias) actuariales por cambios en la experiencia	675	(57)	618
Ganancias actuariales por supuestos financieros	(2,915)	(32)	(2,947)
Beneficios (pagados) directamente por la Compañía	(2,242)	(172)	(2,414)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	18,433	361	18,794

VARIABLES UTILIZADAS PARA REALIZAR LOS CÁLCULOS:

Las tasas de descuento, de incremento salarial, de inflación y de mortalidad, son las siguientes:

	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Pensiones	Cesantías retroactivas	Pensiones	Cesantías retroactivas
Tasa de descuento	8.50%	7.80%	5.90%	4.80%
Tasa de incremento salarial anual	3.50%	3.50%	3.25%	3.25%
Tasa de incremento futuro en pensión anual	3.50%	-	3.25%	-
Tasa de inflación anual	3.50%	3.50%	3.25%	3.25%
Tasa de mortalidad - hombre (años)	60-62	60-62	60-62	60-62
Tasa de mortalidad - mujer (años)	55-57	55-57	55-57	55-57
Tasa de mortalidad - hombre	0.001117% - 0.034032%	0.001117% - 0.034032%	0.001117% - 0.034032%	0.001117% - 0.034032%
Tasa de mortalidad - mujer	0.000627% - 0.019177%	0.000627% - 0.019177%	0.000627% - 0.019177%	0.000627% - 0.019177%

Las tasas de rotación de empleados, la de incapacidad y la de los retiros prematuros, son los siguientes:

Servicio en años	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Entre 0 y menos de 5	25.70%	25.70%
Entre 5 y menos de 10	12.51%	12.51%
Entre 10 y menos de 15	7.37%	7.37%
Entre 15 y menos de 20	5.49%	5.49%
Entre 20 y menos de 25	4.22%	4.22%
25 y mayores	3.18%	3.18%

Análisis de sensibilidad:

Un análisis de sensibilidad cuantitativo frente a un cambio en un supuesto clave significativo generaría la siguiente variación sobre la obligación neta por beneficios definidos:

Variación expresada en puntos básicos	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Pensiones	Cesantías retroactivas	Pensiones	Cesantías retroactivas
Tasa de descuento +25	(283)	(4)	(352)	(6)
Tasa de descuento -25	292	4	364	6
Tasa de descuento +50	(558)	(7)	(692)	(12)
Tasa de descuento -50	594	7	740	13
Tasa de descuento +100	(1,083)	(14)	(1,341)	(24)
Tasa de descuento -100	1,225	15	1,532	26
Tasa de incremento salarial anual +25	No aplica	7	No aplica	11
Tasa de incremento salarial anual -25	No aplica	(7)	No aplica	(11)
Tasa de incremento salarial anual +50	No aplica	13	No aplica	21
Tasa de incremento salarial anual -50	No aplica	(13)	No aplica	(21)
Tasa de incremento salarial anual +100	No aplica	27	No aplica	43
Tasa de incremento salarial anual -100	No aplica	(26)	No aplica	(41)

Los aportes previstos por la Matriz y sus subsidiarias para los próximos años financiados con recursos propios son los siguientes:

Año	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Pensiones	Cesantías retroactivas	Pensiones	Cesantías retroactivas
2021	-	-	2,195	84
2022	2,256	5	2,186	6
2023	2,249	49	2,148	113
2024	2,218	4	2,096	49
>2025	31,798	448	25,708	473
Total	38,521	506	34,333	725

Otras consideraciones:

La duración promedio de la obligación por planes de beneficios definidos al 31 de diciembre de 2021 es de 6.8 años (31 de diciembre de 2020 – 74 años).

La Matriz y sus subsidiarias no tienen activos específicos destinados a respaldar los planes de beneficios definidos.

El gasto por planes de aportaciones definidas al 31 de diciembre de 2021 ascendió a \$101,042 (31 de diciembre de 2020- \$88,055).

Nota 21.2. Plan de beneficios largo plazo

El plan de beneficios de largo plazo corresponde a la prima de antigüedad, la cual consiste en otorgar a los empleados de la Matriz y de la subsidiaria Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. un beneficio asociado a su tiempo de servicio.

Este beneficio se valora anualmente mediante la unidad de crédito proyectada o cuando se presenten cambios significativos. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 no se presentaron cambios significativos en los métodos y presunciones usadas al preparar los cálculos y los análisis de sensibilidad.

Desde 2015 la Matriz ha acordado con algunos empleados la eliminación del beneficio de prima de antigüedad, concediendo una bonificación única y especial a quienes expresaron la voluntad de acogerse a dicha eliminación.

Saldos y movimientos:

Los saldos y los movimientos presentados en el plan de beneficios largo plazo son los siguientes:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	1,779
Costo del servicio	74
Gasto por intereses	89
Pérdidas actuariales por cambio en la experiencia	75
Beneficios (pagados) directamente por la Compañía	(246)
Ganancias actuariales por supuestos financieros	(187)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	1,584

Variables utilizadas para realizar los cálculos:

Las tasas de descuento, de incremento salarial, de inflación y de mortalidad, son las siguientes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Tasa de descuento	8.10%	5.40%
Tasa de incremento salarial anual	3.50%	3.25%
Tasa de inflación anual	3.50%	3.25%
Tasa de mortalidad - hombre	0.001117% - 0.034032%	0.001117% - 0.034032%
Tasa de mortalidad - mujer	0.000627% - 0.019177%	0.000627% - 0.019177%

Las tasas de rotación de empleados, la de la incapacidad y la de los retiros prematuros son las siguientes:

Servicio en años	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Entre 0 y menos de 5	25.70%	25.70%
Entre 5 y menos de 10	12.51%	12.51%
Entre 10 y menos de 15	7.37%	7.37%
Entre 15 y menos de 20	5.49%	5.49%
Entre 20 y menos de 25	4.22%	4.22%
25 y mayores	3.18%	3.18%

Análisis de sensibilidad:

Un análisis de sensibilidad cuantitativo frente a un cambio en un supuesto clave significativo generaría la siguiente variación sobre la obligación neta por el plan de beneficios largo plazo:

Variación expresada en puntos básicos	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Tasa de descuento +25	(18)	(24)
Tasa de descuento -25	19	24
Tasa de descuento +50	(37)	(47)
Tasa de descuento -50	38	49
Tasa de descuento +100	(72)	(92)
Tasa de descuento -100	78	101
Tasa de incremento salarial anual +25	16	25
Tasa de incremento salarial anual -25	(16)	(24)
Tasa de incremento salarial anual +50	32	50
Tasa de incremento salarial anual -50	(31)	(48)
Tasa de incremento salarial anual +100	65	103
Tasa de incremento salarial anual -100	(61)	(95)

Los aportes previstos por la Matriz y sus subsidiarias para los próximos años financiados con recursos propios son los siguientes:

Año	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
2021	-	241
2022	221	201
2023	169	160
2024	300	264
>2025	1,817	1,617
Total	2,507	2,483

Otras consideraciones:

La duración promedio de la obligación por el plan de beneficios largo plazo al 31 de diciembre de 2021 es de 5.1 años (31 de diciembre de 2020- 57 años).

La Matriz y sus subsidiarias no tienen activos específicos destinados a respaldar la prima de antigüedad.

El efecto en el estado de resultados por el plan de beneficios largo plazo al 31 de diciembre de 2021 fue un ingreso por \$129 (31 de diciembre de 2020 - \$13).

Nota 22. Otras provisiones

El saldo de las otras provisiones es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Procesos legales (1)	17,595	15,648
Impuestos distintos a los impuestos a las ganancias (2)	3,549	6,828
Reestructuración (3)	2,708	4,323
Otras (4)	11,409	17,875
Total otras provisiones	35,261	44,674
Corriente (Nota 22.1)	24,175	30,132
No corriente (Nota 22.1)	11,086	14,542

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la Matriz y sus subsidiarias no tienen registradas provisiones de contratos onerosos.

El detalle de las provisiones es el siguiente:

- (1) Las provisiones por procesos legales se reconocen para atender las pérdidas probables estimadas en contra de la Matriz y sus subsidiarias por litigios laborales, civiles, administrativos y regulatorios, las cuales se calculan sobre la base de la mejor estimación del desembolso requerido para cancelar la obligación a la fecha de preparación de los estados financieros. El saldo se compone de lo siguiente

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Procesos laborales (a)	10,418	10,336
Procesos civiles (b)	5,371	3,803
Procesos administrativos y regulatorios (c)	1,806	1,509
Total procesos legales	17,595	15,648

- (a) Las provisiones por procesos laborales corresponden a demandas relacionadas con los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Salud y pensión (i)	3,100	4,575
Indemnizaciones (i)	2,730	2,806
Relación laboral y solidaridad (i)	1,810	1,768
Reajustes salariales y prestacionales (i)	195	565
Asuntos colectivos (i)	80	50
Demandas en Libertad S.A.	1,699	328
Demandas Spice Investment Mercosur S.A. y sus subsidiarias	754	194
Otras demandas en las subsidiarias colombianas	50	50
Total provisiones por procesos laborales	10,418	10,336

- (i) Temas relacionados con procesos de la Matriz.

- (b) Las provisiones por procesos civiles corresponden a demandas relacionadas con los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Protección de datos (i)	560	600
Condiciones locativas (i)	428	302
Responsabilidad civil extracontractual (i)	10	212
Procesos inmobiliarios (i)	239	239
Metrología y reglamentos técnicos (i)	206	224
Protección al consumidor (i)	345	115
Otros procesos de cuantías menores (i)	3,132	1,583
Demandas Spice Investment Mercosur S.A. y sus subsidiarias	9	8
Otras demandas en las subsidiarias colombianas	442	520
Total provisiones por procesos civiles	5,371	3,803

- (i) Temas relacionados con procesos de la Matriz.

- (c) Corresponden a demandas en la subsidiaria Spice Investment Mercosur S.A. y sus subsidiarias relacionadas con temas de defensa a la competencia.

- (2) El saldo de las provisiones por impuestos distintos a los impuestos a las ganancias corresponde a procesos relacionados con los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Impuesto al valor agregado por pagar (i)	3,166	3,166
Impuesto a la propiedad raíz (i)	241	1,297
Otros procesos de Libertad S.A.	142	148
Impuesto de industria y comercio y su complementario de avisos y tableros (i)	-	2,217
Total provisiones por impuestos distintos a los impuestos a las ganancias	3,549	6,828

- (i) Temas relacionados con procesos de la Matriz.

(3) La provisión por reestructuración corresponde a:

- (a) Los procesos de reorganización anunciados a los empleados de los almacenes, del corporativo y los centros de distribución de la Matriz por \$878 (31 de diciembre de 2020 - \$1,182), a los empleados de la subsidiaria Libertad S.A. por \$1,830 (31 de diciembre de 2020 - \$3,068) y a los empleados de las subsidiarias colombianas por \$- (31 de diciembre de 2020 - \$73) los cuales tendrán un impacto en las actividades y operaciones de la Matriz y sus subsidiarias. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 el gasto registrado por este concepto asciende a \$8,697 que se reconoció en el resultado del periodo en la línea de otros gastos operativos.
- (b) Plan de reestructuración por el traslado de la operación del Cedi Montevideo al nuevo Parque Logístico Siberia. Si bien el saldo al 31 de diciembre de 2021 es \$-, durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 el gasto registrado por este concepto asciende a \$5,104 que se reconoció en el resultado del periodo en la línea de otros gastos operativos.

El valor de la provisión por estos planes de reestructuración se calcula sobre la base de los desembolsos necesarios a realizar y que están directamente asociados a esos planes.

(4) El saldo de otras provisiones corresponde a:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Provisión proyecto inmobiliario Montevideo (a)	3,500	3,500
Cierre almacenes	2,925	2,290
Mejoras urbanísticas	2,215	-
Merma para mercancía VM/	1,031	826
Otras menores en Libertad S.A.	885	705
Otras menores en la Matriz	473	-
Otras menores en las subsidiarias colombianas	380	404
Provisión aportes pensión (b)	-	10,150
Total otras	11,409	17,875

- (a) Corresponde a la provisión causada como garantía a favor de los compradores del proyecto inmobiliario Montevideo.
- (b) Corresponde a la obligación registrada por el valor dejado de aportar por pensión por los empleados que estaban vinculados en la Matriz y sus subsidiarias colombianas en abril y mayo de 2020, debido a que la Corte Constitucional (a) declaró inexecutable el Decreto Legislativo 558 de 2020 en el cual se había permitido a las compañías pagar un menor valor por aportes de pensión en abril y mayo, y (b) obliga al Gobierno a que inste a que las compañías paguen en un plazo razonable el monto faltante dejado de aportar en esos meses. En julio de 2021 se pagó esta obligación.

Los saldos y los movimientos presentados en las otras provisiones son los siguientes:

	Procesos legales	Impuestos distintos a los impuestos a las ganancias	Reestructuración	Otras	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2020	15,648	6,828	4,323	17,875	44,674
Incrementos	14,597	-	13,801	11,225	39,623
Utilizaciones	(9)	-	(12)	-	(21)
Pagos	(9,093)	-	(12,059)	(16,962)	(38,114)
Reversiones (no utilizados)	(3,801)	(3,273)	(1,103)	(711)	(8,888)
Otras reclasificaciones	72	-	(2,086)	17	(1,997)
Efecto de las diferencias en cambio en la conversión a moneda de presentación	181	(6)	(156)	(35)	(16)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	17,595	3,549	2,708	11,409	35,261

Nota 22.1. Otras provisiones clasificadas como corriente y no corriente

El saldo de las otras provisiones clasificado en corriente y no corriente es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Procesos legales	6,890	4,766
Impuestos distintos a los impuestos a las ganancias	3,168	3,168
Reestructuración	2,708	4,323
Otras	11,409	17,875
Total corriente	24,175	30,132
Procesos legales	10,705	10,882
Impuestos distintos a los impuestos a las ganancias	381	3,660
Total no corriente	11,086	14,542

Nota 22.2. Pagos estimados de otras provisiones

Los pagos estimados de las otras provisiones que se encuentran a cargo de la Matriz y sus subsidiarias con corte al 31 de diciembre de 2021 son los siguientes:

	Procesos legales	Impuestos distintos a los impuestos a las ganancias	Reestructuración	Otras	Total
Menos de 12 meses	6,890	3,168	2,708	11,409	24,175
De 1 a 5 años	10,705	381	-	-	11,086
Total pagos estimados	17,595	3,549	2,708	11,409	35,261

Nota 23. Cuentas por pagar a partes relacionadas

Nota 23.1. Cuentas por pagar

El saldo de las cuentas por pagar a partes relacionadas es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Negocios conjuntos (1)	42,619	36,300
Compañías del Grupo Casino (2)	23,027	14,187
Total	65,646	50,487

(1) Corresponde básicamente al saldo por pagar a Puntos Colombia S.A.S. por las emisiones de puntos (acumulaciones) que se han realizado de acuerdo con el cambio del programa de fidelización que implementó la Matriz por \$42,619 (31 de diciembre de 2020 - \$35,498).

(2) Las cuentas pagar a compañías del Grupo Casino corresponden principalmente a saldos por pagar por los servicios recibidos de eficiencia energética, de intermediación en la importación de mercancía y de consultoría y de asistencia técnica.

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Casino Guichard Perrachon S.A.	11,415	10,463
Greenyellow Energía de Colombia S.A.S.	9,456	1,546
Casino Services	1,637	229
Distribution Casino France	224	1,834
International Retail and Trade Services IG	164	72
Otras	131	43
Total compañías del Grupo Casino	23,027	14,187

Nota 23.2. Otros pasivos financieros

El saldo de los otros pasivos financieros con partes relacionadas es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Negocios conjuntos (1)	17,461	15,917
Total	17,461	15,917

(1) Corresponde básicamente a recaudos recibidos de terceros por la Tarjeta Éxito, propiedad de Compañía de Financiamiento Tuya S.A. por \$17,441 (31 de diciembre de 2020 - \$15,909) (Nota 27).

Nota 24. Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar

El saldo de las cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Proveedores	4,190,705	3,872,518
Costos y gastos por pagar	417,254	361,974
Beneficios a empleados	278,325	245,984
Retención en la fuente por pagar	74,007	57,352
Compra de activos (1)	121,062	29,810
Impuestos recaudados por pagar	46,181	56,464
Dividendos por pagar	22,487	26,317
Otros	36,534	27,727
Total cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar	5,186,555	4,678,146
Corriente	5,136,626	4,678,078
No corriente (1)	49,929	68

(1) Obedece a la compra de los equipos de cómputo relacionados con la renovación tecnológica de la plataforma "clearpath" (Nota 13). El plazo de pago vence en 2027.

Nota 25. Pasivo por arrendamiento

El saldo del pasivo por arrendamiento es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Pasivo por arrendamiento	1,594,643	1,542,895
Corriente	234,178	223,803
No corriente	1,360,465	1,319,092

A continuación, se presenta la proyección de los pagos fijos por los pasivos por arrendamiento, al 31 de diciembre de 2021:

Hasta 1 año	284,621
De 1 a 5 años	906,480
Más de 5 años	681,837
Pagos mínimos para pasivos por arrendamiento	1,872,938
(Gastos) por financiación en el futuro	(278,295)
Total pagos mínimos netos para pasivos por arrendamiento	1,594,643

Nota 26. Impuesto a las ganancias

Nota 26.1. Disposiciones fiscales aplicables a la Matriz y sus subsidiarias colombianas

Disposiciones fiscales vigentes en materia de impuesto a la renta aplicables a la Matriz y sus subsidiarias colombianas

- Para el año gravable 2021 la tarifa del impuesto sobre la renta para las personas jurídicas es del 31%.
Para el año gravable 2020 la tarifa de impuesto sobre la renta vigente era del 32%.
- Para el año gravable 2021 la base para determinar el impuesto sobre la renta y complementarios por el sistema de renta presuntiva es del 0% de su patrimonio líquido en el último día del ejercicio gravable inmediatamente anterior.
Para el año gravable 2020 la base para determinar el impuesto sobre la renta y complementarios por el sistema de renta presuntiva era del 05% de su patrimonio líquido en el último día del ejercicio gravable inmediatamente anterior.
- A partir de 2007 se eliminaron los ajustes integrales por inflación para efectos fiscales y se reactivó el impuesto a las ganancias ocasionales con tarifa del 10%, calculado para las personas jurídicas sobre el total de ingresos que por este concepto obtengan los contribuyentes durante el año gravable.
- A partir de 2020 se establece un gravamen del 10% a los dividendos distribuidos a personas naturales residentes en Colombia en el evento que el monto distribuido sea superior a 300 UVT (equivalente a \$11 en 2021) cuando tales dividendos hayan sido gravados en cabeza de las sociedades que los distribuyen. Para las sociedades nacionales el gravamen establecido es del 7.5% cuando tales dividendos hayan sido gravados en cabeza de las sociedades que los distribuyen. Para las personas naturales no residentes en Colombia y para las sociedades extranjeras el gravamen es del 10% cuando tales dividendos hayan sido gravados en cabeza de las sociedades que los distribuyen. Cuando las utilidades que generen los dividendos no hayan sido gravadas en cabeza de las sociedades que las distribuye, la tarifa para los accionistas es del 31% para 2021 y del 35% a partir del año 2022.

Cuando las utilidades que generen los dividendos no hayan sido gravadas en cabeza de las sociedades que las distribuye, la tarifa para los accionistas era del 32% para 2020.

- e. A partir de 2017 se adopta como base fiscal la contabilidad según el marco técnico normativo contable vigente en Colombia establecido en la Ley 1314 de 2009 que corresponden a las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) traducidas de manera oficial y autorizadas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), reglamentadas en Colombia por el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170, el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432, el 19 de agosto de 2021 por el Decreto Reglamentario 938 y el 9 de diciembre de 2021 por el Decreto Reglamentario 1670 y actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270, con algunas excepciones relacionadas con la realización de ingresos, reconocimiento de costos y gastos y con los efectos meramente contables del balance inicial de adopción de estas normas.
- f. El gravamen a los movimientos financieros es un impuesto permanente. Es deducible el 50% de este gravamen siempre que este efectivamente certificado.
- g. A partir de 2019 son deducibles el 100% de los impuestos, las tasas y las contribuciones que se hayan pagado efectivamente durante el año o período gravable, que tengan relación con la actividad económica y que se hayan devengado en el mismo año o período gravable, incluyendo las cuotas de afiliación pagadas a los gremios.
- h. A partir de 2019 el 50% del impuesto de industria y comercio, avisos y tableros, se considera como descuento tributario para los años gravables 2019 al 2021.
- i. A partir de 2019 son deducibles los pagos que se realicen relacionados con las contribuciones a la educación de los empleados que cumplan las siguientes condiciones: (a) que se destinen a becas y a créditos condonables para educación y que sean instaurados en beneficio de los empleados, (b) los pagos realizados a programas o a centros de atención para hijos de empleados y (c) los pagos realizados a instituciones de educación primaria, secundaria, técnica, tecnológica y superior.
- j. A partir de 2019 el IVA en la adquisición, formación, construcción o importación de activos fijos reales productivos es deducible del impuesto sobre la renta.
- k. A partir de 2020 la tarifa de retención en la fuente a título de renta por pagos al exterior será del 0% para servicios tales como consultorías, servicios técnicos y asistencia técnica que sean prestados por terceros que residan fiscalmente en países con los que se tenga suscrito un convenio de doble imposición.
- l. A partir de 2019 la tarifa de retención en la fuente a título de renta por pagos al exterior es del 20% para servicios tales como consultorías, servicios técnicos, asistencia técnica, honorarios, regalías, arrendamientos y compensaciones y del 31% para servicios de administración o dirección.
- m. A partir de 2019 los impuestos pagados en el exterior serán tratados como descuento tributario en el año gravable en el cual se haya realizado el pago o en cualquiera de los períodos gravables siguientes.
- n. El porcentaje de reajuste anual para el costo de los bienes muebles e inmuebles que tengan carácter de activos fijos al 31 de diciembre de 2021 es del 1.97%.

Créditos fiscales de la Matriz y sus subsidiarias colombianas

De acuerdo con las disposiciones tributarias vigentes a partir de 2017 el plazo máximo para la compensación de pérdidas fiscales es de 12 años siguientes al año en el cual se generó la pérdida.

Los excesos de renta presuntiva sobre renta ordinaria obtenidos a partir del año gravable 2007 podrán compensarse con las rentas líquidas ordinarias determinadas dentro de los cinco (5) años siguientes.

Las pérdidas de las sociedades no serán trasladables a los socios. Las pérdidas fiscales originadas en ingresos no constitutivos de renta ni de ganancia ocasional y en costos y deducciones que no tengan relación de causalidad con la generación de la renta gravable, en ningún caso podrán ser compensadas con las rentas líquidas del contribuyente.

Al 31 de diciembre de 2021 Matriz y sus subsidiarias colombianas determinaron su pasivo de impuesto sobre la renta y complementario por el sistema de renta ordinaria.

Al 31 de diciembre de 2020 las subsidiarias Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S., y Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S. determinaron su pasivo de impuesto sobre la renta y complementarios por el sistema de renta presuntiva.

Al 31 de diciembre de 2020 la Matriz y las subsidiarias Éxito Viajes y Turismo S.A.S., Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S., Éxito Industrias S.A.S., Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. determinaron su pasivo de impuesto sobre la renta y complementarios por el sistema de renta ordinaria.

(a) Créditos fiscales de la Matriz

Al 31 de diciembre de 2021 la Matriz cuenta con \$346,559 (31 de diciembre de 2020 - \$518,013) por excesos de renta presuntiva sobre renta líquida.

El movimiento de los excesos de renta presuntiva sobre renta líquida de la Matriz durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	518,013
Compensación renta presuntiva con rentas líquidas del período	(171,454)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	346,559

Al 31 de diciembre de 2021 la Matriz cuenta con \$738,261 (31 de diciembre de 2020 - \$738,261) de pérdidas fiscales.

El movimiento de las pérdidas fiscales de la Matriz durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	738,261
Ajuste a pérdidas fiscales de periodos anteriores	-
Saldo al 31 de diciembre de 2021	738,261

(b) Créditos fiscales de las subsidiarias colombianas

Al 31 de diciembre de 2021 las subsidiarias colombianas cuentan con \$27 (31 de diciembre de 2020 - \$43) por excesos de renta presuntiva sobre renta líquida. El detalle de los excesos de renta presuntiva sobre renta líquida es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	-	27
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	27	16
Total	27	43

Al 31 de diciembre de 2021 las subsidiarias colombianas cuentan con \$33,624 (31 de diciembre de 2020 - \$26,773) de pérdidas fiscales. El detalle de las pérdidas fiscales es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.1.) (a)	33,380	-
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	244	166
Éxito Industrias S.A.S.	-	26,324
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	-	283
Total	33,624	26,773

El movimiento de las pérdidas fiscales de las subsidiarias colombianas durante anual terminado el 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	26,773
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.1.) (a)	33,380
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	78
Éxito Industrias S.A.S.	(26,324)
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	(283)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	33,624

- (a) Los ingresos, costos y gastos de esta subsidiaria al 31 de diciembre de 2020 estaban presentados en el estado de resultados consolidado en el renglón de los resultados netos de las operaciones discontinuadas, separados del resto de los resultados consolidados de la Matriz y sus subsidiarias; esta subsidiaria contaba con \$33,037 de pérdidas fiscales que no formaron parte del saldo final de pérdidas fiscales de las subsidiarias colombianas al 31 de diciembre de 2020 informado en los cuadros anteriores. Desde octubre de 2021 esta subsidiaria retomó su operación comercial y sus ingresos, costos y gastos acumulados desde el 1 de octubre de 2021 hasta el 31 de diciembre de 2021 fueron nuevamente presentados en el estado de resultados consolidado junto con el resto de los resultados consolidados de la Matriz y sus demás subsidiarias.

Firmeza de las declaraciones tributarias

A partir de 2020 el término general de firmeza de las declaraciones será de 3 años, y para los contribuyentes obligados a presentar precios de transferencia y para aquellas declaraciones en las cuales se generen y compensen pérdidas fiscales el término de firmeza será de 5 años.

Para la Matriz, la declaración del impuesto sobre la renta y complementarios de 2020 en la cual se generó un saldo a favor, está sujeta a revisión por 5 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración del impuesto sobre la renta y complementarios de 2019 en la cual se generaron pérdidas fiscales y un saldo a favor, está sujeta a revisión por 5 años a partir de la fecha de presentación; las declaraciones del impuesto sobre la renta y complementarios de 2018, 2017 y 2016, en las cuales se generaron pérdidas fiscales y saldos a favor, están sujetas a revisión por 12 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración de impuesto sobre la renta para la equidad - CREE de 2016, en la cual se generaron pérdidas fiscales y un saldo a favor, está sujeta a revisión por 12 años contados a partir de la fecha de presentación.

Para la subsidiaria Éxito Industrias S.A.S, las declaraciones del impuesto sobre la renta y complementarios de 2020 y 2019 en las cuales se compensaron pérdidas fiscales y se generaron saldos a favor, están sujetas a revisión por 5 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración del impuesto sobre la renta y complementarios de 2018, en la cual se compensaron pérdidas fiscales y se generó saldo a favor, está sujeta a revisión por 6 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración del impuesto sobre la renta y complementarios de 2017 en la cual se generó saldo a favor, está sujeta a revisión por 6 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración de impuesto sobre la renta y complementarios y la declaración del impuesto sobre la renta para la equidad - CREE de 2016, en las cuales se generaron pérdidas fiscales y saldos a favor, están sujetas a revisión por 12 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración del impuesto sobre la renta para la equidad - CREE de 2015, en la cual se generó pérdida fiscal y saldo a favor, está sujeta a revisión durante 12 años contados a partir de la fecha de presentación.

Para la subsidiaria Almacenes Éxito Inversiones S.A.S., las declaraciones del impuesto sobre la renta y complementarios de 2019 y 2018, en las cuales se generaron saldos a favor, están sujetas a revisión por 3 años contados a partir de la fecha de presentación de los saldos a favor; las declaraciones del impuesto sobre la renta y complementarios de 2017 y 2016, en las cuales se compensaron pérdidas fiscales y se generaron saldos a favor, están sujetas a revisión por 6 años contados a partir de la fecha de presentación; las declaraciones de impuesto sobre la renta para la equidad - CREE de 2016 y 2015, en las cuales se compensaron pérdidas fiscales y se generaron saldos a favor, están sujetas a revisión por 6 años contados a partir de la fecha de presentación.

Para la subsidiaria Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S., las declaraciones del impuesto sobre la renta y complementarios de 2020 y 2019 en las cuales se generaron saldos a favor, están sujetas a revisión por 3 años contados a partir de la fecha de presentación del saldo a favor; las declaraciones del impuesto sobre la renta y complementarios de 2018 y 2017, en las cuales se compensaron pérdidas fiscales y se generaron saldos a favor, están sujetas a revisión por 6 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración de impuesto sobre la renta y complementarios y la declaración del impuesto sobre la renta para la equidad - CREE de 2016, en las cuales se generaron pérdidas fiscales y saldos a favor, está sujeta a revisión por 12 años contados a partir de la fecha de presentación.

Para la subsidiaria Éxito Viajes y Turismo S.A.S., la declaración del impuesto sobre la renta y complementarios de 2020 está sujeta a revisión por 5 años contados a partir de la fecha de presentación; las declaraciones del impuesto sobre la renta y complementarios de 2019 y 2018 están sujetas a revisión por 3 años contados a partir de la fecha de su presentación; la declaración de impuesto sobre la renta y complementarios y la declaración del impuesto sobre la renta para la equidad - CREE de 2016, en las cuales se compensaron pérdidas fiscales, está sujeta a revisión por 6 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración del impuesto sobre la renta para la equidad - CREE de 2015 se encuentra sujeta a revisión por 12 años contados a partir de la fecha de presentación.

Para la subsidiaria Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S., las declaraciones del impuesto sobre la renta y complementarios de 2020 y 2019 en las cuales se generaron pérdidas fiscales, están sujetas a revisión por 5 años a partir de la fecha de presentación; la declaración del impuesto sobre la renta y complementarios de 2018 está sujeta a revisión por 3 años contados a partir de la fecha de presentación.

Para la subsidiaria Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S., las declaraciones del impuesto sobre la renta y complementarios de 2020 y 2019 en las cuales se generaron pérdidas fiscales y un saldo a favor, están sujetas a revisión por 5 años a partir de la fecha de presentación.

Para la subsidiaria Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.2.), la declaración del impuesto sobre la renta y complementarios de 2020 en la cual se generó pérdida fiscal, está sujeta a revisión por 5 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración del impuesto sobre la renta y complementarios de 2019 en la cual se generó pérdida fiscal y un saldo a favor, está sujeta a revisión por 5 años a partir de la fecha de presentación; las declaraciones del impuesto sobre la renta y complementarios de 2018, 2017 y 2016, en las cuales se generaron pérdidas fiscales y saldos a favor, están sujetas a revisión por 12 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración de impuesto sobre la renta para la equidad - CREE de 2016, en la cual se generó pérdida fiscal y un saldo a favor, está sujeta a revisión por 12 años contados a partir de la fecha de presentación.

Los asesores tributarios y la administración de la Matriz y sus subsidiarias consideran que no se presentarán mayores impuestos a pagar, distintos a los registrados al 31 de diciembre de 2021.

Precios de transferencia

Las operaciones de la Matriz con su controlante y las partes relacionadas ubicadas en zona franca o en el exterior se han realizado con observación de los principios de plena competencia y como si se tratara de partes independientes, tal como señalan las disposiciones de Precios de Transferencia establecidas por las normas tributarias nacionales. Asesores independientes realizaron la actualización del estudio de precios de transferencia, exigido por disposiciones tributarias, tendientes a demostrar que las operaciones con vinculados económicos del exterior se efectuaron a valores de mercado durante 2020. Para este propósito la Matriz presentó una declaración informativa y tiene disponible un estudio desde el 16 de septiembre de 2021.

Entidades controladas del exterior

A partir de 2017 en el régimen especial para las subsidiarias del exterior que sean vehículos de inversión se establece que se deberán incluir los ingresos pasivos obtenidos por tales vehículos en el año de su causación y no en el año del reparto efectivo de las utilidades.

Ley 2155 del 14 de septiembre de 2021 – Ley de inversión social

El Congreso de la República de Colombia aprobó el 14 de septiembre de 2021 la Ley 2155 por medio de la cual se expide la Ley de inversión social y se dictan otras disposiciones.

En relación con el impuesto sobre la renta las siguientes son las principales modificaciones aplicables a la Matriz y subsidiarias colombianas que comenzarán a regir a partir de 2022:

- a. Impuesto sobre la renta y complementarios:
- La tarifa del impuesto sobre la renta para las personas jurídicas será del 35%;
 - El 50% del impuesto de industria y comercio, avisos y tableros se mantiene como descuento tributario;
 - Para 2022 y 2023 se podrá reducir el término de firmeza de las declaraciones. Si se presenta un incremento del 35% en el impuesto neto de renta respecto del impuesto neto de renta del periodo anterior, la firmeza será de seis meses. Si se presenta un incremento del 25% en el impuesto neto de renta respecto del impuesto neto de renta del periodo anterior, la firmeza será de doce meses.
- b. Otras disposiciones:
- Se contempla un incentivo por la generación de nuevos empleos creados hasta agosto de 2023, tal como se detalla a continuación:

<u>Trabajadores adicionales</u>	<u>Incentivo</u>
Jóvenes entre 18 y 28 años	Aporte estatal equivalente al 25% de un (1) SMLMV por cada uno de estos trabajadores adicionales
Hombres mayores de 28 años, que devenguen hasta tres (3) SMLMV	Aporte estatal equivalente al 10% de un (1) SMLMV por cada uno de estos trabajadores adicionales
Mujeres mayores de 28 años, que devenguen hasta tres (3) SMLMV	Aporte estatal equivalente al 15% de un (1) SMLMV por cada uno de estos trabajadores adicionales

Nota 26.2. Disposiciones fiscales aplicables a las subsidiarias del exterior

Las disposiciones fiscales vigentes aplicables a las subsidiarias del exterior contemplan las siguientes tarifas de impuesto a las ganancias:

- Las subsidiarias domiciliadas en Uruguay tienen una tarifa del 25%;
- Las subsidiarias domiciliadas en Argentina tienen una tarifa del 35%.

Nota 26.3. Activo y pasivo por impuestos corrientes

Los saldos del activo y del pasivo por impuestos corrientes registrados en el estado de situación financiera son los siguientes:

Activo por impuestos corrientes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Saldo a favor por impuesto de renta de la Matriz y sus subsidiarias colombianas (1)	228,040	213,870
Descuentos tributarios de la Matriz y sus subsidiarias colombianas (2)	88,369	66,697
Anticipo y retenciones en la fuente de impuesto de industria y comercio de la Matriz y sus subsidiarias colombianas	56,231	51,803
Descuentos tributarios de la Matriz por impuestos pagados en el exterior	23,899	14,930
Activo por impuestos de renta corrientes de la subsidiaria Onper Investment 2015 S.L.	15,364	8,743
Activos por otros impuestos corrientes de la subsidiaria Spice Investments Mercosur S.A.	14,605	5,616
Activo por impuestos de renta corrientes de la subsidiaria Spice Investment Mercosur S.A.	3,008	-
Activos por otros impuestos corrientes de la subsidiaria Onper Investments 2015 S.L.	109	724
Total activo por impuestos corrientes	429,625	362,383

- (1) El saldo a favor por impuesto de renta de la Matriz y sus subsidiarias colombianas se compone de lo siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Retenciones de impuesto de renta (a)	235,013	227,317
Descuentos tributarios (b)	73,581	46,164
Subtotal	308,594	273,481
(Gasto) de impuesto a la renta (Nota 26.4)	(80,554)	(59,611)
Total saldo a favor por impuesto a la renta de la Matriz y sus subsidiarias colombianas	228,040	213,870

- (a) Incluye el neto entre los impuestos de renta por pagar y las retenciones del impuesto de renta de la Matriz y sus subsidiarias colombianas.
- (b) De acuerdo con lo establecido por el Artículo 115 del E.T., los descuentos tributarios aplicados corresponden principalmente a los valores efectivamente pagados en 2021 por concepto de impuesto de industria y comercio.

(2) Los descuentos tributarios de la Matriz y sus subsidiarias colombianas son los siguientes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
IVA en activos reales productivos	75,599	32,229
Impuesto de industria y comercio y avisos	12,770	34,439
Otros	-	29
Total descuentos tributarios de la Matriz y sus subsidiarias colombianas	88,369	66,697

Pasivo por impuestos corrientes

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Impuesto de industria y comercio por pagar de la Matriz y sus subsidiarias colombianas	77,284	69,372
Impuestos de la subsidiaria Onper Investments 2015 S.L. diferentes al impuesto de renta	3,490	2,511
Impuesto a la propiedad raíz de la Matriz y sus subsidiarias colombianas	516	415
Impuestos de la subsidiaria Spice Investments Mercosur S.A. diferentes al impuesto de renta	229	1,348
Impuesto de renta de la subsidiaria Spice Investments Mercosur S.A.	-	2,465
Total pasivo por impuestos corrientes	81,519	76,111

Nota 26.4. Impuesto a las ganancias

La conciliación entre la ganancia contable y la renta líquida y el cálculo del gasto por impuestos son los siguientes:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ganancia antes del impuesto a las ganancias	730,887	385,282
Mas		
Gastos no deducibles	18,495	32,806
Gravamen a los movimientos financieros	6,658	8,920
Multas, sanciones y litigios	6,163	6,207
Reintegro deducción activos productores de renta por venta de activos	1,617	-
Castigos de cartera	1,553	1,499
Impuestos asumidos y valorización	1,352	1,168
Diferencia en cambio no realizada	84	-
Renta líquida - recuperación depreciación de activos fijos vendidos	35	695
Precio de venta activos fijos poseídos por menos de 2 años	34	-
Ajustes NIIF sin incidencia fiscal (1)	-	33,131
Pérdidas de inventarios no deducibles	-	1,075
Menos		
Ajustes NIIF sin incidencia fiscal (1)	(120,586)	-
Efecto de los resultados contables de las subsidiarias del exterior	(106,642)	(112,452)
Deducción fiscal de crédito mercantil adicional al contable	(21,895)	(20,606)
Deducción ICA pagado posterior a la presentación de la renta	(5,606)	(6,760)
Dividendos no gravados recibidos de subsidiarias	(3,604)	-
Recuperación de costos y gastos	(2,709)	(2,747)
Deducción por contratación de personal con discapacidad	(2,375)	(1,598)
Deducción especial por donación a bancos de alimentos y otros	(1,918)	(1,494)
Deducción 30% adicional salario aprendices voluntarios	(1,206)	(1,422)
Impuestos no deducibles	(398)	(347)
Retiro utilidad venta de activos declarada ganancia ocasional	(75)	(74,117)
Diferencia en cambio no realizada	-	(1,574)
Renta líquida (2)	499,864	247,666
Compensaciones (3)	(190,543)	-
Total renta líquida después de compensaciones	309,321	247,666
Pérdida líquida de algunas subsidiarias colombianas	368	258
Renta líquida periodo corriente de la Matriz y de algunas subsidiarias colombianas	309,689	247,924
Renta presuntiva periodo corriente de la Matriz y de algunas subsidiarias colombianas (4)	-	43
Total renta líquida gravable (5)	309,689	247,967
Subtotal (gasto) impuesto de renta (5)	(95,954)	(79,349)
(Gasto) impuesto a las ganancias ocasionales	(1)	(2,906)
Descuentos tributarios	15,401	22,644
Total (gasto) impuesto de renta y complementarios	(80,554)	(59,611)
(Gasto) impuesto año anterior (6)	(526)	(14,767)
Total (gasto) impuesto de renta y complementario de la Matriz y sus subsidiarias colombianas	(81,080)	(74,378)
Total (gasto) impuesto corriente de subsidiarias en el exterior (7)	(41,016)	(43,015)
Total (gasto) impuesto de renta y complementarios, corriente	(122,096)	(117,393)

- (1) Los ajustes NIIF sin incidencia fiscal corresponden a:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Arrendamientos gravados	101,836	70,270
Dividendos de las subsidiarias gravados	93,245	126,126
Provisiones contables	41,594	141,679
Diferencia en cambio, neta	17,231	8,335
Dividendos de las subsidiarias no gravados	3,604	-
Cálculo actuarial gravado	1,634	2,259
Resultados por el método de participación, neto	(226,363)	(185,778)
Recuperación de provisiones	(52,716)	(85,858)
Mayor depreciación fiscal sobre la contable	(44,683)	(40,107)
Costos fiscales no contables	(22,337)	6,238
Otros (ingresos) contables no fiscales, neto	(21,774)	6,566
Exceso de gastos de personal fiscal sobre el contable	(9,641)	(56,448)
Otros gastos contables sin efecto fiscal	(1,972)	40,145
Impuestos no deducibles	(244)	(294)
Multas y sanciones no deducibles	-	(2)
Total	(120,586)	33,131

- (2) El saldo comprende \$500,232 de renta líquida de la Matriz y algunas subsidiarias colombianas (31 de diciembre de 2020 - \$247,924) y (\$368) de pérdida fiscal de algunas subsidiarias colombianas (31 de diciembre de 2020 - (\$258)).
- (3) Compensación excesos de renta presuntiva con rentas líquidas del período.
- (4) Para el año gravable 2021 la base para determinar el impuesto sobre la renta y complementarios por el sistema de renta presuntiva es del 0% del patrimonio líquido en el último día del ejercicio gravable inmediatamente anterior.

La determinación de la renta presuntiva de la Matriz y de algunas subsidiarias colombianas es la siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Patrimonios líquidos	-	8,525
Menos patrimonios líquidos a excluir	-	-
Patrimonios líquidos base	-	8,525
Renta presuntiva	-	43
Renta presuntiva total	-	43

- (5) El detalle de la renta líquida gravable, las tarifas del impuesto a la renta y el (gasto) de impuesto de renta es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Renta líquida periodo corriente de la Matriz y de algunas subsidiarias colombianas	309,241	247,967
Renta líquida periodo corriente de subsidiarias colombianas calificadas como zona franca	448	-
Total renta líquida gravable	309,689	247,967
Tarifa del impuesto a la renta para la Matriz y algunas subsidiarias colombianas	31%	32%
Tarifa del impuesto a la renta de subsidiarias colombianas calificadas como zona franca	20%	20%
Subtotal (gasto) impuesto de renta Matriz y algunas subsidiarias colombianas	(95,865)	(79,349)
Subtotal (gasto) impuesto de renta de subsidiarias colombianas calificadas como zona franca	(89)	-
Total (gasto) impuesto de renta	(95,954)	(79,349)

- (6) El efecto de este ajuste se compensa con el ajuste de años anteriores en el impuesto diferido originado por el tratamiento de algunas partidas fiscales.
- (7) El detalle del gasto de impuesto corriente de subsidiarias en el exterior es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Segmento Uruguay	(41,458)	(43,009)
Segmento Argentina	442	(6)
Total (gasto) por impuesto corriente	(41,016)	(43,015)

Los componentes del gasto por impuesto a las ganancias registrado en el estado de resultados son los siguientes:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
(Gasto) impuesto de renta y complementarios, corriente	(122,096)	(117,393)
(Gasto) ingreso impuesto a las ganancias, diferido (Nota 26.5)	(15,574)	63,214
Total (gasto) por impuesto a la renta y complementarios	(137,670)	(54,179)

La conciliación de la tasa efectiva de tributación y la tasa impositiva aplicable es la siguiente:

	31 de diciembre de 2021	Tasa	31 de diciembre de 2020	Tasa
Ganancia antes del impuesto a las ganancias	730,887		385,282	
(Gasto) por impuestos a la tasa impositiva aplicable	(226,512)	(31%)	(123,290)	(32%)
Efecto fiscal de ajuste a impuestos corrientes de períodos anteriores	(17,217)	(2%)	16,588	4%
Efecto fiscal de tasas impositivas soportadas en el extranjero	(17,000)	(2%)	(26,650)	(7%)
Efecto fiscal de gastos no deducibles para la determinación de la pérdida fiscal	(11,891)	(2%)	(14,456)	(3%)
Efecto fiscal de las pérdidas fiscales	(90)	-%	-	-%
Otros efectos fiscales por conciliación entre la ganancia contable y gasto por impuestos	99,865	14%	107,313	28%
Efecto fiscal procedente de cambios en la tasa impositiva	34,012	4%	(15,020)	(4%)
Efecto fiscal de los ingresos no gravados para la determinación de la pérdida fiscal	1,163	-%	1,336	-%
Total (gasto) impuesto de renta y complementarios	(137,670)	(19%)	(54,179)	(14%)

Nota 26.5. Impuesto diferido

La Matriz y sus subsidiarias reconocen el activo y el pasivo por impuesto diferido derivado del efecto de las diferencias temporarias que impliquen el pago de un menor o mayor valor del impuesto de renta en el año corriente, calculado a las tasas vigentes a las que se espera pagar o recuperar, siempre que exista una expectativa razonable de que tales diferencias se revertirán en el futuro. En caso de generarse un activo por impuesto diferido se analizará la Matriz y sus subsidiarias generarán suficiente renta gravable en el futuro que permita imputar contra la misma la totalidad o una parte del activo.

La composición del activo y del pasivo por impuesto diferido es la siguiente:

	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Activo por impuesto diferido	Pasivo por impuesto diferido	Activo por impuesto diferido	Pasivo por impuesto diferido
Pasivo por arrendamiento	637,274	-	537,792	-
Pérdidas fiscales	258,391	-	221,478	-
Excesos de renta presuntiva	121,296	-	155,404	-
Créditos fiscales	82,257	-	76,692	-
Otras provisiones	8,435	-	21,703	-
Cuentas por pagar comerciales y otras	8,392	-	334	-
Cuentas comerciales por cobrar y otras	3,918	-	4,743	-
Inventarios	3,593	-	5,904	-
Provisiones por beneficios a empleados	1,154	-	1,614	-
Gastos pagados por anticipado	747	-	886	-
Otros pasivos financieros	292	-	5,754	-
Activos no corrientes mantenidos para la venta	3	-	-	(286)
Pasivos financieros	-	-	1,435	-
Cuentas por pagar partes relacionadas	-	-	22	-
Efectivo y equivalentes de efectivo	-	-	-	(2)
Otros pasivos no financieros	-	(139)	-	(139)
Proyectos inmobiliarios	-	(176)	-	(225)
Inversiones en subsidiarias y negocios conjuntos	-	(385)	308	-
Inmuebles en construcción	-	(460)	-	(4,247)
Cuentas por cobrar partes relacionadas	-	(3,756)	-	(346)
Activos intangibles distintos de la plusvalía	-	(4,004)	-	(3,573)
Terrenos	-	(4,322)	-	(5,124)
Otros activos financieros	-	(5,182)	-	(6,293)
Otras propiedades, planta y equipo	-	(22,320)	-	(25,751)
Propiedades de inversión	-	(45,990)	-	(39,957)
Plusvalía	-	(144,997)	-	(145,302)
Edificios	-	(164,841)	-	(128,802)
Derechos de uso	-	(563,360)	-	(473,738)
Total Matriz	1,125,752	(959,932)	1,034,069	(833,785)
Subsidiarias colombianas	21,209	(36,141)	28,464	(32,286)
Total segmento Colombia	1,146,961	(996,073)	1,062,533	(866,071)
Segmento Uruguay	54,273	-	38,250	-
Segmento Argentina	-	(166,751)	-	(118,722)
Total	1,201,234	(1,162,824)	1,100,783	(984,793)

La composición del activo y del pasivo por impuesto diferido detallado para los tres segmentos geográficos en los cuales se agrupan las operaciones de la Matriz y sus subsidiarias es la siguiente:

	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Activo por impuesto diferido	Pasivo por impuesto diferido	Activo por impuesto diferido	Pasivo por impuesto diferido
Segmento Colombia	150,888	-	196,462	-
Segmento Uruguay	54,273	-	38,250	-
Segmento Argentina	-	(166,751)	-	(118,722)
Total	205,161	(166,751)	234,712	(118,722)

El efecto del impuesto diferido en el estado de resultados es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
(Gasto) ingreso impuesto de renta diferido	(16,122)	55,259
Ingreso impuesto de renta diferido a las ganancias ocasionales	548	7,955
Total (gasto) ingreso impuesto a las ganancias diferido	(15,574)	63,214

El efecto del impuesto diferido en el estado de resultados integrales es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
(Gasto) por instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura y otros	(5,466)	(350)
(Gasto) ingreso por mediciones de planes de beneficios definidos	(516)	232
Total (gasto) impuesto a las ganancias diferido	(5,982)	(118)

La conciliación del movimiento del impuesto diferido, neto entre el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 con el estado de resultados y el estado resultados integrales es la siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021
(Gasto) por impuesto diferido reconocido en el resultado del periodo	(15,574)
(Gasto) por impuesto diferido reconocido en el otro resultado integral del periodo	(5,982)
Efecto de conversión del impuesto diferido reconocido en el otro resultado integral del periodo (1)	(56,024)
Total movimiento del impuesto diferido, neto, entre 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020	(77,580)

(1) Este efecto está incluido en la línea de Diferencia en cambio por conversión en el Otro resultado integral, el cual surge de la conversión a la tasa de cierre de los activos y de los pasivos por impuesto diferido de las subsidiarias del exterior (Nota 29).

Al 31 de diciembre de 2021 el valor de las diferencias temporarias relacionadas con inversiones en asociadas y negocios conjuntos, para las cuales no se han reconocido impuestos diferidos ascendía a \$66,999 (31 de diciembre de 2020 - \$59,765).

Nota 26.6. Impacto sobre el impuesto a las ganancias de la distribución de dividendos.

De acuerdo con la legislación tributaria vigente en Colombia, ni la distribución de dividendos ni la retención de utilidades presentan efecto sobre la tarifa del impuesto de renta.

Nota 26.7. Pasivo por impuestos no corrientes

Pasivo por impuestos no corrientes

El saldo de \$3,924 (31 de diciembre de 2020 - \$4,463) corresponde a los impuestos por pagar de la subsidiaria Libertad S.A. por impuestos federales y programa de incentivos a plazos.

Nota 27. Otros pasivos financieros

El saldo de los otros pasivos financieros es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Recaudos recibidos para terceros (1)	80,710	68,820
Instrumentos financieros derivados (2)	592	17,317
Instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura (3)	242	1,246
Total	81,544	87,383
Corriente	81,544	87,289
No corriente	-	94

(1) El saldo de los recaudos recibidos para terceros es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Corresponsal no bancario	28,058	27,005
Ingresos recibidos para terceros (a)	25,474	17,359
Recaudos Tarjeta Éxito (b)	17,441	15,909
Comercio directo (<i>market place</i>)	5,594	5,245
Otros recaudos	4,143	3,302
Total	80,710	68,820

(a) El saldo corresponde a lo siguiente:

- Recaudos recibidos para terceros por servicios hoteleros, traslados, asistencias, renta autos y reserva de pasajes aéreos realizados dentro del proceso de intermediación como agencia de viajes por parte de la subsidiaria Éxito Viajes y Turismo S.A.S. por \$24,792 (31 de diciembre de 2020 - \$14,883).
- Recaudos recibidos para terceros de las subsidiarias Grupo Disco del Uruguay S.A., Mercados Devoto S.A. y Devoto Hermanos S.A. por \$666 (31 de diciembre de 2020 - \$2,137).
- Recaudos recibidos para terceros por parte de los Patrimonios Autónomos por \$16 (31 de diciembre de 2020 - \$339).

(b) Corresponde a recaudos recibidos de terceros por el uso de la Tarjeta Éxito, propiedad de Compañía de Financiamiento Tuya S.A. (Nota 23).

- (2) Los instrumentos financieros derivados reflejan el valor razonable de los contratos *forward* y *swap* para cubrir las fluctuaciones en las tasas de tipo de cambio de las obligaciones adquiridas en moneda extranjera. Los valores razonables de estos instrumentos se determinan mediante modelos de valoración comúnmente usados por los participantes del mercado que utilizan variables distintas de los precios cotizados que son observables para los activos o pasivos, directa o indirectamente. La Matriz y sus subsidiarias miden en el estado de situación financiera los instrumentos financieros derivados *forward* y *swap* a su valor razonable, en cada fecha de cierre contable.

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos al 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

<u>Derivado</u>	<u>Menor a 3 meses</u>	<u>Entre 3 y 6 meses</u>	<u>Entre 6 y 12 meses</u>	<u>Mayor a 12 meses</u>	<u>Total</u>
<i>Forward</i>	309	283	-	-	592
					592

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos al 31 de diciembre de 2020 es el siguiente:

<u>Derivado</u>	<u>Menor a 3 meses</u>	<u>Entre 3 y 6 meses</u>	<u>Entre 6 y 12 meses</u>	<u>Mayor a 12 meses</u>	<u>Total</u>
<i>Forward</i>	14,153	2,339	-	-	16,492
<i>Swap</i>	825	-	-	-	825
					17,317

- (3) Los derivados designados como instrumentos de cobertura reflejan las operaciones de permuta financiera *swap* realizadas por la Matriz mediante contratos realizados con entidades financieras en las que se acuerda intercambiar, a intervalos específicos, la diferencia entre los montos de las tasas de interés fija y variable calculados en relación con un monto de capital nominal acordado, lo cual convierte las tasas variables en fijas y los flujos de caja se hacen determinables en moneda local. Los valores razonables de estos instrumentos se determinan mediante modelos de valoración comúnmente usados por los participantes de mercado.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020, las permutas financieras se utilizan para cubrir los riesgos de tasa de cambio y/o de intereses de las obligaciones financieras contraídas para adquisición de propiedades, planta y equipo.

La Matriz y sus subsidiarias documentan las relaciones de cobertura contable y realiza las pruebas de eficacia desde el momento de reconocimiento inicial y a lo largo de la relación de cobertura hasta su discontinuación. No se presenta ineficacia para ninguno de los periodos presentados.

Al 31 de diciembre de 2021 corresponde a las siguientes operaciones:

<u>Instrumento de cobertura</u>	<u>Naturaleza del riesgo cubierto</u>	<u>Partida cubierta</u>	<u>Rango de tasas de la partida cubierta</u>	<u>Rango de tasas de los instrumentos de cobertura</u>	<u>Valor razonable</u>
<i>Swap</i>	Tasa de interés y cambiario	Obligaciones financieras	IBR 3M	2.0545% - 2.145%	242
					242

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos de cobertura al 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

	<u>Menor a 1 mes</u>	<u>Entre 1 y 3 meses</u>	<u>Entre 3 y 6 meses</u>	<u>Entre 6 y 12 meses</u>	<u>Mayor a 12 meses</u>	<u>Total</u>
<i>Swap</i>	-	242	-	-	-	242

Al 31 de diciembre de 2020 corresponde a las siguientes operaciones:

<u>Instrumento de cobertura</u>	<u>Naturaleza del riesgo cubierto</u>	<u>Partida cubierta</u>	<u>Rango de tasas de la partida cubierta</u>	<u>Rango de tasas de los instrumentos de cobertura</u>	<u>Valor razonable</u>
<i>Swap</i>	Tasa de interés y cambiario	Obligaciones financieras	IBR 3M	2.0545% - 2.145%	1,246
					1,246

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos de cobertura al 31 de diciembre de 2020 es el siguiente:

	Menor a 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
Swap	-	114	407	631	94	1,246

El saldo de los otros pasivos financieros clasificado en corriente y no corriente es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Recaudos recibidos para terceros	80,710	68,820
Instrumentos financieros derivados	592	17,317
Instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura	242	1,152
Total corriente	81,544	87,289
Instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura	-	94
Total no corriente	-	94

Nota 28. Otros pasivos no financieros

El saldo de los otros pasivos no financieros es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Ingresos recibidos por anticipado (1)	174,395	130,974
Programas de fidelización de clientes (2)	37,015	29,180
Anticipos contratos de arrendamientos y otros proyectos	5,655	3,799
Anticipo contrato de activos mantenidos para la venta (Nota 48.2)	2,046	-
Cuotas recibidas "plan reservalo"	260	292
Bono recompra	99	9
Total otros pasivos no financieros	219,470	164,254
Corriente	217,303	163,644
No corriente	2,167	610

- (1) Corresponde principalmente los ingresos recibidos por anticipado de terceros por la venta de los distintos productos a través de medios de pago, arrendamiento de inmuebles y por las alianzas estratégicas. El detalle es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Tarjeta regalo	74,476	65,580
Tarjeta integral Cafam	11,097	10,106
Tarjeta cambio	4,723	4,046
Precompra de datos y minutos	931	904
Tarjeta combustible	743	775
Otros (a)	82,425	49,563
Total	174,395	130,974

- (a) El saldo corresponde a:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Anticipos recibidos de clientes nacionales	41,380	24,184
Cupos por redimir	26,613	10,114
Otros anticipos recibidos de terceros	14,432	15,265
Total otros	82,425	49,563

- (2) Los saldos de estos programas en el estado de situación financiera son los siguientes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Programa "Hipermillas" y "Tarjeta Más" (subsidiarias Mercados Devoto S.A. y Supermercados Disco del Uruguay S.A., respectivamente)	36,007	28,549
Club Libertad (subsidiaria Libertad S.A.)	1,008	631
Total	37,015	29,180

El saldo de los otros pasivos no financieros clasificado en corriente y no corriente es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Ingresos recibidos por anticipado	174,395	130,974
Programas de fidelización de clientes	37,015	29,180
Anticipos contratos y otros proyectos	3,488	3,189
Anticipo contrato de activos mantenidos para la venta	2,046	-
Cuotas recibidas "plan reservalo"	260	292
Bono recompra	99	9
Total corriente	217,303	163,644
Anticipos contratos y otros proyectos	2,167	610
Total no corriente	2,167	610

Nota 29. Capital, acciones propias readquiridas y prima de emisión

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 el capital autorizado de la Matriz está representado en 530.000.000 de acciones ordinarias con un valor nominal de \$10 (*) cada una; el capital suscrito y pagado asciende \$4,482; el número de acciones en circulación es de 447.604.316 y el número de acciones propias readquiridas es de 635.835 acciones por un valor de \$2,734.

(*) Expresado en pesos colombianos.

Los derechos otorgados sobre las acciones corresponden a voz y voto por cada acción. No se han otorgado privilegios sobre las acciones, ni se presentan restricciones sobre las mismas. Adicionalmente no se cuentan con contratos de opciones sobre acciones de la Matriz.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la prima en colocación de acciones representa el mayor valor pagado sobre el valor nominal de las acciones el cual asciende \$ 4,843,466. De acuerdo con las normas legales, este saldo podrá ser distribuido como utilidad cuando el ente se liquide o se capitalice su valor. Se entiende la capitalización cuando se transfiere una porción de esta prima a una cuenta de capital, como resultado de la emisión de un dividendo en acciones.

Nota 30. Reservas, Ganancias acumuladas y Otro resultado integral

Reservas

Las reservas corresponden a apropiaciones efectuadas por la Asamblea de Accionistas de la Matriz sobre los resultados de periodos anteriores. Adicional a la reserva legal, se incluye la reserva ocasional, la reserva para readquisición de acciones y la reserva para futuros dividendos.

Ganancias acumuladas

Dentro de las ganancias acumuladas, se encuentra incluido el efecto en el patrimonio por conversión a NIIF por \$1,070,092, producto del estado financiero inicial preparado en 2014 con base en la NIIF 1, incluida en las normas de contabilidad y de información financiera aceptadas en Colombia, establecidas en la Ley 1314 de 2009 que corresponden a las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) traducidas de manera oficial y autorizadas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), reglamentadas en Colombia por el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170, el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432, el 19 de agosto de 2021 por el Decreto Reglamentario 938 y el 9 de diciembre de 2021 por el Decreto Reglamentario 1670 y actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270.

Otro resultado integral acumulado

El saldo de cada componente del otro resultado integral del estado de situación financiera es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021			31 de diciembre de 2020		
	Valor bruto	Efecto impositivo	Valor neto	Valor bruto	Efecto impositivo	Valor neto
Mediciones de activos financieros a valor razonable con cambios en el otro resultado integral (1)	(12,199)	-	(12,199)	(11,267)	-	(11,267)
Mediciones de planes de beneficios definidos (2)	(3,582)	1,257	(2,325)	(5,910)	1,773	(4,137)
Diferencias de cambio de conversión (3)	(1,264,252)	-	(1,264,252)	(1,375,909)	-	(1,375,909)
(Pérdidas) por cobertura de flujos de efectivo (4)	6,023	(2,108)	3,915	(1,435)	441	(994)
(Pérdidas) por cobertura de inversiones de negocios en el extranjero	(18,312)	(3,138)	(21,450)	(15,474)	(221)	(15,695)
Total otro resultado integral acumulado	(1,292,322)	(3,989)	(1,296,311)	(1,409,995)	1,993	(1,408,002)
Otro resultado integral acumulado de participaciones no controladoras			(56,154)			(57,340)
Otro resultado integral acumulado de la controladora			(1,240,157)			(1,350,662)

- (1) Corresponde al valor acumulado de las ganancias o pérdidas por la valoración a valor razonable de las inversiones en instrumentos financieros con cambios en el patrimonio, menos los valores transferidos a las utilidades acumuladas cuando estas inversiones han sido vendidas. Los cambios en el valor razonable no se reclasifican a los resultados del período.
- (2) Corresponde al valor acumulado de las ganancias o pérdidas actuariales por los planes de beneficios definidos de la Matriz y de sus subsidiarias. El valor neto de las nuevas mediciones se transfiere a las utilidades acumuladas y no reclasifica a los resultados del período.
- (3) Corresponde al valor acumulado de las diferencias de cambio que surgen de la conversión a la moneda de presentación de la Matriz de los activos, los pasivos, el patrimonio y los resultados de las operaciones en el extranjero. Las diferencias de conversión acumuladas se reclasifican a los resultados del período cuando se disponga la operación en el extranjero. Incluye el efecto de conversión de los activos y de los pasivos por impuesto diferido por \$56,024 (Nota 26).
- (4) Corresponde al valor acumulado de la porción efectiva de las ganancias o pérdidas que surgen de los cambios en el valor razonable del instrumento de cobertura en una cobertura de flujo de efectivo. El valor acumulado de las ganancias o pérdidas se reclasifican a los resultados del período únicamente cuando la transacción cubierta afecte el resultado del período o la transacción altamente probable no se prevea que ocurrirá, o se incluya, como parte de su valor en libros, en una partida cubierta no financiera.

Nota 31. Ingresos de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes

El valor de los ingresos de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Venta de bienes (1) (Nota 47)	16,105,756	15,141,244
Ingresos por servicios (2)	609,303	512,280
Otros ingresos ordinarios (3)	207,326	82,315
Total de ingresos de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes	16,922,385	15,735,839

- (1) El valor de las ventas de bienes corresponde a la venta de mercancías y de inventario de proyectos inmobiliarios, neto de devoluciones y rebajas en ventas. El valor incluye los siguientes conceptos:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Venta de mercancías neto de devoluciones y rebajas en ventas	16,048,995	15,073,989
Venta de inventario de proyectos inmobiliarios (a)	56,761	67,255
Total venta de bienes	16,105,756	15,141,244

- (a) Al 31 de diciembre de 2021 corresponde a la venta de un porcentaje del inventario del proyecto inmobiliario Montevideo por \$56,306 y a la venta de un porcentaje del inventario del proyecto inmobiliario La Secreta por \$455. Al 31 de diciembre de 2020 correspondía a la venta de un porcentaje del inventario de proyecto inmobiliario Montevideo por \$66,200 y a la venta de un porcentaje del inventario de proyecto inmobiliario La Secreta por \$1,055.

- (2) Los ingresos por servicios corresponde a los siguientes conceptos:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Arrendamientos de inmuebles	200,263	143,763
Concesionarios	94,988	91,354
Publicidad	80,300	83,917
Arrendamientos de espacios físicos	63,185	42,813
Administración de inmuebles	38,814	31,952
Transporte	31,449	18,223
Telefonía	30,517	30,617
Comisiones	25,931	22,807
Corresponsal no bancario	16,392	15,143
Giros	7,474	6,500
Tarifa administrativa viajes	5,520	2,409
Otros ingresos por prestación de servicios	14,470	22,782
Total ingreso por servicios	609,303	512,280

(3) Los otros ingresos por actividades ordinarias corresponde a los siguientes conceptos:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Aprovechamientos (a)	87,174	14,920
Participación en acuerdo de colaboración (b)	63,742	-
Eventos de mercadeo	18,305	21,809
Ingresos por regalías	14,682	9,514
Ingresos servicios financieros	3,134	2,859
Otros	20,289	33,213
Total otros ingresos ordinarios	207,326	82,315

(a) Para 2021 corresponde principalmente al ingreso por los honorarios por el desarrollo y construcción de proyectos inmobiliarios por \$74,938.

(b) Corresponde a la participación en los siguientes acuerdos de colaboración:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	59,050	-
Kilre	3,106	-
Éxito Media	1,586	-
Total participación en acuerdos de colaboración	63,742	-

Nota 32. Gastos de distribución y Gastos de administración y venta

El valor de los gastos de distribución es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Depreciación y amortización	383,535	366,994
Servicios	219,494	210,144
Impuestos distintos al impuesto de renta	210,251	188,482
Combustibles y energía	185,156	175,161
Reparación y mantenimiento	164,997	131,462
Publicidad	142,223	127,288
Comisiones de tarjetas débito y crédito	102,284	105,524
Transporte	46,266	57,142
Arrendamientos	44,557	41,391
Material de empaque y marcada	40,860	35,917
Administración de locales	34,034	32,162
Seguros	31,994	27,333
Honorarios	31,742	30,224
Personal externo	27,154	26,261
Gastos por otras provisiones	7,271	18,716
Gastos legales	6,696	7,300
Gastos de viajes	3,203	1,553
Acuerdo de colaboración Autos Éxito	805	-
Contribuciones y afiliaciones	519	467
Gastos de investigación y desarrollo	654	-
Otros	172,849	136,810
Total gastos de distribución	1,856,544	1,720,331

El valor de los gastos de administración y venta es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Depreciación y amortización	81,538	76,314
Impuestos distintos al impuesto de renta	56,354	51,365
Honorarios	53,539	44,555
Reparación y mantenimiento	37,212	27,505
Gasto por deterioro	23,615	25,098
Servicios	15,307	13,892
Seguros	10,940	7,669
Personal externo	10,538	9,037
Gasto de viaje	7,181	5,113
Combustible y energía	6,845	6,688
Administración de locales	3,387	2,900
Contribuciones y afiliaciones	2,471	2,443
Arrendamientos	1,945	2,062
Transporte	1,093	1,840
Publicidad	850	785
Gastos legales	539	432
Taxis y buses	328	-
Material de empaque y marcada	225	323
Otros	33,545	28,580
Total gastos de administración y venta	347,452	306,601

Nota 33. Gasto por beneficios a los empleados

El valor de los gastos por beneficios a los empleados presentados por cada categoría significativa es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Sueldos y salarios	1,062,505	1,010,025
Aportaciones a la seguridad social	35,160	34,127
Otros beneficios a los empleados a corto plazo	52,968	49,137
Total gastos por beneficios a los empleados a corto plazo	1,150,633	1,093,289
Gastos por beneficios post-empleo, planes de aportaciones definidas	101,042	88,055
Gastos por beneficios post-empleo, planes de beneficios definidos	1,174	(478)
Total gastos por beneficios a los empleados post-empleo	102,216	87,577
Gastos por beneficios de terminación	6,702	6,137
Otros beneficios a los empleados a largo plazo	(129)	13
Otros gastos de personal	26,502	26,268
Total de gastos por beneficios a empleados	1,285,924	1,213,284

Nota 34. Otros ingresos operativos, otros gastos operativos y otras ganancias (perdidas) netas

Los otros ingresos operativos, los otros gastos operativos y las otras ganancias netas incluyen los efectos de los principales acontecimientos ocurridos durante el período que distorsionarían el análisis de la rentabilidad recurrente de la Matriz y sus subsidiarias; estos se definen como elementos significativos de ingresos y gastos inusuales cuya ocurrencia es excepcional y los efectos de aquellas partidas que por su naturaleza no están incluidas en una evaluación de desempeño operativo recurrente de la Matriz y sus subsidiarias, tales como las pérdidas por deterioro, enajenaciones de activos no corrientes y el impacto por combinaciones de negocios, entre otros.

El valor de los otros ingresos operativos, otros gastos operativos y las otras (pérdidas), netas, es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Otros ingresos operativos		
Recurrentes		
Recuperación de deterioro de cuentas comerciales por cobrar	31,588	22,680
Reintegro de costos y gastos por impuestos	3,272	861
Indemnización por siniestros	2,987	1,579
Recuperación de otras provisiones procesos laborales	2,786	1,624
Reintegro de costos y gastos por ICA	2,233	4,789
Recuperación de otras provisiones procesos civiles	719	2,873
Recuperación de otras provisiones	711	1,663
Otros ingresos recurrentes	114	1,046
Total recurrentes	44,410	37,115
No recurrentes		
Indemnización por siniestros	1,608	-
Recuperación de provisiones por procesos de reestructuración	1,103	16,789
Recuperación de otras provisiones	47	6
Ingreso por ayudas gubernamentales	-	46
Total no recurrentes	2,758	16,841
Total otros ingresos operativos	47,168	53,956
Otros gastos operativos		
Otros gastos (1)	(19,967)	(19,483)
Gasto por impuesto a la riqueza	(15,981)	(18,356)
Gasto por reestructuración (2)	(13,801)	(67,458)
Gasto por emergencia social (3)	-	(36,574)
Total otros gastos operativos	(49,749)	(141,871)
Otras (pérdidas) ganancias, netas		
Retiro de propiedades, planta y equipo (4)	(19,646)	(23,891)
Deterioro de valor de propiedades de inversión (5)	(7,874)	(4,797)
Deterioro de valor de propiedades, planta y equipo (6)	(2,491)	(2,832)
(Gasto) ingreso contratos de arrendamiento por cancelación anticipada (7)	(835)	19,768
Recuperación de deterioro de valor de propiedades, planta y equipo (8)	4,778	-
Ganancia en venta de propiedades, planta y equipo (9)	3,370	2,651
Recuperación de deterioros de valor de propiedades de inversión (10)	1,060	-
Ganancia en venta y retiro de activos de intangibles	18	12
Ganancia en venta y retiro de activos de inversiones	-	802
Deterioro de valor de intangibles distintos de la plusvalía (11)	-	(9,266)
Total otras (pérdidas), netas	(21,620)	(17,553)

(1) El valor de los otros gastos es el siguiente

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Proyectos especiales (a)	5,325	7,401
Cierre de almacenes y tiendas	4,430	11,624
Bajas de inventario (b)	3,164	-
Proyecto Suramérica	2,100	-
Plan de salud (c)	1,723	-
Implementación de la NIIF 16- Arrendamientos	218	217
Reconversión de almacenes	87	-
Proyecto Bricks II	-	88
Otros gastos extraordinarios (b)	2,920	153
Total otros gastos	19,967	19,483

- (a) Corresponde a gastos en proyectos especiales que realizó la Matriz como parte de sus análisis de otras unidades de negocio e implementación de normas y leyes.
- (b) Corresponde a la baja de inventario y a otros gastos extraordinarios por siniestros ocasionados en los actos realizados en contra de la infraestructura de los almacenes de la Matriz en diferentes ciudades del país.
- (c) Corresponde a gastos por plan nacional de salud a empleados de la Matriz y sus subsidiarias colombianas establecido por el Gobierno Nacional.

- (2) El valor de los gastos por reestructuración es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Plan de reestructuración Matriz y sus subsidiarias colombianas (a)	7,767	64,389
Plan de reestructuración traslado operación Cedi Montevideo	5,104	-
Plan de reestructuración Libertad S.A.	930	3,069
Total gasto por reestructuración	13,801	67,458

- (a) Gastos provenientes de la provisión del plan de reestructuración de la Matriz y sus subsidiarias colombianas que incluye los conceptos de compra del plan de excelencia operacional y del plan de retiros corporativo.
- (3) Para de 2020 corresponde a los gastos incurridos por la Matriz y sus subsidiarias como consecuencia a la declaración de la emergencia sanitaria declarada por causa de la Covid-19.
- (4) El valor de los retiros de propiedades, planta y equipo es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Retiros de activos por cierre de almacenes	7,636	-
Retiro por daños físicos de maquinaria y equipo	4,473	3,587
Retiro de activos resultante de la conciliación de las tomas físicas	3,905	16,709
Retiro por daños físicos de edificaciones	1,128	1,325
Retiros por obsolescencia	916	233
Retiro por daños físicos de muebles y enseres	743	1,384
Retiro por daños físicos de equipos de computo	334	118
Retiro por siniestros	208	37
Retiro por daños físicos de vehículos	97	92
Otros retiros de Spice Investment Mercosur S.A. y sus subsidiarias	18	234
Otros retiros menores	188	146
Retiro por daños físicos de mejoras en propiedades ajenas	-	26
Total retiros de propiedades, planta y equipo	19,646	23,891

- (5) Para 2021 corresponde al deterioro de valor en Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo por \$2,490 y en las propiedades de la Matriz en Viva Suba por \$2,591 y en Surtimax Cota por \$2,793. (Nota 14).
- Para 2020 corresponde al deterioro de valor en Patrimonio Autónomo Viva Palmas por \$704, en Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo por \$3,981 y en las propiedades de la Matriz Lote 111 Rincón de Las Lomas por \$1 y Locales del Centro Comercial Pereira Plaza por \$111. (Nota 14).
- (6) Para 2021 corresponde al deterioro de valor en la Matriz en los edificios de Locales del Centro Comercial San Mateo por \$756 y en las mejoras en propiedad ajena de Carulla Torre del Reloj por \$239 y en Mercados Devoto S.A. por \$1,496 en las mejoras en propiedad ajena de sus tiendas. (Nota 13).
- Para 2020 corresponde al deterioro de valor en Patrimonio Autónomo Viva Palmas por \$203, en Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo por \$2,415 y en Mercados Devoto S.A. por \$214. (Nota 13).
- (7) Para 2021 corresponde a un gasto y para 2020 corresponde ingreso por la baja de derechos de uso y de pasivos por arrendamiento debido a terminación de contratos anticipadamente y a cambios en las condiciones de contratos.
- (8) Corresponde a la recuperación de deterioro de valor en Patrimonio Autónomo Viva Palmas por \$580 y en Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo por \$4,198. (Nota 13).
- (9) Para 2021 corresponde básicamente a la ganancia en venta de propiedades de la subsidiaria Libertad S.A. por \$2,180 y Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. por \$936. Para 2020 corresponde principalmente a la ganancia en venta de propiedades de la subsidiaria Libertad S.A. por \$2,117.
- (10) Corresponde a la recuperación de deterioro de valor en Patrimonio Autónomo Viva Palmas por \$1,036 y en la Matriz en los locales del Centro Comercial Pereira Plaza por \$23 y en Lote 111 Rincón de Las Lomas por \$1. (Nota 14).
- (11) Para 2020 corresponde al deterioro de valor en los derechos de explotación de locales comerciales por \$9,266 (Nota 17).

Nota 35. Ingresos y gastos financieros

El valor de los ingresos y gastos financieros es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ganancias por instrumentos financieros derivados	53,548	77,418
Ganancias por diferencia en cambio	52,167	72,953
Ingresos por intereses, efectivo y equivalentes del efectivo	17,277	22,014
Otros ingresos financieros	50,827	27,810
Total ingresos financieros	173,819	200,195
Gasto por intereses de pasivos por arrendamiento	(94,555)	(133,322)
Pérdida por diferencia en cambio	(89,890)	(87,038)
Gastos por intereses, préstamos y arrendamientos financieros	(86,641)	(117,029)
Resultado por posición monetaria neta, efecto del estado de resultados (1)	(62,100)	(8,914)
Pérdidas por instrumentos financieros derivados	(16,343)	(76,337)
Otros gastos financieros	(8,739)	(5,173)
Gasto por posición monetaria neta, efecto del estado de situación financiera (1)	(6,191)	(14,097)
Gastos por comisiones	(5,115)	(3,916)
Total gastos financieros	(369,574)	(445,826)

(1) Corresponde a los resultados derivados de la posición monetaria neta de los estados financieros de la subsidiaria Libertad S.A.

Nota 36. Participación en los resultados de asociadas y negocios conjuntos que se contabilizan utilizando el método de la participación

El resultado de la participación en los resultados de asociadas y negocios conjuntos que se contabilizan utilizando el método de participación es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	5,340	13,333
Puntos Colombia S.A.S.	1,894	6,335
Total	7,234	19,668

Nota 37. Ganancias por acción

Las ganancias por acción se dividen en básicas y diluidas. Las básicas tienen por objetivo proporcionar una medida de la participación de cada acción ordinaria de la controladora en el rendimiento que la Matriz ha tenido en los períodos presentados. Las diluidas tienen por objetivo dar una medida de la participación de cada acción ordinaria en el desempeño de la Matriz considerando los efectos dilusivos (reducción en las ganancias o aumento en las pérdidas) de las acciones ordinarias potenciales en circulación durante el período.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la Matriz no ha realizado transacciones con acciones ordinarias potenciales, ni después de la fecha de cierre ni a la fecha de emisión de los presentes estados financieros.

A continuación, se muestra la información sobre ganancias y cantidad de acciones utilizadas en los cálculos de las ganancias por acción básica y diluida:

En los resultados del periodo:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ganancia neta atribuible a los propietarios de la controladora	474,681	230,872
Promedio ponderado de cantidad de acciones ordinarias atribuible a la ganancia básica por acción (básica y diluida)	447.604.316	447.604.316
Ganancia por acción básica y diluida atribuible a los propietarios de la controladora (en pesos colombianos)	1,060.49	515.80

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ganancia neta del periodo por operaciones continuadas	593,217	331,103
Menos resultado neto por operaciones continuadas atribuibles a las participaciones no controladoras	118,256	99,030
Ganancia neta por operaciones continuadas atribuibles a los propietarios de la controladora	474,961	232,073
Promedio ponderado de cantidad de acciones ordinarias atribuible a la ganancia básica por acción (básica y diluida)	447.604.316	447.604.316
Ganancia por acción básica y diluida por operaciones continuadas atribuible a los propietarios de la controladora (en pesos colombianos)	1,061.11	518.48

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
(Pérdida) neta del periodo por operaciones discontinuadas	(280)	(1,201)
Menos resultado neto por operaciones discontinuadas atribuibles a las participaciones no controladoras	-	-
(Pérdida) neta por operaciones discontinuadas atribuibles a los propietarios de la controladora	(280)	(1,201)
Promedio ponderado de cantidad de acciones ordinarias atribuible a la ganancia básica por acción (básica y diluida)	447,604,316	447,604,316
(Pérdida) por acción básica y diluida por operaciones discontinuadas atribuible a los propietarios de la controladora (en pesos colombianos)	(0.62)	(2.68)

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ganancia neta del periodo por operaciones continuadas	593,217	331,103
Promedio ponderado de cantidad de acciones ordinarias atribuible a la ganancia básica por acción (básica y diluida)	447.604.316	447.604.316
Ganancia por acción básica y diluida por operaciones continuadas (en pesos colombianos)	1,325.31	739.72

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
(Pérdida) neta del periodo por operaciones discontinuadas	(280)	(1,201)
Promedio ponderado de cantidad de acciones ordinarias atribuible a la ganancia básica por acción (básica y diluida)	447.604.316	447.604.316
(Pérdida) por acción básica y diluida por operaciones discontinuadas (en pesos colombianos)	(0.62)	(2.68)

En los resultados integrales totales del periodo:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ganancia (pérdida) neta atribuible a los propietarios de la controladora	585,186	(50,678)
Promedio ponderado de cantidad de acciones ordinarias atribuible a la (pérdida) básica por acción (básica y diluida)	447.604.316	447.604.316
Ganancia (pérdida) por acción básica y diluida en el resultado integral total (en pesos colombianos)	1,307.38	(113.22)

Nota 38. Transacciones con partes relacionadas

Nota 38.1. Remuneración al personal clave de la gerencia

Las transacciones entre la Matriz y sus subsidiarias y el personal clave de la gerencia, incluyendo representantes legales y/o administradores corresponden principalmente a la relación laboral celebrada entre las partes.

La compensación al personal clave de la gerencia es la siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Beneficios a los empleados a corto plazo	89,817	74,444
Beneficios post-empleo	2,427	2,604
Beneficios por terminación	-	1,192
Total compensación al personal clave	92,244	78,240

Nota 38.2. Transacciones con partes relacionadas

Las operaciones con partes relacionadas corresponden a ingresos por venta de bienes y otros servicios, así como a los costos y gastos relacionados con la asesoría en gestión de riesgos y asistencia técnica, compra de bienes y servicios recibidos.

El valor de los ingresos, costos y gastos con partes relacionadas es el siguiente:

Ingresos		
	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Negocios conjuntos (1)	132,530	66,170
Compañías del Grupo Casino (2)	7,972	8,219
Controladora (3)	-	369
Total ingresos	140,502	74,758

Costos y gastos		
	1 de enero al 31 de diciembre de 2020	1 de enero al 31 de diciembre de 2019
Negocios conjuntos (1)	89,299	87,211
Compañías del Grupo Casino (2)	60,700	46,525
Controladora (3)	9,777	9,848
Miembros de Junta Directiva	1,593	1,736
Total costos y gastos	161,369	145,320

(1) El valor de los ingresos y costos y gastos con cada negocio conjunto el siguiente:

Ingresos:

Concepto	Compañía de Financiamiento Tuya S.A.		Puntos Colombia S.A.S.	
	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Participación en el acuerdo de colaboración empresarial	59,049	-	-	-
Recuperación de activaciones comerciales	52,047	43,739	-	-
Rendimientos de bonos, cupones y energía	14,224	14,122	-	-
Arrendamientos de bienes inmuebles	4,886	5,247	-	-
Servicios	923	1,836	1,401	1,226
Total ingresos	131,129	64,944	1,401	1,226

Costos y gastos:

Concepto	Compañía de Financiamiento Tuya S.A.		Puntos Colombia S.A.S.	
	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Costo del programa de fidelización	-	-	83,649	83,064
Comisiones de medios de pago	5,650	4,147	-	-
Total costos y gastos	5,650	4,147	83,649	83,064

- (2) Los ingresos corresponden principalmente a la prestación de servicios y al cobro de logro de proveedores. Los costos y gastos generados corresponden principalmente a servicios recibidos por eficiencia energética, intermediación en la importación de mercancía, por compra de mercancías y servicios de consultoría.

El valor de los ingresos por cada compañía el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Casino Internacional	6,783	6,941
International Retail Trade and Services IG.	699	321
Greenyellow Energía de Colombia S.A.S.	442	451
Distribution Casino France	48	499
Casino Services	-	7
Total ingresos	7,972	8,219

El valor de los costos y gastos por cada compañía el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Greenyellow Energía de Colombia S.A.S.	36,152	23,336
Casino Guichard Perrachon S.A.	12,975	10,369
Distribution Casino France	5,329	8,604
Casino Services	2,778	1,288
Euris	1,742	1,669
International Retail Trade and Services	1,681	1,259
Cdiscount S.A.	43	-
Total costos y gastos	60,700	46,525

- (3) Los ingresos corresponden al cobro a Companhia Brasileira de Distribuição – CBD por el uso de las marcas propias de textiles en Brasil. Los costos y gastos corresponden a servicios de consultoría prestados por Companhia Brasileira de Distribuição – CBD.

Nota 39. Deterioro del valor de los activos

Nota 39.1. Activos financieros

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 no se observaron pérdidas significativas por deterioro del valor de activos financieros.

Nota 39.2. Activos no financieros

31 de diciembre de 2021

El valor en libros de los grupos de unidades generadoras de efectivo está compuesto por los saldos de la plusvalía, las propiedades, planta y equipo, las propiedades de inversión, los otros activos intangibles distintos de la plusvalía, las partidas del capital de trabajo neto y el valor del patrimonio de las subsidiarias domiciliadas en Uruguay y Argentina más los saldos de las plusvalías.

Para efectos de la prueba de deterioro del valor, la plusvalía adquirida a través de las combinaciones de negocios, las marcas y los derechos de explotación de locales comerciales con vidas útiles indefinidas se asignaron a los siguientes grupos de unidades generadoras de efectivo:

	Grupos de unidades generadoras de efectivo							Total
	Éxito	Carulla	Surtimax	Súper Ínter	Surtimayorista (1)	Uruguay (2)	Argentina (3)	
Plusvalía (Nota 16)	90,674	856,495	37,402	464,332	4,174	1,320,465	251,441	3,024,983
Marcas con vida útil indefinida (Nota 17)	-	-	17,427	63,704	-	94,319	66,720	242,170
Derechos con vida útil indefinida (Nota 17)	17,720	2,771	-	-	-	-	2,047	22,538

- (1) Si bien los locales comerciales que se encuentran asignados a la unidad generadora de efectivo Surtimayorista no poseen una plusvalía adquirida a través de combinaciones de negocios, este valor asignado para efectos de la prueba de deterioro de valor es el resultado de las conversiones de almacenes del formato Surtimax a este nuevo formato; la plusvalía asignada a los locales comerciales de la unidad generadora de efectivo Surtimax proviene de la combinación de negocios realizada en 2007 como consecuencia de la fusión con Carulla Vivero S.A. tal como se menciona en la Nota 16.
- (2) En la Nota 16 se encuentra el detalle de la plusvalía asignada a Spice Investments Mercosur S.A., a Grupo Disco del Uruguay S.A., a Mercados Devoto S.A., a 5 Hermanos Ltda., a Tipsei S.A., a Tedocan S.A. y a Ardal S.A.
- (3) La plusvalía generada en la combinación de negocios realizada para la adquisición de la operación de Libertad S.A. se encuentra detallada en la Nota 16. Las marcas con vida útil indefinida y los derechos con vida útil indefinida se encuentran detallados en la Nota 17.

El método empleado en la prueba de deterioro de los grupos de unidades generadoras de efectivo domiciliadas en Colombia y Uruguay fue el valor en uso debido a la dificultad de encontrar un mercado activo que permita establecer el valor razonable de estos activos intangibles. Para la unidad generadora de efectivo domiciliada en Argentina el método empleado en la prueba de deterioro fue el valor razonable menos los costos de venta del portafolio inmobiliario que posee la subsidiaria Libertad S.A.

El valor en uso se calculó con base en flujos de caja esperados presupuestados por la administración que cubren un período de cinco años los cuales se estiman con base en la tasa de crecimiento de los precios en Colombia (Índice de Precios al Consumidor - IPC), en los análisis de tendencia basados en los resultados históricos, planes de crecimiento, proyectos estratégicos para incrementar las ventas y planes de optimización.

Los flujos de efectivo que van más allá del período de cinco años se extrapolaron utilizando una tasa de crecimiento en términos reales del 0%. Para la Matriz y sus subsidiarias este es un enfoque conservador que refleja el crecimiento normal esperado para la industria si no hay otros factores inesperados que pudieran impactar el crecimiento.

La tasa de impuestos incluida en la proyección de los flujos de caja corresponde a la tasa esperada en la que la Matriz debe pagar los impuestos para los próximos años. La tasa incluida para el cálculo del deterioro de las plusvalías de las unidades generadoras de efectivo de Éxito, Carulla, Surtimax, Súper Inter y Surtimayorista fue 35% para 2022 en adelante, tasas vigentes en Colombia al 31 de diciembre de 2021.

Para la plusvalía asignada a la unidad generadora de efectivo de Uruguay la tasa de impuestos utilizada fue del 25%.

Los flujos de efectivo esperados se descontaron al costo promedio ponderado de capital (CPPC) utilizando una estructura de endeudamiento de mercado para el tipo de industria en que la Matriz opera; como resultado de ello, el costo promedio ponderado de capital (CPPC) utilizado en la valoración fue del 7.40% para 2022 en adelante.

El costo promedio ponderado de capital (CPPC) utilizado en la valoración de la plusvalía asignada a la unidad generadora de efectivo de Uruguay fue del 8.55% para 2022 en adelante.

Las variables que tienen mayor impacto en la determinación del valor en uso de los grupos de unidades generadoras de efectivo son la tasa de descuento y tasa de crecimiento a perpetuidad. Las definiciones de estas dos variables son las siguientes:

- (a) Tasa de crecimiento a perpetuidad: La estimación de la tasa de crecimiento está basada en las expectativas de crecimiento de precios para el país de acuerdo con investigaciones de mercado publicadas, razón por la cual no se considera razonable una disminución de la tasa por debajo de la tasa esperada, puesto que se estima que mínimamente los flujos de efectivo de las unidades crezcan al mismo nivel o hasta un 4% por encima del incremento general en los precios de la economía.
- (b) Tasa de descuento: El cálculo de la tasa de descuento se basa en un análisis de endeudamiento de mercado para la Matriz; se considera un cambio razonable si la tasa de descuento aumentara un 1% en cuyo caso, para ninguno de los grupos de unidades generadoras de efectivo se presentaría un deterioro de valor.

El valor razonable menos los costos de venta del portafolio inmobiliario de Libertad S.A. se calculó con base en el total de avalúos realizados por un perito independiente sobre todos los inmuebles que posee la subsidiaria en Argentina. Los costos de venta equivalen al total de pasivos que tiene Libertad S.A. al 31 de diciembre de 2021 excluyendo partidas no monetarias e intercompañías más una comisión de intermediación en la venta de inmuebles equivalente al 3% del monto total de avalúos.

El deterioro de propiedad, planta y equipo es el valor en libros que supera el valor recuperable; a su vez, el valor recuperable es el mayor entre el valor en uso y el valor razonable menos los costos de venta. Los activos son agrupados en tiendas, las cuales generan flujos de efectivo independientes. El método empleado para calcular el valor recuperable fue el enfoque de los ingresos (valor en uso) debido a su adecuada aproximación al valor recuperable de estos.

Como resultado de la observación de indicios de deterioro y la aplicación de esta prueba se presentó deterioro de valor en la Matriz en los edificios de Locales del Centro Comercial San Mateo por \$756 y en las mejoras en propiedad ajena de Carulla Torre del Reloj por \$239 y en la subsidiaria Mercados Devoto S.A. por \$1,496 en las mejoras en propiedad ajena de sus tiendas; y una recuperación de deterioro de valor en Patrimonio Autónomo Viva Palmas por \$580 y Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo por \$4,198, tal como se detalla en la Nota 13; el deterioro fue contabilizado adecuadamente con cargo a los resultados del período tal cual se detalla en la Nota 34.

El método empleado en la prueba de deterioro para las propiedades de inversión propiedad de la Matriz y sus subsidiarias fue el enfoque de los ingresos debido a su adecuada aproximación al valor razonable de estos inmuebles.

Como resultado de esta prueba se presentó una recuperación de deterioro de valor en Patrimonio Autónomo Viva Palmas por \$1,036 y en las propiedades de la Matriz Locales del Centro Comercial Pereira Plaza por \$23 y Lote 111 Rincón de Las Lomas por \$1; y un deterioro de valor en Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo por \$2,490 y en las propiedades de la Matriz Viva Suba por \$2,591 y en Surtimax Cota por \$2,793, tal como se detalla en la Nota 14; el deterioro fue contabilizado adecuadamente con cargo a los resultados del periodo tal cual se detalla en la Nota 34.

Excepto por lo anterior no se presentó un deterioro en el valor en libros de los grupos de unidades generadoras de efectivo.

31 de diciembre de 2020

El valor en libros de los grupos de unidades generadoras de efectivo está compuesto por los saldos de la plusvalía, las propiedades, planta y equipo, las propiedades de inversión, los otros activos intangibles distintos de la plusvalía, las partidas del capital de trabajo neto, los pasivos por arrendamiento financiero asociados a partidas del capital de trabajo y el valor del patrimonio de las subsidiarias domiciliadas en Uruguay y Argentina más los saldos de las plusvalías.

Para efectos de la prueba de deterioro del valor, la plusvalía adquirida a través de las combinaciones de negocios, las marcas y los derechos de explotación de locales comerciales con vidas útiles indefinidas se asignaron a los siguientes grupos de unidades generadoras de efectivo:

	Grupos de unidades generadoras de efectivo							Total
	Éxito	Carulla	Surtimax	Súper Inter	Surtimayorista (1)	Uruguay (2)	Argentina (3)	
Plusvalía (Nota 16)	90,674	856,495	37,402	464,332	4,174	1,224,794	175,664	2,853,535
Marcas con vida útil indefinida (Nota 17)	-	-	17,427	63,704	-	85,581	46,613	213,325
Derechos con vida útil indefinida (Nota 17)	17,720	-	-	-	-	-	1,132	18,852

- (1) Si bien los locales comerciales que se encuentran asignados a la unidad generadora de efectivo Surtimayorista no poseen una plusvalía adquirida a través de combinaciones de negocios, este valor asignado para efectos de la prueba de deterioro de valor es el resultado de las conversiones de almacenes del formato Surtimax a este nuevo formato; la plusvalía asignada a los locales comerciales de la unidad generadora de efectivo Surtimax proviene de la combinación de negocios realizada en 2007 como consecuencia de la fusión con Carulla Vivero S.A. tal como se menciona en la Nota 16.
- (2) En la Nota 16 se encuentra el detalle de la plusvalía asignada a Spice Investments Mercosur S.A., a Grupo Disco del Uruguay S.A., a Mercados Devoto S.A., a 5 Hermanos Ltda., a Tipsei S.A., a Tedocan S.A. y a Ardal S.A.
- (3) La plusvalía generada en la combinación de negocios realizada para la adquisición de la operación de Libertad S.A. se encuentra detallada en la Nota 16. Las marcas con vida útil indefinida y los derechos con vida útil indefinida se encuentran detallados en la Nota 17.

El método empleado en la prueba de deterioro fue el valor en uso debido a la dificultad de encontrar un mercado activo que permita establecer el valor razonable de estos activos intangibles.

El valor en uso se calculó con base en flujos de caja esperados presupuestados por la administración que cubren un período de cinco años los cuales se estiman con base en la tasa de crecimiento de los precios en Colombia (Índice de Precios al Consumidor - IPC), en los análisis de tendencia basados en los resultados históricos, planes de crecimiento, proyectos estratégicos para incrementar las ventas y planes de optimización; adicionalmente para el segmento de Argentina se utilizó un periodo de proyección de 10 años, con el fin de reflejar más razonablemente las perspectivas futuras de la administración.

Los flujos de efectivo que van más allá del período de cinco años se extrapolaron utilizando una tasa de crecimiento en términos reales del 0%. Para la Matriz este es un enfoque conservador que refleja el crecimiento normal esperado para la industria si no hay otros factores inesperados que pudieran impactar el crecimiento. Para el caso de la subsidiaria Libertad S.A. el crecimiento real estimado por la gerencia se mantuvo más allá del período de cinco años.

La tasa de impuestos incluida en la proyección de los flujos de caja corresponde a la tasa esperada en la que la Matriz debe pagar los impuestos para los próximos años. La tasa incluida para el cálculo del deterioro de las plusvalías de las unidades generadoras de efectivo de Éxito, Carulla, Surtimax, Súper Inter y Surtimayorista fue 31% para 2021, 30% para 2022 en adelante, tasas vigentes en Colombia al 31 de diciembre de 2020.

Para la plusvalía asignada a la unidad generadora de efectivo de Uruguay la tasa de impuestos utilizada fue del 25%. Para la plusvalía asignada a la unidad generadora de efectivo de Argentina la tasa de impuestos utilizada fue del 25%.

Los flujos de efectivo esperados se descontaron al costo promedio ponderado de capital (CPPC) utilizando una estructura de endeudamiento de mercado para el tipo de industria en que la Matriz opera; como resultado de ello, el costo promedio ponderado de capital (CPPC) utilizado en la valoración fue del 5.63% para 2021, del 6.55% para 2022 y 2023, del 6.46% para 2024 y del 6.55% para 2025 en adelante.

El costo promedio ponderado de capital (CPPC) utilizado en la valoración de la plusvalía asignada a la unidad generadora de efectivo de Uruguay fue del 11.0% para 2021, del 10.3% para 2022, del 9.4% para 2023, del 9.3% para 2024 y del 9.4% para 2025 en adelante.

El costo promedio ponderado de capital (CPPC) utilizado en la valoración de la plusvalía asignada a la unidad generadora de efectivo de Argentina fue del 58.1% para 2021, del 47.9% para 2022, del 38.9% para 2023, del 33.5% para 2024, del 30.2% para 2025, del 27.8% para 2026, del 26.4% para 2027, del 25.3% para 2028, del 22.1% para 2029 y del 19.6% para 2030 en adelante.

Las variables que tienen mayor impacto en la determinación del valor en uso de los grupos de unidades generadoras de efectivo son la tasa de descuento y tasa de crecimiento a perpetuidad. Las definiciones de estas dos variables son las siguientes:

- Tasa de crecimiento a perpetuidad: La estimación de la tasa de crecimiento está basada en las expectativas de crecimiento de precios para el país de acuerdo con investigaciones de mercado publicadas, razón por la cual no se considera razonable una disminución de la tasa por debajo de la tasa esperada, puesto que se estima que mínimamente los flujos de efectivo de las unidades crezcan al mismo nivel o hasta un 1% por encima del incremento general en los precios de la economía.
- Tasa de descuento: El cálculo de la tasa de descuento se basa en un análisis de endeudamiento de mercado para la Matriz; se considera un cambio razonable si la tasa de descuento aumentara un 1% en cuyo caso, para ninguno de los grupos de unidades generadoras de efectivo se presentaría un deterioro de valor.

Como resultado de este análisis, se presentó deterioro de valor en los derechos de explotación de locales comerciales por \$9,266 debido al cierre de estos locales en Éxito por \$2,136, en Surtimax por \$1,524 y en SúperInter por \$5,606, tal como se detalla en la Nota 17; el deterioro fue contabilizado adecuadamente con cargo a los resultados del periodo tal cual se detalla en la Nota 34.

El método empleado en la prueba de deterioro para las propiedades de inversión propiedad de la Matriz y sus subsidiarias fue el enfoque de los ingresos debido a su adecuada aproximación al valor razonable de estos inmuebles. Como resultado de esta prueba se presentó un deterioro de valor en las propiedades de inversión Locales del Centro Comercial Pereira Plaza por \$111 y Lote Rincón de las Lomas por \$1 y en los inmuebles del Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo por \$6,395 y del Patrimonio Autónomo Viva Palmas por \$907, tal como se detalla en las Notas 13 y 14; el deterioro fue contabilizado adecuadamente con cargo a los resultados del periodo tal cual se detalla en la Nota 34.

Excepto por lo anterior no se presentó un deterioro en el valor en libros de los grupos de unidades generadoras de efectivo.

Nota 40. Medición del valor razonable

A continuación se incluye una comparación de los valores en libros y los valores razonables de los activos y pasivos financieros y de los activos y pasivos no financieros de la Matriz y sus subsidiarias al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 sobre una base periódica exigida o permitida por una política contable; se excluyen aquellos activos y pasivos financieros cuyos valores en libros son una aproximación de sus valores razonables considerando que sus vencimientos son a corto plazo (menores o iguales a un año), entre ellos se encuentran: las cuentas comerciales por cobrar y otros deudores, las cuentas comerciales por pagar y otros acreedores, los recaudos a terceros y los pasivos financieros de corto plazo.

	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Valor en libros	Valor razonable	Valor en libros	Valor razonable
Activos financieros				
Cuentas comerciales y otras cuentas por cobrar a costo amortizado	22,363	20,871	37,618	35,491
Inversiones en fondo de capital privado (Nota 12)	1,476	1,476	1,468	1,468
Contratos <i>forward</i> medidos al valor razonable con cambios en resultados (Nota 12)	11,057	11,057	4	4
Contratos <i>swap</i> derivados designados como instrumentos de cobertura (Nota 12)	6,023	6,023	566	566
Inversión en bonos (Nota 12)	6,896	6,828	31,307	31,315
Inversión en bonos con cambios en otro resultado integral (Nota 12)	18,716	18,716	17,064	17,064
Inversiones patrimoniales (Nota 12)	10,676	10,676	10,637	10,637
Activos no financieros				
Propiedades de inversión (Nota 14)	1,656,245	2,797,335	1,578,746	2,577,877
Propiedades, planta y equipo y propiedades de inversión mantenidas para la venta (Nota 48)	24,601	24,601	19,942	19,942
Pasivos financieros				
Pasivos financieros y arrendamientos financieros (Nota 20)	907,141	895,472	1,038,276	1,039,011
Opción de venta (" <i>put option</i> ") (1) (Nota 20)	509,870	509,870	417,386	417,386
Contratos <i>swap</i> designados como instrumentos de cobertura (Nota 27)	242	242	1,246	1,246
Contratos <i>forward</i> medidos al valor razonable con cambios en resultados (Nota 27)	592	592	16,492	16,492
Contratos <i>swap</i> derivados al valor razonable con cambios en resultados (Nota 27)	-	-	825	825
Pasivos no financieros				
Pasivo de fidelización (Nota 28)	37,015	37,015	29,180	29,180

(1) Los movimientos presentados en la medición de la opción de venta ("*put option*") durante el período fueron los siguientes:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	417,386
Cambios de valor razonable y efectos por conversión reconocidos en inversiones	92,484
Saldo al 31 de diciembre de 2021	509,870

Para estimar los valores razonables, se utilizaron los métodos y supuestos detallados a continuación:

	Nivel jerarquía	Técnica de valoración	Descripción de la técnica de valoración	Datos de entrada significativos
Activos				
Préstamos a costo amortizado	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	Se descuenta a valor presente los flujos de caja futuros con la tasa de mercado para préstamos en condiciones similares en la fecha de medición acorde con los días de vencimiento.	Tasa comercial de establecimientos bancarios para cartera de consumo sin tarjeta de crédito para plazos similares. Tasa comercial para créditos de vivienda VIS para plazos similares.
Inversiones en fondo de capital privado	Nivel 1	Valor de la unidad	El valor de la unidad del fondo está dado por el valor de precierre para el día dividido entre el número total de unidades del fondo al cierre de operaciones del día. La valoración de los activos se efectúa diariamente por el administrador del fondo.	No aplica
Contratos <i>forward</i> medidos al valor razonable con cambios en resultados	Nivel 2	<i>Forward</i> Peso-Dólar Americano	Se establece la diferencia entre la tasa <i>forward</i> pactada y la tasa <i>forward</i> en la fecha de valoración que corresponda al plazo restante del instrumento financiero derivado y se descuenta a su valor presente utilizando una tasa de interés cero cupón. Para determinar la tasa <i>forward</i> se emplea el promedio de cierre de las cotizaciones de compra (<i>bid</i>) y de venta (<i>ask</i>).	Tasa de cambio peso/dólar americano fijada en el contrato <i>forward</i> . Tasa de cambio representativa del mercado calculada el día de la valoración. Puntos <i>forward</i> del mercado <i>forward</i> peso-dólar americano en la fecha de valoración. Número de días que hay entre la fecha de valoración y la fecha de vencimiento. Tasa de interés cero cupón.
Contratos <i>swap</i> medidos al valor razonable con cambios en resultados	Nivel 2	Modelo de proyección de flujos de caja operativos	El método utiliza los flujos de caja propios del <i>swap</i> proyectados con las curvas de títulos de tesorería del estado emisor de la moneda con la cual está expresada cada flujo para luego descontarlas a valor presente, utilizando tasas de mercado para <i>swap</i> reveladas por las autoridades competentes de cada país. La diferencia entre el flujo de ingreso y el flujo de salida representa el valor neto del <i>swap</i> al corte evaluado.	Curva Índice Bancario de Referencia (IBR) 3 meses. Curva TES Cero cupón. Curva LIBOR <i>swap</i> Curva Treasury Bond. IPC 12 meses
Contratos <i>swap</i> derivados designados como instrumentos de cobertura	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	El valor razonable se calcula con la proyección de los flujos de efectivo futuros de las operaciones utilizando las curvas del CDI y descontándolos al valor presente, usando tasas de mercado CDI para <i>swap</i> , ambas divulgadas por la BM&FBovespa.	Curva CDI Tasa CDI para <i>swap</i>
Inversiones patrimoniales	Nivel 1	Precios de cotización de mercado	Los valores razonables de estas inversiones se determinan por referencia a los precios de cotización publicados en mercados activos en los casos en que las compañías se transen en este mercado; en los demás casos, las inversiones se miden al costo atribuido determinado en el balance de apertura considerando que el efecto no es material y que realizar una medición mediante una técnica de valoración usada comúnmente por participantes del mercado puede generar mayores costos que los beneficios en sí mismos.	No aplica
Inversiones en bonos	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	Se descuenta a valor presente los flujos de caja futuros con la tasa de mercado para inversiones similares en la fecha de medición acorde con los días de vencimiento.	IPC 12 meses + Puntos básicos negociados

	Nivel jerarquía	Técnica de valoración	Descripción de la técnica de valoración	Datos de entrada significativos
Activos				
Propiedades de inversión	Nivel 1	Método de comparación o mercado	Técnica que consiste en establecer el valor razonable de los bienes, a partir del estudio de las ofertas o transacciones recientes, de bienes semejantes y comparables de los del objeto de valoración	No aplica
Propiedades de inversión	Nivel 3	Método de flujos de efectivo descontados	Técnica que ofrece la oportunidad de identificar el crecimiento en el ingreso sobre un período de tiempo preestablecido de la inversión. El valor de la propiedad es equivalente al valor descontado de los beneficios futuros. Estos beneficios representan los flujos de caja anuales (positivos y negativos) sobre un período de tiempo, más la ganancia neta derivada de la venta hipotética del inmueble al final del período de inversión.	Costo promedio ponderado de capital. Crecimiento de ventas arrendatarios. Vacancia. Crecimiento de rentas
Propiedades de inversión	Nivel 3	Método residual	Técnica utilizada cuando el predio tiene posibilidades de desarrollo urbanístico, a partir de estimar el monto total de las ventas de un proyecto de construcción, acorde con la reglamentación urbanística vigente y de conformidad con el mercado del bien final vendible.	Valor residual
Propiedades de inversión	Nivel 3	Método del costo de reposición	El método de valuación consiste en calcular el valor de un inmueble nuevo, construido a la fecha de reporte con igual calidad y comodidades al que se debe valorar. A este valor se le denomina valor de reposición, y luego se estudia la pérdida de valor que ha sufrido el inmueble por el paso del tiempo y el esmerado o descuidado mantenimiento del que ha sido objeto, el cual se denomina depreciación.	Valor físico de la construcción y de la tierra.
Activos no corrientes clasificados como mantenidos para la venta	Nivel 2	Método residual	Técnica utilizada cuando el predio tiene posibilidades de desarrollo urbanístico, a partir de estimar el monto total de las ventas de un proyecto de construcción, acorde con la reglamentación urbanística vigente y de conformidad con el mercado del bien final vendible.	Valor residual.

	Nivel jerarquía	Técnica de valoración	Descripción de la técnica de valoración	Datos de entrada significativos
Pasivos				
Obligaciones financieras y arrendamientos financieros medidos a costo amortizado	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	Se descuenta a valor presente los flujos de caja futuros con la tasa de mercado para préstamos en condiciones similares en la fecha de medición acorde con los días de vencimiento.	Índice Bancario de Referencia (IBR) + Puntos básicos negociados.
Contratos <i>swap</i> medidos al valor razonable con cambios en resultados	Nivel 2	Modelo de proyección de flujos de caja operativos	El método utiliza los flujos de caja propios del <i>swap</i> proyectados con las curvas de títulos de tesorería del estado emisor de la moneda con la cual está expresada cada flujo para luego descontarlas a valor presente, utilizando tasas de mercado para <i>swaps</i> reveladas por las autoridades competentes de cada país. La diferencia entre el flujo de ingreso y el flujo de salida representa el valor neto del <i>swap</i> al corte evaluado.	Tasa LIBOR + Puntos básicos negociados. Curva Índice Bancario de Referencia (IBR) 3 meses. Curva TES Cero cupón. Curva LIBOR <i>swap</i> . Curva Treasury Bond. IPC 12 meses
Derivados medidos al valor razonable con cambios en resultados	Nivel 2	<i>Forward</i> Peso-Dólar Americano	Se establece la diferencia entre la tasa <i>forward</i> pactada y la tasa <i>forward</i> en la fecha de valoración que corresponda al plazo restante del instrumento financiero derivado y se descuenta a su valor presente utilizando una tasa de interés cero cupón. Para determinar la tasa <i>forward</i> se emplea el promedio de cierre de las cotizaciones de compra (<i>bid</i>) y de venta (<i>ask</i>).	Tasa de cambio peso/dólar americano fijada en el contrato <i>forward</i> . Tasa de cambio representativa del mercado calculada el día de la valoración. Puntos <i>forward</i> del mercado <i>forward</i> peso-dólar americano en la fecha de valoración. Número de días que hay entre la fecha de valoración y la fecha de vencimiento. Tasa de interés cero cupón.
Contratos <i>swap</i> derivados designados como instrumentos de cobertura	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	El valor razonable se calcula con la proyección de los flujos de efectivo futuros de las operaciones utilizando las curvas del mercado y descontándolos al valor presente, usando tasas de mercado para <i>swap</i> .	Curva <i>swap</i> calculadas por <i>Forex Finance</i> Tasa Representativa del Mercado – TRM.
Pasivo de fidelización	Nivel 3	Valor de mercado	El pasivo de fidelización se actualiza periódicamente según el valor de mercado promedio del punto durante los últimos 12 meses y el efecto de la tasa de redención esperada, determinado en cada transacción con el cliente.	Cantidad de puntos redimidos, vencidos y emitidos. Valor del punto. Tasa de redención esperada.
Bonos emitidos	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	Se descuenta a valor presente los flujos de caja futuros con la tasa de mercado para bonos en condiciones similares en la fecha de medición acorde con los días de vencimiento.	IPC 12 meses
Pasivo por arrendamiento	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	Se descuenta a valor presente los flujos de caja futuros de los contratos de arrendamiento con la tasa de mercado para préstamos en condiciones similares en la fecha de inicio del contrato acorde con el periodo mínimo no cancelable.	Índice Bancario de Referencia (IBR) + Puntos básicos según perfil de riesgo.
Opción de venta (" <i>put option</i> ")	Nivel 3	Fórmula determinada	Se mide al valor razonable mediante una fórmula predeterminada según contrato firmado con las participaciones no controladoras de Grupo Disco, utilizando datos de entrada de nivel 3.	Utilidad Neta de Supermercados Disco del Uruguay S.A. para 31 de diciembre de 2021 y 2020 Tasa de cambio dólar-peso uruguayo a la fecha de la valoración

Nivel jerarquía	Técnica de valoración	Descripción de la técnica de valoración	Datos de entrada significativos
Pasivos			
			Tasa de cambio dólar-peso colombiano a la fecha de valoración Total acciones Supermercados Disco del Uruguay S.A.

Los datos de entrada no observables significativos y un análisis de sensibilidad en la valoración del contrato de opción de venta ("put option") corresponde a:

	Datos de entrada no observables significativos	Rango (promedio ponderado)	Sensibilidad del dato de entrada sobre el cálculo del valor razonable
Opción de venta ("put option")	Utilidad neta de Supermercados Disco del Uruguay S.A. para 31 de diciembre de 2021	\$121,257	Los incrementos significativos en cualquiera de los datos de entrada considerados aisladamente darían lugar a una medición del valor razonable significativamente mayor.
	Ebitda de Supermercados Disco del Uruguay S.A. consolidado de 12 meses	\$173,097	
	Deuda financieraneta de Supermercados Disco del Uruguay SA consolidado de 6 meses	(\$179,693)	
	Valor fijo del contrato	\$556,709	
	Tasa de cambio dólar-peso uruguayo a la fecha de la valoración	\$44.70	
	Tasa de cambio dólar-peso colombiano a la fecha de valoración	\$3,981.16	
	Total acciones Supermercados Disco del Uruguay S.A.	443.071.575	

La Matriz determina si han ocurrido transferencias entre los niveles de la jerarquía de valor razonable, a través de la realización de un cambio en las técnicas de valoración, de tal forma que la nueva medición sea la más fiel representación del nuevo valor razonable del activo o pasivo valorado.

Los cambios en las jerarquías pueden suceder si se detecta información nueva disponible, alguna información que dejó de estar disponible y era usada para la valoración, cambios que generen mejoras en las técnicas de valoración o cambios en las condiciones de mercado

No se presentaron transferencias entre las jerarquías de nivel 1 y nivel 2 durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021.

Nota 41. Activos y pasivos contingentes

Nota 41.1. Activos contingentes

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la Matriz y sus subsidiarias no poseen activos contingentes significativos.

Nota 41.2. Pasivos contingentes

Los siguientes son los pasivos contingentes al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020:

- (a) Los siguientes procesos están siendo adelantados con el objetivo de que la Matriz no cancele los valores que pretende la entidad demandante:
- Discusión administrativa con la DIAN relacionada con la notificación del requerimiento especial 112382018000126 del 17 de septiembre de 2018, por medio del cual se propuso modificar la declaración del impuesto de renta de 2015 por \$ 32,225 (31 de diciembre de 2020 - \$29,963). En septiembre de 2021 se recibió una nueva notificación de la DIAN en la cual ratifica su propuesta. Sin embargo, los asesores externos consideran el proceso como un pasivo contingente.
 - Resoluciones por medio de las cuales la Dirección Distrital de Impuestos de Bogotá profirió liquidación oficial de revisión a la Matriz en relación con el impuesto de Industria y Comercio de los bimestres 4, 5 y 6 de 2011 debido a una presunta inexactitud en los pagos, por \$11,830 (31 de diciembre de 2020 - \$11,830).
 - Resoluciones proferidas por la Secretaría Distrital de Hacienda de Bogotá mediante las cuales se modificaron las declaraciones de Industria y Comercio de la Matriz de los bimestres 2, 3, 4, 5 y 6 de 2012 debido a una presunta inexactitud en los pagos, por \$- (31 de diciembre de 2020 - \$5,000). En junio de 2021 esta contingencia fue clasificada como remota.
 - Demanda por incumplimiento contractual por medio del cual se solicita indemnización por perjuicios causados en compraventa de un predio por \$2,600 (31 de diciembre de 2020 - \$2,600).
 - Resolución y liquidación oficial por medio de las cuales se impusieron sanciones a la Matriz por errores en la liquidación de aportes al Sistema de Seguridad Social por \$- (31 de diciembre de 2020 - \$940). En junio de 2021 esta contingencia fue clasificada como probable y registrada en otras provisiones.
- (b) Otros procesos:
- Proceso de responsabilidad civil extracontractual por presuntas lesiones causadas por la Matriz a un cliente en el establecimiento de comercio Éxito Santa Marta, por \$- (31 de diciembre de 2020 - \$500).
- (c) Otros pasivos contingentes:
- Desde el 1 de junio de 2017 la Matriz otorgó a su subsidiaria Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. una garantía para cubrir posibles incumplimientos de sus obligaciones. El 11 de agosto de 2021 el valor fue actualizado a \$2,935.
 - La Matriz actúa como ordenante de una garantía bancaria por \$95 a favor de la Bolsa Mercantil de Colombia.
 - La subsidiaria Éxito Viajes y Turismo S.A.S. otorgó una garantía a favor de Aerovías del Continente Americano S.A. por \$325.
 - La subsidiaria Éxito Viajes y Turismo S.A.S. tiene una acción de protección al consumidor la cual está siendo defendida bajo el amparo del Artículo 4 del Decreto 557 del Ministerio de Comercio, Industria y Turismo, con alcance desde el estado de emergencia sanitaria decretado el 12 de marzo de 2020 por \$915 correspondiente a 198 procesos.
 - Por requerimiento de algunas compañías de seguros y como requisito para la expedición de pólizas de cumplimiento, durante 2021 algunas subsidiarias y la Matriz en calidad de deudor solidario de algunas de sus subsidiarias han otorgado ciertas garantías a estos terceros. A continuación, se informan las garantías otorgadas:

<u>Tipo de garantía</u>	<u>Descripción y concepto de la garantía</u>	<u>Compañía aseguradora</u>
Pagaré abierto	Seguro de cumplimiento. La Matriz actúa en calidad de deudor solidario del Patrimonio Autónomo Viva Barranquilla	Seguros Generales Suramericana S.A.
Pagaré abierto	Seguro de cumplimiento otorgado por Exito Industrias S.A.S.	Seguros Generales Suramericana S.A.
Pagaré abierto	Seguro de cumplimiento otorgado por Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	Berkley International Seguros Colombia S.A.

Estos pasivos contingentes, por ser de naturaleza posible, no se reconocen en el estado de situación financiera; solo se revelan en las notas a los estados financieros.

Nota 42. Compensación de activos y pasivos financieros

A continuación, se detallan los activos y pasivos financieros que se presentan compensados en el estado de situación financiera:

Año	Activos financieros	Valor bruto de activos financieros reconocidos	Valor bruto de pasivos financieros reconocidos relacionados	Valor neto de activos financieros reconocidos
2021	Instrumentos financieros derivados designados como cobertura (Nota 12) (1)	-	-	6,023
	Instrumentos financieros derivados (Nota 12) (1)	-	-	11,057
2020	Instrumentos financieros derivados designados como cobertura (Nota 12) (1)	-	-	566
	Instrumentos financieros derivados (Nota 12) (1)	-	-	4

Año	Pasivos financieros	Valor bruto de pasivos financieros reconocidos	Valor bruto de activos financieros reconocidos relacionados	Valor neto de pasivos financieros reconocidos
2021	Instrumentos financieros derivados (Nota 27) (1)	-	-	592
	Instrumentos financieros derivados designados como cobertura (Nota 27) (1)	-	-	242
	Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar (2)	3,740,287	356,375	3,383,912
2020	Instrumentos financieros derivados (Nota 27) (1)	-	-	17,317
	Instrumentos financieros derivados designados como cobertura (Nota 27) (1)	-	-	1,246
	Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar (2)	3,570,700	385,437	3,185,263

(1) La Matriz y sus subsidiarias realizan operaciones derivados y coberturas de contratos *forward* y *swap* designados para cubrir las fluctuaciones en las tasas de tipo de cambio y de interés de las cuentas por pagar y pasivos financieros. Estas partidas se miden por su valor razonable. En la Nota 40 se presentan los valores razonables de estos instrumentos financieros. Para 2021, la valoración de los instrumentos financieros derivados se compone de su valor intrínseco más su valor temporal por lo cual no se hace posible su separación entre derecho y obligación.

(2) La Matriz y sus subsidiarias poseen acuerdos de compensación con proveedores derivadas de las adquisiciones de inventarios. Estas partidas están incluidas en las cuentas por pagar comerciales.

La Matriz y sus subsidiarias no poseen valores no compensados en el estado de situación financiera relacionados con garantías u otros instrumentos financieros.

Nota 43. Dividendos pagados y decretados

Al 31 de diciembre de 2021

En la Asamblea General de Accionistas de la Matriz celebrada el 25 de marzo de 2021 se decretó un dividendo por \$173,223, equivalente a un dividendo anual de \$387 por acción (*), pagaderos así:

- A los accionistas minoritarios (participaciones no controladoras) en una sola cuota el 5 de abril de 2021, y
- Al accionista mayoritario en dos cuotas: el 33% el 5 de abril de 2021 y el 67% el 1 de septiembre de 2021.

Los dividendos pagados durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 ascendieron a \$173,174.

(*) Expresado en pesos colombianos.

Los dividendos decretados y pagados durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 a los propietarios de las participaciones no controladoras de las subsidiarias son los siguientes:

	Dividendos decretados	Dividendos pagados
Patrimonio Autónomo Viva Malls	63,487	69,550
Grupo Disco del Uruguay S.A.	44,205	42,758
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	6,414	5,639
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	3,825	3,193
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	3,463	3,463
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	1,869	1,829
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	1,279	1,251
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	1,247	1,058
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	1,075	1,568
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	909	-
Total	127,773	130,309

Al 31 de diciembre de 2020

En la Asamblea General de Accionistas de la Matriz celebrada el 19 de marzo de 2020 se decretó un dividendo por \$1,091,259, equivalente a un dividendo anual de \$2,438 por acción (*), pagadero en una sola cuota, entre el primero y el décimo primero día hábil de abril de 2020.

Los dividendos pagados durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 ascendieron a \$1,125,518.

(*) Expresado en pesos colombianos.

Los dividendos decretados y pagados durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 a los propietarios de las participaciones no controladoras de las subsidiarias son los siguientes:

	Dividendos decretados	Dividendos Pagados
Patrimonio Autónomo Viva Malls	40,821	20,948
Grupo Disco del Uruguay S.A.	18,630	19,536
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	6,880	8,931
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	3,671	2,264
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	2,282	2,665
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	1,416	1,432
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	573	679
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	301	258
Total	74,574	56,713

Nota 44. Arrendamientos

Nota 44.1. Arrendamientos financieros cuando la Matriz y sus subsidiarias actúan como arrendatarios

La Matriz y sus subsidiarias tienen arrendamientos financieros relacionados con alquileres de propiedades, planta y equipo. El total de los pagos mínimos contractuales y el respectivo valor presente para los contratos de arrendamiento financiero se presentan a continuación:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Hasta 1 año	-	3,857
De 1 a 5 años	-	3,143
Pagos mínimos por arrendamientos financieros	-	7,000
Gastos por financiación en el futuro	-	(152)
Total pagos mínimos netos por arrendamientos financieros (1)	-	6,848

(1) Durante 2021 la Matriz canceló anticipadamente los arrendamientos financieros relacionados con alquileres de propiedades, planta y equipo.

No se registraron cuotas contingentes en los resultados durante los periodos presentados.

Nota 44.2. Arrendamientos operativos cuando la Matriz y sus subsidiarias actúan como arrendatarios

Los contratos que se reconocen como arrendamientos operativos corresponden a los contratos de arrendamiento cuyos activos subyacentes son activos de bajo valor, tales como muebles y enseres, equipos de cómputo, maquinaria y equipo y equipo de oficina, los contratos de arrendamiento de todo activo subyacente que tienen menos de un año de plazo y los contratos de arrendamiento de intangibles, los cuales se exceptuaron de la aplicación de los requerimientos de la NIIF 16. También se reconocen como arrendamientos operativos los contratos de arrendamiento de almacenes cuyo canones variable, los cuales también se exceptúan de la aplicación de los requerimientos de la NIIF 16.

Al 31 de diciembre de 2021 el valor del gasto y del costo de arrendamiento por contratos de arrendamientos operativos reconocido en los resultados ascendió a \$49,664 (31 de diciembre de 2020 - \$46,493).

Nota 44.3. Arrendamientos operativos cuando la Matriz y sus subsidiarias actúan como arrendadores

La Matriz y sus subsidiarias tienen arrendamientos operativos relacionados con alquileres de las propiedades de inversión. El total de cobros futuros mínimos de arrendamientos operativos no cancelables para los periodos presentados se presentan a continuación:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Hasta 1 año	204,750	156,734
De 1 a 5 años	244,942	224,789
Más de 5 años	153,603	162,052
Total cobros mínimos por arrendamientos operativos no cancelables	603,295	543,575

La Matriz y sus subsidiarias analizaron y concluyeron que los contratos de arrendamiento operativo no son cancelables durante su duración. Para su terminación se debe tener previo acuerdo de las partes y será obligatorio un pago mínimo por cancelación que oscila entre 1 y 12 meses del canon de arrendamiento o de un porcentaje fijo sobre el acuerdo restante.

Al 31 de diciembre de 2021 el valor del ingreso por arrendamiento reconocido en los resultados ascendió a \$302,262 (31 de diciembre de 2020 - \$218,528) los cuales incluyen ingresos por arrendamiento de propiedades de inversión por \$300,541 (31 de diciembre de 2020 - \$220,706). El valor de las cuotas contingentes incluidas en el ingreso por arrendamiento ascendió a \$162,172 (31 de diciembre de 2020 - \$147,828).

Nota 45. Estacionalidad de las transacciones

Los ciclos de operación de la Matriz y sus subsidiarias denotan cierta estacionalidad en los resultados operativos y financieros; para la Matriz y sus subsidiarias colombianas se denota cierta concentración durante el último trimestre del año, principalmente por la temporada navideña y de aguinaldos y por el evento "Días de Precios Especiales" el cual es el segundo evento promocional más importante del año; para las subsidiarias del exterior se denota cierta concentración durante el primer semestre del año, principalmente por la celebración de camavales y fiestas de pascuas, y durante el último trimestre del año, principalmente por la temporada navideña y de aguinaldos.

Nota 46. Políticas de gestión de los riesgos financieros

Los instrumentos financieros de la Matriz y sus subsidiarias son clasificados según su naturaleza, sus características y el propósito por el cual han sido adquiridos o emitidos.

La Matriz y sus subsidiarias mantienen instrumentos medidos a valor razonable con cambios en resultados con el objetivo que éstos sean mantenidos para inversión o que obedezcan a objetivos de gestión de riesgo para el caso de los instrumentos financieros derivados que no hayan sido clasificados como de cobertura de flujo de efectivo.

La Matriz y sus subsidiarias utilizan instrumentos financieros derivados solo con el fin de protegerse de riesgos identificados. El total de activos y pasivos subyacentes celebrados en los contratos de instrumentos financieros están limitados al valor de activos y pasivos reales con riesgo subyacente. Las transacciones con derivados financieros tienen el único propósito de reducir la exposición a las fluctuaciones de las tasas de interés y moneda extranjera y mantener una adecuada estructura de la situación financiera.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 los instrumentos financieros de la Matriz y sus subsidiarias se encontraban representados por:

	31 de diciembre de 2020	31 de diciembre de 2019
Activos financieros		
Efectivo y equivalentes de efectivo (Nota 7)	2,541,579	2,409,391
Cuentas comerciales por cobrar y otras por cobrar (Nota 8)	684,051	504,910
Cuentas por cobrar a partes relacionadas (Nota 10) (1)	56,475	39,458
Otros activos financieros (Nota 12)	54,961	61,103
Total activos financieros	3,337,066	3,014,862
Pasivos financieros		
Cuentas por pagar a partes relacionadas (Nota 23) (1)	65,646	50,487
Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar (Nota 24)	5,186,555	4,678,146
Pasivos financieros (Nota 20)	1,417,011	1,455,662
Pasivo por arrendamiento (Nota 25)	1,594,643	1,542,895
Otros pasivos financieros (Nota 27)	81,544	87,383
Total pasivos financieros	8,345,399	7,814,573
Exposición neta, (pasiva)	(5,008,333)	(4,799,711)

(1) Las transacciones con partes relacionadas hacen referencia a transacciones entre la Matriz y sus asociadas, negocios conjuntos y otras entidades relacionadas, y fueron contabilizadas de acuerdo con los precios, términos y condiciones generales de mercado.

Consideraciones de factores de riesgo que pueden afectar el negocio de la Matriz

Marco general para la administración del riesgo

La Matriz cuenta con un sistema de Gestión Integral de Riesgos que cubre los diferentes niveles de gestión de riesgo: estratégico, táctico o de negocio, y operativo.

Las actividades, los roles y las responsabilidades se encuentran definidos en el modelo de gestión de riesgos establecido por la Matriz y validado por el Comité de Auditoría y Riesgos, y el cual se enmarca en los lineamientos establecidos en la política de riesgos.

Durante 2021, dando cumplimiento a la política de gestión integral de riesgos y con el propósito atender a la continuidad y a la sostenibilidad del negocio y de la operación se realizó un análisis de los principales riesgos y tendencias a la luz del contexto interno y externo y a las tendencias de riesgos a nivel global y sectorial, con la participación y liderazgo de la Alta Gerencia, donde se obtuvo un nuevo perfil de riesgos estratégicos y se definieron e implementaron estrategias para su administración. Los riesgos de este nivel fueron revisados por el Comité de Auditoría y Riesgos de la Matriz y validados por la Junta Directiva de la Matriz. Así mismo, este análisis se extendió a los diferentes negocios de las compañías subsidiarias.

La Matriz avanzó en el proceso de redefinición del nuevo modelo de gobierno, riesgo y cumplimiento (Modelo GRC) buscando la integración de la gestión de riesgos a la arquitectura de control de la Compañía y desarrollando la gestión de riesgos operativos como parte del programa de autocontrol.

De acuerdo con dicha arquitectura de control, los controles están inmersos en todos los niveles, los procesos y las áreas de la Matriz, definidos en principios, políticas, normas, procedimientos y mecanismos de verificación y evaluación.

Algunos de los mecanismos de monitoreo dispuestos para alcanzar los objetivos de control son:

- El proceso de cumplimiento, desde el cual se gestiona de forma integral el sistema de prevención y control de lavado de activos y financiación del terrorismo, el programa de transparencia y el sistema de protección de datos personales;
- Los informes periódicos de gestión de riesgos;
- La evaluación de la efectividad operativa de los controles provenientes de la implementación de la Ley Sox,
- El programa de autocontrol, actualmente en rediseño, que permite realizar una autoevaluación por parte de los líderes de los procesos, de sus riesgos más críticos y controles claves, definiendo planes de acción correctivos cuando se detectan desviaciones, y
- Los demás esquemas de control que son gestionados desde los diferentes procesos que componen la primera y la segunda línea de defensa.

Las instancias de reporte sobre la gestión de riesgos y sistema de control interno son:

- Nivel estratégico: Junta Directiva, Comité de Auditoría y Riesgos, Comité de Presidencia y Alta Gerencia.
- Nivel táctico: Responsables de negocios y el Comité Interno de Riesgos.
- Nivel operativo: Dueños de procesos a través del autocontrol.

La auditoría interna, en forma independiente y objetiva, realiza una evaluación al sistema de control interno y de gestión de riesgos organizacional.

La Junta Directiva, a través del Comité de Auditoría y Riesgos, realizó la supervisión de los procesos de información y reporte financiero, la gestión integral de riesgos, la revisión de los avances y de las situaciones significativas de la implementación de la Ley Sox, la revisión al sistema y a la arquitectura de control interno, incluyendo el seguimiento a la gestión de la Auditoría Interna y la Revisoría Fiscal, al cumplimiento de la normatividad aplicable para la Compañía, al programa de transparencia, al sistema de protección de datos personales y al sistema de prevención y control de lavado de activos y financiación del terrorismo. Así mismo, se sometió a consideración del Comité de Auditoría las transacciones entre partes relacionadas y la gestión de los conflictos de interés de los miembros de la alta dirección y de la Junta Directiva.

Administración del riesgo financiero

Los principales pasivos financieros de la Matriz y sus subsidiarias, además de los instrumentos derivados, incluyen las deudas, los pasivos por arrendamientos financieros y los préstamos que devengan interés, las cuentas por pagar comerciales y las otras cuentas por pagar. La finalidad principal de estos pasivos es financiar las operaciones de la Matriz y sus subsidiarias y mantener los niveles adecuados de capital de trabajo y deuda financiera neta.

Los principales activos financieros de la Matriz y sus subsidiarias incluyen los préstamos, los deudores comerciales y otras cuentas por cobrar, el efectivo y las colocaciones a corto plazo que provienen directamente de sus operaciones y transacciones rutinarias. La Matriz y sus subsidiarias también cuentan con inversiones que se clasifican como activos financieros medidas a valor razonable que, de acuerdo con el modelo de negocio, tienen impactos en el resultado del período o en el otro resultado integral. Además, en las transacciones con instrumentos derivados se pueden generar derechos que quedarán registrados como activos financieros.

La Matriz y sus subsidiarias se encuentra expuesta a los riesgos de mercado, de crédito y de liquidez. La administración de la Matriz y sus subsidiarias observan la gestión de estos riesgos a través de las diferentes instancias organizacionales diseñadas para esto. Además, dentro del alcance de la Junta Directiva, se cuenta con el comité financiero que supervisa dichos riesgos financieros y el marco corporativo de gestión del riesgo financiero que resulta más apropiado. El comité financiero ayuda a la administración de la Matriz y sus subsidiarias a que las actividades de asunción de riesgo financiero se encuentren en el marco de las políticas y procedimientos corporativos aprobados, y que esos riesgos financieros se identifiquen, midan y gestionen de acuerdo con estas políticas corporativas.

La gestión del riesgo financiero relacionada con todas las transacciones con instrumentos derivados es llevada a cabo por equipos de especialistas que tienen las capacidades, la experiencia y la supervisión generada desde la estructura organizacional. De acuerdo con las políticas corporativas de la Matriz y sus subsidiarias, no se puede realizar transacciones con instrumentos derivados con fines meramente especulativos. Si bien no se aplican siempre los modelos de contabilidad de cobertura, los derivados se pactan sobre la base de un subyacente que efectivamente requiere dicha cobertura de acuerdo con los análisis internos.

La Junta Directiva revisa y acuerda las políticas para la gestión de cada uno de estos riesgos, los que se resumen a continuación:

a. Riesgo de crédito

El riesgo de crédito es el riesgo que una contraparte no cumpla sus obligaciones asumidas en virtud de un instrumento financiero o contrato comercial y que ello resulte en una pérdida financiera. La Matriz y sus subsidiarias se encuentran expuestas al riesgo de crédito por sus actividades operativas (en particular, por los deudores comerciales) y sus actividades financieras, incluidos los depósitos en bancos e instituciones y otros instrumentos financieros. El importe en libros de los activos financieros representa la máxima exposición al riesgo de crédito.

Efectivo y equivalentes de efectivo

El riesgo de crédito de los saldos de bancos y entidades financieras se gestiona de acuerdo con la política corporativa definida para este propósito. Las inversiones de los excedentes de fondos se realizan solamente con las contrapartes aprobadas por la Junta Directiva y dentro de las jurisdicciones previamente establecidas. La administración revisa periódicamente las condiciones financieras generales de las contrapartes, evaluando los principales indicadores financieros y calificaciones de mercado.

Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar

El riesgo de crédito relacionado con las cuentas comerciales por cobrar es bajo considerando que gran parte de las ventas de la Matriz y sus subsidiarias corresponden a ventas de contado (efectivo y tarjetas de crédito) y las financiaciones se hacen a través de convenios y acuerdos comerciales que reducen la exposición de riesgo de la Matriz y sus subsidiarias. Adicionalmente, se cuenta con áreas administrativas de gestión de crédito que monitorean constantemente indicadores, cifras y los comportamientos de pago y los modelos de riesgo por cada tercero.

No hay cuentas comerciales por cobrar que individualmente equivalgan o superen el 5% de las cuentas por cobrar o ventas, respectivamente.

Garantías

La Matriz y sus subsidiarias no constituyen garantías, avales o cartas de crédito, otorgamiento de títulos-valores completos o en blanco o cualquier gravamen o derecho contingente a favor de terceros. De forma excepcional se pueden constituir gravámenes teniendo en cuenta la pertinencia del negocio, el monto de la obligación contingente y el beneficio para la Matriz o sus subsidiarias. Adicionalmente, existen algunos pagarés que hacen parte del uso ordinario de los negocios de operación con bancos y tesorería. Al 31 de diciembre de 2021, la Matriz figura como otorgante de una garantía a favor de su subsidiaria Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. por \$2,935 para cubrir posibles incumplimientos de sus obligaciones, actúa como ordenante de una garantía bancaria por \$95 a favor de la Bolsa Mercantil de Colombia y actúa como deudor solidario de la subsidiaria Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla por requerimiento de algunas compañías de seguros y como requisito para la expedición de pólizas de cumplimiento. Éxito Viajes y Turismo S.A.S. otorgó una garantía a favor de Aerovías del Continente Americano S.A. por \$325. Las subsidiarias Éxito Industrias S.A.S. y Éxito Viajes y Turismo S.A.S. otorgaron algunas garantías a compañías de seguros y como requisito para la expedición de pólizas de cumplimiento.

b. Riesgo de mercado

El riesgo de mercado es el riesgo de que los cambios en los precios de mercado, por ejemplo, en las tasas de cambio, tasas de interés o precios de las acciones, afecten los ingresos de la Compañía o el valor de los instrumentos financieros que ella mantiene. El objetivo de la gestión del riesgo de mercado es administrar y controlar las exposiciones a este riesgo dentro de parámetros razonables y al mismo tiempo optimizar la rentabilidad.

Riesgo de la tasa de interés

El riesgo de tasa de interés es el riesgo de que el valor razonable de activos y pasivos financieros o los flujos de efectivo futuros de un instrumento financiero fluctúen debido a los cambios en las tasas de interés de mercado. La exposición de la Matriz y sus subsidiarias al riesgo de tasa de interés se relaciona principalmente con las obligaciones de deuda que se encuentran pactadas con tasas de interés variables o indexadas a algún índice fuera del control de la Matriz y sus subsidiarias.

Las obligaciones financieras de la Matriz y sus subsidiarias, en su mayoría, se encuentran indexadas a tasas variables de mercado. Para gestionar esto, la Matriz y sus subsidiarias realiza transacciones de permuta financiera a través de instrumentos financieros derivados *swap* de tasas de interés con entidades financieras previamente aprobadas, en las que acuerda intercambiar, a intervalos específicos, la diferencia entre los montos de las tasas de interés fijas y variables calculados en relación con un monto de capital nominal acordado, lo que convierte las tasas variables en fijas y los flujos de caja se hacen determinables.

Riesgo de moneda

El riesgo de moneda es el riesgo de que el valor razonable o los flujos de efectivo futuros de un instrumento financiero fluctúen debido a los cambios en las tasas de cambio. La exposición de la Matriz y sus subsidiarias al riesgo de tasa de cambio se relaciona con las operaciones pasivas en moneda extranjera relacionadas con obligaciones de deuda de largo plazo y con las actividades operativas de la Matriz y sus subsidiarias (cuando los ingresos y gastos se encuentran denominados en una moneda diferente de la moneda funcional), así como con las inversiones netas de la Matriz en las subsidiarias del exterior.

La Matriz y sus subsidiarias gestiona su riesgo de tasa de cambio por medio de instrumentos financieros derivados (como *forward* y *swap*) en los eventos en los que dichos instrumentos mitigan eficientemente la volatilidad.

Cuando la naturaleza de la relación de cobertura no es una cobertura de tipo económico, es política de la Matriz y sus subsidiarias negociar las condiciones de los instrumentos derivados de forma tal que se correlacionen con las condiciones de las partidas subyacentes objeto de cobertura, con el propósito de maximizar la eficacia en la exposición a estas variables. No todos los derivados financieros son clasificados como operaciones de cobertura, sin embargo, la política de la Matriz y sus subsidiarias es no realizar transacciones meramente especulativas, por lo que, aún sin ser clasificadas como coberturas contables, los instrumentos financieros derivados están relacionados con un subyacente y un monto notional que expone a la Matriz y sus subsidiarias con relación a la variación de la tasa de cambio.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la Matriz y sus subsidiarias colombianas habían cubierto casi el 100% de sus compras y obligaciones en moneda extranjera.

Riesgo de precio de acciones

Para propósitos de gestión de precio de acciones de la Matriz se incluye el capital accionario emitido, las primas de emisión o primas en colocación de acciones y todas las demás reservas de patrimonio atribuibles a los propietarios de la controladora. El objetivo principal de la gestión del capital de la Matriz es maximizar el valor para el accionista.

La Matriz gestiona su estructura de capital y realiza los ajustes pertinentes en función de los cambios en las condiciones económicas y los requerimientos de las cláusulas financieras. A fin de mantener y ajustar su estructura de capital la Matriz también puede modificar los pagos de dividendos a los accionistas, reembolsarles capital o emitir nuevas acciones.

c. Riesgo de liquidez

El riesgo de liquidez es el riesgo de que la Matriz y sus subsidiarias tengan dificultades para cumplir con sus obligaciones asociadas con sus pasivos financieros que son liquidados mediante la entrega de efectivo o de otros activos financieros. El enfoque de la Matriz y sus subsidiarias para administrar la liquidez es asegurar, en la mayor medida posible, que siempre contará con la liquidez suficiente para cumplir con sus obligaciones cuando vencen, tanto en condiciones normales como de tensión, sin incurrir en pérdidas inaceptables o arriesgar la reputación.

La Matriz y sus subsidiarias gestionan el riesgo de liquidez a través del seguimiento diario de los flujos de caja, del control de vencimiento de los activos y pasivos financieros y de una relación adecuada con las entidades financieras.

El objetivo de la Matriz y sus subsidiarias es mantener el equilibrio entre la continuidad de los negocios y el uso de las fuentes de financiamiento a través de préstamos bancarios de corto y largo plazo de acuerdo con las necesidades, los cupos o las líneas de crédito disponibles con entidades financieras no utilizados y los arrendamientos financieros, entre otros mecanismos. Al 31 de diciembre de 2021 aproximadamente un 18% de la deuda de la Matriz y sus subsidiarias vencerá en menos de un año (31 de diciembre de 2020 - 67%) considerando el valor en libros de los préstamos reflejados en los presentes estados financieros.

La Matriz y sus subsidiarias han calificado baja la concentración del riesgo de liquidez sin mayores restricciones para el pago de las obligaciones financieras con vencimiento dentro de los doce meses posteriores a la fecha de cierre del periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021. El acceso a las fuentes de financiamiento está suficientemente asegurado.

El siguiente cuadro presenta el perfil de vencimientos de los pasivos financieros de la Matriz y sus subsidiarias sobre la base de los pagos contractuales no descontados que surgen de los acuerdos respectivos:

Al 31 de diciembre de 2021	Menos de 1 año	De 1 a 5 años	Más de 5 años	Total
Obligaciones por arrendamiento financiero en términos brutos	-	-	-	-
Otros pasivos contractuales relevantes	160,436	772,052	83,445	1,015,933
Total	160,436	772,052	83,445	1,015,933

Al 31 de diciembre de 2020	Menos de 1 año	De 1 a 5 años	Más de 5 años	Total
Obligaciones por arrendamiento financiero en términos brutos	3,857	3,144	-	7,001
Otros pasivos contractuales relevantes	681,384	383,861	24,680	1,089,925
Total	685,241	387,005	24,680	1,096,926

Análisis de sensibilidad para los saldos de 2021

La Matriz evaluó estadísticamente los posibles cambios en la tasa de interés de los pasivos financieros y otros pasivos contractuales relevantes.

Bajo el supuesto de normalidad, considerando una variación del 10% de las tasas de interés, se evalúan tres escenarios:

- Escenario I: Últimas tasas de interés conocidas al cierre de 2021.
- Escenario II: Para el Índice Bancario de Referencia se considera un aumento del 0.3418%. Este aumento sobre la última tasa de interés publicada.
- Escenario III: Para el Índice Bancario de Referencia se considera una disminución del 0.3418%. Esta disminución sobre la última tasa de interés publicada.

Los resultados del análisis de sensibilidad no presentaron variaciones significativas entre los 3 escenarios expuestos, por tanto, en la presentación de los mismos a nivel de redondeo de millones no son observables. A continuación, se presentan los posibles cambios:

Operaciones	Riesgo	Saldo al 31 de diciembre de 2021	Proyección del mercado		
			Escenario I	Escenario II	Escenario III
Préstamos	Cambios en la tasa de interés	907,141	897,958	904,503	894,682
Total		907,141	897,958	904,503	894,682

d. Pólizas de seguros

Al 31 de diciembre de 2021 la Matriz y sus subsidiarias colombianas tienen contratadas las siguientes pólizas de seguros con el fin de mitigar riesgos asociados a toda la operación:

Ramo	Límites asegurados	Coberturas
Todo riesgo daños materiales y lucro cesante	De acuerdo con los valores de reposición y reconstrucción, con límite máximo de responsabilidad por cada póliza.	Pérdidas o daños súbitos e imprevistos y accidentales que sufran los bienes como consecuencia directa de cualquier causa no excluida. Cubre los edificios, muebles y enseres, maquinaria y equipo, mercancías, equipo electrónico, mejoras locativas, lucro cesante y demás bienes del asegurado.
Transporte mercancía y dinero	De acuerdo con la declaración de valor movilizado y un límite máximo por despacho. Aplican límites y sublímites diferenciales para cada cobertura.	Bienes de propiedad del asegurado que se encuentren en tránsito, incluyendo aquellos sobre los cuales tenga interés asegurable.
Responsabilidad civil extracontractual	Aplican límites y sublímites diferenciales por cobertura	Cubre los perjuicios causados a terceros en desarrollo de la operación
Responsabilidad civil directores y administradores	Aplican límites y sublímites diferenciales por cobertura.	Cubre las reclamaciones contra los directores y administradores derivadas de un error u omisión en sus funciones.
Infidelidad y riesgos financieros	Aplican límites y sublímites diferenciales por cobertura.	Pérdida de dinero o títulos valores en predios o en tránsito. Actos dolosos de trabajadores que generen pérdidas financieras.
Vida grupo y accidentes personales	El valor asegurado corresponde al número de salarios definido por la Compañía.	Muerte e incapacidad total y permanente, por un evento natural o accidental.
Autos	Aplica un límite establecido por cada cobertura	Responsabilidad civil extracontractual. Pérdida total y parcial daños. Pérdida total y parcial hurto. Terremoto. Demás amparos descritos en la póliza.
Cyber risk	Aplican límites y sublímites diferenciales por cobertura	Pérdidas directas derivadas de un acceso mal intencionado a la red y pérdidas indirectas por daños a terceros como consecuencia de una afectación a sus datos derivada de alguno de los eventos cubiertos en la póliza.

e. Instrumentos financieros derivados

Como se mencionó anteriormente, la Matriz y sus subsidiarias utilizan instrumentos financieros derivados para cubrir su exposición de riesgo, siendo su principal objetivo cubrir la exposición frente al riesgo de tasa de interés y tasa de cambio, convirtiendo la deuda financiera a tasas de interés fija y tipos de cambio nacional.

Al 31 de diciembre de 2021, el valor de referencia de estos contratos ascendía a COP 302.71 millones (*interest rate swaps*), USD 104.5 millones y EUR 6.83 millones (31 de diciembre de 2020 – USD 54.49 millones y EUR 5.25 millones). Estas operaciones son usualmente contratadas bajo las mismas condiciones de montos, vigencia y costos de transacción, y, preferiblemente, con las mismas entidades financieras, observando siempre los límites y políticas de la Matriz y sus subsidiarias.

De acuerdo con la política de la Matriz y sus subsidiarias, los *swaps* pueden ser adquiridos con restricciones, previa autorización de la administración de la Matriz y sus subsidiarias.

La Matriz y sus subsidiarias han diseñado e implementado controles internos para garantizar que estas transacciones sean realizadas bajo la observación de las políticas previamente establecidas.

f. Valor razonable de instrumentos financieros derivados

El valor razonable de los instrumentos financieros derivados es calculado bajo el modelo de la proyección de flujos de caja operativos, usando las curvas de títulos de tesorería del estado en cada país y descontándolas a valor presente, utilizando tasas de mercado para *swap* reveladas por las autoridades competentes en los mismos.

El valor de mercado de los swaps fue obtenido aplicando los tipos de cambio de mercados eficaces en la fecha de la información financiera intermedia disponible, y las tasas son proyectadas por el mercado basado en curvas de descuento de divisas. Con el propósito de calcular el cupón de las posiciones indexadas de moneda extranjera, fue utilizada la convención de 365 días consecutivos.

Nota 47. Información sobre segmentos de operación

El total de activos y pasivos por segmentos no están específicamente reportados internamente para efectos administrativos y por lo tanto no son revelados bajo el marco normativo de la NIIF 8 - Segmentos de operación.

Los segmentos reportables incluyen el desarrollo de las siguientes actividades:

Colombia:

- Éxito: Los principales productos y servicios para este segmento provienen netamente de la actividad de comercialización de productos al detal, con almacenes bajo la marca Éxito.
- Carulla: Los principales productos y servicios para este segmento provienen netamente de la actividad de comercialización de productos al detal, con almacenes bajo la marca Carulla.
- Bajo costo y otros (Surtimax, Súper Inter, B2B y Surti mayorista): Los principales productos y servicios para este segmento provienen netamente de la actividad de comercialización de productos al detal, con almacenes bajo las marcas Surtimax, Súper Inter, Surti mayorista y el formato B2B.

Argentina:

- Los principales productos y servicios para este segmento provienen netamente de la actividad de comercialización de productos al detal en Argentina con almacenes bajo las marcas Libertad y Mini Libertad.

Uruguay:

- Los principales productos y servicios para este segmento provienen netamente de la actividad de comercialización de productos al detal en Uruguay con almacenes bajo las marcas Disco, Devoto y Géant.

Las políticas contables de los segmentos sobre los que se informa son las mismas políticas contables de la Matriz descritas en la Nota 4.

La Matriz revela información por segmentos de conformidad con lo establecido en el marco de la NIIF 8 - Segmentos de operación; estos segmentos se definen como un componente de una entidad sobre el cual se tiene información financiera separada que es evaluada regularmente por la alta administración.

Las ventas de bienes por cada uno de los segmentos por los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 son las siguientes:

Segmento geográfico	Segmento operativo	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Colombia	Éxito	8,581,274	8,049,347
	Carulla	1,782,355	1,769,277
	Bajo costo y otros	1,920,768	1,824,061
Argentina		1,178,166	847,060
Uruguay		2,643,858	2,654,336
Total ventas		16,106,421	15,144,081
Eliminaciones		(665)	(2,837)
Total consolidado (Nota 31)		16,105,756	15,141,244

A continuación, se presenta información adicional por segmento geográfico:

Al 31 de diciembre de 2021						
	Colombia	Argentina (1)	Uruguay (1)	Total	Eliminaciones (2)	Total
Venta de bienes	12,284,397	1,178,166	2,643,858	16,106,421	(665)	16,105,756
Margen comercial	3,099,453	412,465	921,140	4,433,058	471	4,433,529
Total gastos recurrentes	(2,344,855)	(396,022)	(704,635)	(3,445,512)	2	(3,445,510)
ROI	754,598	16,443	216,505	987,546	473	988,019
Ebitda recurrente	1,221,557	41,316	272,057	1,534,930	473	1,535,403

Al 31 de diciembre de 2020						
	Colombia	Argentina (1)	Uruguay (1)	Total	Eliminaciones (2)	Total
Venta de bienes	11,642,685	847,060	2,654,336	15,144,081	(2,837)	15,141,244
Margen comercial	2,758,438	282,994	913,563	3,954,995	1,934	3,956,929
Total gastos recurrentes	(2,229,763)	(285,007)	(688,320)	(3,203,090)	(11)	(3,203,101)
ROI	528,675	(2,013)	225,243	751,905	1,923	753,828
Ebitda recurrente	976,294	16,026	277,618	1,269,938	1,923	1,271,861

(1) Las compañías no operativas, compañías *holdings* que mantienen las participaciones de las compañías operativas, se asignan para efectos de presentación de información por segmentos al área geográfica a la cual pertenecen las compañías con operación. En el caso que la compañía *holding* mantenga inversiones en varias compañías operativas, se asigna a la compañía operativa más significativa.

(2) Corresponde a los saldos de transacciones realizadas entre los segmentos que se eliminan en el proceso de consolidación de estados financieros.

Nota 48. Activos no corrientes mantenidos para la venta y Operaciones discontinuadas

Activos no corrientes mantenidos para la venta

La administración de la Matriz cuenta con un plan para vender algunos inmuebles con el fin de estructurar proyectos que permitan aprovechar el uso para estos inmuebles, incrementar el potencial precio de venta futuro y generar un aumento de recursos para la Matriz. Como resultado del plan, algunas de las propiedades, planta y equipo y algunas de las propiedades de inversión fueron clasificados como activos no corrientes mantenidos para la venta.

El saldo de los activos no corrientes mantenidos para la venta reflejado en el estado de situación financiera es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Propiedades, planta y equipo (1)	16,340	11,416
Propiedades de inversión (2)	8,261	8,526
Total	24,601	19,942

(1) Corresponde a los siguientes inmuebles:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Local Villa Maria (a) (Nota 48.2)	16,340	11,416
Total	16,340	11,416

(a) Inmueble de la subsidiaria Libertad S.A. mantenido para la venta desde diciembre de 2019.

(2) Corresponde a los siguientes inmuebles:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Lote La Secreta (terreno) (Nota 48.2)	5,208	5,465
Local Kennedy (edificio) (Nota 48.2) (a)	1,640	1,640
Local Kennedy (terreno) (Nota 48.2) (a)	1,229	1,229
Lote La Secreta (construcción en curso) (Nota 48.2)	184	192
Total	8,261	8,526

(a) La Matriz estima que la venta de este activo se realice durante el primer semestre de 2022.

No se han reconocido ingresos o gastos acumulados en los resultados ni en otros resultados integrales en relación con el uso de estos activos.

Operaciones discontinuadas

Desde agosto de 2019, como parte de su estrategia de operación, la Matriz tomó la decisión de cerrar las operaciones comerciales de su subsidiaria Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.2). Con base en esa decisión, los resultados acumulados de esta subsidiaria al 31 de diciembre de 2020 fueron presentados en el estado de resultados consolidados en el renglón de los resultados netos de las operaciones discontinuadas, separados del resto de los resultados consolidados de la Matriz y sus subsidiarias. Durante 2021 y como parte del proceso de transición de su operación comercial en el que se encontraba a diciembre de 2021, la subsidiaria cambió su razón social, su objeto social y su operación comercial y adicionalmente fue capitalizada por la Matriz en \$40,862 con lo cual envió la causal de disolución que se presentaba al 31 de diciembre de 2020. Como consecuencia de este cambio de razón social, del objeto social y de la capitalización efectuada en agosto de 2021 y en octubre de 2021, la subsidiaria ha retomado su operación que consiste en la comercialización de energía eléctrica y sus resultados acumulados desde el 1 de octubre de 2021 fueron nuevamente presentados en el estado de resultados consolidado junto con el resto de los resultados consolidados de la Matriz y sus demás subsidiarias.

El efecto de estas operaciones discontinuadas en el estado de resultados consolidado es el siguiente:

	1 de enero al 3 de diciembre de 2021	1 de enero al 3 de diciembre de 2020
(Pérdida) neta Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.2.) (Nota 48.1)	(280)	(1,201)
(Pérdida) neta de las operaciones discontinuadas	(280)	(1,201)

Nota 48.1. Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.2.)

A continuación, se presenta el resultado de la operación discontinuada de Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 1.2.):

	1 de enero al 30 de septiembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ingresos de actividades ordinarias	-	-
Costo de ventas	-	-
Ganancia bruta	-	-
Gastos de distribución, administración y ventas	(226)	(348)
(Pérdida) por actividades de operación	(226)	(348)
Gastos financieros, neto	(1)	(794)
(Pérdida) antes del impuesto a las ganancias	(227)	(1,142)
(Gasto) por impuestos	(53)	(59)
(Pérdida) neta del periodo de la operación discontinuada	(280)	(1,201)
(Pérdida) atribuible a:		
Los propietarios de la controladora	(280)	(1,201)
Participaciones no controladoras	-	-

Nota 48.2. Hechos y circunstancias que alargan el periodo de venta de los activos no corrientes mantenidos para la venta a más de un año.

Al 31 de diciembre de 2021 factores externos ajenos al control de la administración relacionados con la contracción general en la dinámica del mercado inmobiliario y la imposibilidad de concretar ofertas razonables y beneficiosas, motivaron replantear el cronograma de venta inicial que se tenía de algunos activos no corrientes mantenidos para la venta.

Algunos de los factores externos que afectaron el cronograma de ejecución de las transacciones de venta al cierre del 31 de diciembre de 2021, fueron los siguientes:

- La confianza del consumidor disminuyó drásticamente durante 2020, llegando a niveles de -41.3% en meses como abril. Aunque en los últimos meses de ese año se presentó cierta recuperación, durante 2021 se continuó en terreno negativo y la última medición de diciembre de 2021 se ubicó en -7.0%, según las estimaciones de Fedesarrollo.
- El gasto de consumo se afectó considerablemente como consecuencia de emergencia por la Covid-19 y se presentaron caídas adicionales producto nuevos picos de pandemia ocasionados durante el primer semestre de 2021.
- La devaluación del peso colombiano frente al dólar fue del 14.2% en 2021, ubicando al peso colombiano como la moneda más devaluada del mundo, por encima países como Turquía y Argentina.
- El riesgo país medido a través de los Credit Default Swaps (CDS), que es el spread de crédito del país, aumentó 100 puntos básicos, pasando de 130 a 230, lo cual significa que los extranjeros perciben un país con más alto riesgo.
- El personal ocupado por el comercio minorista, medido en doce meses a noviembre de 2021 disminuyó 1.9%.

Durante 2020 y 2021 las acciones desarrolladas por la administración de la Matriz y sus subsidiarias y sus equipos internos conocedores del potencial del mercado inmobiliario en conjunto con comisionistas independientes de inmuebles para concretar la venta de los activos inmobiliarios han sido específicas y enfocadas por cada inmueble con el objetivo de garantizar la factibilidad de la venta, asegurar el saneamiento de los inmuebles y obtener propuestas económicas de valor agregado.

Al 31 de diciembre de 2021 los avances en el proceso de venta son los siguientes:

- Lote La Secreta. Negociada con el comprador durante 2019. Al 31 de diciembre de 2021 se ha entregado y se ha recibido el 14.10% del pago del inmueble. El resto del activo se entregará coincidentemente con los pagos del activo que se recibirán con el siguiente esquema: el 23.39% en 2022, el 20.43% en 2023, el 1.19% en 2024 y el 40.88% en 2025. La escritura de aporte al fideicomiso se firmó el 1 de diciembre de 2020 y fue registrada el 30 de diciembre de 2020.
- Local Kennedy. Durante el tercer trimestre de 2020 se extinguió el derecho de preferencia que se tenía con el arrendatario. Como consecuencia de esa extinción el inmueble puede surtir un proceso de oferta pública con el acompañamiento de empresas comisionistas. Desde la finalización del contrato con el locatario, se negoció un nuevo canon mensual de arrendamiento, lo cual ha generado mejores expectativas del valor del inmueble en el mercado y en el proceso actual de venta por ser un inmueble con mejor retorno de inversión para potenciales compradores.
- Local Villa María. El 28 de diciembre de 2021 se concretó la venta del inmueble por USD 4.5 millones. En el momento de la firma del contrato, la subsidiaria Libertad S.A. recibió USD 520.000 y se espera recibir hasta un 70% durante el primer semestre de 2022, momento en el cual se entregará el inmueble al nuevo propietario y se reconocerá el ingreso por la venta. El 30% restante se recibirá durante el segundo semestre de 2022. El dinero recibido en diciembre de 2021 se registró como un anticipo por \$2,046 (Nota 28).

La Matriz y sus subsidiarias continúan firmemente comprometidas en el proceso de la venta de estos activos.

Nota 49. Hechos relevantes

31 de diciembre de 2021

Reunión ordinaria de Asamblea General de Accionistas

La Asamblea General de Accionistas de la Matriz se reunió el 25 de marzo de 2021 para decidir, entre otros asuntos, la aprobación del Informe de Gestión de la Administración, la aprobación de los estados financieros separados y consolidados con corte al 31 de diciembre de 2020 y la aprobación de distribución de dividendos a los accionistas.

Reorganización societaria en Companhia Brasileira de Distribuição – CBD

El 31 de diciembre de 2020 finalizó una reorganización societaria en Companhia Brasileira de Distribuição – CBD. Como resultado de esta reorganización Companhia Brasileira de Distribuição – CBD pasó a ser la controladora de la Matriz con una participación del 96.57% en su capital accionario. Con base en lo establecido en la regulación comercial colombiana, al 31 de diciembre de 2020 la Matriz se encontraba en causal de disolución ya que más del 95% de su capital accionario pertenecía a un solo accionista.

En marzo de 2021, Companhia Brasileira de Distribuição – CBD envió la causal de disolución a través de una transferencia de acciones de la Matriz a otro tercero (GPA2 Empreendimentos e Participações), con lo cual su nueva participación en el capital accionario de la Matriz es del 91.57%.

31 de diciembre de 2020

Reunión ordinaria de Asamblea General de Accionistas

La Asamblea General de Accionistas de la Matriz se reunió el 19 de marzo de 2020 para decidir, entre otros asuntos, la aprobación del Informe de Gestión de la Administración, la aprobación de los estados financieros separados y consolidados con corte al 31 de diciembre de 2019 y la aprobación de distribución de dividendos a los accionistas.

Finalización de la investigación en Via Varejo S.A.

El 26 de marzo de 2020 Via Varejo S.A. publicó un hecho relevante en el cual informaba que, como conclusión de la tercera fase de la investigación independiente que estaba llevando a cabo, y que al 31 de diciembre de 2019 no se había completado, en relación con los presuntos indicios de irregularidades contables y deficiencias en el control interno y sobre el impacto que estos temas eventualmente podrían tener en sus estados financieros correspondientes a los periodos en los cuales Companhia Brasileira de Distribuição - CBD era la controlante directa de Via Varejo S.A., no sería necesario la reexpresión de los estados financieros al 31 de diciembre de 2018, debido a que una vez evaluados los resultados de la investigación y considerando sus aspectos cualitativos y cuantitativos, se concluyó que los efectos de los ajustes contables resultantes de la investigación, en dichos estados financieros, no son significativos. Esta conclusión fue corroborada por los auditores independientes, actuales y predecesores, de Via Varejo S.A.

Pandemia Covid-19, al 31 de marzo de 2020

El 30 de enero de 2020, la Organización Mundial de la Salud declaró el brote de un nuevo coronavirus que apareció en Wuhan, provincia de Hubei, China, llamado Covid-19, como una emergencia de salud pública de importancia internacional. Posteriormente el 11 de marzo de 2020 y como consecuencia de los alarmantes niveles de propagación del virus por todo el mundo, se determina que la Covid-19 puede caracterizarse como una pandemia.

Desde que comenzaron los brotes y su propagación mundial, los países han tomado varias medidas como los decretos de cuarentenas y aislamientos obligatorios, el cierre de fronteras, la restricción de los viajes, la limitación de las reuniones públicas y la suspensión de todas las actividades sociales, entre otras.

En Colombia, el 12 de marzo de 2020 el Ministerio de Salud declaró la emergencia sanitaria por causa de la Covid-19. Posteriormente, el 17 de marzo de 2020 la Presidencia de la República de Colombia declaró el estado de emergencia económica, social y ecológica en todo el territorio nacional para contener la difusión de la pandemia y ayudar a mitigar sus riesgos asociados, mediante la expedición del Decreto 417.

La actividad comercial y los resultados de las operaciones podrían verse impactados negativamente en la medida en que esta pandemia afecta la economía nacional e internacional. Los efectos de esta emergencia, que pueden interferir con nuestra cadena de suministros y de servicios, están más allá del control de la Matriz y por lo tanto son imposibles de predecir. Entre otros riesgos que pueden afectar la operación y los resultados de la Matriz y sus subsidiarias están los impactos en las ventas de algunos productos y servicios, en los niveles de importación y de exportación, en los ingresos del negocio inmobiliario, en los viajes nacionales e internacionales, en la productividad de los empleados, en la preservación de los empleos, en la caída en los mercados de valores, en la volatilidad en los precios de algunos productos, en la volatilidad en la tasa de cambio y en cualquier otra actividad comercial asociada que pueda tener un efecto desestabilizador en el negocio, en los mercados financieros y en la economía del país.

La Matriz y sus subsidiarias han implementado una serie de medidas y de buenas prácticas para enfrentar esta situación, con las cuales busca minimizar los riesgos observados que pueden impactar la operación, proteger la salud e integridad de los empleados, mantener abastecido al país y permitir el acceso a los alimentos de los más necesitados, además de dar tranquilidad, confianza y apoyo a sus grupos de interés durante la coyuntura generada por esta pandemia.

A continuación, se relacionan algunas de las estrategias y las acciones más relevantes implementadas por la Matriz y sus subsidiarias colombianas:

1. En relación con la promoción de la solidaridad:
 - Oferta de 500.000 mercados con 12 productos básicos a precio de costo, para que los clientes con mejores condiciones económicas puedan solidarizarse con quienes están en situación de vulnerabilidad.
 - Posibilidad de donar puntos Colombia a la Fundación Éxito para que los clientes puedan direccionar recursos a quienes más los necesitan.
 - Entrega de mercados para la primera infancia a través de la Fundación Éxito, con los aportes de los empleados que donaron un día de su salario y de las donaciones que los clientes realizaron a través del programa "góticas".
 - Lanzamiento de la tarjeta "Mercado para Colombia", la cual se puede comprar física o virtualmente. Por cada \$50,000 (*) de ventas en estas tarjetas, la Matriz donará \$5,000 (*), que se destinarán a una obra social.
 - Creación de la "Línea Blanca" para el servicio a domicilio de forma prioritaria, gratuita y exclusiva para los profesionales de la salud.
 - Ampliación del horario en tiendas y atención exclusiva para el grupo de mayor riesgo, tales como adultos mayores, mujeres embarazadas y personas con discapacidad.

(*) Expresado en pesos colombianos

2. En relación con los clientes, su integridad física en los almacenes y el distanciamiento social:
 - Dotación al personal en tiendas de un kit básico de higiene con mascarillas, guantes, hidratación, lentes acrílicos y gel antibacterial para sus protocolos de higiene permanente, con el objetivo de garantizar su seguridad y la de los clientes.
 - Desinfección y limpieza permanente de los puntos de venta, los baños, las zonas de alto tráfico y los carros y las canastillas de mercado.
 - Cumplimiento de las reglas de aforo con el fin de permitir la circulación con las distancias prudentes para la protección de la salud.
 - Señalización en los puestos de pago de la distancia mínima entre clientes en línea con la normatividad vigente.
3. En relación con los proveedores y el apoyo a su trabajo:
 - Pago anticipado a los pequeños y medianos proveedores de los pagos que tenían vencimientos en abril, con el objetivo de mejorar su flujo de caja y facilitar la continuidad de su operación y la preservación del empleo.
 - Los proveedores textiles se han dispuesto para la confección y producción de tapabocas, lo cual les permite proteger el trabajo de sus empleados.
4. En relación con el abastecimiento de productos:
 - Destinar dos tiendas, en Bogotá y Medellín, para la distribución y el abastecimiento exclusivo de los productos de mayor demanda durante la coyuntura.
 - Garantizar el acceso a productos estableciendo límites de compra de unidades por cliente en productos tales como tapabocas, gel antibacterial, alcohol y guantes.
 - La Matriz se unió al acuerdo de autorregulación del comercio colombiano que suscribió FENALCO con sus comerciantes agremiados con el fin de hacer un llamado a todos los integrantes de la cadena de abastecimiento (proveedores, productores, distribuidores y comercializadores) para manejar racionalmente los precios y para regular el comercio con el fin de garantizar el orden y el distanciamiento social. Con esta unión, la Matriz ratifica su compromiso con la protección de la salud pública, la seguridad alimentaria, el abastecimiento de productos de primera necesidad, la preservación del empleo y de la actividad económica en pro del adecuado manejo de la emergencia.
5. En relación con los empleados, su cuidado y su estabilidad laboral:
 - Información y comunicación constante de las recomendaciones de autoridades de la salud para el autocuidado y el protocolo ante el contagio.
 - Masificación del trabajo remoto para los empleados de las sedes corporativas.
 - Dotación, al personal de las áreas financieras que están trabajando de forma remota, de todas las herramientas necesarias para garantizar la emisión oportuna y confiable de la integridad de los estados financieros separados y consolidados.
 - Asignación de los empleados de las unidades de negocio que están siendo afectadas por la emergencia para reforzar las tareas de las otras unidades de negocio operativas.
 - Bonificación y beneficios especiales para empleados de las tiendas y de los centros de distribución, como un reconocimiento a su esfuerzo y compromiso.

6. En relación con los planes de expansión e inversión:
 - Comités de crisis establecidos con el objetivo de monitorear la situación de la emergencia y las decisiones gubernamentales y tomar las decisiones adecuadas para asegurar la continuidad de las operaciones.
 - Reducción de los planes de expansión como mecanismo para la protección de la caja, haciendo énfasis en los proyectos que se encuentran en curso en el momento de la declaratoria de la emergencia.
 - Reasignación de los planes de inversión enfocando la estrategia en el fortalecimiento de los proyectos estratégicos de la Matriz de la omnicanalidad.
7. En relación con las operaciones de la Matriz:
 - Fortalecimiento de los canales de venta del comercio electrónico, de los domicilios y de las aplicaciones con el objetivo de facilitar las compras sin salir de casa.
 - Refuerzo del proceso de revisión de precios en las tiendas y con los proveedores para tener control y evitar alzas no justificadas.
 - Priorización de compras hacia productos menos afectados por el incremento del dólar.
 - Fortalecimiento de otros servicios de venta, como el servicio "compra y recoge" por medio del cual clientes solicitan los productos a través de distintos canales y luego pasan a los diferentes sitios dispuestos para ser recogidos, con lo que se minimiza el riesgo de contacto y se cumplen con todos los protocolos de higiene, limpieza y desinfección.
 - Entrega de domicilios priorizando el uso de vehículos eléctricos para ayudar con la mitigación de la contaminación del aire, en Bogotá y Medellín.

A continuación, se relacionan algunas de las estrategias y las acciones más relevantes implementadas por las subsidiarias del exterior:

- Diálogo permanente con las autoridades, nacionales y provinciales, con el fin de alinear todas las disposiciones sanitarias y de seguridad y establecer los mecanismos para su adecuado cumplimiento.
- Cumplimiento de las medidas emitidas por las autoridades en relación con los horarios especiales para los grupos de riesgo, el límite en el acceso a los almacenes para asegurar el espacio adecuado entre ellos, la demarcación de la distancia entre personas.
- Dotación al personal de los elementos de seguridad básica de higiene.
- Dotación e instalación de acrílicos separadores para las cajas.
- Control del stock de productos en los almacenes y pedidos mediante un adecuado plan de compras y de abastecimiento.
- Masificación del trabajo remoto para los empleados de las oficinas de administración central.

Pandemia Covid-19, durante el segundo trimestre de 2020

En relación con la Matriz y sus subsidiarias colombianas, el estado de emergencia económica, social y ecológica declarado desde el 17 de marzo de 2020 por la Presidencia de la República de Colombia en todo el territorio nacional para contener la difusión de la pandemia y ayudar a mitigar sus riesgos asociados, estuvo vigente durante el segundo trimestre de 2020.

Igualmente, los gobiernos de Argentina y de Uruguay continuaron con las medidas de resguardo y con las medidas y disposiciones sanitarias y de seguridad establecidas desde el primer trimestre del año 2020.

Como consecuencia de esta situación, la Matriz y sus subsidiarias continuaron incurriendo en gastos para la implementación de las medidas para enfrentar esta situación, tendientes a minimizar los riesgos que pueden impactar la operación, a proteger la salud e integridad de los empleados, a mantener abastecido a los países y a dar tranquilidad, confianza y apoyo a sus grupos de interés.

Adicionalmente la Matriz y sus subsidiarias realizaron una evaluación de los efectos que emergencia económica pudiera tener en sus estados financieros. Como consecuencia de esta evaluación no observó situaciones puntuales ni impactos significativos negativos en el registro de sus inversiones, en la medición de los inventarios, en la depreciación de las propiedades, plantas y equipos, en la medición del deterioro de las cuentas por cobrar a clientes, en los pasivos por provisiones y en los planes de reestructuración, en la medición de los beneficios a los empleados, en el cálculo y el reconocimiento del impuesto de renta diferido, en la jerarquía del valor razonable, en las transacciones con las partes relacionadas, en el deterioro de valor de los activos, en los ingresos de actividades ordinarias derivados de contratos con clientes, en los contratos de arrendamiento, en los activos no corrientes mantenidos para la venta, en las operaciones discontinuadas, y en general en todos sus pasivos, que pudieran afectar la situación financiera y en los resultados de las operaciones o que pudieran afectar su continuidad y operación.

Se presentan algunas situaciones puntuales, las cuales no tienen impacto ni generan cambios significativos en los activos que impliquen un deterioro en su valor y adicionalmente están adecuadamente registradas en los estados financieros:

- La Matriz y sus subsidiarias otorgaron descuentos a sus arrendatarios, los cuales fueron reconocidos como menor valor de los ingresos. Al 30 de junio de 2020 el valor de los descuentos otorgados ascendió a \$28,723.
- La disminución de los resultados del negocio conjunto Compañía de Financiamiento Tuya S.A. ha generado un gasto en la participación en este negocio conjunto al contabilizar el método de la participación y adicionalmente no ha permitido registrar los ingresos por la participación en el acuerdo de colaboración.

Finalmente, la Matriz y sus subsidiarias han evaluado que las consecuencias de estos impactos no afectan la capacidad para continuar funcionando como negocios en marcha, ya que los resultados en sus operaciones así lo demuestran.

Pandemia Covid-19, durante el tercer y cuarto trimestre de 2020

En relación con la Matriz y sus subsidiarias colombianas, el estado de emergencia económica, social y ecológica declarado desde el 17 de marzo de 2020 por la Presidencia de la República en todo el territorio nacional para contener la difusión de la pandemia y ayudar a mitigar sus riesgos asociados, estuvo vigente hasta el 1 de septiembre de 2020.

Como consecuencia de esta situación y del inicio de la reactivación gradual de la economía del país, la Matriz y sus subsidiarias colombianas no incurrieron en gastos adicionales similares a los que habían incurrido hasta el 30 de junio de 2020 para la implementación de las medidas para enfrentar el estado de emergencia mencionado.

Los gobiernos de Argentina y de Uruguay igualmente iniciaron el levantamiento de algunas de las medidas de resguardo y de disposiciones sanitarias y de seguridad establecidas desde el primer trimestre del año 2020. Como consecuencia de esta situación, las subsidiarias en estos países incurrieron en algunos gastos menores para continuar enfrentando esta situación.

Sin embargo, se presentan algunas situaciones puntuales, las cuales no tienen impacto ni generan cambios significativos en los activos que impliquen un deterioro en su valor y adicionalmente están adecuadamente registradas en los estados financieros:

- La Matriz y sus subsidiarias otorgaron descuentos a sus arrendatarios, los cuales fueron reconocidos como menor valor de los ingresos. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 el valor total de los descuentos otorgados ascendió a \$72,769.
- La disminución de los resultados del negocio conjunto Compañía de Financiamiento Tuya S.A. ha generado un gasto en la participación en este negocio conjunto al contabilizar el método de la participación y adicionalmente no ha permitido registrar los ingresos por la participación en el acuerdo de colaboración.

Reorganización societaria en Sendas Distribuidora S.A y en Companhia Brasileira de Distribuição – CBD

El 31 de diciembre de 2020 finalizó la reorganización societaria que se realizó en Sendas Distribuidora S.A. y en Companhia Brasileira de Distribuição – CBD en la cual uno de sus efectos fue la transferencia de las acciones de la Matriz que poseía Sendas Distribuidora S.A. a Companhia Brasileira de Distribuição – CBD. Con esta reorganización Companhia Brasileira de Distribuição – CBD pasó a ser la controladora de la Matriz con una participación del 96.57% en su capital accionario.

Como consecuencia de este cambio de control y con base en lo establecido en la regulación comercial colombiana, la Matriz se encuentra en causal de disolución ya que más del 95% de su capital accionario pertenece a un solo accionista. La Matriz cuenta con 18 meses, contados desde la fecha de configuración de esta causal, para enervarla.

Implementación de la Ley Sarbanes Oxley

Durante 2020 la Matriz y sus subsidiarias asumieron el reto de la implementación de la Ley Sarbanes Oxley (SOX). Como parte esencial de la implementación del programa anual SOX se desarrolló un proceso de identificación, análisis y evaluación de los riesgos que podrían afectar adversamente y de manera material la capacidad de la Matriz y sus subsidiarias para registrar, procesar, consolidar y reportar sus estados financieros. Este proceso contó con la participación de consultores externos y de un equipo interno dedicado a la identificación, el diseño, la implementación y la evaluación de los controles internos suficientes y relevantes que minimizaran estos riesgos, que permitieran fortalecer el sistema de control interno sobre el reporte financiero, disminuir la exposición de la Matriz y sus subsidiarias a la materialización de errores e inexactitudes en los procesos y en los estados financieros, avanzar en el mejoramiento continuo de los sistemas de información y tecnología y consolidar la credibilidad financiera en los accionistas e inversionistas. Dentro de las actividades de la implementación del programa anual SOX se incluyen, entre otras (a) la identificación de las subsidiarias, las cuentas, los procesos y los sistemas de información materiales para los estados financieros de la Matriz y sus subsidiarias, (b) la evaluación de los riesgos de error material y fraude en estos componentes materiales, y (c) el diseño, la implementación y la mejora de las actividades de control que mitigan estos riesgos. Adicionalmente se realizó la evaluación de la efectividad del sistema de control interno sobre el reporte financiero de la Matriz y sus subsidiarias y se realizaron capacitaciones al personal de la Matriz y sus subsidiarias y a la Auditoría Interna en temas relacionados con la definición de un control interno basado en Sox, la documentación que se requiere para minimizar la materialización de riesgos de presentación de errores en los estados financieros y la responsabilidad de la Administración en el mantenimiento de estos controles Sox, entre otros. Finalmente, se sostuvo una comunicación permanente con la Junta Directiva y el Comité de Auditoría sobre los avances del proyecto. Como resultado de estas actividades se logró crear una cultura en los colaboradores enfocada a la demostración de la transparencia en los procesos y a la calidad de la información.

Nota 50. Hechos ocurridos después del periodo sobre el que se informa

No se presentaron hechos posteriores después de la fecha del periodo sobre el que se informa que representen cambios significativos en la situación financiera y en las operaciones de la Matriz y sus subsidiarias.

Sin embargo, si se presentaron hechos posteriores después de la fecha del periodo sobre el que se informa que no afectan la situación financiera pero que por su relevancia es necesario revelar en los estados financieros:

Recepción del dinero de la indemnización de siniestros

El 10 de enero de 2022 la compañía de seguros que estaba encargada de cubrir las pérdidas que se presentaron por los siniestros ocasionados en los actos realizados en contra de la infraestructura de los almacenes en diferentes ciudades del país de la Matriz pagó \$1,494 como parte de la indemnización por daños. El cargo a los resultados de 2021 se encontraba registrado adecuadamente en la cuenta de otros ingresos operativos no recurrentes tal como se detalla en la Nota 34.



**Building a better
working world**

Informe del Revisor Fiscal

A la Asamblea de Accionistas de:
Almacenes Éxito S.A. y Subsidiarias

Opinión

He auditado los estados financieros consolidados adjuntos de Almacenes Éxito S.A. y Subsidiarias (en adelante, el Grupo), que comprenden el estado consolidado de situación financiera al 31 de diciembre de 2021 y los correspondientes estados consolidados de resultados, de resultados integrales, de cambios en el patrimonio y de flujos de efectivo por el año terminado en esa fecha, y el resumen de las políticas contables significativas y otras notas explicativas.

En mi opinión, los estados financieros consolidados adjuntos, presentan razonablemente, en todos sus aspectos de importancia, la situación financiera consolidada del Grupo al 31 de diciembre de 2021, los resultados consolidados de sus operaciones y los flujos consolidados de efectivo por año terminado en esa fecha, de conformidad con las Normas de Contabilidad y de Información Financiera aceptadas en Colombia.

Bases de la opinión

He llevado a cabo mi auditoría de acuerdo con Normas Internacionales de Auditoría aceptadas en Colombia. Mis responsabilidades en cumplimiento de dichas normas se describen en la sección *Responsabilidades del Auditor en la Auditoría de los Estados Financieros Consolidados* de este informe. Soy independiente del Grupo, de acuerdo con el Manual del Código de Ética para profesionales de la contabilidad, junto con los requisitos éticos relevantes para mi auditoría de estados financieros en Colombia, y he cumplido con las demás responsabilidades éticas aplicables. Considero que la evidencia de auditoría obtenida es suficiente y apropiada para fundamentar mi opinión.

Asuntos clave de auditoría

Los asuntos clave de auditoría son aquellos asuntos que, según mi juicio profesional, fueron de mayor importancia en mi auditoría de los estados financieros consolidados adjuntos. Estos asuntos se abordaron en el contexto de mi auditoría de los estados financieros consolidados tomados en su conjunto, y al momento de fundamentar la opinión correspondiente, pero no para proporcionar una opinión separada sobre estos asuntos. Con base en lo anterior, a continuación detallo la manera en la que cada asunto clave fue abordado durante mi auditoría.

He cumplido con las responsabilidades descritas en la sección *Responsabilidades del Auditor en la Auditoría de los Estados Financieros Consolidados* de mi informe, incluso en relación con estos asuntos. En consecuencia, mi auditoría incluyó la realización de los procedimientos diseñados para responder a los riesgos de incorrección material evaluados en los estados financieros consolidados.

Ernst & Young Audit S.A.S.
Bogotá D.C.
Carrera 11 No 98 - 07
Edificio Pijao Green Office
Tercer Piso
Tel. +57 (601) 484 7000
Fax. +57 (601) 484 7474

Ernst & Young Audit S.A.S.
Medellín – Antioquia
Carrera 43A No. 3 Sur-130
Edificio Milla de Oro
Torre 1 – Piso 14
Tel: +57 (604) 369 8400
Fax: +57 (604) 369 8484

Ernst & Young Audit S.A.S.
Cali – Valle del Cauca
Avenida 4 Norte No. 6N – 61
Edificio Siglo XXI
Oficina 502-510
Tel: +57 (602) 485 6280
Fax: +57 (602) 661 8007

Ernst & Young Audit S.A.S.
Barranquilla - Atlántico
Calle 77B No 59 – 61
Edificio Centro Empresarial
Las Américas II Oficina 311
Tel: +57 (605) 385 2201
Fax: +57 (605) 369 0580



**Building a better
working world**

Los resultados de mis procedimientos de auditoría, incluidos los procedimientos realizados para abordar los asuntos que se mencionan a continuación, constituyen la base de mi opinión de auditoría sobre los estados financieros consolidados adjuntos.

Asunto clave de auditoría	Respuesta de auditoría
<p><i>Gestión de Sistemas de Tecnología de la Información (TI)</i> Debido a la naturaleza de las transacciones del Grupo, los sistemas desempeñan un papel importante para asegurar la integridad y exactitud de la información financiera.</p> <p>Los controles generales de TI y demás elementos que involucran las aplicaciones, influyen en las actividades desarrolladas dentro de los distintos procesos y, por esta razón, son tenidos en cuenta al momento de definir la estrategia de auditoría y los procedimientos necesarios para obtener evidencia suficiente y adecuada, por lo que constituye un asunto clave para la auditoría.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Obtuve una comprensión de los sistemas, procesos y controles relevantes.- Involucré a especialistas internos en el proceso de evaluación de los controles generales de TI.- Evalué el diseño, los planes de acción y el nivel de implementación de las remediaciones, acciones realizadas y el avance alcanzado durante el año. El plan de remediación continua en proceso.- Con base en los resultados de los procedimientos anteriores, determiné la naturaleza y alcance de los procedimientos sustantivos necesarios para obtener evidencia de auditoría suficiente y adecuada, los cuales incluyeron, entre otros, pruebas documentales detalladas de la información procesada por los sistemas de información y el uso de reportes generados de los sistemas de información a través de herramientas analíticas.
<p><i>Valuación de descuentos en negociaciones con proveedores</i> Durante 2021, el Grupo recibió descuentos por parte de sus proveedores, registrando \$1,965,335 millones, que represento el 12% del total de ingresos operacionales del Grupo.</p> <p>Un alto porcentaje de los descuentos presentan términos comerciales específicos con cada proveedor y en diferentes temporadas del año, lo que puede impactar el momento adecuado de su reconocimiento, la base, la naturaleza del descuento y su clasificación en el estado de resultados y el inventario.</p> <p>Debido al impacto material en la utilidad neta del año, el volumen de los contratos y proveedores involucrados, consideré la determinación de los descuentos de los proveedores como un asunto clave de auditoría.</p>	<p>Como respuesta a este asunto, ejecuté los siguientes procedimientos con base en una selección estadística:</p> <ul style="list-style-type: none">- Comparé el descuento registrado con los soportes suministrados por el Grupo. (negociación con los clientes, aprobaciones, valor pactado).- Validé las transacciones durante y al fin de año, con el fin de identificar transacciones o ajustes inusuales.- Confirmé saldos de descuentos al cierre del año y comparé la respuesta contra, los registros contables o efectué procedimientos alternos, en los casos que no obtuve la confirmación.- Realicé procedimientos analíticos.



Building a better
working world

Asunto clave de auditoría

Respuesta de auditoría

Evaluación del Deterioro de Plusvalía y otros activos intangibles de vida útil indefinida

Al 31 de diciembre de 2021, la plusvalía y activos intangibles con vida útil indefinida ascienden a \$3,024,983 millones y \$242,170 millones respectivamente, y representan el 23% del total de activos.

El Grupo realiza anualmente pruebas de deterioro sobre la recuperabilidad de la plusvalía y otros activos intangibles con vida útil indefinida. La determinación del valor recuperable, que es el mayor entre el valor en uso y el valor razonable menos los costos de disposición, requiere juicio por parte de la Administración tanto para identificar como para evaluar las unidades generadoras de efectivo relevantes. Los montos recuperables requieren juicio de la gerencia sobre las variables y las condiciones del mercado, así como de los flujos de caja esperados por los próximos cinco años, tasa de crecimiento a perpetuidad para los períodos posteriores, análisis de tendencias basados en los resultados históricos y las tasas de inflación y de descuento más apropiadas. Este es un asunto clave de auditoría debido a su materialidad, al juicio de la gerencia que se requiere para estimar los supuestos en la proyección de los flujos de caja y la tasa de descuento usada.

Activos por impuestos diferidos y créditos fiscales

Como se indica en la Nota 26, la Compañía tiene activos por créditos fiscales por \$112,268 millones e impuestos diferidos por \$38,410 millones que serán compensados en los siguientes años y hasta el 2025.

Considero que el reconocimiento de los activos por impuestos es un asunto clave de auditoría, porque implica un alto nivel de juicio por parte de la Administración al evaluar la cuantificación, probabilidad y suficiencia de las ganancias imponibles futuras contra las cuales se podrán compensar en el futuro estos impuestos activos, así como los argumentos jurídicos en relación con posibles discusiones con las autoridades tributarias.

- Evalué el análisis de sensibilidad de la Administración sobre la aplicación de supuestos usados en la determinación del valor recuperable y proyección del flujo de caja con el presupuesto aprobado por la gerencia, así como con el desempeño histórico, y el contexto económico de donde opera la Compañía.
- Evalué los métodos y parámetros para el cálculo de la tasa de descuento usada en la proyección de los flujos de caja.
- Involucré a los especialistas internos en valoración con el fin de que me soportaran en la evaluación de los métodos usados y los supuestos definidos por la Administración.
- Verifiqué las revelaciones requeridas.
- Evalué la competencia y objetividad del especialista externo que preparó el modelo financiero.

Realicé, entre otros, los siguientes procedimientos:

- Procedimientos de auditoría sobre la clasificación de diferencias temporales y permanentes y las tasas aplicables de acuerdo a la normatividad vigente y el movimiento del año con efecto en resultados.
- Obtuve y evalué con involucramiento de especialista en impuestos, la documentación de los argumentos jurídicos de la Administración y de sus asesores tributarios, sobre la procedencia y temporalidad en el uso de los créditos fiscales.
- Evalué la razonabilidad de los criterios y los principales supuestos considerados por la Compañía al estimar las ganancias imponibles futuras necesarias para la compensación de los saldos activos de impuestos.

Otra Información

La Administración es responsable de la otra información. La otra información comprende el informe integrado, pero no incluye los estados financieros consolidados ni mi informe de auditoría correspondiente, que obtuve antes de la fecha de este informe de auditoría, y el informe integrado, del que se espera que dispondré después de dicha fecha.

Mi opinión sobre los estados financieros consolidados no cubre la otra información y no exprese ninguna forma de conclusión que proporcione un grado de seguridad sobre esta.

En relación con mi auditoría de los estados financieros consolidados, mi responsabilidad es leer la otra información que identifique más arriba y, al hacerlo, considerar si existe una incongruencia material entre la otra información y los estados financieros consolidados o el conocimiento obtenido por mí en la auditoría o si parece que existe una incorrección material en la otra información por algún otro motivo.

Cuando lea y considere el informe integrado, si concluyo que contiene una incorrección material, estoy obligado a comunicar la cuestión a los responsables del gobierno de la entidad.

Responsabilidades de la Administración y de los responsables del gobierno de la Compañía en relación con los estados financieros consolidados

La Administración es responsable por la preparación y correcta presentación de los estados financieros consolidados de acuerdo con las Normas de Contabilidad y de Información Financiera aceptadas en Colombia (NCIF); de diseñar, implementar y mantener el control interno relevante para la preparación y correcta presentación de los estados financieros consolidados libres de incorrección material, bien sea por fraude o error; de seleccionar y de aplicar las políticas contables apropiadas; y, de establecer estimaciones contables razonables en las circunstancias.

Al preparar los estados financieros consolidados, la Administración es responsable de evaluar la capacidad del Grupo para continuar como negocio en marcha, revelando, según corresponda, los asuntos relacionados con este asunto y utilizando la base contable de negocio en marcha, a menos que la Administración tenga la intención de liquidar el Grupo o cesar sus operaciones, o no tenga otra alternativa realista diferente a hacerlo.

Los encargados del gobierno de la controlante son responsables de la supervisión del proceso de información financiera del Grupo.

Responsabilidades del Auditor en la Auditoría de los Estados Financieros Consolidados

Mi objetivo es obtener una seguridad razonable sobre si los estados financieros consolidados tomados en su conjunto están libres de incorrección material, ya sea por fraude o error, y emitir un informe que incluya mi opinión. La seguridad razonable es un alto nivel de aseguramiento, pero no garantiza que una auditoría realizada de acuerdo con las Normas Internacionales de Auditoría aceptadas en Colombia siempre detectará una incorrección material cuando exista.

Las incorrecciones pueden surgir debido a fraude o error y se consideran materiales si, individualmente o acumuladas, podría esperarse que influyan razonablemente en las decisiones económicas que los usuarios tomen con base en los estados financieros consolidados.

Como parte de una auditoría de acuerdo con las Normas Internacionales de Auditoría aceptadas en Colombia, debo ejercer mi juicio profesional y mantener mi escepticismo profesional a lo largo de la auditoría, además de:

- Identificar y evaluar los riesgos de incorrección material en los estados financieros consolidados, ya sea por fraude o error, diseñar y ejecutar procedimientos de auditoría que respondan a esos riesgos, y obtener evidencia de auditoría que sea suficiente y apropiada para fundamentar mi opinión. El riesgo de no detectar una incorrección material debido a fraude es mayor que la resultante de un error, ya que el fraude puede implicar colusión, falsificación, omisiones intencionales, declaraciones falsas o sobrepaso del sistema de control interno.
- Obtener un entendimiento del control interno relevante para la auditoría, para diseñar procedimientos de auditoría que sean apropiados en las circunstancias.
- Evaluar lo adecuado de las políticas contables utilizadas, la razonabilidad de las estimaciones contables y las respectivas revelaciones realizadas por la Administración.
- Concluir sobre si es adecuado que la Administración utilice la base contable de negocio en marcha y, con base en la evidencia de auditoría obtenida, si existe una incertidumbre material relacionada con eventos o condiciones que puedan generar dudas significativas sobre la capacidad del Grupo para continuar como negocio en marcha. Si concluyo que existe una incertidumbre importante, debo llamar la atención en el informe del auditor sobre las revelaciones relacionadas, incluidas en los estados financieros consolidados o, si dichas revelaciones son inadecuadas, modificar mi opinión. Las conclusiones del auditor se basan en la evidencia de auditoría obtenida hasta la fecha de mi informe, sin embargo, eventos o condiciones posteriores pueden hacer que una entidad no pueda continuar como negocio en marcha.
- Evaluar la presentación general, la estructura, el contenido de los estados financieros consolidados, incluyendo las revelaciones, y si los estados financieros consolidados representan las transacciones y eventos subyacentes de manera que se logre una presentación razonable.
- Obtener evidencia de auditoría suficiente y adecuada en relación con la información financiera de las entidades o actividades de negocio que hacen parte del Grupo, con el fin de expresar mi opinión sobre los estados financieros consolidados. Soy responsable de la dirección, supervisión y ejecución de la auditoría de grupo y, por tanto, de la opinión de auditoría.

Comuniqué a los responsables del gobierno del Grupo, entre otros asuntos, el alcance planeado y el momento de realización de la auditoría, los hallazgos significativos de la misma, así como cualquier deficiencia significativa del control interno identificada en el transcurso de la auditoría.

También proporcioné a los responsables del gobierno del Grupo una declaración de que he cumplido los requerimientos de ética aplicables en relación con la independencia y comunicado con ellos acerca de todas las relaciones y demás cuestiones de las que se podría esperar razonablemente que pudieran afectar mi independencia y, en su caso, las correspondientes salvaguardas.

Entre los asuntos que han sido objeto de comunicación con los responsables del gobierno de la Compañía, determiné los que han sido de la mayor significatividad en la auditoría de los estados financieros consolidados del período actual y que son, en consecuencia, asuntos clave de la auditoría.




**Building a better
working world**

Describí esos asuntos en mi informe de auditoría salvo que las disposiciones legales o reglamentarias prohíban revelar públicamente el asunto o, en circunstancias extremadamente poco frecuentes, se determine que un asunto no se debería comunicar en mi informe porque cabe razonablemente esperar que las consecuencias adversas de hacerlo superarían los beneficios de interés público del mismo.

Otros Asuntos

Los estados financieros consolidados bajo normas de contabilidad y de información financiera aceptadas en Colombia de Almacenes Éxito S.A. y Subsidiarias al 31 de diciembre de 2020, que hacen parte de la información comparativa de los estados financieros adjuntos, fueron auditados por mí, de acuerdo con normas internacionales de auditoría aceptadas en Colombia, sobre los cuales expresé mi opinión sin salvedades el 23 de febrero de 2021.



Ángela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal y Socia a Cargo
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530

Medellín, Colombia
23 de febrero de 2022



**Building a better
working world**

Informe del Revisor Fiscal sobre la Evaluación del Control Interno y del Cumplimiento de las Disposiciones Estatutarias y de la Asamblea de Accionistas

A los Accionistas de
Almacenes Éxito S.A.

Descripción del Asunto Principal

El presente informe hace referencia a los procedimientos ejecutados en la evaluación de las medidas de control interno, de conservación y custodia de los bienes de la sociedad o de terceros que estén en poder de Almacenes Éxito S.A. (en adelante, “la Compañía”), así como la evaluación del cumplimiento, por parte de la Administración de la Compañía, de las disposiciones estatutarias y de la Asamblea de Accionistas al 31 de diciembre de 2021.

Los criterios para medir este asunto principal son los parámetros establecidos en la Parte I Título I Capítulo IV de la Circular Básica Jurídica de la Superintendencia Financiera de Colombia, en lo relacionado con el control interno y, lo contemplado en los estatutos y actas de Asamblea de Accionistas, en lo que tiene que ver con el cumplimiento de las disposiciones allí contenidas.

Responsabilidad de la Administración

Almacenes Éxito S.A. es responsable del diseño e implementación de las medidas de control interno, de conservación y custodia de los bienes de la sociedad o de terceros que estén en poder de la Compañía, así como de la definición de políticas y procedimientos que de él se desprendan. Estas medidas de control interno son definidas por los órganos societarios, la Administración y su personal, con el fin de obtener un aseguramiento razonable en relación con el cumplimiento de sus objetivos operacionales, de cumplimiento y de reporte, debido a que necesitan la aplicación del juicio de la Compañía, con el fin de seleccionar, desarrollar e implementar los controles suficientes y para monitorear y evaluar su efectividad. Por otro lado, la Administración de la Compañía es responsable de garantizar que sus actos se ajusten a los estatutos y a las órdenes o instrucciones de la Asamblea de Accionistas.

Responsabilidad del Auditor

Mi responsabilidad consiste en adelantar un trabajo sobre los aspectos mencionados en el párrafo ‘Descripción del asunto principal’, de acuerdo con lo establecido en los numerales 1 y 3 del artículo 209 del Código de Comercio, con el fin de emitir una conclusión basada en los procedimientos diseñados y ejecutados con base en mi juicio profesional y la evidencia obtenida como resultado de los mencionados procedimientos. Conduje mi trabajo con base en las Normas de Aseguramiento de la Información aceptadas en Colombia. He cumplido con los requerimientos de independencia y demás requerimientos éticos establecidos en el Código de Ética para profesionales de la contabilidad aceptado en Colombia, basado en los principios fundamentales de integridad, objetividad, competencia profesional y debido cuidado, confidencialidad y conducta profesional.

Ernst & Young Audit S.A.S.
Bogotá D.C.
Carrera 11 No 98 - 07
Edificio Pijao Green Office
Tercer Piso
Tel. +57 (601) 484 7000
Fax. +57 (601) 484 7474

Ernst & Young Audit S.A.S.
Medellín – Antioquia
Carrera 43A No. 3 Sur-130
Edificio Milla de Oro
Torre 1 – Piso 14
Tel: +57 (604) 369 8400
Fax: +57 (604) 369 8484

Ernst & Young Audit S.A.S.
Cali – Valle del Cauca
Calle 4 Norte No. 6N – 61
Edificio Siglo XXI
Oficina 502-510
Tel: +57 (602) 485 6280
Fax: +57 (602) 661 8007

Ernst & Young Audit S.A.S.
Barranquilla - Atlántico
Calle 77B No 59 – 61
Edificio Centro Empresarial
Las Américas II Oficina 311
Tel: +57 (605) 385 2201
Fax: +57 (605) 369 0580



**Building a better
working world**

Procedimientos Realizados

Para la emisión del presente informe, los procedimientos ejecutados consistieron principalmente en:

- Lectura de los estatutos y actas de Asamblea de Accionistas por el período comprendido entre el 1 de enero al 31 de diciembre de 2021, con el fin de evaluar si las disposiciones o instrucciones allí contenidas han sido implementadas durante el período, o cuentan con un adecuado cronograma de implementación.
- Indagaciones con la Administración acerca de cambios a los estatutos que tuvieron lugar en el período comprendido entre el 1 de enero y 31 de diciembre de 2021, así como posibles cambios que se tienen proyectados.
- Inspección de documentos que soporten el cumplimiento de las disposiciones que dieron lugar a los cambios en los estatutos efectuados en el período comprendido entre el 1 de enero y 31 de diciembre de 2021.
- Entendimiento, evaluación del diseño y pruebas de operatividad, con alcance definido según el criterio del auditor, de los controles a nivel de entidad, establecidos por la Compañía por cada uno de los elementos del control interno.
- Entendimiento y evaluación del diseño de los controles, con alcance definido según el criterio del auditor, sobre procesos significativos que afectan materialmente la información financiera de la Compañía.
- Seguimiento a los planes de acción ejecutados por la Compañía como respuesta a las deficiencias identificadas en períodos anteriores o durante el período cubierto por el presente informe.

Debido a las limitaciones inherentes a cualquier estructura de control interno, incluida la posibilidad de colusión o de un sobrepaso de controles por parte de la Administración, pueden producirse errores, irregularidades o fraudes que podrían no ser detectados. El resultado de los procedimientos previamente descritos por el período objeto del presente informe no es relevante para los futuros períodos debido al riesgo de que el control interno se vuelva inadecuado por cambios en condiciones, o que el grado de cumplimiento con políticas y procedimientos pueda deteriorarse. El presente informe en ningún caso puede entenderse como un informe de auditoría.

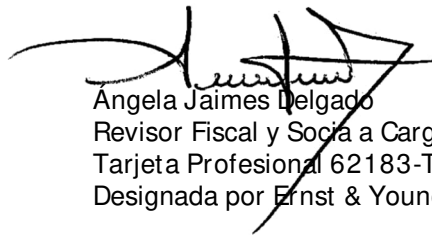
Conclusión

Concluyo que, al 31 de diciembre de 2021, las medidas de control interno, de conservación y custodia de los bienes de la Compañía o de terceros que están en su poder, de Almacenes Éxito S.A. existen y son adecuadas, en todos sus aspectos significativos, de acuerdo con los parámetros establecidos en la Parte I Título I Capítulo IV de la Circular Básica Jurídica de la Superintendencia Financiera de Colombia, y que la Administración de la Compañía ha dado cumplimiento a las disposiciones estatutarias y de la Asamblea de Accionistas, con base en los criterios de medición antes expuestos.



**Building a better
working world**
Otros Asuntos

Mis recomendaciones sobre oportunidades de mejora en el control interno han sido comunicadas a la Administración y Comité de Auditoría por medio de cartas y presentaciones separadas. Adicional a los procedimientos detallados en el presente informe, he auditado, de acuerdo con normas internacionales de auditoría aceptadas en Colombia, los estados financieros de Almacenes Éxito S.A. al 31 de diciembre de 2021 bajo Normas de Contabilidad y de Información Financiera aceptadas en Colombia, sobre los cuales emití mi opinión sin salvedades el 23 de febrero de 2022. Este informe se emite con destino a la Asamblea de Accionistas de Almacenes Éxito S.A., para dar cumplimiento a los requerimientos establecidos en los numerales 1 y 3 del artículo 209 del Código de Comercio, y no debe ser utilizado para ningún otro propósito, ni distribuido a terceros.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Angela Jaimes Delgado', is written over the typed name and title.

Angela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal y Socia a Cargo
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530

Medellín, Colombia
23 de febrero de 2022

DOCUMENT IN TRANSLATION PROCESS

Almacenes Éxito S.A.

Estados financieros separados

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020

Almacenes Éxito S.A.
Estados financieros separados
Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020

	<u>Página</u>
Certificación del Representante Legal y del Contador de la Compañía	4
Estados de situación financiera separados	5
Estados de resultados separados	6
Estados de resultados integrales separados	7
Estados de flujos de efectivo separados	8
Estados de cambios en el patrimonio separados	9
Nota 1. Información general	10
Nota 2. Bases de preparación	10
Nota 3. Principales políticas de contabilidad	12
Nota 4. Normas e Interpretaciones nuevas y modificadas	24
Nota 4.1. Normas emitidas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021	24
Nota 4.2. Normas que comenzaron su aplicación en 2021, emitidas antes del 1 de enero de 2021	25
Nota 4.3. Normas que comenzaron su aplicación en 2021, emitidas en 2021	25
Nota 4.4. Normas adoptadas anticipadamente durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021	25
Nota 4.5. Normas aún no vigentes al 31 de diciembre de 2021, emitidas antes del 1 de enero de 2021	25
Nota 4.6. Normas emitidas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020	26
Nota 4.7. Normas que comenzaron su aplicación en 2020, emitidas antes del 1 de enero de 2020	28
Nota 4.8. Normas que comenzaron su aplicación en 2020 emitidas durante 2020	28
Nota 4.9. Normas adoptadas anticipadamente durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020	28
Nota 4.10. Normas aún no vigentes al 31 de diciembre de 2020, emitidas antes del 1 de enero de 2020	28
Nota 5. Combinaciones de negocios	28
Nota 6. Efectivo y equivalentes de efectivo	29
Nota 7. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar	29
Nota 7.1. Cuentas comerciales por cobrar	29
Nota 7.2. Otras cuentas por cobrar	30
Nota 7.3. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar clasificadas en corriente y no corriente	31
Nota 7.4. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar por edades	31
Nota 8. Gastos pagados por anticipado	31
Nota 9. Cuentas por cobrar y Otros activos no financieros con partes relacionadas	32
Nota 10. Inventarios, neto y Costo de ventas	34
Nota 10.1. Inventarios, neto	34
Nota 10.2. Costo de ventas	34
Nota 11. Otros activos financieros	35
Nota 12. Propiedades, planta y equipo, neto	37
Nota 13. Propiedades de inversión, neto	39
Nota 14. Derechos de uso, neto	40
Nota 15. Plusvalía	41
Nota 16. Activos intangibles distintos de la plusvalía, neto	41
Nota 17. Inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación	43
Nota 17.1. Información no financiera relacionada con las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación	43
Nota 17.2. Información financiera relacionada con las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación	44
Nota 17.3. Objetos sociales de las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación	45
Nota 17.4. Inversiones en negocios conjuntos con participaciones no controladoras significativas	47
Nota 18. Cambios en la clasificación de activos financieros	47
Nota 19. Pasivos financieros	47
Nota 19.1. Obligaciones adquiridas en los contratos de crédito obtenidos durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021	48
Nota 19.2. Obligaciones adquiridas en los contratos de crédito obtenidos durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020	48
Nota 19.3. Indicador financiero de apalancamiento	49
Nota 20. Beneficios a los empleados	50
Nota 20.1. Planes de beneficios definidos	50
Nota 20.2. Plan de beneficios a largo plazo	52
Nota 21. Otras provisiones	53
Nota 21.1. Otras provisiones clasificadas en corriente y no corriente	55
Nota 21.2. Pagos estimados de otras provisiones	55
Nota 22. Cuentas por pagar a partes relacionadas	55
Nota 22.1. Cuentas por pagar	55
Nota 22.2. Pasivo por arrendamiento	56
Nota 22.3. Otros pasivos financieros	56
Nota 23. Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar	57
Nota 24. Pasivo por arrendamiento	57
Nota 25. Impuesto a las ganancias	57
Nota 25.1. Activo y pasivo por impuestos corrientes	60
Nota 25.2. Impuesto a las ganancias	61
Nota 25.3. Impuesto diferido	62
Nota 26. Otros pasivos financieros	64

	<u>Página</u>
Nota 27. Otros pasivos no financieros	65
Nota 28. Capital, acciones propias readquiridas y prima de emisión	66
Nota 29. Reservas, Ganancias acumuladas y Otro resultado integral	66
Nota 30. Ingresos de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes	67
Nota 31. Gastos de distribución y Gastos de administración y venta	69
Nota 32. Gasto por beneficios a empleados	70
Nota 33. Otros ingresos operativos, otros gastos operativos y otras (pérdidas), netas	70
Nota 34. Ingresos y gastos financieros	72
Nota 35. Participación en los resultados de subsidiarias y negocios conjuntos que se contabilizan utilizando el método de participación	72
Nota 36. Ganancias por acción	72
Nota 37. Transacciones con partes relacionadas	73
Nota 37.1. Remuneración al personal clave de la gerencia	73
Nota 37.2. Ingresos, costos y gastos con partes relacionadas	73
Nota 38. Deterioro del valor de los activos	75
Nota 38.1. Activos financieros	75
Nota 38.2. Activos no financieros	75
Nota 39. Medición del valor razonable	78
Nota 40. Activos y pasivos contingentes	82
Nota 40.1. Activos contingentes	82
Nota 40.2. Pasivos contingentes	82
Nota 41. Compensación de activos y pasivos financieros	83
Nota 42. Dividendos pagados y decretados	83
Nota 43. Arrendamientos	84
Nota 43.1. Arrendamientos financieros cuando la Compañía actúa como arrendatario	84
Nota 43.2. Arrendamientos operativos cuando la Compañía actúa como arrendatario	84
Nota 43.3. Arrendamientos operativos cuando la Compañía actúa como arrendadora	84
Nota 44. Estacionalidad de las transacciones	84
Nota 45. Políticas de gestión de los riesgos financieros	84
Nota 46. Activos no corrientes mantenidos para la venta	90
Nota 46.1. Hechos y circunstancias que alargan el periodo de venta de los activos no corrientes mantenidos para la venta a más de un año.	90
Nota 47. Hechos relevantes	91
Nota 48. Hechos ocurridos después del periodo sobre el que se informa	94

Almacenes Éxito S.A.
Certificación del Representante Legal y del Contador de la Compañía

Envigado, 21 de febrero de 2022

Los suscritos Representante Legal y Contador de Almacenes Éxito S.A., cada uno dentro de sus competencias y bajo cuya responsabilidad se prepararon los estados financieros adjuntos, certificamos que los estados financieros separados de la Compañía, al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020, han sido fielmente tomados de los libros y que antes de ser puestos a su disposición y de terceros se han verificado las siguientes afirmaciones contenidas en ellos:

1. Todos los activos y pasivos, incluidos en los estados financieros separados de la Compañía, existen y todas las transacciones incluidas en dichos estados financieros separados se han realizado durante los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020.
2. Todos los hechos económicos realizados por la Compañía durante los periodos anuales terminados 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 han sido reconocidos en los estados financieros separados.
3. Los activos representan probables beneficios económicos futuros (derechos) y los pasivos representan probables sacrificios económicos futuros (obligaciones), obtenidos o a cargo de la Compañía al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020.
4. Todos los elementos han sido reconocidos por sus valores apropiados.
5. Todos los hechos económicos que afectan la Compañía han sido correctamente clasificados, descritos y revelados en los estados financieros separados.

Las anteriores afirmaciones se certifican de conformidad con lo establecido en el Artículo 37 de la Ley 222 de 1995.

Adicionalmente, el suscrito Representante Legal de Almacenes Éxito S.A., certifica que los estados financieros separados y las operaciones de la Compañía al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 no contienen vicios, imprecisiones o errores que impidan conocer su verdadera situación patrimonial.

La anterior afirmación se certifica de conformidad con lo establecido en el Artículo 46 de la Ley 964 de 2005.



Carlos Mario Giraldo Moreno
Representante Legal



Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador
Tarjeta Profesional 67018-T

Almacenes Éxito S.A.

Estados de situación financiera separados

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020

(Cifras expresadas en millones de pesos colombianos)

	Notas	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Activo corriente			
Efectivo y equivalentes de efectivo	6	2,063,528	1,969,470
Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar	7	434,945	292,941
Gastos pagados por anticipado	8	16,353	18,287
Cuentas por cobrar a partes relacionadas	9	82,068	94,277
Inventarios, neto	10	1,680,108	1,583,972
Otros activos financieros	11	14,214	2,527
Activo por impuestos	25	386,997	339,539
Activos no corrientes mantenidos para la venta	46	8,261	8,526
Total activo corriente		4,686,474	4,309,539
Activo no corriente			
Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar	7	56,346	31,757
Gastos pagados por anticipado	8	5,939	7,377
Cuentas por cobrar a partes relacionadas	9	59,717	51,488
Otros activos no financieros con partes relacionadas	9	24,495	20,266
Otros activos financieros	11	20,064	39,847
Propiedades, planta y equipo, neto	12	1,984,771	1,909,426
Propiedades de inversión, neto	13	78,586	89,246
Derechos de uso, neto	14	1,609,599	1,570,161
Plusvalía	15	1,453,077	1,453,077
Activos intangibles distintos de la plusvalía, neto	16	191,559	166,511
Inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación, neto	17	4,085,625	3,618,703
Activo por impuesto diferido, neto	25	165,820	200,284
Otros activos no financieros		398	398
Total activo no corriente		9,735,996	9,158,541
Total activo		14,422,470	13,468,080
Pasivo corriente			
Pasivos financieros	19	136,184	647,934
Beneficios a los empleados	20	2,482	2,516
Otras provisiones	21	16,368	23,003
Cuentas por pagar a partes relacionadas	22	183,295	128,472
Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar	23	4,249,804	3,931,085
Pasivo por arrendamiento	24	239,831	230,240
Pasivo por impuestos	25	76,238	68,274
Otros pasivos financieros	26	66,817	81,366
Otros pasivos no financieros	27	166,116	197,917
Total pasivo corriente		5,137,135	5,310,807
Pasivo no corriente			
Pasivos financieros	19	742,084	325,770
Beneficios a los empleados	20	17,884	20,365
Otras provisiones	21	10,991	51,846
Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar	23	49,850	-
Pasivo por arrendamiento	24	1,580,954	1,554,725
Otros pasivos financieros	26	-	94
Otros pasivos no financieros	27	2,167	610
Total pasivo no corriente		2,403,930	1,953,410
Total pasivo		7,541,065	7,264,217
Patrimonio de los accionistas, ver estado adjunto		6,881,405	6,203,863
Total pasivo y patrimonio de los accionistas		14,422,470	13,468,080

Las notas que se acompañan forman parte integral de los estados financieros separados.



Carlos Mario Giraldo Moreno
Representante Legal
(Ver certificación adjunta)



Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador
Tarjeta Profesional 67018-T
(Ver certificación adjunta)



Ángela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530
(Ver informe adjunto del 23 de febrero de 2022)

Almacenes Éxito S.A.**Estados de resultados separados**

Por los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020

(Cifras expresadas en millones de pesos colombianos)

	Notas	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Operaciones continuadas			
Ingresos de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes	30	12,769,382	11,962,340
Costo de ventas	10	(9,913,824)	(9,407,570)
Ganancia bruta		2,855,558	2,554,770
Gastos de distribución	31	(1,436,206)	(1,341,840)
Gastos de administración y venta	31	(182,278)	(161,637)
Gastos por beneficios a los empleados	32	(672,567)	(657,254)
Otros ingresos operativos	33	32,173	45,278
Otros gastos operativos	33	(33,323)	(101,939)
Otras (pérdidas), netas	33	(21,378)	(11,702)
Ganancia por actividades de operación		541,979	325,676
Ingresos financieros	34	93,679	143,253
Gastos financieros	34	(287,047)	(403,570)
Participación en las ganancias de subsidiarias, asociadas y negocios conjuntos que se contabilizan utilizando el método de la participación	35	226,362	185,777
Ganancia por operaciones continuadas, antes del impuesto a las ganancias		574,973	251,136
(Gasto) por impuestos	25	(100,292)	(20,264)
Ganancia neta del periodo por operaciones continuadas		474,681	230,872
Ganancia por acción (*)			
Ganancia por acción básica (*)			
Ganancia por acción básica procedente de operaciones continuadas	36	1,060.49	515.80
Ganancia por acción diluida (*)			
Ganancia por acción diluida procedente de operaciones continuadas	36	1,060.49	515.80

(*) Cifras expresadas en pesos colombianos.

Las notas que se acompañan forman parte integral de los estados financieros separados.



Carlos Mario Giraldo Moreno
Representante Legal
(Ver certificación adjunta)



Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador
Tarjeta Profesional 67018-T
(Ver certificación adjunta)



Ángela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530
(Ver informe adjunto 23 de febrero de 2022)

Almacenes Éxito S.A.**Estados de resultados integrales separados**

Por los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020

(Cifras expresadas en millones de pesos colombianos)

	Notas	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ganancia neta del periodo		474,681	230,872
Otro resultado integral del periodo			
Componentes de otro resultado integral que no se reclasificarán al resultado del periodo, neto de impuestos			
Ganancia, (pérdida) por nuevas mediciones de planes de beneficios definidos		1,812	(542)
(Pérdida), ganancia de inversiones en instrumentos de patrimonio		(583)	1,210
Total otro resultado integral que no se reclasificará al resultado del periodo, neto de impuestos		1,229	668
Componentes de otro resultado integral que se reclasificarán al resultado del periodo, neto de impuestos			
Ganancia, (pérdida) por diferencias de cambio de conversión (1)	29	110,122	(267,185)
(Pérdida), por coberturas de inversiones de negocios en el extranjero	29	(5,755)	(14,236)
Ganancia, (pérdida) por coberturas de flujo de efectivo	29	4,909	(797)
Total otro resultado integral que se reclasificará al resultado del periodo, neto de impuestos		109,276	(282,218)
Total otro resultado integral		110,505	(281,550)
Resultado integral total		585,186	(50,678)
Ganancia por acción (*)			
Ganancia por acción básica (*):			
Ganancia (pérdida) por acción básica procedente de operaciones continuadas	36	1,307.38	(113.22)
Ganancia por acción diluida (*):			
Ganancia (pérdida) por acción diluida procedente de operaciones continuadas	36	1,307.38	(113.22)

(*) Cifras expresadas en pesos colombianos.

(1) Corresponde a las diferencias de cambio que surgen de la conversión a la moneda de presentación de los activos, los pasivos, el patrimonio y los resultados de las operaciones en el extranjero.

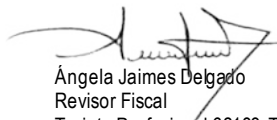
Las notas que se acompañan forman parte integral de los estados financieros separados.



Carlos Mario Giraldo Moreno
Representante Legal
(Ver certificación adjunta)



Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador
Tarjeta Profesional 67018-T
(Ver certificación adjunta)



Ángela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530
(Ver informe adjunto del 23 de febrero de 2022)

Almacenes Éxito S.A.

Estados de flujos de efectivo separados

Por los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020
(Cifras expresadas en millones de pesos colombianos)

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Flujos de efectivo de las actividades de operación		
Ganancia neta del periodo	474,681	230,872
Ajustes para conciliar la ganancia del periodo		
Impuestos a las ganancias corriente	71,810	67,525
Impuestos a las ganancias diferido	28,482	(47,261)
Costos financieros	52,081	74,423
Deterioro de cartera	22,732	20,812
Reversiones de deterioro de cartera	(18,173)	(16,757)
Deterioro de inventario	-	1,982
Reversiones de deterioro de inventario	(7,180)	-
Deterioro de valor de propiedades, planta y equipo, propiedades de inversión y activos intangibles	6,355	9,378
Provisiones por beneficios a empleados	2,468	1,535
Otras provisiones	39,220	95,145
Reversiones de otras provisiones	(49,181)	(22,692)
Gastos por depreciación de propiedades, planta y equipo, derechos de uso y propiedades de inversión	424,912	397,583
Gastos por amortización de activos intangibles	14,898	17,233
(Ganancias) por aplicación del método de la participación	(226,362)	(185,777)
Pérdidas por la disposición de activos no corrientes	15,902	10,823
Otros ajustes por partidas distintas al efectivo	37,406	(2,001)
Otros ajustes para los que los efectos sobre el efectivo son flujos de efectivo de inversión o financiación	(12,078)	(16,173)
Resultado operacional antes de cambios en el capital de trabajo	877,973	636,650
(Incremento) de cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar	(169,692)	(95,024)
Disminución de gastos pagados por anticipado	3,372	9,388
(Incremento) disminución en cuentas por cobrar a partes relacionadas	(17,714)	20,441
(Incremento) de los inventarios	(87,914)	(29,472)
(Incremento) de activos por impuestos	(77,161)	(80,796)
(Disminución) en beneficios a los empleados	(2,655)	(3,298)
(Disminución) de otras provisiones	(37,529)	(64,736)
Incremento (disminución) en cuentas por pagar comerciales y otras cuentas por pagar y pasivos por arrendamientos	134,359	(146,014)
Incremento (disminución) en cuentas por pagar a partes relacionadas	45,061	(15,413)
Incremento en pasivos por impuestos	7,963	2,005
(Disminución) incremento en otros pasivos no financieros	(30,244)	37,591
Flujos de efectivo netos provistos por las actividades de operación	645,819	271,322
Flujos de efectivo de las actividades de inversión		
Flujos de efectivo utilizados para mantener el control en subsidiarias y en negocios conjuntos	(24,495)	(40,249)
Flujos de efectivo por restitución de aportes de subsidiarias u otros negocios	(9,990)	-
Compras de propiedades, planta y equipo	(339,156)	(115,916)
Compras de otros activos	-	(32)
Compras de propiedades de inversión	(604)	(428)
Compras de activos intangibles	(39,258)	(33,663)
Importes procedentes de la venta de activos propiedades, planta y equipo	182	13,447
Dividendos recibidos	169,238	73,108
Flujos de efectivo netos (utilizados en) por las actividades de inversión	(244,083)	(103,733)
Flujos de efectivo de las actividades de financiación		
Flujos de efectivo por cambios en las participaciones en la propiedad en subsidiarias que no dan lugar a la pérdida de control	22	(703)
Disminución de otros activos financieros	8,096	32,987
(Disminución) en otros pasivos financieros	(7,183)	(15,494)
(Disminución) incremento en pasivos financiero	(88,587)	765,890
(Disminución) en pasivos por arrendamiento financiero	(6,849)	(3,184)
Dividendos pagados	(173,174)	(1,125,518)
Rendimientos financieros	12,078	16,173
Intereses pagados	(52,081)	(74,423)
Flujos de efectivo netos (utilizados en) las actividades de financiación	(307,678)	(404,272)
Incremento (disminución) neto del efectivo y equivalentes al efectivo	94,058	(236,683)
Efectivo y equivalentes al efectivo al principio del periodo	1,969,470	2,206,153
Efectivo y equivalentes al efectivo al final del periodo	2,063,528	1,969,470



Carlos Mario Giraldo Moreno
Representante Legal
(Ver certificación adjunta)



Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador
Tarjeta Profesional 67018-T
(Ver certificación adjunta)



Ángela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530
(Ver informe adjunto del 23 de febrero de 2022)

Almacenes Éxito S.A.

Estados de cambios en el patrimonio separados de periodos intermedios

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020

(Cifras expresadas en millones de pesos colombianos)

	Capital emitido	Prima de emisión	Acciones propias readquiridas	Reserva legal	Reserva ocasional	Reserva readquisición de acciones	Reserva futuros dividendos	Otras Reservas	Total reservas	Otro resultado integral acumulado	Ganancias acumuladas	Otros componentes en el patrimonio	Total patrimonio
	(Nota 28)	(Nota 28)	(Nota 28)	(Nota 29)	(Nota 29)	(Nota 29)	(Nota 29)	(Nota 29)	(Nota 29)	(Nota 29)	(Nota 29)	(Nota 29)	
Saldo al 31 de diciembre de 2019	4,482	4,843,466	(2,734)	7,857	1,771,022	22,000	155,412	199,280	2,155,571	(1,069,112)	618,031	646,824	7,196,528
Dividendo en efectivo declarado (Nota 42)	-	-	-	-	(1,091,259)	-	-	-	(1,091,259)	-	-	-	(1,091,259)
Resultado neto del periodo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230,872	-	230,872
Otro resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(281,550)	-	-	(281,550)
Apropiaciones para reservas	-	-	-	-	57,602	-	-	-	57,602	-	(57,602)	-	-
(Disminuciones) por cambios en las participaciones en la propiedad de subsidiarias que no dan pérdida de control	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2,055)	(2,055)
Otros incrementos (disminuciones) en el patrimonio, neto (1)	-	-	-	-	(2,583)	-	-	138,384	135,801	-	(147,995)	163,521	151,327
Saldo al 31 de diciembre de 2020	4,482	4,843,466	(2,734)	7,857	734,782	22,000	155,412	337,664	1,257,715	(1,350,662)	643,306	808,290	6,203,863
Saldo al 31 de diciembre de 2020	4,482	4,843,466	(2,734)	7,857	734,782	22,000	155,412	337,664	1,257,715	(1,350,662)	643,306	808,290	6,203,863
Dividendo en efectivo declarado (Nota 42)	-	-	-	-	(49,609)	-	-	-	(49,609)	-	(123,614)	-	(173,223)
Resultado neto del periodo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	474,681	-	474,681
Otro resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110,505	-	-	110,505
Apropiaciones para reservas	-	-	-	-	107,258	-	-	-	107,258	-	(107,258)	-	-
(Disminuciones) por cambios en las participaciones en la propiedad de subsidiarias que no dan pérdida de control	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5,506)	(5,506)
Otros incrementos (disminuciones) en el patrimonio, neto (2)	-	-	-	-	(784)	-	-	(8,135)	(8,919)	-	1,530	278,474	271,085
Saldo al 31 de diciembre de 2021	4,482	4,843,466	(2,734)	7,857	791,647	22,000	155,412	329,529	1,306,445	(1,240,157)	888,645	1,081,258	6,881,405

(1) En las ganancias acumuladas y en las Otras reservas, incluye \$139,249 (que se compensan entre si) correspondientes al método de participación sobre la apropiación de resultados de la subsidiaria Spice Investment Mercosur S.A. y sus subsidiarias. En los Otros componentes en el patrimonio, corresponde a \$163,521 por el método de participación sobre el efecto inflacionario de la subsidiaria Libertad S.A.

(2) En los Otros componentes en el patrimonio, corresponde a \$278,474 por el método de participación sobre el efecto inflacionario de la subsidiaria Libertad S.A.

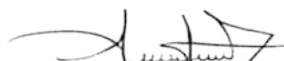
Las notas que se acompañan forman parte integral de los estados financieros separados.



Carlos Mario Giraldo Moreno
Representante Legal
(Ver certificación adjunta)



Jorge Nelson Ortiz Chica
Contador
Tarjeta Profesional 67018-T
(Ver certificación adjunta)



Ángela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530
(Ver informe adjunto del 23 de febrero de 2022)

Nota 1. Información general

Almacenes Éxito S.A. (de ahora en adelante, la Compañía) fue constituida, de acuerdo con las leyes colombianas, el 24 de marzo de 1950; su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 No 32 B Sur - 139, Envigado, Colombia. El término de duración de la Compañía expira el 31 de diciembre de 2050.

La Compañía cotiza en la Bolsa de Valores de Colombia (BVC) desde 1994 y se encuentra bajo control de la Superintendencia Financiera de Colombia.

La emisión de los estados financieros de la Compañía correspondientes a los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 fue autorizada por la Junta Directiva de la Compañía como consta en las actas del citado órgano del 21 de febrero de 2022 y del 22 de febrero de 2021, respectivamente.

El objeto social de la Compañía consiste principalmente en:

- Adquirir, almacenar, transformar, en general, distribuir y vender bajo cualquier modalidad comercial, incluyendo la financiación, toda clase de mercancías y productos nacionales y extranjeros, al por mayor y al detal por medios físicos o virtuales.
- La prestación de servicios complementarios tales como el otorgamiento de créditos para la adquisición de mercancías, el otorgamiento de seguros, la realización de giros y remesas, la prestación de servicios de telefonía móvil, la comercialización de viajes y paquetes turísticos, la reparación y mantenimiento de bienes muebles, la realización de trámites.
- Dar o tomar en arrendamiento locales comerciales, recibir o dar en arrendamiento o a otro título de mera tenencia, espacios o puestos de venta o de comercio dentro de sus establecimientos mercantiles destinados a la explotación de negocios de distribución de mercancías o productos y a la prestación de servicios complementarios.
- Constituir, financiar o promover con otras personas naturales o jurídicas, empresas o negocios que tengan como finalidad la producción de objetos, mercancías, artículos o la prestación de servicios relacionados con la explotación de los establecimientos comerciales.
- Adquirir bienes raíces, edificar locales comerciales con destino al establecimiento de almacenes, centros comerciales u otros sitios adecuados para la distribución de mercancías sin perjuicio de que, con criterio de aprovechamiento racional de la tierra, pueda enajenar pisos o locales, darlos en arrendamiento o explotarlos en otra forma conveniente, así como invertir en inmuebles, promover y ejecutar proyectos inmobiliarios de cualquier tipo de finca raíz.
- Aplicar recursos con fines de inversión para la adquisición de acciones, bonos, papeles comerciales y otros valores de libre circulación en el mercado para el aprovechamiento de incentivos fiscales establecidos por la ley, así como efectuar inversiones transitorias en valores de pronta liquidez con fines de utilización productiva temporal, celebrar operaciones de *factoring* en firme con recursos propios, constituir garantías sobre sus bienes muebles o inmuebles y celebrar operaciones financieras que le permitan adquirir fondos u otros activos.
- Distribuir como mayorista y minorista combustibles líquidos derivados del petróleo a través de estaciones de servicio, alcoholes, biocombustibles, gas natural vehicular y cualquier otro combustible aplicado al sector automotor, industrial, fluvial, marítimo y aéreo en todas sus clases.

La controladora última de la Compañía es Companhia Brasileira de Distribuição – CBD. Al 31 de diciembre de 2021 la controladora posee una participación del 91.57% (31 de diciembre de 2020 - 96.57%) en el capital accionario de la Compañía.

En la Cámara de Comercio de Aburrá Sur se encuentra registrada una situación de Grupo empresarial, por parte de la sociedad Almacenes Éxito S.A., respecto a sus sociedades subsidiarias.

Nota 2. Bases de preparación

Los estados financieros separados por los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 han sido preparados de acuerdo con las normas de contabilidad y de información financiera aceptadas en Colombia, establecidas en la Ley 1314 de 2009 que corresponden a las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) traducidas de manera oficial y autorizadas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), reglamentadas en Colombia por el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" modificado el 23 de diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170, el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432, el 19 de agosto de 2021 por el Decreto Reglamentario 938 y el 9 de diciembre de 2021 por el Decreto Reglamentario 1670 y actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270. La Compañía no hizo uso de ninguna de las excepciones a NIIF que en dichos Decretos se plantean.

Estados financieros presentados

Los presentes estados financieros separados de la Compañía comprenden los estados de situación financiera y los estados de cambios en el patrimonio al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 y los estados de resultados, los estados de resultados integrales y los estados de flujos de efectivo por los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020.

Estos estados financieros separados son preparados y contienen todas las revelaciones de información financiera requeridas en los estados financieros anuales presentados bajo NIC 1

Declaración de responsabilidad

La Administración de la Compañía es responsable de la información contenida en estos estados financieros separados. La preparación de los mismos, de acuerdo con las normas de contabilidad y de información financiera, aceptadas en Colombia, establecidas en la Ley 1314 de 2009 que corresponden a las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) traducidas de manera oficial y autorizadas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), reglamentadas en Colombia por el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170, el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432, el 19 de agosto de 2021 por el Decreto Reglamentario 938 y el 9 de diciembre de 2021 por el Decreto Reglamentario 1670 y actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270 y sin hacer uso de ninguna de las excepciones a NIIF que en dichos Decretos se plantean, requiere la utilización del juicio de la gerencia para la aplicación de las políticas contables.

Estimaciones y juicios contables

En la preparación de los estados financieros separados adjuntos se han utilizado estimaciones realizadas por la Compañía para cuantificar algunos de los activos, pasivos, ingresos, gastos y compromisos que figuran registrados en ellos. Básicamente, estas estimaciones se refieren a:

- Las hipótesis empleadas para el cálculo del valor razonable de los instrumentos financieros,
- La valoración de los activos financieros para determinar la existencia de pérdidas por deterioro de los mismos,
- La vida útil de las propiedades, planta y equipo e intangibles,
- Las variables usadas y las hipótesis empleadas en la evaluación y determinación del deterioro de valor de los activos no financieros,
- Las variables usadas en la evaluación y determinación de las pérdidas y de la obsolescencia de los inventarios,
- Las hipótesis empleadas en el cálculo actuarial del pasivo de pensiones de jubilación y de los beneficios a empleados a largo plazo, tales como tasas de inflación, mortalidad, tasa de descuento y la consideración de incrementos futuros en salarios,
- La tasa de descuento utilizada en el cálculo del pasivo por arrendamiento y del derecho de uso,
- La probabilidad de ocurrencia y el valor de los pasivos que determinan el monto a reconocer como provisiones relacionadas con litigios y reestructuraciones,
- Los supuestos empleados en el reconocimiento del pasivo por el programa de fidelización de clientes,
- La evaluación de la probabilidad de tener utilidades futuras para el reconocimiento de los activos por impuesto diferido,
- La técnica de valoración utilizada para determinar los valores razonables de los elementos de las combinaciones de negocios.

Estas estimaciones se han realizado en función de la mejor información disponible sobre los hechos analizados en la fecha de preparación de los estados financieros separados, la cual puede dar lugar a modificaciones futuras en virtud de posibles situaciones que puedan ocurrir y que obligarían a su reconocimiento en forma prospectiva, lo cual se trataría como un cambio en una estimación contable en los estados financieros futuros.

Distinción entre partidas corrientes y no corrientes

La Compañía presenta sus activos corrientes y no corrientes, así como sus pasivos corrientes y no corrientes, como categorías separadas en su estado de situación financiera. Para el efecto, se clasifican como activos corrientes aquellas sumas que serán realizadas o estarán disponibles en un plazo no mayor a un año y, como pasivos corrientes aquellas sumas que serán exigibles o liquidables también en un plazo no mayor a un año. Los demás activos y pasivos se clasifican como no corrientes.

Moneda funcional

Los estados financieros separados se presentan en la moneda peso colombiano, la moneda funcional de la Compañía. Las cifras que se presentan han sido precisadas en millones de pesos colombianos.

La moneda funcional de la Compañía se encuentra en una economía que no es hiperinflacionaria, razón por la cual estos estados financieros separados de periodos intermedios no incluyen ajustes por inflación.

Transacciones en moneda extranjera

Se consideran operaciones en moneda extranjera a aquellas denominadas en una moneda diferente de la moneda funcional. Durante los periodos presentados, las diferencias cambiarias resultantes de la liquidación de dichas operaciones generadas entre el tipo de cambio histórico contabilizado y el que se encuentra vigente a la fecha de cobro o pago se registran como ganancia o pérdida por diferencia en cambio y se presentan en el estado de resultados dentro del resultado financiero neto.

Los saldos monetarios a la fecha de cierre del periodo que se encuentran expresados en una moneda diferente a la moneda funcional se actualizan con base en el tipo de cambio de cierre del periodo presentado y las diferencias cambiarias resultantes de esa actualización se reconocen en el estado de resultados dentro del resultado financiero neto. Para esta actualización, los saldos monetarios se convierten a la moneda funcional utilizando la tasa representativa de mercado (*).

Los rubros no monetarios no se convierten al tipo de cambio de cierre del periodo y son medidos a costo histórico (convertidos utilizando los tipos de cambio a la fecha de la operación), excepto por rubros no monetarios medidos a valor razonable, tales como los instrumentos financieros *forward* y *swap*, los cuales se convierten utilizando los tipos de cambio a la fecha de la valoración de su valor razonable.

(*) Tasa Representativa de Mercado se entiende como el promedio de todas las tasas negociadas en el mercado durante el día de cierre (tasa de cierre), equivalente al término internacional tasa de cambio de contado, término definido igualmente en la NIC 21 – Efectos de las variaciones en las tasas de cambio de la moneda extranjera, como la tasa de cambio de contado existente al final del periodo sobre el que se informa.

Base contable de acumulación

Los estados financieros separados han sido preparados sobre la base contable de acumulación o devengo, excepto en lo relacionado con la información de los flujos de efectivo.

Importancia relativa y materialidad

El reconocimiento y la presentación de los hechos económicos se determinan de acuerdo con su importancia relativa. Un hecho económico se considera material cuando, debido a su naturaleza o cuantía, su conocimiento o desconocimiento, teniendo en cuenta las circunstancias, puede alterar significativamente las decisiones económicas de los usuarios de la información.

Al preparar los estados financieros separados, incluidas sus notas, la importancia relativa para propósitos de presentación y revelación se determinó sobre una base del 5% aplicada al activo corriente y no corriente, al pasivo corriente y no corriente, al patrimonio, a los resultados del ejercicio, y a cada cuenta a nivel de mayor general, individualmente considerada, del período de reporte.

Compensación de saldos y transacciones

Los activos y pasivos se presentan compensados en los estados financieros separados, si y solo si provienen de la misma operación, existe un derecho legal exigible a la fecha de cierre del período que obligue a recibir o cancelar los montos reconocidos por su valor neto y cuando existe una intención de compensar en una base neta para realizar los activos y liquidar los pasivos simultáneamente.

Clasificación como deuda o patrimonio

Los instrumentos de deuda y patrimonio se clasifican como pasivos financieros o como patrimonio, de acuerdo con la sustancia del acuerdo contractual.

Medición del valor razonable

El valor razonable se define como el precio que sería recibido por vender un activo o el precio pagado por transferir un pasivo en una transacción ordenada entre participantes de mercado en la fecha de la medición.

Las mediciones del valor razonable se realizan utilizando una jerarquía de valor razonable que refleja la importancia de los insumos utilizados en la determinación de las mediciones:

- Con base en precios cotizados (sin ajustar) en mercados activos para activos o pasivos idénticos (nivel 1).
- Con base en modelos de valoración comúnmente usados por los participantes del mercado que utilizan variables distintas de los precios cotizados que son observables para los activos o pasivos, directa o indirectamente (nivel 2).
- Con base en modelos de valoración internos de la Compañía utilizando variables estimadas no observables para el activo o pasivo (nivel 3).

Nota 3. Principales políticas de contabilidad

Los estados financieros separados adjuntos al 31 de diciembre de 2021 han sido preparados usando las mismas políticas contables, mediciones y bases utilizadas para la presentación de los estados financieros separados al 31 de diciembre de 2020, excepto por las normas mencionadas en la Nota 4.2 que iniciaron su vigencia a partir del 1 de enero de 2021, de acuerdo con las normas de contabilidad y de información financiera, aceptadas en Colombia, establecidas en la Ley 1314 de 2009 que corresponden a las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) traducidas de manera oficial y autorizadas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), reglamentadas en Colombia por el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170, el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432, el 19 de agosto de 2021 por el Decreto Reglamentario 938 y el 9 de diciembre de 2021 por el Decreto Reglamentario 1670 y actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270, y sin hacer uso de ninguna de las excepciones a NIIF que en dichos Decretos se plantean.

La adopción de las nuevas normas vigentes a partir del 1 de enero de 2021, mencionadas en la Nota 4.2, no generaron cambios significativos en estas políticas contables en comparación con las utilizadas en la preparación de los estados financieros separados al 31 de diciembre de 2020 y no se presentaron impactos significativos en su adopción.

Las principales políticas utilizadas para la preparación de los estados financieros separados adjuntos son las siguientes:

Inversiones en subsidiarias, asociadas y acuerdos conjuntos

Las subsidiarias son entidades que están bajo el control de la Compañía.

Una asociada es una entidad sobre la cual la Compañía está en posición de ejercer una influencia significativa, pero no control, ni control conjunto, por medio del poder de participar en las decisiones sobre sus políticas operativas y financieras. En general, la influencia significativa se presume en aquellos casos en los que la Compañía posee una participación superior al 20%, aunque, al igual que el control, esta debe evaluarse.

Un acuerdo conjunto es un acuerdo mediante el cual dos o más partes mantienen control conjunto. Los acuerdos conjuntos pueden ser negocios conjuntos u operaciones conjuntas. El control conjunto se produce únicamente cuando las decisiones sobre las actividades relevantes requieren el consentimiento unánime de las partes que están compartiendo el control. Las adquisiciones de estos acuerdos se contabilizan usando principios relacionados con las combinaciones de negocios contenidos en la NIIF 3.

Un negocio conjunto es un acuerdo conjunto mediante el cual las partes que tienen control conjunto del acuerdo tienen derecho a los activos netos del acuerdo. Esas partes se denominan participantes en un negocio conjunto.

Una operación conjunta es un acuerdo conjunto mediante el cual las partes que tienen control conjunto del acuerdo tienen derecho a los activos y obligaciones con respecto a los pasivos, relacionados con el acuerdo. Esas partes se denominan operadores conjuntos.

Las inversiones en subsidiarias, asociadas y negocios conjuntos se reconocen utilizando el método de la participación.

Según el método de la participación, en el reconocimiento inicial la inversión en las subsidiarias, asociadas y negocios conjuntos se registrará al costo y posteriormente el valor en libros se incrementará o disminuirá para reconocer la participación de la Compañía en el resultado integral del período de la participada. Esta participación se reconocerá en el resultado del período o en el otro resultado integral, según corresponda. Las distribuciones o dividendos recibidos de la participada se reducirán del valor en libros de la inversión.

Si la participación de la Compañía en las pérdidas de una subsidiaria, asociada y negocio conjunto iguala o excede su participación, la Compañía deja de reconocer su participación en las pérdidas adicionales. Una vez que la participación de la Compañía se reduzca a cero, se reconocerá una provisión, solo en la medida en que la Compañía haya incurrido en obligaciones legales o implícitas.

Las ganancias o pérdidas no realizadas en las operaciones entre la Compañía y las subsidiarias, asociadas y negocios conjuntos se eliminan en la proporción de la participación de la Compañía en estas entidades al aplicar el método de la participación.

Una vez aplicado el método de la participación, la Compañía determina si es necesario reconocer pérdidas por deterioro de valor respecto de la inversión mantenida en la participada.

Las transacciones que implican una pérdida de control o de influencia significativa en la asociada y en el negocio conjunto se contabilizan reconociendo cualquier participación retenida por su valor razonable y la ganancia o pérdida resultante de la operación se reconoce en los resultados del período, incluyendo las partidas correspondientes de otro resultado integral.

En las transacciones que no implican una pérdida de control en subsidiarias o una pérdida influencia significativa en las asociadas y en los negocios conjunto se continúa aplicando el método de la participación y se reclasifica en resultado la porción de la ganancia o pérdida reconocida en los otros resultados integrales relativo a la reducción en la participación de la propiedad.

Partes relacionadas

La Compañía ha considerado como partes relacionadas a su matriz; sus subsidiarias, asociadas y negocios conjuntos; las entidades que ejercen el control conjunto o influencia significativa sobre la Compañía; el personal clave de la gerencia, que incluye personal de Junta Directiva, Presidentes, Vicepresidentes, Gerentes corporativos de negocios y Directores quienes tienen la capacidad de dirigir, planificar y controlar las actividades de la Compañía; las compañías sobre las que el personal clave de la gerencia puede ejercer control o control conjunto, y los familiares cercanos al personal clave de la gerencia que podrían llegar a influenciar la Compañía.

Se consideran transacciones entre partes relacionadas toda transferencia de recursos, servicios y obligaciones entre la Compañía y sus partes relacionadas.

Ninguna de las transacciones incorpora términos y condiciones especiales; las características de las transacciones no difieren de las realizadas con terceros ni implican diferencias entre los precios del mercado para operaciones similares; las ventas y compras se realizan en condiciones equivalentes a las que existen para transacciones entre partes independientes.

Combinaciones de negocios y plusvalía

Las combinaciones de negocios se contabilizan utilizando el método de la adquisición; esto involucra la identificación de la adquirente, la determinación de la fecha de adquisición, el reconocimiento y medición de los activos identificables adquiridos, de los pasivos asumidos y del reconocimiento y medición de la plusvalía.

Si al final del período contable en el que ocurre una combinación de negocios la contabilización inicial está incompleta, la Compañía informará en sus estados financieros separados los importes provisionales de los activos y pasivos cuya contabilización está incompleta y durante los 12 meses del período de medición la Compañía ajustará retroactivamente los importes provisionales reconocidos para reflejar la nueva información obtenida en el estudio de precio de compra asignado o *Purchase Price Allocation (PPA)*.

El período de medición terminará tan pronto como la Compañía reciba la información del estudio de precios de compra o concluya que no se puede obtener más información; en todo caso a más tardar un año después de la fecha de adquisición.

La contraprestación transferida en una combinación de negocios se mide por su valor razonable, el cual es la suma del valor razonable de los activos transferidos por la entidad adquirente, los pasivos asumidos por la adquirente con los anteriores propietarios de la adquirida y las participaciones en el patrimonio emitidas por la adquirente.

Cualquier contraprestación contingente se incluye en la contraprestación transferida a su valor razonable en la fecha de adquisición. Los cambios posteriores en el valor razonable de la contraprestación contingente debido a hechos y circunstancias que existían en la fecha de adquisición se registran mediante el ajuste de la plusvalía, si ocurren durante el período de medición, o directamente en los resultados del período, si surgen después del período de medición, a menos que la obligación se liquide en instrumentos de renta variable, en cuyo caso no se vuelve a medir la contraprestación contingente.

La Compañía reconoce activos adquiridos identificables y pasivos asumidos en la combinación de negocios, independientemente de si fueron reconocidos previamente en los estados financieros del negocio adquirido con anterioridad a la adquisición. Los activos identificables adquiridos y los pasivos identificables asumidos son registrados en la fecha de adquisición a sus valores razonables. Cualquier exceso de la contraprestación transferida y el valor razonable de los activos identificables adquiridos (incluyendo activos intangibles anteriormente no reconocidos) y los pasivos identificables asumidos (incluyendo pasivos contingentes) se reconoce como plusvalía.

Para cada combinación de negocios la Compañía mide el interés no controlador a su valor razonable y también lo mide como una participación proporcional de los activos netos identificables de la adquirida.

En caso de una combinación de negocios por etapas la participación anterior en la adquirida se mide nuevamente a su valor razonable en la fecha de adquisición del control. La diferencia entre el valor razonable y el valor en libros de dicha participación se reconoce directamente en el resultado del período.

Los desembolsos relacionados con la combinación de negocios, diferentes a los asociados a la emisión de deuda, se contabilizan como gastos en los períodos en los que se incurrir.

En la fecha de adquisición la plusvalía es medida a su valor razonable y subsecuentemente es monitoreada a nivel de la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo beneficiados por la combinación de negocios. La plusvalía no se amortiza y está sujeta a pruebas de deterioro de valor anuales o antes, si existen indicios de que se ha deteriorado su valor. Las pérdidas por deterioro de valor aplicado a la plusvalía se registran en los resultados del período y su efecto no se revierte.

El método utilizado por la Compañía para la prueba de deterioro se describe en la política de deterioro de valor de los activos. Una plusvalía negativa surgida en una combinación de negocios es reconocida directamente en los resultados del período, una vez se verifican el reconocimiento y medición de los activos identificables, pasivos asumidos y posibles contingencias.

Activos intangibles

Corresponden a activos identificables, de carácter no monetario y sin sustancia física los cuales son controlados por la Compañía como resultado de hechos pasados y de los cuales se espera obtener beneficios económicos futuros.

Un activo intangible se reconoce como tal cuando el elemento es identificable, separable y generará beneficios económicos futuros. Es identificable cuando el activo es separable o surge de derechos. Es controlable cuando se tiene la capacidad de controlar los beneficios económicos futuros asociados a él.

Los activos intangibles adquiridos en una combinación de negocios se reconocen como plusvalía cuando no cumplen con estos criterios.

Los activos intangibles adquiridos de forma separada son reconocidos inicialmente al costo y los activos intangibles adquiridos a través de una combinación de negocios son reconocidos al valor razonable.

Las marcas generadas internamente no son reconocidas en el estado de situación financiera.

El costo de los activos intangibles incluye el costo de adquisición, los aranceles de importación, los impuestos indirectos no recuperables y los costos directamente atribuibles para poner al activo en el lugar y condiciones de uso previstas por la Administración, después de los descuentos comerciales y las rebajas, si los hubiere.

Los intangibles de vida útil indefinida no se amortizan, pero son sujetos a pruebas de deterioro de valor anuales o cada vez que existan indicios de que se ha deteriorado su valor.

Los activos intangibles de vida útil definida son amortizados mediante el método de línea recta y durante su vida útil estimada. Las principales vidas útiles son las siguientes:

Software adquirido	Entre 3 y 5 años
Software tipo ERP adquiridos	Entre 5 y 8 años

Los activos intangibles se miden posteriormente bajo el modelo del costo, del cual se deducen, del monto de reconocimiento inicial, las amortizaciones en función de las vidas útiles estimadas y las pérdidas por deterioro de valor que se presenten o acumulen. El efecto de las amortizaciones y el de los potenciales deterioros se registra en los resultados del período, a menos que en el caso de las primeras se registren como mayor valor en la construcción o confección de un nuevo activo.

Un activo intangible se da de baja al momento de su venta o cuando no se espera obtener beneficios económicos futuros por su uso o disposición. La ganancia o pérdida surgida al dar de baja el activo se calcula como la diferencia entre los ingresos de la venta neta, en su caso, y el valor en libros del activo. Este efecto se reconoce en los resultados del período.

Los valores residuales, las vidas útiles y los métodos de amortización son revisados al cierre de cada período anual y los cambios, si los hubiere, son aplicados de forma prospectiva.

Costos de investigación y desarrollo

Los costos de investigación se reconocen como gastos a medida que se incurre en ellos. Los desembolsos por desarrollo en un proyecto individual se reconocen como activo intangible cuando la Compañía pueda demostrar:

- La factibilidad técnica de completar el activo intangible para que esté disponible para su uso o venta;
- Su intención de completar el activo y su capacidad de utilizar o vender el activo;
- La capacidad para utilizar o vender el activo intangible;
- Cómo el activo generará beneficios económicos futuros;
- La disponibilidad de recursos para completar el activo, y
- La capacidad de medir de manera fiable el desembolso durante el desarrollo.

Los costos de desarrollo que no cumplan con estos criterios para la capitalización se registran en los resultados del período. Los costos de desarrollo reconocidos como activos intangibles se miden posteriormente bajo el modelo del costo.

Propiedades, planta y equipo

Se denominan propiedades, planta y equipo a todos los activos tangibles de la Compañía que sean poseídos para el uso en la producción o suministro de bienes y servicios, o para propósitos administrativos y que además se esperen utilizar durante más de un período, es decir, más de un año, y que cumplan con las siguientes condiciones:

- Sea probable que la Compañía obtenga los beneficios económicos futuros derivados del mismo;
- El costo puede ser medido con fiabilidad;
- La Compañía posee los riesgos y beneficios derivados del uso o posesión del bien, y
- Su costo de adquisición individual supera las 50 UVT (Unidad de Valor Tributario), exceptuando de este valor aquellos activos definidos por la Administración que están relacionados con el objeto del negocio y se tiene interés en controlarlos dado que la Compañía los adquiere de manera frecuente y en cantidades relevantes.

Las propiedades, planta y equipo son medidas inicialmente al costo; posteriormente son medidas al costo menos la depreciación acumulada y menos cualquier pérdida por deterioro de valor acumulada.

El costo de los elementos de propiedades, planta y equipo incluye el precio de adquisición, los aranceles de importación, impuestos indirectos no recuperables, costos futuros por desmantelamiento si los hubiere, costos por préstamos directamente atribuibles a la adquisición de un activo apto y los costos directamente atribuibles para poner al activo en el lugar y condiciones de uso previstas por la Administración, neto de los descuentos comerciales y las rebajas.

Los costos de ampliación, modernización y mejoras que aumenten la productividad, capacidad o eficiencia o un incremento en la vida útil se registran como mayor valor del activo. Los costos de mantenimiento y reparaciones que no generen beneficios económicos futuros son registrados en los resultados del período.

Los terrenos y los edificios son activos separados si estos son significativos y técnicamente es viable la separación, incluso los que han sido adquiridos de forma conjunta.

Las construcciones en curso se trasladan a los activos en operación una vez finalizada su construcción o el inicio de su operación; a partir de ese momento comienza su depreciación.

Los terrenos tienen vida útil ilimitada por lo cual no se deprecian. Todos los demás elementos de propiedades, planta y equipo se deprecian de forma lineal durante su vida útil estimada, considerando una estimación de valor residual nula. Los grupos de propiedades, planta y equipo y las vidas útiles son las siguientes:

Activos menores	3 años
Equipo de cómputo	5 años
Vehículos	5 años
Maquinaria y equipo	Entre 10 y 20 años
Muebles y equipo de oficina	Entre 10 y 12 años
Otros equipos de transporte	Entre 5 y 20 años
Armamento de vigilancia	10 años
Edificios	Entre 40 y 50 años
Mejoras en propiedades ajenas	Menor entre 40 años y la duración del contrato o el plazo restante del mismo (*)

(*) Las mejoras urbanísticas relacionadas con la construcción o entrega de recursos medioambientales y/o relacionados con el mejoramiento visual y arquitectónico de la zona afectada por una construcción u obra a cargo de la Compañía son reconocidas en los resultados del período.

La Compañía calcula la depreciación por componentes, que implica depreciar individualmente las partes del activo que tengan vidas útiles diferentes al activo tomado como un todo y tiene un costo material en relación con todo el activo fijo. Se considera como un costo material si el componente supera el 50% del valor total del activo o se puede identificar individualmente, teniendo como base un costo individual del componente de 32 Salarios Mínimos Mensuales Legales Vigentes.

Los valores residuales, las vidas útiles y los métodos de depreciación son revisados al cierre de cada período anual, y los cambios, si los hubiere, son aplicados de forma prospectiva.

Un elemento de propiedades, planta y equipo es dado de baja al momento de su venta o cuando no se espera obtener beneficios económicos futuros por su uso o disposición. La ganancia o pérdida surgida al dar de baja un activo se calcula como la diferencia entre los ingresos de la venta neta, en su caso, y el valor en libros del activo. Este efecto se reconoce en los resultados del período.

Propiedades de inversión

Son inmuebles mantenidos para obtener ingresos o ganancias de capital y no para su uso en la producción o suministro de bienes o servicios, su uso para fines administrativos o para su venta en el curso ordinario de las operaciones. Dentro de esta categoría se encuentran los centros comerciales y otros inmuebles propiedad de la Compañía.

Las propiedades de inversión se miden inicialmente al costo, incluido los costos de transacción. Con posterioridad al reconocimiento inicial, se miden a su costo histórico menos la depreciación acumulada y las pérdidas por deterioro acumuladas.

Las propiedades de inversión se deprecian de forma lineal durante su vida útil estimada, considerando una estimación de valor residual nula. La vida útil estimada para la depreciación de los edificios clasificados como propiedad de inversión está entre 40 y 50 años.

Se realizan transferencias desde las propiedades de inversión a otros activos y de otros activos a propiedades de inversión solamente cuando exista un cambio en el uso del activo. Para el caso de una transferencia desde una propiedad de inversión hacia una propiedad, planta y equipo o hacia un inventario, el costo tomado en cuenta para su contabilización posterior es el valor en libros a la fecha del cambio de uso. Si una propiedad, planta y equipo o un inventario se convierte en una propiedad de inversión, se contabilizará por su valor en libros en la fecha de cambio.

Las transferencias que se pueden generar son:

- La Compañía ocupará el bien clasificado como propiedad de inversión, en cuyo caso el activo se reclasifica a propiedades, planta y equipo,
- La Compañía inicia un desarrollo sobre la propiedad de inversión o propiedad, planta y equipo con miras a su venta, siempre que se presente un avance significativo en el desarrollo de los activos tangibles o del proyecto que será vendido en su conjunto. En estos casos el activo se reclasifica al inventario,
- La Compañía realiza una operación de arrendamiento operativo de una propiedad, planta y equipo a un tercero. En estos casos, se reclasifica el activo a propiedades de inversión.

Las propiedades de inversión se dan de baja al momento de su venta o cuando no se espera obtener beneficios económicos futuros por su uso o disposición.

La ganancia o pérdida surgida al dar de baja las propiedades de inversión se calcula como la diferencia entre los ingresos de la venta neta, en su caso, y el valor en libros del activo. Este efecto se reconoce en resultados en el período en el que fue dado de baja.

Los valores razonables de las propiedades de inversión son actualizados anualmente para efectos de revelación en los estados financieros.

Activos no corrientes mantenidos para la venta

Los activos no corrientes para su disposición se clasifican como mantenidos para la venta si su valor en libros se recuperará a través de una transacción de venta en lugar de su uso continuado y no cumplen con las características para ser clasificados como inventario inmobiliario.

La condición de recuperación a través de una venta se cumple si el activo o el grupo de activos se encuentran disponibles, en sus condiciones actuales, para su venta inmediata y la transacción de venta es altamente probable. Para que la venta sea altamente probable, la administración de la Compañía debe estar comprometida con un plan para vender el activo (o los activos) y la venta se espera concretar dentro del año siguiente a la fecha de clasificación.

Los activos no corrientes para su disposición se miden por el menor entre su valor en libros o su valor razonable menos los costos de venta; no se deprecian ni se amortizan desde la fecha de su clasificación como mantenidos para la venta. Estos activos se presentan dentro de la clasificación de activos corrientes.

Arrendamientos operativos

Son los arrendamientos en los cuales todos los riesgos y beneficios sustanciales del activo permanecen con el arrendador.

Los pagos o cobros por arrendamientos operativos se reconocen como gastos o ingresos en el estado de resultado en forma lineal a lo largo del plazo del arrendamiento. Los pagos o cobros contingentes se reconocen en el período en el que ocurren.

Cuando la Compañía realiza pagos de arrendamiento por anticipado o recibe cobros de arrendamiento por anticipado, vinculados a la utilización de activos, los pagos se registran como gastos pagados por anticipado y los cobros se registran como ingresos recibidos por anticipado y ambos se amortizan a lo largo de la duración del arrendamiento.

Derechos de uso

Activos por derecho de uso son los activos que representan el derecho a que la Compañía, en calidad de arrendatario, use un activo subyacente durante el plazo de un contrato de arrendamiento.

Inicialmente son medidos al costo, que comprende el valor presente de los pagos por el contrato de arrendamiento descontados a la tasa incremental por los préstamos de la Compañía, más los costos directos incurridos en el contrato de arrendamiento más una estimación de los costos para desmantelar el activo subyacente al final del término del contrato de arrendamiento. Posteriormente son medidos al costo menos la depreciación acumulada y menos las pérdidas por deterioro de valor acumuladas y más los ajustes por cualquier medición del pasivo por arrendamiento correspondiente al derecho de uso.

Las vidas útiles de los derechos de uso están determinadas por los plazos no cancelables de los arrendamientos de los activos subyacentes junto con los periodos cubiertos por una opción de ampliar el arrendamiento o una opción para terminar el contrato de arrendamiento.

La Compañía no registra activos por derecho de uso a:

- Aquellos contratos de arrendamiento cuyos activos subyacentes sean activos de bajo valor, tales como muebles y enseres, equipos de cómputo, maquinaria y equipo y equipo de oficina,
- Aquellos contratos de arrendamiento de todo activo subyacente que tienen menos de un año de plazo,
- Contratos de arrendamiento de intangibles.

Costos por préstamos

Los costos por préstamos que sean directamente atribuibles a la adquisición, construcción o producción de un activo apto, es decir aquellos activos que necesariamente toman un período de tiempo sustancial (por lo general más de seis meses) para estar listos para su uso destinado o su venta, son capitalizados como parte del costo de los activos respectivos. Todos los demás costos por préstamos se contabilizan como gastos en el período en que se incurren. Los costos por préstamos consisten en intereses y otros costos en los que se incurre en relación con la obtención del préstamo.

Deterioro de valor de activos no financieros

La Compañía evalúa al cierre de cada año si existe algún indicio de que un activo pueda estar deteriorado en su valor. Los activos con vida útil definida se someten a pruebas de pérdidas por deterioro siempre que exista evidencia objetiva de que, como resultado de uno o más eventos ocurridos después del reconocimiento inicial, una parte o la totalidad del valor en libros no puede ser recuperable.

Para los activos intangibles con vida útil indefinida y que no son sujetos de amortización, al cierre de cada año se les realiza un análisis de deterioro de valor, salvo aquellos intangibles vinculados con una combinación de negocios que se encuentre aún en su periodo de medición sin finalizar el estudio de precio de compra asignado.

Los indicadores de deterioro definidos por la Compañía, adicionales de las fuentes externas de datos (entorno económico y el valor de mercado de los activos, entre otros), están basados en la naturaleza de los activos:

- Activos muebles vinculados a una unidad generadora de efectivo: relación entre el valor en libros neto de los activos de cada almacén dividido por las ventas (IVA incluido). Si esta proporción es superior al porcentaje definido para cada formato se presenta un indicio de deterioro;
- Activos inmuebles: comparación entre el valor en libros neto de los activos con su valor de mercado.

A efectos de evaluar las pérdidas por deterioro de valor, los activos se agrupan a nivel de unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo, según corresponda y se estima el valor recuperable de los mismos. La Compañía ha definido cada almacén o cada tienda como unidad generadora de efectivo separada. Para el caso de las plusvalías se agrupan las unidades generadoras de acuerdo con la marca, la cual representa el nivel más bajo al cual se controla la plusvalía.

El valor recuperable es el mayor valor entre el valor razonable menos los costos de venta de la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo y su valor en uso. Este valor recuperable se determina para un activo individual, salvo que el activo no genere flujos de efectivo independientes de las entradas producidas por otros activos o grupos de activos.

Se reconoce una pérdida por deterioro con cargo a los resultados del período por el exceso del valor en libros del activo sobre su valor recuperable, reduciendo en primer lugar el valor en libros de la plusvalía distribuida a la unidad generadora de efectivo o grupo de unidades generadoras de efectivo, y en caso de presentarse un saldo remanente reduciendo los demás activos de la unidad o grupo de unidades generadoras de efectivo en función del valor en libros de cada activo hasta que el valor en libros de los mismos sea cero.

Para determinar el valor razonable menos los costos de venta se utiliza el modelo de valoración acorde a la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo, si es posible determinarlo.

Para evaluar el valor en uso:

- Se estiman los flujos de caja futuros de la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo por un período no mayor a cinco años. Los flujos de efectivo más allá del período de proyección se calculan aplicando una tasa de crecimiento constante o decreciente.
- Se determina el valor terminal mediante la aplicación de una tasa de crecimiento a perpetuidad, según la proyección del flujo de caja del final del período explícito.
- Los flujos de efectivo y valor terminal se descuentan a su valor presente, utilizando una tasa de descuento antes de impuestos que corresponda a las tasas de mercado vigentes que reflejen el valor del dinero en el tiempo y los riesgos específicos de la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo.

La Compañía evalúa si las pérdidas por deterioro del valor reconocidas previamente ya no existen o han disminuido; en estos casos, el valor en libros de la unidad generadora de efectivo o grupos de unidades generadoras de efectivo se aumentan a la estimación revisada del valor recuperable hasta el punto de que no supere el valor en libros que se habría determinado si no se hubiera reconocido un deterioro anteriormente. Esta reversión se reconoce como un ingreso en los resultados del período; excepto para la plusvalía cuyo deterioro no se revierte.

Inventarios

Se clasifican como inventarios los bienes adquiridos con la intención de venderlos en el curso ordinario del negocio, los bienes en proceso de producción o construcción con miras a esa venta y los bienes para ser consumidos en el proceso de producción o prestación de servicios.

Los inventarios en tránsito se reconocen cuando se ha recibido los riesgos y beneficios sustanciales del activo de acuerdo con las obligaciones de desempeño cumplidas por el vendedor, según la modalidad de negociación de compra.

Se consideran inventarios los bienes inmuebles en los que se ha iniciado la construcción o el desarrollo de un proyecto inmobiliario sobre la propiedad con miras a su venta posterior.

Los inventarios se valúan por el método primeros en entrar, primeros en salir (PEPS), y su costo de reconocimiento inicial comprende los costos de compra, costos de transformación y otros costos incurridos atribuibles para darles su condición y ubicación actuales, esto es, cuando se haya culminado su producción o se ha recibido en el almacén. Los costos de logística y los descuentos de proveedores se capitalizan en el inventario y se reconocen en el costo de la mercancía vendida cuando estos son vendidos.

Los inventarios se valoran al cierre del período al menor valor entre el costo y el valor neto de realización.

La Compañía evalúa si las pérdidas por deterioro del valor reconocidas previamente en el inventario ya no existen o han disminuido; en estos casos, el valor en libros de los inventarios es el menor entre el costo y el valor neto realizable. Esta reversión se reconoce como una disminución del costo por deterioro.

La Compañía realiza la estimación de la obsolescencia y de las pérdidas físicas del inventario considerando para ello la edad de inventario, los cambios en las condiciones de producción y venta, las disposiciones comerciales, la probabilidad de pérdida y otras variables que afectan el valor recuperable.

Activos financieros

Los activos financieros se reconocen en el estado de situación financiera cuando la Compañía se convierte en parte, de acuerdo con las condiciones contractuales del instrumento. Los activos financieros se clasifican en las siguientes categorías:

- Activos financieros a valor razonable con cambios en resultados;
- Activos financieros a costo amortizado, y
- Activos financieros a valor razonable con cambios en otros resultados integrales.

La clasificación depende del modelo de negocio utilizado para gestionar los activos financieros y de las características de los flujos de efectivo contractuales del activo financiero; esta clasificación se determina en el momento de reconocimiento inicial. Los activos financieros se presentan como corrientes si su vencimiento es menor de un año; en su defecto, se presentan como no corrientes.

a. Activos financieros medidos a valor razonable con cambios en resultados

Corresponde a activos financieros en los que se incurre principalmente con el objeto de obtener administración de liquidez con ventas frecuentes del instrumento. Estos instrumentos son medidos a valor razonable y las variaciones en su valor se registran en resultados en el momento en que ocurren.

b. Activos financieros medidos a costo amortizado

Corresponden a activos financieros no derivados con pagos conocidos y vencimiento fijo, en los cuales se tiene la intención y la capacidad de recaudar los flujos de caja contractuales del instrumento.

Estos instrumentos se miden a su costo amortizado utilizando el método de interés efectivo. El costo amortizado se calcula su mando o deduciendo cualquier prima o descuento, ingreso o costo incremental durante la vida residual del instrumento. Las ganancias y pérdidas se reconocen en la cuenta de resultados por su amortización o cuando hubiera una evidencia objetiva de deterioro.

Estos activos financieros se presentan como activos no corrientes con excepción de aquellos cuyo vencimiento es inferior a 12 meses a partir de la fecha del estado de situación financiera.

c. Activos financieros medidos a valor razonable con cambios en otros resultados integrales

Corresponden a inversiones en renta variable que no se mantienen para negociar ni son una contraprestación contingente de una adquisición en una combinación de negocios. Para estas inversiones se eligió, en el reconocimiento inicial y de manera irrevocable, presentar las ganancias o pérdidas por la medición posterior a valor razonable en otro resultado integral.

Las ganancias y pérdidas derivadas de la medición a valor razonable son reconocidas en el otro resultado integral hasta la baja en cuentas del activo. En estos casos, las ganancias y pérdidas que previamente fueron reconocidos en el patrimonio se reclasifican a ganancias acumuladas.

Estos activos financieros se presentan como activos no corrientes a menos que se pretenda enajenar la inversión en los 12 meses siguientes a la fecha del estado de situación financiera.

d. Baja en cuentas

Un activo financiero o una parte de él es dado de baja en cuentas cuando se vende, transfiere, expire o se pierde control sobre los derechos contractuales o sobre los flujos de efectivo del instrumento. Cuando sustancialmente todos los riesgos y beneficios de la propiedad son retenidos por la Compañía el activo financiero sigue siendo reconocido en el estado de situación financiera por su valor total.

e. Método de la tasa de interés efectiva

Corresponde al método de cálculo del costo amortizado de un activo financiero y de la asignación de los ingresos por intereses durante todo el período correspondiente. La tasa de interés efectiva corresponde a la tasa que descuenta exactamente los flujos netos futuros de efectivo estimados por cobrar (incluyendo todos los cargos e ingresos recibidos que forman parte integral de la tasa de interés efectiva, los costos de transacción y otros premios o descuentos), durante la vida esperada del activo financiero.

f. Deterioro de activos financieros

Para las cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar, por considerarse partidas de corto plazo, inferiores a 12 meses desde su fecha de emisión y que no contienen un componente financiero significativo, desde el reconocimiento inicial y a cada fecha de presentación se determina el deterioro por el valor de la pérdida esperada para los siguientes 12 meses.

Para los demás activos financieros, distintos de aquellos medidos a valor razonable, el valor de las pérdidas esperadas de los activos financieros se mide a lo largo de la vida del activo. Para ello, se determina si ha habido incrementos significativos en el riesgo crediticio del activo evaluado sobre una base individual comparando el riesgo de que ocurra un incumplimiento a la fecha de presentación con el de la fecha de reconocimiento inicial, en cuyo caso, se reconoce en los resultados del período una pérdida de deterioro por un valor igual a las pérdidas crediticias esperadas en los próximos 12 meses.

g. Préstamos y cuentas por cobrar

Los préstamos y cuentas por cobrar son activos financieros emitidos o adquiridos a cambio de efectivo, bienes o servicios que son entregados a un deudor.

Las cuentas por cobrar por ventas se miden por el valor de la factura menos el valor de las pérdidas por deterioro acumuladas. Estas cuentas por cobrar se reconocen cuando todos los riesgos y beneficios se traspasan al tercero y se han cumplido o se están cumpliendo todas las obligaciones de desempeño pactadas con el cliente.

Los préstamos a largo plazo (superiores a un año desde su fecha de emisión) se miden a su costo amortizado utilizando el método de interés efectivo, cuando los préstamos involucrados son materiales. Las pérdidas por deterioro se reconocen en resultados.

Estos instrumentos se presentan como activos corrientes, excepto para vencimientos superiores a 12 meses desde la fecha del estado de situación financiera, los cuales se presentan como activos no corrientes. Cuando una cuenta por cobrar se espera liquidar en un período mayor a 12 meses e incluye pagos durante los primeros 12 meses, la partida se presenta entre porción corriente y no corriente.

h. Efectivo y equivalentes de efectivo

Incluyen el dinero en caja y bancos e inversiones de alta liquidez. Para ser clasificadas como equivalentes de efectivo, las inversiones deben cumplir con los siguientes criterios:

- Inversiones a corto plazo, es decir, inferiores o iguales a tres meses desde la fecha de adquisición;
- Inversiones de alta liquidez;
- Fácilmente convertibles en efectivo, y
- Sujetas a un riesgo poco significativo de cambios en su valor.

En el estado de situación financiera, las cuentas contables que presenten los sobregiros existentes a nivel de entidad financiera son clasificadas como obligaciones financieras. En el estado de flujos de efectivo estos sobregiros se presentan como un componente del efectivo y equivalentes de efectivo siempre que los mismos formen parte integrante de la administración del efectivo de la Compañía.

Pasivos financieros

Los pasivos financieros se reconocen en el estado de situación financiera cuando la Compañía se convierte en parte, de acuerdo con las condiciones contractuales de un instrumento. Los pasivos financieros se clasifican como pasivos financieros a valor razonable con cambios en resultados y pasivos financieros medidos a costo amortizado.

a. Pasivos financieros medidos a valor razonable con cambios en resultados

Son clasificados en esta categoría cuando sean mantenidos para negociación o sean designados a valor razonable con cambios en resultados desde el inicio.

b. Pasivos financieros medidos a costo amortizado

Incluyen los préstamos recibidos y bonos emitidos, los cuales se miden inicialmente por el monto de efectivo recibido, neto de los costos de transacción y posteriormente son medidos al costo amortizado utilizando el método de tasa de interés efectiva, reconociendo los gastos por intereses sobre la base de la rentabilidad efectiva.

c. Baja en cuentas

Un pasivo financiero o una parte de él es dado de baja en cuentas cuando la obligación contractual ha sido liquidada o ha expirado.

d. Método de tasa de interés efectiva

El método de la tasa de interés efectiva corresponde al método de cálculo del costo amortizado de un pasivo financiero y de la asignación de los gastos por intereses durante todo el período correspondiente. La tasa de interés efectiva corresponde a la tasa que descuenta exactamente los flujos futuros de efectivo estimados por pagar durante la vida esperada del pasivo financiero o, cuando sea apropiado, un período menor cuando el pasivo asociado tenga una opción de prepago que se estime será ejercida.

Derivados implícitos

La Compañía ha establecido un procedimiento que permite evaluar la existencia de derivados implícitos en contratos financieros y no financieros. En caso de existir un derivado implícito y si el contrato principal no es contabilizado a valor razonable, el procedimiento determina si las características y riesgos del mismo no están estrechamente relacionados con el contrato principal, en cuyo caso requiere de una contabilización separada.

Instrumentos financieros derivados

Los instrumentos financieros derivados se miden inicial y posteriormente a sus valores razonables. Los derivados se reconocen como activos financieros cuando su valor razonable representa un derecho, y como pasivos financieros cuando su valor razonable represente una obligación.

El valor razonable de estos instrumentos se determina a la fecha de cierre de presentación de los estados financieros.

Cualquier ganancia o pérdida que surja de los cambios en el valor razonable de los derivados se reconoce directamente en el estado de resultados, salvo aquellos que se encuentren bajo contabilidad de cobertura y se consideren coberturas de flujo de efectivo o coberturas de inversión neta en el extranjero.

Las operaciones de derivados comprenden *forward* y *swap* orientados a reducir el riesgo de mercado de los activos y pasivos haciendo uso de las mejores estructuras de cobertura disponibles en el mercado, logrando estabilizar los flujos de servicio de deuda.

Por medio de ellos se trata, en el caso de *forward* de administrar el riesgo cambiario y, en el caso de *swaps* lograr además administrar el riesgo de la tasa de interés en moneda extranjera. En el estado de resultados se reconocen tanto los efectos del instrumento financiero derivado como la del elemento cubierto bajo el rubro de resultado financiero neto.

Si bien es cierto que la Compañía no usa productos financieros derivados con fines especulativos, estos derivados no han sido considerados para su valoración en estos estados financieros como instrumentos de cobertura ya que no cumplen la totalidad de los requisitos exigidos por las Normas Internacionales de Información Financiera aceptadas en Colombia.

Los *forward* y *swap*, que cumplen los requisitos de contabilidad de cobertura se reconocen acorde con la política de contabilidad de cobertura.

Los derivados financieros se miden a valor razonable utilizando técnicas de valoración financieras basadas en flujos de caja descontados. Las variables utilizadas en la valoración corresponden a las tasas de cambio del día de la valoración de las monedas pactadas en el instrumento y las tasas de interés asociadas al mismo.

Contabilidad de cobertura

La Compañía realiza operaciones de cobertura con contratos a plazos *forward* y *swap* para cubrir los riesgos asociados con fluctuaciones en las tasas de tipo de cambio de sus inversiones y en las tasas de tipo de cambio e interés de las obligaciones.

Los instrumentos de cobertura se miden a su valor razonable y solo puede utilizarse contabilidad de cobertura si:

- La relación de cobertura está claramente definida y documentada al inicio; y
- La eficacia de la cobertura puede ser demostrada al inicio y durante toda su vida.

La documentación incluye la identificación del instrumento de cobertura, de la partida cubierta o transacción, de la naturaleza del riesgo que se está cubriendo y de la forma en que se medirá la eficacia del instrumento de cobertura para compensar la exposición a los cambios en el valor razonable de la partida cubierta o a los cambios en los flujos de efectivo atribuibles al riesgo cubierto.

Una cobertura se considera eficaz cuando existe una relación económica entre la partida cubierta y el instrumento de cobertura, el efecto del riesgo crediticio no predomina sobre los cambios del valor que proceden de esa relación económica y la razón de la relación de la cobertura es la misma que la procedente de la cantidad de la partida cubierta y la cantidad del instrumento de cobertura que se utiliza.

Los instrumentos de cobertura se reconocen en el momento inicial a valor razonable, momento que corresponde a la fecha de la firma del contrato derivado y posteriormente se miden a su valor razonable. Se presentan como un activo o pasivo no corriente si el vencimiento remanente de la partida cubierta es superior a 12 meses, y en su defecto como corriente si el vencimiento de la partida cubierta es inferior a 12 meses.

Las coberturas se clasifican y se contabilizan de la siguiente manera, una vez se cumplan los criterios estrictos para la contabilización de coberturas:

- Coberturas de flujos de efectivo: en esta categoría se clasifican las coberturas que cubren la exposición a la variación en los flujos de efectivo que se atribuyen a un riesgo particular asociado con un activo o pasivo reconocido o a una transacción prevista altamente probable y que puede afectar los resultados del período.

La porción efectiva de los cambios en el valor razonable de los instrumentos derivados que se califican como instrumentos de cobertura de flujos de efectivo se reconoce en el otro resultado integral. La ganancia o pérdida relacionada a la porción inefectiva se reconoce inmediatamente en el estado de resultados.

Los valores reconocidos en el otro resultado integral se reclasifican al estado de resultados cuando la transacción cubierta afecta al resultado, en la misma línea del estado de resultados donde la partida cubierta fue reconocida. Sin embargo, cuando la transacción prevista que se cubre resulta en el reconocimiento de un activo no financiero o un pasivo no financiero, las ganancias y pérdidas previamente reconocidas en el otro resultado integral se reclasifican al valor inicial de dicho activo o pasivo.

La contabilidad de cobertura se discontinúa cuando se anula la relación de cobertura, cuando el instrumento de cobertura vence o se venda, se finaliza o ejerce, o ya no califica para la contabilidad de cobertura. En estos casos, cualquier ganancia o pérdida reconocida en los otros resultados integrales se mantiene en el patrimonio y se reconoce cuando la transacción prevista finalmente afecte los resultados del período. Cuando ya no se espera que una transacción prevista ocurra, la ganancia o pérdida acumulada reconocida en los otros resultados integrales se reconoce de manera inmediata en resultados.

- Coberturas del valor razonable: en esta categoría se clasifican las coberturas que cubren la exposición a los cambios en el valor razonable de activos o pasivos reconocidos o de compromisos en firme no reconocidos.

El cambio en el valor razonable de un derivado que sea un instrumento de cobertura de valor razonable se reconoce en el estado de resultados como un gasto o ingreso financiero. El cambio en el valor razonable de la partida cubierta atribuible al riesgo cubierto se registra como parte del valor en libros de la partida cubierta, y también se reconoce en el estado de resultados como gasto o ingreso financiero.

Cuando un compromiso en firme no reconocido se designe como una partida cubierta, el cambio acumulado posterior en el valor razonable del compromiso en firme atribuible al riesgo cubierto se reconocerá como un activo o pasivo con su correspondiente ganancia o pérdida reconocida en el resultado del período.

- Coberturas de una inversión neta en el extranjero: en esta categoría se clasifican las coberturas que cubren la exposición a las variaciones en la tasa de cambio por efecto de la conversión de negocios en el extranjero a la moneda de presentación de la Compañía.

La porción efectiva de los cambios en el valor razonable de los instrumentos derivados que se califican como instrumentos de cobertura de una inversión neta en el extranjero se reconoce en el otro resultado integral. La ganancia o pérdida relacionada a la porción inefectiva se reconoce inmediatamente en el estado de resultados.

Cuando la Compañía realiza una disposición de un negocio en el extranjero total o parcial, el valor acumulado de la porción eficaz registrada en el otro resultado integral se reclasifica al estado de resultados.

Beneficios a empleados

a. Planes de aportaciones definidas

Son planes de beneficios post-empleo en los cuales se tiene la obligación de realizar aportaciones de carácter predeterminado a una entidad separada (fondos de pensiones o compañías aseguradoras) y no se tiene obligación legal ni implícita de realizar aportaciones adicionales. Estas contribuciones se reconocen como gastos en el estado de resultados a medida en que se tiene la obligación de realizar el respectivo aporte.

b. Planes de beneficios definidos post-empleo

Son planes de beneficios post-empleo aquellos en los que se tiene la obligación de suministrar directamente los pagos de pensiones de jubilación y de cesantías retroactivas de acuerdo con los requisitos establecidos en las leyes colombianas. La Compañía no tiene activos específicos destinados a respaldar los planes de beneficios definidos.

El pasivo por planes de beneficios definidos post-empleo se determina de forma separada para cada plan con la ayuda de terceros independientes y mediante el método de valoración actuarial de la unidad de crédito proyectada usando supuestos actuariales a la fecha del período que se informa, tales como: expectativa de incrementos salariales, promedio de vida laboral de los empleados, expectativa de vida y rotación del personal. Las ganancias o pérdidas actuariales se reconocen en el otro resultado integral. El gasto por interés por beneficios definidos post-empleo se reconoce en los resultados del período como costos financieros, así como cualquier liquidación o reducción del plan.

c. Beneficios a los empleados a largo plazo

Son beneficios que no se esperan liquidar totalmente antes de 12 meses después de la fecha de cierre del estado de situación financiera en el que los empleados presten los servicios. Estos beneficios corresponden a primas de antigüedad y otros beneficios similares. La Compañía no tiene activos específicos destinados a respaldar los beneficios largo plazo.

El pasivo por beneficios a largo plazo se determina de forma separada para cada plan con la ayuda de terceros independientes y mediante el método de valoración actuarial de la unidad de crédito proyectada, usando supuestos actuariales a la fecha del período que se informa. El costo de servicio actual, el costo de servicio pasado, el costo por interés, las ganancias y pérdidas actuariales, así como cualquier liquidación o reducción del plan se reconoce inmediatamente en resultados.

d. Beneficios a los empleados a corto plazo

Son beneficios que se esperan liquidar antes de 12 meses y después de la fecha de cierre del estado de situación financiera en el que los empleados presten los servicios. Incluye las vacaciones y la participación de los trabajadores en las utilidades determinada con base en el cumplimiento de los objetivos propuestos. El pasivo por beneficios a corto plazo se mide sobre la base de la mejor estimación del desembolso que se requerirá para cancelar la obligación en la fecha de cierre sobre la que se informa.

e. Beneficios a los empleados por terminación

La Compañía reconoce beneficios por terminación a los empleados cuando decide finalizar el contrato laboral antes de la fecha normal de retro o cuando el empleado acepta una oferta de beneficios a cambio de la terminación del contrato laboral.

Los beneficios por terminación se clasifican como beneficios a los empleados de corto plazo y se reconocen en los resultados del período cuando se espera que los beneficios por terminación se liquiden completamente antes de 12 meses después del cierre del período sobre el que se informa; y se clasifican como beneficio a los empleados de largo plazo cuando se espera que los beneficios por terminación se liquiden posterior a 12 meses después del cierre del período sobre el que se informa.

Pasivo por arrendamiento

En el momento inicial, los pasivos por arrendamiento comprenden los pagos por el derecho a usar el activo subyacente durante el plazo del contrato de arrendamiento, incluyendo los pagos fijos, los pagos por arrendamiento variables y los pagos por penalizaciones derivadas de la terminación del contrato de arrendamiento. Posteriormente el pasivo por arrendamiento se mide incrementando su valor en libros para reflejar el interés, reduciendo el valor en libros para reflejar los pagos realizados por el arrendamiento y midiendo nuevamente el valor en libros para reflejar nuevas modificaciones al contrato de arrendamiento.

Provisiones, pasivos y activos contingentes

La Compañía reconoce como provisiones aquellos pasivos existentes a la fecha del estado de situación financiera que surgen como consecuencia de sucesos pasados, se pueden medir de forma fiable y para su cancelación es probable una salida de recursos que incorporan beneficios económicos, y que además tengan incertidumbre sobre su cuantía y/o su vencimiento.

Las provisiones se reconocen por el valor presente de la mejor estimación de los desembolsos necesarios para cancelar la obligación. En los casos en los que se espera que la provisión se reembolse en todo o en parte, el reembolso se reconoce como un activo separado y un ingreso en resultados solo cuando sea prácticamente cierto su reembolso.

Las provisiones son revisadas periódicamente y se cuantifican teniendo en consideración la mejor información disponible a la fecha del estado de situación financiera.

Las provisiones de contratos onerosos son obligaciones presentes que se derivan de un contrato oneroso y se reconocen como provisión cuando los costos inevitables de cumplir con las obligaciones que conllevan el contrato exceden a los beneficios económicos que se esperan recibir del mismo.

Una provisión por reestructuración se reconoce cuando se tiene una obligación implícita para realizar una reestructuración, es decir, cuando se ha elaborado un plan detallado, formal y se ha producido una expectativa válida entre los afectados de que se llevará a cabo la reestructuración por haber anunciado sus principales características antes del final del período sobre el que se informa.

Los pasivos contingentes son obligaciones surgidas a raíz de sucesos pasados y cuya existencia está sujeta a la ocurrencia o no de eventos futuros que no se encuentran enteramente bajo el control de la Compañía, o son obligaciones presentes que surgen de eventos pasados de los cuales no se puede estimar de forma fiable la cuantía de la obligación o no es probable que tenga lugar una salida de recursos para su cancelación. Los pasivos contingentes no son registrados en los estados financieros, pero se revelan en notas a los estados financieros, excepto por los que sean individualmente incluidos en el informe de precios de compra, realizado en una combinación de negocios, cuyo valor razonable pueda ser determinado de forma confiable y por los que se considera como remota una salida de recursos para su cancelación.

Los activos contingentes son activos de naturaleza posible, surgidos a raíz de sucesos pasados y cuya existencia ha de ser confirmada solo por la ocurrencia o no de eventos futuros que no se encuentran enteramente bajo el control de la Compañía. Los activos contingentes no se reconocen en el estado de situación financiera hasta que sea prácticamente cierta la realización de su ingreso, pero se revelan en notas a los estados financieros.

Impuestos

Comprende las obligaciones a favor del Estado y a cargo de la Compañía, determinadas con base en las liquidaciones privadas generadas en el respectivo período fiscal; incluye entre otros el impuesto sobre la renta y complementarios, el impuesto a la propiedad raíz y el impuesto de industria y comercio.

Impuesto sobre la renta corriente

El impuesto sobre la renta corriente para la Compañía se calcula sobre el mayor valor entre la renta presuntiva y la renta líquida fiscal a la tasa oficial aplicable en cada año de cierre de presentación de estados financieros. El gasto por impuesto sobre la renta corriente se reconoce con cargo en resultados.

Los activos y pasivos por impuesto sobre la renta corriente se compensan para efectos de presentación si existe un derecho legalmente exigible para ello con la misma autoridad tributaria y se tiene la intención de liquidarlos por el valor neto o realizar el activo y liquidar el pasivo de forma simultánea.

Impuesto de renta diferido

El impuesto de renta diferido se origina por las diferencias temporarias y otros eventos que crean diferencias entre la base contable y la base tributaria de activos y pasivos. El impuesto de renta diferido se reconoce al valor no descontado que la Compañía espera recuperar o pagar a la autoridad fiscal calculado con base en las tasas fiscales que se estima se apliquen en el período en que el activo se realice o el pasivo se cancele.

El impuesto de renta diferido activo solo se reconoce en la medida en que sea probable que se disponga de ganancias fiscales en el futuro contra las que pueda cargar las diferencias temporarias deducibles. El impuesto de renta diferido pasivo siempre es reconocido. Los activos y pasivos por impuestos diferidos resultantes de una combinación de negocios afectan la plusvalía.

El efecto del impuesto diferido se reconoce en los resultados del período o en otros resultados integrales en función de dónde se hayan registrado las ganancias o pérdidas que lo hayan originado y se presenta en el estado de situación financiera dentro de las partidas no corrientes.

Para efectos de presentación, los activos y pasivos por impuesto diferido se compensan solo si existe un derecho legalmente exigible para ello y corresponden a la misma autoridad tributaria.

No se registra el impuesto de renta diferido pasivo por la totalidad de las diferencias que puedan surgir entre los saldos contables y fiscales de inversiones en subsidiarias, asociadas y negocios conjuntos, ya que se considera la exención de la NIC 12 para el registro del impuesto de renta diferido pasivo.

Capital social

El capital social de la Compañía está compuesto por acciones ordinarias.

Los costos incrementales directamente atribuibles a la emisión de nuevas acciones u opciones se muestran en el patrimonio como una deducción del monto recibido, neto de impuestos.

Ingreso de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes

Los ingresos de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes incluyen la venta de bienes en los almacenes, la prestación de servicios, la venta de proyectos e inventarios inmobiliarios y los negocios complementarios como seguros, arrendamientos, acuerdos de colaboración y financiamientos, entre otros.

Los ingresos se miden al valor razonable de la contraprestación recibida o por recibir, netos de rebajas y descuentos comerciales, financieros y volumen; además excluyen los impuestos a las ventas.

Los ingresos por venta de bienes se reconocen cuando (a) los riesgos y ventajas significativos de la propiedad de los bienes se transfieren al comprador y se ha cumplido con la obligación de desempeño contraída con el cliente, en la mayoría de los casos cuando se transfiere el título legal, (b) el valor de los ingresos puede ser medido de forma fiable y (c) es probable que se reciban los beneficios económicos de la transacción.

Los ingresos procedentes de la prestación de servicios se reconocen en el período en que se realizan siempre que las obligaciones de desempeño pactadas con el cliente se han cumplido. Cuando las obligaciones de desempeño en la prestación de servicios están sujetas al cumplimiento de una serie de compromisos, se analiza el momento apropiado de reconocimiento, ya sea a lo largo del tiempo de la prestación del servicio o en un solo momento. En consecuencia, los ingresos procedentes de la prestación de servicios pueden ser reconocidos inmediatamente cuando el servicio se considera como realizado o diferido en el período durante el cual se preste el servicio o el compromiso.

Cuando los bienes son vendidos junto con los incentivos de fidelización de clientes, el ingreso se distribuye entre la venta de bienes y la venta del incentivo, a valores razonables. Los ingresos diferidos procedentes de la venta de los incentivos se reconocen en los resultados cuando son redimidos por los clientes a cambio de productos o cuando se vencen.

Los contratos de intermediación se analizan con base en criterios específicos para determinar cuándo la Compañía actúa en calidad de principal o de comisionista.

Los ingresos por dividendos se reconocen cuando se establece el derecho a recibir el pago para las inversiones clasificadas como instrumentos financieros; los dividendos recibidos de las subsidiarias, asociadas y los negocios conjuntos que se reconocen utilizando el método de la participación son reconocidos como un menor valor de la inversión.

Los ingresos por regalías se reconocen cuando se cumplan con las condiciones establecidas en los contratos.

Los ingresos por arrendamientos operativos sobre propiedades de inversión se reconocen en forma lineal a lo largo del plazo del contrato.

Los ingresos por intereses se reconocen utilizando el método de la tasa de interés efectiva.

Los ingresos de permuta se reconocen en el momento de realización de la permuta y (a) los activos se reconocen por el valor razonable de la contraprestación recibida en la fecha de intercambio, o (b) por el valor razonable de los bienes entregados.

Costos y gastos

Los costos y gastos se reconocen en los resultados del ejercicio cuando ha surgido una disminución de los beneficios económicos relacionada con una disminución de los activos o un aumento de los pasivos y su valores medible de forma confiable.

Los costos y gastos incluyen todas las erogaciones directas incurridas y necesarias para realizar las ventas y los gastos necesarios para la prestación de los servicios, tales como depreciaciones de propiedades, planta y equipo, servicios de personal, erogaciones por contratos de prestación de servicios, reparaciones y mantenimientos, costos de operación, seguros, honorarios, arrendamientos, entre otros.

Ganancia por acción básica y diluida

La ganancia por acción básica se calcula dividiendo la ganancia neta del periodo atribuible a la Compañía sin incluir el número medio de acciones de la Compañía en poder de alguna sociedad subsidiaria, si fuera el caso, entre el promedio ponderado de las acciones ordinarias en circulación durante el periodo, no considerando, de existir, las acciones comunes adquiridas por la Compañía y mantenidas como acciones propias en cartera.

La ganancia por acción diluida se calcula dividiendo la ganancia neta del periodo atribuible a la Compañía entre el promedio ponderado de las acciones ordinarias que resultarían emitidas en caso de convertir todas las acciones ordinarias potenciales con efectos dilusivos. La ganancia neta del periodo ajustada, de existir, por el valor de los dividendos e intereses relacionados con bonos convertibles e instrumentos de deuda subordinada.

La Compañía no ha realizado ningún tipo de operación de potencial efecto dilusivo que suponga una ganancia por acción diluida diferente a la ganancia por acción básica.

Nota 4. Normas e Interpretaciones nuevas y modificadas

Nota 4.1. Normas emitidas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 se emitió en Colombia el Decreto Reglamentario 938 del 19 de agosto de 2021 por medio del cual se modifica el marco técnico de las normas para el Grupo 1 incluido en el Decreto Reglamentario 2420 de 2015 "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información", que ya había sido modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170 y el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432 y que había sido actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270.

Por medio de esta modificación se permite la incorporación de la Enmienda a la NIC 1 – Clasificación de pasivos como corriente y no corriente, la Enmienda a la NIC 16 – Propiedades, planta y equipo, la Enmienda a la NIC 37 – Provisiones, pasivos contingentes y activos contingentes, la Enmienda a la NIIF 9, NIC 39, NIIF 7, NIIF 4 y NIIF 16 – La reforma del IBOR y sus efectos en la información financiera fase 2, la Enmienda a la NIIF 3 – Combinación de negocios y las Mejoras anuales a las normas NIIF ciclo 2018-2020 que incluía modificaciones, aclaración de redacción, corrección de descuidos o conflictos entre los requisitos de la NIIF 1 - Adopción por primera vez de las Normas Internacionales de Información Financiera, NIIF 9 - Instrumentos financieros, NIC 41 – Agricultura y NIIF 16 – Arrendamientos, todas emitidas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés).

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés) emitió las siguientes nuevas normas y enmiendas:

- Enmienda a la NIC 1, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.
- Enmienda a la NIC 8, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.
- Enmienda a la NIIF 16, la cual se debe aplicar a partir de 1 de abril de 2021.
- Enmienda a la NIC 12, la cual se debe aplicar a partir de 1 de enero de 2023 y se permite su adopción anticipada.
- Enmienda a la NIIF 17, la cual se debe aplicar a partir de 1 de enero de 2023.

Enmienda a la NIC 1 - Divulgación de políticas contables y la declaración de práctica (emitida en febrero de 2021)

En esta Enmienda, que modifica la NIC 1 – Presentación de estados financieros, se orienta a las empresas a decidir la información sobre las políticas contables que debe ser revelada para así proporcionar información más útil a los inversores y otros usuarios principales de los estados financieros. La Enmienda requiere que las empresas revelen información material sobre políticas contables aplicando el concepto de importancia relativa en sus revelaciones.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta Enmienda.

Enmienda a la NIC 8 – Definición de estimaciones contables (emitida en febrero de 2021)

En esta Enmienda, que modifica la NIC 8 - Políticas contables, cambios en las estimaciones contables y errores, se modificó la definición de estimaciones contables y se incluyeron otras modificaciones para ayudar a las entidades a distinguir los cambios en las estimaciones contables de los cambios en las políticas contables. Esa distinción es importante porque los cambios en las estimaciones contables se aplican prospectivamente solo a transacciones futuras y a otros eventos futuros, pero los cambios en las políticas contables se aplican retrospectivamente a transacciones pasadas y a otros eventos pasados.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta Enmienda.

Enmienda a la NIIF 16 – Concesiones de arrendamiento relacionadas con Covid-19 (emitida en marzo de 2021)

Los principios fundamentales introducidos cuando el Consejo emitió por primera vez la Enmienda en mayo de 2020 no se ven afectados. La Enmienda está diseñada para ampliar por un año el periodo de aplicación de las concesiones de arrendamiento relacionadas con Covid-19 para ayudar a los arrendatarios en la contabilización de sus arrendamientos. Se extendió el alivio para cubrir las concesiones de alquiler para los pagos de arrendamiento que vencen originalmente el 30 de junio de 2022 o antes.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta Enmienda.

Enmienda a la NIC 12 - Impuesto diferido relacionado con los activos y pasivos que surgen de una sola transacción (emitida en mayo de 2021)

En esta Enmienda, que modifica la NIC 12 – Impuesto a las ganancias, se especifica cómo las empresas deben contabilizar los impuestos diferidos sobre transacciones tales como arrendamientos y pasivos por desmantelamiento.

En determinadas circunstancias, las empresas están exentas de reconocer impuestos diferidos cuando reconocen activos o pasivos por primera vez. Anteriormente, existía cierta incertidumbre sobre si la exención se aplicaba a transacciones tales como arrendamientos y obligaciones de desmantelamiento, transacciones para las cuales las empresas reconocen tanto un activo como un pasivo.

Las modificaciones aclaran que las empresas están obligadas a reconocer impuesto diferido sobre dichas transacciones. El objetivo de las modificaciones es reducir la diversidad en la presentación de informes de impuesto diferido sobre arrendamientos y pasivos por desmantelamiento.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta Enmienda ya que la Compañía causa adecuadamente el impuesto diferido sobre activo y pasivos que surgen de la aplicación de la NIIF 16 de arrendamientos.

Enmienda a la NIIF 17 - Aplicación inicial de la NIIF 17 y la NIIF 9 (emitida en diciembre de 2021)

Esta Enmienda, que modifica la NIIF 17 – Contratos de seguro, aplica para las entidades que aplican la NIIF 17 y la NIIF 9 simultáneamente. Teniendo en cuenta que estas normas tienen diferentes requisitos de transición, se pueden generar desajustes contables temporales entre los activos financieros y los pasivos relacionados con el contrato de seguro en la información comparativa que presentan en sus estados financieros cuando aplican dichas normas por primera vez. La Enmienda ayudará a las aseguradoras a evitar estos desajustes y, por lo tanto, mejorará la utilidad de la información comparativa para los inversores. Para ello, ofrece a las aseguradoras una opción para la presentación de información comparativa sobre activos financieros.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta Enmienda ya que la Compañía no aplica la NIIF 17.

Nota 4.2. Normas que comenzaron su aplicación en 2021, emitidas antes del 1 de enero de 2021

La siguiente norma comenzó a aplicarse a partir del 1 de enero de 2021, según la fecha de adopción del Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad:

- Enmienda a la NIIF 9, NIC 39, NIIF 7, NIIF 4 y NIIF 16 – La reforma del IBOR y sus efectos en la información financiera fase 2 (emitida en agosto de 2020).

La anterior enmienda ha sido incorporada en Colombia por medio de la emisión del Decreto Reglamentario 938 del 19 de agosto de 2021. No se presentan impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Nota 4.3. Normas que comenzaron su aplicación en 2021, emitidas en 2021

Las siguientes normas comenzaron a aplicarse a partir del 1 de abril de 2021, según la fecha de adopción del Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad:

- Enmienda a la NIIF 16.

Nota 4.4. Normas adoptadas anticipadamente durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 la Compañía no ha adoptado Normas anticipadamente.

Nota 4.5. Normas aún no vigentes al 31 de diciembre de 2021, emitidas antes del 1 de enero de 2021

Las siguientes Normas aún no están vigentes al 31 de diciembre de 2021 y sobre las mismas se presenta un resumen en la Nota 4.6:

- NIIF 17 – Contratos de seguro, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023 de acuerdo con su Enmienda.
- Enmienda a la NIC 1, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIIF 3, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIC 16, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIC 37, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Mejoras anuales a las normas NIIF ciclo 2018-2020, las cuales se deben aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIIF 17, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.
- Enmienda a la NIC 1, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.

Nota 4.6. Normas emitidas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 se emitió en Colombia el Decreto Reglamentario 1432 del 5 de noviembre de 2020 por medio del cual se modifica el anexo técnico compilatorio de las normas de información financiera incluido en el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" que ya había sido modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131 y el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170 y que había sido actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270. Por medio de esta modificación se permite la incorporación de la Enmienda a la NIF 16 "Concesiones de arrendamiento relacionadas con Covid-19" emitida en mayo de 2020.

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés) las siguientes nuevas normas y enmiendas:

- Enmienda a la NIC 1, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIF 16, la cual se debe aplicar a partir de 1 de junio de 2020; sin embargo, los arrendatarios la pueden aplicar a partir de su emisión en cualquier estado financiero.
- Enmienda a la NIIF 3, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIC 16, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIC 37, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2022.
- Mejoras anuales a las normas NIIF ciclo 2018-2020, las cuales se deben aplicar a partir de enero de 2022.
- Enmienda a la NIIF 17, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.
- Enmienda a la NIIF 4, la cual se debe aplicar a partir de junio de 2020.
- Enmienda a la NIC 1, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2023.
- Enmienda a la NIIF 9, NIC 39, NIIF 7, NIIF 4 y NIIF 16, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2021 y se permite su adopción anticipada.

Enmienda a la NIC 1 – Clasificación de pasivos como corriente y no corriente (emitida en enero de 2020)

En esta Enmienda, que modifica la NIC 1 - Presentación de estados financieros, específicamente se aclara uno de los criterios para clasificar un pasivo como no corriente. Se permite su aplicación anticipada. Sin embargo, el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad discutirá si se retrasa la fecha de entrada en vigencia como resultado de la pandemia Covid-19.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Enmienda a la NIIF 16 – Arrendamientos (emitida en mayo de 2020)

La Enmienda denominada "Concesiones de arrendamiento relacionadas con Covid-19", se emite con el fin de facilitar a los arrendatarios el reconocimiento contable de los posibles cambios en los contratos de arrendamiento que pudieran presentarse con ocasión de pandemia ocasionado por el Covid-19.

La Enmienda adicionó los párrafos 46A y 46B a la NIIF 16, eximiendo a los arrendatarios de tener que considerar los contratos de arrendamiento de forma individual para determinar si las concesiones de arrendamiento que se producen como consecuencia directa de la pandemia del Covid-19 son modificaciones a esos contratos, y les permite a los arrendatarios contabilizar tales concesiones como si no fueran modificaciones a los contratos de arrendamiento.

Estos cambios incluidos ofrecen una solución práctica que consiste básicamente en reconocer en el resultado del ejercicio las disminuciones en los pagos de arrendamiento, que en términos normales podrían considerarse como modificaciones del contrato, requiriendo una nueva estimación del pasivo por arrendamiento con una tasa de descuento revisada.

Esta Enmienda no aplica a los arrendadores.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Enmienda a la NIIF 3 – Combinación de negocios (emitida en mayo de 2020)

En esta Enmienda se reemplaza una referencia de una versión anterior del Marco Conceptual por una referencia a la última versión, que se emitió en marzo de 2018.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

NIC 16 – Propiedades, planta y equipo (emitida en mayo de 2020)

En esta Enmienda se prohíbe que una compañía deduzca del costo de la propiedad, planta y equipo los montos recibidos por la venta de artículos producidos mientras la compañía prepara el activo para su uso previsto. En cambio, una compañía reconocerá tales ingresos de ventas y costos relacionados en resultados.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

NIC 37 – Provisiones, pasivos contingentes y activos contingentes (emitida en mayo de 2020)

En esta Enmienda se especifican los costos que incluye una entidad para determinar si un contrato resulta oneroso.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Mejoras anuales a las normas NIIF ciclo 2018-2020 (emitida en mayo de 2020)

Incluyen las siguientes modificaciones que aclaran redacción, corrigen descuidos o conflictos entre los requisitos de las Normas:

- NIIF 1 - Adopción por primera vez de las Normas Internacionales de Información Financiera. Se simplifica la aplicación de la norma por una subsidiaria que se convierte en adoptante por primera vez después de su matriz en relación con la medición de las diferencias de conversión acumuladas.
- NIIF 9 - Instrumentos financieros. Se aclara cuales honorarios debe incluir una empresa al evaluar si los términos de un pasivo financiero nuevo o modificado son sustancialmente diferentes de los términos del pasivo financiero original.
- NIC 41 - Agricultura. Se elimina el requisito de excluir los flujos de efectivo de los impuestos al medir el valor razonable los activos biológicos, alineando así los requisitos de medición del valor razonable con los de otras Normas.
- NIIF 16 - Arrendamientos. Se modificó el ejemplo ilustrativo 13 eliminando la posibilidad de confusión con respecto a los incentivos de arrendamiento.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de estas mejoras.

Enmienda a la NIIF 17 – Contratos de seguros (emitida en junio de 2020)

Los principios fundamentales introducidos cuando el Consejo emitió por primera vez la NIIF 17 en mayo de 2017 no se ven afectados. La Enmienda está diseñada para reducir costos simplificando algunos requisitos en el Estándar, hacer que el desempeño financiero sea más fácil de explicar y facilitar la transición al diferir la fecha de vigencia de la Norma para 2023 proporcionando alivio adicional para reducir el esfuerzo requerido al aplicar la NIIF 17 por primera vez.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Enmienda a la NIIF 4 - Extensión de la exención temporal de la aplicación de la NIIF 9 (emitida en junio de 2020)

La NIIF 9 aborda la contabilidad de los instrumentos financieros y es efectiva para los períodos anuales que comienzan a partir del 1 de enero de 2018. Sin embargo, para algunas aseguradoras, esta NIIF establece una exención temporal que permite, pero no requiere, que el asegurador aplique la NIC 39 Instrumentos financieros: reconocimiento y medición en lugar de la NIIF 9 para los períodos anuales que comiencen antes del 1 de enero de 2023.

Se extendió la fecha de vencimiento para la exención temporal de la NIIF 9, por dos años, manteniendo la alineación entre la fecha de vencimiento de la exención temporal y la fecha de vigencia de la NIIF 17, que reemplaza a la NIIF 4.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Enmienda a la NIC 1 - Clasificación de pasivos como corriente y no corriente (emitida en julio de 2020)

La clasificación de pasivos como corriente o no corriente se emitió en enero de 2020, vigente para los períodos de informes anuales que comienzan a partir del 1 de enero de 2022. Sin embargo, en respuesta a la pandemia Covid-19, la Junta ha aplazado la fecha de vigencia por un año para proporcionar a las empresas más tiempo para implementar cualquier cambio de clasificación resultante de esas modificaciones. No se realizó ningún cambio adicional a la enmienda inicial emitida en enero de 2020.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Enmienda a la NIIF 9, NIC 39, NIIF 7, NIIF 4 y NIIF 16 – La reforma del IBOR y sus efectos en la información financiera fase 2 (emitida en agosto de 2020)

El Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad ha finalizado la reforma en curso de las tasas de oferta interbancarias (IBOR) y otras referencias de tasas de interés. La Enmienda tiene por objeto ayudar a las empresas a proporcionar a los inversores información útil sobre los efectos de la reforma en los estados financieros. Las modificaciones complementan las emitidas en 2019 y se centran en los efectos en los estados financieros cuando una empresa reemplaza la tasa de interés de referencia anterior por una tasa de referencia alternativa como resultado de la reforma.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta enmienda.

Nota 4.7. Normas que comenzaron su aplicación en 2020, emitidas antes del 1 de enero de 2020

Las siguientes normas comenzaron a aplicarse a partir del 1 de enero de 2020, según la fecha de adopción del Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad:

- Enmienda a la NIIF 9, Instrumentos financieros,
- Enmienda a la NIC 1, presentación de estados financieros y Enmienda a la NIC 8, políticas contables, cambios en las estimaciones contables y errores,
- Enmienda a la NIIF 3, combinaciones de negocios,
- Marco conceptual de 2018.
- CINIIF 23 - La incertidumbre frente a los tratamientos de impuesto a las ganancias.

Las anteriores normas y enmiendas fueron incorporadas en Colombia por medio de la emisión del Decreto Reglamentario 2270 del 13 de diciembre de 2019, excepto la Enmienda a la NIIF 9, Instrumentos financieros. No se presentaron impactos significativos en la aplicación de estas normas.

Nota 4.8. Normas que comenzaron su aplicación en 2020, emitidas en 2020

Las siguientes normas comenzaron a aplicarse a partir del 1 de junio de 2020, según la fecha de adopción del Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad:

- Enmienda a la NIIF 16 – Arrendamientos
- Enmienda a la NIIF 4 – Contratos de seguro

La Enmienda a la NIIF 4 no ha sido incorporada en Colombia. La Enmienda a la NIIF 16 fue incorporada en Colombia por medio de la emisión del Decreto Reglamentario 1432 del 5 de noviembre de 2020 y la fecha de adopción se estableció a partir de la fecha de la emisión del Decreto Reglamentario y no a partir de la fecha de adopción del Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad.

Nota 4.9. Normas adoptadas anticipadamente durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 la Compañía no ha adoptado Normas anticipadamente.

Nota 4.10. Normas aún no vigentes al 31 de diciembre de 2020, emitidas antes del 1 de enero de 2020

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2017 el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés) emitió las siguientes nuevas normas y enmiendas:

- NIIF 17 – Contratos de seguro, la cual se debe aplicar a partir de enero de 2021.

NIIF 17 - Contratos de seguro (emitida en mayo de 2017)

Esta NIIF establece los principios para el reconocimiento, medición, presentación y revelación de los contratos de seguro y reemplaza al NIIF 4 - Contratos de seguro.

Esta norma requiere que una compañía que emite contratos de seguro los reporte en el estado de situación financiera como el total de: (a) los flujos de efectivo del cumplimiento menos los estimados corrientes de las cantidades que la compañía espere recaudar de las primas y pagar por reclamos, beneficios y gastos, incluyendo un ajuste por la oportunidad y el riesgo de esas cantidades; y (b) el margen contractual del servicio menos la utilidad esperada de proporcionar la cobertura del seguro.

La utilidad esperada por la cobertura del seguro es reconocida en utilidad o pérdida durante el tiempo en que se proporcione la cobertura del seguro.

Adicionalmente requiere que una compañía distinga entre los grupos de contratos que espere sean para generar utilidades y los que se espere sean para tener pérdidas, siendo estos últimos contabilizados en utilidad o pérdida tan pronto como la compañía determine que se esperan pérdidas.

En cada fecha de presentación de reporte las compañías deben actualizar los flujos de efectivo de cumplimiento, usando estimados corrientes de la cantidad, oportunidad e incertidumbre de los flujos de efectivo y de las tasas de descuento.

En lo que se refiere a la medición, se pasa del costo histórico a valores corrientes, lo cual permite incorporar los flujos de efectivo comprometidos (tanto por la vía de los derechos como por la de las obligaciones), actualizándolos en cada fecha de presentación de reporte.

Se estima que no se presenten impactos significativos en la aplicación de esta NIIF.

Nota 5. Combinaciones de negocios

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 no se realizaron combinaciones de negocios.

Nota 6. Efectivo y equivalentes de efectivo

El saldo del efectivo y de los equivalentes de efectivo es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Efectivo en caja y bancos (1)	1,995,563	1,874,803
Derechos fiduciarios (2)	67,965	91,822
Certificado de depósito (3)	-	2,845
Total efectivo y equivalentes de efectivo	2,063,528	1,969,470

(1) El aumento corresponde básicamente a los mayores recaudos de efectivo resultantes del mayor nivel de ventas presentado en 2021.

(2) El saldo corresponde a:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Fondo de Inversión Colectiva Abierta Occirenta	20,408	20,410
BBVA Asset S.A.	18,311	20,413
Fiducolombia S.A.	15,419	20,408
Fiduciaria Bogotá S.A.	13,655	17,323
Corredores Davivienda S.A.	151	13,267
Credicorp Capital	21	1
Total derechos fiduciarios	67,965	91,822

(3) La disminución corresponde básicamente al uso de títulos de devolución de impuestos recibidos (tidis) para pagar retenciones en la fuente.

Al 31 de diciembre de 2021 la Compañía registró rendimientos generados por el efectivo y los equivalentes de efectivo por \$5,510 (31 de diciembre de 2019 - \$12,735), los cuales fueron registrados como ingresos financieros, tal como se detalla en la Nota 3.4.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 el efectivo y los equivalentes de efectivo no presentan restricciones o gravámenes que limiten su disposición.

Nota 7. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar

El saldo de las cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Cuentas comerciales por cobrar (Nota 7.1)	216,642	173,077
Otras cuentas por cobrar (Nota 7.2)	274,649	151,621
Total cuentas por cobrar comerciales y otras cuentas por cobrar	491,291	324,698
Corriente (Nota 7.3)	434,945	292,941
No corriente (Nota 7.3)	56,346	31,757

Nota 7.1. Cuentas comerciales por cobrar

El saldo de las cuentas comerciales por cobrar es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Cuentas comerciales (1)	138,213	129,348
Venta de inventario de proyectos inmobiliarios (2)	67,434	34,715
Alquileres y concesiones por cobrar	11,442	12,230
Fondos y préstamos a empleados	6,838	6,865
Deterioro de cartera (3)	(7,285)	(10,081)
Total cuentas comerciales por cobrar	216,642	173,077

(1) El aumento corresponde básicamente a los mayores recaudos en los canales de ventas frente al periodo anterior resultantes del aumento de ventas, específicamente en negociaciones con el estado, con cajas de compensación y en negociaciones de inventario de licores con terceros.

(2) Corresponde a la cuenta por cobrar por la venta de los inventarios de los proyectos inmobiliarios Montevideo y Copacabana. El aumento se presenta como consecuencia de la venta del proyecto inmobiliario Montevideo realizada en 2021 según cronograma de venta mencionado en la Nota 10.1.

- (3) El deterioro de cartera se reconoce como un gasto en los resultados del periodo. Sin embargo, aún deteriorados, la Compañía considera los saldos deteriorados como montos recuperables debido a los extensos análisis de riesgo crediticio sobre clientes, incluidas las calificaciones de crédito cuando están disponibles en bases crediticias con reconocimiento en el mercado. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 el efecto neto del deterioro de cartera en el estado de resultados corresponde a un gasto por pérdida de \$4,559 (31 de diciembre de 2020 – un gasto por pérdida por \$4,055).

El movimiento del deterioro de cartera durante el periodo presentado fue el siguiente:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	10,081
Pérdida por deterioro reconocida durante el periodo	22,732
Reversiones de pérdida por deterioro de valor (Nota 33)	(18,173)
Castigo de cartera	(7,355)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	7,285

Nota 7.2. Otras cuentas por cobrar

El saldo de las otras cuentas por cobrar es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Convenios empresariales (1)	81,636	31,824
Otros fondos y préstamos a personal (2)	76,431	62,149
Servicios de movilización de giros (3)	63,811	21,959
Impuestos recaudados a favor (4)	31,146	10,014
Remesas	8,205	6,006
Reclamación por impuestos	1,360	1,360
Venta de propiedades, planta y equipo	109	352
Otras cuentas por cobrar (5)	11,951	17,957
Total otras cuentas por cobrar	274,649	151,621

- (1) El aumento corresponde básicamente a cuentas por cobrar a las cajas de compensación y a los municipios por la entrega de bonos de beneficio alimentación escolar y por la venta de mercancías.
- (2) El aumento corresponde básicamente a la reanudación de préstamos y beneficios al personal por medio del Fondo de Empleados, los cuales estuvieron disminuidos durante 2020.
- (3) El aumento corresponde básicamente al crecimiento en la demanda del servicio de envió de giros especialmente por el movimiento de los subsidios "ingreso solidario del gobierno nacional".
- (4) El aumento corresponde básicamente al saldo a favor del impuesto a las ventas generado por el crecimiento en las compras de bienes para los eventos especiales, principalmente para la temporada de fin de año y para los días sin IVA.
- (5) El saldo se compone de:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Venta de cuentas comerciales por cobrar (a)	4,374	9,851
Negociaciones proveedores del exterior	1,552	593
Depósitos en garantía	1,072	1,068
Faltantes por cobrar a empleados	497	378
Embargos por cobrar (b)	330	1,921
Deudores largo plazo	5	1,669
Otras menores	4,121	2,477
Total otras cuentas por cobrar	11,951	17,957

- (a) La disminución corresponde básicamente a recuperación de estas cuentas por cobrar, las cuales al cierre de 2020 presentaban un incremento significativo producto de la pandemia generada por la Covid-19.
- (b) La disminución corresponde básicamente al castigo por \$1,650 debido a embargos no recuperables.

Nota 7.3. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar clasificadas en corriente y no corriente

El saldo de las cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar clasificado en corriente y no corriente es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Cuentas comerciales	138,213	129,348
Convenios empresariales	81,636	31,824
Servicios movilización de giros	63,811	21,959
Otros fondos y préstamos a empleados	59,081	43,444
Cuentas por cobrar por impuestos	31,146	10,014
Venta de inventario de proyectos inmobiliarios	30,383	25,319
Alquileres y concesiones por cobrar	11,442	12,230
Remesas	8,205	6,006
Reclamaciones por impuestos	1,360	1,360
Fondos y préstamos a empleados	6,838	6,865
Ventas de propiedades, planta y equipo	109	352
Otras cuentas por cobrar	10,006	14,301
Deterioro de cartera	(7,285)	(10,081)
Total corriente	434,945	292,941
Venta de inventario de proyectos inmobiliarios	37,051	9,396
Otros fondos y préstamos a empleados	17,350	18,705
Otras cuentas por cobrar	1,945	3,656
Total no corriente	56,346	31,757

Nota 7.4. Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar por edades

El detalle por edades de las cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar, sin considerar el deterioro, es el siguiente:

Periodo	Total	Menor a 30 días	Entre 31 y 60 días	Entre 61 y 90 días	Mayor a 90 días
31 de diciembre de 2021	498,576	438,852	2,632	267	56,825
31 de diciembre de 2020	334,779	293,834	7,909	154	32,882

Nota 8. Gastos pagados por anticipado

El saldo de los gastos pagados por anticipado es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Seguros (1)	14,384	14,473
Arrendamientos (2)	6,277	7,808
Anticipos para mantenimiento (3)	138	2,718
Otros pagos anticipados	1,493	665
Total gastos pagados por anticipado	22,292	25,664
Corriente	16,353	18,287
No corriente	5,939	7,377

(1) Corresponde a los contratos de:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Póliza de multirriesgo	9,621	10,838
Póliza de vida	757	689
Póliza de responsabilidad civil y extracontractual	754	797
Póliza de transporte	282	591
Otras pólizas	2,970	1,558
Total seguros	14,384	14,473

(2) Corresponde a los anticipos de cánones de arrendamiento de los siguientes almacenes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Almacén Éxito San Martín (a)	4,194	4,475
Almacén Carulla Castillo Grande (b)	2,083	3,333
Total arrendamientos	6,277	7,808

(a) Anticipo que cubre la vigencia del contrato de arrendamiento hasta el año 2034.

(b) Anticipo que cubre la vigencia del contrato de arrendamiento desde septiembre 2019 hasta septiembre 2023.

(3) Corresponde a los anticipos para mantenimiento y soporte de los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Software	138	2,633
Servicios en la nube	-	78
Hardware	-	7
Total anticipos para mantenimiento	138	2,718

Nota 9. Cuentas por cobrar y Otros activos no financieros con partes relacionadas

El saldo de las cuentas por cobrar a partes relacionadas y el saldo de los otros activos no financieros con partes relacionadas es el siguiente:

	Cuentas por cobrar		Otros activos no financieros	
	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Subsidiarias (1)	87,068	108,095	-	5,769
Negocios conjuntos (2)	47,536	30,327	24,495	14,497
Compañías del Grupo Casino (3)	6,893	7,055	-	-
Controladora (4)	288	288	-	-
Total	141,785	145,765	24,495	20,266
Corriente	82,068	94,277	-	-
No corriente	59,717	51,488	24,495	20,266

(1) Los saldos corresponden a las siguientes subsidiarias y a los siguientes conceptos:

- El saldo de las cuentas por cobrar por cada subsidiaria es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Libertad S.A. (a)	68,695	59,287
Patrimonios Autónomos	17,008	23,530
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	357	370
Éxito Industrias S.A.S.	255	359
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	406	974
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	252	185
Marketplace Internacional Éxito S.L.	78	-
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	15	-
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 17.2) (b)	1	23,203
Devoto Hermanos S.A.	1	1
Supermercados Disco del Uruguay S.A.	-	185
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	-	1
Total cuentas por cobrar subsidiarias	87,068	108,095

(a) Incluye préstamos otorgados por \$61,116 (31 de diciembre de 2020 - \$52,747) a un interés de Libor 12M + 13.5% y a un plazo hasta 2024. (Nota 48).

(b) La disminución corresponde a que durante 2021 esta subsidiaria fue capitalizada por la Compañía en \$40,862, capitalización que incluyó saldos de cuentas por cobrar por \$23,464.

- El saldo de las cuentas por cobrar a subsidiarias corresponde a los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Préstamos otorgados	62,467	53,059
Cobro de dividendos decretados	14,870	22,315
Servicios de direccionamiento estratégico	6,228	6,228
Servicios administrativos	2,152	5,352
Reembolso de gastos	1,210	13,104
Venta de mercancías	135	8,026
Otros servicios	6	11
Total cuentas por cobrar subsidiarias	87,068	108,095

- El saldo de los otros activos no financieros por cada subsidiaria es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 17.2) (a) (b)	-	5,137
Marketplace Internacional Exitoy Servicios S.A.S. (a) (c)	-	632
Total otros activos no financieros subsidiarias	-	5,769

(a) Corresponde a pagos efectuados para futuras suscripciones de acciones.

(b) La disminución corresponde a que durante 2021 esta subsidiaria fue capitalizada por la Compañía en \$40,862, capitalización que incluyó el saldo se tenía pendiente de capitalizar en diciembre de 2020.

(c) La disminución presentada corresponde a que en abril de 2021 se suscribieron las acciones que se tenían pendientes en diciembre de 2020.

- (2) Los saldos corresponden a los siguientes negocios conjuntos y a los siguientes conceptos:

- El saldo de las cuentas por cobrar por negocio conjunto es el siguiente:

Concepto	Compañía de Financiamiento Tuya S.A.		Puntos Colombia S.A.S.	
	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Participación en el acuerdo de colaboración empresarial	10,494	-	-	-
Reembolsos de gastos compartidos, recaudo de cupones y otros	4,327	6,004	-	-
Redención de puntos	-	-	30,356	24,061
Otros servicios	2,229	-	130	262
Total cuentas por cobrar	17,050	6,004	30,486	24,323

- Otros activos no financieros:

El saldo de los otros activos no financieros de \$24,495 al 31 de diciembre de 2021 corresponde a pagos efectuados durante el año a Compañía de Financiamiento Tuya S.A. para la suscripción de acciones. Los valores pagados no se reconocieron como inversión en dicha compañía debido a que Compañía de Financiamiento Tuya S.A. no había obtenido la autorización de la Superintendencia Financiera de Colombia para registrar el incremento patrimonial antes del 31 de diciembre de 2021.

El saldo de los otros activos no financieros de \$14,497 al 31 de diciembre de 2020 corresponde a pagos efectuados durante el año a Compañía de Financiamiento Tuya S.A. para la suscripción de acciones. Los valores pagados no se reconocieron como inversión en dicha compañía debido a que Compañía de Financiamiento Tuya S.A. no había obtenido la autorización de la Superintendencia Financiera de Colombia para registrar el incremento patrimonial antes del 31 de diciembre de 2020. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 Compañía de Financiamiento Tuya S.A. obtuvo autorización para registrar un incremento patrimonial y con base en dicha autorización el saldo se legalizó como inversión.

- (3) Las cuentas por cobrar a compañías del Grupo Casino corresponden a saldos por cobrar por los pagos de expatriados y por los servicios recibidos de eficiencia energética.

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Casino International	6,729	6,703
Distribution Casino France	49	244
Casino Services	7	7
Greenyellow Energía de Colombia S.A.S.	108	101
Total compañías del Grupo Casino	6,893	7,055

(4) Corresponde al saldo por cobrar por gastos de personal a Companhia Brasileira de Distribuição – CBD.

Nota 10. Inventarios, neto y Costo de ventas

Nota 10.1. Inventarios, neto

El saldo de los inventarios, neto es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Inventario disponible para la venta	1,572,556	1,493,627
Inventario en tránsito	59,002	24,716
Producto en proceso	25,230	5,684
Inventario de proyectos inmobiliarios (1)	17,519	50,228
Materias primas	10,501	21,484
Materiales, repuestos menores, accesorios y empaques consumibles	4,162	4,275
Deterioro de inventarios (2)	(8,862)	(16,042)
Total inventarios, neto	1,680,108	1,583,972

(1) Corresponde al proyecto inmobiliario Montevideo por \$16,743 (31 de diciembre de 2020 - \$50,228) y al proyecto inmobiliario López de Galarza por \$776 (31 de diciembre de 2020 - \$-).

En relación con el proyecto inmobiliario Montevideo, al 31 de diciembre de 2021 se tiene pendiente por vender el 17.3% y para el mismo se tiene como fecha estimada de realización el primer semestre de 2022 en adelante. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 se vendió el 34.7%, durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 se vendió el 38.9% y durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2019 se vendió el 9%.

En relación con el proyecto inmobiliario López de Galarza, al 31 de diciembre de 2021 se tiene pendiente por vender el 100% y se tiene como fecha estimada de realización el primer semestre de 2022 en adelante.

(2) El movimiento de la provisión durante el periodo presentado es el siguiente:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	16,042
Reversión de pérdida por deterioro (Nota 10.2)	(7,180)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	8,862

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 los inventarios no tienen restricciones o gravámenes que limiten su negociabilidad o realización, excepto por el proyecto inmobiliario Montevideo, para el cual, al cierre de ambos periodos presentados, se tiene firmada una promesa de compraventa, la cual se ha cumplido de acuerdo con lo mencionado en el numeral (1) anterior.

Los inventarios se encuentran debidamente asegurados contra todo riesgo.

De acuerdo con la política de la Compañía, los inventarios están valorados al costo o al valor neto realizable (valor razonable menos los costos de venta), el menor de estos dos valores. Los ajustes a esta valoración están incluidos dentro de los costos de venta del periodo.

Nota 10.2. Costo de ventas

La información relacionada con el costo de ventas, el deterioro y las pérdidas y reversiones de deterioro reconocidos en los inventarios se presenta en la siguiente continuación:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Costo de la mercancía vendida (1)	10,965,765	10,395,758
Descuentos y rebajas en compras	(1,590,497)	(1,537,420)
Costos de logística (2)	415,298	413,482
Avería y merma	130,438	133,768
(Reversión), pérdida por deterioro reconocida durante el periodo (Nota 10.1)	(7,180)	1,982
Total costo de ventas	9,913,824	9,407,570

(1) Al 31 de diciembre de 2021 incluye \$21,341 de costos por depreciaciones y amortizaciones (31 de diciembre de 2020 - \$19,869).

(2) A continuación se detallan los conceptos incluidos dentro de los costos de logística:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Beneficios a los empleados	238,650	233,795
Servicios	127,113	135,962
Depreciaciones y amortizaciones	48,318	42,644
Arrendamientos	1,198	1,076
Mantenimiento y reparación	19	-
Combustibles	-	5
Total costos de logística	415,298	413,482

Nota 11. Otros activos financieros

El saldo de los otros activos financieros es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Instrumentos financieros derivados (1)	11,057	4
Activos financieros medidos al valor razonable con cambios en otros resultados integrales (2)	10,676	10,637
Instrumentos financieros derivados designados como cobertura (3)	6,023	566
Activos financieros medidos al costo amortizado (4)	5,046	29,699
Activos financieros medidos al valor razonable con cambios en resultados (5)	1,476	1,468
Total otros activos financieros	34,278	42,374
Corriente	14,214	2,527
No corriente	20,064	39,847

(1) Los instrumentos financieros derivados reflejan el valor razonable de los contratos *forward* y *swap* para cubrir las fluctuaciones en las tasas de tipo de cambio y en las tasas de interés de las obligaciones adquiridas en moneda extranjera. Los valores razonables de estos instrumentos se determinan mediante modelos de valoración comúnmente usados por los participantes del mercado que utilizan variables distintas de los precios cotizados que son observables para los activos o pasivos, directa o indirectamente. La Compañía mide, en el estado de situación financiera, los instrumentos financieros derivados *forward* y *swap* a su valor razonable en cada fecha de cierre contable.

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos al 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

	Menor a 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
<i>Forward</i>	3,016	4,587	3,454	-	-	11,057

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos al 31 de diciembre de 2020 es el siguiente:

	Menor a 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
<i>Forward</i>	4	-	-	-	-	4

(2) Los activos financieros medidos al valor razonable con cambios en otros resultados integrales corresponden a inversiones patrimoniales que no se mantienen para negociar. El detalle de estas inversiones es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Cnova N.V.	9,222	9,222
Fideicomiso El Tesoro etapa 4A y 4C 448	1,206	1,167
Associated Grocers of Florida, Inc.	113	113
Central de abastos del Caribe S.A.	71	71
La Promotora S.A.	50	50
Sociedad de acueducto, alcantarillado y aseo de Barranquilla S.A. E.S.P.	14	14
Total activos financieros medidos al valor razonable con cambios en otros resultados integrales	10,676	10,637

(3) Los derivados designados como instrumentos de cobertura reflejan las operaciones de permuta financiera *swap* realizadas por la Compañía mediante contratos realizados con entidades financieras en las que se acuerda intercambiar, a intervalos específicos, la diferencia entre los montos de las tasas de interés fija y variable calculados en relación con un monto de capital nominal acordado, lo cual convierte las tasas variables en fijas y los flujos de caja se hacen determinables en moneda local. Los valores razonables de estos instrumentos se determinan mediante modelos de valoración comúnmente usados por los participantes de mercado.

Al 31 de diciembre de 2021 corresponde a las siguientes operaciones:

	Naturaleza del riesgo cubierto	Partida cubierta	Rango de tasas de la partida cubierta	Rango de tasas de los instrumentos de cobertura	Valor razonable
Swap	Tasa de interés	Obligaciones financieras	IBR 3M	2.0545% - 2.145%	6,023

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos de cobertura al 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

	Menor a 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
Swap	(262)	-	483	2,470	3,332	6,023

Debido a que este instrumento involucra entradas y salidas de efectivo, en algunas fechas los cálculos reflejan la necesidad de realizar pagos previos a la liquidación final del instrumento.

Al 31 de diciembre de 2020 corresponde a las siguientes operaciones:

	Naturaleza del riesgo cubierto	Partida cubierta	Rango de tasas de la partida cubierta	Rango de tasas de los instrumentos de cobertura	Valor razonable
Swap	Tasa de interés y cambiario	Obligaciones financieras	Libor USD 1M + 222%	9.06%	566

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos de cobertura al 31 de diciembre de 2020 es el siguiente:

	Menor a 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
Swap	3	15	32	143	373	566

- (4) Los activos financieros medidos al costo amortizado corresponden a inversiones en bonos emitidos por Compañía de Financiamiento Tuya SA. y sobre los cuales la Compañía tiene la intención y capacidad de mantenerlo para obtener los flujos de efectivo contractuales hasta el vencimiento. Esta inversión hace parte del acuerdo de colaboración empresarial por la Tarjeta Éxito. Al 31 de diciembre de 2021 el valor nominal asciende a \$5,000 (31 de diciembre de 2020 - \$29,500) y tiene un plazo de 5 años y con un rendimiento del IPC + 6%.

La disminución obedece al vencimiento de una porción de la inversión por \$24,495, la cual se utilizó para efectuar una capitalización a ese negocio conjunto, la cual al 31 de diciembre de 2021 se encuentra dentro del saldo de Otros activos no financieros (Nota 9).

- (5) Los activos financieros medidos al valor razonable con cambios en resultados comprenden las inversiones en títulos de participación del Fondo Valorar Futuro para administrar la liquidez, las cuales se miden a su valor razonable mediante el valor de la unidad del fondo. Los cambios en el valor razonable se reconocen como ingreso o gasto en el estado de resultados.

El saldo de los otros activos financieros clasificado en corriente y no corriente es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Instrumentos financieros derivados	11,057	4
Instrumentos financieros derivados designados como cobertura	2,691	193
Activos financieros medidos al costo amortizado	466	2,330
Total corriente	14,214	2,527
Activos financieros medidos al valor razonable con cambios en otros resultados integrales	10,676	10,637
Activos financieros medidos al costo amortizado	4,580	27,369
Instrumentos financieros derivados designados como cobertura	3,332	373
Activos financieros medidos al valor razonable con cambios en resultados	1,476	1,468
Total no corriente	20,064	39,847

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 los otros activos financieros no tienen restricciones ni gravámenes que limiten su negociabilidad o realización, excepto por la inversión que se tiene en los bonos de Compañía de Financiamiento Tuya S.A., los cuales fueron emitidos como parte del acuerdo de colaboración empresarial por la Tarjeta Éxito.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 no se observó deterioro de valor en ninguno de los activos.

Nota 12. Propiedades, planta y equipo, neto

El saldo de las propiedades, planta y equipo, neto, es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Terrenos	449,842	449,842
Edificios	926,054	911,075
Maquinaria y equipo	749,208	694,959
Muebles y enseres	468,105	429,813
Activos en construcción	9,073	25,344
Mejoras a propiedades ajenas	366,792	325,811
Flota y equipo de transporte	8,892	9,047
Equipo de cómputo	253,889	160,472
Otras propiedades, planta y equipo	16,050	16,050
Total costo de propiedades, planta y equipo	3,247,905	3,022,413
Depreciación acumulada	(1,262,895)	(1,112,987)
Pérdidas por deterioro de valor	(239)	-
Total propiedades, planta y equipo, neto	1,984,771	1,909,426

Los movimientos en el costo de las propiedades, planta y equipo, en su depreciación y en su deterioro de valor durante el periodo presentado son los siguientes:

Costo	Terrenos	Edificios	Maquinaria y equipo	Muebles y enseres	Activos en construcción	Mejoras a propiedades ajenas	Flota y equipo de transporte	Equipo de cómputo	Otros	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2020	449,842	911,075	694,959	429,813	25,344	325,811	9,047	160,472	16,050	3,022,413
Adiciones (1)	-	15,519	100,281	55,395	-	42,403	-	125,558	-	339,156
(Disminuciones) por aportes a Patrimonios Autónomos	-	-	(4,058)	-	(230)	(61)	-	-	-	(4,349)
(Disposiciones y retiros) de propiedades, planta y equipo (2)	-	(3,879)	(24,868)	(13,130)	(74)	(6,673)	(587)	(12,369)	-	(61,580)
Incrementos (disminuciones) por movimientos entre las cuentas de propiedades, planta y equipo	-	3,822	(2,417)	3,089	(11,907)	6,294	432	687	-	-
(Disminuciones) por transferencias (hacia) Propiedades de inversión	-	-	-	-	(3,087)	-	-	-	-	(3,087)
(Disminuciones) por transferencia (hacia) otras cuentas de balance-activos por impuestos	-	(483)	(14,650)	(7,062)	(1,079)	(982)	-	(20,496)	-	(44,752)
Otros movimientos menores	-	-	(39)	-	106	-	-	37	-	104
Saldo al 31 de diciembre de 2021	449,842	926,054	749,208	468,105	9,073	366,792	8,892	253,889	16,050	3,247,905
Depreciación acumulada										
Saldo al 31 de diciembre de 2020	-	176,233	367,205	259,287	-	182,043	6,463	116,959	4,797	1,112,987
Gasto/costo de depreciación	-	27,012	67,320	47,661	-	25,229	889	26,786	788	195,685
(Disminuciones) por aportes a Patrimonios Autónomos	-	-	(494)	-	-	-	-	-	-	(494)
(Disposiciones y retiros) de depreciación (2)	-	(1,165)	(18,368)	(9,441)	-	(4,147)	(457)	(11,705)	-	(45,283)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	-	202,080	415,663	297,507	-	203,125	6,895	132,040	5,585	1,262,895
Pérdidas por deterioro de valor										
Saldo al 31 de diciembre de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gasto por pérdidas por deterioro de valor	-	756	-	-	-	239	-	-	-	995
(Disposiciones y retiros) de deterioro (2)	-	(756)	-	-	-	-	-	-	-	(756)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	-	-	-	-	-	239	-	-	-	239

(1) Corresponde principalmente a:

- En relación con maquinaria y equipo y muebles y enseres corresponde a adiciones incurridas en todos los proyectos de expansión en las sedes operativas, los almacenes y en las sedes administrativas;
- En relación con equipos de cómputo, incluye principalmente adiciones relacionadas con la renovación tecnológica de equipos de la plataforma "clearpath" por \$89,504;
- En relación con mejoras a propiedades ajenas, incluye principalmente adiciones en Parque Logístico Calle 80 por \$11,202, Cedi Parque Siberia por \$4,981, Éxito Nuestro Bogotá por \$3,569, Éxito Alamedas del Sinú por \$3,166, Éxito La Rosita por \$3,188, Éxito Parque Fabricato por \$3,016, Carulla Santa Barbara por \$2,351, Éxito La Sabana por \$2,348, Carulla El Tesoro por \$2,200, Éxito San Pedro por \$2,179, Éxito Metropolitano por \$1,884 y Éxito Bello por \$1,615, entre otros.

(2) Corresponde principalmente a:

- El retiro por los cierres de los almacenes por \$4,412;
- El retiro de maquinaria y equipo por \$858, muebles y enseres por \$293 y equipo de cómputo por \$2, producto de reformas efectuadas, y el retiro por la venta de construcciones en curso por \$74, vehículos por \$35 y maquinaria y equipo por \$2;
- El retiro por daños físicos de maquinaria y equipo por \$3,613, de edificaciones por \$1,128, de muebles y enseres por \$450, de equipo de cómputo por \$334 y de vehículos por \$97;
- El retiro de activos resultante de la conciliación de las tomas físicas por \$3,905 y el retiro de activos por la conciliación de otras cuentas de balance por \$128;
- El retiro de activos por \$208 como consecuencia de los siniestros ocasionados por los actos realizados en contra de la infraestructura de los almacenes en el país.

Los activos en construcción están representados en aquellos bienes en proceso de construcción y en proceso de montaje o de instalación que aún no están en las condiciones de uso esperadas por la administración de la Compañía y sobre los cuales siguen capitulizándose los costos directamente atribuibles al proceso de construcción de los mismos, cuando se trata de activos aptos.

El valor en libros de las propiedades, planta y equipo adquirido bajo arrendamiento financiero, incluido en la cuenta de Otras propiedades, planta y equipo, es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Otras propiedades, planta y equipo	15,761	15,761
Total costo propiedades, planta y equipo	15,761	15,761
Depreciación acumulada	(5,582)	(4,794)
Total propiedades, planta y equipo, neto	10,179	10,967

Al 31 de diciembre de 2021 el pasivo correspondiente a estos bienes adquiridos bajo arrendamiento financiero fue cancelado.

Dentro del costo de las propiedades, planta y equipo no se incluye saldos de estimaciones de costos de desmantelamiento o similares, pues la evaluación y los análisis de la Compañía determinaron que no existen obligaciones contractuales ni legales que requieran de estas estimaciones en el momento de adquisición de las mismas.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 las propiedades, planta y equipo no presentan restricciones ni gravámenes que limiten su realización o negociabilidad y no se tiene compromisos de adquisición, construcción o desarrollo de propiedades, planta y equipo.

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 se recibieron compensaciones por activos siniestrados por \$33 y no se registraron aceptaciones de pago de las aseguradoras por compensaciones de activos siniestrados.

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 no se recibieron compensaciones por activos siniestrados y no se registraron aceptaciones de pago de las aseguradoras por compensaciones de activos siniestrados.

Al 31 de diciembre de 2021 se presentó deterioro de valor por \$995 en los edificios de Locales del Centro Comercial San Mateo por \$756 y en las mejoras en propiedad ajena de Carulla Torre del Reloj por \$239; las demás propiedades, planta y equipo no presentaron deterioro de valor. Al 31 de diciembre de 2020 no se presentó deterioro de valor en las propiedades, planta y equipo.

La información sobre la metodología empleada para las pruebas de deterioro se presenta en las Notas 38 y 39.

Nota 13. Propiedades de inversión, neto

Las propiedades de inversión corresponden a locales comerciales y terrenos que se mantienen para generar renta producto de contratos de arrendamiento operativo o apreciación futura de su precio.

El saldo de las propiedades de inversión, neto, es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Terrenos	57,481	57,653
Edificios	26,062	31,951
Construcciones en curso	807	5,176
Total costo de propiedades de inversión	84,350	94,780
Depreciación acumulada	(5,676)	(5,422)
Pérdidas por deterioro de valor	(88)	(112)
Total propiedades de inversión, neto	78,586	89,246

Los movimientos en el costo de las propiedades de inversión, en la depreciación acumulada y en las pérdidas por deterioro de valor durante el periodo presentado son los siguientes:

Costo	Terrenos	Edificios	Construcciones en curso	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2020	57,653	31,951	5,176	94,780
Adiciones	604	-	-	604
(Disminuciones) por aportes a Patrimonios Autónomos	-	(5,889)	(1,894)	(7,783)
Aumentos (disminuciones) por transferencias desde (hacia) propiedades, planta y equipo	-	5,384	(2,297)	3,087
(Disminuciones) por transferencias (hacia) inventario de proyectos inmobiliarios	(776)	-	-	(776)
(Disposiciones y retiros) de propiedades de inversión	-	(5,384)	-	(5,384)
Otros cambios	-	-	(178)	(178)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	57,481	26,062	807	84,350

Depreciación acumulada	Edificios
Saldo al 31 de diciembre de 2020	5,422
Gasto de depreciación	794
(Disminuciones) por aportes a Patrimonios Autónomos	(540)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	5,676

Pérdidas por deterioro de valor	Terrenos	Edificios	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2020	1	111	112
Gasto (recuperación) por pérdidas por deterioro de valor	(1)	5,361	5,360
(Disposiciones y retiros) de deterioro	-	(5,384)	(5,384)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	-	88	88

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 las propiedades de inversión no presentan restricciones ni gravámenes que limiten su realización o negociabilidad.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la Compañía no posee compromisos de adquisición, construcción o desarrollo de propiedades de inversión o reparaciones, mantenimiento o mejoras de las mismas, diferentes a las construcciones actuales. Igualmente, no presenta compensaciones de terceros por propiedades de inversión siniestradas o pérdidas.

Al 31 de diciembre de 2021 se presentó deterioro de valor por \$5,384 en la propiedad Viva Suba por \$2,591 y en la propiedad Surtimax Cota por \$2,793; se presentó una recuperación de deterioro de valor por \$24 en los Locales del Centro Comercial Pereira Plaza por \$23 y en Lote 111 Rincón de Las Lomas por \$1; las demás propiedades de inversión no presentaron deterioro de valor.

Al 31 de diciembre de 2020 se presentó deterioro de valor por \$112 en las propiedades Lote 111 Rincón de Las Lomas por \$1 y Locales del Centro Comercial Pereira Plaza por \$111; las demás propiedades de inversión no presentaron deterioro de valor.

La información sobre la metodología empleada para las pruebas de deterioro se presenta en la Nota 38 y en la Nota 39 se presentan los valores razonables de las propiedades de inversión, las cuales se basaron en valuaciones realizadas por un tercero independiente.

Durante los periodos anuales terminados el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 los resultados generados en la Compañía por el uso de las propiedades de inversión son los siguientes:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ingresos por arrendamientos (Nota 43)	4,587	3,361
Gastos de operación relacionados con propiedades de inversión que generaron ingresos	(447)	(367)
Gastos de operación relacionados con propiedades de inversión que no generaron ingresos	(2,075)	(1,681)
Ganancia neta generada por el uso de las propiedades de inversión	2,065	1,313

Nota 14. Derechos de uso, neto

El saldo de los derechos de uso, neto, es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Derechos de uso	2,798,618	2,561,463
Total derechos de uso	2,798,618	2,561,463
Depreciación acumulada	(1,189,019)	(991,302)
Total derechos de uso, neto	1,609,599	1,570,161

Los movimientos en el costo de los derechos de uso y en su depreciación durante el periodo presentado son los siguientes:

Costo

Saldo al 31 de diciembre de 2020	2,561,463
Incrementos por nuevos contratos	83,946
Incrementos por nuevas mediciones (1)	198,626
Retiros y reversiones (2)	(45,417)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	2,798,618

Depreciación acumulada

Saldo al 31 de diciembre de 2020	991,302
Costo/gasto por depreciación	228,433
Retiros y reversiones (2)	(30,716)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	1,189,019

- (1) Obedece básicamente a la ampliación en los plazos de los contratos, a indexaciones y a aumentos en los pagos fijos de los contratos.
- (2) Obedece básicamente a la terminación anticipada de contratos de arrendamiento en centros de distribución, tiendas y activos muebles.

Nota 15. Plusvalía

El saldo de la plusvalía es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Carulla Vivero S.A. (1)	827,420	827,420
Súper Inter (2)	453,649	453,649
Cafam (3)	122,219	122,219
Otras (4)	49,789	49,789
Total plusvalía	1,453,077	1,453,077

- (1) Corresponde a la plusvalía resultante de la combinación de negocios realizada en 2007 como consecuencia de la fusión con Carulla Vivero SA. El valor fue determinado en el estado de situación financiera de apertura haciendo uso de la opción del costo atribuido, de acuerdo con la exención de la NIIF 1 de no reexpresar combinaciones de negocios.
- (2) Corresponde a \$179,412 por la adquisición de 19 establecimientos de comercio efectuada en septiembre de 2014; a \$264,027 por la adquisición de 29 establecimientos de comercio efectuada en abril de 2015; y a \$10,210 por la adquisición de 7 establecimientos de comercio realizada entre el 23 de febrero de 2015 y el 24 de junio de 2015.
- (3) Corresponde al acuerdo firmado el 23 de febrero de 2015 mediante el cual se adquieren las tiendas de Cafam, las cuales habían sido operadas por la Compañía desde 2010. Los establecimientos de comercio adquiridos fueron posteriormente convertidos en tiendas Éxito, Carulla y Surtimax. Para efectos de las pruebas de deterioro de valor de los activos, esta plusvalía se asignó desde el 31 de diciembre de 2015 a Éxito por \$80,134, a Carulla por \$29,075 y a Surtimax por \$13,010. Desde 2019 y como resultado de las conversiones de almacenes Surtimax al formato Surtimayorista, para efectos de las pruebas de deterioro de valor de los activos se ha asignado \$4,174 a este nuevo formato.
- (4) Corresponde a compras menores de otros establecimientos de comercio que fueron posteriormente convertidos en tiendas Éxito, Carulla y Surtimax. Para efectos de las pruebas de deterioro de valor de los activos, esta plusvalía se asignó desde el 31 de diciembre de 2015 a Éxito por \$10,540, a Surtimax por \$28,566 y a Súper Inter por \$10,683.

Las plusvalías tienen vida útil indefinida debido a las consideraciones de uso que la Compañía tiene sobre ellas, por lo tanto, no se amortizan.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 no se presentó deterioro de valor de las plusvalías.

La información sobre la metodología empleada para las pruebas de deterioro se presenta en las Notas 38 y 39.

Nota 16. Activos intangibles distintos de la plusvalía, neto

El saldo de los activos intangibles distintos de la plusvalía, neto es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Marcas	81,131	81,131
Programas de computador	220,442	185,442
Derechos	20,491	26,986
Otros	22	22
Total costo de activos intangibles distintos de plusvalía	322,086	293,581
Amortización acumulada	(130,527)	(117,804)
Pérdidas por deterioro de valor	-	(9,266)
Total activos intangibles distintos de la plusvalía, neto	191,559	166,511

Los movimientos en el costo de los activos intangibles distintos de la plusvalía, en la amortización acumulada y en las pérdidas por deterioro de valor durante el periodo presentado son los siguientes:

Costo	Programas de				Total
	Marcas (1)	computador (2)	Derechos (3)	Otros	
Saldo al 31 de diciembre de 2020	81,131	185,442	26,986	22	293,581
Adiciones	-	36,487	2,771	-	39,258
(Disminuciones) por aportes a Patrimonios Autónomos	-	(606)	-	-	(606)
(Disposiciones y retiros) de activos intangibles	-	(2,138)	(9,266)	-	(11,404)
Otros movimientos menores	-	1,257	-	-	1,257
Saldo al 31 de diciembre de 2021	81,131	220,442	20,491	22	322,086

Amortización acumulada	Programas de				Total
	Marcas (1)	computador (2)	Derechos (3)	Otros	
Saldo al 31 de diciembre de 2020	-	117,804	-	-	117,804
Gasto/costo de amortización	-	14,898	-	-	14,898
(Disminuciones) por aportes a Patrimonios Autónomos	-	(236)	-	-	(236)
(Disposiciones y retiros) de activos intangibles	-	(1,939)	-	-	(1,939)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	-	130,527	-	-	130,527

Pérdidas por deterioro de valor

Saldo al 31 de diciembre de 2020	-	-	9,266	-	9,266
(Disposiciones y retiros) de activos intangibles (4)	-	-	(9,266)	-	(9,266)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	-	-	-	-	-

- (1) Corresponde a la marca Surtimax recibida de la fusión con Carulla Vivero S.A. por \$17,427 y a la marca Súper Ínter adquirida en la combinación de negocios realizada con Comercializadora Giraldo Gómez y Cía. S.A. por \$63,704.

Estas marcas tienen vida útil indefinida debido a las consideraciones de uso que la Compañía tiene sobre ellas, por lo tanto, no se amortizan.

- (2) Corresponde, neto, a los siguientes programas de computador, utilizados por la Compañía en la operación de sus negocios:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Gestor de órdenes (a)	30,803	20,418
WMS	9,777	8,576
Gestor de descuentos (a)	9,590	4,951
Gestor de producto (a)	9,037	8,377
Comercio directo (app Éxito, app Carulla y app Mi descuento) (a)	7,512	4,970
Gestor de E-Commerce	4,076	4,119
Sinemax	2,174	2,794
Rentabilidad de espacios	2,128	505
Admon y Comunicación de precios	1,156	-
Base de datos	1,106	1,941
Facturador electrónico POS	1,075	-
App Carulla Freshmarket	1,071	1,419
Paga Facil	785	-
Monedero	551	180
Fashion App Éxito	400	-
App distribuidora aliados	387	42
Auto registro (b)	382	565
Kiosko de comidas (b)	375	555
Rotar	296	465
GUI para clientes (b)	284	426
Venta por imágenes (b)	273	410
Virtualizador equipos centrales	220	512
Pos móvil II (b)	199	249
Tirilla digital	196	261
Sistema de información comercial (Sinco)	111	171
Innovación puntos de pago	98	148
Pronóstico de demanda	63	940
System application and products (SAP)	45	807
Pos y pin pads	45	115
Casa cliente	22	30
Pos móvil I (b)	8	12
Cliente único (b)	-	194
Slotting	-	25
Otros menores	5,670	3,461
Total programas de computador, neto	89,915	67,638
Programas de computador, costo	220,442	185,442
Programas de computador, depreciación acumulada	(130,527)	(117,804)

- (a) Programas de computador adscritos al proyecto estratégico de la Compañía de omnicanalidad.

- (b) Programas de computador adscritos al proyecto estratégico de la Compañía de transformación digital.

- (3) Corresponde al reconocimiento de los contratos celebrados en diciembre de 2021 por \$2,771, diciembre de 2017 por \$2,226, diciembre de 2016 por \$11,522 y septiembre de 2016 por \$13,238 para la adquisición de derechos de explotación de locales comerciales. Al 31 de diciembre de 2021, se retiraron derechos de explotación de locales comerciales por \$9,266, los cuales se habían deteriorado en el año 2020.

Para efectos de las pruebas de deterioro de valor de los activos, los derechos adquiridos en 2021 por \$2,771 fueron asignados a Carulla.

Estos derechos tienen vida útil indefinida debido a las consideraciones de uso que la Compañía tiene sobre ellos, por lo tanto, no se amortizan.

- (4) Al 31 de diciembre de 2021 no se presentó deterioro sobre los activos intangibles distintos de la plusvalía. Al 31 de diciembre de 2021 el deterioro de valor acumulado al 31 de diciembre de 2020 por \$9,266 fue retirado en conjunto con el retiro del costo de los derechos de explotación de locales comerciales mencionado en el numeral (3) anterior. Al 31 de diciembre de 2020 se presentó deterioro de valor en los derechos de explotación de locales comerciales por \$9,266 debido al cierre de estos locales en Éxito por \$2,136, en Surtimax por \$1,524 y en Súper Inter por \$5,606.

La información sobre la metodología empleada para las pruebas de deterioro se presenta en las Notas 38 y 39.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 los activos intangibles distintos de la plusvalía no presentan restricciones ni gravámenes que limiten su realización o negociabilidad. Adicionalmente no se posee compromisos de adquisición o desarrollo de activos intangibles distintos de la plusvalía.

Nota 17. Inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación

El saldo de las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación es el siguiente:

Compañía	Clasificación	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Spice Investment Mercosur S.A.	Subsidiaria	1,766,671	1,607,594
Patrimonio Autónomo Viva Mals	Subsidiaria	974,979	967,463
Onper Investment 2015 S.L. (1)	Subsidiaria	831,007	576,664
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	Negocio conjunto	279,753	259,915
Éxito Industrias S.A.S.	Subsidiaria	176,925	160,628
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	Subsidiaria	18,617	14,476
Puntos Colombia S.A.S.	Negocio conjunto	9,601	7,707
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	Subsidiaria	6,777	4,788
Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.	Subsidiaria	5,233	5,373
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	Subsidiaria	4,545	6,005
Fideicomiso Lote Girardot	Subsidiaria	3,850	3,850
Patrimonio Autónomo Iwana	Subsidiaria	3,134	3,200
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 17.2)	Subsidiaria	2,204	-
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	Subsidiaria	2,176	995
Gestión y Logística S.A. (Nota 17.2)	Subsidiaria	153	-
Marketplace Internacional Éxito S.L.	Subsidiaria	-	45
Total inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación		4,085,625	3,618,703

- (1) El saldo corresponde a la subsidiaria Libertad S.A. y a sus subsidiarias Via Artika S.A., Gelase S.A. y Spice España de Valores Americanos S.L.

Nota 17.1. Información no financiera relacionada con las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación

La información del país de domicilio, la moneda funcional, la actividad económica principal, los porcentajes de participación y las acciones poseídas en las inversiones contabilizadas utilizando el método de participación es la siguiente:

Compañía	País	Moneda funcional	Actividad económica principal	Porcentaje de participación		Número de acciones	
				31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Spice Investment Mercosur S.A.	Uruguay	Peso uruguayo	Holding	100%	100%	6.550.177.757	6.550.177.757
Patrimonio Autónomo Viva Mals	Colombia	Peso colombiano	Inmobiliario	51%	51%	No aplica	No aplica
Onper Investment 2015 S.L.	España	Euro	Holding	100%	100%	3.000	3.000
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	Colombia	Peso colombiano	Crédito	50%	50%	11.084.732.098	10.316.462.520
Éxito Industrias S.A.S.	Colombia	Peso colombiano	Comercio	97.95%	97.95%	3.990.707	3.990.707
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	Colombia	Peso colombiano	Transporte	100%	100%	6.774.786	6.774.786
Puntos Colombia S.A.S.	Colombia	Peso colombiano	Servicios	50%	50%	9.000.000	9.000.000
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	Colombia	Peso colombiano	Comercio	100%	100%	8.000.000	5.000.000
Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.	Colombia	Peso colombiano	Comercio	100%	100%	5.500.000	5.500.000
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	Colombia	Peso colombiano	Servicios	51%	51%	2.500.000	2.500.000
Fideicomiso Lote Girardot	Colombia	Peso colombiano	Inmobiliario	100%	100%	No aplica	No aplica
Patrimonio Autónomo Iwana	Colombia	Peso colombiano	Inmobiliario	51%	51%	No aplica	No aplica
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 17.2)	Colombia	Peso colombiano	Servicios	100%	100%	42.357.100	1.494.945
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	Colombia	Peso colombiano	Telefonía	100%	100%	300.000	300.000
Gestión y Logística S.A. (Nota 17.2)	Panamá	Peso colombiano	Comercio	100%	-	500	-
Marketplace Internacional Éxito S.L.	España	Euro	Comercio	100%	100%	3.000	3.000

Nota 17.2. Información financiera relacionada con las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación

Al 31 de diciembre de 2021 la información financiera de las inversiones contabilizadas utilizando el método de participación es la siguiente:

Compañías	Activo corriente	Activo no corriente	Pasivo corriente	Pasivo no corriente	Patrimonio	Ingresos de actividades ordinarias	Resultado de operaciones continuadas	Resultado total integral
Spice Investment Mercosur S.A.	689,919	2,132,546	1,174,315	199,228	1,448,922	2,672,393	114,063	114,063
Patrimonio Autónomo Viva Malls	98,750	2,044,814	58,791	-	2,084,773	288,858	116,412	116,412
Onper Investment 2015 S.L.	314,484	1,008,084	257,445	234,116	831,007	1,218,469	8,843	8,843
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	3,851,907	113,490	1,956,776	1,484,265	524,356	1,074,933	10,681	10,681
Éxito Industrias S.A.S.	134,859	146,477	42,163	51,254	188,019	111,964	19,486	19,486
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	26,158	16,599	17,747	6,393	18,617	167,556	4,141	4,141
Puntos Colombia S.A.S.	167,340	11,320	151,408	8,051	19,201	259,482	3,787	3,787
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	2,385	5,234	842	-	6,777	3,648	395	395
Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.	4,974	267	9	-	5,232	820	(141)	(141)
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	39,518	3,049	33,683	406	8,478	20,669	4,626	4,626
Fideicomiso Lote Girardot	-	3,850	-	-	3,850	-	-	-
Patrimonio Autónomo Iwana	68	5,668	43	-	5,693	333	(125)	(125)
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (1)	2,286	-	82	-	2,204	-	(851)	(851)
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	8,800	5,107	9,448	-	4,459	31,589	1,181	1,181
Gestión y Logística S.A. (2)	185	-	32	-	153	-	(34)	(34)
Marketplace Internacional Éxito y S.L.	8	-	103	-	(95)	154	(138)	(138)

Al 31 de diciembre de 2020 la información financiera de las inversiones contabilizadas utilizando el método de participación es la siguiente:

Compañías	Activo corriente	Activo no corriente	Pasivo corriente	Pasivo no corriente	Patrimonio	Ingresos de actividades ordinarias	Resultado de operaciones continuadas	Resultado total integral
Spice Investment Mercosur S.A.	594,957	1,919,297	994,750	181,545	1,337,959	2,682,661	119,718	119,718
Patrimonio Autónomo Viva Malls	105,970	2,049,430	65,317	-	2,090,083	251,174	82,464	82,464
Onper Investment 2015 S.L.	244,783	715,595	207,260	176,454	576,664	874,213	(27,908)	(27,908)
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	3,104,242	131,233	1,058,139	1,692,661	484,675	1,164,209	26,665	26,665
Éxito Industrias S.A.S.	115,858	155,604	42,266	59,653	169,543	97,831	7,221	7,221
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	24,485	19,650	19,237	10,422	14,476	166,392	4,746	4,746
Puntos Colombia S.A.S.	135,435	15,336	129,616	5,740	15,415	238,215	12,669	12,669
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	882	4,926	1,002	18	4,788	965	134	134
Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.	5,005	1,770	493	909	5,373	634	(56)	(56)
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	31,098	4,400	23,479	1,101	10,918	13,597	1,921	1,921
Fideicomiso Lote Girardot	-	3,850	-	-	3,850	-	-	-
Patrimonio Autónomo Iwana	52	5,815	44	-	5,823	411	(46)	(46)
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (1)	689	-	33,052	5,137	(37,500)	-	(1,199)	(1,199)
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	7,248	5,169	9,139	-	3,278	31,353	730	730
Marketplace Internacional Éxito y S.L.	63	-	18	-	45	171	(199)	(199)

- (1) Al 31 de diciembre de 2021 y como parte del proceso de transición de su operación comercial en el que se encontraba a diciembre de 2021, la subsidiaria cambió su razón social, su objeto social y su operación comercial. Su nuevo objeto social principal consiste en la comercialización de energía eléctrica. Adicionalmente fue capitalizada por la Compañía en \$40,862 con lo cual enervó la causal de especial de disolución que se presentaba al diciembre de 2020. El 16 de febrero de 2021 la subsidiaria modificó su razón social anterior a Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P.

Al 31 de diciembre de 2020 la subsidiaria acumulaba pérdidas por \$38,995 que disminuyeron su patrimonio neto por debajo del 50% de su capital, y que hacían que presentara un patrimonio negativo por \$37,500 y que la dejaban en causal especial de disolución según el artículo 457 del Código de Comercio. La administración de la Compañía en conjunto con la administración de la subsidiaria cesó las actividades comerciales y de operación relacionadas con la venta directa de productos a través de los catálogos de venta. Al 31 de diciembre de 2020 la subsidiaria se encontraba en un proceso de transición de su operación comercial.

- (2) Subsidiaria creada el 7 de septiembre de 2021. (Nota 17.3).

No se presentan restricciones sobre la capacidad de las subsidiarias de transferir fondos a la Compañía en forma de dividendos en efectivo, o reembolso de préstamos o anticipos realizados. Adicionalmente, la Compañía no posee pasivos contingentes incurridos en relación con sus participaciones en ellas.

Las obligaciones implícitas adquiridas por la Compañía en nombre de sus subsidiarias cuyas pérdidas exceden la inversión mantenida se describen en la Nota 21.

Nota 17.3. Objetos sociales de las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación

El objeto social y otra información societaria de las inversiones contabilizadas utilizando el método de la participación es el siguiente:

Spice Investments Mercosur S.A.

Subsidiaria sociedad anónima uruguaya, cerrada, con acciones nominativas. Su actividad principal es realizar inversiones en general, de conformidad con el artículo 47 de la Ley uruguaya 16060, pudiendo desarrollar actividades relacionadas y vinculadas con inversiones en el país y en el exterior. Su domicilio principal se encuentra en la Avenida General José María Paz número 1404, Montevideo, Uruguay.

Patrimonio Autónomo Viva Malls

Constituido el 15 de julio de 2016 mediante la escritura pública 679 de la Notaría 31 de Medellín bajo la figura jurídica de patrimonio autónomo a través de Itáú Fiduciaria. El objeto social principal es la adquisición, directa o indirecta, de los derechos reales sobre activos inmobiliarios, principalmente galerías y centros comerciales, su desarrollo y el desarrollo de otros activos inmobiliarios, así como su explotación y operación. Dentro del objeto el patrimonio podrá arrendar a terceros o a partes relacionadas los locales, concesionar los espacios que hacen parte de los activos inmobiliarios, realizar la explotación, el mercadeo, y el mantenimiento de estos, buscar su financiación y disponer de aquellos activos, así como todas las actividades conexas y necesarias para cumplir con los fines del negocio. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 7 número 27 - 18 Piso 14, Bogotá, Colombia.

Onper Investments 2015 S.L.

Subsidiaria domiciliada en España. Matriz de Oregon LLC, Pincher LLC y Bengal LLC (sociedades domiciliadas en Estados Unidos de América) en las cuales posee una participación del 50% del capital social, Matriz de Libertad S.A., Ceibotel S.A. y Geant Argentina S.A. (sociedades domiciliadas en Argentina), Via Artika S.A. (sociedad domiciliada en Uruguay), Spice España de Valores Americanos S.L. (sociedad domiciliada en España) y Gelase S.A. (sociedad domiciliada en Bélgica) en las cuales posee una participación del 100% del capital social.

La subsidiaria tiene por objeto la realización, tanto en España como en el extranjero, de las siguientes actividades:

- La actividad de gestión y administración de valores representativos de fondos propios de entidades no residentes en territorio español, mediante la correspondiente organización de medios materiales y personales. Código CNAE 66.30/64.20.
- La compra, suscripción, tenencia, gestión, administración, permuta y venta de valores mobiliarios nacionales o extranjeros por cuenta propia y sin actividad de intermediación, mediante la correspondiente organización de medios materiales y personales. Código CNAE 66.12.
- La promoción y ejecución de todo tipo de promociones inmobiliarias, urbanísticas o de ordenación y desarrollo del suelo, ya sea con fines industriales, comerciales o de habitación. Esto incluirá la compra, tenencia, gestión, administración, permuta y venta de activos inmobiliarios de todas clases. Código CNAE 4110 y 683.2.
- La realización de todo tipo de estudios económicos, financieros y comerciales, así como inmobiliarios, incluidos aquellos relativos a la gestión, administración, fusión y concentración de empresas, así como la presentación de servicios de tipo mercantil y empresarial. Código CNAE 69.20.
- Se exceptúan las actividades reservadas por la Ley a las Instituciones de Inversión Colectiva, así como lo expresamente reservado por la Ley del Mercado de Valores a las Agencias y/o Sociedades de Valores y Bolsa.
- Si las disposiciones legales exigiesen para el ejercicio de algunas de las actividades comprendidas en el objeto social algún título profesional, autorización administrativa o inscripción en Registros públicos, dichas actividades deberán realizarse por medio de persona que ostente dicha titulación y, en su caso, no podrán iniciarse antes de que se hayan cumplido los requisitos administrativos exigidos.

Las actividades relacionadas podrá asimismo desarrollarlas total o parcialmente de modo indirecto, a través de participaciones en otras sociedades de idéntico o análogo objeto al expresado en los párrafos anteriores, o mediante cualesquiera otras formas admitidas en derecho.

Compañía de Financiamiento Tuya S.A.

Negocio conjunto sobre el cual se adquirió el control conjunto el 31 de octubre de 2016. Es una entidad privada, autorizada por la Superintendencia Financiera de Colombia, constituida mediante escritura pública No. 7418 del 30 de noviembre de 1971 de la Notaría 1 de Bogotá, con domicilio principal en la ciudad de Medellín. La actividad principal de la compañía es la captación de recursos mediante depósitos a término con el objeto primordial de realizar operaciones activas de crédito, para facilitar la comercialización de bienes y servicios, sin perjuicio de las operaciones e inversiones que de conformidad con el régimen aplicable a las compañías de financiamiento puede realizar dentro de las condiciones o limitaciones que se señalen para el efecto.

Éxito Industrias S.A.S.

Subsidiaria constituida mediante documento privado el 26 de junio de 2014. Su objeto social consiste en (i) adquirir, almacenar, transformar, confeccionar, vender y en general distribuir bajo cualquier modalidad toda clase de mercancías textiles de confección nacional o extranjera y adquirir, dar o tomar en arrendamiento bienes raíces con destino al establecimiento de almacenes, centros comerciales u otros sitios adecuados para la distribución de mercancías y la venta de bienes o servicios; (ii) lanzar y operar actividades de comercio electrónico en Colombia; (iii) celebrar todo tipo de contratos incluyendo pero sin limitarse a, contrato de arrendamiento, distribución, operación, asociación, compraventa, asistencia técnica, suministro, inspección, control y servicios, para el adecuado desarrollo del objeto social; (iv) prestar toda clase de servicios, incluyendo pero sin limitarse, de administración, asesoría, consultoría, técnicos, de presentación, para el adecuado desarrollo del objeto social; y (v) desarrollar cualquier actividad lícita. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 número 32 Sur - 29, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.

Subsidiaria constituida el 23 de mayo de 2014 de acuerdo con las leyes colombianas. Su objeto social consiste principalmente en la prestación de los servicios de transporte de carga nacional e internacional, aérea, terrestre, marítima, fluvial, férrea y multimodal de todo tipo de mercancía en general. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 número 32B Sur - 139, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Puntos Colombia S.A.S.

Negocio conjunto constituido el 19 de abril de 2017 de acuerdo con las leyes colombianas. Su objeto social principal consiste en la compra y venta de puntos y en el diseño, desarrollo, implementación operación y administración de un programa de lealtad a través del cual se desarrollen estrategias de fidelización de clientes de los socios aliados del referido programa, mediante el reconocimiento, la acumulación, emisión y redención de puntos, así como la compra y venta de puntos. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 número 32 B Sur 139, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.

Subsidiaria constituida el 12 de septiembre de 2018 de acuerdo con las leyes colombianas. Su objeto social consiste principalmente en la realización de las siguientes actividades en una o varias zonas francas: (i) prestación de servicios de acceso a la plataforma de comercio electrónico puesta a disposición por la compañía, mediante la cual quienes acceden a ella podrán efectuar transacciones comerciales; (ii) ejecución de aquellas actividades necesarias para el adecuado funcionamiento de la plataforma de comercio electrónico a través de la cuales los vendedores y compradores que acceden a la misma efectúan transacciones; (iii) emisión, comercialización, procesamiento y reembolso de vales, cupones, tarjetas o bonos, bien sean físicos o digitales, o a través de cualquier otro medio que la tecnología permita como mecanismo para el acceso a los bienes y servicios ofrecidos. Su domicilio principal se encuentra en la vereda Chachafrito, Zona Franca, oficina 11, Rionegro, Antioquia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.

Subsidiaria constituida el 21 de junio de 2019 de acuerdo con las leyes colombianas. Su objeto social consiste principalmente en el almacenamiento de mercancías bajo control aduanero. Su domicilio principal se encuentra en la calle 43 sur No. 48-127, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Éxito Viajes y Turismo S.A.S.

Subsidiaria constituida el 30 de mayo de 2013, de acuerdo con las leyes colombianas. Su objeto social consiste principalmente en la explotación de las actividades relacionadas con el servicio de turismo, así como la representación turística y el establecimiento de agencias de viajes en cualquiera de sus modalidades y la promoción del turismo nacional e internacional. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 43 número 31 – 166, Medellín, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Fideicomiso Lote Girardot

Adquirido mediante cesión de derechos fiduciarios el 11 de febrero del 2011 a través Alianza Fiduciaria S.A. Tiene por objeto adquirir el derecho de propiedad del inmueble a nombre de la Compañía. El domicilio principal se encuentra en la carrera 10 y 11 con calle 25, Girardot, Colombia.

Patrimonio Autónomo Iwana

Constituido el 22 de diciembre del 2011 bajo la figura jurídica de patrimonio autónomo, a través Fiduciaria Bancolombia S.A. El objeto social es desarrollar la operación del centro comercial Iwana, el cual comprende mantener la titularidad jurídica del inmueble, suscribir los contratos de arrendamiento, sus prrrogas, renovaciones, modificaciones y terminaciones, de acuerdo con las instrucciones que para tal efecto imparta el fideicomitente (la Matriz) en su condición de administrador inmobiliario; incluye además administrar los recursos, efectuar los pagos que se requieran para atender las administración y operación de los locales y demás unidades que lo conforman. El domicilio principal del centro comercial se encuentra en la carrera 11 No. 50 – 19, Barrancabermeja, Colombia.

Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P.

Subsidiaria constituida el 12 de marzo de 2008. Esta nueva razón social fue creada desde el 16 de febrero de 2021 (Nota 17.2). Como consecuencia de este cambio de razón social, el objeto social principal consiste en la comercialización de energía eléctrica, adquiriendo energía en el mercado mayorista con su venta destinada a usuarios finales y adquiriendo energía para mercado regulado a través de un contrato de condiciones uniformes y para el mercado no regulado a través de un contrato de negociación bilateral. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 número 32B Sur – 139, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.

Subsidiaria constituida mediante documento privado el 27 de septiembre de 2010. Su objeto social consiste principalmente en (i) constituir, financiar, promover, invertir individualmente o concurrir con otras personas naturales o jurídicas a la constitución de sociedades, empresas o negocios que tengan por objeto la producción o comercialización de bienes, de objetos, mercancías, artículos o elementos o la prestación de servicios relacionados con la explotación de los establecimientos comerciales y vincularse a dichas empresas en calidad de asociada, mediante aportes en dinero, en bienes o en servicios, y (ii) promover, invertir individualmente o concurrir con otras personas naturales o jurídicas a la prestación de redes, servicios y valores agregados de telecomunicaciones, en especial, todas aquellas actividades permitidas en Colombia o en el exterior, de telecomunicaciones, telefonía móvil celular y servicios de valor agregado. Su domicilio principal se encuentra en la carrera 48 número 32B Sur – 139, Envigado, Colombia. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Gestión y Logística S.A.

Subsidiaria constituida el 7 de septiembre de 2021. Su objeto social consiste principalmente en la prestación de servicios en general, así como la compra y venta de toda clase de bienes muebles e inmuebles. Su domicilio principal se encuentra en la ciudad de Panamá. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Marketplace Internacional Éxito S.L.

Subsidiaria constituida el 9 de octubre de 2019 de acuerdo con las leyes españolas. Su objeto social consiste principalmente en la realización de actividades relacionadas con el marketing, desarrollo de negocio y relaciones públicas, así como cualquier otra actividad o la prestación de cualquier otro servicio complementario o conexo con lo anterior. Su domicilio principal se encuentra en la calle Constitución No 75, 28946, Fuenlabrada (Madrid), España. El término de duración de la sociedad es indefinido.

Nota 17.4. Inversiones en negocios conjuntos con participaciones no controladoras significativas

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 las siguientes son los negocios conjuntos que presentan participaciones no controladoras significativas:

Inversión	Participaciones no controladoras significativas	
	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Negocio conjunto		
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	50%	50%
Puntos Colombia S.A.S.	50%	50%

A continuación, se presenta la información financiera resumida de las asociadas y los negocios conjuntos con participaciones no controladoras significativas, al 31 de diciembre de 2021:

Compañías	Activo corriente	Activo no corriente	Pasivo corriente	Pasivo no corriente	Patrimonio	Ingresos de actividades ordinarias	Resultado de operaciones continuadas	Resultado total integral
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	3,851,907	113,490	1,956,776	1,484,265	524,356	1,074,933	10,681	10,681
Puntos Colombia S.A.S.	167,340	11,320	151,408	8,051	19,201	259,482	3,787	3,787

A continuación, se presenta la información financiera resumida de las asociadas y los negocios conjuntos con participaciones no controladoras significativas, al 31 de diciembre de 2020:

Compañías	Activo corriente	Activo no corriente	Pasivo corriente	Pasivo no corriente	Patrimonio	Ingresos de actividades ordinarias	Resultado de operaciones continuadas	Resultado total integral
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	3,104,242	131,233	1,058,139	1,692,661	484,675	1,164,209	26,665	26,665
Puntos Colombia S.A.S.	135,435	15,336	129,616	5,740	15,415	238,215	12,669	12,669

Nota 18. Cambios en la clasificación de activos financieros

Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 no se presentaron cambios significativos en la clasificación de los activos financieros como resultado de un cambio en el propósito o uso de estos activos.

Nota 19. Pasivos financieros

El saldo de los pasivos financieros es el siguiente:

	30 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Préstamos bancarios	878,268	966,855
Arrendamientos financieros	-	6,849
Total pasivos financieros	878,268	973,704
Corriente	136,184	647,934
No corriente	742,084	325,770

Los movimientos de los pasivos financieros durante el periodo presentado son los siguientes:

Saldo al 31 de diciembre de 2020 (1)	973,704
Incrementos por desembolsos y novaciones (2)	810,000
Incrementos por valoraciones e intereses	46,161
Diferencia en cambio	725
(Disminuciones) por pagos de capital, intereses y novaciones (3)	(952,322)
Saldo al 30 de diciembre de 2021	878,268

(1) Al 31 de diciembre de 2020 el saldo incluye \$253,750 y \$570,000 correspondientes a dos contratos de crédito bilaterales suscritos el 27 de marzo de 2020, \$135,000 de un contrato de crédito bilateral suscrito el 3 de junio de 2020, y \$6,849 de arrendamientos financieros.

(2) En febrero de 2021 la Compañía solicitó desembolso por \$80,000 de uno de los créditos rotativos bilaterales vigentes y realizó una novación con tres nuevos créditos bilaterales por \$200,000; \$190,000 y \$150,000 suscritos el 26 de marzo de 2021.

En abril de 2021 la Compañía solicitó desembolsos por \$20,000, adicionales del crédito rotativo desembolsado en febrero de 2021, por \$70,000 del crédito rotativo sindicado y \$70,000 y \$30,000 de un nuevo crédito rotativo.

(3) En marzo de 2021 la Compañía pagó (a) \$12,083 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$290,000 suscrito el 27 de marzo de 2020, (b) pagó \$30,000 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$570,000 suscrito el 27 de marzo de 2020, y (c) pagó \$988 de arrendamientos financieros.

En marzo de 2021 la Compañía realizó una renovación por \$540,000 del crédito bilateral por \$570,000 suscrito el 27 de marzo de 2020 y del cual había ya pagado \$30,000, con tres nuevos créditos bilaterales por \$200,000; \$190,000 y \$150,000 suscritos el 26 de marzo de 2021.

En junio de 2021 la Compañía pagó \$12,083 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$290,000 suscrito el 27 de marzo de 2020 y pagó \$1,032 de arrendamientos financieros.

En septiembre de 2021 la Compañía pagó \$12,083 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$290,000 suscrito el 27 de marzo de 2020 y pagó \$1,081 de arrendamientos financieros.

En octubre de 2021 la Compañía pagó \$8,325 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$150,000 suscrito el 26 de marzo de 2021. En este mes pagó \$80,000 y \$20,000 del crédito rotativo bilateral, \$70,000 del crédito rotativo sindicado, \$70,000 y \$30,000 del segundo crédito rotativo bilateral desembolsado en abril de 2021.

En noviembre de 2021 la Compañía pagó \$4,257 de arrendamientos financieros.

En diciembre de 2021 la Compañía pagó \$12,083 correspondiente al contrato de crédito bilateral por \$290,000 suscrito el 27 de marzo de 2020.

Estos créditos se miden al costo amortizado utilizando el método de la tasa de interés efectiva; en la medición no se incluyen costos de transacción, ya que no se incurrió en ellos.

El saldo de los pasivos financieros clasificado en corriente y no corriente es el siguiente:

	30 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Préstamos bancarios	136,184	644,123
Arrendamientos financieros	-	3,811
Total corriente	136,184	647,934
Préstamos bancarios	742,084	322,732
Arrendamientos financieros	-	3,038
Total no corriente	742,084	325,770

A continuación, se presentan los vencimientos anuales de los pasivos financieros no corrientes vigentes al 31 de diciembre de 2021, descontados a valor presente:

Año	Total
2022	182,751
2023	319,743
2024	115,925
>2025	123,665
	742,084

Nota 19.1. Obligaciones adquiridas en los contratos de crédito obtenidos durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021

a. Financieras: Las obligaciones adquiridas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 tienen el mismo "covenant" de las obligaciones adquiridas durante 2020. Al 31 de diciembre de 2021 la medición de este indicador se encuentra en la Nota 19.3.

Nota 19.2. Obligaciones adquiridas en los contratos de crédito obtenidos durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020

a. Financieras: Mientras subsistan obligaciones de pago a cargo de la Compañía derivadas de los contratos firmados el 27 de marzo de 2020, la Compañía se compromete a mantener un indicador financiero de apalancamiento máximo de 2.8x. Este indicador será medido anualmente con base en los estados financieros separados y auditados de cada ejercicio anual. Al 31 de diciembre de 2020 la medición de este indicador se encuentra en la Nota 19.3.

Nota 19.3. Indicador financiero de apalancamiento

El cálculo del indicador financiero de apalancamiento es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
(Pasivos) activos corrientes		
(Pasivos) financieros corrientes (1)	(136,184)	(647,934)
Otros (pasivos) financieros corrientes (2) (Nota 26)	(834)	(18,469)
Otros activos financieros corrientes (3) (Nota 11)	13,748	197
(Pasivos) activos no corrientes		
(Pasivos) financieros no corrientes (1)	(742,084)	(325,770)
Otros (pasivos) financieros no corrientes (2) (Nota 26)	-	(94)
Otros activos financieros no corrientes (3) (Nota 11)	3,332	373
Total (pasivo) activo, neto	(862,022)	(991,697)
Ebitda recurrente ajustado	1,203,015	910,450
Pasivo neto/Ebitda recurrente ajustado	0.72	1.09

(1) Pasivos financieros corrientes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Préstamos bancarios	136,184	644,123
Arrendamientos financieros	-	3,811
Total pasivos financieros corrientes	136,184	647,934

Pasivos financieros no corrientes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Préstamos bancarios	742,084	322,732
Arrendamientos financieros	-	3,038
Total pasivos financieros no corrientes	742,084	325,770

(2) Otros pasivos financieros corrientes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Instrumentos financieros derivados	592	17,317
Instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura	242	1,152
Total otros pasivos financieros corrientes	834	18,469

Otros pasivos financieros no corrientes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura	-	94
Total otros pasivos financieros no corrientes	-	94

(3) Otros activos financieros corrientes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Instrumentos financieros derivados designados como cobertura	2,691	193
Instrumentos financieros derivados	11,057	4
Total otros activos financieros corrientes	13,748	197

Otros activos financieros no corrientes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Instrumentos financieros derivados designados como cobertura	3,332	373
Total otros activos financieros no corrientes	3,332	373

- (4) Bajo los términos contractuales, el cálculo del Ebitda recurrente ajustado es el siguiente:
- Utilidad operacional recurrente de los últimos 12 meses medida de conformidad con NIIF16,
 - Más las depreciaciones y amortizaciones y cualquier otro gasto que no implique erogaciones de efectivo y que se hayan causado en el mismo periodo de 12 meses, incluyendo aquellas derivadas de la depreciación del derecho de uso conforme NIIF 16
 - Más los dividendos distribuidos por las subsidiarias directamente o a través de vehículos de propósito especial, controlados por la Compañía y que sean efectivamente recibidos,
 - Más los dividendos proformas de las subsidiarias adquiridas en los últimos 12 meses de actividad. Se denominan dividendos proforma a aquellos dividendos que se hubiesen recibido si la Matriz hubiese adquirido o hubiese mantenido bajo control a una subsidiaria a por todo el periodo completo de 12 meses.

Nota 20. Beneficios a los empleados

El saldo de los beneficios a los empleados es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Planes de beneficios definidos	18,793	21,125
Plan de beneficios largo plazo	1,573	1,756
Total beneficios a los empleados	20,366	22,881
Corriente	2,482	2,516
No corriente	17,884	20,365

Nota 20.1. Planes de beneficios definidos

La Compañía tiene los siguientes planes de beneficios definidos:

a. Plan de pensiones

Cada empleado, a su retiro de la Compañía, recibirá un monto mensual por concepto de pensión, de reajustes pensionales de acuerdo con las normas legales, de rentas de supervivencia, de auxilio funerario y de las bonificaciones de junio y diciembre, establecidas legalmente. Este monto depende de factores tales como la edad del empleado, los años de servicios y el salario.

La Compañía es responsable por los pagos de pensiones de jubilación a los empleados que cumplan los siguientes requisitos: (a) empleados que al 1 de enero de 1967 tenían más de 20 años de servicios (responsabilidad total) y (b) empleados y exempleados que al 1 de enero de 1967 tenían más de 10 años de servicios y menos de 20 (responsabilidad parcial).

b. Plan de cesantías retroactivas

La retroactividad de las cesantías se liquida a aquellos empleados pertenecientes al régimen laboral anterior a la Ley 50 de 1990 y que no se acogieron al cambio de régimen. Cada empleado, a su retiro de la Compañía, recibirá un monto retroactivo por concepto de cesantías, una vez descontados los pagos anticipados. Esta prestación social se liquida por todo el tiempo laborado con base en el último salario devengado.

Todos estos beneficios anteriores se valoran anualmente mediante la unidad de crédito proyectada o cuando se presenten cambios significativos. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 no se presentaron cambios significativos en los métodos y las presunciones usadas al preparar los cálculos y los análisis de sensibilidad.

Saldos y movimientos:

Los saldos y los movimientos presentados en los planes de beneficios definidos son los siguientes:

	Pensiones	Cesantías retroactivas	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2020	20,542	583	21,125
Costo del servicio	-	15	15
Costo del servicio pasado	1,226	-	1,226
Gasto intereses	1,145	24	1,169
Pérdidas (ganancias) actuariales por cambios en la experiencia	675	(57)	618
(Pérdidas) actuariales por supuestos financieros	(2,915)	(31)	(2,946)
Beneficios (pagados) directamente por la Compañía	(2,242)	(172)	(2,414)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	18,431	362	18,793

Variables utilizadas para realizar los cálculos:

Las tasas de descuento, de incremento salarial, de inflación y de mortalidad, son las siguientes:

	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Pensiones	Cesantías retroactivas	Pensiones	Cesantías retroactivas
Tasa de descuento	8.50%	7.80%	5.90%	4.80%
Tasa de incremento salarial anual	3.5%	3.5%	3.25%	3.25%
Tasa de incremento futuro en pensión anual	3.5%	0.00%	3.25%	0.00%
Tasa de inflación anual	3.5%	3.5%	3.25%	3.25%
Tasa de mortalidad - hombre (años)	60-62	60-62	60-62	60-62
Tasa de mortalidad - mujer (años)	55-57	55-57	55-57	55-57
Tasa de mortalidad - hombre	0.001117% - 0.034032%	0.001117% - 0.034032%	0.001117% - 0.034032%	0.001117% - 0.034032%
Tasa de mortalidad - mujer	0.000627% - 0.019177%	0.000627% - 0.019177%	0.000627% - 0.019177%	0.000627% - 0.019177%

Las tasas de rotación de empleados, la de incapacidad y la de los retiros prematuros, son los siguientes:

Servicio en años	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Entre 0 y menos de 5	25.70%	25.70%
Entre 5 y menos de 10	12.51%	12.51%
Entre 10 y menos de 15	7.37%	7.37%
Entre 15 y menos de 20	5.49%	5.49%
Entre 20 y menos de 25	4.22%	4.22%
25 y mayores	3.18%	3.18%

Análisis de sensibilidad:

Un análisis de sensibilidad cuantitativo frente a un cambio en un supuesto clave significativo generaría la siguiente variación sobre la obligación neta por beneficios definidos:

Variación expresada en puntos básicos	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Pensiones	Cesantías retroactivas	Pensiones	Cesantías retroactivas
Tasa de descuento +25	(283)	(4)	(352)	(6)
Tasa de descuento -25	292	4	364	6
Tasa de descuento +50	(558)	(7)	(692)	(12)
Tasa de descuento -50	594	7	740	13
Tasa de descuento +100	(1,083)	(14)	(1,341)	(24)
Tasa de descuento -100	1,226	15	1,532	26
Tasa de incremento salarial anual +25	No aplica	7	No aplica	11
Tasa de incremento salarial anual -25	No aplica	(7)	No aplica	(11)
Tasa de incremento salarial anual +50	No aplica	13	No aplica	21
Tasa de incremento salarial anual -50	No aplica	(13)	No aplica	(21)
Tasa de incremento salarial anual +100	No aplica	27	No aplica	43
Tasa de incremento salarial anual -100	No aplica	(26)	No aplica	(41)

Los aportes previstos por la Compañía para los próximos años financiados con recursos propios son los siguientes:

Año	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Pensiones	Cesantías retroactivas	Pensiones	Cesantías retroactivas
2021	-	-	2,195	84
2022	2,256	5	2,186	6
2023	2,249	50	2,148	113
2024	2,218	4	2,096	49
>2025	31,798	448	25,708	473
Total	38,521	507	34,333	725

Otras consideraciones:

La duración promedio de la obligación por planes de beneficios definidos al 31 de diciembre de 2021 es de 6.8 años (31 de diciembre de 2020 – 7.4 años).

La Compañía no tiene activos específicos destinados a respaldar los planes de beneficios definidos.

El gasto por planes de aportaciones definidas durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 ascendió a \$46,125 (31 de diciembre de 2020 - \$41,282).

Nota 20.2. Plan de beneficios largo plazo

El plan de beneficios de largo plazo corresponde a la prima de antigüedad, la cual consiste en otorgar a los empleados un beneficio asociado a su tiempo de servicio.

Este beneficio se valora anualmente mediante la unidad de crédito proyectada o cuando se presenten cambios significativos. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 no se presentaron cambios significativos en los métodos y presunciones usadas al preparar los cálculos y los análisis de sensibilidad.

Desde 2015 la Compañía ha acordado con algunos empleados la eliminación del beneficio de prima de antigüedad, concediendo una bonificación única y especial a quienes expresaron la voluntad de acogerse a dicha eliminación.

Saldos y movimientos:

Los saldos y los movimientos presentados en el plan de beneficios largo plazo son los siguientes:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	1,756
Costo del servicio	73
Gasto por intereses	88
Ganancias actuariales por cambio en la experiencia	83
Beneficios (pagados) directamente por la Compañía	(241)
(Pérdidas) actuariales por supuestos financieros	(186)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	1,573

Variables utilizadas para realizar los cálculos:

Las tasas de descuento, de incremento salarial, de inflación y de mortalidad, son las siguientes:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Tasa de descuento	8.10%	5.40%
Tasa de incremento salarial anual	3.5%	3.25%
Tasa de inflación anual	3.5%	3.25%
Tasa de mortalidad - hombre	0.001117% - 0.034032%	0.001117% - 0.034032%
Tasa de mortalidad - mujer	0.000627% - 0.019177%	0.000627% - 0.019177%

Las tasas de rotación de empleados, la de la incapacidad y la de los retiros prematuros son las siguientes:

Servicio en años	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Entre 0 y menos de 5	25.70%	25.70%
Entre 5 y menos de 10	12.51%	12.51%
Entre 10 y menos de 15	7.37%	7.37%
Entre 15 y menos de 20	5.49%	5.49%
Entre 20 y menos de 25	4.22%	4.22%
25 y mayores	3.18%	3.18%

Análisis de sensibilidad:

Un análisis de sensibilidad cuantitativo frente a un cambio en un supuesto clave significativo generaría la siguiente variación sobre la obligación neta por el plan de beneficios largo plazo:

Variación expresada en puntos básicos	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Tasa de descuento +25	(18)	(23)
Tasa de descuento -25	18	24
Tasa de descuento +50	(36)	(46)
Tasa de descuento -50	38	49
Tasa de descuento +100	(71)	(90)
Tasa de descuento -100	77	100
Tasa de incremento salarial anual +25	16	25
Tasa de incremento salarial anual -25	(15)	(24)
Tasa de incremento salarial anual +50	32	50
Tasa de incremento salarial anual -50	(31)	(48)
Tasa de incremento salarial anual +100	65	101
Tasa de incremento salarial anual -100	(60)	(93)

Los aportes previstos por la Compañía para los próximos años financiados con recursos propios son los siguientes:

Año	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
2021	-	237
2022	221	201
2023	169	160
2024	295	259
>2025	1,802	1,591
Total	2,487	2,448

Otras consideraciones:

La duración promedio de la obligación por el plan de beneficios largo plazo al 31 de diciembre de 2021 es de 5.1 años (31 de diciembre de 2020- 57 años).

La Compañía no tiene activos específicos destinados a respaldar la prima de antigüedad.

El ingreso por el plan de beneficios largo plazo durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 ascendió a \$ 117 (31 de diciembre de 2020 – gasto por \$13).

Nota 21. Otras provisiones

El saldo de las otras provisiones es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Procesos legales (1)	12,835	13,039
Reestructuración (2)	878	1,182
Impuestos distintos a los impuestos a las ganancias (3)	3,407	6,680
Otras (4)	10,239	53,948
Total otras provisiones	27,359	74,849
Corriente (Nota 21.1)	16,368	23,003
No corriente (Nota 21.1)	10,991	51,846

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la Compañía no tiene registradas provisiones de contratos onerosos.

El detalle de las provisiones es el siguiente:

- (1) Las provisiones por procesos legales se reconocen para atender las pérdidas probables estimadas en contra de la Compañía por litigios laborales y civiles, las cuales se calculan sobre la base de la mejor estimación del desembolso requerido para cancelar la obligación a la fecha de preparación de los estados financieros.

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Procesos laborales (a)	7,915	9,764
Procesos civiles (b)	4,920	3,275
Total procesos legales	12,835	13,039

- (a) Las provisiones por procesos laborales corresponden a demandas relacionadas con los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Salud y pensión	3,100	4,575
Indemnizaciones	2,730	2,806
Relación laboral y solidaridad	1,810	1,768
Reajustes salariales y prestacionales	195	565
Asuntos colectivos	80	50
Total provisiones por procesos laborales	7,915	9,764

(b) Las provisiones por procesos civiles corresponden a demandas relacionadas con los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Protección de datos	560	600
Condiciones locativas	428	302
Responsabilidad civil extracontractual	10	212
Procesos inmobiliarios	239	239
Metrología y reglamentos técnicos	206	224
Protección al consumidor	345	115
Otros procesos de cuantías menores	3,132	1,583
Total provisiones por procesos civiles	4,920	3,275

(2) La provisión por reestructuración corresponde a:

- (a) Los procesos de reorganización anunciados a los empleados de los almacenes, de la industria y del corporativo, los cuales tendrán un impacto en las actividades de la Compañía, por \$878. Durante el periodo de anual terminado el 31 de diciembre de 2021 el gasto registrado por este concepto asciende a \$7,689, que se reconoció en el resultado del periodo en la línea de otros gastos operativos.
- (b) Plan de reestructuración por el traslado de la operación del Cedi Montevideo al nuevo Parque Logístico Siberia. Si bien el saldo al 31 de diciembre de 2021 es \$-, durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 el gasto registrado por este concepto asciende a \$5,104, que se reconoció en el resultado del periodo en la línea de otros gastos operativos.

El valor de la provisión por estos planes de reestructuración se calcula sobre la base de los desembolsos necesarios a realizar y que están directamente asociados a esos planes.

(3) El saldo de las provisiones por impuestos distintos a los impuestos a las ganancias corresponde a procesos relacionados con los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Impuesto al valor agregado por pagar	3,166	3,166
Impuesto a la propiedad raíz	241	1,297
Impuesto de industria y comercio y su complementario de avisos y tableros	-	2,217
Total provisiones por impuestos distintos a los impuestos a las ganancias	3,407	6,680

(4) El saldo de otras provisiones corresponde a:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Provisión proyecto inmobiliario Montevideo (a)	3,500	3,500
Cierre almacenes	2,925	2,290
Mejoras urbanísticas	2,215	-
Merma para mercancía VM	1,031	826
Marketplace Internacional Éxito S.L. (b)	95	-
Otras menores	473	-
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 17.2) (b)	-	37,500
Provisión aportes pensión (c)	-	9,832
Total otras	10,239	53,948

(a) Corresponde a la provisión causada como garantía a favor de los compradores del proyecto inmobiliario Montevideo.

(b) Corresponde a las obligaciones registradas para reconocer las pérdidas adicionales de estas subsidiarias que superan el valor de la inversión que la Compañía posee en ellas. Cumpliendo con las normas vigentes, la administración de la Compañía ha decidido registrar este pasivo para reconocer los desembolsos que probablemente tendría que incurrir para liquidar los pasivos de éstas. La disminución en el saldo de la subsidiaria Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. obedece a que en agosto de 2021 y en octubre de 2021 se realizó una capitalización por \$38,362 y de \$2,500, respectivamente, a esta subsidiaria.

(c) Corresponde a la obligación registrada por el valor dejado de aportar por pensión por los empleados que estaban vinculados en la Compañía en abril y mayo de 2020, debido a que la Corte Constitucional (a) declaró inexecutable el Decreto Legislativo 558 de 2020 en el cual se había permitido a las compañías pagar un menor valor por aportes de pensión en abril y mayo, y (b) obliga al Gobierno a que inste a que las compañías paguen en un plazo razonable el monto faltante dejado de aportar en esos meses. En julio de 2021 se pagó esta obligación.

Los saldos y los movimientos presentados en las provisiones son los siguientes:

	Procesos legales	Impuestos distintos a los impuestos a las ganancias	Reestructuración	Otras	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2020	13,039	6,680	1,182	53,948	74,849
Incrementos	12,028	-	12,793	14,399	39,220
Pagos	(8,837)	-	(11,994)	(16,698)	(37,529)
Reversiones por no utilizations	(3,395)	(3,273)	(1,103)	(548)	(8,319)
Reversión por capitalizaciones	-	-	-	(40,862)	(40,862)
Saldo al 31 de diciembre de 2021	12,835	3,407	878	10,239	27,359

Nota 21.1. Otras provisiones clasificadas en corriente y no corriente

El saldo de las otras provisiones clasificado en corriente y no corriente es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Impuestos distintos a los impuestos a las ganancias	3,166	3,166
Procesos legales	2,180	2,207
Reestructuración	878	1,182
Otras	10,144	16,448
Total corriente	16,368	23,003
Procesos legales	10,655	10,832
Impuestos distintos a los impuestos a las ganancias	241	3,514
Otras	95	37,500
Total no corriente	10,991	51,846

Nota 21.2. Pagos estimados de otras provisiones

Los pagos estimados de las otras provisiones que se encuentran a cargo de la Compañía con corte al 31 de diciembre de 2021 son los siguientes:

	Procesos legales	Impuestos distintos a los impuestos a las ganancias	Reestructuración	Otras	Total
Menos de 12 meses	2,180	3,166	878	10,144	16,368
Mayor a un año	10,655	241	-	95	10,991
Total pagos estimados	12,835	3,407	878	10,239	27,359

Nota 22. Cuentas por pagar a partes relacionadas

Nota 22.1. Cuentas por pagar

El saldo de las cuentas por pagar a partes relacionadas es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Subsidiarias (1)	128,576	87,931
Negocios conjuntos (2)	42,495	36,290
Compañías del Grupo Casino (3)	12,224	4,243
Controladora	-	8
Total cuentas por pagar	183,295	128,472

(1) Los saldos corresponden a las siguientes subsidiarias y a los siguientes conceptos:

- El saldo de las cuentas por pagar por cada subsidiaria es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Éxito Industrias S.A.	110,966	75,554
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	10,066	6,959
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	2,778	3,305
Patrimonios Autónomos	2,461	1,755
Marketplace Internacional Exito y Servicios S.A.S.	2,023	227
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	161	61
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	121	70
Total cuentas por pagar subsidiarias	128,576	87,931

- El saldo de las cuentas por pagar a subsidiarias corresponde a los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Compra de activos e inventarios	110,552	74,239
Servicios de transporte	10,066	6,959
Arrendamiento de inmuebles	3,083	2,174
Servicio de recaudo de recargas móviles	2,778	3,305
Pasivos por aportes de capital	2,024	227
Compra de viajes turísticos	44	61
Otros servicios recibidos	29	641
Retención en la fuente por utilidades decretadas	-	325
Total cuentas por pagar subsidiarias	128,576	87,931

- (2) Corresponde a la cuenta por pagar a Puntos Colombia S.A.S. por las emisiones de puntos (acumulaciones) que se han realizado de acuerdo con el cambio del programa de fidelización que implementó la Compañía, por \$42,495 (31 de diciembre de 2020 - \$35,488).
- (3) Las cuentas pagar a compañías del Grupo Casino corresponden principalmente a saldos por pagar por los servicios recibidos de eficiencia energética, de intermediación en la importación de mercancía y de consultoría y de asistencia técnica.

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Greenyellow Energía de Colombia S.A.S.	9,352	1,546
Casino Services	1,637	229
Casino Guichard Perrachon S.A.	847	562
Distribution Casino France	224	1,834
International Retail and Trade Services IG	164	72
Total compañías del Grupo Casino	12,224	4,243

Nota 22.2. Pasivo por arrendamiento

El saldo del pasivo por arrendamiento con partes relacionadas es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Subsidiarias	506,195	503,122
Total pasivo por arrendamiento (Nota 24)	506,195	503,122
Corriente	43,454	39,801
No corriente	462,741	463,321

El saldo de pasivo por arrendamiento corresponde a los contratos de arrendamiento suscritos con las siguientes subsidiarias:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Éxito Industrias S.A.S.	41,957	30,029
Patrimonios Autónomos	464,238	473,093
Total pasivo por arrendamiento	506,195	503,122

Nota 22.3. Otros pasivos financieros

El saldo de los otros pasivos financieros con partes relacionadas es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Negocios conjuntos (1)	17,441	15,909
Subsidiarias (2)	12,279	11,451
Total otros pasivos financieros	29,720	27,360

- (1) Corresponde a recaudos recibidos de terceros por el uso de la Tarjeta Éxito, propiedad de Compañía de Financiamiento Tuya S.A. (Nota 26).
- (2) Corresponde al dinero recaudado a las subsidiarias dentro del programa de tesorería unificada "in house cash" (Nota 26).

Nota 23. Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar

El saldo de las cuentas comerciales por pagar y otras cuentas es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Proveedores	3,598,423	3,365,644
Costos y gastos por pagar	362,190	318,186
Beneficios a empleados	141,854	136,462
Compra de activos	62,490	24,771
Retención en la fuente por pagar	49,919	36,541
Compra de activos (1)	49,850	-
Dividendos por pagar	2,119	2,070
Impuestos recaudados por pagar	1,067	25,425
Otros	31,742	21,986
Total cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar	4,299,654	3,931,085
Corriente	4,249,804	3,931,085
No corriente	49,850	-

(1) Obedece a la compra de los equipos de cómputo relacionados con la renovación tecnológica de la plataforma "cleapath" (Nota 12). El plazo de pago vence en 2027.

Nota 24. Pasivo por arrendamiento

El saldo del pasivo por arrendamiento es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Pasivo por arrendamiento (1)	1,820,785	1,784,965
Corriente	239,831	230,240
No corriente	1,580,954	1,554,725

(1) Incluye \$506,195 (31 de diciembre de 2020 - \$503,122) de pasivo por arrendamientos contratados con partes relacionadas (Nota 22).

A continuación, se presenta la proyección de los pagos fijos por los pasivos por arrendamiento, al 31 de diciembre de 2021:

Hasta 1 año	344,635
De 1 a 5 años	1,162,077
Más de 5 años	970,741
Pagos mínimos para pasivos por arrendamiento	2,477,453
(Gastos) por financiación en el futuro	(896,499)
Total pagos mínimos netos para pasivos por arrendamiento	1,580,954

Nota 25. Impuesto a las ganancias

Disposiciones fiscales vigentes aplicables a la Compañía

- Para el año gravable 2021 la tarifa del impuesto sobre la renta para las personas jurídicas es del 31%.
Para el año gravable 2020 la tarifa de impuesto sobre la renta vigente era del 32%.
- Para el año gravable 2021 la base para determinar el impuesto sobre la renta y complementarios por el sistema de renta presuntiva es del 0% de su patrimonio líquido en el último día del ejercicio gravable inmediatamente anterior.
Para el año gravable 2020 la base para determinar el impuesto sobre la renta y complementarios por el sistema de renta presuntiva era del 0.5% de su patrimonio líquido en el último día del ejercicio gravable inmediatamente anterior.
- A partir de 2007 se eliminaron los ajustes integrales por inflación para efectos fiscales y se reactivó el impuesto a las ganancias ocasionales con tarifa del 10%, calculado para las personas jurídicas sobre el total de ingresos que por este concepto obtengan los contribuyentes durante el año gravable.
- A partir de 2020 se establece un gravamen del 10% a los dividendos distribuidos a personas naturales residentes en Colombia en el evento que el monto distribuido sea superior a 300 UVT (equivalente a \$11 en 2021) cuando tales dividendos hayan sido gravados en cabeza de las sociedades que los distribuyen. Para las sociedades nacionales el gravamen establecido es del 7.5% cuando tales dividendos hayan sido gravados en cabeza de las sociedades que los distribuyen. Para las personas naturales no residentes en Colombia y para las sociedades extranjeras el gravamen es del 10% cuando tales dividendos hayan sido gravados en cabeza de las sociedades que los distribuyen. Cuando las utilidades que generan los dividendos no hayan sido gravadas en cabeza de las sociedades que las distribuye, la tarifa para los accionistas es del 31% para 2021 y del 35% a partir del año 2022.

Cuando las utilidades que generen los dividendos no hayan sido gravadas en cabeza de las sociedades que las distribuye, la tarifa para los accionistas era del 32% para 2020.

- e. A partir de 2017 se adopta como base fiscal la contabilidad según el marco técnico normativo contable vigente en Colombia establecido en la Ley 1314 de 2009 que corresponden a las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) traducidas de manera oficial y autorizadas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), reglamentadas en Colombia por el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" modificado el 23 diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170, el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432, el 19 de agosto de 2021 por el Decreto Reglamentario 938 y el 9 de diciembre de 2021 por el Decreto Reglamentario 1670 y actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270, con algunas excepciones relacionadas con la realización de ingresos, reconocimiento de costos y gastos y con los efectos meramente contables del balance inicial de adopción de estas normas.
- f. El gravamen a los movimientos financieros es un impuesto permanente. Es deducible el 50% de este gravamen siempre que este efectivamente certificado.
- g. A partir de 2019 son deducibles el 100% de los impuestos, las tasas y las contribuciones que se hayan pagado efectivamente durante el año o período gravable, que tengan relación con la actividad económica y que se hayan devengado en el mismo año o período gravable, incluyendo las cuotas de afiliación pagadas a los gremios.
- h. A partir de 2019 el 50% del impuesto de industria y comercio, avisos y tableros, se considera como descuento tributario para los años gravables 2019 al 2021.
- i. A partir de 2019 son deducibles los pagos que se realicen relacionados con las contribuciones a la educación de los empleados que cumplan las siguientes condiciones: (a) que se destinen a becas y a créditos condonables para educación y que sean instaurados en beneficio de los empleados, (b) los pagos realizados a programas o a centros de atención para hijos de empleados y (c) los pagos realizados a instituciones de educación primaria, secundaria, técnica, tecnológica y superior.
- j. A partir de 2019 el IVA en la adquisición, formación, construcción o importación de activos fijos reales productivos es descontable del impuesto sobre la renta.
- k. A partir de 2020 la tarifa de retención en la fuente a título de renta por pagos al exterior será del 0% para servicios tales como consultorías, servicios técnicos y asistencia técnica que sean prestados por terceros que residan fiscalmente en países con los que se tenga suscrito un convenio de doble imposición.
- l. A partir de 2019 la tarifa de retención en la fuente a título de renta por pagos al exterior es del 20% para servicios tales como consultorías, servicios técnicos, asistencia técnica, honorarios, regalías, arrendamientos y compensaciones y del 31% para servicios de administración o dirección.
- m. A partir de 2019 los impuestos pagados en el exterior serán tratados como descuento tributario en el año gravable en el cual se haya realizado el pago o en cualquiera de los períodos gravables siguientes.
- n. El porcentaje de reajuste anual para el costo de los bienes muebles e inmuebles que tengan carácter de activos fijos al 31 de diciembre de 2021 es del 1.97%.

Créditos fiscales

De acuerdo con las disposiciones tributarias vigentes a partir de 2017 el plazo máximo para la compensación de pérdidas fiscales es de 12 años siguientes al año en el cual se generó la pérdida.

Los excesos de renta presuntiva sobre renta ordinaria obtenidos a partir del año gravable 2007 podrán compensarse con las rentas líquidas ordinarias determinadas dentro de los cinco (5) años siguientes.

Las pérdidas de las sociedades no serán trasladables a los socios. Las pérdidas fiscales originadas en ingresos no constitutivos de renta ni de ganancia ocasional y en costos y deducciones que no tengan relación de causalidad con la generación de la renta gravable, en ningún caso podrán ser compensadas con las rentas líquidas del contribuyente.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la Compañía determinó su pasivo de impuesto sobre la renta y complementario por el sistema de renta ordinaria.

Al 31 de diciembre de 2021 la Compañía cuenta con \$346,559 (31 de diciembre de 2020 - \$518,013) por excesos de renta presuntiva sobre renta líquida.

El movimiento de los excesos de renta presuntiva sobre renta líquida de la Compañía durante el período anual terminado el 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	518,013
Compensación renta presuntiva con rentas líquidas del período	(171,454)
Saldo al 30 de diciembre de 2021	346,559

Al 31 de diciembre de 2021 la Compañía cuenta con \$738,261 (31 de diciembre de 2020 - \$738,261) de pérdidas fiscales.

El movimiento de las pérdidas fiscales de la Compañía durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

Saldo al 31 de diciembre de 2020	738,261
Ajuste a pérdidas fiscales de periodos anteriores	-
Saldo al 30 de diciembre de 2021	738,261

Firmeza de las declaraciones tributarias

A partir de 2020 el término general de firmeza de las declaraciones será de 3 años, y para los contribuyentes obligados a presentar precios de transferencia y para aquellas declaraciones en las cuales se generen y compensen pérdidas fiscales el término de firmeza será de 5 años.

La declaración del impuesto sobre la renta y complementarios de 2020 en la cual se generó un saldo a favor, está sujeta a revisión por 5 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración del impuesto sobre la renta y complementarios de 2019 en la cual se generaron pérdidas fiscales y un saldo a favor, está sujeta a revisión por 5 años a partir de la fecha de presentación; las declaraciones del impuesto sobre la renta y complementarios de 2018, 2017 y 2016, en las cuales se generaron pérdidas fiscales y saldos a favor, están sujetas a revisión por 12 años contados a partir de la fecha de presentación; la declaración de impuesto sobre la renta para la equidad - CREE de 2016, en la cual se generaron pérdidas fiscales y un saldo a favor, está sujeta a revisión por 12 años contados a partir de la fecha de presentación.

Los asesores tributarios y la administración de la Compañía consideran que no se presentarán mayores impuestos a pagar, distintos a los registrados al 31 de diciembre de 2021.

Precios de transferencia

Las operaciones de la Compañía con su matriz, sus subsidiarias y/o partes relacionadas ubicadas en zona franca o en el exterior se han realizado con observación de los principios de plena competencia y como si se tratara de partes independientes, tal como señalan las disposiciones de Precios de Transferencia establecidas por las normas tributarias nacionales. Asesores independientes realizaron la actualización del estudio de precios de transferencia, exigido por disposiciones tributarias, tendientes a demostrar que las operaciones con vinculados económicos del exterior se efectuaron a valores de mercado durante 2020. Para este propósito la Compañía presentó una declaración informativa y tiene disponible un estudio desde el 16 de septiembre de 2021.

Entidades controladas del exterior

A partir de 2017 en el régimen especial para las subsidiarias del exterior que sean vehículos de inversión se establece que se deberán incluir los ingresos pasivos obtenidos por tales vehículos en el año de su causación y no en el año del reparto efectivo de las utilidades.

Ley 2155 del 14 de septiembre de 2021 – Ley de inversión social

El Congreso de la República de Colombia aprobó el 14 de septiembre de 2021 la Ley 2155 por medio de la cual se expide la Ley de inversión social y se dictan otras disposiciones.

En relación con el impuesto sobre la renta las siguientes son las principales modificaciones aplicables a la Compañía que comenzarán a regir a partir de 2022:

- a. Impuesto sobre la renta y complementarios:
 - La tarifa del impuesto sobre la renta para las personas jurídicas será del 35%;
 - El 50% del impuesto de industria y comercio, avisos y tableros se mantiene como descuento tributario;
 - Para 2022 y 2023 se podrá reducir el término de firmeza de las declaraciones. Si se presenta un incremento del 35% en el impuesto neto de renta respecto del impuesto neto de renta del periodo anterior, la firmeza será de seis meses. Si se presenta un incremento del 25% en el impuesto neto de renta respecto del impuesto neto de renta del periodo anterior, la firmeza será de doce meses.
- b. Otras disposiciones:
 - Se contempla un incentivo por la generación de nuevos empleos creados hasta agosto de 2023, tal como se detalla a continuación:

Trabajadores adicionales

Jóvenes entre 18 y 28 años

Hombres mayores de 28 años, que devenguen hasta tres (3) SMLMV

Mujeres mayores de 28 años, que devenguen hasta tres (3) SMLMV

Incentivo

Aporte estatal equivalente al 25% de un (1) SMLMV por cada uno de estos trabajadores adicionales

Aporte estatal equivalente al 10% de un (1) SMLMV por cada uno de estos trabajadores adicionales

Aporte estatal equivalente al 15% de un (1) SMLMV por cada uno de estos trabajadores adicionales

Nota 25.1. Activo y pasivo por impuestos corrientes

Los saldos del activo y del pasivo por impuestos corrientes registrados en el estado de situación financiera son los siguientes:

Activo por impuestos corrientes

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Saldo a favor por impuesto a la renta (1)	223,035	210,303
Descuentos tributarios (2)	84,490	63,249
Anticipo y retenciones en la fuente de impuesto de industria y comercio	55,573	51,057
Descuentos tributarios por impuestos pagados en el exterior	23,899	14,930
Total activo por impuestos corrientes	386,997	339,539

(1) El saldo a favor por impuesto a la renta se compone de lo siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Retenciones de impuesto de renta	223,035	217,775
Descuentos tributarios (a)	71,716	44,967
Subtotal	294,751	262,742
(Gasto) de impuesto a la renta (Nota 25.2)	(71,716)	(52,439)
Total saldo a favor por impuesto a la renta	223,035	210,303

(a) De acuerdo con lo establecido por el Artículo 115 del E.T., los descuentos tributarios aplicados corresponden principalmente a los valores efectivamente pagados en 2021 por concepto de impuesto de industria y comercio.

(2) Los descuentos tributarios se componen de lo siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
IVA en activos reales productivos	71,720	29,614
Impuesto de industria y comercio y avisos	12,770	33,606
Otros menores	-	29
Total descuentos tributarios	84,490	63,249

Pasivo por impuestos corrientes

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Impuesto de industria y comercio por pagar	75,722	67,859
Impuesto a la propiedad raíz	516	415
Total pasivo por impuestos corrientes	76,238	68,274

Nota 25.2. Impuesto a las ganancias

La conciliación entre la ganancia contable y la utilidad líquida y el cálculo del gasto por impuestos son los siguientes:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ganancia antes del impuesto a las ganancias	574,973	251,136
Mas		
Gastos no deducibles	16,239	30,241
Gravamen a los movimientos financieros	6,348	8,716
Multas, sanciones y litigios	5,340	1,004
Reintegro deducción de activos fijos productores de renta	1,617	1,499
Impuestos asumidos y valorización	1,310	903
Provisión contable y castigos de cartera	1,174	5,993
Renta líquida - recuperación depreciación activos fijos vendidos	35	695
Precio de venta activos fijos poseídos por menos de 2 años	34	-
Ajustes NIIF sin incidencia fiscal (1)	-	33,464
Menos		
Ajustes NIIF sin incidencia fiscal (1)	(116,610)	-
Deducción fiscal de crédito mercantil adicional al contable	(21,895)	(20,606)
Deducción ICA pagado posterior a la presentación de la renta	(5,476)	(6,760)
Dividendos no gravados de las subsidiarias	(3,604)	-
Recuperación de costos y gastos	(2,572)	(2,535)
Deducción por contratación de personal con discapacidad	(2,375)	(1,598)
Deducción especial por donación a bancos de alimentos y otros	(1,918)	(1,494)
Deducción 30% adicional salario aprendices voluntarios	(1,206)	(1,422)
Impuestos no deducibles	(411)	(349)
Retiro utilidad venta de activos fijos declarada ganancia ocasional	(69)	(74,117)
Renta líquida	450,934	224,770
Compensaciones (2)	(171,454)	-
Renta (pérdida) líquida después de compensaciones	279,480	224,770
Renta presuntiva periodo corriente (3)	-	19,023
Renta líquida gravable	279,480	224,770
Tarifa del impuesto de renta	31%	32%
Subtotal (gasto) impuesto de renta	(86,639)	(71,927)
(Gasto) impuesto a las ganancias ocasionales	-	(2,906)
Descuentos tributarios	14,923	22,394
Total (gasto) impuesto de renta y complementarios	(71,716)	(52,439)
Ajuste por impuesto del año anterior (4)	(94)	(15,086)
Total (gasto) impuesto de renta y complementarios, corriente	(71,810)	(67,525)

(1) Los ajustes NIIF sin incidencia fiscal corresponden a:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Arrendamientos gravados	101,836	70,270
Dividendos de las subsidiarias gravados	93,245	126,126
Provisiones contables	41,838	136,164
Diferencia en cambio, neta	18,158	7,732
Dividendos de las subsidiarias no gravados	3,604	-
Cálculo actuarial gravado	1,646	2,260
Resultados por el método de participación, neto	(226,362)	(185,777)
Recuperación de provisiones	(52,644)	(85,858)
Mayor depreciación fiscal sobre la contable	(42,557)	(37,148)
Otros (ingresos) gastos contables no fiscales, neto	(21,907)	6,579
Costos fiscales no contables	(21,751)	6,238
Exceso de gastos de personal fiscal sobre el contable	(9,576)	(53,405)
Otros gastos contables sin incidencia fiscal	(1,896)	40,579
Impuestos no deducibles	(244)	(294)
Multas y sanciones no deducibles	-	(2)
Total ajustes NIIF sin incidencia fiscal	(116,610)	33,464

(2) Compensación excesos de renta presuntiva con rentas líquidas del período.

- (3) Para el año gravable 2021 la base para determinar el impuesto sobre la renta y complementarios por el sistema de renta presuntiva es del 0% del patrimonio líquido en el último día del ejercicio gravable inmediatamente anterior.

La determinación de la renta presuntiva es la siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Patrimonio líquido	-	3,951,494
Menos patrimonio líquido a excluir	-	(146,810)
Patrimonio líquido base	-	3,804,684
Renta presuntiva	-	19,023

- (4) Para el año gravable 2020 el efecto de este ajuste se compensa con el ajuste de años anteriores en el impuesto diferido originado por el tratamiento de algunas partidas fiscales.

Los componentes del (gasto) por impuesto a las ganancias registrado en el estado de resultados son los siguientes:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
(Gasto) impuesto de renta y complementarios, corriente	(71,810)	(67,525)
(Gasto) ingreso impuesto a las ganancias, diferido (Nota 25.3)	(28,482)	47,261
Total (gasto) por impuesto a la renta y complementarios	(100,292)	(20,264)

La conciliación de la tasa efectiva de tributación y la tasa impositiva aplicable es la siguiente:

	31 de diciembre de 2021	Tasa	31 de diciembre de 2020	Tasa
Ganancia antes del impuesto a las ganancias	574,973		251,136	
(Gasto) por impuestos a la tasa impositiva aplicable	(178,241)	(31%)	(80,364)	(32%)
Efecto fiscal de ajuste a impuestos corrientes de periodos anteriores	(14,182)	(2%)	16,623	7%
Efecto fiscal de gastos no deducibles para la determinación de la pérdida fiscal	(10,741)	(2%)	(14,062)	(6%)
Otros efectos fiscales por conciliación entre la ganancia contable y gasto por impuestos	65,643	11%	71,053	28%
Efecto fiscal procedente de cambios en la tasa impositiva	36,134	7%	(14,780)	(6%)
Efecto fiscal de los ingresos no gravados para la determinación de la pérdida fiscal	1,095	0%	1,266	1%
Total (gasto) impuesto de renta y complementarios	(100,292)	(17%)	(20,264)	(8%)

Nota 25.3. Impuesto diferido

La Compañía reconoce el activo y el pasivo por impuesto diferido derivado del efecto de las diferencias temporarias que impliquen el pago de un menor o mayor valor del impuesto de renta en el año corriente, calculado a las tasas vigentes a las que se espera pagar o recuperar, siempre que exista una expectativa razonable de que tales diferencias se revertirán en el futuro. En caso de generarse un activo por impuesto diferido se analiza si la Compañía generará suficiente renta gravable en el futuro que permita imputar contra la misma la totalidad o una parte del activo.

El impuesto diferido registrado en el estado de situación financiera y la composición del activo y del pasivo por impuesto diferido son los siguientes:

	31 de diciembre de 2021			31 de diciembre de 2020		
	Activo por impuesto diferido	Pasivo por impuesto diferido	Activo y (pasivo) por impuesto diferido, neto	Activo por impuesto diferido	Pasivo por impuesto diferido	Activo y (pasivo) por impuesto diferido, neto
Pasivo por arrendamiento	637,274	-	637,274	537,792	-	537,792
Pérdidas fiscales	258,391	-	258,391	221,478	-	221,478
Excesos de renta presuntiva	121,296	-	121,296	155,404	-	155,404
Créditos fiscales	82,257	-	82,257	76,692	-	76,692
Otras provisiones	8,435	-	8,435	21,703	-	21,703
Cuentas por pagar comerciales y otras	8,392	-	8,392	334	-	334
Cuentas comerciales por cobrar y otras	3,918	-	3,918	4,743	-	4,743
Inventarios	3,593	-	3,593	5,904	-	5,904
Provisiones por beneficios a empleados	1,154	-	1,154	1,614	-	1,614
Gastos pagados por anticipado	747	-	747	886	-	886
Otros pasivos financieros	292	-	292	5,754	-	5,754
Activos no corrientes mantenidos para la venta	3	-	3	-	(286)	(286)
Pasivos financieros	-	-	-	1,435	-	1,435
Cuentas por pagar partes relacionadas	-	-	-	22	-	22
Efectivo y equivalentes de efectivo	-	-	-	-	(2)	(2)
Otros pasivos no financieros	-	(139)	(139)	-	(139)	(139)
Proyectos inmobiliarios	-	(176)	(176)	-	(225)	(225)
Inversiones en subsidiarias y negocios conjuntos	-	(385)	(385)	308	-	308
Inmuebles en construcción	-	(460)	(460)	-	(4,247)	(4,247)
Cuentas por cobrar partes relacionadas	-	(3,756)	(3,756)	-	(346)	(346)
Activos intangibles distintos de la plusvalía	-	(4,004)	(4,004)	-	(3,573)	(3,573)
Terrenos	-	(4,322)	(4,322)	-	(5,124)	(5,124)
Otros activos financieros	-	(5,182)	(5,182)	-	(6,293)	(6,293)
Otras propiedades, planta y equipo	-	(22,320)	(22,320)	-	(25,751)	(25,751)
Propiedades de inversión	-	(45,990)	(45,990)	-	(39,957)	(39,957)
Plusvalía	-	(144,997)	(144,997)	-	(145,302)	(145,302)
Edificios	-	(164,841)	(164,841)	-	(128,802)	(128,802)
Derechos de uso	-	(563,360)	(563,360)	-	(473,738)	(473,738)
Total	1,125,752	(959,932)	165,820	1,034,069	(833,785)	200,284

El efecto del impuesto diferido en el estado de resultados es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
(Gasto) ingreso por impuesto de renta diferido	(29,030)	39,306
Ingreso por impuesto de renta diferido a la ganancia ocasional	548	7,955
Total (gasto) ingreso impuesto a las ganancias diferido	(28,482)	47,261

El efecto del impuesto diferido en el estado de resultados integrales es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
(Gasto) por instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura y otros	(5,466)	(350)
(Gasto) ingreso por mediciones de planes de beneficios definidos	(516)	232
Total (gasto) impuesto a las ganancias diferido	(5,982)	(118)

La conciliación del movimiento del impuesto diferido, entre el 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020 con el estado de resultados y el estado resultados integrales es la siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021
(Gasto) por impuesto diferido reconocido en el resultado del periodo	(28,482)
(Gasto) por impuesto diferido reconocido en el otro resultado integral del periodo	(5,982)
Total movimiento del impuesto diferido, neto, entre 31 de diciembre de 2021 y el 31 de diciembre de 2020	(34,464)

Al 31 de diciembre de 2021 el valor de las diferencias temporarias relacionadas con inversiones en subsidiarias, asociadas y negocios conjuntos, para las cuales no se han reconocido impuestos diferidos ascendía a \$1,286,610 (31 de diciembre de 2020 - \$893,282).

Nota 26. Otros pasivos financieros

El saldo de los otros pasivos financieros es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Recaudos recibidos para terceros (1)	65,983	62,897
Instrumentos financieros derivados (2)	592	17,317
Instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura (3)	242	1,246
Total otros pasivos financieros	66,817	81,460
Corriente	66,817	81,366
No corriente	-	94

(1) El saldo de los recaudos recibidos para terceros es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Corresponsal no bancario	28,058	27,005
Recaudos Tarjeta Éxito (a)	17,441	15,909
Tesorería unificada (b)	12,279	11,451
Comercio directo (<i>market place</i>)	5,594	5,245
Otros recaudos	2,611	3,287
Total	65,983	62,897

(a) Corresponde a recaudos recibidos de terceros por el uso de la Tarjeta Éxito, propiedad de Compañía de Financiamiento Tuya S.A. (Nota 22.3).

(b) Corresponde al dinero recaudado a las subsidiarias dentro del programa de tesorería unificada "*in house cash*" (Nota 22.3). El detalle por subsidiaria es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Logística, Transportes y Servicios Asociados S.A.S.	10,902	10,999
Éxito Industrias S.A.S.	1,354	289
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	21	161
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 17.2)	2	2
Total	12,279	11,451

(2) Los instrumentos financieros derivados reflejan el valor razonable de los contratos *forward* y *swap* para cubrir las fluctuaciones en las tasas de tipo de cambio y en las tasas de interés de las obligaciones adquiridas en moneda extranjera. Los valores razonables de estos instrumentos se determinan mediante modelos de valoración comúnmente usados por los participantes del mercado que utilizan variables distintas de los precios cotizados que son observables para los activos o pasivos, directa o indirectamente. La Compañía mide en el estado de situación financiera los instrumentos financieros derivados *forward* y *swap* a su valor razonable, en cada fecha de cierre contable.

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos al 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

	Menor a 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
<i>Forward</i>	309	283	-	-	592
					592

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos al 31 de diciembre de 2020 es el siguiente:

	Menor a 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
<i>Forward</i>	14,153	2,339	-	-	16,492
<i>Swap</i>	825	-	-	-	825
					17,317

(3) Los derivados designados como instrumentos de cobertura reflejan las operaciones de permuta financiera *swap* realizadas por la Compañía mediante contratos realizados con entidades financieras en las que se acuerda intercambiar, a intervalos específicos, la diferencia entre los montos de las tasas de interés fija y variable calculados en relación con un monto de capital nominal acordado, lo cual convierte las tasas variables en fijas y los flujos de caja se hacen determinables en moneda local. Los valores razonables de estos instrumentos se determinan mediante modelos de valoración comúnmente usados por los participantes de mercado.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020, las permutas financieras se utilizan para cubrir los riesgos de tasa de cambio y de intereses de las obligaciones financieras contraídas para adquisición de propiedades, planta y equipo.

La Compañía documenta las relaciones de cobertura contable y realiza las pruebas de eficacia desde el momento de reconocimiento inicial y a lo largo de la relación de cobertura hasta su discontinuación. No se presenta ineficacia para ninguno de los periodos presentados.

Al 31 de diciembre de 2021 corresponde a las siguientes operaciones:

Instrumento de cobertura	Naturaleza del riesgo cubierto	Partida cubierta	Rango de tasas de la partida cubierta	Rango de tasas de los instrumentos de cobertura	Valor razonable
Swap	Tasa de interés	Obligaciones financieras	IBR 3M	2.0545% - 2.145%	242
					242

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos de cobertura al 31 de diciembre de 2021 es el siguiente:

	Menor a 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
Swap	-	242	-	-	-	242

Al 31 de diciembre de 2020 corresponde a las siguientes operaciones:

Instrumento de cobertura	Naturaleza del riesgo cubierto	Partida cubierta	Rango de tasas de la partida cubierta	Rango de tasas de los instrumentos de cobertura	Valor razonable
Swap	Tasa de interés	Obligaciones financieras	IBR 3M	2.0545% - 2.145%	1,246
					1,246

El detalle de las fechas de vencimiento de estos instrumentos de cobertura al 31 de diciembre de 2020 es el siguiente:

	Menor a 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Entre 3 y 6 meses	Entre 6 y 12 meses	Mayor a 12 meses	Total
Swap	-	114	407	631	94	1,246

El saldo de los otros pasivos financieros clasificado en corriente y no corriente es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Recaudos recibidos para terceros	65,983	62,897
Instrumentos financieros derivados	592	17,317
Instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura	242	1,152
Total corriente	66,817	81,366
Instrumentos financieros derivados designados como instrumentos de cobertura	-	94
Total no corriente	-	94

Nota 27. Otros pasivos no financieros

El saldo de los otros pasivos no financieros es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Ingresos recibidos por anticipado (1)	165,046	121,967
Anticipos contratos de arrendamientos y otros proyectos	2,878	1,321
Cuotas recibidas plan reservado	260	292
Bono recompra	99	9
Anticipos para proyectos inmobiliarios (2)	-	74,938
Total otros pasivos no financieros	168,283	198,527
Corriente	166,116	197,917
No corriente	2,167	610

(1) Corresponde principalmente a los ingresos recibidos por anticipado de terceros por la venta de los distintos productos a través de medios de pago y por las alianzas estratégicas. El detalle es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Tarjeta regalo	74,476	65,580
Tarjeta integral Cafam	11,097	10,106
Tarjeta cambio	4,723	4,046
Tarjeta combustible	743	775
Otros (a)	74,007	41,460
Total	165,046	121,967

(a) El saldo corresponde a:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Anticipos recibidos de clientes nacionales	41,380	24,184
Cupos por redimir	26,613	10,114
Otros anticipos recibidos de terceros	6,014	7,162
Total otros	74,007	41,460

(2) Al 31 de diciembre de 2020 correspondía al anticipo recibido como parte del contrato para construcción de proyectos inmobiliarios; a esa fecha la Compañía tenía contratos pendientes por legalizar para efectos de terminar la liquidación final de la construcción de los proyectos. En marzo de 2021 se realizó la legalización del anticipo y se procedió a reconocer los honorarios correspondientes.

El saldo de los otros pasivos no financieros clasificado en corriente y no corriente es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Ingresos recibidos por anticipado	165,046	121,967
Anticipos contratos de arrendamientos y otros proyectos	711	711
Cuotas recibidas plan reservalo	260	292
Bono recompra	99	9
Anticipos para proyectos inmobiliarios	-	74,938
Total corriente	166,116	197,917
Anticipos contratos de arrendamientos y otros proyectos	2,167	610
Total no corriente	2,167	610

Nota 28. Capital, acciones propias readquiridas y prima de emisión

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 el capital autorizado de la Compañía está representado en 530.000.000 de acciones ordinarias con un valor nominal de \$10 (*) cada una; el capital suscrito y pagado asciende \$4,482; el número de acciones en circulación es de 447.604.316 y el número de acciones propias readquiridas es de 635.835 por un valor de \$2,734.

(*) Expresado en pesos colombianos.

Los derechos otorgados sobre las acciones corresponden a voz y voto por cada acción. No se han otorgado privilegios sobre las acciones, ni se presentan restricciones sobre las mismas. Adicionalmente no se cuentan con contratos de opciones sobre acciones de la Compañía.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la prima en colocación de acciones representa el mayor valor pagado sobre el valor nominal de las acciones el cual asciende \$4,843,466. De acuerdo con las normas legales, este saldo podrá ser distribuido como utilidad cuando el ente se liquide o se capitalice su valor. Se entiende la capitalización cuando se transfiere una porción de esta prima a una cuenta de capital como resultado de la emisión de un dividendo en acciones.

Nota 29. Reservas, Ganancias acumuladas y Otro resultado integral

Reservas

Las reservas corresponden a apropiaciones efectuadas por la Asamblea de Accionistas sobre los resultados de períodos anteriores. Adicional a la reserva legal, se incluye la reserva ocasional, la reserva para readquisición de acciones y la reserva para futuros dividendos.

Ganancias acumuladas

Dentro de las ganancias acumuladas, se encuentra incluido el efecto en el patrimonio por conversión a NIIF por \$1,070,092, producto del estado financiero inicial preparado en 2014 con base en la NIIF 1, incluida en las normas de contabilidad y de información financiera aceptadas en Colombia, establecidas en la Ley 1314 de 2009 que corresponden a las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) traducidas de manera oficial y autorizadas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), reglamentadas en Colombia por el Decreto Reglamentario 2420 de 2015, "Decreto Único Reglamentario de las normas de contabilidad, de información financiera y de aseguramiento de la información" modificado el 23 de diciembre de 2015 por el Decreto Reglamentario 2496, el 22 de diciembre de 2016 por el Decreto Reglamentario 2131, el 22 de diciembre de 2017 por el Decreto Reglamentario 2170, el 5 de noviembre de 2020 por el Decreto Reglamentario 1432, el 19 de agosto de 2021 por el Decreto Reglamentario 938 y el 9 de diciembre de 2021 por el Decreto Reglamentario 1670 y actualizado el 28 de diciembre de 2018 por el Decreto Reglamentario 2483 y el 13 de diciembre de 2019 por el Decreto Reglamentario 2270.

Otro resultado integral acumulado

El saldo de cada componente del otro resultado integral del estado de situación financiera es el siguiente:

	31 de diciembre de 2021			31 de diciembre de 2020		
	Valor bruto	Efecto impositivo	Valor neto	Valor bruto	Efecto impositivo	Valor neto
Mediciones de activos financieros a valor razonable con cambios en el otro resultado integral (1)	(1,858)	-	(1,858)	(1,275)	-	(1,275)
Mediciones de planes de beneficios definidos (2)	(3,582)	1,257	(2,325)	(5,910)	1,773	(4,137)
Diferencias de cambio de conversión (3)	(1,218,439)	-	(1,218,439)	(1,328,561)	-	(1,328,561)
(Pérdidas) por cobertura de inversión negocios en el extranjero	(18,312)	(3,138)	(21,450)	(15,474)	(221)	(15,695)
(Pérdidas) por cobertura de flujos de efectivo (4)	6,023	(2,108)	3,915	(1,435)	441	(994)
Total otro resultado integral acumulado	(1,236,168)	(3,989)	(1,240,157)	(1,352,655)	1,993	(1,350,662)

- (1) Corresponde al valor acumulado de las ganancias o pérdidas por la valoración a valor razonable de las inversiones en instrumentos financieros con cambios en el patrimonio, menos los valores transferidos a las utilidades acumuladas cuando estas inversiones han sido vendidas. Los cambios en el valor razonable no se reclasifican a los resultados del período.
- (2) Corresponde al valor acumulado de las ganancias o pérdidas actuariales por los planes de beneficios definidos de la Compañía y de sus subsidiarias mediante la aplicación del método de la participación. El valor neto de las nuevas mediciones se transfiere a las utilidades acumuladas y no se reclasifica a los resultados del período.
- (3) Corresponde al valor acumulado de las diferencias de cambio que surgen de la conversión a la moneda de presentación de la Compañía de los activos, pasivos, patrimonio y resultados de las operaciones en el extranjero. Las diferencias de conversión acumuladas se reclasifican a los resultados del período cuando se dispone la operación en el extranjero.
- (4) Corresponde al valor acumulado de la porción efectiva de las ganancias o pérdidas que surgen de los cambios en el valor razonable del instrumento de cobertura en una cobertura de flujo de efectivo. El valor acumulado de las ganancias o pérdidas se reclasifican a los resultados del período únicamente cuando la transacción cubierta afecte el resultado del período o la transacción altamente probable no se prevea que ocurrirá, o se incluya, como parte de su valor en libros, en una partida cubierta no financiera.

Nota 30. Ingresos de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes

El valor de los ingresos de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Venta de bienes (1)	12,290,994	11,649,896
Ingresos por servicios (2)	284,278	261,474
Otros ingresos ordinarios (3)	194,110	50,970
Total de ingresos de actividades ordinarias procedentes de contratos con clientes	12,769,382	11,962,340

- (1) El valor de las ventas de bienes corresponde a la venta de mercancías y de inventario de proyectos inmobiliarios, neto de devoluciones y rebajas en ventas. El valor incluye los siguientes conceptos:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Venta de mercancías neto de devoluciones y rebajas en ventas	12,234,233	11,582,641
Venta de inventario de proyectos inmobiliarios (a)	56,761	67,255
Total venta de bienes	12,290,994	11,649,896

- (a) Al 31 de diciembre de 2021 corresponde a la venta de un porcentaje del inventario del proyecto inmobiliario Montevideo por \$56,306 y a la venta de un porcentaje del inventario del proyecto inmobiliario La Secreta por \$455. Al 31 de diciembre de 2020 corresponde a la venta de un porcentaje del inventario de proyecto inmobiliario Montevideo por \$66,200 y a la venta de un porcentaje del inventario de proyecto inmobiliario La Secreta por \$1,055.

(2) El valor de los ingresos por servicios corresponde a los siguientes conceptos:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Concesionarios	85,993	81,938
Publicidad	75,484	77,568
Arrendamientos de inmuebles	23,928	16,708
Arrendamientos de espacios físicos	23,500	16,115
Comisiones	17,924	18,191
Corresponsal no bancario	16,392	15,144
Transporte	14,336	907
Administración de inmuebles	13,211	8,339
Giros	7,474	6,500
Otros servicios	6,036	20,064
Total ingreso por servicios	284,278	261,474

(3) El valor de los otros ingresos ordinarios corresponde a los siguientes conceptos:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Aprovechamientos (a)	86,489	13,453
Participación en acuerdo de colaboración (b)	63,742	1,090
Eventos de mercadeo	18,305	21,813
Regalias	14,526	9,098
Servicios financieros	3,134	2,859
Uso de parqueaderos	1,468	771
Asesoría técnica	1,452	976
Otros	4,994	910
Total otros ingresos ordinarios	194,110	50,970

(a) Para 2021 incluye principalmente al ingreso por los honorarios por el desarrollo y construcción de proyectos inmobiliarios por \$74,938.

(b) Corresponde a la participación en los siguientes acuerdos de colaboración:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	59,050	-
Kiire	3,106	-
Éxito Media	1,586	1,090
Total participación en acuerdos de colaboración	63,742	1,090

Nota 31. Gastos de distribución y Gastos de administración y venta

El valor de los gastos de distribución es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Depreciación y amortización	333,491	320,589
Combustibles y energía	137,980	128,751
Reparación y mantenimiento	116,246	90,338
Impuestos distintos al impuesto de renta	114,227	117,991
Publicidad	93,259	85,076
Servicio de vigilancia	70,884	67,409
Arrendamientos	60,704	53,757
Servicios	53,815	49,486
Comisiones de tarjetas débito y crédito	53,339	58,631
Transporte	42,427	47,227
Administración de locales	42,050	39,040
Servicio de aseo	41,683	41,685
Honorarios	29,239	28,222
Seguros	27,545	23,432
Material de empaque y marcada	16,268	14,172
Gasto por deterioro	12,112	8,457
Aseo y cafetería	8,315	8,455
Personal externo	7,167	8,610
Gastos por otras provisiones	5,916	17,330
Gastos legales	5,654	6,392
Taxis y buses	5,111	4,401
Papelería útiles y formas	4,093	4,186
Otras comisiones	3,878	8,149
Gastos de viaje	3,049	1,425
Acuerdo de colaboración Autos Éxito	805	-
Otros	146,949	108,629
Total gastos de distribución	1,436,206	1,341,840

El valor de los gastos de administración y venta es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Honorarios	37,735	32,952
Depreciación y amortización	36,660	31,714
Reparación y mantenimiento	22,720	18,162
Impuestos distintos al impuesto de renta	12,364	12,978
Gastos por otras provisiones	12,028	5,552
Gastos por deterioro	10,620	12,416
Servicios	8,266	7,579
Comisiones	7,272	4,090
Seguros	7,118	4,991
Gastos de viaje	5,986	4,242
Personal externo	4,363	4,421
Otras comisiones	3,042	2,283
Combustibles y energía	2,580	2,487
Administración de locales	1,682	1,315
Arrendamientos	1,020	5,604
Contribuciones y afiliaciones	987	994
Transporte	472	1,393
Atenciones	337	398
Taxis y Buses	287	-
Multas sanciones y litigios	1	1,589
Otros	6,738	6,477
Total gastos de administración y venta	182,278	161,637

Nota 32. Gasto por beneficios a empleados

El valor de los gastos por beneficios a empleados presentados por cada categoría significativa es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Sueldos y salarios	563,686	555,053
Aportaciones a la seguridad social	8,383	8,763
Otros beneficios a los empleados a corto plazo	38,776	37,909
Total gastos por beneficios a los empleados a corto plazo	610,845	601,725
Gastos por beneficios post-empleo, planes de aportaciones definidas	46,125	41,282
Gastos por beneficios post-empleo, planes de beneficios definidos	1,174	(472)
Total gastos por beneficios a los empleados post-empleo	47,299	40,810
Gastos por beneficios de terminación	449	316
Otros beneficios a los empleados a largo plazo	(117)	13
Otros gastos de personal	14,091	14,390
Total gastos por beneficios a empleados	672,567	657,254

Nota 33. Otros ingresos operativos, otros gastos operativos y otras (pérdidas), netas

Los otros ingresos operativos, los otros gastos operativos y las otras ganancias (pérdidas), netas incluyen los efectos de los principales acontecimientos ocurridos durante el período que distorsionarían el análisis de la rentabilidad recurrente de la Compañía; estos se definen como elementos significativos de ingresos y gastos inusuales cuya ocurrencia es excepcional y los efectos de aquellas partidas que por su naturaleza no están incluidas en una evaluación de desempeño operativo recurrente de la Compañía, tales como las pérdidas por deterioro, enajenaciones de activos no corrientes y el impacto por combinaciones de negocios, entre otros.

El valor de los otros ingresos operativos, los otros gastos operativos y las otras (pérdidas), netas, es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Otros ingresos operativos		
Recurrentes		
Recuperación de provisión de cuentas comerciales por cobrar (Nota 7.1)	18,173	16,757
Reintegro de costos y gastos por impuestos	3,272	861
Recuperación de otras provisiones de procesos laborales	2,786	1,624
Indemnización por siniestros	2,300	1,157
Recuperación de costos y gastos por impuestos distintos a los impuestos a las ganancias	1,774	3,874
Recuperación de otras provisiones procesos civiles	609	2,644
Recuperación de otras provisiones	548	774
Otros ingresos	-	793
Total recurrentes	29,462	28,484
No recurrentes		
Indemnización por siniestros	1,608	-
Recuperación de otras provisiones procesos reestructuración	1,103	16,789
Otros ingresos	-	5
Total no recurrentes	2,711	16,794
Total otros ingresos operativos	32,173	45,278
Otros gastos operativos		
Otros gastos (1)	(20,530)	(19,340)
Gasto por reestructuración (2)	(12,793)	(60,233)
Gasto por emergencia social (3)	-	(22,366)
Total otros gastos operativos	(33,323)	(101,939)
Otras (pérdidas) ganancias, netas		
Retiro de propiedades, planta y equipo (4)	(14,754)	(23,435)
Deterioro de valor de propiedades de inversión (5)	(5,360)	(112)
Deterioro de valor de propiedades, planta y equipo (6)	(995)	-
(Gasto) ingreso contratos de arrendamiento por cancelación anticipada (7)	(342)	19,893
Ganancia en venta de propiedades, planta y equipo	73	417
Deterioro de valor de activos intangibles distintos de la plusvalía (8)	-	(9,266)
Otras ganancias menores	-	801
Total otras (pérdidas), netas	(21,378)	(11,702)

(1) El valor de los otros gastos es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Proyectos especiales (a)	5,325	7,401
Cierre de almacenes y tiendas	5,079	11,634
Bajas de inventario (b)	3,164	-
Proyecto Suramérica	2,100	-
Plan de salud (c)	1,707	-
Implementación de la NIIF 16- Arrendamientos	218	217
Reconversión de almacenes	87	-
Proyecto Bricks II	-	88
Otros gastos extraordinarios (b)	2,850	-
Total otros gastos	20,530	19,340

(a) Corresponde a gastos en proyectos especiales que realizó la Compañía como parte de sus análisis de otras unidades de negocio e implementación de normas y leyes.

(b) Corresponde a la baja de inventario y a otros gastos extraordinarios por siniestros ocasionados en los actos realizados en contra de la infraestructura de los almacenes en diferentes ciudades del país.

(c) Corresponde a gastos por plan nacional de salud a empleados establecido por el Gobierno Nacional.

(2) El valor de los gastos por reestructuración es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Plan de reestructuración Compañía (a)	7,689	60,223
Plan de reestructuración traslado operación Cedi Montevideo	5,104	-
Total gasto por reestructuración	12,793	60,223

(a) Gastos provenientes de la provisión del plan de reestructuración de la Compañía que incluye los conceptos de compra del plan de excelencia operacional y del plan de retiros corporativo.

(3) Para 2020 corresponde a los gastos incurridos por la Compañía como consecuencia a la declaración de la emergencia sanitaria declarada por el Ministerio de Salud por causa de la Covid-19.

(4) El valor de los retiros de propiedades, planta y equipo es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Retiro por daños físicos de maquinaria y equipo	4,473	3,587
Retiro de activos resultante de la conciliación de las tomas físicas	3,905	16,709
Retiros de activos por cierre de almacenes	3,866	-
Retiro por daños físicos de edificaciones	1,128	1,325
Retiro por daños físicos de muebles y enseres	743	1,384
Retiro por daños físicos de equipos de computo	334	118
Retiro por siniestros	208	37
Retiro por daños físicos de vehículos	97	92
Retiro por daños físicos de mejoras en propiedades ajenas	-	26
Retiros por obsolescencia	-	157
Total retiros de propiedades, planta y equipo	14,754	23,435

(5) Para 2021 corresponde al deterioro de valor de las propiedades Viva Suba por \$2,591 y Surtimax Cota por \$2,793 y a la recuperación de deterioro de valor de las propiedades Locales del Centro Comercial Pereira Plaza por \$23 y Lote Rincón de las Lomas por \$1 (Nota 13).

Para 2020 corresponde al deterioro de valor en las propiedades de inversión Locales del Centro Comercial Pereira Plaza por \$111 y Lote Rincón de las Lomas por \$1 (Nota 13).

(6) Para 2021 corresponde al deterioro de valor de los inmuebles Locales del Centro Comercial San Mateo por \$756 y de las mejoras en propiedad ajena de Carulla Torre del Reloj por \$239 (Nota 12).

(7) Para 2021 corresponde a un gasto y para 2020 corresponde ingreso por la baja de derechos de uso y de pasivos por arrendamiento debido a terminación de contratos anticipadamente y a cambios en las condiciones de contratos.

(8) Para 2020 corresponde al deterioro de valor en los derechos de explotación de locales comerciales por \$9,266 (Nota 16).

Nota 34. Ingresos y gastos financieros

El valor de los ingresos y gastos financieros es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Ganancias por instrumentos financieros derivados	53,548	77,418
Ganancias por diferencia en cambio	21,703	38,184
Ingresos por intereses de efectivo y equivalentes del efectivo (Nota 6)	5,510	12,735
Otros ingresos financieros	12,918	14,916
Total ingresos financieros	93,679	143,253
Gastos por intereses de pasivos por arrendamiento	(107,227)	(156,464)
Gastos por intereses de préstamos y arrendamientos financieros	(80,209)	(109,724)
Pérdida por diferencia en cambio	(73,641)	(49,908)
Pérdidas por instrumentos financieros derivados	(16,343)	(76,337)
Gastos por comisiones	(4,680)	(3,587)
Otros gastos financieros	(4,947)	(7,550)
Total gastos financieros	(287,047)	(403,570)

Nota 35. Participación en los resultados de subsidiarias y negocios conjuntos que se contabilizan utilizando el método de participación

El resultado de la participación en los resultados de subsidiarias y negocios conjuntos que se contabilizan utilizando el método de participación es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Spice Investments Mercosur S.A.	114,063	119,718
Patrimonio Autónomo Viva Malls	67,853	54,882
Éxito Industrias S.A.S.	21,718	14,375
Onper Investments 2015 S.L.	8,843	(27,908)
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	5,340	13,332
Logística, Transportes y Servicios Asociados S.A.S.	4,141	4,746
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	2,160	1,146
Puntos Colombia S.A.S.	1,894	6,335
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	1,181	730
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	396	(135)
Gestión y Logística S.A.	(34)	-
Patrimonio Autónomo Iwana	(64)	10
Marketplace Internacional Éxito S.L.	(138)	(199)
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	(140)	(56)
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 17.2)	(851)	(1,199)
Total	226,362	185,777

Nota 36. Ganancias por acción

Las ganancias por acción se dividen en básicas y diluidas. Las básicas tienen por objetivo proporcionar una medida de la participación de cada acción ordinaria de la controladora en el rendimiento que la Compañía ha tenido en los períodos presentados. Las diluidas tienen por objetivo dar una medida de la participación de cada acción ordinaria en el desempeño de la Compañía considerando los efectos dilusivos (reducción en las ganancias o aumento en las pérdidas) de las acciones ordinarias potenciales en circulación durante el período.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la Compañía no ha realizado transacciones con acciones ordinarias potenciales, ni después de la fecha de cierre ni a la fecha de emisión de los presentes estados financieros.

A continuación, se muestra la información sobre ganancias y cantidad de acciones utilizadas en los cálculos de las ganancias por acción básica y diluida:

En los resultados del periodo:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2020	1 de enero al 31 de diciembre de 2019
Ganancia neta atribuible a los tenedores de instrumentos ordinarios de patrimonio de la controladora (básica y diluida)	474,681	230,872
Promedio ponderado de cantidad de acciones ordinarias atribuible a la ganancia por acción (básica y diluida)	447.604.316	447.604.316
Ganancia por acción básica y diluida (en pesos colombianos)	1,060.49	515.80

En los resultados integrales totales del periodo:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2020	1 de enero al 31 de diciembre de 2019
Ganancia (pérdida) neta atribuible a los tenedores de instrumentos ordinarios de patrimonio de la controladora (básica y diluida)	585,186	(50,678)
Promedio ponderado de cantidad de acciones ordinarias atribuible a la ganancia (pérdida) por acción (básica y diluida)	447.604.316	447.604.316
Ganancia (pérdida) por acción básica y diluida (en pesos colombianos)	1,307.38	(113.22)

Nota 37. Transacciones con partes relacionadas

Nota 37.1. Remuneración al personal clave de la gerencia

Las transacciones entre la Compañía y el personal clave de la gerencia, incluyendo representantes legales y/o administradores, corresponden principalmente a la relación laboral celebrada entre las partes.

La compensación al personal clave de la gerencia es la siguiente:

	1 de enero al 30 de diciembre de 2021	1 de enero al 30 de diciembre de 2020
Beneficios a los empleados a corto plazo	54,817	51,823
Beneficios post-empleo	2,108	2,277
Beneficios por terminación	-	1,192
Total compensación al personal clave	56,925	55,292

Nota 37.2. Ingresos, costos y gastos con partes relacionadas

El valor de los ingresos, costos y gastos con partes relacionadas es el siguiente:

	Ingresos	
	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Negocios conjuntos (1)	132,109	65,650
Subsidiarias (2)	48,629	56,066
Compañías del Grupo Casino (3)	7,265	7,891
Controladora (4)	-	93
Total	188,003	129,700

	Costos y gastos	
	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Subsidiarias (2)	365,678	363,527
Negocios conjuntos (1)	88,713	87,161
Compañías del Grupo Casino (3)	58,136	44,363
Controladora (4)	9,777	9,848
Miembros de Junta Directiva	1,574	1,736
Total	523,878	506,635

(1) El valor de los ingresos y costos y gastos con cada negocio conjunto el siguiente:

Ingresos:

Concepto	Compañía de Financiamiento Tuya S.A.		Puntos Colombia S.A.S.	
	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
	Participación en el acuerdo de colaboración empresarial	59,049	-	-
Recuperación de activaciones comerciales	52,047	43,739	-	-
Rendimientos de bonos, cupones y energía	14,224	14,122	-	-
Arrendamientos de bienes inmuebles	4,886	5,247	-	-
Servicios	923	1,836	980	706
Total ingresos	131,129	64,944	980	706

Costos y gastos:

Concepto	Compañía de Financiamiento Tuya S.A.		Puntos Colombia S.A.S.	
	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
	Costo del programa de fidelización	-	-	83,063
Comisiones de medios de pago	5,650	4,147	-	-
Total costos y gastos	5,650	4,147	83,063	83,014

(2) Los ingresos corresponden a la prestación de servicios administrativos a Éxito Industria S.A.S., a Almacenes Éxito Inversiones S.A.S., a Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P., a Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. a Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S. y a los Patrimonios Autónomos, y a los arrendamientos de inmuebles a los Patrimonios Autónomos y a Éxito Viajes y Turismo S.A.S.

Los costos y gastos corresponden básicamente a compras de mercancía y bienes para comercialización a Éxito Industrias S.A.S.; a servicios de transporte recibidos de Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.; a los arrendamientos y a la administración de inmuebles con Patrimonios Autónomos; a la compra de planes corporativos a Almacenes Éxito Inversiones S.A.S., y a servicios recibidos, compra de bienes y reembolsos con las demás subsidiarias.

El valor de los ingresos con cada subsidiaria es el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Patrimonios Autónomos	18,111	24,341
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. (a)	17,990	19,095
Libertad S.A.	8,047	8,782
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	2,458	1,667
Éxito Viajes y Turismo S.A.S. (b)	1,198	909
Éxito Industrias S.A.S. (c)	424	347
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P. (Nota 17.2)	396	805
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	5	-
Supermercados Disco del Uruguay S.A.	-	120
Total ingresos	48,629	56,066

(a) Incluye \$16,708 de ventas VMI de planes de telefonía (31 de diciembre de 2020 - \$17,849) y \$1,282 correspondientes a otras transacciones operacionales (31 de diciembre de 2020 - \$1,246).

(b) Incluye \$744 correspondientes a ingresos por arrendamientos (31 de diciembre de 2020 - \$543) y \$454 correspondientes a otras transacciones operacionales (31 de diciembre de 2020 - \$366).

(c) Incluye \$182 por cancelación anticipada de contratos de arrendamiento (31 de diciembre de 2020 - \$-) y \$242 correspondientes a otras transacciones operacionales (31 de diciembre de 2020 - \$347).

El valor de los costos y gastos con cada subsidiaria el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	149,262	147,751
Éxito Industrias S.A.S. (a)	104,974	95,035
Patrimonios Autónomos	91,091	101,883
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. (b)	16,124	17,148
Marketplace Internacional Exito y Servicios S.A.S.	3,266	527
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	820	602
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	139	580
Spice Investment Mercosur S.A.	2	1
Total costos y gastos	365,678	363,527

- (a) Incluye \$15,866 de amortización de derechos de uso e intereses por pasivo por arrendamiento (31 de diciembre de 2020 - \$16,822) y \$89,108 por otras transacciones operacionales (31 de diciembre de 2020 - \$78,213).
- (b) Incluye \$15,520 de costo de ventas VMI de planes de telefonía (31 de diciembre de 2020 - \$16,607) y \$604 por otras transacciones operacionales (31 de diciembre de 2020 - \$541).
- (3) Los ingresos corresponden principalmente a la prestación de servicios y al cobro de logro de proveedores. Los costos y gastos generados corresponden principalmente a servicios recibidos por eficiencia energética, intermediación en la importación de mercancía, por compra de mercancías y servicios de consultoría.

El valor de los ingresos por cada compañía el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Casino Internacional	6,783	6,941
Greenyellow Energía de Colombia S.A.S.	434	444
Distribution Casino France	48	499
Casino Services	-	7
Total ingresos	7,265	7,891

El valor de los costos y gastos por cada compañía el siguiente:

	1 de enero al 31 de diciembre de 2021	1 de enero al 31 de diciembre de 2020
Greenyellow Energía de Colombia S.A.S.	35,232	23,145
Casino Guichard Perrachon S.A.	12,975	10,242
Distribution Casino France	3,685	6,760
Casino Services	2,778	1,288
Euris	1,742	1,669
International Retail Trade and Services IG	1,681	1,259
Cdiscount S.A.	43	-
Total costos y gastos	58,136	44,363

- (4) Los ingresos corresponden al cobro a Companhia Brasileira de Distribuição – CBD por el uso de las marcas propias de textiles en Brasil. Los costos y gastos con la controladora corresponden a servicios de consultoría prestados por Companhia Brasileira de Distribuição – CBD.

Nota 38. Deterioro del valor de los activos

Nota 38.1. Activos financieros

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 no se observaron pérdidas significativas por deterioro del valor de activos financieros.

Nota 38.2. Activos no financieros

31 de diciembre de 2021

El valor en libros de los grupos de unidades generadoras de efectivo está compuesto por los saldos de la plusvalía, las inversiones, las propiedades, planta y equipo, las propiedades de inversión, los otros activos intangibles distintos de la plusvalía, las partidas del capital de trabajo neto y los pasivos por arrendamiento financiero asociados.

Para efectos de la prueba de deterioro del valor, la plusvalía adquirida a través de las combinaciones de negocios, las marcas y los derechos de explotación de locales comerciales con vidas útiles indefinidas se asignaron a los siguientes grupos de unidades generadoras de efectivo:

	Grupos de unidades generadoras de efectivo					
	Éxito	Carulla	Surtimax	Súper Inter	Surtimayorista	Total
Plusvalía (Nota 15)	90,674	856,495	37,402	464,332	4,174	1,453,077
Marcas con vida útil indefinida (Nota 16)	-	-	17,427	63,704	-	81,131
Derechos con vida útil indefinida (Nota 16)	17,720	2,771	-	-	-	20,491

Si bien los locales comerciales que se encuentran asignados a la unidad generadora de efectivo Surtimayorista no poseen una plusvalía adquirida a través de combinaciones de negocios, este valor asignado para efectos de la prueba de deterioro de valor es el resultado de las conversiones de almacenes del formato Surtimax a este nuevo formato; la plusvalía asignada a los locales comerciales de la unidad generadora de efectivo Surtimax proviene de la combinación de negocios realizada en 2007 como consecuencia de la fusión con Carulla Vivero S.A. tal como se menciona en la Nota 15.

El método empleado en la prueba de deterioro fue el valor en uso debido a la dificultad de encontrar un mercado activo que permita establecer el valor razonable de estos activos intangibles.

El valor en uso se calculó con base en flujos de caja esperados presupuestados por la administración que cubren un período de cinco años los cuales se estiman con base en la tasa de crecimiento de los precios en Colombia (Índice de Precios al Consumidor - IPC), en los análisis de tendencia basados en los resultados históricos, planes de crecimiento, proyectos estratégicos para incrementar las ventas y planes de optimización.

Los flujos de efectivo que van más allá del período de cinco años se extrapolaron utilizando una tasa de crecimiento en términos reales del 0%. Para la Compañía, este es un enfoque conservador que refleja el crecimiento normal esperado para la industria si no hay otros factores inesperados que pudieran impactar el crecimiento.

La tasa de impuestos incluida en la proyección de los flujos de caja corresponde a la tasa esperada en la que la Compañía debe pagar los impuestos para los próximos años. Las tasas de impuestos incluidas para el cálculo del deterioro de valor de las plusvalías de las unidades generadoras de efectivo fue 35% para 2022 en adelante, tasas vigentes en Colombia al 31 de diciembre de 2021.

Los flujos de efectivo esperados se descontaron al costo promedio ponderado de capital (CPPC) utilizando una estructura de endeudamiento de mercado para el tipo de industria en que la Compañía opera; como resultado de ello, el costo promedio ponderado de capital (CPPC) utilizado en la valoración fue del 7.40% para 2022 en adelante.

Las variables que tienen mayor impacto en la determinación del valor en uso de los grupos de unidades generadoras de efectivo son la tasa de descuento y tasa de crecimiento a perpetuidad. Las definiciones de estas dos variables son las siguientes:

- Tasa de crecimiento a perpetuidad: La estimación de la tasa de crecimiento está basada en las expectativas de crecimiento de precios para el país de acuerdo con investigaciones de mercado publicadas, razón por la cual no se considera razonable una disminución de la tasa por debajo de la tasa esperada, puesto que se estima que mínimamente los flujos de efectivo de las unidades crezcan al mismo nivel o hasta un 1% por encima del incremento general en los precios de la economía.
- Tasa de descuento: El cálculo de la tasa de descuento se basa en un análisis de endeudamiento de mercado para la Compañía; se considera un cambio razonable si la tasa de descuento aumentara un 1% en cuyo caso, para ninguno de los grupos de unidades generadoras de efectivo se presentaría un deterioro de valor.

El deterioro de propiedad, planta y equipo es el valor en libros que supera el valor recuperable; a su vez, el valor recuperable es el mayor entre el valor en uso y el valor razonable menos los costos de venta. Los activos son agrupados en tiendas, las cuales generan flujos de efectivo independientes. El método empleado para calcular el valor recuperable fue el enfoque de los ingresos (valor en uso) debido a su adecuada aproximación al valor recuperable de estos.

Como resultado de la observación de indicios de deterioro y la aplicación de esta prueba se presentó deterioro de valor en los inmuebles Locales del Centro Comercial San Mateo por \$756 y de las mejoras en propiedad ajena de Carulla Torre del Reloj por \$239, tal como se detalla en la Nota 12; el deterioro fue contabilizado adecuadamente con cargo a los resultados del período tal cual se detalla en la Nota 33.

El método empleado en la prueba de deterioro para las propiedades de inversión fue el enfoque de los ingresos debido a su adecuada aproximación al valor razonable de estos inmuebles.

Como resultado de esta prueba se presentó un deterioro de valor en las propiedades Viva Suba por \$2,591 y Surtimax Cota por \$2,793 y una recuperación de deterioro de valor de las propiedades Locales del Centro Comercial Pereira Plaza por \$23 y Lote Rincón de las Lomas por \$1, tal como se detalla en la Nota 13; el deterioro fue contabilizado adecuadamente con cargo a los resultados del período tal cual se detalla en la Nota 33.

Excepto por lo anterior no se presenta deterioro en el valor en libros de los grupos de unidades generadoras de efectivo.

31 de diciembre de 2020

El valor en libros de los grupos de unidades generadoras de efectivo está compuesto por los saldos de la plusvalía, las inversiones, las propiedades, planta y equipo, las propiedades de inversión, los otros activos intangibles distintos de la plusvalía, las partidas del capital de trabajo neto y los pasivos por arrendamiento financiero asociados.

Para efectos de la prueba de deterioro del valor, la plusvalía adquirida a través de las combinaciones de negocios, las marcas y los derechos de explotación de locales comerciales con vidas útiles indefinidas se asignaron a los siguientes grupos de unidades generadoras de efectivo:

	Grupos de unidades generadoras de efectivo					
	Éxito	Carulla	Surtimax	Súper Inter	Surtimayorista	Total
Plusvalía (Nota 15)	90,674	856,495	37,402	464,332	4,174	1,453,077
Marcas con vida útil indefinida (Nota 16)	-	-	17,427	63,704	-	81,131
Derechos con vida útil indefinida (Nota 16)	17,720	-	-	-	-	17,720

Si bien los locales comerciales que se encuentran asignados a la unidad generadora de efectivo Surtimayorista no poseen una plusvalía adquirida a través de combinaciones de negocios, este valor asignado para efectos de la prueba de deterioro de valor es el resultado de las conversiones de almacenes del formato Surtimax a este nuevo formato; la plusvalía asignada a los locales comerciales de la unidad generadora de efectivo Surtimax proviene de la combinación de negocios realizada en 2007 como consecuencia de la fusión con Carulla Vivero S.A. tal como se menciona en la Nota 15.

El método empleado en la prueba de deterioro fue el valor en uso debido a la dificultad de encontrar un mercado activo que permita establecer el valor razonable de estos activos intangibles.

El valor en uso se calculó con base en flujos de caja esperados presupuestados por la administración que cubren un período de cinco años los cuales se estiman con base en la tasa de crecimiento de los precios en Colombia (Índice de Precios al Consumidor - IPC), en los análisis de tendencia basados en los resultados históricos, planes de crecimiento, proyectos estratégicos para incrementar las ventas y planes de optimización.

Los flujos de efectivo que van más allá del período de cinco años se extrapolaron utilizando una tasa de crecimiento en términos reales del 0%. Para la Compañía, este es un enfoque conservador que refleja el crecimiento normal esperado para la industria si no hay otros factores inesperados que pudieran impactar el crecimiento.

La tasa de impuestos incluida en la proyección de los flujos de caja corresponde a la tasa esperada en la que la Compañía debe pagar los impuestos para los próximos años. Las tasas de impuestos incluidas para el cálculo del deterioro de valor de las plusvalías de las unidades generadoras de efectivo fue 31% para 2021 y 30% para 2022 en adelante, tasas vigentes en Colombia al 31 de diciembre de 2020.

Los flujos de efectivo esperados se descontaron al costo promedio ponderado de capital (CPPC) utilizando una estructura de endeudamiento de mercado para el tipo de industria en que la Compañía opera; como resultado de ello, el costo promedio ponderado de capital (CPPC) utilizado en la valoración fue del 5.63% para 2021, del 6.55% para 2022 y 2023, del 6.46% para 2024 y del 6.55% para 2025 en adelante.

Las variables que tienen mayor impacto en la determinación del valor en uso de los grupos de unidades generadoras de efectivo son la tasa de descuento y tasa de crecimiento a perpetuidad. Las definiciones de estas dos variables son las siguientes:

- Tasa de crecimiento a perpetuidad: La estimación de la tasa de crecimiento está basada en las expectativas de crecimiento de precios para el país de acuerdo con investigaciones de mercado publicadas, razón por la cual no se considera razonable una disminución de la tasa por debajo de la tasa esperada, puesto que se estima que mínimamente los flujos de efectivo de las unidades crezcan al mismo nivel o hasta un 1% por encima del incremento general en los precios de la economía.
- Tasa de descuento: El cálculo de la tasa de descuento se basa en un análisis de endeudamiento de mercado para la Compañía; se considera un cambio razonable si la tasa de descuento aumentara un 1% en cuyo caso, para ninguno de los grupos de unidades generadoras de efectivo se presentaría un deterioro de valor.

Como resultado de este análisis, se presentó deterioro de valor en los derechos de explotación de locales comerciales por \$9,266 debido al cierre de estos locales en Éxito por \$2,136, en Surtimax por \$1,524 y en Súper Inter por \$5,606, tal como se detalla en la Nota 16; el deterioro fue contabilizado adecuadamente con cargo a los resultados del período tal como se detalla en la Nota 33.

Excepto por lo anterior no se presenta deterioro en el valor en libros de los grupos de unidades generadoras de efectivo.

Nota 39. Medición del valor razonable

A continuación se incluye una comparación de los valores en libros y los valores razonables de los activos y pasivos financieros y de los activos y pasivos no financieros de la Compañía al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 sobre una base periódica exigida o permitida por la política contable; se excluyen aquellos activos y pasivos financieros cuyos valores en libros son una aproximación de sus valores razonables considerando que sus vencimientos son a corto plazo (menores o iguales a un año), entre los que se encuentran las cuentas comerciales por cobrar y otros deudores, las cuentas comerciales por pagar y otros acreedores, los recaudos a terceros y los pasivos financieros de corto plazo.

	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Valor en libros	Valor razonable	Valor en libros	Valor razonable
Activos financieros				
Cuentas comerciales y otras cuentas por cobrar a costo amortizado	22,363	20,871	37,618	35,491
Inversiones en bonos (Nota 11)	5,046	4,978	29,699	29,706
Inversiones patrimoniales (Nota 11)	10,676	10,676	10,637	10,637
Contratos <i>forward</i> medidos al valor razonable con cambios en resultados (Nota 11)	11,057	11,057	4	4
Contratos <i>swap</i> designados como instrumentos de cobertura (Nota 11)	6,023	6,023	566	566
Inversiones en fondo de capital privado (Nota 11)	1,476	1,476	1,468	1,468
Activos no financieros				
Propiedades de inversión (Nota 13)	78,586	169,930	89,246	170,703
Pasivos financieros				
Pasivos financieros a costo amortizado (Nota 19)	878,268	875,315	966,855	967,211
Arrendamientos financieros a costo amortizado (Nota 19)	-	-	6,849	6,845
Contratos <i>forward</i> medidos al valor razonable con cambios en resultados (Nota 26)	592	592	16,492	16,492
Contratos <i>swap</i> medidos al valor razonable con cambios en resultados (Nota 26)	-	-	825	825
Contratos <i>swap</i> designados como instrumento de cobertura (Nota 26)	242	242	1,246	1,246

Para estimar los valores razonables, se utilizaron los métodos y supuestos detallados a continuación:

	Nivel jerarquía	Técnica de valoración	Descripción de la técnica de valoración	Datos de entrada significativos
Activos				
Préstamos a costo amortizado	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	Se descuenta a valor presente los flujos de caja futuros con la tasa de mercado para préstamos en condiciones similares en la fecha de medición acorde con los días de vencimiento.	Tasa comercial de establecimientos bancarios para cartera de consumo sin tarjeta de crédito para plazos similares. Tasa comercial para créditos de vivienda VIS para plazos similares.
Inversiones en fondo de capital privado	Nivel 1	Valor de la unidad	El valor de la unidad del fondo está dado por el valor de precierre para el día dividido entre el número total de unidades del fondo al cierre de operaciones del día. La valoración de los activos se efectúa diariamente por el administrador del fondo.	No aplica
Contratos <i>forward</i> medidos al valor razonable con cambios en resultados	Nivel 2	<i>Forward</i> Peso-Dólar americano	Se establece la diferencia entre la tasa <i>forward</i> pactada y la tasa <i>forward</i> en la fecha de valoración que corresponda al plazo restante del instrumento financiero derivado y se descuenta a su valor presente utilizando una tasa de interés cero cupón. Para determinar la tasa <i>forward</i> se emplea el promedio de cierre de las cotizaciones de compra (<i>bid</i>) y de venta (<i>ask</i>).	Tasa de cambio peso/dólar americano fijada en el contrato <i>forward</i> . Tasa de cambio representativa del mercado calculada el día de la valoración. Puntos <i>forward</i> del mercado <i>forward</i> peso-dólar americano en la fecha de valoración. Número de días que hay entre la fecha de valoración y la fecha de vencimiento. Tasa de interés cero cupón.
Contratos <i>swap</i> medidos al valor razonable con cambios en resultados	Nivel 2	Modelo de proyección de flujos de caja operativos	El método utiliza los flujos de caja propios del <i>swap</i> proyectados con las curvas de títulos de tesorería del estado emisor de la moneda con la cual está expresada cada flujo para luego descontarlas a valor presente, utilizando tasas de mercado para <i>swap</i> reveladas por las autoridades competentes de cada país. La diferencia entre el flujo de ingreso y el flujo de salida representa el valor neto del <i>swap</i> al corte evaluado.	Curva Índice Bancario de Referencia (IBR) 3 meses. Curva TES Cero cupón. Curva LIBOR <i>swap</i> . Curva Treasury Bond. IPC 12 meses
Inversiones patrimoniales	Nivel 1	Precios de cotización de mercado	Los valores razonables de estas inversiones se determinan por referencia a los precios de cotización publicados en mercados activos en los casos en que las compañías se transen en este mercado; en los demás casos las inversiones se miden al costo atribuido determinado en el balance de apertura considerando que el efecto no es material y que realizar una medición mediante una técnica de valoración usada comúnmente por participantes del mercado puede generar mayores costos que los beneficios en sí mismos.	No aplica
Inversiones en bonos	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	Se descuenta a valor presente los flujos de caja futuros con la tasa de mercado para inversiones similares en la fecha de medición acorde con los días de vencimiento.	IPC 12 meses + Puntos básicos negociados
Propiedades de inversión	Nivel 1	Método de comparación o mercado	Técnica que consiste en establecer el valor razonable de las propiedades a partir del estudio de las ofertas o transacciones recientes de activos semejantes y comparables de los del objeto de valuación.	No aplica

	Nivel jerarquía	Técnica de valoración	Descripción de la técnica de valoración	Datos de entrada significativos
Activos				
Propiedades de inversión	Nivel 3	Método de flujos de efectivo descontados	Técnica que ofrece la oportunidad de identificar el crecimiento en el ingreso sobre un período de tiempo preestablecido de la inversión. El valor de la propiedad es equivalente al valor descontado de los beneficios futuros. Estos beneficios representan los flujos de caja anuales (positivos y negativos) sobre un período de tiempo más la ganancia neta derivada de la venta hipotética de la propiedad al final del período de inversión.	Costo promedio ponderado de capital. Crecimiento de ventas arrendatarios. Vacancia. Crecimiento de rentas
Propiedades de inversión	Nivel 3	Método residual	Técnica utilizada cuando el predio tiene posibilidades de desarrollo urbanístico, a partir de estimar el monto total de las ventas de un proyecto de construcción, acorde con la reglamentación urbanística vigente y de conformidad con el mercado de la propiedad final vendible.	Valor residual

	Nivel jerarquía	Técnica de valoración	Descripción de la técnica de valoración	Datos de entrada significativos
Pasivos				
Obligaciones financieras y arrendamientos financieros medidos a costo amortizado	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	Se descuenta a valor presente los flujos de caja futuros con la tasa de mercado para préstamos en condiciones similares en la fecha de medición acorde con los días de vencimiento.	Índice Bancario de Referencia (IBR) + Puntos básicos negociados. Tasa LIBOR + Puntos básicos negociados.
Contratos swap medidos al valor razonable con cambios en resultados	Nivel 2	Modelo de proyección de flujos de caja operativos	El método utiliza los flujos de caja propios del swap proyectados con las curvas de títulos de tesorería del estado emisor de la moneda con la cual está expresada cada flujo para luego descontarlas a valor presente, utilizando tasas de mercado para swap reveladas por las autoridades competentes de cada país. La diferencia entre el flujo de ingreso y el flujo de salida representa el valor neto del swap al corte evaluado.	Curva Índice Bancario de Referencia (IBR) 3 meses. Curva TES Cero cupón. Curva LIBOR swap. Curva Treasury Bond. IPC 12 meses
Derivados medidos al valor razonable con cambios en resultados	Nivel 2	"Forward" Peso-Dólar americano	Se establece la diferencia entre la tasa forward pactada y la tasa forward en la fecha de valoración que corresponda al plazo restante del instrumento financiero derivado y se descuenta a su valor presente utilizando una tasa de interés cero cupón. Para determinar la tasa forward se emplea el promedio de cierre de las cotizaciones de compra (bid) y de venta (ask).	Tasa de cambio peso/dólar americano fijada en el contrato forward. Tasa de cambio representativa del mercado calculada el día de la valoración. Puntos forward del mercado forward peso-dólar americano en la fecha de valoración. Número de días que hay entre la fecha de valoración y la fecha de vencimiento. Tasa de interés cero cupón.
Contratos swap derivados designados como instrumentos de cobertura	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	El valor razonable se calcula con la proyección de los flujos de efectivo futuros de las operaciones utilizando las curvas del mercado y descontándolos al valor presente, usando tasas de mercado para swap.	Curva swap calculadas por Forex Finance Tasa Representativa del Mercado – TRM.
Pasivo por arrendamiento	Nivel 2	Método de flujos de efectivo descontados	Se descuenta a valor presente los flujos de caja futuros de los contratos de arrendamiento con la tasa de mercado para préstamos en condiciones similares en la fecha de inicio del contrato acorde con el periodo mínimo no cancelable.	Índice Bancario de Referencia (IBR) + Puntos básicos según perfil de riesgo.

La Compañía determina si han ocurrido transferencias entre los niveles de la jerarquía de valor razonable, a través de la realización de un cambio en las técnicas de valoración, de tal forma que la nueva medición sea la más fiel representación del nuevo valor razonable del activo o pasivo valorado.

Los cambios en las jerarquías pueden suceder si se detecta información nueva disponible, alguna información que dejó de estar disponible y era usada para la valoración, cambios que generen mejoras en las técnicas de valoración o cambios en las condiciones de mercado.

No se presentaron transferencias entre las jerarquías de nivel 1 y nivel 2 durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021.

Nota 40. Activos y pasivos contingentes

Nota 40.1. Activos contingentes

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la Compañía no posee activos contingentes significativos.

Nota 40.2. Pasivos contingentes

Los siguientes son los pasivos contingentes al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020:

a. Los siguientes procesos están siendo adelantados con el objetivo de que la Compañía no cancele los valores que pretende la entidad demandante:

- Discusión administrativa con la DIAN relacionada con la notificación del requerimiento especial 112382018000126 del 17 de septiembre de 2018, por medio del cual se propuso modificar la declaración del impuesto de renta de 2015, por \$32,225 (31 de diciembre de 2020 - \$29,963). En septiembre de 2021 la Compañía recibió una nueva notificación de la DIAN en la cual ratifica su propuesta. Sin embargo, los asesores externos consideran el proceso como un pasivo contingente.
- Resoluciones por medio de las cuales la Dirección Distrital de Impuestos de Bogotá profirió liquidación oficial de revisión a la Compañía en relación con el impuesto de Industria y Comercio de los bimestres 4, 5 y 6 de 2011 debido a una presunta inexactitud en los pagos, por \$11,830 (31 de diciembre de 2020 - \$11,830).
- Resoluciones proferidas por la Secretaría Distrital de Hacienda de Bogotá mediante las cuales se modificaron las declaraciones de Industria y Comercio de la Compañía de los bimestres 2, 3, 4, 5 y 6 de 2012 debido a una presunta inexactitud en los pagos, por \$- (31 de diciembre de 2020 - \$5,000). En junio de 2021 esta contingencia fue clasificada como remota.
- Demanda por incumplimiento contractual por medio del cual se solicita indemnización por perjuicios causados en compraventa de un predio, por \$2,600 (31 de diciembre de 2020 - \$2,600).
- Resolución y liquidación oficial por medio de las cuales se impusieron sanciones a la Compañía por errores en la liquidación de aportes al Sistema de Seguridad Social, por \$- (31 de diciembre de 2020 - \$940). En junio de 2021 esta contingencia fue clasificada como probable y registrada en otras provisiones.

b. Otros procesos:

- Proceso de responsabilidad civil extracontractual por presuntas lesiones causadas a un cliente en el establecimiento de comercio Éxito Santa Marta, por \$- (31 de diciembre de 2020 - \$500).

c. Otros pasivos contingentes:

- Desde el 1 de junio de 2017 la Compañía otorgó a su subsidiaria Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. una garantía para cubrir posibles incumplimientos de sus obligaciones. El 11 de agosto de 2021 el valor fue actualizado a \$2,935.
- La Compañía actúa como ordenante de una garantía bancaria por \$95 a favor de la Bolsa Mercantil de Colombia.
- Por requerimiento de algunas compañías de seguros y como requisito para la expedición de pólizas de cumplimiento, durante 2021 la Compañía ha otorgado ciertas garantías a estos terceros en calidad de deudor solidario de algunas de sus subsidiarias. A continuación, se informan las garantías otorgadas:

<u>Tipo de garantía</u>	<u>Descripción y concepto de la garantía</u>	<u>Compañía aseguradora</u>
Pagaré abierto	Seguro de cumplimiento. La Compañía actúa en calidad de deudor solidario del Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	Seguros Generales Suramericana S.A.

Estos pasivos contingentes, por ser de naturaleza posible, no se reconocen en el estado de situación financiera; solo se revelan en las notas a los estados financieros.

Nota 41. Compensación de activos y pasivos financieros

A continuación, se detallan los activos y pasivos financieros que se presentan compensados en el estado de situación financiera:

Año	Activos financieros	Valor bruto de activos financieros reconocidos	Valor bruto de pasivos financieros reconocidos relacionados	Valor neto de activos financieros reconocidos
2021	Instrumentos financieros derivados designados como cobertura (Nota 11)	-	-	6,023
	Instrumentos financieros derivados (Nota 11)	-	-	11,057
2020	Instrumentos financieros derivados designados como cobertura (Nota 11)	-	-	566
	Instrumentos financieros derivados (Nota 11)	-	-	4

Año	Pasivos financieros	Valor bruto de pasivos financieros reconocidos	Valor bruto de activos financieros reconocidos relacionados	Valor neto de pasivos financieros reconocidos
2021	Instrumentos financieros derivados (Nota 26) (1)	-	-	592
	Instrumentos financieros derivados designados como cobertura (Nota 26) (1)	-	-	242
	Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar (2)	3,740,287	356,375	3,383,912
2020	Instrumentos financieros derivados (Nota 26) (1)	-	-	17,317
	Instrumentos financieros derivados designados como cobertura (Nota 26) (1)	-	-	1,246
	Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar (2)	3,570,700	385,437	3,185,263

- (1) La Compañía realiza operaciones derivadas y coberturas de contratos *forward* y *swap* designados para cubrir las fluctuaciones en las tasas de tipo de cambio y de interés de las cuentas por pagar y pasivos financieros. Estas partidas se miden por su valor razonable; en la Nota 39 se presentan los valores razonables de estos instrumentos financieros. Al 31 de diciembre de 2021 la valoración de los instrumentos financieros derivados se compone de su valor intrínseco más su valor temporal por lo cual no se hace posible su separación entre derecho y obligación.
- (2) La Compañía posee acuerdos de compensación con proveedores derivadas de las adquisiciones de inventarios. Estas partidas están incluidas en las cuentas por pagar comerciales.

La Compañía no posee valores no compensados en el estado de situación financiera relacionados con garantías u otros instrumentos financieros.

Nota 42. Dividendos pagados y decretados

Al 31 de diciembre de 2021

En la Asamblea General de Accionistas de la Compañía celebrada el 25 de marzo de 2021 se decretó un dividendo por \$173,223, equivalente a un dividendo anual de \$387 por acción (*), pagaderos así:

- A los accionistas minoritarios (participaciones no controladoras) en una sola cuota el 5 de abril de 2021, y
- Al accionista mayoritario en dos cuotas: el 33% el 5 de abril de 2021 y el 67% el 1 de septiembre de 2021.

Los dividendos pagados durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021 ascendieron a \$173,174.

(*) Expresado en pesos colombianos.

Al 31 de diciembre de 2020

En la Asamblea General de Accionistas de la Compañía celebrada el 19 de marzo de 2020 se decretó un dividendo por \$1,091,259, equivalente a un dividendo anual de \$2,438 por acción (*), pagadero en una sola cuota, entre el primero y el décimo primero día hábil de abril de 2020.

Los dividendos pagados durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 ascendieron a \$1,125,518.

(*) Expresado en pesos colombianos.

Nota 43. Arrendamientos

Nota 43.1. Arrendamientos financieros cuando la Compañía actúa como arrendatario

La Compañía tiene arrendamientos financieros relacionados con alquileres de propiedades, planta y equipo. El total de los pagos mínimos contractuales y el respectivo valor presente para los contratos de arrendamiento financiero se presentan a continuación:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Hasta 1 año	-	3,857
De 1 a 5 años	-	3,143
Pagos mínimos por arrendamientos financieros	-	7,000
Gastos por financiación en el futuro	-	(152)
Total pagos mínimos netos por arrendamientos financieros (1)	-	6,848

(1) Durante 2021 la Compañía canceló anticipadamente el arrendamiento financiero relacionado con alquileres de propiedades, planta y equipo.

No se registraron cuotas contingentes en los resultados durante los períodos presentados.

Nota 43.2. Arrendamientos operativos cuando la Compañía actúa como arrendatario

Los contratos que se reconocen como arrendamientos operativos corresponden a los contratos de arrendamiento cuyos activos subyacentes son activos de bajo valor, tales como muebles y enseres, equipos de cómputo, maquinaria y equipo y equipo de oficina, los contratos de arrendamiento de todo activo subyacente que tienen menos de un año de plazo y los contratos de arrendamiento de intangibles, los cuales se exceptúan de la aplicación de los requerimientos de la NIIF 16. También se reconocen como arrendamientos operativos los contratos de arrendamiento de almacenes cuyo canon es variable, los cuales también se exceptúan de la aplicación de los requerimientos de la NIIF 16.

Al 31 de diciembre de 2021 el valor del gasto y del costo de arrendamiento por contratos de arrendamientos operativos reconocido en los resultados ascendió a \$62,922 (31 de diciembre de 2020 - \$60,437).

Nota 43.3. Arrendamientos operativos cuando la Compañía actúa como arrendadora

La Compañía tiene arrendamientos operativos relacionados con alquileres a terceros de las propiedades de inversión. El total de cobros futuros mínimos de arrendamientos operativos no cancelables para los períodos presentados se presentan a continuación:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Hasta 1 año	16,385	13,702
De 1 a 5 años	22,358	26,883
Más de 5 años	25,602	36,293
Total cobros mínimos por arrendamientos operativos no cancelables	64,345	76,878

La Compañía analizó y concluyó que los contratos de arrendamiento operativo no son cancelables durante su duración. Para su terminación se debe tener previo acuerdo de las partes y será obligatorio un pago mínimo por cancelación que oscila entre 1 y 12 meses del canon de arrendamiento o de un porcentaje fijo sobre el acuerdo restante.

Durante el período anual terminado el 31 de diciembre de 2021 el valor del ingreso por arrendamiento reconocido en los resultados ascendió a \$23,928 (31 de diciembre de 2020 - \$16,708) los cuales incluyen ingresos por arrendamiento de propiedades de inversión por \$4,587 (31 de diciembre de 2020 - \$3,361) (Nota 13). El valor de las cuotas contingentes incluidas en el ingreso por arrendamiento ascendió a \$5,969 (31 de diciembre de 2020 - \$2,726).

Nota 44. Estacionalidad de las transacciones

Los ciclos de operación de la Compañía denotan cierta estacionalidad en los resultados operativos y financieros con cierta concentración durante el último trimestre del año, principalmente por la temporada navideña y de aguinaldos y por el evento "Días de Precios Especiales" el cual es el segundo evento promocional más importante del año.

Nota 45. Políticas de gestión de los riesgos financieros

Exposición financiera neta

Los instrumentos financieros de la Compañía son clasificados según su naturaleza, sus características y el propósito por el cual han sido adquiridos o emitidos.

La Compañía mantiene instrumentos medidos a valor razonable con cambios en resultados con el objetivo que éstos sean mantenidos para inversión que obedezcan a objetivos de gestión de riesgo para el caso de los instrumentos financieros derivados que no hayan sido clasificados como de cobertura de flujo de efectivo.

La Compañía utiliza instrumentos financieros derivados solo con el fin de protegerse de riesgos identificados. El total de activos y pasivos subyacentes celebrados en los contratos de instrumentos financieros están limitados al valor de activos y pasivos reales con riesgo subyacente. Las transacciones con derivados financieros tienen el único propósito de reducir la exposición a las fluctuaciones de las tasas de interés y moneda extranjera y mantener una adecuada estructura de la situación financiera.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 los instrumentos financieros de la Compañía se encontraban representados por:

	31 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Activos financieros		
Efectivo y equivalentes de efectivo (Nota 6)	2,063,528	1,969,470
Cuentas comerciales por cobrar y otras por cobrar (Nota 7)	491,291	324,698
Cuentas por cobrar a partes relacionadas (Nota 9) (1)	141,785	145,765
Otros activos financieros (Nota 11)	34,278	42,374
Total activos financieros	2,730,882	2,482,307
Pasivos financieros		
Pasivos financieros (Nota 19)	878,268	973,704
Cuentas por pagar a partes relacionadas (Nota 22) (1)	183,295	128,472
Cuentas comerciales por pagar y otras cuentas por pagar (Nota 23)	4,299,654	3,931,085
Pasivo por arrendamiento (Nota 24)	1,820,785	1,784,965
Otros pasivos financieros (Nota 26)	66,817	81,460
Total pasivos financieros	7,248,819	6,899,686
Exposición financiera neta, (pasiva)	(4,517,937)	(4,417,379)

(1) Las transacciones con partes relacionadas hacen referencia a transacciones entre la Compañía y sus subsidiarias y otras entidades relacionadas, y fueron contabilizadas de acuerdo con los precios, términos y condiciones generales de mercado.

Consideraciones de factores de riesgo que pueden afectar el negocio de la Compañía

Marco general para la administración del riesgo

La Compañía cuenta con un sistema de Gestión Integral de Riesgos que cubre los diferentes niveles de gestión de riesgo: estratégico, táctico o de negocio, y operativo.

Las actividades, los roles y las responsabilidades se encuentran definidos en el modelo de gestión de riesgos establecido por la Compañía y validado por el Comité de Auditoría y Riesgos, y el cual se enmarca en los lineamientos establecidos en la política de riesgos.

Durante 2021, dando cumplimiento a la política de gestión integral de riesgos y con el propósito atender a la continuidad y a la sostenibilidad del negocio y de la operación se realizó un análisis de los principales riesgos y tendencias a la luz del contexto interno y externo y a las tendencias de riesgos a nivel global y sectorial, con la participación y liderazgo de la Alta Gerencia, donde se obtuvo un nuevo perfil de riesgos estratégicos y se definieron e implementaron estrategias para su administración. Los riesgos de este nivel fueron revisados por el Comité de Auditoría y Riesgos y validados por la Junta Directiva. Así mismo, este análisis se extendió a los diferentes negocios de la Compañía.

La Compañía avanzó en el proceso de redefinición del nuevo modelo de gobierno, riesgo y cumplimiento (Modelo GRC) buscando la integración de la gestión de riesgos a la arquitectura de control de la Compañía y desarrollando la gestión de riesgos operativos como parte del programa de autocontrol.

De acuerdo con dicha arquitectura de control, los controles están inmersos en todos los niveles, los procesos y las áreas de la Compañía, definidos en principios, políticas, normas, procedimientos y mecanismos de verificación y evaluación.

Algunos de los mecanismos de monitoreo dispuestos para alcanzar los objetivos de control son:

- El proceso de cumplimiento, desde el cual se gestiona de forma integral el sistema de prevención y control de lavado de activos y financiación del terrorismo, el programa de transparencia y el sistema de protección de datos personales;
- Los informes periódicos de gestión de riesgos;
- La evaluación de la efectividad operativa de los controles provenientes de la implementación de la Ley Sox,
- El programa de autocontrol, actualmente en rediseño, que permite realizar una autoevaluación por parte de los líderes de los procesos, de sus riesgos más críticos y controles claves, definiendo planes de acción correctivos cuando se detectan desviaciones, y
- Los demás esquemas de control que son gestionados desde los diferentes procesos que componen la primera y la segunda línea de defensa.

Las instancias de reporte sobre la gestión de riesgos y sistema de control interno son:

- Nivel estratégico: Junta Directiva, Comité de Auditoría y Riesgos, Comité de Presidencia y Alta Gerencia.
- Nivel táctico: Responsables de negocios.
- Nivel operativo: Dueños de procesos a través del autocontrol.

La auditoría interna, en forma independiente y objetiva, realiza una evaluación al sistema de control interno y de gestión de riesgos organizacional.

La Junta Directiva, a través del Comité de Auditoría y Riesgos, realizó la supervisión de los procesos de información y reporte financiero, la gestión integral de riesgos, la revisión de los avances y de las situaciones significativas de la implementación de la Ley Sox, la revisión al sistema y a la arquitectura de control interno, incluyendo el seguimiento a la gestión de la Auditoría Interna y la Revisoría Fiscal, al cumplimiento de la normatividad aplicable para la Compañía, al programa de transparencia, al sistema de protección de datos personales y al sistema de prevención y control de lavado de activos y financiación del terrorismo. Así mismo, se sometió a consideración del Comité de Auditoría las transacciones entre partes relacionadas y la gestión de los conflictos de interés de los miembros de la alta dirección y de la Junta Directiva.

Administración del riesgo financiero

Los principales pasivos financieros de la Compañía, además de los instrumentos derivados, incluyen las deudas, los pasivos por arrendamientos financieros y los préstamos que devengan interés, las cuentas por pagar comerciales y las otras cuentas por pagar. La finalidad principal de estos pasivos es financiar las operaciones de la Compañía y mantener los niveles adecuados de capital de trabajo y deuda financiera neta.

Los principales activos financieros de la Compañía incluyen los préstamos, los deudores comerciales y otras cuentas por cobrar, el efectivo y las colocaciones a corto plazo que provienen directamente de sus operaciones y transacciones rutinarias. La Compañía también cuenta con inversiones que se clasifican como activos financieros medidos a valor razonable que, de acuerdo con el modelo de negocio, tienen impactos en el resultado del período o en el otro resultado integral. Además, en las transacciones con instrumentos derivados se pueden generar derechos que quedarán registrados como activos financieros.

La Compañía se encuentra expuesta a los riesgos de mercado, de crédito y de liquidez. La administración de la Compañía observa la gestión de estos riesgos a través de las diferentes instancias organizacionales diseñadas para esto. Además, dentro del alcance de la Junta Directiva, se cuenta con el comité financiero que supervisa dichos riesgos financieros y el marco corporativo de gestión del riesgo financiero que resulte más apropiado. El comité financiero ayuda a la administración de la Compañía a que las actividades de asunción de riesgo financiero se encuentren en el marco de las políticas y procedimientos corporativos aprobados, y que esos riesgos financieros se identifiquen, midan y gestionen de acuerdo con estas políticas corporativas.

La gestión del riesgo financiero relacionada con todas las transacciones con instrumentos derivados es llevada a cabo por equipos de especialistas que tienen las capacidades, la experiencia y la supervisión generada desde la estructura organizacional. De acuerdo con las políticas corporativas de la Compañía, no se puede realizar transacciones con instrumentos derivados con fines meramente especulativos. Si bien no se aplican siempre los modelos de contabilidad de cobertura, los derivados se pactan sobre la base de un subyacente que efectivamente requiere dicha cobertura de acuerdo con los análisis internos.

La Junta Directiva revisa y acuerda las políticas para la gestión de cada uno de estos riesgos, los que se resumen a continuación:

a. Riesgo de crédito

El riesgo de crédito es el riesgo que una contraparte no cumpla sus obligaciones asumidas en virtud de un instrumento financiero o contrato comercial y que ello resulte en una pérdida financiera. La Compañía se encuentra expuesta al riesgo de crédito por sus actividades operativas (en particular, por los deudores comerciales) y sus actividades financieras, incluidos los depósitos en bancos e instituciones y otros instrumentos financieros. El importe en libros de los activos financieros representa la máxima exposición al riesgo de crédito.

Efectivo y equivalentes de efectivo

El riesgo de crédito de los saldos de bancos y entidades financieras se gestiona de acuerdo con la política corporativa definida para este propósito. Las inversiones de los excedentes de fondos se realizan solamente con las contrapartes aprobadas por la Junta Directiva y dentro de las jurisdicciones previamente establecidas. La administración revisa periódicamente las condiciones financieras generales de las contrapartes, evaluando los principales indicadores financieros y calificaciones de mercado.

Cuentas comerciales por cobrar y otras cuentas por cobrar

El riesgo de crédito relacionado con las cuentas comerciales por cobrar es bajo considerando que gran parte de las ventas de la Compañía corresponden a ventas de contado (efectivo y tarjetas de crédito) y las financiaciones se hacen a través de convenios y acuerdos comerciales que reducen la exposición de riesgo de la Compañía. Adicionalmente, se cuenta con áreas administrativas de gestión de crédito que monitorean constantemente indicadores, cifras y los comportamientos de pago y los modelos de riesgo por cada tercero.

No hay cuentas comerciales por cobrar que individualmente equivalgan o superen el 5% de las cuentas por cobrar o ventas, respectivamente.

Garantías

La Compañía no constituye garantías, avales o cartas de crédito, otorgamiento de títulos-valores completos o en blanco o cualquier gravamen o derecho contingente a favor de terceros. De forma excepcional se pueden constituir gravámenes teniendo en cuenta la pertinencia del negocio, el monto de la obligación contingente y el beneficio para la Compañía o sus subsidiarias. Adicionalmente, existen algunos pagarés que hacen parte del uso ordinario de los negocios de operación con bancos y tesorería. Al 31 de diciembre de 2021, la Compañía figura como otorgante de una garantía a favor de su subsidiaria Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. por \$2,935 para cubrir posibles incumplimientos de sus obligaciones, actúa como ordenante de una garantía bancaria por \$95 a favor de la Bolsa Mercantil de Colombia y actúa como deudor solidario de la subsidiaria Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla por requerimiento de algunas compañías de seguros y como requisito para la expedición de pólizas de cumplimiento.

b. Riesgo de mercado

El riesgo de mercado es el riesgo de que los cambios en los precios de mercado, por ejemplo, en las tasas de cambio, tasas de interés o precios de las acciones, afecten los ingresos de la Compañía o el valor de los instrumentos financieros que ella mantiene. El objetivo de la gestión del riesgo de mercado es administrar y controlar las exposiciones a este riesgo dentro de parámetros razonables y al mismo tiempo optimizar la rentabilidad.

Riesgo de la tasa de interés

El riesgo de tasa de interés es el riesgo de que el valor razonable de activos y pasivos financieros o los flujos de efectivo futuros de un instrumento financiero fluctúen debido a los cambios en las tasas de interés de mercado. La exposición de la Compañía al riesgo de tasa de interés se relaciona principalmente con las obligaciones de deuda que se encuentran pactadas con tasas de interés variables o indexadas a algún índice fuera del control de la Compañía.

Las obligaciones financieras de la Compañía, en su mayoría, se encuentran indexadas a tasas variables de mercado. Para gestionar esto, la Compañía realiza transacciones de permuta financiera a través de instrumentos financieros derivados *swap* de tasas de interés con entidades financieras previamente aprobadas, en las que acuerda intercambiar, a intervalos específicos, la diferencia entre los montos de las tasas de interés fijas y variables calculadas en relación con un monto de capital nominal acordado, lo que convierte las tasas variables en fijas y los flujos de caja se hacen determinables.

Los siguientes son los activos y pasivos financieros por tipo de tasa:

	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Tasa variable	Tasa fija	Tasa variable	Tasa fija
Activos financieros	2,092,760	638,122	1,982,145	500,162
Pasivos financieros	2,699,887	4,548,932	2,777,232	4,122,454

Riesgo de moneda

El riesgo de moneda es el riesgo de que el valor razonable o los flujos de efectivo futuros de un instrumento financiero fluctúen debido a los cambios en las tasas de cambio. La exposición de la Compañía al riesgo de tasa de cambio se relaciona con las operaciones pasivas en moneda extranjera relacionadas con obligaciones de deuda de largo plazo y con las actividades operativas de la Compañía (cuando los ingresos y gastos se encuentran denominados en una moneda diferente de la moneda funcional), así como con las inversiones netas de la Compañía en las subsidiarias del exterior.

La Compañía gestiona su riesgo de tasa de cambio por medio de instrumentos financieros derivados (como *forward* y *swap*) en los eventos en los que dichos instrumentos mitigan eficientemente la volatilidad.

Cuando la naturaleza de la relación de cobertura no es una cobertura de tipo económico, es política de la Compañía negociar las condiciones de los instrumentos derivados de forma tal que se correlacionen con las condiciones de las partidas subyacentes objeto de cobertura, con el propósito de maximizar la eficacia en la exposición a estas variables. No todos los derivados financieros son clasificados como operaciones de cobertura, sin embargo, la política de la Compañía es no realizar transacciones meramente especulativas, por lo que, a ún sin ser clasificadas como coberturas contables, los instrumentos financieros derivados están relacionados con un subyacente y un monto notional que expone a la Compañía con relación a la variación de la tasa de cambio.

Al 31 de diciembre de 2021 y al 31 de diciembre de 2020 la Compañía había cubierto casi el 100% de sus compras y obligaciones en moneda extranjera.

Los siguientes son los activos y pasivos financieros en moneda extranjera:

	31 de diciembre de 2021		31 de diciembre de 2020	
	Euro	Dólar	Euro	Dólar
Activos financieros	8,709	83,695	8,338	83,738
Pasivos financieros	35,370	404,015	25,837	224,798

Riesgo de precio de acciones

Para propósitos de gestión de precio de acciones de la Compañía se incluye el capital accionario emitido, las primas de emisión o primas en colocación de acciones y todas las demás reservas de patrimonio atribuibles a los propietarios de la controladora. El objetivo principal de la gestión del capital de la Compañía es maximizar el valor para el accionista.

La Compañía gestiona su estructura de capital y realiza los ajustes pertinentes en función de los cambios en las condiciones económicas y los requerimientos de las cláusulas financieras. A fin de mantener y ajustar su estructura de capital la Compañía también puede modificar los pagos de dividendos a los accionistas, reembolsarles capital o emitir nuevas acciones.

c. Riesgo de liquidez

El riesgo de liquidez es el riesgo de que la Compañía tenga dificultades para cumplir con sus obligaciones asociadas con sus pasivos financieros que son liquidados mediante la entrega de efectivo o de otros activos financieros. El enfoque de la Compañía para administrar la liquidez es asegurar, en la mayor medida posible, que siempre contará con la liquidez suficiente para cumplir con sus obligaciones cuando vencen, tanto en condiciones normales como de tensión, sin incurrir en pérdidas inaceptables o arriesgar la reputación.

La Compañía gestiona el riesgo de liquidez a través del seguimiento diario de los flujos de caja, del control de vencimiento de los activos y pasivos financieros y de una relación adecuada con las entidades financieras.

El objetivo de la Compañía es mantener el equilibrio entre la continuidad de los negocios y el uso de las fuentes de financiamiento a través de préstamos bancarios de corto y largo plazo de acuerdo con las necesidades, los cupos o las líneas de crédito disponibles con entidades financieras no utilizados y los arrendamientos financieros, entre otros mecanismos. Al 31 de diciembre de 2021 aproximadamente un 16% de la deuda de la Compañía vencerá en menos de un año (31 de diciembre de 2020 - 67%) considerando el valor en libros de los préstamos reflejados en los presentes estados financieros.

La Compañía ha calificado baja la concentración del riesgo de liquidez sin mayores restricciones para el pago de las obligaciones financieras con vencimiento dentro de los doce meses posteriores a la fecha de cierre del periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2021. El acceso a las fuentes de financiamiento está suficientemente asegurado.

El siguiente cuadro presenta el perfil de vencimientos de los pasivos financieros de la Compañía sobre la base de los pagos contractuales no descontados que surgen de los acuerdos respectivos.

Al 31 de diciembre de 2021	Menos de 1 año	De 1 a 5 años	Más de 5 años	Total
Otros pasivos contractuales relevantes	139,774	772,052	83,445	995,271
Total	139,774	772,052	83,445	995,271
Al 31 de diciembre de 2020				
Obligaciones por arrendamiento financiero en términos brutos	3,857	3,144	-	7,001
Otros pasivos contractuales relevantes	639,262	360,344	24,680	1,024,286
Total	643,119	363,488	24,680	1,031,287

Análisis de sensibilidad para los saldos de 2021

La Compañía evaluó estadísticamente los posibles cambios en la tasa de interés de los pasivos financieros y otros pasivos contractuales relevantes.

Bajo el supuesto de normalidad, considerando una variación del 10% de las tasas de interés, se evalúan tres escenarios:

- Escenario I: Últimas tasas de interés conocidas al cierre de 2021.
- Escenario II: Para el Índice Bancario de Referencia se considera un aumento del 0.3418%. Este aumento sobre la última tasa de interés publicada.
- Escenario III: Para el Índice Bancario de Referencia se considera una disminución del 0.3418%. Esta disminución sobre la última tasa de interés publicada.

Los resultados del análisis de sensibilidad no presentaron variaciones significativas entre los 3 escenarios expuestos, por tanto, en la presentación de los mismos a nivel de redondeo de millones no son observables. A continuación, se presentan los posibles cambios:

Operaciones	Riesgo	Saldo al 31 de diciembre de 2021	Proyección del mercado		
			Escenario I	Escenario II	Escenario III
Préstamos	Cambios en la tasa de interés	878,268	877,859	884,387	874,600
Total		878,268	877,859	884,387	874,600

d. Pólizas de seguros

Al 31 de diciembre de 2021 la Compañía tiene contratadas las siguientes pólizas de seguros con el fin de mitigar riesgos asociados a toda la operación:

Ramo	Límites asegurados	Coberturas
Todo riesgo daños materiales y lucro cesante	De acuerdo con los valores de reposición y reconstrucción, con límite máximo de responsabilidad por cada póliza.	Pérdidas o daños súbitos e imprevistos y accidentales que sufran los bienes como consecuencia directa de cualquier causa no excluida. Cubre los edificios, muebles y enseres, maquinaria y equipo, mercancías, equipo electrónico, mejoras locativas, lucro cesante y demás bienes del asegurado.
Transporte mercancía y dinero	De acuerdo con la declaración de valor movilizado y un límite máximo por despacho. Aplican límites y sublímites diferenciales para cada cobertura.	Bienes de propiedad del asegurado que se encuentren en tránsito, incluyendo aquellos sobre los cuales tenga interés asegurable.
Responsabilidad civil extracontractual	Aplican límites y sublímites diferenciales por cobertura	Cubre los perjuicios causados a terceros en desarrollo de la operación
Responsabilidad civil directores y administradores	Aplican límites y sublímites diferenciales por cobertura.	Cubre las reclamaciones contra los directores y administradores derivadas de un error u omisión en sus funciones.
Infidelidad y riesgos financieros	Aplican límites y sublímites diferenciales por cobertura.	Pérdida de dinero o títulos valores en predios o en tránsito. Actos dolosos de trabajadores que generen pérdidas financieras.
Vida grupo y accidentes personales	El valor asegurado corresponde al número de salarios definido por la Compañía.	Muerte e incapacidad total y permanente, por un evento natural o accidental.
Autos	Aplica un límite establecido por cada cobertura	Responsabilidad civil extracontractual. Pérdida total y parcial daños. Pérdida total y parcial hurto. Terremoto. Demás amparos descritos en la póliza.
Cyber risk	Aplican límites y sublímites diferenciales por cobertura	Pérdidas directas derivadas de un acceso mal intencionado a la red y pérdidas indirectas por daños a terceros como consecuencia de una afectación a sus datos derivada de alguno de los eventos cubiertos en la póliza.

e. Instrumentos financieros derivados

La Compañía utiliza instrumentos financieros derivados para cubrir su exposición de riesgo, siendo su principal objetivo cubrir la exposición frente al riesgo de tasa de interés y tasa de cambio, convirtiendo la deuda financiera a tasas de interés fija y tipos de cambio nacional.

Al 31 de diciembre de 2021, el valor de referencia de estos contratos ascendía a COP 302.71 millones (*interest rate swaps*), USD 104.5 millones y EUR 6.83 millones (31 de diciembre de 2020 – USD 54.49 millones y EUR 5.25 millones). Estas operaciones son usualmente contratadas bajo las mismas condiciones de montos, vigencia y costos de transacción, y, preferiblemente, con las mismas entidades financieras, observando siempre los límites y políticas de la Compañía.

De acuerdo con la política de la Compañía, los *swaps* pueden ser adquiridos con restricciones, previa autorización de la administración de la Compañía.

La Compañía ha diseñado e implementado controles internos para garantizar que estas transacciones sean realizadas bajo la observación de las políticas previamente establecidas.

f. Valor razonable de instrumentos financieros derivados

El valor razonable de los instrumentos financieros derivados es calculado bajo el modelo de la proyección de flujos de caja operativos, usando las curvas de títulos de tesorería del estado en cada país y descontándolas a valor presente, utilizando tasas de mercado para *swap* reveladas por las autoridades competentes en los mismos.

El valor de mercado de los swaps fue obtenido aplicando los tipos de cambio de mercados eficaces en la fecha de la información financiera intermedia disponible, y las tasas son proyectadas por el mercado basado en curvas de descuento de divisas. Con el propósito de calcular el cupón de las posiciones indexadas de moneda extranjera, fue utilizada la convención de 365 días consecutivos.

Nota 46. Activos no corrientes mantenidos para la venta

La administración de la Compañía cuenta con un plan para vender algunos inmuebles con el fin de estructurar proyectos que permitan aprovechar el uso para estos inmuebles, incrementar el potencial precio de venta futuro y generar un aumento de recursos para la Compañía. Como resultado del plan, algunas de las propiedades, planta y equipo y algunas de las propiedades de inversión fueron clasificados como activos no corrientes mantenidos para la venta.

El saldo de los activos no corrientes mantenidos para la venta reflejado en el estado de situación financiera es el siguiente:

	30 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Propiedades de inversión (1)	8,261	8,526
Total	8,261	8,526

(1) Corresponde a los siguientes inmuebles:

	30 de diciembre de 2021	31 de diciembre de 2020
Lote La Secreta (terreno) (Nota 46.1)	5,208	5,465
Local Kennedy (edificio) (Nota 46.1) (a)	1,640	1,640
Local Kennedy (terreno) (Nota 46.1) (a)	1,229	1,229
Lote La Secreta (construcción en curso) (Nota 46.1)	184	192
Total	8,261	8,526

(a) La Compañía estima que la venta de este activo se realice durante el primer semestre de 2022.

No se han reconocido ingresos o gastos acumulados en los resultados ni en otros resultados integrales en relación con el uso de estos activos.

Nota 46.1. Hechos y circunstancias que alargan el periodo de venta de los activos no corrientes mantenidos para la venta a más de un año.

Al 31 de diciembre de 2021 factores externos ajenos al control de la administración relacionados con la contracción general en la dinámica del mercado inmobiliario y la imposibilidad de concretar ofertas razonables y beneficiosas, motivaron replantear el cronograma de venta inicial que se tenía de algunos activos no corrientes mantenidos para la venta.

Algunos de los factores externos que afectaron el cronograma de ejecución de las transacciones de venta al cierre del 31 de diciembre de 2021, fueron los siguientes:

- La confianza del consumidor disminuyó drásticamente durante 2020, llegando a niveles de -41.3% en meses como abril. Aunque en los últimos meses de ese año se presentó cierta recuperación, durante 2021 se continuó en terreno negativo y la última medición de diciembre de 2021 se ubicó en -7.0%, según las estimaciones de Fedesarrollo.
- El gasto de consumo se afectó considerablemente como consecuencia de emergencia por la Covid-19 y se presentaron caídas adicionales producto nuevos picos de pandemia ocasionados durante el primer semestre de 2021.
- La devaluación del peso colombiano frente al dólar fue del 14.2% en 2021, ubicando al peso colombiano como la moneda más devaluada del mundo, por encima países como Turquía y Argentina.
- El riesgo país medido a través de los Credit Default Swaps (CDS), que es el spread de crédito del país, aumentó 100 puntos básicos, pasando de 130 a 230, lo cual significa que los extranjeros perciben un país con más alto riesgo.
- El personal ocupado por el comercio minorista, medido en doce meses a noviembre de 2021 disminuyó 1.9%.

Durante 2020 y 2021 las acciones desarrolladas por la administración y sus equipos internos conocedores del potencial del mercado inmobiliario en conjunto con comisionistas independientes de inmuebles para concretar la venta de los activos inmobiliarios han sido específicas y enfocadas por cada inmueble con el objetivo de garantizar la factibilidad de la venta, asegurar el saneamiento de los inmuebles y obtener propuestas económicas de valor agregado.

Al 31 de diciembre de 2021 los avances en el proceso de venta son los siguientes:

- Lote La Secreta. Negociada con el comprador durante 2019. Al 31 de diciembre de 2021 se ha entregado y se ha recibido el 14.10% del pago del inmueble. El resto del activo se entregará coincidentemente con los pagos del activo que se recibirán con el siguiente esquema: el 23.39% en 2022, el 20.43% en 2023, el 1.19% en 2024 y el 40.88% en 2025. La escritura de aporte al fideicomiso se firmó el 1 de diciembre de 2020 y fue registrada el 30 de diciembre de 2020.
- Local Kennedy. Durante el tercer trimestre de 2020 se extinguió el derecho de preferencia que se tenía con el arrendatario. Como consecuencia de esa extinción el inmueble puede surtir un proceso de oferta pública con el acompañamiento de empresas comisionistas. Desde la finalización del contrato con el locatario, se negoció un nuevo canon mensual de arrendamiento, lo cual ha generado mejores expectativas del valor del inmueble en el mercado y en el proceso actual de venta por ser un inmueble con mejor retorno de inversión para potenciales compradores.

La Compañía continúa firmemente comprometida en el proceso de entrega y de venta de estos activos.

Nota 47. Hechos relevantes

31 de diciembre de 2021

Reunión ordinaria de Asamblea General de Accionistas

La Asamblea General de Accionistas de la Compañía se reunió el 25 de marzo de 2021 para decidir, entre otros asuntos, la aprobación del Informe de Gestión de la Administración, la aprobación de los estados financieros separados y consolidados con corte al 31 de diciembre de 2020 y la aprobación de distribución de dividendos a los accionistas.

Reorganización societaria en Companhia Brasileira de Distribuição – CBD

El 31 de diciembre de 2020 finalizó una reorganización societaria en Companhia Brasileira de Distribuição – CBD. Como resultado de esta reorganización Companhia Brasileira de Distribuição – CBD pasó a ser la controladora de la Compañía con una participación del 96.57% en su capital accionario. Con base en lo establecido en la regulación comercial colombiana, al 31 de diciembre de 2020 la Compañía se encontraba en causal de disolución ya que más del 95% de su capital accionario pertenecía a un solo accionista.

En marzo de 2021, Companhia Brasileira de Distribuição – CBD enervó la causal de disolución a través de una transferencia de acciones de la Compañía a otro tercero (GPA2 Empreendimentos E Participacoes), con lo cual su nueva participación en el capital accionario de la Compañía es del 91.57%.

31 de diciembre de 2020

Reunión ordinaria de Asamblea General de Accionistas

La Asamblea General de Accionistas de la Compañía se reunió el 19 de marzo de 2020 para decidir, entre otros asuntos, la aprobación del Informe de Gestión de la Administración, la aprobación de los estados financieros separados y consolidados con corte al 31 de diciembre de 2019 y la aprobación de distribución de dividendos a los accionistas.

Finalización de la investigación en Via Varejo S.A.

El 26 de marzo de 2020 Via Varejo S.A. publicó un hecho relevante en el cual informaba que, como conclusión de la tercera fase de la investigación independiente que estaba llevando a cabo, y que al 31 de diciembre de 2019 no se había completado, en relación con los presuntos indicios de irregularidades contables y deficiencias en el control interno y sobre el impacto que estos temas eventualmente podrían tener en sus estados financieros correspondientes a los períodos en los cuales Companhia Brasileira de Distribuição - CBD era la controlante directa de Via Varejo S.A., no sería necesario la reexpresión de los estados financieros al 31 de diciembre de 2018, debido a que una vez evaluados los resultados de la investigación y considerando sus aspectos cualitativos y cuantitativos, se concluyó que los efectos de los ajustes contables resultantes de la investigación, en dichos estados financieros, no son significativos. Esta conclusión fue corroborada por los auditores independientes, actuales y predecesores, de Via Varejo S.A.

Pandemia Covid-19, durante el primer trimestre de 2020

El 30 de enero de 2020, la Organización Mundial de la Salud declaró el brote de un nuevo coronavirus que apareció en Wuhan, provincia de Hubei, China, llamado Covid-19, como una emergencia de salud pública de importancia internacional. Posteriormente el 11 de marzo de 2020 y como consecuencia de los alarmantes niveles de propagación del virus por todo el mundo, se determina que la Covid-19 puede caracterizarse como una pandemia.

Desde que comenzaron los brotes y su propagación mundial, los países han tomado varias medidas como los decretos de cuarentenas y aislamientos obligatorios, el cierre de fronteras, la restricción de los viajes, la limitación de las reuniones públicas y la suspensión de todas las actividades sociales, entre otras.

En Colombia, el 12 de marzo de 2020 el Ministerio de Salud declaró la emergencia sanitaria por causa de la Covid-19. Posteriormente, el 17 de marzo de 2020 la Presidencia de la República declaró el estado de emergencia económica, social y ecológica en todo el territorio nacional para contener la difusión de la pandemia y ayudara a mitigar sus riesgos asociados, mediante la expedición del Decreto 417.

La actividad comercial y los resultados de las operaciones podrían verse impactados negativamente en la medida en que esta pandemia afecta la economía nacional e internacional. Los efectos de esta emergencia, que pueden interferir con nuestra cadena de suministros y de servicios, están más allá del control de la Compañía y por lo tanto son imposibles de predecir. Entre otros riesgos que pueden afectar la operación y los resultados de la Compañía están los impactos en las ventas de algunos productos y servicios, en los niveles de importación y de exportación, en los ingresos del negocio inmobiliario, en los viajes nacionales e internacionales, en la productividad de los empleados, en la preservación de los empleos, en la caída en los mercados de valores, en la volatilidad en los precios de algunos productos, en la volatilidad en la tasa de cambio y en cualquier otra actividad comercial asociada que pueda tener un efecto desestabilizador en el negocio, en los mercados financieros y en la economía del país.

La Compañía ha implementado una serie de medidas y de buenas prácticas para enfrentar esta situación, con las cuales busca minimizar los riesgos observados que pueden impactar la operación, proteger la salud e integridad de los empleados, mantener abastecido al país y permitir el acceso a los alimentos de los más necesitados, además de dar tranquilidad, confianza y apoyo a sus grupos de interés durante la coyuntura generada por esta pandemia.

A continuación, se relacionan algunas de las estrategias y las acciones más relevantes implementadas:

1. En relación con la promoción de la solidaridad:
 - Oferta de 500.000 mercados con 12 productos básicos a precio de costo, para que los clientes con mejores condiciones económicas puedan solidarizarse con quienes están en situación de vulnerabilidad.
 - Posibilidad de donar puntos Colombia a la Fundación Éxito para que los clientes puedan direccionar recursos a quienes más los necesitan.
 - Entrega de mercados para la primera infancia a través de la Fundación Éxito, con los aportes de los empleados que donaron un día de su salario y de las donaciones que los clientes realizaron a través del programa "goticas".
 - Lanzamiento de la tarjeta "Mercado para Colombia", la cual se puede comprar física o virtualmente. Por cada \$50,000 (*) de ventas en estas tarjetas, la Compañía donará \$5,000 (*), que se destinarán a una obra social.
 - Creación de la "Línea Blanca" para el servicio a domicilio de forma prioritaria, gratuita y exclusiva para los profesionales de la salud.
 - Ampliación del horario en tiendas y atención exclusiva para el grupo de mayor riesgo, tales como adultos mayores, mujeres embarazadas y personas con discapacidad.

(*) Expresado en pesos colombianos

2. En relación con los clientes, su integridad física en los almacenes y el distanciamiento social:
 - Dotación al personal en tiendas de un kit básico de higiene con mascarillas, guantes, hidratación, lentes acrílicos y gel antibacterial para sus protocolos de higiene permanente, con el objetivo de garantizar su seguridad y la de los clientes.
 - Desinfección y limpieza permanente de los puntos de venta, los baños, las zonas de alto tráfico y los carros y las canastillas de mercado.
 - Cumplimiento de las reglas de aforo con el fin de permitir la circulación con las distancias prudentes para la protección de la salud.
 - Señalización en los puestos de pago de la distancia mínima entre clientes en línea con la normatividad vigente.
3. En relación con los proveedores y el apoyo a su trabajo:
 - Pago anticipado a los pequeños y medianos proveedores de los pagos que tenían vencimientos en abril, con el objetivo de mejorar su flujo de caja y facilitar la continuidad de su operación y la preservación del empleo.
 - Los proveedores textiles se han dispuesto para la confección y producción de tapabocas, lo cual les permite proteger el trabajo de sus empleados.
4. En relación con el abastecimiento de productos:
 - Destinar dos tiendas, en Bogotá y Medellín, para la distribución y el abastecimiento exclusivo de los productos de mayor demanda durante la coyuntura.
 - Garantizar el acceso a productos estableciendo límites de compra de unidades por cliente en productos tales como tapabocas, gel antibacterial, alcohol y guantes.
 - La Compañía se unió al acuerdo de autorregulación del comercio colombiano que suscribió FENALCO con sus comerciantes agremiados con el fin de hacer un llamado a todos los integrantes de la cadena de abastecimiento (proveedores, productores, distribuidores y comercializadores) para manejar racionalmente los precios y para regular el comercio con el fin de garantizar el orden y el distanciamiento social. Con esta unión, la Compañía ratifica su compromiso con la protección de la salud pública, la seguridad alimentaria, el abastecimiento de productos de primera necesidad, la preservación del empleo y de la actividad económica en pro del adecuado manejo de la emergencia.
5. En relación con los empleados, su cuidado y su estabilidad laboral:
 - Información y comunicación constante de las recomendaciones de autoridades de la salud para el autocuidado y el protocolo ante el contagio.
 - Masificación del trabajo remoto para los empleados de las sedes corporativas.
 - Dotación, al personal de las áreas financieras que están trabajando de forma remota, de todas las herramientas necesarias para garantizar la emisión oportuna y confiable de la integridad de los estados financieros separados y consolidados.
 - Asignación de los empleados de las unidades de negocio que están siendo afectadas por la emergencia para reforzar las tareas de las otras unidades de negocio operativas.
 - Bonificación y beneficios especiales para empleados de las tiendas y de los centros de distribución, como un reconocimiento a su esfuerzo y compromiso.
6. En relación con los planes de expansión e inversión:
 - Comités de crisis establecidos con el objetivo de monitorear la situación de la emergencia y las decisiones gubernamentales y tomar las decisiones adecuadas para asegurar la continuidad de las operaciones.
 - Reducción de los planes de expansión como mecanismo para la protección de la caja, haciendo énfasis en los proyectos que se encontraban en curso en el momento de la declaratoria de la emergencia.
 - Reasignación de los planes de inversión enfocando la estrategia en el fortalecimiento de los proyectos estratégicos de la Compañía de la omnicanalidad.

7. En relación con las operaciones de la Compañía:
- Fortalecimiento de los canales de venta del comercio electrónico, de los domicilios y de las aplicaciones con el objetivo de facilitar las compras sin salir de casa.
 - Refuerzo del proceso de revisión de precios en las tiendas y con los proveedores para tener control y evitar alzas no justificadas.
 - Priorización de compras hacia productos menos afectados por el incremento del dólar.
 - Fortalecimiento de otros servicios de venta, como el servicio "compra y recoge" por medio del cual clientes solicitan los productos a través de distintos canales y luego pasan a los diferentes sitios dispuestos para ser recogidos, con lo que se minimiza el riesgo de contacto y se cumplen con todos los protocolos de higiene, limpieza y desinfección.
 - Entrega de domicilios priorizando el uso de vehículos eléctricos para ayudar con la mitigación de la contaminación del aire, en Bogotá y Medellín.

Pandemia Covid-19, durante el segundo trimestre de 2020

El estado de emergencia económica, social y ecológica declarado desde el 17 de marzo de 2020 por la Presidencia de la República en todo el territorio nacional para contener la difusión de la pandemia y ayudar a mitigar sus riesgos asociados, estuvo vigente durante el segundo trimestre de 2020.

Como consecuencia de esta situación, la Compañía continuó incurriendo en gastos para la implementación de las medidas para enfrentar esta situación, tendientes a minimizar los riesgos que pueden impactar la operación, a proteger la salud e integridad de los empleados, a mantener abastecido al país y a dar tranquilidad, confianza y apoyo a sus grupos de interés.

Adicionalmente la Compañía realizó una evaluación de los efectos que la emergencia económica pudiera tener en sus estados financieros. Como consecuencia de esta evaluación no observó situaciones puntuales ni impactos significativos negativos en el registro de sus inversiones, en la medición de los inventarios, en la depreciación de las propiedades, plantas y equipos, en la medición del deterioro de las cuentas por cobrar a clientes, en los pasivos por provisiones y en los planes de reestructuración, en la medición de los beneficios a los empleados, en el cálculo y el reconocimiento del impuesto de renta diferido, en la jerarquía del valor razonable, en las transacciones con las partes relacionadas, en el deterioro de valor de los activos, en los ingresos de actividades ordinarias derivados de contratos con clientes, en los contratos de arrendamiento, en los activos no corrientes mantenidos para la venta, en las operaciones discontinuadas, y en general en todos sus pasivos, que pudieran afectar la situación financiera y en los resultados de las operaciones o que pudieran afectar su continuidad y operación.

Se presentan algunas situaciones puntuales, las cuales no tienen impacto ni generan cambios significativos en los activos que impliquen un deterioro en su valor y adicionalmente están adecuadamente registradas en los estados financieros:

- La Compañía otorgó descuentos a sus arrendatarios, los cuales fueron reconocidos como menor valor de los ingresos. Al 30 de junio de 2020 el valor de los descuentos otorgados ascendió a \$2,344.
- La disminución de los resultados del negocio conjunto Compañía de Financiamiento Tuya S.A. ha generado un gasto en la participación en este negocio conjunto al contabilizar el método de la participación y adicionalmente no ha permitido registrar los ingresos por la participación en el acuerdo de colaboración.

Finalmente, la Compañía ha evaluado que las consecuencias de estos impactos no afectan la capacidad para continuar funcionando como negocio en marcha, ya que los resultados en sus operaciones así lo demuestran.

Pandemia Covid-19, durante el tercer y cuarto trimestre de 2020

El estado de emergencia económica, social y ecológica declarado desde el 17 de marzo de 2020 por la Presidencia de la República en todo el territorio nacional para contener la difusión de la pandemia y ayudar a mitigar sus riesgos asociados, estuvo vigente hasta el 1 de septiembre de 2020.

Como consecuencia de esta situación y del inicio de la reactivación gradual de la economía del país, la Compañía no incurrió en gastos adicionales similares a los que había incurrido hasta el 30 de junio de 2020 para la implementación de las medidas para enfrentar el estado de emergencia mencionado.

Sin embargo, se presentan algunas situaciones puntuales, las cuales no tienen impacto ni generan cambios significativos en los activos que impliquen un deterioro en su valor y adicionalmente están adecuadamente registradas en los estados financieros:

- La Compañía otorgó descuentos a sus arrendatarios, los cuales fueron reconocidos como menor valor de los ingresos. Durante el periodo anual terminado el 31 de diciembre de 2020 el valor total de los descuentos otorgados ascendió a \$11,274.
- La disminución de los resultados del negocio conjunto Compañía de Financiamiento Tuya S.A. ha generado un gasto en la participación en este negocio conjunto al contabilizar el método de la participación y adicionalmente no ha permitido registrar los ingresos por la participación en el acuerdo de colaboración.

Reorganización societaria en Sendas Distribuidora S.A y en Companhia Brasileira de Distribuição – CBD

El 31 de diciembre de 2020 finalizó la reorganización societaria que se realizó en Sendas Distribuidora S.A. y en Companhia Brasileira de Distribuição – CBD en la cual uno de sus efectos fue la transferencia de las acciones de la Compañía que poseía Sendas Distribuidora S.A. a Companhia Brasileira de Distribuição – CBD. Con esta reorganización Companhia Brasileira de Distribuição – CBD pasó a ser la controladora de la Compañía con una participación del 96.57% en su capital accionario.

Como consecuencia de este cambio de control y con base en lo establecido en la regulación comercial colombiana, la Compañía se encuentra en causal de disolución ya que más del 95% de su capital accionario pertenece a un solo accionista. La Compañía cuenta con 18 meses, contados desde la fecha de configuración de esta causal, para enervarla.

Implementación de la Ley Sarbanes Oxley

Durante 2020 la Compañía asumió el reto de la implementación de la Ley Sarbanes Oxley (SOX). Como parte esencial de la implementación del programa anual SOX se desarrolló un proceso de identificación, análisis y evaluación de los riesgos que podrían afectar adversamente y de manera material la capacidad de la Compañía para registrar, procesar, consolidar y reportar sus estados financieros. Este proceso contó con la participación de consultores externos y de un equipo interno dedicado a la identificación, el diseño, la implementación y la evaluación de los controles internos suficientes y relevantes que minimizaran estos riesgos, que permitieran fortalecer el sistema de control interno sobre el reporte financiero, disminuir la exposición de la Compañía a la materialización de errores e inexactitudes en los procesos y en los estados financieros, avanzar en el mejoramiento continuo de los sistemas de información y tecnología y consolidar la credibilidad financiera en los accionistas e inversionistas. Dentro de las actividades de la implementación del programa anual SOX se incluyen, entre otras (a) la identificación de las subsidiarias, las cuentas, los procesos y los sistemas de información materiales para los estados financieros de la Compañía, (b) la evaluación de los riesgos de error material y fraude en estos componentes materiales, y (c) el diseño, la implementación y la mejora de las actividades de control que mitigan estos riesgos. Adicionalmente se realizó la evaluación de la efectividad del sistema de control interno sobre el reporte financiero de la Compañía y se realizaron capacitaciones al personal de la Compañía y a la Auditoría Interna en temas relacionados con la definición de un control interno basado en Sox, la documentación que se requiere para minimizar la materialización de riesgos de presentación de errores en los estados financieros y la responsabilidad de la Administración en el mantenimiento de estos controles Sox, entre otros. Finalmente, se sostuvo una comunicación permanente con la Junta Directiva y el Comité de Auditoría sobre los avances del proyecto. Como resultado de estas actividades se logró crear una cultura en los colaboradores enfocada a la demostración de la transparencia en los procesos y a la calidad de la información.

Nota 48. Hechos ocurridos después del período sobre el que se informa

No se presentaron hechos posteriores después de la fecha del período sobre el que se informa que representen cambios significativos en la situación financiera y en las operaciones de la Compañía.

Sin embargo, si se presentaron hechos posteriores después de la fecha del período sobre el que se informa que no afectan la situación financiera pero que por su relevancia es necesario revelar en los estados financieros:

Recepción del dinero de la indemnización de siniestros

El 10 de enero de 2022 la compañía de seguros que estaba encargada de cubrir las pérdidas que se presentaron por los siniestros ocasionados en los actos realizados en contra de la infraestructura de los almacenes en diferentes ciudades del país pagó \$1,494 como parte de la indemnización por daños. El cargo a los resultados de 2021 se encontraba registrado adecuadamente en la cuenta de otros ingresos operativos no recurrentes tal como se detalla en la Nota 33.

Capitalización cuenta por cobrar por préstamo a la subsidiaria Libertad S.A.

El saldo por cobrar correspondiente al préstamo que se tenía registrado con la subsidiaria Libertad S.A. fue capitalizado el 31 de enero de 2022. (Nota 9).



Building a better
working world

Informe del Revisor Fiscal

A la Asamblea de Accionistas de:
Almacenes Éxito S.A.

Opinión

He auditado los estados financieros separados adjuntos de Almacenes Éxito S.A., que comprenden el estado de situación financiera al 31 de diciembre de 2021 y los correspondientes estados de resultados, de resultados integrales, de cambios en el patrimonio y de flujos de efectivo por el año terminado en esa fecha, y el resumen de las políticas contables significativas y otras notas explicativas.

En mi opinión, los estados financieros separados adjuntos, tomados de los libros de contabilidad, presentan razonablemente, en todos sus aspectos de importancia, la situación financiera de la Compañía al 31 de diciembre de 2021, los resultados de sus operaciones y los flujos de efectivo por año terminado en esa fecha, de conformidad con las Normas de Contabilidad y de Información Financiera aceptadas en Colombia.

Bases de la opinión

He llevado a cabo mi auditoría de acuerdo con Normas Internacionales de Auditoría aceptadas en Colombia. Mis responsabilidades en cumplimiento de dichas normas se describen en la sección *Responsabilidades del Auditor en la Auditoría de los Estados Financieros* de este informe. Soy independiente de la Compañía, de acuerdo con el Manual del Código de Ética para profesionales de la contabilidad, junto con los requisitos éticos relevantes para mi auditoría de estados financieros separados en Colombia, y he cumplido con las demás responsabilidades éticas aplicables. Considero que la evidencia de auditoría obtenida es suficiente y apropiada para fundamentar mi opinión.

Asuntos clave de auditoría

Los asuntos clave de auditoría son aquellos asuntos que, según mi juicio profesional, fueron de mayor importancia en mi auditoría de los estados financieros adjuntos. Estos asuntos se abordaron en el contexto de mi auditoría de los estados financieros separados tomados en su conjunto, y al momento de fundamentar la opinión correspondiente, pero no para proporcionar una opinión separada sobre estos asuntos. Con base en lo anterior, a continuación detallo la manera en la que cada asunto clave fue abordado durante mi auditoría.

He cumplido con las responsabilidades descritas en la sección *Responsabilidades del Auditor en la Auditoría de los Estados Financieros* de mi informe, incluso en relación con estos asuntos. En consecuencia, mi auditoría incluyó la realización de los procedimientos diseñados para responder a los riesgos de incorrección material evaluados en los estados financieros separados. Los resultados de mis procedimientos de auditoría, incluidos los procedimientos realizados para abordar los asuntos que se mencionan a continuación, constituyen la base de mi opinión de auditoría sobre los estados financieros separados adjuntos.

Ernst & Young Audit S.A.S.
Bogotá D.C.
Carrera 11 No 98 - 07
Edificio Pijao Green Office
Tercer Piso
Tel. +57 (601) 484 7000
Fax. +57 (601) 484 7474

Ernst & Young Audit S.A.S.
Medellín – Antioquia
Carrera 43A No. 3 Sur-130
Edificio Milla de Oro
Torre 1 – Piso 14
Tel: +57 (604) 369 8400
Fax: +57 (604) 369 8484

Ernst & Young Audit S.A.S.
Cali – Valle del Cauca
Avenida 4 Norte No. 6N – 61
Edificio Siglo XXI
Oficina 502-510
Tel: +57 (602) 485 6280
Fax: +57 (602) 661 8007

Ernst & Young Audit S.A.S.
Barranquilla - Atlántico
Calle 77B No 59 – 61
Edificio Centro Empresarial
Las Américas II Oficina 311
Tel: +57 (605) 385 2201
Fax: +57 (605) 369 0580



EY

Building a better
working world

Asunto clave de auditoría

Respuesta de auditoría

Gestión de Sistemas de Tecnología de la Información (TI)

Debido a la naturaleza de las transacciones de la Compañía, los sistemas desempeñan un papel importante para asegurar la integridad y exactitud de la información financiera.

Los controles generales de TI y demás elementos que involucran las aplicaciones, influyen en las actividades desarrolladas dentro de los distintos procesos y, por esta razón, son tenidos en cuenta al momento de definir la estrategia de auditoría y los procedimientos necesarios para obtener evidencia suficiente y adecuada, por lo que constituye un asunto clave para la auditoría.

- Obtuve una comprensión de los sistemas, procesos y controles relevantes.
- Involucré a especialistas internos en el proceso de evaluación de los controles generales de TI.
- Evalué el diseño, los planes de acción y el nivel de implementación de las remediaciones, acciones realizadas y el avance alcanzado durante el año. El plan de remediación continua en proceso.
- Con base en los resultados de los procedimientos anteriores, determiné la naturaleza y alcance de los procedimientos sustantivos necesarios para obtener evidencia de auditoría suficiente y adecuada, los cuales incluyeron, entre otros, pruebas documentales detalladas de la información procesada por los sistemas de información y el uso de reportes generados de los sistemas de información a través de herramientas analíticas.

Valuación de descuentos en negociaciones con proveedores

Durante 2021, la Compañía recibió descuentos por parte de sus proveedores, registrando \$1,590,497 millones, que representó el 12% del total de ingresos operacionales de la Compañía.

Un alto porcentaje de los descuentos presentan términos comerciales específicos con cada proveedor y en diferentes temporadas del año, lo que puede impactar el momento adecuado de su reconocimiento, la base, la naturaleza del descuento y su clasificación en el estado de resultados y el inventario.

Debido al impacto material en la utilidad neta del año, el volumen de los contratos y proveedores involucrados, consideré la determinación de los descuentos de los proveedores como un asunto clave de auditoría.

Como respuesta a este asunto, ejecuté los siguientes procedimientos con base en una selección estadística:

- Comparé el descuento registrado con los soportes suministrados por la Compañía. (negociación con los clientes, aprobaciones, valor pactado).
- Validé las transacciones durante y al fin de año, con el fin de identificar transacciones o ajustes inusuales.
- Confirmé saldos de descuentos al cierre del año y comparé la respuesta contra, los registros contables o efectué procedimientos alternos, en los casos que no obtuve la confirmación.
- Realicé procedimientos analíticos.



EY

Building a better
working world

Asunto clave de auditoría

Evaluación del Deterioro de Plusvalía y otros activos intangibles de vida útil indefinida

Al 31 de diciembre de 2021, la plusvalía y activos intangibles con vida útil indefinida ascienden a \$1,453,077 millones y \$81,131 millones respectivamente, y representan el 11% del total de activos.

La Compañía realiza anualmente pruebas de deterioro sobre la recuperabilidad de la plusvalía y otros activos intangibles con vida útil indefinida. La determinación del valor recuperable, que es el mayor entre el valor en uso y el valor razonable menos los costos de disposición, requiere juicio por parte de la Administración tanto para identificar como para evaluar las unidades generadoras de efectivo relevantes. Los montos recuperables requieren juicio de la gerencia sobre las variables y las condiciones del mercado, así como de los flujos de caja esperados por los próximos cinco años, tasa de crecimiento a perpetuidad para los períodos posteriores, análisis de tendencias basados en los resultados históricos y las tasas de inflación y de descuento más apropiadas. Este es un asunto clave de auditoría debido a su materialidad, al juicio de la gerencia que se requiere para estimar los supuestos en la proyección de los flujos de caja y la tasa de descuento usada.

Activos por impuestos diferidos y créditos fiscales

Como se indica en la Nota 25, la Compañía tiene activos por créditos fiscales por \$108,389 millones e impuestos diferidos por \$165,820 millones que serán compensados en los siguientes años y hasta el 2025.

Considero que el reconocimiento de los activos por impuestos es un asunto clave de auditoría, porque implica un alto nivel de juicio por parte de la Administración al evaluar la cuantificación, probabilidad y suficiencia de las ganancias imponibles futuras contra las cuales se podrán compensar en el futuro estos impuestos activos, así como los argumentos jurídicos en relación con posibles discusiones con las autoridades tributarias.

Respuesta de auditoría

- Evalué el análisis de sensibilidad de la Administración sobre la aplicación de supuestos usados en la determinación del valor recuperable y proyección del flujo de caja con el presupuesto aprobado por la gerencia, así como con el desempeño histórico, y el contexto económico de donde opera la Compañía.
- Evalué los métodos y parámetros para el cálculo de la tasa de descuento usada en la proyección de los flujos de caja.
- Involucré a los especialistas internos en valoración con el fin de que me soportaran en la evaluación de los métodos usados y los supuestos definidos por la Administración.
- Verifiqué las revelaciones requeridas.
- Evalué la competencia y objetividad del especialista externo que preparó el modelo financiero.

Realicé, entre otros, los siguientes procedimientos:

- Procedimientos de auditoría sobre la clasificación de diferencias temporales y permanentes y las tasas aplicables de acuerdo a la normatividad vigente y el movimiento del año con efecto en resultados.
- Obtuve y evalué con involucramiento de especialista en impuestos, la documentación de los argumentos jurídicos de la Administración y de sus asesores tributarios, sobre la procedencia y temporalidad en el uso de los créditos fiscales.
- Evalué la razonabilidad de los criterios y los principales supuestos considerados por la Compañía al estimar las ganancias imponibles futuras necesarias para la compensación de los saldos activos de impuestos.



EY

**Building a better
working world**

Otra Información

La Administración es responsable de la otra información. La otra información comprende el informe integrado, pero no incluye los estados financieros ni mi informe de auditoría correspondiente, que obtuve antes de la fecha de este informe de auditoría, y el informe integrado, del que se espera que dispondré después de dicha fecha.

Mi opinión sobre los estados financieros no cubre la otra información y no exprese ninguna forma de conclusión que proporcione un grado de seguridad sobre esta.

En relación con mi auditoría de los estados financieros, mi responsabilidad es leer la otra información que identifique más arriba y, al hacerlo, considerar si existe una incongruencia material entre la otra información y los estados financieros o el conocimiento obtenido por mí en la auditoría o si parece que existe una incorrección material en la otra información por algún otro motivo.

Cuando lea y considere el informe integrado, si concluyo que contiene una incorrección material, estoy obligado a comunicar la cuestión a los responsables del gobierno de la entidad.

Responsabilidades de la Administración y de los responsables del gobierno de la Compañía en relación con los estados financieros

La Administración es responsable por la preparación y correcta presentación de los estados financieros de acuerdo con las Normas de Contabilidad y de Información Financiera aceptadas en Colombia (NCIF); de diseñar, implementar y mantener el control interno relevante para la preparación y correcta presentación de los estados financieros separados libres de incorrección material, bien sea por fraude o error; de seleccionar y de aplicar las políticas contables apropiadas; y, de establecer estimaciones contables razonables en las circunstancias.

Al preparar los estados financieros separados, la Administración es responsable de evaluar la capacidad de la Compañía para continuar como negocio en marcha, revelando, según corresponda, los asuntos relacionados con este asunto y utilizando la base contable de negocio en marcha, a menos que la Administración tenga la intención de liquidar la Compañía o cesar sus operaciones, o no tenga otra alternativa realista diferente a hacerlo.

Los encargados del gobierno de la Compañía son responsables de la supervisión del proceso de información financiera de la misma.

Responsabilidades del Auditor en la Auditoría de los Estados Financieros

Mi objetivo es obtener una seguridad razonable sobre si los estados financieros separados tomados en su conjunto están libres de incorrección material, ya sea por fraude o error, y emitir un informe que incluya mi opinión. La seguridad razonable es un alto nivel de aseguramiento, pero no garantiza que una auditoría realizada de acuerdo con las Normas Internacionales de Auditoría aceptadas en Colombia siempre detectará una incorrección material cuando exista. Las incorrecciones pueden surgir debido a fraude o error y se consideran materiales si, individualmente o acumuladas, podría esperarse que influyan razonablemente en las decisiones económicas que los usuarios tomen con base en los estados financieros.



**Building a better
working world**

Como parte de una auditoría de acuerdo con las Normas Internacionales de Auditoría aceptadas en Colombia, debo ejercer mi juicio profesional y mantener mi escepticismo profesional a lo largo de la auditoría, además de:

- Identificar y evaluar los riesgos de incorrección material en los estados financieros, ya sea por fraude o error, diseñar y ejecutar procedimientos de auditoría que respondan a esos riesgos, y obtener evidencia de auditoría que sea suficiente y apropiada para fundamentar mi opinión. El riesgo de no detectar una incorrección material debido a fraude es mayor que la resultante de un error, ya que el fraude puede implicar colusión, falsificación, omisiones intencionales, declaraciones falsas o sobrepaso del sistema de control interno.
- Obtener un entendimiento del control interno relevante para la auditoría, para diseñar procedimientos de auditoría que sean apropiados en las circunstancias.
- Evaluar lo adecuado de las políticas contables utilizadas, la razonabilidad de las estimaciones contables y las respectivas revelaciones realizadas por la Administración.
- Concluir sobre si es adecuado que la Administración utilice la base contable de negocio en marcha y, con base en la evidencia de auditoría obtenida, si existe una incertidumbre material relacionada con eventos o condiciones que puedan generar dudas significativas sobre la capacidad de la Compañía para continuar como negocio en marcha. Si concluyo que existe una incertidumbre importante, debo llamar la atención en el informe del auditor sobre las revelaciones relacionadas, incluidas en los estados financieros o, si dichas revelaciones son inadecuadas, modificar mi opinión. Las conclusiones del auditor se basan en la evidencia de auditoría obtenida hasta la fecha de mi informe, sin embargo, eventos o condiciones posteriores pueden hacer que una entidad no pueda continuar como negocio en marcha.
- Evaluar la presentación general, la estructura, el contenido de los estados financieros, incluyendo las revelaciones, y si los estados financieros representan las transacciones y eventos subyacentes de manera que se logre una presentación razonable.

Comuniqué a los responsables del gobierno de la Compañía, entre otros asuntos, el alcance planeado y el momento de realización de la auditoría, los hallazgos significativos de la misma, así como cualquier deficiencia significativa del control interno identificada en el transcurso de la auditoría.

También proporcioné a los responsables del gobierno de la Compañía una declaración de que he cumplido los requerimientos de ética aplicables en relación con la independencia y comunicado con ellos acerca de todas las relaciones y demás cuestiones de las que se podría esperar razonablemente que pudieran afectar mi independencia y, en su caso, las correspondientes salvaguardas.

Entre los asuntos que han sido objeto de comunicación con los responsables del gobierno de la Compañía, determiné los que han sido de la mayor significatividad en la auditoría de los estados financieros del período actual y que son, en consecuencia, asuntos clave de la auditoría. Describí esos asuntos en mi informe de auditoría salvo que las disposiciones legales o reglamentarias prohíban revelar públicamente el asunto o, en circunstancias extremadamente poco frecuentes, se determine que un asunto no se debería comunicar en mi informe porque cabe razonablemente esperar que las consecuencias adversas de hacerlo superarían los beneficios de interés público del mismo.




**Building a better
working world**

Otros Asuntos

Los estados financieros separados bajo normas de contabilidad y de información financiera aceptadas en Almacenes Éxito S.A. al 31 de diciembre de 2020, que hacen parte de la información comparativa de los estados financieros adjuntos, fueron auditados por mí, de acuerdo con normas internacionales de auditoría aceptadas en Colombia, sobre los cuales expresé mi opinión sin salvedades el 22 de febrero de 2021.

Otros Requerimientos Legales y Reglamentarios

Fundamentada en el alcance de mi auditoría, no estoy enterada de situaciones indicativas de inobservancia en el cumplimiento de las siguientes obligaciones de la Compañía: 1) Llevar los libros de actas, registro de accionistas y de contabilidad, según las normas legales y la técnica contable; 2) Desarrollar las operaciones conforme a los estatutos y decisiones de la Asamblea de Accionistas y de la Junta Directiva, 3) La información contenida en las planillas integradas de liquidación de aportes, y en particular la relativa a los afiliados, y la correspondiente a sus ingresos base de cotización, ha sido tomada de los registros y soportes contables al 31 de diciembre de 2021, así mismo, a la fecha mencionada la Compañía no se encuentra en mora por concepto de aportes al Sistema de Seguridad Social Integral; y 4) Conservar la correspondencia y los comprobantes de las cuentas. Adicionalmente, existe concordancia entre los estados financieros adjuntos y la información contable incluida en el informe de gestión preparado por la Administración de la Compañía, el cual incluye la constancia por parte de la Administración sobre la libre circulación de las facturas con endoso emitidas por los vendedores o proveedores. El informe correspondiente a lo requerido por el artículo 1.2.1.2 del Decreto 2420 de 2015 lo emití por separado el 23 de febrero de 2022.



Ángela Jaimes Delgado
Revisor Fiscal y Socia a Cargo
Tarjeta Profesional 62183-T
Designada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530

Medellín, Colombia
23 de febrero de 2022

Mensaje para la Administración de Almacenes Éxito S.A.

A continuación, se presenta la intervención formulada por el accionista Enrique Espejo-Saavedra, identificado con cédula de ciudadanía No. 79.417.243, y titular de 188 acciones ordinarias, recibida a través del chat de WhatsApp dispuesto para las señoras y los señores que participaron de manera virtual en la reunión ordinaria mixta de la Asamblea General de Accionistas de Almacenes Éxito S.A. (la “Compañía”), llevada a cabo el 24 de marzo de 2022:

“Yo además de ser accionista minoritario, soy cliente, quiero que mi duda y fotos que envió sean incorporadas en el acta.

Hablan en el informe de gestión sobre socios (proveedores) sin embargo, es terrible lo que se ve en sus almacenes. Parece que nos colocan son las sobras, una falta de respeto y de gestión por quienes seleccionan y manejan los proveedores.



Estas fotos son del día lunes 21 de marzo de su almacén Country Bogotá.

No hay derecho encontrar frutas y verduras pichas y en ese estado.

Quiero que esto quede en acta.

Accionista: Enrique Espejo-Saavedra CC79417243

Y por supuesto una explicacion al respecto, ojala dada por el presidente de la compañía”.